

JAIME DE ALMEIDA

FOLIÕES

I

**Tese de Doutorado Apresentada ao Departamento
de História da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**

SÃO PAULO

para Geralda
e Nenzinho

JAIME DE ALMEIDA

FOLIÕES

TAS EM SÃO LUÍS DO PARAITINGA NA PASSAGEM DO SÉCULO - 1888-1918

**Tese de Doutorado Apresentada ao Departamento
de História da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
Sob a Orientação do Prof. Dr. José Sebastião Witter.**

**SAO PAULO
1987**

SUMÁRIO

	página
Confissão Prévia	6
Prólogo	17
I. Umbral	
Constituição do objeto	21
As palavras	22
As fontes	23
A imprensa	25
Espaço/tempo da norma	28
O espaço	34
Produção social de um lugar: o Largo	47
Segregação do negro	49
O espaço caipira	56
O tempo	62
Produção social do tempo: a festa	65
Notas	70
II. As Idades da Vida	
Infância	80
Nascer, morrer	80
Escola e civismo	93
Trabalho infantil	107
Infância burguesa	115
Catecismo	117
Crianças na festa religiosa	122
O sagrado e a norma	133
Notas	140
Juventude	149
Ultramontanismo e marianização	149
As moças. Tradição e patriotismo	155
Feminino, social	156
Os rapazes. Classe social e recrutamento	166
Teatro. Congraçamento e segregação	180
Baile, namoro e piquenique	191
Modelo e história	199
Notas	204

Condição adulta	211
Liberdade, igualdade, matrimônio	211
Homens pretos	239
Tempo, trabalho, jogo e capital	244
Negócios, ofícios	250
Festa e trabalho urbano	253
Jeca Tatu e a raça	264
Jeca Tatu na política	272
Notas	296
Velhice e morte	305
Um velho. Tempos de morrer	305
Os anjos	314
Morte negra. Cemitérios	318
Males e curas	335
Morrer: tradição e mudança	347
Cadáveres ilustres	350
Ritos de morte	356
Notas	359

III. Soleira

Festas cívicas, festas políticas	365
13 de Maio	365
Festas antigas e festas civis	371
O clero romano e as festas nacionais	376
Civismo de classe e de ocasião	379
Civismos antigos em São Luís do Paraitinga	386
Festas cívicas antigas	388
Festas políticas (1889-1910)	391
Festas políticas (1910-1923)	410
As recepções no interior	434
Festa e história	436
Notas	441
Festas religiosas	451
O sagrado. Fé e jogo	451
O Bom Jesus e a Aparecida	454
Maria, Marias	472
Festas natalinas	475
Janeiro	479
Fevereiro	480
Março	481
Abril	483
Semana Santa	488
Maio	492
Junho	516
Julho	524
Agosto	526
A Festa do Divino Espírito Santo	527
O Divino em São Luís do Paraitinga	534
Setembro	548
Outubro	548
Novembro	549
Dezembro	550

Confissão Prévia

As primeiras histórias que ouvi, contadas por minha mãe, tinham sempre um desfecho que já não encontro nas histórias da carochinha. Tudo terminava bem, e todos estão vivos até hoje, numa festa que nunca mais se acaba. Muito do que se vai ler nesta tese foi escrito como uma busca de reconciliação com a filha do tropeiro Valeriano que é minha mãe, Geralda. A história **Vai-não torna**, a mais bonita delas, não coube aqui, mas continua a seduzir-me.

A tese começou a parecer-me viável quando, fichando **O Luizense** no antigo Setor de Documentação, tive a atenção despertada por uma pequena matéria transcrita do **Reflexo** de Sete Lagoas. Após a morte de sua velha dona, um carneiro, acostumado a acompanhá-la à igreja e às festas, continua indo e assistindo respeitosamente até o final às missas, procissões, enterros, espetáculos de circo e teatro; é o primeiro a atender ao tocar os sinos em Curvelo. Ora, a tese poderia então adotar o método - caminho - de seguir esse carneiro inteligente, confiando em sua memória, intuição e vontade para descobrir a festa.¹

Uma frase em latim, lida por simples curiosidade sobre um altar na sacristia da igreja de São Francisco em Ouro Preto, transmitiu-me uma mensagem inesperada, vinda do fundo do tempo judaico e reciclada pelo século XVIII. Não a copiei, mas lembro-me que as letras gravadas na pedra ensinavam a melhor maneira de tentar sobreviver em caso de uma catástrofe: seguir os carneiros.

Alguns meses mais tarde, durante o banho - rito de purificação? - fui tomado por uma deliciosa sensação ao me dar conta de que o autor de uma série de crônicas no **Luizense**, textos que a princípio me aborreciam, mas que, lidos com atenção, revelavam uma percepção aguda da passagem do tempo na paisagem de São Luís do Paraitinga, era um velho professor chamado José Carneiro de Carvalho.

É preciso acrescentar que, durante todo este tempo de pesquisa, estive a ler, fichar, comentar e associar muitas obras redigidas por antropólogos, sociólogos, folcloristas e historiadores a respeito da festa, e dos seus símbolos. Adotei bem humoradamente um parentesco totêmico com um personagem simpático, o porco, animal onívoro como os humanos, e que reina soberanamente no carnaval medieval. Leitor onívoro, carnalizante, que em criança gostava de brincar de porco, e que aos domingos, depois do almoço na casa de minha avó Aurélia, participava às vezes com toda a família de um acontecimento excepcional - Mãe Éia abria a cancela da porta da cozinha e deixava entrar seus dois porcos -, este parentesco muito me agrada e conforta. Se o porco é o símbolo do carnaval, o carneiro traz a mensagem da Páscoa, é Cristo e é ainda Dionisos. E para mim é também meu pai, Agnel.

O professor José Sebastião Witter aparece desde logo na história desta tese, como aquele que orienta. Sabia que meu projeto de pesquisa sobre as condições em que o anarquismo é derrotado na década de 1920 tomava como ponto de referência o conto de Mário de Andrade sobre uma certa festa de 1º de Maio. Tendo visitado São Luís do Paraitinga durante a Festa do Divino de 1979, apontou-me simultaneamente a importância daquela festa e o Museu Oswaldo Cruz. Dentre todos os seus gestos, ao longo de nossa convivência, é este que retenho como mais significativo, sem esquecer-me de outro, surpreendentemente humano, que situo no carnaval daquele mesmo ano. Filho pródigo, retorno agora com os Foliões luizenses e agradeço por toda a confiança que sempre manifestou, pelo apoio seguro nos momentos de dificuldade, pela compreensão diante de minhas rebeldias.

Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, sem cujo apoio este trabalho não teria sido possível. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - contribuiu com uma bolsa de dois meses.

Durante todo o período da pesquisa e redação, numerosas pessoas colocaram à minha disposição o fruto de seu trabalho, e freqüentemente dedicaram um esforço e uma atenção a que não estavam obrigadas, contribuindo de diversas maneiras no processo de que resulta esta tese, que não poderia ser encarada como obra de uma só pessoa.

Começarei por meus professores. São muitos, e tomo a liberdade de reuni-los todos na figura de Júlia Ábi-Sáber, querida mestra do segundo ao quarto ano do Grupo Escolar, com quem adquiri instrumentos de estudo e de expressão que têm sido úteis por toda a vida, e que ao serem usados, sempre remeterão a ela, ao seu ofício e a seus colegas.

Aos funcionários das escolas em que tenho sido aluno, ao longo de 32 anos, já, e que não poderia nomeá-los todos - alguns quase invisíveis, a limpar as salas e corredores enquanto seus freqüentadores dormem -, peço-lhes que aceitem ser incluídos aqui, como trabalhadores a desempenhar funções nesta máquina, dentro da qual também trabalho, e comemorem comigo este modesto acontecimento.

A vivência escolar seria intolerável sem os colegas. Quando retomo as anotações feitas em classe, ou nas bibliotecas e arquivos durante os anos 1979 a 1983, determinadas passagens evocam a lembrança de uma festa no sítio de Roberto e Silvana, ou do aniversário de Narinha, um seminário na sala do professor Witter no Arquivo do Estado. Tomei o cuidado de fazer fluir para o texto esta vivência que impregnou as operações de consulta às fontes e ansiava por expressar-se aqui, de folias e reinações em que eu, estudando a festa, aprendi desajeitadamente a sentir-me feliz de novo.

Penso agora nas pessoas com quem convivi no circuito de pesquisa. No antigo Setor de Documentação, vejo Miriam Lifchitz Moreira Leite a trabalhar silenciosamente, viajando pelos caminhos de Maria Lacerda de Moura ou recolhendo as imagens de mulheres vistas pelos viajantes estrangeiros do século passado. O acervo do Museu Oswaldo Cruz, organizado por ela e por Jaelson Bitran Trindade, a quem também tenho muitas gentilezas a agradecer, é colocado à minha disposição com eficiência e delicadeza. O convite ao bom emprego do tempo que sinto nesse ambiente tranqüilo certamente vem de Miriam, que acompanha carinhosamente meu tateamento ao longo daquela documentação que já passou tantas vezes por suas mãos, ~~sem~~ jamais permitir que seu conhecimento e experiência inibam as minhas descobertas. A uma certa altura, é Elisabeth Conceta Mirra que sorri, convidando para um ligeiro descanso e uma xícara de chá.

A estas duas profissionais que me incutiram confiança

com uma meiguice discreta e espontânea, acrescento a lembrança do senhor Crescente e dos outros funcionários, num esforço de expressar-lhes minha gratidão sem diminuir a parte decisiva que o seu trabalho desempenha nesta e em tantas outras monografias.

Passando agora a lembrar os numerosos funcionários e estagiários do Arquivo do Estado, o carinho do senhor Blanco — sempre disposto a ajudar-me sem medir o tempo e humanizando à sua maneira forte o local mais trabalhoso do Arquivo — é outro sentimento inesperado, que encontro inteiro tal como outros pesquisadores e usuários tê-lo-ão achado, inesgotável por não ter preço. E o senhor Arlindo, o moço Aristides amigo, o pessoal da cantina... Lá estão, mantendo em funcionamento a máquina enquanto os pesquisadores passam. É deles também uma boa parte do investimento social cujo resultado, bom ou mal, está para ser lido logo mais.

Em Taubaté, tenho muito que agradecer ao senhor Paulo Camilher Florençano, diretor do Museu Histórico, e à senhora Célia M. de Gouvêa, pela gentileza com que me permitiram o acesso ao importantíssimo acervo da Hemeroteca; o leitor perceberá facilmente o quanto representou esta possibilidade de estudar as festas de São Luís do Paraitinga em relação com as festas de Taubaté.

Dos dias passados no interior da Hemeroteca, lembro a reconfortante sensação de voltar a um ambiente que afinal identifiquei como aquele do Sul de Minas onde nasci. Enquanto fichava matérias dos jornais que propunham a criação da Província do Sapucaí, tinha a oportunidade de observar o mesmo sotaque de minha infância, as posturas corporais, o universo psíquico e mental das funcionárias, descendentes dos mesmos bandeirantes que fundaram minha Santana das Lavras do Funil do Rio Grande; herdeiras diretas das famosas mulheres da guerra dos Emboabas, às voltas agora com os inimigos dos papéis, com o pó do café, as andanças dos maridos e dos filhos, com a poeira miúda de um cotidiano que me fazia falta. Zilma, a mais jovem, ainda me deixa preocupado. Terá conseguido completar seus estudos e encontrar um equilíbrio satisfatório em sua pequena família?

Minha primeira visita a São Luís do Paraitinga foi um silencioso fracasso. Tendo praticamente esgotado o fichamento do acervo do Museu Oswaldo Cruz no Setor de Documentação, cheguei so-

zinho à cidade e vaguei pelas ruas sem ousar abordar pessoa alguma. Mais que a timidez, o bom senso impedia tomar o tempo de um igual para transformá-lo sem sua autorização em "informante" do pesquisador. O cemitério do Rosário foi meu primeiro interlocutor, muito mais rico do que a igreja matriz ou a atual igreja do Rosário. Envolvido por leituras antropológicas estruturalistas e semiológicas, traduzi meu desajustamento característico na adoção de uma tarefa que me permitisse retornar a São Paulo com algum troféu e ocultar meu fracasso. Pus-me a anotar minuciosamente as vinhetas de três mastros de santo erguidos junto ao Rosário, mergulhando pouco a pouco num território que me é bastante caro, encontrando prazer na descoberta de relações entre números, cores, conjuntos. Acredito que há muito a se dizer sobre a história destas vinhetas, que me fizeram pensar imediatamente numa pesquisa recentemente divulgada sobre a tradição decorativa das carrocerias de caminhão, que não tive ainda oportunidade de conhecer, e que, se me lembro bem, mostra a continuidade entre as vinhetas das carroças e as dos caminhões. Pois bem, tenho boas razões para pensar que se trata dos mesmos sinais dos mastros de santo; vários textos de pesquisadores do folclore, aproveitados agora durante a redação, evidenciam a importância das carroças na cerimônia de entrada dos palmitos, e de entrada dos mastros no momento em que a festa entra no período mais decisivo. Os mastros sagrados, preparados por artesãos dos ofícios ligados à madeira, são provavelmente o canal de ligação entre a terra e o céu, suporte em que se fixam sinais que remetem à erudição européia dos ofícios, das confrarias, e à erudição dos iluministas, dos mosteiros. Observado atentamente por algumas crianças e cachorros, pude finalmente dar-me por satisfeito e constatar que não tenho qualificação técnica para esse tipo de pesquisa. Descobri então a Hemeroteca do Museu de Taubaté.

Voltei outra vez a São Luís do Paraitinga por ocasião de uma festa; na igreja, observei com atenção uma criança. Acompanhei, cada vez mais cúmplice, a frieza de seus olhares descompromissados com a qualidade da música, com o conteúdo dos textos falados, cantados e lidos, com as posturas dos corpos e com o estado de espírito da multidão. Olhos selvagens, desabusados, que me fitavam com a terrível inocência que deve ser aquela dos anjos. Fiz fotos, vi o famoso afogado, não consegui insinuar-me na multidão por

que não tinha um prato, terminei por ser admitido sem convite nem crachá no banquete servido à parte para os membros do Simpósio Internacional de Música Sacra e Cultura Brasileira. O preço de minha câmara fotográfica - comprada com meu salário de faxineiro de hospital - e os jeans, óculos, barba e outros signos identificadores do trabalhador intelectual, abriram-me a porta daquele espaço especial recortado da festa para excluir o "povo". O velho casal de reis congos, simples figurantes abandonados às moscas e apenas lembrados de vez em quando por pessoas encarregadas do protocolo, estavam finalmente assentados, sob aplausos, na mesa dos brancos, da classe média paulista, dos turistas e autoridades. Não fotografei o menininho negro, neto da rainha, porque não tinha flash. Sentado no chão, quase debaixo da mesa, silenciosamente protegido pela proximidade dos pés dos únicos membros de sua categoria social, esse pequeno príncipe comia as sobras do banquete. Alguém finalmente o descobriu e, para surpresa dele, providenciou uma cadeira. Penso que as pessoas encarregadas do protocolo não suportariam minha ousadia fotográfica, e não acredito que me agradaria reduzir a esta cena a festa. Minha idade, alguma experiência, me fazem compreender que não é justo desviar a atenção do leitor buscando uma vítima, um culpado que permita esconder nossas responsabilidades coletivas.

Conheci na festa Suzel Ana Reily. E Carlos Rodrigues Brandão, cujos livros muito me serviam desde o início da pesquisa bibliográfica. E cavalhadas, procissão, enfim, o suficiente para constatar que não tenho qualificação profissional para estudar a festa por dentro, nos prazos impostos pelo calendário da Pós-Graduação. Mas, tornado agora um indivíduo relativo, ligado a uma classe social, a uma categoria sócio-profissional, a uma geração de pesquisadores, tive a possibilidade de conhecer os cidadãos luizenses interessados em participar do trabalho, mais tarde pude visitá-los, recebendo a melhor acolhida e tanta solicitude que não posso deixar de me sentir culpado.

Penso que todos os pesquisadores já viveram e expressaram o dilema imposto pelo contato com a população escolhida como objeto de estudo. De minha parte, mesmo tendo propositadamente escolhido um período relativamente remoto para evitar ferir susceptibilidades, embora suficientemente próximo para ter alguma chance de ouvir relatos dos filhos e netos dos protagonistas, sei que uma

boa parte dos leitores luizenses que tiverem acesso a este texto, talvez mesmo a maioria, pelo menos entre os adultos, sentir-se-ão por vezes chocados, incomodados, feridos. Aquele pesquisador, tão gentilmente acolhido e ajudado, embora não tendo fotografado o pequeno príncipe na festa de 1981, revela as mesmas inclinações ao se debruçar sobre as festas do bom tempo, o tempo de nossos avós e bisavós. Confesso que tinha esta intenção premeditada, desde o princípio, e que justamente por isto é que não tomei muito tempo de meus atenciosos anfitriões, sabendo de antemão que, no desenvolvimento do trabalho, não seria capaz de omitir nenhum texto, nenhuma informação, nenhuma hipótese plausível em razão da identidade de algum protagonista. Optando pelo trabalho à moda dos historiadores de gabinete, tão injustiçados de vez em quando, tratei de envolver-me minimamente com a população luizense, buscando policiar-me contra envolvimento afetivos e - mais claramente - sociológicos com aquelas pessoas que mais poderiam ajudar-me, visto que os caipiras e plebeus não têm fotos, cartas, cadernos, registros escritos. E eu sabia muito bem que não tinha tempo nem experiência para trabalhar junto a estas camadas majoritárias da população local. Espero ter sido bastante claro quando me referi à convicção de que não tem sentido atuar sobre o processo social de uma forma paranóica, à caça de bruxas ou carrascos. Acredito que os luizenses que se derem ao trabalho de ler por completo o texto perceberão que o autor faria exatamente o mesmo em qualquer cidade, em qualquer família - a começar pela sua própria. Amar e conhecer sem dor é impossível.

Por outro lado, os luizenses mais exigentes quanto à qualidade desta obra historiográfica não deixarão de perceber falhas, confusão de nomes, omissão flagrante de situações e agentes sociais decisivos, exagero evidente quanto à importância de determinados indivíduos, famílias e facções. Embora o autor tenha toda a honestidade para admitir estas falhas, certamente se surpreenderá com a extensão e a frequência de seus erros. Tentei mostrar praticamente em cada parágrafo que o trabalho não tem a intenção de descobrir "aquilo que realmente aconteceu na história", porque sei e procuro demonstrar a cada passo que estou lendo, fichando, comparando, cruzando textos escritos por uma infinidade de redatores individuais em inúmeras situações de lugar, tempo, ofício, vontade,

hábito, etc, e que não posso atribuir a nenhum deles um poder superior ao dos demais indivíduos na produção de uma mensagem escrita. Mais: se assim o fizesse, tal indivíduo nada mais seria que minha própria camuflagem, minha máscara de rei ou de sábio, ou de deus, com minha verdade - minha e de minha condição social - insinuando-se como a razão histórica. Não sei se estou sendo aqui mais confuso ou mais claro para estes leitores luizenses, que não são mestres e doutores em História, mas que conhecem muito melhor que eu as suas vivências familiares e têm todas as razões do mundo para interpretar o passado e o presente de São Luís do Paraitinga à base de outras memórias, outras experiências que lhes são passadas diretamente por todos os sentidos no próprio processo de existir social.

O que está em jogo - com todo o perigo que o jogo implica - neste trabalho é justamente a tentativa de dialogar simultaneamente com os historiadores e acadêmicos e também com a própria comunidade. Tomei a cautela de privilegiar os textos que geralmente se considera prosaicos, não eruditos, não científicos: privilégio que não consiste apenas em transcrevê-los, mas de procurar desesperadamente acompanhar-lhes o sentido, acumpliciando-me com seus sujeitos - que nem sempre são os redatores, simples escribas ou profissionais da imprensa, ou ainda meros compiladores - para que cada leitor se reconheça absolutamente capaz de intervir no diálogo com seu próprio meio de expressão, o seu estilo, a sua vontade.

Passo agora a assinalar a participação das pessoas que tornaram possível a produção do texto no prazo e nas condições impostas pela Universidade. Antônio Fernando de Araújo Sá estuda História no Centro de Ensino Unificado de Brasília e, como tantos bons alunos, muito me ensinou: em especial, devo praticamente apenas a ele a descoberta da obra de Walter Benjamin, que minha sobrecarga de trabalho como horista na rede particular de ensino insistia em adiar. Desde então, temos discutido seu projeto de pesquisa sobre a condição da criança, que espero poder ajudar a se efetivar. Durante a fase de datilografia, suas reações frente ao texto foram muito significativas para mim. Marli Guedes da Costa também estuda História no Centro de Ensino Unificado de Brasília. Com as férias de Antônio Fernando, ela é quem mais se empenhou na corrida contra o tempo, roubado ao almoço e aos fins de semana. Penso que minha melhor maneira de agradecer-lhe por sua dedicação é

reunir em sua pessoa todos os alunos de História do CEUB a quem tenho lecionado História da Arte sob a pressão de muitas dificuldades - a começar pela falta de especialização nesta área de conhecimento. Pensando em todos estes queridos alunos em determinadas passagens do texto, recorri à leitura com o instrumental e a problemática que utilizo atualmente nas aulas de História da Arte. Espero que meus alunos, especialmente aqueles com quem principiei, aceitem aquelas passagens como uma tentativa de complementação de minha tarefa, que não poderia de qualquer forma ter um fim, e que só tem sentido como convite ao diálogo e à descoberta.

À professora Neila Vaz Flores, a quem devo inúmeras lições de que o parentesco pode coexistir com a amizade e o respeito, o que eu praticamente já havia esquecido há muitos anos, e que me colocou em contato com a literatura e a arte de Moçambique, quero agradecer por seus esforços no sentido de rever o texto. Infelizmente, não pude dar-lhe um mínimo razoável de tempo, de maneira que não seria justo atribuir-lhe qualquer responsabilidade pelos erros e idiotismos que caracterizam minha redação. Aliás, isto se refere também a Antônio Fernando e Marli, e a um terceiro datilógrafo, Lúcio Flávio Vale da Silva que assumiu a difícil empreitada de datilografar o último capítulo em dois dias.

Meus colegas de trabalho no CEUB, além de sua simpática curiosidade a respeito do andamento do texto, e do respeito demonstrado face à minha necessidade de distanciamento durante nossa campanha salarial e de alheamento dos problemas cotidianos do Departamento, contribuíram também de outra forma, bem mais decisiva. Agradeço-lhes a generosidade com que souberam avaliar minhas dificuldades de iniciante e conviver com meus defeitos a partir do momento em que já não podia mais ser visto como um recém-chegado desconhecido. Ninguém se torna professor sem a presença dos demais professores, que formam um corpo social com todas as características de um ofício com suas regras, tradições, padrões de avaliação de desempenho e conduta, e com suas aspirações, memórias, projetos e sonhos face à realidade movente do processo social. Gostaria de registrar aqui todo o meu respeito pela qualidade do trabalho desenvolvido por estes queridos colegas, um trabalho tanto mais duro e sofrido quanto se degradam as condições em que ele se exerce. Fomos alunos dos mesmos mestres e vivemos uma experiência de U-

niversidade que de qualquer forma tratamos de transmitir aos estudantes de hoje.

Duas outras alunas de História do CEUB - Eleonora Zicari de Costa Brito e Maria do Socorro Ferreira da Paixão - participaram de uma outra forma. Agradeço a elas pela ajuda na decifração de um dos textos mais importantes deste trabalho, redigido por Luís Egídio de Campos. Nem eu, nem elas, tivemos até agora oportunidade de estudar Paleografia, disciplina ausente na maioria dos currículos de História. Eleonora, jovem leoa, e Help, em quem vejo com prazer tantas qualidades que não tive quando militei no movimento estudantil, impõem-se aqui como um grupo mais especial dentre meus alunos do CEUB. Estudamos juntos Teoria da História (por um mês), Introdução aos Estudos Históricos I, História da Arte I e II e, como disciplina optativa, Formação Econômica do Brasil. Não fora a tese, creio que estaríamos agora estudando Antropologia Brasileira, outra disciplina optativa, que está sendo ministrada por meu caro colega Noé Freire Sandes. Gostaria de oferecer a todos os meus alunos do CEUB, e principalmente ao atual oitavo semestre do turno matutino - de quem serei o padrinho na cerimônia de formatura - o trabalho de leitura e interpretação do texto de Luís Egídio de Campos como exemplo daquilo que procurei passar como método e experiência quando lecionei as disciplinas Métodos e Técnicas de Pesquisa Histórica, Pesquisa Histórica - e, afinal, todas as disciplinas, visto que não há jamais lugar para distinção entre magistério e pesquisa.

Não poderia esquecer também os alunos da primeira turma do curso de Especialização em História no CESAPE - Centro de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão - com quem estudei as elites da Primeira República; espero que estes simpáticos colegas, com quem passei algumas semanas, encontrem aqui algumas das questões que discutimos e, junto com elas, aceitem meu convite à continuação de nosso diálogo. Aproveitando o ensejo, quero lembrar a experiência de trabalho com meus colegas historiadores Dinair Andrade da Silva e Antônio José Barbosa na elaboração de um projeto de curso de Especialização em História Regional; com eles, e com outro caro colega, Luís Carlos Lopes, adquiri um pouco de sua erudição, de seus métodos, costurando os nossos sonhos.

Convém encerrar aqui esta longa confissão, sem palavras para expressar aquilo que nem meu corpo consegue dizer, diante da imensa dívida que assumi perante Marli Vaz Flôres.



1. O Luizense nº 358, V, 14/6/1908, p. 3, Carneiro inteligente.

Prólogo

Encarar a história como uma operação será tentar, de uma maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que esta realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática"

Michel de Certeau

O texto que o leitor tem em mãos é produto de um conjunto de procedimentos que podem ser sumariamente periodizados: primeiros contatos com o tema e suas fontes e apresentação de um projeto de pesquisa à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo no segundo semestre de 1979. As atividades de pesquisa se desenvolveram sem interrupção entre março de 1980 e julho de 1983. O autor, passando à condição de professor numa escola de terceiro grau do setor privado, somente retornou ao contato direto com o material da pesquisa em setembro de 1986, passando à redação.

O plano de exposição se desdobra a partir de um núcleo composto de quatro capítulos que abordam o papel desempenhado pela festa na diferenciação do todo social em grupos etários. A obra de Philippe Ariès, tendo sugerido este enfoque, tornou-se um referencial seguro permitindo inserir processos e tendências em ação

no município de São Luís do Paraitinga no contexto genérico de mutação das atitudes e expectativas coletivas em relação à criança, à família e à morte na civilização ocidental. Cada um destes capítulos procura atentar para algumas clivagens sociais que perpassam todas as idades, a saber: o sexo, e o status. Não se cuidou de esgotar o estudo de todas as questões relativas a cada grupo etário em seu respectivo capítulo, mas, ao contrário, de buscar interpenetração.

Uma primeira parte precede estas idades da vida, orientando o leitor quanto aos procedimentos adotados para a delimitação do objeto, os problemas de conceptualização e linguagem, as características das fontes. A partir destas características, o texto procura sugerir o quadro geral em que se desenvolverá a reflexão acerca do espaço e do tempo da festa, categorias fundamentais de uma certa lógica que o autor pretendeu questionar, mesmo sem a envergadura necessária para acompanhar o vôo de Cornelius Castoriadis.

A terceira parte focaliza as festas religiosas, as festas cívicas e o carnaval. Quase todas as questões tratadas nos capítulos relativos aos grupos de idade são aí reunidas numa perspectiva de conjunto. As festas de São Luís do Paraitinga são observadas como situações especiais em que a coletividade interrompe suas rotinas e cria um tempo de exceção, revive a sacralidade da existência em comum e redefine o sentido desta mesma existência em função das contingências históricas do momento. O período é particularmente pontuado por crises e conflitos que implicam a reorganização das relações entre o Estado e a Igreja, entre o governo central e os governos provinciais, a reorganização das relações de trabalho no plano jurídico e institucional, concentração do capital, expropriação da pequena e média propriedade, mecanização do trabalho e militarização, e a implacável repressão contra as manifestações de resistência oferecida pelos libertos, caipiras e assalariados. Vistas assim, de conjunto e mergulhadas no movimento geral da sociedade, as festas de São Luís do Paraitinga mostram, sob a aparência de um confronto entre tradição e mudança, ou entre civilização rústica e civilização européia, a vitória das facções conservadoras da burguesia, lideradas pelo clero católico, conquistando uma sólida hegemonia no município desde o fim da primeira guerra mundial.

Finalmente, um Anexo resenha parte da bibliografia

estudada, ilustrando a importância do estudo da festa em qualquer período da trajetória assumida pela civilização ocidental e sobretudo indicando a multiplicidade dos pontos de vista possíveis, os pressupostos, métodos e propósitos que atuam no universo constituído por aqueles que tomam a festa como objeto de estudo.

Isto quanto ao texto. Os procedimentos de análise foram deliberadamente repartidos com o leitor. Este é convidado a participar do trabalho de separar e reconstituir os "documentos" já separados e selecionados no arquivo do Museu Oswaldo Cruz, na hemeroteca do Arquivo Histórico de Taubaté, nos cartórios, na Delegacia de Polícia, na Casa Paroquial, na Santa Casa de Misericórdia de São Luís do Paraitinga. Como não se pretendeu obedecer ingenuamente aos imperativos da ordem que comandou a produção, seleção e preservação dos arquivos, buscou-se violentar os limites, trabalhando sobre a linguagem das fontes a fim de produzir, destruindo quando necessário, um outro campo. Este trabalho sobre os limites assume explicitamente a intenção de historicizar o presente, intimando-o a tomar consciência daquilo que nos falta, daquilo que, sem nome, está aqui e agora, e que também se encontra no passado e no futuro. O excesso, na festa e no texto, visa alcançar os limites e tornar possível a ultrapassagem.

Resta a discutir o lugar em que se produz e onde pretende circular o texto. Este lugar, aquele não-dito explicitado por Michel de Certeau, é o da profissão, com suas hierarquias, normas, fronteiras. O autor, depois de redigir todos os relatórios semestrais de pesquisa na primeira pessoa do singular, recorre agora às formas pronominais indefinidas, buscando o estatuto de enunciado historiográfico do texto, junto a seus verdadeiros destinatários. A pesquisa e o texto, presos às leis do ofício e do meio, buscaram situar-se num padrão de trabalho compatível com o atual estado da prática historiográfica do país. Entretanto, cada parágrafo evidencia o desejo de ultrapassar os limites deste lugar e estabelecer contatos com outros públicos: a população do município de São Luís do Paraitinga e adjacências em primeiro lugar, os estudantes de História, profissionais das áreas de Ciências Humanas e Comunicação... Mais uma vez, a imagem do trabalho no limite se impõe. Recusando o impasse entre a vulgarização e o esoterismo científico, o texto e a pesquisa procuram deliberadamente a carnavalização para remover bar

reiras entre gêneros de discurso e sistemas de pensamento, recorren
do sempre que possível à transcrição de fragmentos de discursos,
buscando a polifonia de uma obra aberta.



UMBRAL

Constituição do Objeto

Este trabalho tem por objeto o estudo de um conjunto de festas historicamente localizadas, as festas de um pequeno município paulista durante um curto intervalo de tempo: São Luís do Paraitinga, 1888 a 1918. O recorte espacial e temporal evidencia a intenção de privilegiar a experiência, o vivido, e não a regularidade.

Festa e vida cotidiana são os dois termos inseparáveis de uma oposição de contrários que fundamenta a vida em sociedade; é, portanto no sentido de uma história do cotidiano, também, e de uma história regional, que o projeto se inscreve - história micro-social de um município parado à beira de um caminho caído em desuso.

De maneira geral, os especialistas abordam a festa no presente. O folclorista e o cientista social consultam com maior ou menor profundidade os registros históricos para extrair daí, via de regra, algumas datas e dados relativos à fundação do município, à origem de uma determinada devoção, eventualmente a alguma colisão entre a política das autoridades e a tradição da festa. O foco da atenção, evidentemente, se volta para a própria festa, tomada como estrutura ou como processo, e o método define imperiosamente os interlocutores privilegiados do observador: os próprios protagonistas do acontecimento.

Tratou-se, aqui, de adotar os procedimentos historiográficos.

Em São Luís do Paraitinga, a festa anual do Divino Espírito Santo é, hoje e certamente desde sempre, o grande referencial - rito coletivo que pontua espetacularmente o tempo social, momento excepcional de reunião comunitária que produz a identidade regional e redefine os papéis sociais.

Por outro lado, o acervo do arquivo do Museu Oswaldo Cruz, de São Luís do Paraitinga, coloca à disposição do historiador um volume considerável de informações direta ou indiretamente relativas às festas locais, desde o século XVIII.

Tratou-se pois de circunscrever rigorosamente o âmbito deste trabalho ao estudo da festa através daquela documentação, lançando sobre ela, na medida do possível, as mesmas perguntas que o cientista social formularia na abordagem da festa contemporânea.

O recorte temporal obedeceu à intenção de eliminar qualquer ilusão cômoda de continuidade, qualquer concessão ao precon-

ceito que prefere ver apenas a aparência de imobilismo e anonimato no existir das coletividades pouco ou não-industrializadas. Nem mesmo se cuidou de recobrir toda a duração da primeira fase republicana brasileira, para não reforçar a falsa impressão de que a cronologia específica da esfera político-institucional seria o metro universal para a marcação do tempo da História, de qualquer História.

Abordando as relações entre festa, cotidiano e história, pode-se questionar discursos que banalizam o presente e mistificam o passado, e participar do debate sobre a festa na sociedade contemporânea.

Igualmente, levantando pistas que articulam o existir social do município à teia dinâmica da história política regional, estadual e mesmo nacional durante os primeiros trinta anos da República, e inserindo essa problemática política na trama complexa das relações de poder entre as classes sociais, pretendeu-se oferecer um subsídio à história regional, algo mais que a tradicional entronização de linhagens e vultos ilustres.

As Palavras

Nenhuma linguagem é neutra; o historiador sabe, que como tudo é histórico, também as relações entre palavras e coisas se movem. As querelas de conceitos podem parecer bizantinas, mas são inevitáveis: a guerra santa do Contestado e a Comuna de Paris, por exemplo, serão fenômenos revolucionários que agenciam procedimentos festivos, ou são festas que rasgam de fato o tecido social do tempo, destruindo instituições estabelecidas e descortinando outras possibilidades de futuro que nem mesmo foram ainda nomeadas?¹

As fontes disponíveis para uma história da festa, além de fragmentárias e dispersas, reproduzem e ampliam o descompasso entre as linguagens.

Mikhail Bakhtin, estudando as relações entre carnaval e literatura, insiste na função ativa desempenhada pelo primeiro sobre a evolução de certos gêneros literários. As categorias do carnaval - livre contato familiar entre os homens, excentricidade, associações bizarras, profanação - não eram idéias abstratas acerca da igualdade, liberdade, relatividade, etc, mas "idéias" concreto-sensoriais, gestos coletivos repetidos ao longo de milênios.

A influência das ritualizações do carnaval, transpostas para certos gêneros literários da Antiguidade (o diálogo socrático, a sátira menipéia) e da Idade Média (textos dos mistérios, do teatro e das festas), teria alcançado o ponto máximo na chamada

Renascença com a literatura paródica de Rabelais e Cervantes. Ainda segundo Bakhtin, a partir da segunda metade do século XVII ter-se-ia verificado a inflexão do processo, passando então o carnaval a sofrer a influência da literatura carnavalesca.²

Se o carnaval desempenha este papel na configuração e no conteúdo de certas modalidades instituídas de expressão como a literatura e o teatro, a distância entre as práticas carnavalescas e os discursos que a elas se referem permanece, inevitavelmente. É que a linguagem de formas concreto-sensoriais simbólicas do carnaval, nas palavras de Bakhtin, revogando as hierarquias habituais, enfatiza os aspectos ocultos da natureza humana.

Na literatura, o recurso de Dostoiévski à polifonia resgata a estrutura aberta do grande debate carnavalesco; a escritura histórica da festa não poderia ignorar esse modelo.

As Fontes

O acervo do Museu Oswaldo Cruz, com uma importante documentação produzida e conservada pela administração municipal desde o século XVIII, constitui o principal conjunto de fontes primárias para a história de São Luís do Paraitinga e de suas festas. Ameaçado de destruição em razão da precariedade das condições em que se encontrava, o acervo foi preservado pelo arquivo do Estado e transferido pelo CONDEPHAAT para o atual Centro de Apoio à Pesquisa Histórica, no Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, onde foi organizado, microfilmado e colocado à disposição do público.

Dentre os papéis da Câmara Municipal, núcleo central do acervo, a série Atas da Câmara se impõe como referencial: qualquer informação, direta ou indiretamente relacionada às festas de São Luís do Paraitinga, pode ser contextualizada graças a ela. Graças à sua regularidade e continuidade, as Atas da Câmara e outras séries conexas permitem identificar as pessoas e os grupos políticos que se alternam nos postos de comando político do município, oferecendo ainda indicações para se inserir a problemática política local em conjunturas mais amplas. Aí também se encontram estatísticas demográficas e econômicas do município, e freqüentes referências à situação de instituições religiosas, escolares, sanitárias,

etc, cuja documentação é muito mais precária. Graças às Atas da Câmara, pode-se compreender como até mesmo o principal cenário das festas locais, o Largo da Matriz, não é algo simplesmente dado: entre 1833 e 1839 travou-se uma áspera disputa por tal espaço.

Para a problemática mais específica da festa, as Posturas Municipais constituem outra série importante que, colocada em relação com Posturas e correspondência de outros municípios, e com as discussões travadas na Câmara a propósito de impostos e licenças, por exemplo, demonstra a amplitude dos aspectos econômicos da festa. É temerário recortar desse fato social total por excelência que é a festa uma instância especificamente econômica, mas o historiador não poderia deixar de considerar a questão crucial do choque entre a função nitidamente centralizadora do fisco e a persistência de um mecanismo de regulação da vida em sociedade à base do princípio de reciprocidade, muito mais visível e mais imediato para a população desta região fortemente marcada pela presença da pequena propriedade caipira.

Por outro lado, as Posturas Municipais também revelam um autoritarismo sem meios termos, discurso cristalino e funcional pelo qual os dirigentes políticos, expressando os interesses da grande propriedade e a necessidade de segurança das famílias abastadas a que pertencem, procuram prevenir qualquer possibilidade de tumulto. Os principais destinatários desse discurso disciplinar são em primeiro lugar os escravos, durante a vigência do sistema escravista, e os negros e mulatos a seguir, confundidos agora com as prostitutas e os pobres em geral sob a denominação genérica de desocupados.

No entanto, são freqüentes as evidências de que essa massa crítica, permanentemente sob suspeita, é deliberadamente manipulada quando se apresenta a possibilidade de conquista do comando político municipal por outra fração do grupo social dominante. Este recurso à ameaça de irrupção violenta da população na política se torna mais viável quando as eleições municipais se enquadram num contexto de ruptura ou fissura no sistema político nacional, quando uma facção local pode buscar apoio e legitimidade no governo estadual e a outra, no governo federal.

É essencialmente nestas ocasiões que se manifesta um fenômeno típico de carnavalização turbulenta dos dias de mercado,

quando o ajuntamento da população e o consumo de álcool permitem aos partidos que medem forças por meio de seus valentões transformar o Mercado Municipal e os botequins da cidade em palcos de uma ação espetacular que pode tomar as ruas, envolver a polícia e culminar com a tentativa de empastelamento de um jornal ou com o bota-fora de algum chefe político.

Para o estudo desses tumultos, os acervos dos Cartórios e da Delegacia de Polícia são valiosos, apesar da rígida padronização dos processos e de sua linguagem estereotipada.³ Ao recolher depoimentos, as autoridades adotam inequivocamente o ponto de vista do partido situacionista, e como os processos são demorados, em geral terminam arquivados sem nenhum desfecho, tornando desnecessário com a superação da crise.

Outro conjunto de fontes igualmente importantes está localizado na Paróquia de São Luís do Paraitinga e na Cúria Diocesana de Taubaté. Apesar de precariamente preenchida e apresentando graves lacunas, esta documentação eclesiástica informa a respeito das irmandades religiosas, sua contabilidade, número de associados, periodicidade de suas festas, etc. Uma fonte particularmente interessante é o Relatório da História e do Movimento Religioso da Paróquia de São Luís do Paraitinga, apresentado em abril de 1906 ao bispo diocesano pelo vigário Padre Pedro Ribeiro da Silva.

A imprensa

A imprensa constitui outra fonte de excepcional importância para a história da festa, graças à preocupação descritiva que por vezes caracteriza o texto jornalístico. É necessário observar, no entanto, que os órgãos de imprensa aqui tratados são visivelmente partidários - imprensa de opinião e não imprensa de informação - e atrelados à periodicidade das disputas eleitorais.

Existe imprensa em São Luís do Paraitinga desde 1874, quando circularam algumas edições d'O Paraitinga; em 1880 rivalizaram a **Gazeta de São Luís** e **A Redenção**; **O Condor**, de 1882, é suplemento da **Gazeta de São Luís**; folha do Partido Liberal, é **A Redação** que sobrevive por mais tempo, apesar dos percalços: até 1885.

Já no século XX, durante a Primeira República, circularam, de modo precário, **O Luizense** (1903-1926) e **O Porvir** (1916-

17), seu suplemento; **A Ordem** (1915-16), **O Rebate** (1917), **O Ataque** (1917), **O Lírio** (1918), **A Tesoura** (1919-20), **O Eco** (1919), **Polianthea** (uma publicação comemorativa, de maio de 1921), e **O Paraitinga** (1926-27).

Dentre estes, **O Luizense** é, sem dúvida, o mais importante; apresenta maior estabilidade, apesar de graves interrupções, dentre as quais se destaca o triênio 1910-12, e define o padrão do texto jornalístico no município. **O Paraitinga** de 1926-27, bem como **A Ordem** e **Polianthea**, porta-vozes de grupos políticos opostos ao partido encastelado no **Luizense**, tornam-se muito interessantes na medida em que explicitam a dimensão mais imediata da luta pelo poder em períodos eleitorais e fornecem saborosas caricaturas de seus rivais.

São igualmente importantes os artigos publicados por cidadãos luizenses em jornais de Taubaté, São Paulo ou Rio de Janeiro, geralmente sob a rubrica **Correspondência**; esta é uma seção característica dos jornais da época, dedicada a notícias de outros municípios, funcionando geralmente como canal de expressão das oposições.

Dentre os redatores da imprensa luizense do período, destacam-se:

Bernardo Joaquim Dias, redator-chefe a princípio, proprietário ao final, e principal figura da equipe do **Luizense** por três décadas. Nascido em Portugal, teria chegado à cidade como artista e empresário de um circo de cavalinhos, e pautou-se constantemente como fiel porta-voz da facção política ligada aos interesses dos herdeiros oficiais do Barão do Paraitinga; seus adversários ironizaram terrivelmente seu apego ao poder e aos negócios (hotel, tipografia, prestação de serviços à Câmara Municipal, à Santa Casa de Misericórdia, à Cadeia Municipal, à Caixa Econômica, etc).

O advogado João Cândido Cabral e seu irmão Oscar Cabral, proprietário da Farmácia Cabral, membros do Diretório Político situacionista até meados de 1918, quando passam à oposição. Redigirão a **Polianthea** em 1921 e **O Paraitinga** em 1926-27, associando-se então a Felinto Lopes dos Santos, advogado e oficial do Registro Geral de Terras, a Antônio Ferreira Lima, proprietário de hotel, e a Artur Toledo y Tomassini, dentista.

Os professores José Maria de Castro e José Carneiro de Carvalho, o delegado Ernesto Babo Filho, aparecem como redatores especializados em notas de cunho social e cultural.

Passados mais de cinquenta anos, é difícil identificar todos os redatores, já que o anonimato é a grande regra nessa imprensa partidária. Mas é possível constatar o pessoal das redações é composto de profissionais liberais, certamente oriundos de famílias de classe média.⁴

Na Hemeroteca do Arquivo Histórico de Taubaté, foram consultados 32 órgãos de imprensa, cobrindo o período 1861 a 1918, complementando e contextualizando situações.

Todos esses periódicos impressos devem ser lidos com cautela, visto que o seu caráter francamente partidário desaconselha qualquer ilusão de se encontrar aí algum relato objetivo, alguma informação a indicar com clareza os "fatos".

Num primeiro patamar da crítica interna, há que se considerar a dificuldade em relacionar a importância atribuída por determinado jornal a um dado acontecimento pontual ou a algum processo, e a relevância desse acontecimento ou processo aos olhos da maioria da coletividade. Uma festa de aniversário celebrada no palacete de um chefe político local recebe ampla cobertura na imprensa de sua facção, e passa rigorosamente despercebida na imprensa de seus rivais. Mesmo as grandes festas públicas, envolvendo por vezes milhares de pessoas, podem receber apenas um breve comentário aparentemente neutro num jornal que, dessa maneira, procura limitar o prestígio do festeiro, candidato ou poderoso cabo eleitoral do partido oposto.

É quase um truísmo lembrar que a imprensa veicula o ponto de vista e defende os interesses de certas categorias sociais, disfarçando em geral o particularismo do seu discurso pela retórica dos interesses coletivos. O leitor privilegiado da imprensa da Primeira República é, sem dúvida, o leitor-eleitor. É em função da disputa pelas funções públicas que um reduzido número de famílias se aliam ou se confrontam, sob a cobertura de vagos programas partidários. Mas a crítica deve alcançar outro patamar.

Subjacente às oscilações do discurso político imediato, encontra-se o terreno mais firme do controle social, defi-

nição de papéis sociais e produção do senso comum.

Uma das articulações fundamentais da linguagem desta imprensa burguesa provinciana é a dicotomia Sociedade/Povo. Ela explícita e legítima a segregação entre os grupos sociais no sistema de poder da República oligárquica. "Sociedade" designa a classe social que detém o poder e em cujo interior se admite a alternância no exercício das funções públicas. O "Povo" designa as demais categorias sociais - e aqui os limites são menos precisos, podendo-se entender como "Povo" os eleitores republicanos com suas respectivas famílias e agregados, mas geralmente a noção designa a totalidade dos habitantes da Nação, com uma nítida conotação de objeto informe, massa inerte em que predominam as categorias sociais excluídas da cidadania política.

As várias falas impressas, apesar da virulência com que se enfrentam, harmonizam-se num verdadeiro discurso competente em que algumas imagens, desdobramentos lógicos da segregação fundamental, se repetem constantemente: povo, um doente a ser curado; povo, cadinho racial a ser manipulado para se regenerar a Nação; povo, animal a se domesticar.⁵

Espaço/tempo da norma

Além das fontes primárias, impõe-se a consideração da relevância, para uma história da festa, das coletâneas de normas, posturas e leis emanadas de instâncias superiores à administração municipal e regional.

As **Ordenações do Reino** e a correspondência das ordens missionárias mostram, nas linhas mestras da política portuguesa e na montagem dos fundamentos da sociabilidade colonial, a importância decisiva da imposição do calendário cristão. As festas entronizam as entidades emblemáticas da civilização europeia e enfatizam teatralmente, mais ainda que o poder das autoridades do momento, o próprio princípio da hierarquia.⁶

Mas a participação dos jovens e da população em geral naquelas primeiras festas em que o sagrado e o profano se entrelaçavam espetacularmente para melhor proveito da catequese, foi certamente muito ativa, aproveitando as oportunidades de carnavalesar. Fernão Cardim nota, a propósito do Auto Pastoril representado na aldeia do Espírito Santo em 2/7/1583, que o índio Ambrósio

Pires, fantasiado de Anhangá, saiu do mato invadindo o cenário da festa e entusiasmando os índios "por causa de sua formosura, gatinhas e trejeitos que faz; em todas as suas festas metem algum Diabo, para ser deles bem celebrada".⁷

As festas das Onze Mil Virgens, organizadas pelas confrarias religiosas estudantis dos colégios jesuítas no mês de outubro, por exemplo, foram vistas com suspeita pela alta direção romana da Companhia de Jesus, em razão das máscaras, travestis, presença de mulheres na platéia durante as representações teatrais, etc.⁸

Em 1854, na Bahia, o foco das atenções na festa é um barco a vela que percorre as ruas e praças da cidade,

"mui formosa e toda embandeirada, cheia de estandartes, e dentro dela iam as 11.000 Virgens, ricamente vestidas, celebrando o seu triunfo (...) da nau se dispararam alguns tiros de arcabuzes, e o dia de antes houve muitas invenções de fogo; na procissão houve danças e outras invenções devotas e curiosas. À tarde se celebrou o martírio dentro da mesma nau (...) a obra foi devota e alegre". A descrição permite identificar o recurso erudito, por parte dos professores de Humanidade do Colégio, ao *currus navalis* da tradição dionisíaca greco-romana.⁹

Já em meados do século XVIII, na capitania de São Paulo, persistia a tradição da festa das 11.000 Virgens, com grupos de estudantes mascarados dançando e encenando entremezes pelas ruas da capital e de outras cidades como Guaratinguetá "por muitos dias antecedentes ao da festa das santas virgens."¹⁰

As querelas entre membros das Câmaras Municipais e outras autoridades coloniais por questões de precedência em cortejos como os de Corpus Christi, por exemplo, avultam na correspondência oficial dos Governadores Gerais. As divergências na aplicação do minucioso protocolo das festas reais, que se prolongam também pelo período imperial, mostram a disputa acirrada pelo privilégio de ser visto junto aos símbolos sagrados, mecanismo eficaz de legitimação. A presença de grupos profissionais como os ofícios mecânicos (sapateiros, padeiras) apresentando suas danças

características, conforme a tradição portuguesa, parece antes uma exigência da autoridade que um costume arraigado.¹¹

O juiz vereador Pascoal Roiz Veloso, em 23/5/1799, dia de Corpus Christi, não consegue convencer os demais integrantes da Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga a se reunirem em sua residência para dali saírem com suas insígnias em cortejo rumo à cerimônia religiosa na igreja. Os oficiais da Câmara preferem se reunir na casa do Sargento-Mor da vila, "onde também assiste o Cap. Mor". Como a Câmara Municipal não tem sede própria nesta época, o juiz Pascoal Roiz Veloso insiste em pretender que as reuniões se realizem em sua residência "sumamente pobre" e não "em Casa e presença de Homens poderosos e Senhores de terras". Trata-se de mais um atrito entre o partido dos antigos governantes de São Luís do Paraitinga - cuja decadência se acentua desde a deposição do fundador da vila, o Sargento-Mor Manuel Antônio de Carvalho, em 1791 - e o novo grupo dirigente chefiado pelo Tenente de Cavalaria José Gomes de Gouveia e Silva.¹²

Com a proclamação da República e a extinção do sistema do Padroado, os Decretos e Decisões do Governo Provisório e as Coleções de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil determinam novas normas para o registro civil, casamento, funerais, festas cívicas, feriados religiosos, símbolos nacionais, etc.

Da campanha republicana e da mudança de regime em São Luís do Paraitinga há poucas referências. O jornal taubateano *O Noticiarista* relata a ocorrência de distúrbios em junho de 1889. Ao comemorar a nomeação do Gabinete Ouro Preto, os adeptos do Partido Liberal são reprimidos pelas autoridades municipais, conservadoras, no poder desde 1885; mas reagem provocando a fuga do destacamento policial e do juiz de direito. O partido conservador retoma o poder no município com a República.

Enquanto isto, em Taubaté os republicanos têm acesso ao comando político por algum tempo, e é a imprensa do município que melhor registra os conflitos na região durante os primeiros momentos do novo regime.

Na pequena cidade de Redenção, vizinha de São Luís do Paraitinga, o vigário estaria se utilizando do púlpito para conclamar abertamente a população a votar contra o Governo Provisório, acusando-o de pretender "destruir as igrejas, quebrar as imagens

e apagar o sentimento religioso dos brasileiros". O padre é italiano da Calábria e o **Jornal do Povo** alerta os republicanos patriotas na primeira comemoração da Independência sob regime republicano.¹³

Em 1891, Taubaté vive dias tensos. O **Noticiarista**, porta-voz do Partido Católico, publica um **Viva a Monarquia!** à primeira página a 1º de março; em abril, o padre coadjutor da Paróquia de Taubaté responde a processo por ter celebrado o casamento religioso antes da realização do ato civil; os atritos entre católicos e livre-pensadores se multiplicam, geralmente a partir de incidentes envolvendo alunos e professores do Colégio Americano, dirigido por missionários protestantes.¹⁴

No ano seguinte, comemora-se pela primeira vez em Taubaté o feriado nacional recentemente instituído pelo Governo Provisório em memória de Tiradentes. Em sua página de rosto, o **Noticiarista** reproduz uma crônica de A.C., do **Jornal do Brasil**, em que os republicanos jacobinos e florianistas são comparados à multidão que teria participado festivamente da execução do inconfidente, pois estão aplaudindo as medidas repressivas violentas do Governo Provisório contra os oposicionistas. À página seguinte, o jornal ironiza a sessão lírico-dramática organizada pelos republicanos em Taubaté, em que o doutor Porfírio de Macedo, "através daquele seu sarcasmo ferino, mas impagável", interpelou os oradores Carlos de Escobar (redator do **Diário da manhã**, de Santos) e João Penna, do **Jornal do Povo**; é bastante provável que a festa cívica tenha terminado em tumulto.¹⁵

Já na oposição, os republicanos do **Jornal do Povo** criticam a comemoração da data da Proclamação da República pelos conservadores em 1895. Apenas seis bandeiras no Paço Municipal e três outras nas redações de três jornais; à noite, 22 lanternas - 22 metades de vela... - distribuídas entre o Paço Municipal, a Coletoria, Delegacia de Polícia e a residência do prefeito; uma conferência escolar no Paço Musical com banda de música na abertura e no encerramento; e música com alguns foguetes pela madrugada. Pobre República, conclui o autor da descrição. Efetivamente a festa cívica parece um tanto modesta, sobretudo se comparada às tradicionais festas religiosas do santuário do Bom Jesus do Tremembé, que reúnem milhares de taubateanos católicos.¹⁶

Dois anos mais tarde, os redatores do *Jornal do Povo* se encontram no jornal *A Razão*, militando no Partido Republicano Federal; denunciam o Delegado de Polícia que proibiu manifestação republicana contra os monarquistas de Canudos em Taubaté. Em 1901, agora no jornal *O Taubateano*, o mesmo grupo denuncia o sermão do vigário durante a festa do Tremembé, em que o sacerdote teria criticado a separação entre a Igreja e o Estado, a secularização dos cemitérios, o casamento e o registro civis; e aproveita para denunciar também os bons negócios realizados pelos organizadores da festa religiosa, que não reprimem o jogo.¹⁷

Estabilizado o regime com os governos civis e a Política dos Governadores, os católicos reforçam suas posições, promovendo campanhas populares para recolocar o crucifixo nas salas do tribunal do júri em várias cidades; em Taubaté, com a concordância do juiz de paz, o vigário organiza uma subscrição pública; na Câmara dos Deputados circula um projeto de modificação da bandeira nacional, nova arremetida contra o positivismo.¹⁸

Em 1912, quando a Câmara dos Deputados estuda um projeto de lei que estabeleceria o divórcio, a diocese de Taubaté, recém-criada, envia uma representação assinada por 20.782 católicos, dentre os quais cerca de 1.000 luizenses, em contrário.

Por esta época, as atividades da diocese em São Luís do Paraitinga alcançam cifras espetaculares: em duas semanas de missões, dois padres redentoristas auxiliados pelo vigário de Lagoinha ouvem 2.672 confissões e administram 3.500 comunhões. A chegada do novo vigário, o padre italiano Ignacio Gioia, vem consolidar a sólida presença do clero ultramontano na região; o bispo Dom Epaminondas excomunga, levanta fogueiras com bíblias e folhetos metodistas sob repique de sinos e espocar de foguetes, expulsa pregadores protestantes, reprime manifestações autônomas do catolicismo caipira.¹⁹

Em 1913, inicia-se em São Luís do Paraitinga a campanha pelo retorno do crucifixo à sala do tribunal do júri. A 23 de novembro, uma procissão de 3.000 pessoas conduz a imagem, pelas mãos do diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia, à sede da Prefeitura onde o juiz de direito a instala solenemente, com profusão de discursos, hino nacional, salva de 21 tiros, retretas das duas bandas de música da cidade. A festa pretende selar a reunifi-

cação do antigo partido conservador, gravemente cindido durante a campanha civilista.²⁰

Finalmente, em 1916, o jornal oficial da Diocese de Taubaté anuncia prazerosamente o falecimento do preto Bibiano na enfermaria da Casa de Correção de São Paulo onde cumpria pena sob acusação de atentados ao pudor, "orgias e diabruras". É a revanche católica contra a obra do pastor evangélico Miguel Vieira Ferreira, autor do livro *O Cristo no júri* e deputado na Assembléia Constituinte onde bateu-se pela retirada do crucifixo das salas dos tribunais do júri. O negro Bibiano liderava em São Paulo os negros que se retiraram da igreja Evangélica por não terem seus companheiros brancos cumprido a promessa feita pelo velho pastor, antigo militante abolicionista, de eleger um negro como dirigente após sua morte. Em sua Igreja Triunfante, à rua Santa Rita, Bibiano desenvolveu um ritual que provavelmente tendia para o padrão afro-brasileiro dos cultos de possessão; preso e condenado, há suspeitas de que tenha morrido em consequência de envenenamento.²¹

As digressões desencadeadas pela descrição dos principais conjuntos de fontes ilustram a impossibilidade de se delimitar estritamente o espaço da festa às fronteiras municipais de São Luís do Paraitinga ou mesmo à região Norte do Estado de São Paulo. O próprio espaço nacional brasileiro resulta de relações complexas que o inserem no vastíssimo espaço estruturado pelo capitalismo, a partir da colonização ibérica.

O mesmo pode ser dito a respeito do tempo da festa: mesmo sem a preocupação obsessiva por remotas origens e sem pretender uma abordagem difusionista, é forçoso levar em conta as características básicas da dinâmica cultural desencadeada com a colonização. Mesmo porque a história da festa lida constantemente com a problemática da história das mentalidades, atenta às fricções entre a longa duração das estruturas mentais, dos sistemas de valores, e as modalidades de marcação e controle do tempo desenvolvidas pela expansão do capitalismo e da burocracia.

O Espaço

A festa, ao mobilizar pessoas e coisas, não obedece à geografia convencionalizada pela administração pública. As folias percorrem territórios de vários municípios, angariando doações que representam por vezes fração substancial do "excedente" que as Coletorias prefeririam recolher e distribuir de outra forma. A escala mais apropriada para uma primeira aproximação ao espaço da festa em São Luís do Paraitinga no período 1888/1918 é regional e não municipal.

São Luís do Paraitinga é comumente apontado como um exemplo típico do carácter cíclico e predatório da economia agro-exportadora brasileira. Situado a meio caminho entre o vale do Paraíba e o porto marítimo, o município cresce mais com a intensa circulação do que com a própria produção de café. A decadência da cafeicultura vale-paraibana o atinge em cheio.

A fórmula "cidades mortas" não só designa, mas procura também explicar o processo. Para Monteiro Lobato, as causas da decadência de sua região natal estariam na mentalidade tradicionalista do caipira e do fazendeiro vale-paraibanos, incapazes de dar guarida a novas idéias.

Posteriormente, outras razões foram levantadas e hoje o processo é normalmente explicado pela combinação de razões sócio-econômicas (o sistema de trabalho escravo tornado cada vez mais inviável desde a extinção do tráfico, condenado pela concorrência do sistema de colonato e pelo ascenso do movimento abolicionista) e ecológicas (o empobrecimento das terras submetidas a técnicas primárias de exploração).

Carlos Borges Schmidt, em dois artigos da revista *Paulistânia*, indicou a possibilidade de se repensar o contraste clássico entre o Norte decadente e o Oeste progressista, não apenas como produto de fatores naturais, inevitáveis, mas também como resultante de uma luta prolongada entre grupos de empresários, envolvendo as instâncias de governo provincial e central.²²

Data de 1859 a idéia de uma ferrovia ligando o Norte de São Paulo ao litoral, que se encontra a menos de cem quilômetros de distância de qualquer uma de suas cidades mais importantes.

Antônio Carlos Madeira, jornalista e comerciante nascido em Ubatuba, amigo de Cristiano Benedito Ottoni - o engenheiro que dirigiu os trabalhos da Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil -, esboçou um projeto de ferrovia transversal, ligando o porto de Ubatuba à cidade sul-mineira de São José do Paraíso. O projeto previa um ramal ligando Areias a Paraibuna, servindo à região da Serra do Quebra-Cangalha, que se alonga entre o Vale do Paraíba e a Serra do Mar.²³

O governo imperial, que concedera em 1856 privilégios de exclusividade e garantia de 7% de juros aos capitais ingleses investidos na São Paulo Railway Company - a atual Santos-Jundiaí -, recusou tais vantagens ao projeto de Antônio Carlos Madeira.

A São Paulo Railway é inaugurada em 1867; a ferrovia D. Pedro II chega à divisa da província de São Paulo em 1875; a Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro alcança Taubaté em 1876 e completa a ligação ferroviária entre as duas capitais no ano seguinte.

Assim, toda a exportação de café do vale do Paraíba passa a ser encaminhada para os portos do Rio de Janeiro e Santos. A consequência mais imediata é a decadência vertiginosa do porto de Ubatuba, que centralizava o movimento da exportação e importação do Norte de São Paulo até então. Imponentes sobrados chegam a ser trocados por caixas de charutos.

Cumprе notar que esta não é a primeira vez que o porto de Ubatuba é levado à ruína pela concorrência. Em 1789, quando o capitão-geral Bernardo José de Lorena deslocou a rota do comércio colonial (São Paulo-Ubatuba-Rio de Janeiro-Lisboa), substituindo a escala de Ubatuba pela de Santos, os férteis canaviais ubatubanos foram incendiados por seus próprios donos, que desmontaram seus 25 engenhos; pois, além de forçados a conduzir o açúcar em direção ao Sul até o porto de Santos onde eram cobrados os impostos de exportação, os ubatubanos viam-se ainda espoliados pelos três ou quatro grandes compradores coligados que monopolizavam os negócios daquele porto. Impossibilitados de continuar produzindo açúcar, os fazendeiros ubatubanos voltaram-se para a então nascente cultura do café.²⁴

Durante o período áureo da cafeicultura vale-parai-bana, o movimento de exportação e importação do porto de Ubatuba chegava a um milhão de arrobas por ano, transportadas serra acima e abaixo por tropas de mulas que se abasteciam regularmente de milho e demais produtos e serviços em São Luís do Paraitinga, município situado a meio caminho entre Ubatuba e Taubaté. Tal como outras localidades serranas - Cunha, Paraibuna, Natividade, Redenção, Lagoinha -, São Luís entra em decadência econômica desde 1876, quando a ferrovia D. Pedro II começa a deslocar para o Rio de Janeiro e para Santos aquele enorme fluxo de mercadorias.

A produção cafeeira da região Norte, embora decaia em números absolutos e relativos, continua bastante considerável, atingindo dois milhões de arrobas (20% da produção da Província de São Paulo); as 767.000 arrobas (3,4%) de 1920 serão parcialmente reforçadas pela produção de açúcar (410.000 arrobas) e algodão (210.000 arrobas).²⁵

Mesmo admitindo o declínio da produtividade de suas terras, os dirigentes políticos e homens de negócios da região vêem na parcialidade do poder público a principal razão do novo equilíbrio que progressivamente se consolida em favor dos grandes grupos que especulam com as terras novas do Oeste paulista.

Devido às suas exigências, e tendo já favorecido a organização, em 1871, das companhias Paulista, Mogiana, Ituana, Sorocabana e São Paulo e Rio de Janeiro, o governo da Província de São Paulo finalmente contempla o engenheiro inglês Charles Bernard e o empresário Sebastião da Silva Belfort com a concessão de construir uma estrada de ferro ligando Ubatuba a Guaratinguetá, em 1874.

Logo o diretor da Companhia São Paulo e Rio de Janeiro protesta junto ao Presidente da Província, argumentando que a nova concessão pode provocar a retração dos capitais estrangeiros aplicados em sua empresa diante da redução da renda por eles esperada. O diretor acrescenta que os custos das obras necessárias à travessia da Serra do Mar não poderão ser inferiores a 5:000:000\$000, enquanto que sua concorrente obteve garantia de juros sobre apenas a metade dessa quantia.

Argüido pelo Presidente da Província o engenheiro Charles Bernard apresenta as plantas dos planos inclinados e demais estudos técnicos que fez para reduzir os custos do projeto. O

Presidente submete os dois pontos de vista à decisão da Assembléia Legislativa de São Paulo, que revoga a Lei nº 8 de 1874, retirando a garantia de juros. Charles Bernard, arruinado, enlouquece e termina por suicidar-se.²⁶

Diante dos graves obstáculos levantados contra a ferrovia, a população da região certamente aplaude o gesto do Barão do Paraitinga, dirigente político conservador e rico fazendeiro de São Luís do Paraitinga, que decide nivelar a velha estrada pensando em facilitar o transporte, para Taubaté, dos tecidos de algodão fabricados por seu sócio, o capitalista João Pereira de Souza Arouca. Em Taubaté, um jornal propaga a idéia de se constituir uma linha de troles entre as duas cidades, pois São Luís do Paraitinga, voltado para a policultura desde sua fundação, é o principal abastecedor do mercado de Taubaté.²⁷

Em janeiro de 1884, os comerciantes e capitalistas de Taubaté promovem a tentativa de alcançar São Luís do Paraitinga por uma linha de bondes a vapor. O projeto chega a ser aprovado em primeira discussão na Assembléia Legislativa da Província, mas não se concretiza.²⁸

Em 1887 se desenvolve pela imprensa da região uma campanha pela criação de uma nova província, reunindo a região Sul de Minas Gerais e o Norte de São Paulo; a capital seria a cidade de Taubaté, e Ubatuba o porto. Resposta ao separatismo paulista, largamente apregoado nas folhas do *Diário Popular* e da *Província de São Paulo* sob a fórmula *Pátria Paulista*, o movimento pela formação da nova província se apresenta como desafio ao governo provincial que favorece a colonização do Oeste em detrimento da região Norte.

Esta mesma imprensa regional comenta entusiasticamente a criação de um núcleo de colonização em Picinguaba, no município de Ubatuba, sugerindo a instalação de mais três mil ou mais imigrantes em Mato Dentro e Perequê-Mirim. Longos artigos demonstrando a superioridade do sistema de colonização e a iminência do fim da escravidão são publicados ao lado de cálculos otimistas sobre o orçamento da projetada província.²⁹

No carnaval de 1888 em Taubaté, além de vários carros alegóricos dedicados ao tema do abolicionismo, comemorando a

emancipação dos escravos no município desde fevereiro e criticando o deslocamento dos libertos para os cafezais do Oeste, circula na segunda-feira um carro que "representava a futura província do Sapucaí e um esplêndido Inglês passando ações para estradas de ferro"; outro representa "o trabalho livre na pátria livre" e é muito aplaudido.³⁰

É bem provável que as ameaças separatistas da região tenham favorecido o bom êxito inicial de um novo projeto ferroviário. Dois empresários taubateanos, Francisco Ribeiro de Moura Escobar e Vitoriano Eugênio Marcondes Varela compram em Londres os planos e plantas do engenheiro Cox - que aperfeiçoara os originais de Charles Bernard - e obtêm da Assembléia Provincial autorização para a construção de uma estrada de ferro entre Taubaté e Ubatuba; o apoio do deputado provincial Lopes Chaves parece ter sido decisivo para a assinatura do contrato entre o Presidente da Província e os concessionários. A imprensa taubateana calcula em cerca de 2:000:000\$000 por ano a economia em fretes sobre a exportação e importação da região.

A lei nº 3.397, assinada em 24/12/1888, estabelece privilégio por 30 anos e garantia de 6% de juros sobre parte do capital empregado (correspondendo a 30:000\$000 por km construído). A 5/1/1889, o decreto nº 10.150 regulamenta a concessão. Cabe à Companhia lotear as terras devolutas das margens da ferrovia, que lhe serão cedidas pelo Estado a preço mínimo, com vistas ao estabelecimento de colonos estrangeiros.

Acompanhando a euforia, outro empresário taubateano, Antônio Lustosa Pereira Braga, solicita concessão para outra estrada de ferro, ligando Taubaté à cidade goiana de Catalão, com um ramal para Santo Antônio do Monte em Minas Gerais; fala-se em "far-west".³¹

A 13/3/1889 realiza-se em Taubaté a solene inauguração dos trabalhos preliminares da estrada de ferro. O senador do Império Joaquim Floriano de Godoy é quem bate a estaca simbólica, rodeado de autoridades. Acompanham-no outro senador do Império, Leão Veloso, e os deputados provinciais Lopes Chaves e Rodrigo Lobato, a Câmara Municipal, os concessionários, engenheiros, etc. O senador Joaquim Floriano de Godoy, principal homenageado, é o au-

tor do projeto de criação da Província do Rio Sapucaí, apresentado ao Senado em outubro de 1887. A imprensa taubateana publica longos excertos de seu livro **A Província do Rio Sapucaí**.

O senador Godoy combate a política ferroviária do governo paulista, tendo apresentado, além da proposta de garantia de juros à estrada de ferro Taubaté-Ubatuba, o projeto de prolongamento da ferrovia Ituana até o porto de Iguape, escoadouro natural da região Sul da Província. A ferrovia Taubaté-Ubatuba deverá, no seu entender, impor-se como a saída mais econômica para os produtos de vastas regiões: o Sul de Minas, Goiás e Mato Grosso, o Pará... A partir do rio Paranaíba - divisa entre Minas e Goiás -, longos ramais poderão recolher a produção agrícola e pecuária do planalto central. Tal convicção repousa no cálculo das distâncias: o porto de Ubatuba dista apenas 345 km do rio Paranaíba, enquanto que, pela ferrovia Mogiana - que nesta mesma época já está alcançando o Triângulo Mineiro e logo atingirá Goiás -, cujo porto terminal é Santos, a distância é de 557 km. Também em relação ao porto do Rio de Janeiro, a comparação é sempre favorável ao de Ubatuba, e não apenas em razão das distâncias: além de suas ótimas condições de profundidade e segurança, Ubatuba é salubre e acaba de ser recomendado pela Associação de Imigração da Corte, preocupada com as precárias condições sanitárias do Rio de Janeiro e de Santos.³²

Os trabalhos preliminares da ferrovia se prolongam além do prazo limite, mas a 3/8/1889 um decreto do governo provincial concede mais 6 meses. Em março do ano seguinte, a Companhia ainda não pôde ser incorporada e a sorte da ferrovia está nas mãos do general Francisco Glicério, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Provisório da República, a quem a Intendência Municipal de Taubaté recorre oficialmente e através de publicações na imprensa carioca.

Finalmente, em agosto de 1890 a Companhia está incorporada e Taubaté assiste a duas comemorações: no domingo, a festa oficial promovida pelos ex-monarquistas - agora republicanos situacionistas -, e a festa dos republicanos - na oposição - no dia seguinte, que quase degenera em tumulto; a cidade está profundamente conturbada, os choques entre católicos ultramontanos e republicanos jacobinos são freqüentes.³³

A 22 de setembro, duas mil pessoas comparecem à festa de inauguração dos trabalhos da ferrovia. Na mesma semana, outra festa esplêndida marca o início dos trabalhos em Ubatuba. O Barão de Mesquita entra com pedido de privilégio para construção de uma estrada de ferro entre Taubaté e a cidade mineira de Piumí.³⁴

Apesar da euforia do Encilhamento, o senador Godoy conhece de perto a situação financeira da Companhia, definindo-a como deplorável. Recomenda a contratação de engenheiros capazes de aperfeiçoar o traçado da ferrovia para reduzir os custos. Propõe mesmo que o governo da União encampe a Companhia, que ameaça falência, em novembro. Ao mesmo tempo, mostra-se contrário ao alargamento da bitola do trecho paulista da Central do Brasil: propõe uma alternativa mais barata e racional, a colocação de um terceiro trilho no trecho fluminense. Com esta medida, o conjunto do sistema ferroviário brasileiro se uniformizaria; mas o governo federal se decide pelo alargamento da bitola, e a Estrada de Ferro Taubaté-Ubatuba prossegue existindo apenas no papel.³⁵

Em março de 1891 os sinais da crise financeira geral se avolumam e o jornal taubateense *O Noticiarista*, de tendência monarquista, indaga desesperançado onde estará a causa que tem impedido até agora o efetivo começo dos trabalhos da ferrovia: junto ao governo federal, ou ao governo estadual? Já o *Jornal do Povo*, órgão republicano jacobino em que atua o delegado de polícia e gerente da Companhia de Estrada de Ferro Norte de São Paulo, doutor Fernando de Mattos, é otimista e, em meio a intensa campanha anticlerical, anuncia novos projetos de estrada de ferro: de Taubaté a Amparo - decreto de 16/4/1890, concede privilégio sem garantia de juros - e de Parati a Iguape, com garantia de juros.³⁶

Finalmente, em maio a imprensa anuncia o ansiado começo dos trabalhos, publicando edital de concorrência pública para o fornecimento de dormentes para estrada de bitola estreita. A previsão é de que em dois anos se abrirá o tráfego até Ubatuba.

Instala-se em Taubaté uma importante fábrica de tecidos de algodão; o local é escolhido em função do trajeto da futura ferrovia. A fábrica é inaugurada em maio de 1891, com 170 operários: 24 homens, 80 mulheres e 66 crianças. Além de fabricar meias e malharia, a Companhia Industrial de Taubaté - CIT - fornece

rá apoio a jornalistas e políticos jacobinos, socialistas, maçons; seus proprietários, os Guisard, filhos de um garimpeiro francês, são socialistas e incentivam o movimento operário laico em oposição às organizações católicas solidamente enraizadas na cidade.³⁷

A 16/8/1892, a Cia. Estrada de Ferro do Norte de São Paulo abre subscrição para um empréstimo de 5:000:000\$000 emitindo debêntures ao portador com juros de 7% ao ano; como garantia do empréstimo, hipoteca todo o seu ativo, esclarecendo que a construção foi iniciada há quinze meses e conta com 50 km de leito à espera dos trilhos já expedidos pela Central do Brasil para Taubaté, de modo que em breve estará franqueado o tráfego no primeiro trecho. Pela Cia. EFNSP assinam Honório Ribeiro e o Barão de Mesquita, diretores, e pelo Banco Popular de Taubaté assina o diretor-secretário, Vitoriano Eugênio Marcondes Varela. O ministro da Agricultura, pelo Aviso de 27/8/1892, declara que só autorizará o levantamento de empréstimo no exterior se a Companhia avaliar o custo das obras já executadas e pelo qual o Governo já está pagando juros, de modo que o empréstimo pretendido deverá se limitar à diferença entre esses gastos e o capital total do empreendimento calculado na razão de 30:000\$000 por quilômetro.³⁸

As dificuldades não param aí. O ministro indefere o requerimento da Companhia que reclama da morosidade da Estrada de Ferro Central do Brasil no transporte dos trilhos. A Companhia EFNSP renuncia ao direito de garantia dos juros e obtém autorização do ministro da Agricultura para levantar no exterior um empréstimo bem mais reduzido, de apenas 1:000:000\$000, em outubro. Alguns anos mais tarde, o *Jornal do Povo* admitirá que a Cia. EFNSP cometeu erros gravíssimos, como a maioria das companhias organizadas "no tempo das emissões bancárias"; a Companhia não tinha por fim propriamente executar os seus estatutos, "mas sim enriquecer os seus incorporadores, todos sabem".³⁹

Em janeiro e em junho de 1893, a Companhia protesta pela imprensa contra a má vontade da Central na entrega dos trilhos. No segundo semestre, por falta prolongada de pagamento, o pessoal técnico abandona a Companhia; alguns empreiteiros e subempreiteiros continuam os trabalhos. No princípio do ano de 1894, os operários entram em greve. São cerca de 300 italianos, quase todos da província de Cozença. Depois de mais de nove meses sem rece

ber salário, os trabalhadores já não conseguem comprar a crédito e decidem aprovisionar-se à força, embora de forma relativamente ordeira. Seqüestram os engenheiros italianos Arturo e Frederico Ferrari e ocupam a vila de Redenção a 11 de janeiro; exigem dos comerciantes mantimentos e algum dinheiro, prometendo pagamentos logo que receberem seus salários. Apresentam os engenheiros como testemunhas, assinam vales; estão fortemente armados e arvoram uma bandeira vermelha. A Câmara Municipal de Natividade pede providências; o Chefe de Polícia envia de São Paulo um destacamento de 90 policiais aos quais se juntam 35 membros da Guarda Nacional de São Luís do Paraitinga. A repressão parece moderada. Os grevistas se dispersam pelas matas da serra, muitos reconhecem que "a fome não conhece leis" e os inocentam; mas 34 comerciantes da vila de Redenção denunciam os irmãos Ferrari e o empreiteiro Giacomo Rizzi por conivência e exigem punição.⁴⁰

Em fevereiro, apesar do estado de sítio e censura à imprensa, o jornal *O Noticiarista*, que não dissimula sua oposição ao marechal Floriano Peixoto, anuncia com estardalhaço o quadro apoteótico *O bombardeio da baía do Rio de Janeiro*, com luz elétrica e fogos de bengala, no teatro São João, montado por uma troupe dramática portuguesa. Poucos dias depois, as autoridades municipais festejam a vitória da legalidade.⁴¹

Quando, a 2/6/1894, Floriano Peixoto assina o decreto nº 1.721, declarando caducos o contrato e os privilégios concedidos à Estrada de Ferro Norte de São Paulo, muitos interpretam a medida como represália política: na direção da companhia haveria simpatizantes dos federalistas. O coronel João Afonso Vieira, chefe do diretório político republicano de Taubaté, permaneceu na capital federal por longos meses aguardando a liberação de empréstimo pelo Banco da República, constantemente protelado; como única alternativa para evitar a falência do Banco Popular de Taubaté, pede a liquidação forçada dos bens da ferrovia que deve a este mais de 700 contos de réis. A EFNSP deve também mais de 400 contos de réis aos empreiteiros e sub-empreiteiros. O diretório político municipal, que controla o Banco, procura evitar um desastre maior, alimentando a esperança de receber do governo, logo mais, a concessão para retomar as obras da estrada de ferro.⁴²

Mas a situação se prolonga e se complica. Enquanto

a Cia. EFNSP resiste às pretensões do Banco de Taubaté, uma outra ferrovia, ligando o porto de São Sebastião à divisa do Estado de Minas Gerais, ameaça tomar a dianteira.

O **Jornal do Povo** anuncia por algum tempo a próxima reabertura dos trabalhos da ferrovia que teria sido adquirida por um sindicato inglês com o prazo de dois anos improrrogáveis; os novos concessionários estariam prontos a depositar 300:201\$503 no Tesouro do Estado; mas o contrato não se concretiza, em setembro de 1895 o jornal desmente com pesar as notícias.⁴³

O leilão dos bens da ferrovia, marcado para setembro de 1895 no Rio de Janeiro, é suspenso; graças aos esforços de Lopes Chaves, então na oposição, o Senado paulista aprova em maio de 1896 uma alteração do projeto da estrada de ferro São Sebastião a Minas, fazendo-a passar por Taubaté. A lei nº 422 de 29/7/1896 deixa aberta a possibilidade de se aproveitar as obras da ferrovia Taubaté-Ubatuba; em janeiro de 1898, o decreto nº 520 fixa o traçado da estrada de ferro São Sebastião a Minas passando por Taubaté, contrariando as pretensões de São José dos Campos.⁴⁴

O deputado estadual Esteves da Silva, de Ubatuba, consegue aprovar em primeira discussão o Projeto nº 105 que autoriza o governo estadual a garantir os juros de 7% sobre o capital empregado pela empresa que concluir as obras da estrada de ferro Taubaté-Ubatuba; na justificção, o deputado lembra que a estrada foi projetada há 30 anos ou mais pelo engenheiro Charles Bernard e que cerca de 80 km do leito da linha, ligando Ubatuba às proximidades da vila de Natividade, já estão construídos. Os projetos de estrada de ferro se acumulam e se contradizem, tornando-se por vezes bem claro o simples pretexto eleitoral; e o tempo passa, o governo espera prudentemente que a situação financeira do país melhore, como es creve em 1902 o engenheiro Adolfo Augusto Pinto.⁴⁵

Em setembro de 1905 as esperanças se reacendem. Reunindo-se com o Presidente da Província, Jorge Tibiriçá, alguns representantes políticos do 2º Distrito - senador federal Lopes Chaves, deputado federal Rebouças de Carvalho, deputados estaduais Marcondes de Mattos e Luís Antão da Silva Soares - recebem promessa de execução imediata da lei nº 422 de 29/7/1896, que determina a construção da Estrada de Ferro São Sebastião à divisa de Minas Gerais (São Bento do Sapucaí), passando por Taubaté. Segundo os entusiás-

ticos comentários da imprensa taubateana, há vários sindicatos estrangeiros interessados aguardando a concorrência pública para as obras.

A Câmara dos Deputados aprova em seguida o projeto nº 29, apresentado por Luís Antão da Silva Soares, que acrescenta um ramal ao traçado original da ferrovia, visando favorecer o escoamento agrícola dos municípios de São José do Barreiro, São Luís do Paraitinga, Cunha, Campos Novos, Silveira e Areias. Na justificativa, o deputado cita especialmente a necessidade de assegurar a reabertura da fábrica de tecidos de São Luís do Paraitinga, fechada pelas dificuldades de transporte.⁴⁶

Mas, em julho de 1906, o governo estadual decide favorecer outro projeto, ligando o porto de São Sebastião à cidade de Mogi das Cruzes. O jornalista Antônio Carlos Madeira, numa série de artigos publicados em vários jornais do Vale do Paraíba, historia a longa campanha pela estrada de ferro Taubaté-Ubatuba e tenta, em vão, candidatar-se à deputação estadual para defender o projeto original.

Em dezembro, novo estado de alerta na região: o governo paulista autoriza Augusto Carlos da Silva Teles a construir a Estrada de Ferro São Sebastião a Minas, passando agora por São José dos Campos - lei nº 1.063, garantindo os juros sobre o capital investido na razão de 50:000\$000 por quilômetro construído. O concessionário obtém sucessivas majorações da garantia de juros: lei nº 1.110 de 1907, lei nº 1.160 de 1908. O deputado Pedro Costa, eleito por Taubaté, apresenta em novembro de 1909 um substitutivo propondo novos estudos, pois, passando por São José dos Campos, a ferrovia custaria ao Estado 17.600 contos de réis, ao passo que, aproveitando os serviços já executados no leito de 67 quilômetros da antiga Estrada de Ferro Taubaté-Ubatuba, os custos se reduziriam a 11.900 contos. Além desta economia, o deputado enfatiza a diferença entre o trajeto mais oneroso, que serve apenas às cidades de São José dos Campos e Paraiibuna, e o trajeto mais econômico que serviria Taubaté, Natividade, São Luís do Paraitinga, Redenção e Paraiibuna. O substitutivo é aplaudido pela imprensa de Taubaté e das cidades serranas, mas tem o inconveniente de manter como terminal da ferrovia o porto de São Sebastião e não o de Ubatuba. O engenheiro Luís Domingues entra com pedido de concessão para construção de uma

estrada de ferro entre Ubatuba e o Sul de Minas, visando certamente convencer a Assembléia Legislativa de São Paulo a aproveitar por inteiro o leito de 80 quilômetros já preparados desde 1894.⁴⁷

Um mês após a oficialização da vitória eleitoral do marechal Hermes da Fonseca, em agosto de 1910, cerca de 5.000 taubateanos comemoram nas ruas a decisão do governo federal que autoriza Antônio José Ribeiro da Silva e Gabriel Nogueira de Toledo a construir uma estrada de ferro ligando Taubaté a Natividade e concede subvenção de 15:000\$000 por quilômetro. Mas os obstáculos se acumulam: o Tribunal de Contas recusa-se a registrar o contrato entre o Governo Federal e os concessionários; os trabalhos preliminares são morosamente executados por funcionários da Prefeitura do Estado; os terrenos não são desapropriados; em breve malogra o projeto.⁴⁸

O ex-deputado estadual Manuel Bento Domingues de Castro, sobrinho do Barão do Paraitinga, associa-se ao banqueiro taubateano Otaviano de Moura Andrada, e requer ao Congresso do Estado de São Paulo concessão para construir outra ferrovia, ligando Taubaté a São Luís do Paraitinga. Após perder a vaga na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, reservada à sua família por trinta anos ou mais, e de perder o comando político de São Luís do Paraitinga, o coronel Manuel Bento ainda tem o desprazer de verificar que o traçado da ferrovia apoiada pelo governo federal não inclui a "sua" cidade. Sua petição ficará sepultada entre centenas de outras no Congresso paulista, aguardando o parecer de alguma comissão.⁴⁹

A 2/5/1911, pelo decreto nº 2.047, o governo paulista indeniza Augusto Carlos da Silva Teles com 600:000\$000 por considerar finalmente inviável a Estrada de Ferro de São Sebastião a Minas via São José dos Campos. O empresário taubateano Francisco Ribeiro de Moura Escobar, que conserva os bens da extinta Estrada de Ferro Taubaté-Ubatuba, apresenta numerosos requerimentos à Câmara dos Deputados, onde as comissões de Obras Públicas e de Fazenda não manifestam simpatia pelas suas pretensões. O empresário acena com um forte grupo financeiro inglês que teria confirmado ao senador federal Alfredo Ellis seu interesse no empreendimento. Além das vantagens para a região do Norte paulista na redução da distância e dos fretes, a ferrovia permitirá o escoamento da produção de minério de

ferro da região de Itabira, em Minas Gerais, visto que o porto do Rio de Janeiro é 200 quilômetros mais distante.

Afinal, a 29/12/1913, o decreto nº 10.640 do governo federal restabelece a concessão de 1888, suprimindo apenas a garantia de juros; a ferrovia ligará Ubatuba a Paraisópolis, no Sul de Minas. A 30 de janeiro de 1914 o concessionário e o ministro da Viação assinam o contrato, mas o governo do Estado de São Paulo não reconhece a revalidação da concessão pelo governo federal! Em julho, o ministro da Viação prorroga por mais seis meses o prazo para a incorporação da Companhia.⁵⁰

A guerra mundial vem prejudicar a empresa, pois os capitalistas com quem contava Francisco Ribeiro de Moura Escobar se retraem. O país inteiro sofre as conseqüências da crise; somente em fins de 1916 é que se constitui por fim a Companhia do Porto e Estrada de Ferro Nordeste de São Paulo. O Presidente da República, Wenceslau Brás, assina a 10/1/1917 o decreto 12.362, concedendo privilégio por 60 anos, sem garantia de juros, para a construção da ferrovia Taubaté-Paraisópolis com prazo de 5 anos para estar concluída.⁵¹

O decreto nº 26.587, de 6/12/1931, tornou caduca a concessão.

Os textos jornalísticos e as memórias impressas são unânimes ao apontar a responsabilidade dos "ingleses da Santos-Jundiaí" pelos sucessivos fracassos do projeto ferroviário regional. Certamente justa quanto ao essencial, a explicação peca no entanto por simplismo ao deixar de levar em conta a concorrência feita por outros grupos regionais, ligados aos municípios de São Sebastião e São José dos Campos, por exemplo, nem o interesse das empresas públicas e privadas ligadas ao complexo do porto do Rio de Janeiro, de onde a ferrovia e o porto de Ubatuba desviariam boa parte dos negócios; e, principalmente, deixa de perceber a transferência do país à área de influência do capitalismo norte-americano, acelerada pela primeira guerra mundial. O petróleo e o automóvel substituem o carvão e a locomotiva. Marca significativa da transição para esta nova época é a realização do 1º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, de 31 de maio a 7 de junho de 1917.

Malogro após malogro, as pequenas cidades da região,

especialmente aquelas não servidas pela estrada de ferro Central do Brasil, adaptam-se à conjuntura de estagnação econômica. A geada de 1918 elimina boa parte dos antigos cafezais; os pecuaristas sul-mineiros ocupam progressivamente as terras expulsando o caipira e intensificando o êxodo rural. A produção local se volta para o mercado interno. São Luís do Paraitinga e outros municípios que sonharam um dia reciclar sua velha economia inserindo-se no circuito das trocas entre a agropecuária do Brasil Central e os polos industriais do Hemisfério Norte por meio de uma ferrovia que não houve, cochilam agora junto à cidade balneária, embaladas pelo ronco do caminhão leiteiro.

Esboçadas as coordenadas gerais de um espaço que não deve ser pensado como região votada à estagnação e decadência por fatores de natureza exclusivamente infraestrutural, mas como processo e produto de múltiplas relações entre sujeitos sociais e instâncias de poder, cabe agora esquadrihar mais de perto o espaço da festa.

Produção social de um lugar: O Largo

Sagrado ou profano - o dualismo kantiano de Durkheim fixa os termos do debate. A festa subverte, ou apenas reproduz e prolonga as relações sociais que dão forma e sentido ao espaço cotidiano? A refutação do utopismo prevalece na literatura especializada: o espaço da festa permaneceria profundamente compartimentado e hierarquizado, remetendo enfaticamente ao cotidiano, mesmo naquelas situações provisórias em que algo especial - a "communitas", o "sentimento de festa verdadeira"? - acontece. E, no entanto, a idéia da "verdadeira festa" fascina aqueles que vivenciaram a falência das ilusões revolucionárias de uma geração e buscam um sentido para a existência.⁵²

Ao examinar as festas de um município paulista ao longo dos primeiros trinta anos da República, privilegiando conscientemente as fontes escritas, o pesquisador atentará para os lugares que produzem os discursos registrados nestas fontes: a Câmara Municipal, a redação de jornal, a igreja, os cartórios, a delegacia de polícia, a escola, o hospital... Ora, as festas se desenrolam na cidade e na roça, mobilizam "povo" e "sociedade", transi-

tam em recintos públicos e privados, sagrados e profanos. Dialética, ou poética do espaço? Do lugar em que trabalha, o historiador hesita entre a exploração cartesiana do detetive e o devaneio distraído do "flâneur".

O antropólogo Roberto da Matta considera básica a oposição entre a casa e a rua, afirmando que se trata de um instrumento poderoso na análise do mundo social brasileiro, sobretudo quando se deseja estudar sua ritualização. Numa dialética em que a casa subentende um universo de controle e autoritarismo, a rua designa o mundo com seus imprevistos, acidentes e paixões, a praça aparece como uma área de encontros, uma espécie de sala de visitas urbana. Ali se concentram o jardim, os edifícios do poder religioso e do poder político e, por vezes, os estabelecimentos comerciais - quando a praça se confunde o "centro". A praça, ponto focal dos olhares, representa os aspectos estéticos da cidade, seria uma metáfora de sua cosmologia.⁵³

O Largo da Matriz, hoje Praça Oswaldo Cruz, sala de visitas de São Luís do Paraitinga, é o ponto central de quase todas as suas festas. As sacadas dos casarões que a contornam parcialmente são como os balcões nobres de um imenso teatro. Os velhos papéis da Câmara Municipal tornam possível resgatar as condições em que tal espaço privilegiado se definiu.

A igreja matriz passou por uma importante reforma, poucos anos após sua construção. Desde 1833, sabendo que a nova planta da igreja, deslocado em 90 graus o seu eixo, deixaria livres algumas datas em pleno centro da vila, os membros da Câmara Municipal tentam apoderar-se delas. A 8/11/1836, o prefeito concede as datas a seis amigos e correligionários. Dois anos mais tarde, a nova Câmara questiona a concessão: o terreno, aplainado "pelo Povo" - provavelmente sob forma de mutirão - e abençoado, pertence ao templo e à comunidade há mais de sessenta anos. Apenas os vereadores Castro e Damião insistem na defesa de seus parentes e amigos; a Câmara vota com o vereador Gouveia e solicita providências ao Presidente da Província, argumentando que a estética da Praça ficará comprometida caso se construam sobrados nas referidas datas. A Presidência da Província autoriza a revisão da concessão; a Câmara decide, contra o voto do vereador Damião, proceder a uma nova demarcação da área.

Mas os interessados se defendem, representam ao Presidente da Província e cobrem de atenções a pessoa encarregada pelo juiz de direito para vistoriar as datas. Afinal, mesmo que reduzidas as suas dimensões, as datas permanecem em mãos dos primeiros beneficiados: em 1873, no inventário de Francisco Ferreira Damião figuram dois sobrados no Pátio da Matriz, um deles ao lado de seu colega de verença Pedro Paulo Pereira.⁵⁴

Conhecida a maneira pela qual se organiza o próprio cenário privilegiado da festa, espaço comunal apropriado por fazendeiros e comerciantes abastados à época do início da expansão cafeeira pela região, torna-se possível supor com segurança a intensidade das formas concreto-sensoriais de comunicação(*) que terão certamente se manifestado ali ao longo de 150 anos de festas.

Muitos dos atritos entre facções políticas, que afloram tão freqüentemente em cada festa, têm origem em antigas (ou recentes) disputas materiais entre algumas poucas famílias que, excluindo os escravos e as famílias livres pobres, se alternam e se interpenetram, produzindo configurações confusas de aliança e oposição no decorrer do exercício da dominação concreta e da política oficial.

É cabível supor, portanto, que o tumulto, a violência que ameaça explodir em cada grande ajuntamento festivo e que as autoridades constituídas buscam a todo custo conter, expressa o inconformismo da multidão perante as desigualdades fundamentais da organização social.

Outro recorte importante no espaço urbano é o Mercado Municipal, cenário ocasional de tumultos, geralmente em períodos de campanha eleitoral.

Segregação do negro

Se a festa é normalmente descrita de fora, a partir de imperativos do tempo cotidiano e profano, este alheamento é ainda maior quando se trata de festas do mundo rural. A palavra escrita adota de maneira explícita o ponto de vista urbano da administração civil ou religiosa, do comércio e das profissões liberais. A

(*) A expressão é de Mikhail Bakhtin.

crônica e outros gêneros literários recorrem usualmente às memórias de infância e aos estereótipos da época.

São João é, no entender dos citadinos, a festa rural por excelência. Os estudos do folclore buscam as origens das festas juninas em épocas remotas, recuando, alguns, até o Neolítico. A origem portuguesa das festas juninas brasileiras é incontestável, variando apenas as opiniões quanto à importância de traços indígenas e africanos que se agregaram ao núcleo central da tradição, celebrada nas aldeias jesuíticas da Bahia desde o século XVI.

O processo explicativo acentua os ritos agrários de fertilidade e as práticas rituais divinatórias, visto que a festa marca o período de fartura, mas também a apreensão face à incerteza do próximo ciclo agrícola. Outro aspecto enfatizado pelos especialistas é a função gregária da festa, reatando os laços de solidariedade, vizinhança e parentesco. A violência, sempre referida como algo apenas incidental, já foi apontada como elemento igualmente essencial da relação comunitária, expresso pela importância do desafio na festa e nas diversões.⁵⁵

As referências às festas juninas na imprensa e na documentação escrita de São Luís do Paraitinga e cidades vizinhas, durante o período em consideração, mostram antes de mais nada a segregação social. São João, quando notícia, é festa de gente da cidade que vai à roça; mas não se trata de confraternizar com qualquer um. Num texto que descreve sumariamente os festejos juninos de 1863, em Paraibuna, quase toda a população urbana vai aos sítios e fazendas. Nenhuma alusão às práticas religiosas da festa: apenas o levantamento do mastro, folguedos, fogueira, foguetes, jantar. O texto prefere explorar a repartição sócio-espacial da festa na fazenda do tenente-coronel José de Souza Melo: o salão em que se dança à francesa, entre sedas e engomados, a sala em que se joga lansquenet; noutra sala "o nosso original batuque com seu dançar rústico mas expressivo, com seu canto de letras quebradas mas harmonioso e saudoso"; "lá no terreiro o brutal jongo com seus guinchos como os da alimária", e, junto à fogueira, a prosa dos fleumáticos.

Cinquenta e oito anos mais tarde, a festa de São João na fazenda do major Euclides Vaz de Campos, chefe político de São Luís do Paraitinga, mantém a mesma estratificação. O baile con-

grega a "sociedade", como o jornal demonstra alinhando os nomes das famílias convidadas; o cateretê reúne provavelmente a média e pequena propriedade, e o jongo identifica os negros, agora trabalhadores assalariados ocasionais.⁵⁶

Executando-se a preocupação pela retenção de mão-de-obra na região - problema que se manifesta de modo particularmente agudo por volta da Abolição - a escrita registra dia a dia a intolerância dos grupos que se auto-denominam "Sociedade" contra quaisquer atitudes não servis dos ex-escravos durante todo o período estudado aqui.

Um indício eloqüente da insegurança dos brancos diante da nova conjuntura selada pela Abolição é o Provimento nº 27, expedido pelo juiz de direito João Cândido Rodrigues de Andrade em 30/11/1888 na comarca de São Luís:

"Tendo se espalhado idéias comunistas e contrárias ao direito de propriedade entre os ex-escravos e a população rústica do município, segundo me consta, até reunindo-se em grande grupo para solenizar sessões em que tratam talvez de executar idéias tão perigosas, recomendo a observância do artigo 285 do Regimento do Código Criminal como prova de zelo". É bastante provável que o juiz esteja se referindo às festas e batuques dos negros, ouvidos à distância com desconfiança e interpretadas como ritos bárbaros.⁵⁷

Às autoridades e às famílias que compõem a boa "sociedade", só interessa ver o negro submisso em busca de um salário.

A Abolição foi relativamente pacífica no município de Taubaté, tendo várias fazendas emancipado seus escravos às vésperas do desenlace institucional do processo. A imprensa local apresenta numerosas informações a respeito do comportamento rigorosamente conservador e vingativo dos fazendeiros de alguns municípios, especialmente de Guaratinguetá. Várias fugas coletivas de escravos são articuladas por abolicionistas desde que o município emancipa seus cativos em 4/3/1888 e acolhe os foragidos.

Em plena euforia abolicionista, a imprensa taubateana-

na discute o problema da organização do trabalho. Os fazendeiros são convidados a comparar as vantagens do trabalho assalariado sobre o trabalho escravo - 300\$000 por ano para manter um escravo, contra apenas 120\$000 por um bom trabalhador assalariado. As autoridades são instadas a criar escolas noturnas para evitar que os libertos cedam "aos instintos de uma natureza privilegiada para o mal" e aos "instintos irracionais da educação herdada na atmosfera das senzalas".⁵⁸

Naqueles mesmos jornais em que figuram, se ainda escravos, como vítimas infelizes de um sistema - agora - hediondo, os negros, se libertos, são descritos como uma classe perigosa.

Na festa solene de emancipação dos escravos do município de Tremembé, o principal orador, desembargador Aureliano Coutinho, juiz de direito, dirigindo-se aos libertos, enaltece a generosidade dos ex-senhores e recomenda a permanência "nos estabelecimentos onde receberam o batismo regenerador da liberdade"; aconselha-os a demonstrar "que nem sempre o dia da liberdade era a véspera do dia da ingratidão e o começo da vagabundagem e do vício"; os libertos devem "gozar a liberdade no seio das santas alegrias do trabalho", cuidando de não prejudicar seus ex-senhores e nem a si mesmos, "porque as dobras do manto da miséria, que a ociosidade e o vício produzem, haviam de envolvê-los também e sobre as suas cabeças pesariam mais que sobre as outras cabeças."

Mais eloqüente se mostra o delegado de polícia de Taubaté, que, uma semana após a emancipação local, já faz trazer à sua presença os libertos, obrigando-os a tomar uma ocupação decente, logrando convencer num só dia mais de quarenta ex-escravas; a imprensa aplaude e solicita apenas que os policiais não prendam por engano as negras já contratadas (a maioria como cozinheiras). Dez meses mais tarde, o sub-delegado Malhado Rosa manda prender às costas de suas vítimas a tabuleta Aluga-se esta vagabunda, fazendo-as percorrer a cidade sob escolta policial até que alguém lhes proponha um emprego - por um salário que se pode imaginar em tais condições.⁵⁹

Em São Luís do Paraitinga, a Abolição foi recusada até o fim pelos fazendeiros liderados pelo Barão do Paraitinga, chefe do Estado Maior do 14º Batalhão da Guarda Nacional - com seis Companhias - e baluarte do Partido Conservador na região desde os

anos 1840.

As referências a quilombos no município são muito freqüentes. A negra Rosa, morta por capitães do mato ao oferecer-lhes resistência num quilombo do bairro do Chapéu em 20/11/1872 não deve ter sido um caso excepcional. Também os abolicionistas sofreram intimidações, como revelam alguns processos cíveis de 1887 no Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga. O rico comerciante português Manuel Garcia Braga e João Eloy de Castro Guimarães, também negociante, são denunciados por mais de cinquenta lavradores liderados pelo Barão do Paraitinga, por aconselhar a fuga aos escravos que fazem compras em seus estabelecimentos. O delegado de polícia é por sua vez denunciado ao juiz de direito pelos comerciantes; conivente com os proprietários de escravos, teria utilizado a força policial para vigiá-los ostensivamente e prejudicar seus negócios sob pretexto de proteção. Em sua defesa, o delegado de polícia afirma ao juiz de direito que nos últimos tempos têm-se dado repetidas fugas de escravos de diversas fazendas, "e em algumas delas até sinais e vestígios de revolta, folha de um plano assentado"; acusa como responsáveis os dois comerciantes e admite ter agido em sintonia com os mais importantes fazendeiros do município ao prender todos os escravos que tentaram entrar nos dois estabelecimentos sem autorização escrita dos seus senhores.⁶⁰

Em 1880, os herdeiros do Barão do Paraitinga são surpreendidos pela notícia, publicada pelo jornal *Correio Paulistano* de 2 de fevereiro, de que teriam libertados os seus escravos. O coronel Manuel Bento Domingues de Castro, futuro deputado provincial, oficia ao coletor evitando que este dê baixa na matrícula dos escravos da poderosa família.⁶¹

Abolida a escravidão e instalada a República, os processos criminais envolvendo negros apresentam quase sempre algum quilombo como referencial significativo no espaço de vivência de um contingente numericamente expressivo da população. (*)

Excetuando-se as crônicas edificantes em que um ou outro indivíduo de cor negra é citado como exemplo de resignação à dor e à solidão, tudo o que se escreve a propósito dos ex-escra-

(*) Em 1872, dentre 10.346 pessoas recenseadas na Paróquia de São Luís do Paraitinga, contavam-se 3.280 não-brancos, dos quais 1.835 eram escravos.⁶²

vos na imprensa municipal revela a persistência de mecanismos de rebaixamento e exclusão, muitas vezes inteiramente explícitos. Os locais citados pontuam os circuitos da marginalidade em relação ao espaço moralizado e laborioso em que a "sociedade" se representa instalada: vadiagem, jogo, prostituição, tumulto, crime, feitiçaria.

Em 1917, *O Luizense* transcreve notícia publicada pelo *Correio de Campinas* ilustrando de modo exemplar a expectativa das autoridades constituídas e da "sociedade" em relação ao negro. É a história de Moisés Teixeira, filho de ex-escravos, condenado por assassinato; em dez anos de prisão, não só aprendeu a ler e bordar, como também ensina e dá assistência moral aos demais detentos, contribuindo zelosamente na administração da cadeia pública, a ponto de merecer uma petição de liberdade encaminhada ao Presidente do Estado. O regenerado, portador de um nome altamente simbólico, aparece a perambular pelos órgãos da imprensa burguesa como se fora um guia apontando o único caminho de redenção possível para os deserdados do século.⁶³

A dimensão ideológica mais abrangente desta questão - o lugar do negro na sociedade brasileira - se apresenta às claras em um texto referente à obra de Oswaldo Cruz, o mais famoso cidadão nascido em São Luís do Paraitinga, publicado por Antônio João Veloso no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro a 10/6/1918 e transcrito pelo *Luizense* quando da festa de inauguração do busto do cientista na Praça da Matriz. Depois de traçar um retrato parnasiano do cientista e do homem Oswaldo Cruz, Leão Veloso desvela o que esteve realmente em jogo na epopéia da erradicação da febre amarela:

"Durante cerca de 70 anos, quase um século, a terrível epidemia dava cabo anualmente de mais de mil vítimas no Rio de Janeiro. E a sua predileção especial para o branco europeu e puro, ao mesmo tempo em que a resistência da raça negra ao vírus, estava realizando entre nós o paradoxo hediondo da seleção da raça negra, com exclusão da branca".⁶⁴

A ansiedade das elites brasileiras quanto ao equilíbrio das raças na composição do povo, estimulada pela difusão das idéias do Conde de Gobineau a pedido do imperador Pedro II para justificar o financiamento da imigração europeia, como se vê, permane-

ce bastante ativa ainda em 1918.

Frente à atitude dúplice da "sociedade" que por um lado o segrega e por outro o força à integração subalterna, o ex-escravo prefere resistir ao aviltamento do trabalho em tais condições de coerção e migra - para o Oeste, para as grandes cidades - ou se fiza à margem. É aí, à margem, que a crônica literária e, posteriormente, a etnografia vão registrar as festas de negros. Os "pontos" transcritos sugerem uma tensão constante entre os temas da pobreza e marginalização e a consciência de liberdade frente à alternativa do trabalho alienado.

Mesmo nas festas urbanas, quando a plebe - ex-escravos e caipiras - se deixa enquadrar pelas autoridades e encena rituais de submissão (*), o recurso à carnavalização é sinal de in conformismo e contenção.

A cobertura da comemoração da Abolição da Escravatura em São Luís do Paraitinga em 1917 pelo Luizense, excepcionalmente longa e detalhada em relação às de outros anos, permite vislumbrar alguns indícios do crescimento de uma identidade negra. A festa cívica reúne cerca de duas mil pessoas que desfilam pela cidade acompanhando os organizadores Américo João Pereira e Apolinário de Moraes Madrugada. O cortejo noturno homenageia as autoridades e aplaude os discursos proferidos pelo representante da Câmara Municipal, pelo juiz de direito, pelo delegado de polícia, pelo coletor estadual, por um membro do diretório político republicano, por um redator do Luizense. Américo João Pereira também saúda seus companheiros de uma janela do edifício da Câmara Municipal. A carnavalização se insinua através da paródia à retórica pomposa dos bacharéis representantes da "sociedade" e das instituições republicanas:

"Terminada a passeata pelas ruas da cidade e, quando já em caminho para ter lugar o piramidal jonco, da escadaria fronteira à igreja matriz usou da palavra o senhor Apolinário Madrugada. Este discurso, circuncisflauticamente falando, como em todos os que profere o senhor Madrugada,

(*) A expressão é de Carlos Rodrigues Brandão.

nesta e noutras datas, foi a nota alegre da brilhante festa. O jongo, que se prolongou até o raiar da aurora de segunda feira, correu muito animado, sendo até altas horas assistido e apreciado por muitas famílias da cidade".⁶⁵

O redator sublinha o caráter ordeiro da manifestação e adota um tom paternalista e condescendente sempre que designa os "nossos homens de cor", mas quando insiste em desculpar-se junto aos promotores da festa por resumi-la tão brevemente, é possível que tal justificativa complete sutilmente a manobra de ocultação de algum momento decisivo da festa. Pois, num 13 de Maio que bem pode ter sido este de 1917, a multidão celebra a Abolição com um gesto muito eloqüente: o preto Egídio quebra a golpes de malho, junto ao pelourinho que permanece ainda no Largo da Matriz, algumas algemas de ferro próprias para escravos, que então se exibem à venda num determinado estabelecimento comercial de São Luís do Paraitinga.

Por outro lado, se todos os discursos de Apolinário Madruga são circuncisfláuticos, como afirma o jornal, sugerindo com isto que a comunidade negra e plebéia se caracterizaria pela falta de um verdadeiro civismo, é possível interpretá-los de maneira diversa. Diante das condições severas de intimidação e segregação com as quais se defronta, a multidão certamente manifesta sistematicamente seu inconformismo pela carnavalização, consciente da desproporção de forças.

Ora, é neste mesmo local, Largo ou Praça da Matriz, que, em agosto do ano seguinte, a festa solene de entronização do busto de Oswaldo Cruz oferecerá aos redatores do Luizense a oportunidade de afirmar a pretensão hegemônica da "sociedade" sobre a comunidade caipira "supersticiosa e fanática" e sobre a coletividade negra, vencido o "paradoxo hediondo" da febre amarela.⁶⁶

O espaço caipira

As festas de santo nas capelas rurais e mutirão são as modalidades mais freqüentes de festa camponesa ou caipira. Antônio Cândido e Maria Sílvia de Carvalho Franco focalizaram a solidariedade e a violência, elementos constitutivos da relação comunitária. Abordar a festa caipira a partir do que dizem as fontes

escritas (e urbanas) é constatar de imediato uma inexorável estratégia de diferenciação social. Mais que os grandes senhores rurais, que detêm de fato o poder, a pequena fração de famílias ligadas à administração pública, ao comércio e às profissões liberais se esforçam constantemente no sentido de estabelecer barreiras culturais entre "cidade" e "roça", no sentido espacial, tal como entre "sociedade" e "povo" no sentido sociológico.

Além de procurar com avidez todos os traços da civilização burguesa européia passíveis de serem importados como moda, a "sociedade" recorre à caricatura do caipira para designar o outro, cuja existência é fundamental na edificação de um novo modelo de sociabilidade exclusiva, necessária à sobrevivência de um sistema de estratificação social vigente desde 1840, pelo menos, e profundamente abalado pela decadência da região face à concorrência do Oeste paulista e dos polos industrializados.

Desde Martins Pena e Manuel Antônio de Macedo, pelo menos, os tipos caipira, roceiro, sertanejo, etc, já eram personagens clássicos do teatro e da literatura. Mas, a partir de setembro de 1914, a figura de Jeca-Tatu, criação do fazendeiro-escritor José Bento Monteiro Lobato, impõe-se no imaginário nacional. Bacharel recém-formado, Monteiro Lobato publica na seção "Queixas e Reclamações" do jornal O Estado de São Paulo uma carta, Velha Praga, ditada pela indignação do fazendeiro impotente frente às queimadas. O responsável é o caipira, "um piolho da terra", funesto parasita a vegetar na penumbra das fronteiras entre a civilização e a natureza. O nomadismo de Jeca-Tatu é explicado pelo esgotamento das terras que ocupa, ou pela expulsão: "ao caboco, toca-se", recurso de praxe - dos fazendeiros - que não pune, já que o Jeca é por natureza nômade... As queimadas, além de completar a desolação da natureza, alastram-se pelo mato alheio. Esta é a principal razão da indignação do fazendeiro, que não pode nem mesmo processar Jeca-Tatu porque ele é "eleitor do governo".

Em outro artigo enviado ao mesmo jornal, Monteiro Lobato completa o retrato de Jeca-Tatu, um violento ajuste de contas com o romantismo literário e político. Aqui, o caipira é comparado a um cogumelo, o sombrio urupê de pau podre. Lobato ataca a mistificação romântica: na época de Rondon e da Etnografia, esboroa-se a imagem irreal de Peri e surge o vulto do selvagem real

- feio, desinteressante, incapaz muscularmente de arrancar uma palmeira e incapaz moralmente de amar Ceci - um antropófago. Mas o romantismo sobrevive à falência do indianismo travestindo-se em caboclo. Ora, o caboclo não passaria de um descendente dos antigos degredados. Monteiro Lobato o pinta como aquela, dentre as raças que convergem para a formação da nacionalidade brasileira, que se apresenta invariavelmente de cócoras. Adepto incondicional da lei do menor esforço, Jeca-Tatu, agachado, espreita de longe o que se passa na civilização.

Um discurso de Rui Barbosa no Teatro Lírico do Rio de Janeiro durante a campanha eleitoral de 1919 transforma Jeca-Tatu em símbolo nacionalmente conhecido; a tiragem do livro *Urupês*, já na 4ª edição, alcança trinta a quarenta mil exemplares, quando a regra é apenas mil exemplares. No prefácio dessa edição, Lobato revê alguns pontos de vista, deslocando sua indignação contra a oligarquia que monopoliza o poder e explora o trabalho dolorido do Jeca, vítima das péssimas condições de saúde e higiene em que é relegado. Assim, o estereótipo se completa, recuperando a "sociedade" a opção de referir-se ao caipira, ora de maneira negativa, da jocosidade à repressão armada, ora de maneira edificante e paternalista.

O êxodo rural na região do Norte paulista é identificado por muitos como efeito da concorrência desleal feita pelos empresários das novas regiões produtoras de café. No período crítico da Abolição, a imprensa de Taubaté denuncia com freqüência os aliciadores de ex-escravos para as fazendas do Oeste, aplaude a polícia que força os libertos a buscar trabalho, reclama do governo estadual a instalação de colônias de imigrantes juntamente com a ferrovia para Ubatuba, discute se convém transformar o imigrante em pequeno proprietário ou pagar-lhe salário, insiste na urgência de financiamento barato aos lavradores - de preferência, através do recém-criado Banco Popular de Taubaté. O trabalhador, o caipira, citado freqüentemente como "vagabundo por natureza", é submetido a minucioso exame.

O conselheiro Paula Souza, em matéria publicada no jornal *A Província de São Paulo*, transcrito por dois jornais taubateanos, explica a antiga indolência do caipira pela compreensível repugnância do homem livre pelo trabalho ao lado do escravo, e

afirma que agora, desaparecendo a escravidão, os caipiras são numerosos a buscar trabalho junto aos lavradores; observa que o caipira é muito menos exigente que o imigrante, comendo do caldeirão do negro e dormindo na mesma senzala com os ex-escravos.⁶⁸

Um artigo do *Diário Paulista*, de Taubaté, mostra que o mal reside justamente na obstinação dos fazendeiros do Norte paulista em remunerar miseravelmente o trabalho. Depois de lembrar que a mentalidade escravista era compreensível no início do século, quando se pagava menos de cem mil réis por um escravo, mas tornou-se irracional desde que o preço alcançou dois contos de réis, o redator - Z. - procura convencer os fazendeiros da região a adotar uma nova atitude face ao trabalhador assalariado. Apresenta como exemplo o sistema por ele adotado em sua própria fazenda: preparou alojamento e ofereceu bom salário aos ex-escravos e aos trabalhadores nacionais, que acorreram prontamente, organizou o trabalho por grupos sob forma de empreitada sob a direção de capatazes - um dos grupos mais ativos, composto de caboclos e ex-escravos, é capitaneado por um liberto, antigo feitor de escravos da fazenda. A causa da escassez de mão-de-obra na região não está na indolência do caipira nem na ignorância do negro, mas na sordidez do fazendeiro (sic), que paga sete a oito mil réis por mês a seus assalariados, quando o salário diário deveria ser 640 réis (o que perfaz cerca de 16\$000 ao mês).⁶⁹

Os quadros organizados por Sérgio Milliet, em que a população da região Norte de São Paulo apresenta, em números absolutos, um aumento de apenas 40% entre 1886 e 1920, taxa inferior ao do crescimento vegetativo, e, em termos relativos, decaídos dos 32,66% a 13%43 do total da população das regiões cafeeiras de São Paulo, demonstram que as ponderações de Z. não foram ouvidas. Além da mentalidade escravista dos fazendeiros e dos baixos salários por eles oferecidos, há que se considerar os privilégios concedidos pelo governo de São Paulo às terras novas, e o fracasso das tentativas de soerguimento econômico da região por meio de ferrovias e núcleos de colonização.⁷⁰

Na conjuntura de escassez e carestia provocada pela exportação maciça de produtos agrícolas durante a grande guerra, enquanto outros ideólogos divulgam no *Luizense* as campanhas da Li-

ga Nacionalista e da Liga de Defesa Nacional - civismo, Tiros de Guerra, escotismo, esportes -, apenas o velho professor José Carneiro de Carvalho, em sua coluna *Palestrando*, aponta a causa mais profunda da decadência da região, o êxodo rural, conseqüência dos baixos salários pagos pelos fazendeiros locais.

O propósito de diferenciação social, destilado praticamente em cada frase dos textos da época, recobre tudo aquilo que caberia ser dito a respeito das festas caipiras. O caipira surge de cócoras na metáfora darwiniana de Monteiro Lobato, e sempre estigmatizado pela negatividade em todos os discursos: desprovido de cultura, desprovido de civismo, desprovido de ocupação, desprovido de saúde...

Raras festas caipiras são mencionadas pela imprensa, tendo apenas anunciadas a data, local e o nome do festeiro. As referências indiretas avultam nos autos policiais e judiciários; inútil tentar quantificar, pois não há registros daquelas festas em que não ocorre incidente acarretando intervenção policial. A tônica é a irrupção de violência entre homens embrutecidos pelo álcool ou pelo ciúme. A atitude das autoridades em relação à festa caipira resume-se, assim, à rotina de suas práticas políticas disciplinares.

Por sua vez, os papéis da Igreja registram apenas as festas e cerimônias em que o clero desempenha as funções de comando, atrelando as massas rurais aos sistemas de controle que emanam da cidade.

As festas de santo celebradas por capelães leigos nas inúmeras capelas rústicas que pontuam a paisagem do mundo caipira são, via de regra, ignoradas e, por vezes, reprimidas com severidade pelos representantes mais intransigentes da ortodoxia romana. O Memorial de avisos, ensinamentos e advertências que, com proveito poderão os Reverendos Párocos dar aos fiéis camponeses, assim como bens que, frutuosamente, lhes poderão dispensar, de 1/7/1915, redigido pelo primeiro bispo de Taubaté, é implacável como um plano de campanha militar:

"14º Regularizar e sanear as tais capelinhas de Santa Cruz das beiras de estradas, que são o teatro freqüente de embriaguez, jogos, danças, bri-

gas, explorações sacrílegas e mil crimes, como a experiência e as estatísticas o confirmam. Para consegui-lo, ajudarão as seguintes medidas: a) Impedir novas edificações (...); d) Proibir festas e devoções, em que haja abusos, sem a presença do Pároco ou de um delegado seu; e) Pedir o auxílio das autoridades civis e policiais; f) Impedir a venda de bebidas alcoólicas nas proximidades (...)

15º Combater o uso das folias e os abusos dos foliões, lembrando-lhes que é absolutamente proibido esmolar na Diocese com folias e que os fiéis devem recusar, em absoluto, esmolas aos foliões, seja para que fim for".⁷¹

O rigor contra as manifestações espontâneas da religiosidade sertaneja vem somar-se à ação de tantas outras instituições - o alistamento militar, o registro de imóveis, a escolarização das crianças, a repressão ao curandeirismo e distribuição de remédios (inicialmente, gratuita, pela Santa Casa; a seguir, pelas farmácias mediante pagamento), o crédito fácil dos mascates, etc - contra as tendências autárquicas da comunidade caipira, forçando uma submissão maior à dinâmica do mercado e ao poder do Estado.

Quanto às folias, além da dimensão econômica já mencionada, que as Posturas Municipais tentam regulamentar, é contra a própria intrusão física dos foliões no interior das residências que bom número de redatores se manifesta pela imprensa. Os foliões são sistematicamente acusados de vadiagem, suspeitos de desvio de parte das esmolas arrecadadas; a bandeira, religiosamente beijada por todos, é apontada como rigoroso veículo de moléstias contagiosas; a ênfase recai invariavelmente na denúncia de "orgias" e sedução de mulheres.

Mas as folias não desaparecerão: além de persistir como um poderoso mecanismo tradicional de redistribuição, desempenham função política essencial, traçando anualmente, casa por casa, bairro por bairro, o retrato minucioso das atitudes e expectativas da população em relação às pretensões do festeiro - e do partido a que se vincula.

O empenho da "sociedade" luizense em distanciar-se da civilização rústica que a circunda traduz certamente um sentimento de inferioridade. A imagem externa do município é dominada pelo vulto de Jeca-Tatu e emoldurada pelo estigma de cidade morta. Na imprensa local, alternam-se a euforia artificial das campanhas pela dinamização dos negócios e o desalento frente à inércia implacável, inexplicável.

De um total de 327 casas visitadas pelo fiscal do Serviço Sanitário em 1906, apenas 4 são por ele consideradas em boas condições e 24 em condições regulares - os números atestam a precariedade das aspirações desta "sociedade" diante dos padrões impostos pelos grupos hegemônicos das metrópoles nacionais e européias que lhe servem de modelo.⁷²

Entre o tempo linear e cumulativo da civilização burguesa, progressivamente acelerado pelos imperativos tayloristas da organização "científica" do trabalho, e o tempo lento da civilização caipira, predomina este último, malgrado os esforços dos empresários e profissionais do município.

O tempo presente é representado pelos ideólogos da "sociedade" luizense como um interregno infeliz, situado entre o fim dos bons tempos do Barão do Paraitinga e um futuro radioso de progresso que só poderá instalar-se na região quando o caipira abandonar seu horror ao trabalho sem abandonar igualmente a região.

O Tempo

A questão do ser do tempo, que tanto preocupa os filósofos, habitualmente não é levada em conta pelos historiadores e cientistas sociais; o estudo das variações na percepção empírica do tempo e na concepção de história entre as diversas culturas se impõe pelo seu aspecto prático, imediato e incontornável.⁷³

É imperioso, no entanto, atentar para o distanciamento entre a reflexão científica e o senso comum de nossa época a respeito da representação do tempo. Além da dificuldade em distinguir essencialmente o espaço e o tempo, impasse com que se defronta a Física contemporânea, Cornelius Castoriadis focaliza a impossibilidade de se dissociar o tempo daquilo que, ao ser, faz ser o próprio tempo - a alteridade radical, que não deve ser confundida com a sim

ples diferença.

A representação do tempo como uma linha - reta, curva, espiral, aberta ou fechada, não importa - confunde a noção espacial de diferença com a noção temporal de alteridade. É num tempo de alteração-alteridade, de auto-alteração daquilo que é, que Castoriadis propõe que se pense a História. O que está em jogo, aqui, é todo o "pensamento herdado", a lógica identitária ou conjuntista, em que o ser só é enquanto determinidade, e onde o princípio da identidade implica necessariamente a intemporalidade essencial de uma relação de ordem. A História, pensada como sucessão determinada desdobrando-se por mecanismos de causalidade, finalidade e implicação, é mera lição de conformismo: as conclusões são apenas a simplificação daquilo que já está nas premissas, tudo se reduz à lei e a seu primeiro termo. Ora, fenômenos como o surgimento de novos tipos de sociedade, bem como a auto-transformação constante de qualquer sociedade, mostram que a História é criação imanente, emergência da alteridade radical: algo diverso daquilo que em sendo se faz ser, e se faz ser como novo ou como outro, não simplesmente como consequência ou variação do quadro anterior.⁷⁴

Por outro lado, convém lembrar que o tempo social-histórico, ou seja, o tempo que é o social-histórico (pois Sociedade e História não podem ser dissociadas), não implica forçosamente em revoluções e catástrofes. Mesmo as sociedades consideradas "frias", supostamente desprovidas de História, são modos particulares de instituição efetiva do tempo social-histórico, em que, sob a aparência de imobilidade que as caracteriza para o observador instalado numa sociedade "quente", desenvolve-se na profundidade a implacável e incessante auto-alteração com seu ritmo e conteúdo próprios.⁷⁵

De Castoriadis, deve-se reter ainda a importância do fenômeno de alienação da sociedade nela mesma - a instituição do tempo do representar social como encobrimento e denegação do próprio tempo, a recusa da sociedade em reconhecer-se como ser social-histórico que se faz por auto-instituição. O tempo do fazer social, essencialmente irregular, acidentado, alterante, é anulado perante a Eternidade mediante sua representação como simples desgaste e corrupção. Todas as sociedades até agora conhecidas apresentariam alguma distância entre a temporalidade explícita e a temporalidade efetiva.

A instituição explícita do tempo no capitalismo, por exemplo, enquanto tempo identitário ou de demarcação, é a de um fluxo mensurável homogêneo, uniforme, totalmente aritmetizado; e enquanto tempo imaginário ou de significação, é um tempo tomado como infinito, tempo de progresso e acumulação, de conquista da Natureza, de racionalização, o tempo de realização de uma fantasia de onipotência. Entretanto, a temporalidade efetiva do capitalismo não é simples nem homogênea: é tempo de ruptura incessante, de revoluções, de coexistência instável com as temporalidades efetivas de outras formações e camadas sociais, e tempo de linearização universal, de imobilidade na mudança perpétua.

Aprofundando a reflexão sobre a historicidade dos conceitos, das categorias, da própria lógica e da ontologia herdadas, Castoriadis aponta para a superação dos modelos teóricos estruturais e genéticos, buscando fundamentar filosoficamente uma concepção e uma prática de História que, sem ignorar as determinações de toda espécie, apostem no papel ativo do sujeito - individual e coletivo - no devir social-histórico. Dado o âmbito necessariamente genérico desta reflexão, algumas questões que tocam mais de perto o fazer do historiador ficam por desenvolver.

Uma delas é a periodização. Castoriadis mostra que o tempo implicitamente instituído por toda sociedade apresenta duas dimensões: tempo identitário ou tempo de demarcação, de medidas, e o tempo imaginário ou tempo de significações. O tempo instituído como identitário é numericamente segmentado em correspondência mais ou menos rigorosa com fenômenos repetitivos do estrato natural, especialmente os movimentos dos astros. O tempo imaginário confere aos acontecimentos cíclicos a significação de "tempo", fazendo deles manifestação essencial da ordem do mundo instituída pela sociedade considerada; estabelece os limites do tempo (ou a ausência desses limites) e a sua periodização. Desta última, Castoriadis apenas afirma que "ela só é, visivelmente, parte do magma de significações imaginárias da sociedade considerada: eras cristã e muçulmana, 'idade' (de ouro, de prata, de bronze, etc), eons, grandes ciclos Maia, etc. Esta periodização pode representar um papel essencial na instituição imaginária do mundo para a sociedade considerada. Assim, existe, para os cristãos, diferença qualitativa absoluta entre o tempo do Antigo e do Novo Testamento, a Encarnação estabelece uma

bipartição essencial da história do mundo entre os limites da Criação e da Parusia, o destino eterno de um homem será radicalmente diferente segundo tenha vivido antes ou depois da Encarnação sem que ele possa interferir.⁷⁶

No interior da sociedade histórica em que sua prática tem razão de ser, o historiador lida mais freqüentemente com períodos medidos em escala menos grandiosa. Fernand Braudel mostrou, em *A longa duração*, como a historiografia privilegia em certos contextos um ou outro ritmo: o tempo rápido da política, o tempo cíclico das conjunturas econômicas, a lentidão secular das estruturas.

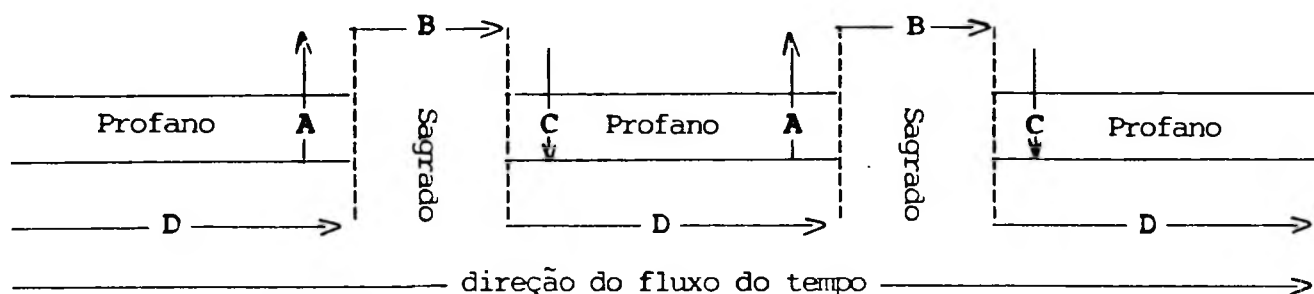
No Brasil, Edgar de Decca e Carlos Alberto Vezentini, focalizando a Revolução de 1930 na memória histórica, questionam rigorosamente o sentido da periodização. Um determinado "fato" converte-se em marco divisor da História, data memorável que perpetua uma determinada leitura do passado e um determinado projeto de futuro: que conjuntura impõe tal escolha? Como se selecionou dentre os principais pontos de vista explicitamente conflitantes de um processo, aquele relato que vai fixar-se como a única memória do processo? E quem define o ponto cardinal e desata o nó górdio, encerrando o processo e convertendo-o em fato histórico? A memória histórica de 1930 se dissolve a partir da crítica de um texto exemplar que se revela discurso de poder, exercício efetivo do poder político. Com efeito, ao entronizar a idéia de Revolução de Trinta fixando-a como o lugar, o ponto fixo em função do qual se pode produzir a História do Brasil, o vencedor, em 1933, periodiza. Trata-se, num certo sentido, portanto, para o historiador, de destruir a memória histórica em nome da História, única maneira de não perder a própria História.⁷⁷

Mais oportuno que preencher com boas intenções o silêncio dos perdedores, inventando uma "outra" história moralizante e edificante, é evocar as histórias do que não houve, lembrar que o tempo não é de modo algum homogêneo e vazio, mas saturado de agoras que podem ser bruscamente colocados em contato.⁷⁸

Produção social do tempo: a festa

A festa é mecanismo universalmente utilizado pelas sociedades para marcar - e, afinal, produzir - o tempo. Desenvol-

vendo as formulações de Durkheim, Mauss, Hubert e Van Gennep sobre os ritos de passagem e sobre o sacrifício, o antropólogo Edward Leach elaborou um diagrama para representar o fluxo total do tempo:



As letras indicam, no diagrama, os diferentes estados da sociedade ao longo do processo:

"Fase A. O rito de sacralização, ou separação. A pessoa moral [a sociedade] é transferida do mundo Secular-Profano para o mundo Sagrado; ela morre; **Fase B. O estado marginal.** A pessoa moral [a sociedade] está numa condição sagrada, numa espécie de animação em suspensão. O tempo social ordinário parou.

Fase C. O rito de dessacralização, ou agregação. A pessoa moral é trazida de volta do mundo Sagrado para o Profano; ela é 'renascida', o tempo secular começa de novo.

Fase D. Esta é a fase da vida secular normal, o intervalo entre festivais sucessivos".⁷⁹

Não se trata aqui de um simples mecanismo de medida do tempo: a sociedade cria assim o tempo, que não existiria sem estes intervalos alternando o sagrado e o profano. Se se retornar a Castoriadis - que talvez considerará este diagrama excessivamente regular -, o que está sendo visualizado aqui é a instituição explícita do tempo em sua dimensão imaginária ou de significação. A dimensão identitária, ou tempo das medidas, entraria no diagrama pontuando a sucessão "natural" dos dias e noites, fases da lua, revoluções solares, etc.⁸⁰

Se, nas sociedades complexas, a produção social do tempo obedece ou não a este modelo, eis a questão. Todas as discus-

sões acerca das relações entre festa e revolução têm aí sua origem. Não se pode escapar a ela recorrendo à idéia de que o cotidiano - o profano - sobredetermina a festa - o sagrado - porque sagrado e profano são categorias reconhecidamente instáveis; não se poderia, por exemplo, afirmar que a dessacralização do mundo é um processo irreversível.

Outra questão que exige atenção no estudo da festa é a multiplicidade dos tempos sociais. Os diversos ambientes sociais e profissionais têm temporalidades específicas; e é oportuno lembrar que tempo e espaço não são categorias abstratas distintas nem desligadas do fazer/existir social. Os indivíduos e os grupos sociais travam uma batalha multiforme, no vivido cotidiano, esgrimindo medidas de superfície, de quantidade, de tempo. O complexo emaranhado de festas que se insinuam, festas que se perenizam, festas que desaparecem ou mudam de cenário, época, local e figurantes, festas oficiais com direito a registro e festas ignoradas pelos letrados, festas sem nome, etc, torna-se inteiramente anódino se esquecer que aí operam diferentes vontades sociais, diferentes concepções de tempo, diferentes condições sociais.

Seria temerário ver em qualquer conflito registrado nos textos do arquivo do Museu Oswaldo Cruz ou da Hemeroteca de Taubaté o confronto entre duas mentalidades, entre concepções antagônicas de mundo e de tempo. Entretanto, estes textos foram produzidos por funcionários a serviço de um poder, em conformidade a um projeto explícito de imposição de normas e medidas, marcos visíveis da extensão efetiva de uma rede de poder sobre o espaço e o tempo da coletividade em questão.

Aqui se apresenta o fenômeno desconcertante da produção dos indivíduos pelas práticas políticas disciplinares das mesmas instituições que registram, informa, arquivam. O indivíduo retido na rede do texto como feiticeiro ou desordeiro, por exemplo, não é certamente tão nitidamente individuado no meio de onde foi destacado. A maneira exemplar, nos casos limites, de eliminar, punir, estigmatizar, mostra o aspecto propriamente repressivo e intimidador do poder, mas as rotinas disciplinares das instituições escolares, médico-sanitárias, eclesiásticas, etc, são muito mais eficazes na instalação, manutenção e expansão de um circuito de poderes e sujeições que importa observar com atenção, se se quiser investigar o

sentido e o alcance da transgressão que caracteriza a festa.⁸¹

Maria Isaura Pereira de Queiroz mostra em "A dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros" que, pelo menos até princípios do século XIX, a temporalidade explícita da sociedade colonial brasileira resulta de uma alternância de situações que pode ser reduzida ao diagrama de Leach. A população se apresenta, ora dispersa nas propriedades rurais em função das atividades produtivas, ora concentrada nas cidades e vilas por ocasião das grandes festas religiosas. Durante todo o período colonial, portanto, em que as relações entre cidade e campo podem ser definidas como implicação mútua ou imanência recíproca - a terminologia é de Georges Gurvitch -, é lícito aproximar grosseiramente as noções de tempo profano e espaço rural, tempo sagrado e espaço urbano. Estas coordenadas iniciais correspondem evidentemente à imposição da relação hierárquica fundamental da sociedade colonial: a sacralidade do poder real se corporifica na organização do espaço pela empresa mercantilista, no conjunto de monumentos que dão origem às vilas e cidades.

Assim como no espaço urbano se instalam dispositivos do mundo profano - comércio, ofícios, etc -, o espaço rural só adquire estabilidade com a instalação de dispositivos do mundo sagrado: capelas (especialmente aquelas da casa grande) e dias santificados (conquistas dos escravos, ou da Igreja?). Convém introduzir também nesse diagrama, a distinção entre o espaço ruralizado, conquistado e submetido às rotinas profanas do trabalho, e o sertão, mundo de poderes recônditos, cujas fronteiras nem sempre recuam facilmente diante do poder dissolvente do fogo.⁸²

Com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, a dialética de implicação recíproca entre rural e urbano começa a ser substituída pela complementaridade. A ampliação súbita da burocracia estatal assegurando a permanência de uma nobreza parasitária na cidade estimula a fixação da residência na Corte a princípio, e nas capitais provinciais com a Independência. Definem-se progressivamente um modo de vida urbano e um modo de vida rural. Maria Isaura situa na década de 1830 a emergência de uma nova estratificação social no Rio de Janeiro, quando a Corte se distingue das demais metrópoles como Salvador, Recife, Belém, etc, pela presença visível de uma alta, média e pequena burguesia culturalmente iden-

tificada com a civilização industrial europeia de então. O processo de diferenciação e segregação social pela importação de formas culturais - mercadorias - europeias pelas camadas superiores e médias da sociedade fluminense a princípio e em maior escala, se irradia espacial e temporalmente, alcançando São Paulo cerca de 30 anos mais tarde. O deslocamento do centro dinâmico do sistema produtivo para a região Sudeste, coincidindo com a expansão das exportações europeias, fornece as condições para esse emburguesamento nodal irradiante.

Nesta nova conjuntura, em que a vida social se torna mais heterogênea, desenvolve-se a conjugação da dialética de complementaridade do rural/urbano a nível sócio-econômico - a economia agro-exportadora incrementando a urbanização e a industrialização - com a dialética de oposição entre a civilização burguesa de matriz europeia e a civilização tradicional brasileira. Esta, plasmada pela forma especial de aculturação que se produziu a partir da colonização, surgira já com características próprias pelo final do século XVII.

Enquanto as camadas superiores da sociedade em cada região do país, num processo de emulação, aderem ao novo padrão de civilização, assumindo os valores e comportamentos ditados pela moda, a civilização tradicional mantém-se enraizada na existência das camadas sociais inferiores, especialmente aquelas do mundo rural, reforçando a sua identidade sertaneja, caipira. É neste contexto que se abordará a festa em São Luís do Paraitinga na passagem do século.



NOTAS

1. DUVIGNAUD, Jean. "Festivals: a sociological approach" in **Cultures** volume III, nº. 1. The UNESCO Press and la Baconnière. 1976.
2. BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. RJ. Forense Universitária. 1981 (aspas do texto).
3. v. FAUSTO, Bóris. **Crime e cotidiano**. SP. Brasiliense. 1984.
4. LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. "O periódico. Variedade e transformação" in **Anais do Museu Paulista** t. XXVIII. SP. 1977-78; ZICMAN, Renée Barata. "A História através da imprensa - algumas considerações metodológicas" in **Projeto História** nº 4. SP. Ed. da PUC/SP. 1985; MELLO JR, Antônio. **Imprensa Taubateana. Contribuição à sua História**. Taubaté. Egetal. 1983; do mesmo autor, **Resenha**. Taubaté. Egetal. 1976.
5. ALMEIDA, Jaime de. "Povo, Sociedade e Nacionalidade na imprensa de um município paulista na Primeira República" in **Anais do 1º Encontro de História do Distrito Federal**. ANPUH - Núcleo do Distrito Federal. Brasília (no prelo).
6. ALMEIDA, Fernando Mendes de. "Ofolclore nas Ordenações do Reino" in **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, vol. LVI, V, abr. 1939.
7. CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. RJ. s/e 1925, pág. 292.

8. cf. resenha do artigo do padre Serafim Leite, "Introdução do Teatro no Brasil", publicado na revista Brotéria vol. XXIV, fasc. 4, Lisboa, 1937 in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. XXXV, III, maio de 1937.
9. CARDIM, Fernão. op. cit., pág. 337.
10. Provisão de Sua Majestade (14/6/1728): restringe ao Governador da Capitania e aos Capitães-Mores o direito de conceder licença para as referidas festividades, contrariando as pretensões do Ouvidor-Geral. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. XXXV, III, maio de 1937.
11. Ordem Régia (2/6/1742). Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. XCVIII, X, set-out 1944, pág. 174; v. também TAJUNAY, Affonso de E. "Festividades setecentistas" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. XV, II, agosto de 1935; especialmente minucioso é o Registro de uma carta do doutor ouvidor geral e mais documentos sobre a forma em que deve ir a bandeira da Câmara nas procissões reais, do governador da Capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel (8/6/1831). Revista do Arquivo Municipal de São Paulo vol. LI, V, out. 1938.
12. Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo. Ordenanças, caixa 59, nº de ordem 288, doc. 59-2-10; TRINDADE, Jaelson Bitran. "No caminho do Paraitinga" in SAIA, Luís e TRINDADE, Jaelson Bitran. São Luís do Paraitinga. Publicação nº 2. CONDEPHAAT. SP. 1977, pág. 13.
13. Jornal do Povo nº 85, ano III, 7/9/1890; pág. 2. Correspondência. Vila de Redenção.
14. O Noticiarista nº 270, ano III, 19/4/1891; pág. 1, Casamento Religioso. Um processo monstruoso.
O artigo 108, parágrafo único, do Decreto nº 181, de 24/1/1890, deixa a critério dos nubentes "observar, antes ou depois do casamento civil, as formalidades e cerimônias prescritas para celebração do matrimônio pela religião deles"; v. Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, 1º fasc. RJ. Imprensa Nacional. 1892.
O Ministério da Justiça, visando corrigir abusos decorrentes da má interpretação daquela disposição, envia a todos os Es-

tados a Circular nº 14, de 11/6/1890, cujo artigo 3º, com sua lógica rigorosa, deve ter sido considerado sacrílego pelo clero católico: "Nenhuma solenidade religiosa, ainda sob a forma de sacramento do matrimônio, celebradas nos Estados Unidos do Brasil, depois de 23 de maio último, constitui perante a lei civil vínculo conjugal, ou impedimento para livremente casarem com uma outra pessoa, os que houverem daquela data em diante recebido esse ou outro sacramento, enquanto não for celebrado o casamento civil"; v. **Decisões do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**, 2º fasc. RJ. Imprensa Nacional. 1892.

O decreto nº 521, de 26/6/1890, explicitamente voltado contra "uma parte do clero católico [que] com atos de acentuada oposição e resistência à execução do [decreto nº 181, vem] celebrando o casamento religioso e aconselhando a não-observância da prescrição civil", proíbe a celebração religiosa antes do ato civil e, no artigo 2º, prevê a pena de 6 meses de prisão e multa correspondente à metade desse tempo para o oficiante da cerimônia religiosa, caso ilegal; v. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**, 6º fasc. RJ. Imprensa Nacional. 1890.

O Código Penal, promulgado pelo decreto nº 847, de 11/1890, no seu artigo nº 284, abrandou o rigor da penalidade: um a seis meses de prisão celular, e multa de 100\$000 a 500\$000 para o oficiante; v. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**, 10º fasc. RJ. Imprensa Nacional. 1890. Finalmente, a **Constituição**, pelos parágrafos 3 e 4 do artigo 72, consagra a vitória dos constituintes católicos sobre os livres-pensadores: a questão é recolocada nos termos do artigo 108, parágrafo único, do decreto nº 181. O processo contra o sacerdote católico em Taubaté, portanto, não se justifica, a menos que se refira a casamento celebrado antes de 24/2/1891.

15. **O Noticiarista** nº 372, IV, 21/4/1892, pág. 1, Tiradentes; pág. 2, Impagável.
16. **Jornal do Povo** nº 384, VIII, 19/11/1895, pp. 1-2, 15 de Novembro.
17. **A Razão** nº 8, I, 14/10/1897, pág. 2, Canudos; **O Taubateano** nº

- 72, II, 11/8/1901, pág. 2, Engrossa.
18. **A Verdade** nº 168, III, 13/10/1905, pág. 9, **O crucifixo no júri**; nº 172, III, 27/10/1905, pág. 9, **O crucifixo no júri**; **Jornal de Taubaté**, nº 2.051, XII, 17/8/1905, pág. 1, **A Bandeira nacional**.
 19. **O Lábaro** nº 140, III, 29/8/1912, pág. 2, **Contra o divórcio**; BRANDÃO, Pe. Ascânio. D. Epaminondas. SP. Of. Gráf. da "Ave Maria". 1941 (v. cap. "Energia e bondade"); **O Lábaro** nº 121, III, 18/4/1912, pág. 2, **Missões em São Luís do Paraitinga**; nº 134, III, 18/7/1912, pág. 2, **Pelas paróquias. São Luís do Paraitinga**.
 20. **O Lábaro** nº 164, IV, 13/2/1913, pág. 1, **Cristo no júri**; nº 199, IV, 16/10/1913, pág. 1, **Política de São Luís**; nº 205, IV, 27/11/1913, pp. 2-3, **Reparação Nacional. Cristo no júri em São Luís do Paraitinga**.
 21. **O Lábaro** nº 350, VII, 31/9/1916, pág. 1, **O célebre Bibiano**; v. XIDIEH, Oswaldo E. "Subúrbios" in **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, vol. CXIV, XIII, mai-junho de 1947.
 22. SCHMIDT, Carlos Borges. "**A fracassada ferrovia Taubaté-Ubatuba**" in **Paulistânia** nº 29, maio-junho de 1949; e "**Função histórico-econômica da Estrada de Ubatuba**" in **Paulistânia** nº 40, maio-junho de 1951.
 23. **Jornal de Taubaté** nº 2.224, XII, 16/8/1906, pp. 1-2, **O Norte de São Paulo. Estrada de ferro para Ubatuba**.
 24. SCHMIDT, Carlos Borges. "**Função histórico-social da Estrada de Ubatuba**" (v. nº 22).
 25. MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. SP. HUCITEC/INL/Pró-Memória. 1982.
 26. **A Imprensa de Taubaté** nº 10, I, 5/3/1876, pp. 1-2, **Estrada de Ubatuba**; SCHMIDT, Carlos Borges. "**A fracassada ferrovia Taubaté-Ubatuba**" (v. nº 22).
 27. **A Imprensa de Taubaté** nº 21, I, 21/5/1876, pág. 2. **Correspondência de São Luís do Paraitinga**; pág. 3, **Estrada de rodagem**.
 28. **Gazeta de Taubaté** nº 5, VII, 25/1/1884, pág. 1, **Bondes para**

São Luís do Paraitinga; pág. 3, Estradas de rodagem.

29. Gazeta Taubateense nº 34, X, 22/6/1887, pág. 2, Ubatuba; Diário Paulista nº 100, I, pág. I, A colonização estrangeira no Norte de São Paulo; e Nova Província. Elementos estatísticos para a organização da Província do Rio Sapucaí.
30. O Liberal Taubateense nº 24, I, 19/3/1888, pág. 3, Taubaté livre; pág 4, Crônica da semana.
31. Diário Paulista nº 29, II, 14/8/1888, pág. 1, Estrada de Ferro ao litoral; O Noticiarista nº 12, I, 30/9/1888, pág. 1, Taubaté com um porto de mar; O Noticiarista nº 55, I, 3/3 1889, pág. 2, Estrada de Ferro Taubaté-Ubatuba; O Liberal Taubateense nº 13, I, 1/1/1888, pp. 1-2, Nova estrada de ferro.
32. O Noticiarista nº 57, I, 14/3/1889, pp. 2-3, Estrada de Ferro Taubaté a Ubatuba; O Noticiarista nº 100, I, 18/8/1889, pág. 1, Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba; Jornal do Povo nº 108, III, 9/11/1890, pp. 1-2, Estrada de Ferro Taubaté-Ubatuba.
33. O Noticiarista nº 98, I, 11/8/1889, pág. 1, Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba; nº 153, II, 6/3/1890, pág. 2, Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba; Jornal do Povo nº 15, III, 20/8/1890, pág. 2, Estrada de Ferro de Ubatuba a Taubate.
34. Jornal do Povo nº 90, III, 24/9/1890, pág. 2, Estrada de Ferro Norte de São Paulo; nº 85, III, 7/9/1890, Estrada de Ferro.
35. Jornal do Povo nº 108, III, 9/11/1890, pp. 1-2, Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba; nº 111, III, 23/11/1890, pág. 2, Foi assinado.
36. O Noticiarista nº 260, III, 12/3/1891, pág. 2, Noticiário; Jornal do Povo nº 140, III, pág. 2, De Taubaté ao Amparo; nº 158, III, 23/5/1891, pág. 2, Foi concedido.
37. O Noticiarista nº 274, III, 3/5/1891, pág. 1, Estrada de Ubatuba; Jornal do Povo nº 154, III, 7/5/1891, pág. 1, Companhia Taubaté Industrial; v. BEHRINGS, Emílio Amadei. Conversando com a saudade (vol. 2). SP. Bisordi. 1971; e GUIARD, Oswaldo Barbosa. Taubaté no aflorar do século. Taubaté. ed. do

autor. 1974.

38. O Noticiarista nº 404, IV, 21/8/1892, pág. 3, Companhia Estrada de Ferro Norte de São Paulo, e Banco Popular de Taubaté; nº 407, V, 1/9/1892, pág. 2, Estrada de Ferro Taubaté a Ubatuba.
39. O Noticiarista nº 408, V, 4/9/1892, pág. 2, Transporte de trilhos; nº 419, V, 13/10/1892, pág. 3, Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba; Jornal do Povo nº 312, VII, 17/8/1895, pp. 1-2, O futuro de Taubaté. V.
40. Jornal do Povo nº 113, VI, 4/6/1893, pág. 1, Ubatuba; Correio Paulistano (SP) nº 11.162, XL, 12/1/1894, pág. 2, Taubaté; nº 11.166, XL, 17/1/1894, pág. 1, Na Redenção; O Estado de São Paulo (SP) nº 5.628, XX, 18/1/1894, pág. 2, Greve; O Imparcial nº 85, I, 23/2/1894, pág. 3, Vila de Redenção. EFTU; Arquivo Histórico do Itamaraty, lata 240, maço 1, pasta 9, Assunto de Estrangeiros. Itália - 1894.
41. O Noticiarista nº 554, VI, 18/2/1894, pág. 3, Teatro São João; O Imparcial nº 102, I, 16/3/1894, pág. 3, Vitória da Legalidade.
42. O Imparcial nº 270, I, 21/10/1894, pág. 3, Cia. EFNSP; nº 272, I, 24/10/1894, pág. 1, Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba; Jornal do Povo nº 322, VII, 29/8/1895, pág. 1, Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba.
43. Jornal do Povo nº 308, VII, 11/8/1895, pp. 1-2, O futuro de Taubaté; Jornal do Povo nº 216, VII, 1/4/1895, pág. 1, Estrada de Ferro de Ubatuba; nº 223, VII, 9/4/1895, pág. 1, Estrada de Ferro de Ubatuba; nº 330, VIII, 7/9/1895, pág. 2, Estrada de Ferro de Ubatuba.
44. A ZAGALIA nº 5, I, 10/5/1896, pág. 2, Estrada de Ferro de São Sebastião; O Norte nº 89, I, 7/9/1905, pág. 2, Estrada de Ferro.
45. O Taubateano nº 34, I, 13/11/1900, pág. 1, De Taubaté a Ubatuba; pág. 2, Estrada de Ferro de Ubatuba; PINTO, Adolpho Augusto. História da viação pública de São Paulo. SP. Tip. e Pap. de Vanorden & Cia. 1903.
46. Jornal de Taubaté nº 2.065, XII, pág. 1, Estrada de Ferro de

- São Sebastião; *Jornal de Taubaté* nº 2.078, XII, 16/9/1905, pág. 1, Estrada de Ferro.
47. *O Norte* nº 532, VI, 7/11/1909, pág. 2, Estrada de Ferro; nº 533, VI, 11/11/1909, pág. 1, Discurso; nº 543, VI, 14/11/1909, pp. 1-2, Discurso; nº 535, VI, 18/11/1909, pág. 1, De Ubatuba, sim!; pág. 2, Nova Estrada de Ferro.
48. *O Norte* nº 612, VI, 21/8/1910, pp. 1-2, Nova Estrada de Ferro; *A Federação* nº 124, II, 19/3/1911, pág. 2, Estrada de Ferro a Natividade; nº 125, II, 26/3/1911, pág. 2, Estrada de Ferro a Natividade.
49. *O Norte* nº 324, VI, 2/10/1910, pág. 1, Via Férrea.
50. *A Federação* nº 223, V, 8/8/1913, pág. 2, Estrada de Ferro de Ubatuba; nº 224, V, 14/8/1913, pág. 2, idem; nº 225, V, 23/8/1913, pág. 3, idem; *O Norte* nº 1.105, X, 9/1/1914, pp. 1-2, Estrada de Ferro de Ubatuba; nº 1.126, X, 27/2/1914, pág. 2, Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba; nº 1.137, X, 25/3/1914, pág. 1, Notas e fatos; nº 1.184, X, 17/7/1914, pág. 2, Via Férrea de Ubatuba a Taubaté.
51. *O Norte* nº 1.592, XIII, 21/3/1917, pág. 1, Estrada de Ubatuba.
52. CANCLINI, Néstor García. *As culturas populares do capitalismo*. SP. Brasiliense. 1983; VILLADARY Agnès. *Fête et vie quotidienne*. Paris. Les Editions Ouvrières. 1968; DE GAUDEMAR, Antoine. "L'itinéraire militant d'un enfant de 68" in *Autrement* n. 7. Paris. Seuil. 1976.
53. DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. RJ. Zahar. 1978; pp. 70-73.
54. Museu Oswaldo Cruz, *Livro de Registro Geral da Câmara (1828-73)*, folha 303; Museu Oswaldo Cruz, *Atas da Câmara Municipal (1828-39)*, folhas 255 (verso), 261 (verso), 262 (verso) e 269; Museu Oswaldo Cruz, *Livro de Atas da Câmara Municipal (1839-40)*, folha 1 (verso); *Livro de Atas da Câmara Municipal (1841-67)*, folha 12; Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, *Ofícios Diversos - São Luís do Paraitinga*, caixa 471, nº de ordem 1.266, ofício de 12/8/1839; Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga, ano de 1873, documento nº 906.
55. ALMEIDA, Aluísio de. "Noite de São João" in *Paulistânia* nº 40,

- maio-junho de 1951; ANDRADE, Luís de. "Raízes psicológicas dos cultos do fogo" in **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, vol. CLXII, ano XXVII, jan-março de 1959; ARAUJO, Alceu Maynard. "Mastros de junho" in **Paulistânia** nº 29, maio-junho de 1949; "Ciclo agrícola, calendário religioso e magias ligadas à plantação" in **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, vol. CLIX, ano XXIII, julho de 1955 - março de 1957; FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. SP. Ática. 1976 (2ª ed.).
56. **O Paulista** nº 77, I, 20/8/1863, pág. 1, **Correspondência do Paulista**; **O Luizense** nº 659, XVIII, 30/6/1921, pág. 2, **Festa de S. João**.
57. cit. por AGUIAR, Mário de. "São Luís do Paraitinga" in **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, vol. CXXI, jan. de 1949.
58. **Diário Paulista** nº 185, I, 7/3/1888, pág. 1, **Assunto do dia**; **O Liberal Taubateense** nº 58, I, 8/4/1888, pág. 1, **O nosso banco**.
59. **O Liberal Taubateense** nº 31, I, 15/3/1888, pp. 2-3, **Festas do Tremembé**; **O Liberal Taubateense** nº 31, I, 15/3/1888, pág. 3, **Boa medida**; **O Noticiarista** nº 144, II, 19/1/1889, pág 3, **Bem lembrado**.
60. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão negra em São Paulo**. RJ. José Olympio/MEC. 1977; pág. 143; Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga (cível), ano de 1887, **Indagações ou inquérito policial, Reclamação contra medidas policiais**.
61. Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, **Ofícios Diversos - São Luís do Paraitinga**, caixa 473, nº de ordem 1.268, ofício de 9/2/1888 do Coletor João Sangirardi ao Presidente da Província de São Paulo.
62. Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, **Ofícios Diversos - São Luís do Paraitinga**, caixa 473, nº de ordem 1.268, **Recenseamento de 1872**.
63. **O Luizense** nº 494, XIV, 1/4/1917, pág. 1, **Um regenerado**.
64. nº 554, XV, 29/8/1918, pág. 1, **Oswaldo Cruz**.
65. nº 500, XIV, 17/5/1917, pág. 2, **13 de Maio**.

66. **A Tesoura** nº 4, I, 2/10/1919, pág. 4, Lamentos; a crônica, anônima, indica o estabelecimento de D; **O Luizense** nº 554, XV, 29/8/1918, pp. 1-2, Homenagem póstuma; pág. 1, **Oswaldo Cruz**.
67. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. SP. LTC/EDUSP. 1978; cap. "Dialética do rural e do urbano"; SOUZA, Gilda Rocha Melo e. "A moda no século XIX" in **Revista do Museu Paulista**, n. s., vol. V, SP, 1953; LOBATO, Monteiro. **Obras Completas**. SP. Brasiliense. 1948 (3ª ed.); NEVES, Artur. "Notas biográficas e críticas" in LOBATO, Monteiro, op. cit., 1º vol.
68. **O Liberal Taubateense** nº 40, I, 15/4/1888, pág. 1, A carta do doutor Paula Souza.
69. **Diário Paulista** nº 205, I, 4/4/1888, pp. 1-2, **Transformação do trabalho escravo para o livre em Taubaté**.
70. MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café**. SP/Brasília. HUCITEC/INL. 1982.
71. BRANDÃO, Pe. Ascânio. **D. Epaminondas**. SP. Of. Gráf. da "Ave Maria". 1941.
72. **O Norte** nº 166, II, 3/6/1906, p. 3. Serviço Sanitário.
73. RICOEUR, Paul (org.). **As culturas e o tempo. Estudos reunidos pela UNESCO**. Petrópolis: Vozes; SP: Edusp. 1975.
74. CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. RJ. Paz e Terra. 1982.
75. LEFORT, Claude. "Sociedades sem História e historicidade" in **As formas da História**. SP. Brasiliense. 1979.
76. op. cit., pp. 247-248.
77. DE DECCA, Edgar, e VEZENTINI, Carlos Alberto. "A revolução do vencedor" in **Revista Contraponto**. RJ. 1976.
78. BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de História" in **Obras escolhidas vol. 1**. SP. Brasiliense. 1985.
79. LEACH, Edward R. **Repensando a Antropologia**. SP. Perspectiva. 1974, p. 207 v. esquema análogo para os ritos e passagem em, do mesmo autor, **Cultura e comunicação**. RJ. Zahar. 1978, p. 97.

80. Para a discussão das condições em que dá a recepção dos "dados naturais" pela sociedade e a sustentação da instituição social-histórica no estrato natural, v. pp. 239-241 de **A instituição imaginária da sociedade**; para a associação de fenômenos repetitivos com processos irreversíveis no mesmo conceito de tempo, pela religião, v. pp. 192-196 de **Repensando a Antropologia**.
81. LE GOFF, Jacques. "A História do cotidiano" in **História e Nova História**. Lisboa. Teorema. 1986; FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. RJ. Graal. 1984.
82. in **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil** RJ:LTC; SP:Edusp. 1976; v. tb. HOORNAERT, Eduardo (coord.). **História da Igreja no Brasil. Primeira época** tomo II. Petrópolis. Vozes. 1979 (2ª ed.), p. 389.

INFÂNCIA

Nascer, morrer

A 23 de outubro de 1913, a caminho de São Luís do Paraitinga, onde se comemora a festa do Divino Espírito Santo, Deolinda Picada lança às águas do rio Paraitinga o seu bebê de dois meses. Interrogada pelo delegado de polícia, dez dias mais tarde, a jovem Cecília - ou Tercília - de Tal, de dezesseis anos, solteira, filha natural de Deolinda, declara que vive com os avós porque Deolinda não tem boa conduta, batendo nela e no bebê; que a própria Deolinda lhe contou o que fizera com o bebê e lhe disse que não se importava de ser presa, porque não tem recursos.

A 26 de dezembro, o promotor público da comarca pede que Deolinda seja submetida a exame de sanidade mental. Esta mulher, solteira, analfabeta, trinta e três anos, assalariada rural, é observada pelo doutor Macedo Forjaz, no Hospício de Juqueri, em abril de 1914:

"... impressão desagradável (...) muito acanhada, de olhos baixos, procurando esconder os olhos inexpressivos e enfeitada por uma longa cicatriz de queimadura, a custo responde (...) compreende mal e é de uma parcimônia e morosidade estafante nas suas palavras e gestos (...) fraqueza de sua atenção voluntária (...) não revela imaginação nem memória, quase não tem noção de tempo; do meio só percebe os aspectos mais grosseiros, vivendo apenas do momento presente (...) apatia

(...) não manifesta contrariedade ou prazer, não se queixa (...) só muito mais tarde se arrependeu e chorou ['mas ele era tão manhoso !'] (...) já esteve no hospital por 'maluquice' ao ter o segundo filho (...) seu pai morreu louco e dois tios não tinham são juízo (...) restrição das faculdades da inteligência (...) apatia e impulsividade na esfera da vontade; infantilidade dos sentimentos morais e afetivos. É portanto uma imbecil da forma anergética ou apática (...)"¹

A 12 de novembro de 1914, Maria Benedita de Souza, analfabeta, sente dores enquanto trabalha na roça, no bairro de Teresa Dias. Vai até uma tapera, dá à luz uma menina; ali mesmo cava com a enxada e enterra a placenta, espreitada pelo primo Antônio Bueno, de 15 anos. O rapaz declara alguns dias mais tarde à polícia que presenciou o parto, tendo sua prima tentado enganá-lo afirmando que estava agachada para armar um laço. Curioso, Antônio Bueno desenterra a placenta mas não sabe o que é aquilo; chama seu tio, Benedito Faustino Bueno, pai de Maria Benedita, que lhe ordena silêncio a respeito.

Enquanto isto, Maria Benedita leva a criança para casa; as jovens Rafaelina Rosa, 15 anos, e José Antônio Bueno, de 16, solteiros e analfabetos, que também ali residem, declaram à polícia que viram Maria Benedita dar o seio à criança.

A seguir, todos vão a uma reza em casa de vizinhos; no dia seguinte, a tia de Maria Benedita, Bárbara Maria da Conceição, de 45 anos, teria ministrado a extrema-unção à criança - agonizante ou morta - e enterrado o pequeno cadáver no quarto, sob um jirau. Mas José Antônio Bueno afirma à polícia que ouviu Bárbara perguntar a Maria Benedita se teria coragem de matar o bebê; a vizinha Maria José da Conceição, 29 anos, viúva, declara ter visto por um buraco da meia-parede a jovem mãe lavando a criança; esta teria o rosto roxo e a língua pendendo para fora da boca. O pai de Maria Benedita de Souza declara que nada sabe, apenas viu aquilo que seu sobrinho Antônio desenterrara; todos dizem que Maria Benedita chorou muito pela criança. A 17/7/1915, o juiz Urbano Junqueira julga improcedente a denúncia e o processo é arquivado.²

Durante a festa do Divino Espírito Santo de 1916 na

vila de Lagoinha, um feto de cor parda, com 15 centímetros de comprimento, é encontrado junto à caixa d'água da casa da festa. No inquérito policial, a testemunha Gertrudes da Conceição, casada, 40 anos, analfabeta, residente em Lagoinha, declara que foi à casa da festa pelas dez horas da manhã do dia 18 de agosto e que ali encontrou Luísa Dias. Esta, viúva, 34 anos, do bairro da Fábrica em São Luís do Paraitinga, estava a trabalhar na cozinha da festa e lhe pediu que lavasse às escondidas suas roupas: passados seis meses sem menstruação, havia tomado um remédio feito com raízes por Francisco Américo - ou Francisco Alves das Chagas - e ficara boa. As duas mulheres vão à casa de Analina Claro, onde Luísa Dias está hospedada; dali retiram uma mala de roupa suja. Ao lavar esta roupa no quintal da casa de Delfina, Gertrudes encontra a placenta e a enterra à beira do rio; lavará as roupas sujas de sangue da amiga por mais três dias até que esta retorne a São Luís do Paraitinga.

Interrogada por sua vez, Analina Claro, casada, 35 anos, declara que hospedou Luísa Dias que viera a Lagoinha para trabalhar na casa da festa carregando água e lavando coadores; esta lhe dissera que tem tido falha de regras há treze meses e que estava usando remédios de Francisco Américo; lembra-se de que Luísa Dias tinha hemorragias devido à viagem, tomava banho e usava roupas emprestadas por ela, Analina, para ir à casa da festa; ao despedir-se, Luísa prometeu dar a ela uma raízes, resto do remédio de Francisco Américo, já que estava boa e não precisava mais dele, mas afinal não lhas deu por esquecimento.

O depoimento do réu Francisco Alves das Chagas, vulgo Francisco Américo, prestado em 10 de outubro de 1916, é a fala de um lavrador casado, 67 anos, residente no espaço caipira dos sertões de São Luís do Paraitinga e Paraibuna. Conta que foi à festa do Divino de Lagoinha no dia 20 de agosto, que esteve com Luísa Dias por cerca de 3 horas, e que depois da festa voltou a São Luís do Paraitinga. Sobre Luísa Dias, responde que a encontrou bem, trabalhando na Casa da Festa, e declara que ela é incapaz de cometer o crime de que está sendo acusada. Pelo visto, Luísa Dias está sob a suspeita de aborto intencional e o depoimento de seu suposto cúmplice, concisamente redigido, fala em sua defesa.

Por sua vez, no mesmo dia interrogada, esta viúva de trinta e quatro anos, residente em São Luís do Paraitinga, nada relata além de seu trabalho como cozinheira na Casa da Festa. Recon-

vocada a 31 de novembro, Analina Claro esclarece à autoridade que, em conversa com Luisa Dias esta lhe contara enquanto durava a festa que estava há seis meses sem regras e por isto tomava um chá de raízes de Francisco Américo; e nada mais se registra que o fato de Luisa ter sofrido hemorragia durante toda uma noite.

Mas o depoimento final de dona Gertrudes da Conceição é taxativo. Senhora casada de 40 anos residente em Lagoinha, como sabemos, foi Gertrudes quem lavou as roupas de Luísa Dias durante os dias em que esta permaneceu na festa de Lagoinha. Conhece Luísa desde criança na fazenda de Sant'Ana, não era honesta desde o tempo de solteira; reafirma que ao lavar sua roupa encontrou as secundinas e as enterrou no quintal de Delfina, junto ao rio.

Três meses mais tarde, ao ler o sumário-crime, o juiz de direito pode talvez perguntar-se por que razão terão as autoridades policiais resolvido ouvir ainda um certo lavrador solteiro, de 26 anos, alfabetizado, residente em Lagoinha, que afirma saber apenas o que todos comentam. Arquivando o processo, o juiz dá um ponto final ao texto.³

Um outro processo coloca em cena o jornal O Luizense, porta-voz do chamado partido bentista durante o período 1904 e 1918, e do partido chamado carcará nos anos 1920.

A 23/1/1905, perante a polícia, Maria Benedita da Conceição, ou de Oliveira, solteira, 18 anos, natural do Bairro das Pitangueiras, empregada doméstica na casa de Manuel Tomás no Bairro do Turvo, reconhece que há alguns dias teve um parto na estrada, perto da casa de Virgílio França. O parto teria sido rápido, sem que Luísa Rosa da Conceição, sua patroa (esposa de Manuel Tomás), que ia com ela pela mesma estrada, porém mais à frente, nada teria visto; Maria Benedita diz ainda que ocultou o corpo recém-nascido para enterrá-lo mais tarde.

A senhora Luísa Rosa (ou Maria) da Conceição, 50 anos, casada, analfabeta, confirma: iam à casa de Luís Faria, no mesmo bairro do Turvo, e de fato, nada viu. Declara que tem Maria Benedita como empregado doméstica há um ano. Mas o testemunho de João Vidal Júnior é contundente. Foi encontrado um bebê morto na estrada e ele supõe que Maria Benedita é a mãe, pois todos a sabiam grávida. Seis dias mais tarde, O Luizense, recém-nascido, redigido quase inteiramente por gente ligada aos negócios forenses e fis-

cais, noticia o infanticídio. O jornal divulga que a moça mantinha relações íntimas com um dos filhos de seus patrões e, estando grávida teria sido afastada da casa por Luísa Rosa temendo alguma responsabilidade para seu filho.

Surpreendentemente, pode-se constatar que tal deslocamento forçado de Maria Benedita para outra casa no bairro do Turvo ocorreu no próprio dia do parto, tendo sido o cadáver de uma menina recém-nascida encontrado na manhã do dia 23, semidevorado por um suíno. João Vidal Júnior, inspetor do quarteirão, auxiliado por outras pessoas, localiza rapidamente Maria Benedita e Luísa na casa de Benedito Mariano, conduzindo-as à delegacia de polícia. Os jornalistas conhecem bem o depoimento de Maria Benedita: acometida pelas dores do parto na estrada, teve medo da patroa e pediu-lhe que a deixasse só; ali deu à luz, deixando-a com a intenção de vir procurá-la mais tarde. O jornal, cumprindo a tarefa de alertar a população e reforçar o controle social, conclui: "santa ignorância e ingenuidade, incapaz porém de justificar um crime tão hediondo."⁴

Na semana seguinte, o jornal retoma o processo como tema, agora antecipando em dois dias a denúncia do promotor público, João Azevedo. O inquérito policial concluído já foi remetido ao promotor público; O *Luizense* tem certeza e de antemão anuncia que este saberá como sempre pedir à "sociedade" (aspas minhas) punição prevista pela lei. De fato, prossegue o redator (talvez o promotor, João Azevedo, ou Oscar Cabral, advogado reconhecidamente comprometido com o jornal), Maria Benedita deixou de cumprir uma tarefa pela qual os próprios irracionais sacrificam a liberdade e a vida - o que é, certamente, duvidoso -, ou seja, a conservação de seus rebentos. Pior, Maria Benedita desobedeceu àquela mão onipotente que lhe terá concedido uma inteligência, alma, coração - suscetíveis de toda a perfeição... Concluindo em nome da lei insultada e de Deus afrontado por esses impulsos desordenados, o jornal decide que Maria Benedita (e ninguém mais?) seja punida com rigor.

O *Luizense* parece justificar a rigidez moral que sugere a seus leitores contra Maria Benedita, quando comenta, pela crônica de KDT, na primeira página desta mesma edição, a transformação dos costumes políticos, econômicos, administrativos, artísticos e industriais nos grandes centros urbanos. Ali, acumulam-se os escândalos financeiros, e as autoridades incansáveis em diligências inú-

teis estariam, como sugere KDT, coniventes. Esta é a vida atual, da qual vive alheio o município de São Luís do Paraitinga. Trata-se, pois, de manter a integridade das relações sociais neste cantinho do mundo, punindo com severidade de qualquer infração.⁵

Recebida a denúncia do promotor público a 10 de fevereiro, a ré Maria Benedita da Conceição (ou de Oliveira) é qualificada a 10 de maio. Filha de João Antônio dos Santos, natural da vila de Lagoinha, analfabeta, é colocada sob a curatela do advogado Oscar Cabral. Sua patroa declara saber que não era honesta desde que a contratou; que só a admitira como empregada em sua casa porque Maria Benedita é trabalhadora, e por seu bom coração; surpreendentemente, declara que não sabia que sua empregada estava grávida, e repete que nada sabe da mãe da criança morta. O fiscal de quartirão João Vidal Júnior reafirma que a gravidez de Maria Benedita era pública e notória; que a moça tinha bons antecedentes, mas que falva-se dela antes mesmo que fosse trabalhar na casa de Maria Luísa da Conceição; sabe que Maria Benedita fez fricções no próprio ventre cerca de oito dias antes do parto (tentativa de aborto, portanto); e declara que Maria Luísa, a patroa, perguntou-lhe depois de sua denúncia "por que não fechou os olhos?". O dono do pasto em que foi descoberto o pequeno cadáver, Virgínio de Souza Franco (ou Virgílio Franca), declara que Pedro Tomás, filho de Maria Luísa e de Manuel Tomás, é tido como o pai da criança; declara ainda que Maria Benedita lhe contou que sua patroa, mesmo sabendo-a em gravidez adiantada, forçou-a a sair de casa fechando-lhe as portas, e que também a ele Maria Luísa perguntou por que não fechou os olhos.

Interrogada, Maria Benedita reafirma-se inocente; pretendia retornar ao local e recuperar a criança, mas sua patroa demorou-se muito na cidade, frustrando o seu projeto. Seu patrão, de oitenta anos, declara que ao tomar conhecimento de que Maria Benedita não procedia corretamente, ordenou que a despedissem, e que esta ficou por mais uns dias em sua casa esperando nova colocação.

Em agosto, o promotor, tendo em vista as condições da moça, sugere indulgência; o juiz de direito substitui a acusação de infanticídio (artigo 278 do Código Penal, pena máxima com agravantes, §§ 7 e 17 do artigo 39), por homicídio culposo (artigo 297). Julgada à revelia, Maria Benedita é absolvida a 7 de novembro do mesmo ano.⁶

Estes quatro processos permitem uma aproximação à questão do sentimento coletivo face à mortalidade de recém-nascidos, terreno inicial para se refletir a respeito da condição infantil em São Luís do Paraitinga durante o período.

De quatro mulheres submetidas à polícia e à justiça pública, apenas uma, aparentemente, é confinada - como deficiente mental e não como criminosa condenada. Nos três processos restantes, torna-se evidente a cumplicidade de outros adultos com as tentativas de ocultamento da gravidez, do parto e da criança. A acusação contra Francisco Américo, no sumário-crime de 1916, indicado como fornecedor de abortivo a Luísa Dias, termina substituída pela constatação de que parece comum entre as mulheres da região tomar determinados chás para regularizar o ciclo menstrual (e possivelmente para outros fins conexos). Esta hipótese pode se confirmar quando se toma conhecimento de que no mercado de São Luís de Paraitinga há, por esta época, pelo menos 8 casas de negócio que vendem drogas e preparados medicinais à base de folhas e raízes; e convém atentar para a atitude do clero católico, intransigentemente contrário a qualquer modalidade considerada artificial de interrupção da gravidez, para compreender a função dos xaropes, licores, comprimidos, etc, vendidos nas farmácias e divulgados pela imprensa como reguladores da saúde feminina.⁷

As quatro mulheres se caracterizam pela ausência de um esposo legalmente constituído, (três solteiras e uma viúva), e todas recebem, em maior ou menor grau, o estigma de mulher desonesta. Curiosamente, as autoridades policiais e judiciárias não têm maior interesse em interrogar ou pelo menos identificar o pai de cada uma das quatro crianças. Por outro lado, o 4º processo, que recebeu muito maior divulgação, deixa um indício de cumplicidade das autoridades e da imprensa com a família constituída, legitimando o procedimento cruel dos patrões de Maria Benedita em defesa de supostos interesses do seu filho Pedro Tomás, o provável responsável pela gravidez da empregada doméstica.

Os arquivos policiais e judiciários não apresentam nenhum processo relativo a estas questões de aborto e infanticídio envolvendo mulheres casadas. No entanto, é bastante provável que as atitudes coletivas perante formas disfarçadas de controle da natalidade, especialmente no ambiente rural, por esta época, sejam muito mais flexíveis e tolerantes do que pretendem as autoridades

e a imprensa. Em 1909, enquanto nascem 1211 crianças, morrem 505 menores, o que significa uma taxa de mortalidade infantil de quase 50%!⁸

O Código de Posturas Municipais de São Luís do Paraitinga, de 1868, no capítulo dedicado a cemitérios e enterros, proíbe "queimar-se rojões ou dar-se tiros por ocasião dos enterros de menores ou anjinhos: multa de dez mil réis". E na terça feira de carnaval de 1876, na cidade de Taubaté, um grupo mascarado, composto por jovens de boas famílias - visto que o jornal *A Imprensa de Taubaté* os inclui entre aqueles decente e elegantemente vestidos que passeiam e jogam flores pelas ruas principais em ordem e harmonia, enquadrados pela corporação musical Princesa Imperial - critica o rito popular de enterro de crianças. À frente vem um máscara vestido a caráter com um tição de fogo e acendendo foguetes de beco em beco; a seguir, quatro máscaras vestidos como anjos carregam a tampa do caixãozinho, e quatro outros máscaras vestidos de casaca conduzem o esquife onde se vê uma boneca muito bem vestida; fechando o bloco, um mascarado de horrível presença, vestido de mulher, traz um grande maço de velas de cera.⁹

Pode-se identificar nestas duas atitudes a mesma intenção de remover a indiferença da maioria da população quanto à mortalidade infantil; e talvez se possa ver no grupo carnavalesco uma certa ênfase contra o papel das mulheres na tradição que se quer corrigir.

Ainda em Taubaté, e a respeito de infanticídio, a imprensa relata que um menino de 11 anos mata com uma enorme faca sua irmãzinha de alguns dias de idade. A polícia toma as providências que se impõem; o menino é considerado deficiente mental. A tragédia acontece na sexta feira após o carnaval de 1890.¹⁰

Deixando por enquanto de cuidar do cotidiano infantil na vida familiar e doméstica, é interessante observar a atitude das autoridades e da imprensa em relação às crianças na rua.

Emancipando os escravos algumas semanas antes da Lei Áurea, tentando desta forma prevenir-se contra o êxodo previsível dos escravos para o Oeste e para a Corte, os empresários e políticos taubateanos travam prolongado debate pela imprensa buscando solução para o problema da mão de obra na região. As vantagens e desvantagens do imigrante e do trabalhador nacional são exaustivamente

comparadas; prevalece o sentimento de revolta contra o governo provincial, depois estadual, que favorece os interesses dos fazendeiros do Oeste recusando à região Norte créditos, colonos, estradas de ferro. A 5 de abril de 1888, um dos protagonistas desse debate profere no *Diário Paulista*, jornal que lidera o movimento pela criação da Província do Rio Sapucaí, uma violenta crítica ao governo imperial e aos abolicionistas que não preocupam em fixar a obrigatoriedade do trabalho antes de cuidar da emancipação. Propondo medidas enérgicas para prescrever a vadiagem, o articulista se interessa especialmente pelos ingênuos que imitam a ociosidade dos escravos fugidos e libertos. Estas crianças deveriam ser colocadas sob a vigilância dos juizes de órfãos e de curadores, e remetidas para os arsenais da marinha logo que se mostrassem refratárias aos seus deveres.¹¹

Em setembro do mesmo ano, é outro jornal que sugere o envio de menores aos arsenais, agora como remédio contra um costume arraigado "da molecagem que nesta terra é imensa", de vaiar a guarda de honra quando esta se retira após a execução do *Te Deum* de ação de graças no dia 7 de setembro.¹²

No ano seguinte, o *Noticiarista* se queixa ao delegado de polícia contra a algazarra noturna das crianças que brincam a cabra cega e esconde esconde até às 21 horas pelas ruas da cidade, rabiscam muros e paredes e ofendem a moral pública.

O mesmo jornal volta à carga em 1893, contra os moleques que, "às soltas pelas ruas como cães vadios e sem dono", aproveitando-se da ausência de policiamento durante o carnaval, quebram a cabeça de alguns máscaras avulsos que flanavam pelas ruas mais movimentadas.¹³

Dezoito anos mais tarde, uma crônica de Val de Lyrios lembra com saudade o antigo encanto das ruas. Já não se vê, nem os tipos populares, os mendigos, os mascates, nem bandos de crianças palradoras. Val de Lyrios evoca o tempo em que no correr do dia e principalmente à tarde, as ruas se enchiam de crianças lambuzadas a brincar, a cantar:

"Lá evém seu Juca
do cavaquinho;
-Dono da casa,
Já, traga o vinho!"

Além das razões sugeridas pelo cronista para esta perda da aura das ruas, o progresso e a escola, a repressão policial também deve ter tido o seu papel.¹⁴

Em São Luís do Paraitinga, a imprensa também chama a atenção dos pais e do delegado de polícia contra as correrias noturnas de meninos pelas ruas, esporadicamente, mas parece ter uma birra especial contra os cães vadios, atazanando a tal ponto o guarda-fiscal encarregado de eliminá-los, que este tenta invadir a redação do Luizense dando ao jornal oportunidade de apresentar-se como vítima de empastelamento e invocar a liberdade de imprensa.¹⁵

Um incidente da noite de São João no Largo da Matriz de São Luís do Paraitinga em 1914 mostra a inflexibilidade da ação policial frente à algazarra infantil que, aliás, aparentemente, não desapareceu das ruas até os dias atuais (nem os cachorros, tampouco).

O menino Antônio Prudente de Toledo, filho de Atílio Prudente de Toledo, tendo recebido um corretivo - que parece exageradamente enérgico - do policial Luís Augusto de Moura, apresenta queixa no Tribunal de Justiça.

Trata-se de um rapaz de 14 anos; estava com outras crianças a ver a queima de fogos, pegou uma varinha e batia com ela numa rodinha de fogo quando foi repellido pelo soldado que vibrou-lhe dois golpes de vara de marmelo no rosto. Outro soldado, Francisco Martim de Souza, confirma o ocorrido e justifica seu colega: têm ordens do comandante do destacamento para dispersar as crianças, de noite e à tarde, com vara de marmelo. O Comandante do destacamento aprova seus subordinados, receberam ordem sua para agir com firmeza contra os grupos de crianças desordeiras que fazem algazarra, quebram vidraças e desacatam os mais velhos. O processo é arquivado; pouco modificadas pelo progresso, as ruas de São Luís prosseguem sob ocupação infantil e canina, apesar do impacto considerável da escolarização.¹⁶

A escola é a instituição que mais profundamente opera no sentido de prolongar a duração da infância, modificando a men

talidade e a demografia da sociedade européia a partir do século XVII.¹⁷

Sem a pretensão de proceder a um estudo sistemático da trajetória e dos efeitos do sistema escolar na dinâmica social de um município paulista, é necessário focalizar, mesmo que fragmentariamente, as relações entre o tempo dos grupos de idade, o tempo das instituições escolares e o tempo da festa.

Antes da obrigatoriedade do ensino primário, obra da República, predomina o sistema do aprendizado privativo às crianças das famílias abastadas, geralmente em sua própria residência com preceptores particulares, articulado com os colégios - geralmente confessionais - que preparam para admissão no curso superior, ou para o exercício de profissão não-manual, e servem especialmente para, confinando a prole daquelas famílias abastadas, estreitar os vínculos de sociabilidade e parentesco reproduzindo e solidificando os interesses da classe social.

É bastante provável que o colégio mantido pelo padre doutor Joaquim Lameda no bairro do Chapéu, município de São Luís do Paraitinga, por volta de 1845, tinha por clientela filhos dos fazendeiros da região, nesta época de franca expansão da cafeicultura. Efetivamente, seria difícil adquirir uma tipografia, se o colégio cuidasse de crianças pobres. Também se pode supor que o Instituto Literário Luizense, organizado em 1876, cuja biblioteca chegou a possuir cerca de 5.000 volumes, bem como os jornais *O Paraitinga*, de 1874-77 e *A Redenção*, de 1880, devam sua infraestrutura àquele colégio, cujo papel pode ter sido fundamental na formação de uma ou mais gerações de dirigentes políticos, alguns de projeção nacional.¹⁸

O Colégio de São João Evangelista que, criado em agosto de 1861 por Edmundo Morewood numa chácara junto à cidade de Taubaté, faz questão de anunciar que todo o serviço é feito por europeus, limita o número de seus alunos a doze e prepara para o ingresso na academia em São Paulo, forma com o Colégio de Santa Tereza, de Mariana Marcondes d'Oliveira, para moças, outro interessante objeto para um estudo específico.¹⁹

O jornal *A Redenção*, de orientação liberal, divulga em São Luís do Paraitinga em janeiro de 1885 publicidade do Colégio Gosling, dirigido por Arthur Gosling e Tomaz Camero Gosling em Pin-

damonhangaba, que afirma terem seus alunos conseguido os mais lisonjeiros resultados na Faculdade de Direito de São Paulo.²⁰

Nesse ano, a situação escolar em São Luís do Paraitinga pode ser assim resumida:

uma 1ª cadeira, com um professor e uma professora;

uma 2ª cadeira, com outro casal de professores;

um professor e uma professora no bairro Fábrica;

e um professor em cada bairro: Chapéu, Alvarenga, Várzea Grande e Barbosas.

Há também uma escola particular, dirigida por Maria Isabel Gonçalves Ferreira, com 16 alunas, e um Colégio, o Externato São Luís, dirigido por José Cândido Rodrigues de Andrade, com 22 alunos. O quadro é, sem dúvida, bastante modesto se comparado com os ricos colégios das grandes cidades do Vale do Paraíba.²¹

A leitura dos estatutos e da publicidade daqueles colégios passa uma impressão de disciplina rígida, com os pensionistas forçados a comportar-se como adultos e a internalizar, minuto por minuto, o estilo europeu (ou tido como tal) de vida. Mas os regimentos não bastam para o resgate do vivido.

Em 1890, com a instalação do Colégio Americano em Taubaté, dirigido por missionários protestantes, tem início uma série de incidentes envolvendo alunos e professores, e alunos de colégios rivais. O jornal monarquista *O Noticiarista*, porta-voz da facção política conservadora e católica que disputa com os republicanos ortodoxos do *Jornal do Povo* o controle político do município, expressa com frequência a indignação dos católicos frente atitudes até então inconcebíveis naquela cidade profundamente marcada pela presença do convento franciscano.

Enquanto os estudantes do colégio protestante são apontados como desordeiros mal educados que viajam os alunos da 1ª cadeira que desfilam em serviço escolar, *O Noticiarista* relata com enlevo a festa escolar do Colégio do Bom Conselho. Ao concluir o ano, cinco meninas representam a disputa entre as regiões do globo, presídidas pela História e pelo Gênio; o final, edificante, é a paz geral, mas o jornal se alonga nos elogios à beleza da gentil menina levemente morena, Maria Claudina Gomes Ribeiro, representante da Á-

frica (na verdade, do Egito) que recebe merecido prêmio das mãos do bispo de Olinda.²²

Em 1891, quando a tensão política alcança um extremo em Taubaté, um missionário protestante, o professor Bruce do Colégio Americano, que não tira o chapéu quando passam procissões e se arisca a ser linchado, talvez sem se dar conta disso, torna-se o pivô de um incidente que traz à tona a disciplina escolar da época. Uma aluna de 13 anos recebe do professor Bruce punição que revolta o pai e o Noticiarista: reclusão num quarto escuro após as aulas. O jornal insiste em sugerir mais do que truculência ao narrar que Bruce ficou só com a menina, e que no dia seguinte a agarra com violência pelos braços para reconduzi-la ao quarto escuro. Quando os diretores do colégio distribuem nota relativa ao assunto, o Noticiarista ridiculariza os erros de sintaxe, gramática e ortografia dos professores estrangeiros e os condena a 15 dias de clausura no quarto escuro, e a 300 duchas de gramática portuguesa, já que o castigo da palmatória está abolido. O pano de fundo é a tentativa dos católicos de convencer o governo republicano a só admitir missionários protestantes em áreas indígenas.²³

Quatro anos mais tarde, o *Jornal do Povo* denuncia o Colégio Coração de Jesus, onde os alunos são submetidos a punições severas: jejum a pão e água, palmatória, chicote. O menino Marco Vieira Barbosa, da família do juiz de paz de Ribeirão Bonito, resiste ao padre Antônio Firmino Vieira de Araujo e a um criado do colégio, ferindo este último com um canivete, e é expulso.²⁴

A reflexão acerca do efeito mais profundo da ampliação da rede escolar sobre as mentalidades e sobre a estrutura demográfica da população deve levar em conta situações como certa ocorrência de Aracaju, noticiada pelo *Jornal de Taubaté* em 1906. Quarenta menores da companhia de aprendizes marinheiros invadem o quartel de polícia e espancam três praças para vingar um colega esbofetado por um soldado de polícia.²⁵

O incidente não favorece de modo algum a idéia de uma algazarra infantil; a notícia breve designa os autores do ato violento em três passagens, duas vezes como menores aprendizes marinheiros e apenas uma vez, ironicamente, como crianças com quem não se deve brincar. Estas quarenta pessoas formam uma companhia, obedecem a um

comandante que os faz recolher ao quartel da companhia. É quase imperioso ver aqui a extensão de estruturas de comportamento adulto impostas sobre crianças de famílias modestas e pobres - basta lembrar que o envio de moleques para os arsenais a título de correção é proposto com freqüência pelos órgãos de imprensa burguesa. Muito mais que um sintoma de afirmação de uma condição/consciência infantil, a notícia sugere pensar nos corporativismos de caserna e na rivalidade entre guarnições federais e estaduais durante a Primeira República.

Mas poder-se-ia ver também na rivalidade entre os alunos do colégio protestante e os alunos dos colégios católicos de Taubaté algo comparável àquele caso extremo. Parece bastante claro que os estudantes praticamente reproduzem e prolongam à sua maneira o conflito que opõe católicos ultramontanos e não-católicos (duas constelações de grupamentos sociais cujos núcleos seriam, de um lado, as famílias ligadas ao clero católico, especialmente o romaniante, e do outro, as famílias ligadas à alta hierarquia maçônica). A escola pública, gratuita e obrigatória, aparece como uma nova dinâmica tornando mais complexo este esboço.

Escola e civismo

"São mendigos de luz! Andam pedindo a esmola
Do pão para a inteligência, alegres e resolutos"

As metáforas iluministas proliferam no discurso relativo à escola pública. O poemeto de René Barreto mostra como a escola, situação especial tornada obrigatória para todas as crianças de ambos os sexos dos 7 aos 12 anos (embora a maior parcela das crianças desta idade não penetre ou não permaneça nas escolas, visto que a República limita inicialmente a obrigatoriedade às crianças que residem num raio de 2 quilômetros de distância da escola pública quando meninos, e de 1 quilômetro quando meninas), pode ser imaginada não apenas como um direito da criança, mas até mesmo como uma dívida. Mostrando os pequenos mendigos de luz a caminho do grupo escolar, o poeta se dirige ao leitor adulto:

"Sabei que buscais longe aquilo que está perto...
O sonho que sonhais, sublime, está por certo
Na lúcida instrução daqueles pequeninos"²⁶

Consta que São Luís do Paraitinga teria sido o primeiro município paulista a organizar um Grupo Escolar em 24/11/1895. Entretanto, em 1890, a situação escolar parece ter regredido em relação ao ano de 1885, apesar de apresentar um Conselho Municipal encarregado da Instrução Pública, composto por três membros, dentre os quais se destaca o coronel Manoel Bento Domingues de Castro, sobrinho e herdeiro político do Barão do Paraitinga, e permanecer estável o número de professores (12 em 1885, 11 em 1890); mas desapareceram o Externato São Luís e a escola particular feminina.²⁷

Em maio de 1894 uma coleta arrecada 221\$600 para aquisição de livros para alunos pobres das escolas públicas, e em setembro chegam de São Paulo duas caixas de livros escolares.²⁸

Em Taubaté, o ensino foi declarado obrigatório a 1/5/1894, mas o recenseamento escolar encontra resistência obstinada - os pais se recusam a fornecer o nome de seus filhos, temendo o recrutamento militar.²⁹

Em São Luís do Paraitinga, em janeiro de 1897, a Câmara Municipal, num esforço para aumentar a arrecadação e fazer face a várias obras públicas, além de taxar draconianamente os mascates ditos turcos, cria um imposto de 20\$000 sobre professores públicos do município; alguns desses professores, além do imposto, mantêm o compromisso assumido em 14/11/1895, de doar 5\$000 ao grupo escolar.³⁰

Em 1899, diante da atitude do major Joaquim Pereira de Campos Toledo, que não aceita reduzir o aluguel de seu prédio, de 50\$000 para 25\$000, a Câmara Municipal decide transferir o Grupo Escolar para a Santa Casa de Misericórdia; vários professores são multados por não terem pago o imposto; a Câmara, às voltas com novas despesas - o cemitério municipal recém-inaugurado é transferido para outro terreno - cria novos impostos, como o dízimo do ordenado dos empregados municipais, e não faz concessões.³¹

No ano seguinte, graças às gestões do coronel Manoel Bento Domingues de Castro junto ao governo estadual, a Câmara recebe 10:000\$000 para pagar 14 professores interinos, cujos salários (76\$160) estão atrasados há nove meses. Ao final do ano, chegam mais verbas estaduais para o custeio das escolas provisórias, pagamento dos aluguéis atrasados do prédio do grupo escolar e dívidas da Câmara, que suspende o corte de 10% dos ordenados de seus empregados.³²

Em maio de 1901, há 131 meninos e 115 meninas nas escolas do município. Em agosto, o Inspetor Municipal da Instrução Pública apresenta o seu relatório. Há treze professores, tendo um outro, João Cândido Cabral, abandonado sua escola desde janeiro; a situação nas escolas é precaríssima, com falta absoluta de livros, cadernos, etc.; pouquíssimos alunos, porque os pais "preferem deixá-los nas trevas da ignorância"; o relatório conclui sugerindo a efetivação do ensino obrigatório, ainda que não em massa.³³

Em maio do ano seguinte, os 14 professores interinos recebem seus salários (69\$362) atrasados há 4 meses; em julho, a Secretaria do Interior envia livros para as escolas.³⁴

Com o aparecimento do jornal *O Luizense* pelo final de 1903, torna-se possível observar algumas festas escolares. Durante sua primeira fase de existência, o jornal parece menos exigente quanto à celebração das datas cívicas, por esta época permite-se até ironizar os pomposos discursos extraídos do opúsculo *Orador Familiar*, "livro prodigioso com auxílio do qual, muita gente de colarinho em pé se tem imposto à admiração pública."³⁵ É provável que esta atitude se explique pela ausência de uma ameaça oposicionista ao partido que detém o poder no município desde a proclamação da República. Por outro lado, excetuando-se a polêmica em torno do culto cívico a Tiradentes, que inflama a imprensa taubateana durante os primeiros anos do regime republicano, e às comemorações de 13 de Maio, não parece haver nenhum entusiasmo pelas datas nacionais, nem em Taubaté, e tampouco em São Luís do Paraitinga.

É por decisão do governo estadual que em 1904 ganha importância a data de 7 de setembro. A Secretaria do Interior e Justiça dirige circular a todos os estabelecimentos de ensino, determinando aos diretores que promovam festas escolares e passeatas cívicas, e que os professores façam preleções aos seus alunos.³⁶

O Luizense transcreve relatos das festas de cidades vizinhas. Um fragmento, talvez o nº XLVII, de 25/9/1904, mostra o papel central de um professor - Maia Torres - na organização, comemoração, e certamente também na divulgação da festa cívica. Seus alunos carregam a bandeira, guardam o retrato do marechal Floriano Peixoto, proferem discursos, recitam poemas, erguem vivas à República, às autoridades, à Instrução Pública. A cerimônia cívica é no-

turna e os alunos da escola de Maia Torres, no desempenho das funções cívicas, parecem prefigurar a cidadania republicana - varonil, marcial, ilustrada; mas, pelo tom e estilo do relato, é bem provável que tenham sido identificados como peões a serviço das pretensões políticas de Maia Torres.³⁷

Em São Luís do Paraitinga, os alunos do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro são ensaiados para render homenagens aos chefes políticos Manuel Jacinto e Manuel Bento Domingues de Castro.

Na festa de encerramento do ano letivo de 1904, dividida em uma sessão literária pela manhã e um espetáculo noturno, os símbolos republicanos que enfeitam as paredes celebram, pela ordem de precedência, o coronel Manuel Jacinto, o Governo do Estado, a Câmara Municipal, e O Luizense. O programa alterna poemas, diálogos, hinos, pequenas peças teatrais; excluídos os discursos, pode-se visualizar sumariamente quatro temas gerais: civismo (genérico e paulista), com 6 intervenções; moral, especialmente a caridade cristã (pelo menos 5 intervenções); religião (católica), 4 intervenções; e culto à natureza (pelo menos 4 intervenções). Predomina o tom solene, mas o ato final é uma comédia, O pequeno banquete, encenada por 7 alunos. A proporção dos alunos certamente aparentados com os professores é elevada. O coronel Manuel Jacinto oferece dois livros ricamente encadernados ao aluno e à aluna que mais se distinguiram; são ambos do 3º ano, que parece terminal.³⁸

Aplaudindo o sucesso da festa, um redator do Luizense retoma a citação de Victor Hugo, ventilada pelo vigário durante seu discurso: abrir uma escola equivale a fechar uma cadeia. É muito curioso o processo de encobrimento desta dimensão cruamente disciplinar pela retórica edificante e apologética. Afinal de contas, quem vai lucrar é o "povo", ou a "sociedade"? O redator afirma: ambos.³⁹

A presença da troupe dramática Aroso & Pinho na cidade coincide com a fundação ou revitalização do Grupo Dramático Luizense, sob a direção de Oscar Cabral. Acompanhando esta euforia, os alunos da professora Maria Teresa de Tolosa também se apresentam, em benefício das obras de restauração da igreja do Rosário. Até mesmo aqui, pode-se evocar o sentido da escolarização: retirar a criança de seu primeiro ambiente, do âmbito estreito da família (que já se encarregou de retirá-la do narcisismo inicial), e conduzi-la para o campo genérico do social. Período prolongado de passagem, pontuado

por momentos de ansiedade (exames, por exemplo) e por momentos de distensão (festas, férias), durante o qual as crianças, rigorosamente individualizadas e forçadas a competir, submetem-se à enfática inculcação de normas e valores supostamente universais. Imitando os procedimentos espetaculares de determinados adultos, alguns alunos são destacados do conjunto de crianças, operando-se assim a reprodução dos mecanismos fundamentais de diferenciação, segregação, dominação e submissão.⁴⁰

Em 1906, a população escolar nas festas da Independência em Taubaté se apresenta como apenas mais um dentre vários grupos organizados numa sociedade mais complexa e dinâmica: corporações musicais, (cuja rivalidade, tradicional, degenera em tumulto), clubes de futebol, Associação dos Empregados no Comércio, Grêmio Feminino de Literatura e Arte, torneio de bilhar, bailes, romaria a Aparecida.⁴¹

Em 1908, provavelmente em razão dos sintomas de erosão do equilíbrio político no município, visto que o coronel Manuel Bento Domingues de Castro, herdeiro político de seu parente Manuel Antônio, falecido em setembro de 1908, não conseguirá reeleger-se em 1910, O Luizense passa a cobrar da Câmara Municipal maior empenho na observância das datas nacionais. Como a cidade não conta com nenhuma outra estrutura capaz de reciclar o ritmo de vida social em função da periodicidade das festas cívicas, é na rede escolar que o projeto político vai buscar um terreno firme.

Noticiando a transladação dos despojos mortais dos almirantes Barroso e Saldanha da Gama, até então sepultados em Montevideu, O Luizense louva a iniciativa do governo brasileiro e propõe um outro ato patriótico: a transladação dos corpos do casal imperial. "Está feita, (...) a transladação (dos) heróis da guerra; força é que façamos, pois, a transladação dos heróis do amor". O redator se protege sob a abreviatura Et., pois sua proposta pode ser considerada anti-republicana, nesses tempos em que os brios militares se exaltam com tanta energia. O Luizense mesmo sabe, e informa, que 120 oficiais da Armada requerem uma assembléia geral extraordinária do Clube Naval para definir uma atitude frente ao deputado José Carlos de Carvalho, que teria proferido "acusações e frases deprimentes" contra Saldanha da Gama.⁴¹

Assim, o declínio do bloco hegemônico na política local se desenrola sob o pano de fundo mais geral da radicalização da contradição entre as estruturas oligárquicas e as estruturas centralizadoras da República, que vão medir forças no pleito presidencial de 1910.

O *Luizense* lembra a seus leitores que passou inteiramente despercebida a data do descobrimento do Brasil - 3 de março -, "este importante território, o mais bem aquinhoado em riquezas naturais". Curiosamente, os descobridores são os europeus, e não os índios. O jornal deplora o menoscabo de um dos mais sacrossantos deveres dos ocupantes dos edifícios públicos; em cujas fachadas nem ao menos foi hasteado o símbolo da pátria tão amada: o de fazerem conhecidas as datas históricas da pátria para completa glória de seus maiores.⁴²

Uma semana mais tarde, o jornal se congratula com o êxito de sua reprimenda cívica. A cidade viu o pavilhão nacional hasteado nas repartições públicas e na redação d' *O Luizense*, e balões vermelhos iluminando a colossal fachada do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro. A matéria principia com longo comentário sobre o duplo sentido do 13 de maio: libertação dos escravos (1888) e nascimento da imprensa brasileira (1808), esta última auto-definida como "foco donde irradiava a grande luz, a força desta grande nação". A adjectivação é copiosa. A data é grandiosa, sublime, amada; a escravidão é nefanda e atroz; os escravos são desventurados, resignados, uma classe vilipendiada sujeita à ganância voraz e mercenária, que uma plêiade de homens amigos dos seus iguais soube libertar; a princesa Isabel é magnânima, seu gabinete bem intencionado.

A emancipação dos escravos é apresentada como superação do atraso. "Com esse sublime e avançado passo de progresso, pôde o Brasil sem grande dificuldade nivelar-se em tudo por tudo às nações mais civilizadas da colossal Europa".

O *Luizense* retoma a idéia ritualmente inculcada pelo hino da República - "Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em tão nobre país" - para acrescentar mais um tijolo à construção desse milagre nacional: "Com a extinção do mercantilismo humano no Brasil, apagou-se, quase por encanto, a nódoa desprezível do seu atraso".⁴³

Retornando à circulação após 6 meses, **O Luizense** menciona a crise econômica e "a má vontade de uma parte do povo, esquivada ao engrandecimento e progresso da imprensa" como razões para as suas dificuldades. A grande novidade é a inauguração solene do retrato a óleo do deputado Manuel Bento Domingues de Castro na sala nobre da Santa Casa de Misericórdia, adquirido pela Mesa Administrativa da mesma por indicação do secretário - Bernardo Joaquim Dias, diretor proprietário d' **O Luizense** ...⁴⁴

Em setembro, a festa cívica não recebe particular destaque do jornal, que relata das bandeiras e luminárias nas fachadas da Câmara Municipal, Grupo Escolar e de sua redação. **O Luizense** prefere exibir as medidas do ufanismo nacional: o país conta com 20 ou 22 milhões de habitantes, 19.000 quilômetros de vias férreas em tráfego, 28.359.612 quilômetros de rede telegráfica, etc. As estatísticas da população escolar são interessantes: quase um milhão de alunos matriculados em escolas de ensino primário públicas e particulares; 31.000 em institutos de ensino secundário e 6.000 no ensino superior. Pode-se, portanto, calcular cerca de 4 milhões de crianças em idade escolar fora da rede de ensino.⁴⁵

O Diretor Geral do Ensino do Estado de São Paulo envia aos diretores de todos os grupos escolares e escolas reunidas instruções para a comemoração da data do estabelecimento da bandeira nacional, 19 de novembro. Os professores deverão despertar em todos os alunos o sentimento de verdadeira e sincera veneração e respeito pelo símbolo da Pátria Amada. Os alunos deverão redigir uma descrição e desenhar a bandeira; os dois melhores trabalhos dos alunos do último ano de cada estabelecimento deverão ser remetidos à Diretoria Geral.⁴⁶

Os professores do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro seguem à risca as ordens recebidas. Os alunos são organizados como um batalhão militar, com oficiais, sub-oficiais e soldados, fardamento cáqui para a maioria, calças brancas para os oficiais. **O Luizense** relata bem-humorado os preparativos da festa, desdobrando todo um vocabulário de caserna. Para o 15 de novembro, data da República, a cidade torna-se uma praça de guerra, a alvorada tem rufo surdo de tambores e clangor de cornetas estridentes; o batalhão escolar marcha pelas ruas, faz evoluções diante da residência do juiz de direito da comarca, enquanto a oficialidade entra para congratular-se com aquela autoridade pelo aniversário da República; os oficiais e soldados mirins homenageiam também a redação d' **O Luizense**

e o promotor público, posam no Largo da Matriz para o fotógrafo amador João Cândido Cabral, tabelião, ensarilham armas, debandam ao toque de dispersar e avançam para o coreto onde recebem um lanche; ao toque de sentido voltam a se perfilar, e após novas e corretas evoluções, cumprimentando o delegado de polícia e o prefeito municipal, se recolhem no quartel (o grupo escolar); durante toda a festa, a corporação musical Santa Cecília executa vários dobrados, hino nacional e o da bandeira, muitas vezes. A corporação musical do Santíssimo Sacramento, que participou com sua rival da festa de encerramento do ano letivo de 1904, (uma pela manhã, a outra à noite), não é sequer mencionada pelo jornal.⁴⁷

É curioso o recurso a todo este simbolismo militar por parte dos organizadores da festa, pois o partido bentista (do coronel Manuel Bento Domingues de Castro) já se definiu pelo civilismo contra a candidatura do marechal Hermes. Na mesma página em que descreve com sutil ironia a festa cívica escolar, o órgão oficial do partido situacionista luizense reproduz um editorial do **Correio de Minas** carregado de violentas críticas ao militarismo. Se o próprio marechal Floriano Peixoto, educado, patriótico e moralizado, exorbitou no exercício do governo militar - esta questão será retomada -, o que esperar de Hermes da Fonseca, voluntarioso, despótico, sem talentos nem ilustração, apologista do rebenque e do tacão de bota contra a imprensa? (Observando com atenção o texto do **Correio da Manhã**, conclui-se que o perigo maior, a essência do governo militar, reside na falta de respeito aos laços de sangue entre os membros da elite política).⁴⁸

Quatro dias após a comemoração da República, os escolares estão novamente fardados, agora para o culto à bandeira nacional, solicitação do Diretor Geral do Ensino. O leitor se surpreende. Trata-se apenas de diferentes estilos de redação, ou **O Luizense** pretende realmente contrapor à marcialidade talvez um tanto ridícula da festa anterior um delicado acento feminino na festa da bandeira? Ou, por outro lado, parece bastante possível uma sutil comparação entre o estilo do professor Juvenal Ferreira da Cunha, instrutor do batalhão infantil, único professor nomeado pelo jornal ao noticiar a festa da República, e os professores que participam da festa da bandeira. Os meninos do batalhão escolar prestam continência, a Câmara Municipal faz queimar uma salva de 21 tiros e a banda de Santa Cecília executa o hino nacional, enquanto Maria Teresa de Azevedo, es-

colhida como a melhor aluna do 4º ano, desfralda a bandeira de uma das janelas do grupo escolar. Durante a sessão literária, a aluna Maria Teresa de Azevedo oferece uma surpresa ao diretor do grupo escolar, um buquê de flores com a forma da bandeira nacional, trabalho delicadíssimo confeccionado pela professora Carlota de Gouveia. Após descrever a sessão, que tem 20 números e discurso do juiz de direito (que aplaude o corpo docente e o diretor, por ter tão bem interpretado a intenção do governo paulista nessa manifestação cívica) e de João Cândido Cabral em nome do diretor, *O Luizense* enumera mais de 30 personalidades presentes e descreve a decoração da sala. Entre folhagens e galhardetes, inúmeras bandeiras nacionais entrelaçadas homenageiam o Visconde do Rio Branco, Rui Barbosa, Benjamim Constant.⁴⁹

Enquanto no município de São Luís do Paraitinga a situação política ainda não chegou a um equilíbrio desde a derrota eleitoral do partido bentista em 1910, a leitura de dois relatos da festa de 7/9/1912 em Taubaté funciona como um intermezzo instrutivo. *O Norte* dedica cinco colunas aos festejos cívicos que mobilizam 1.035 alunos das escolas públicas e de dois colégios; o jornal calcula que este número poderia chegar a 3.000, se a distância não tivesse impedido a vinda dos alunos das escolas dos bairros e se comparecessem os alunos dos demais colégios. *A Federação* deplora, em primeira página, a passagem da gloriosa data da independência brasileira por entre a frieza gélida da indiferença popular em Taubaté. O próprio hino brasileiro só foi ouvido nesse dia, grande entre os maiores, tocado pelo mecanismo bruto e rude de um gramofone em um hotel do Largo da Catedral! À página seguinte, o jornal, alegando muitas queixas, não pode silenciar a respeito dos festejos promovidos pelas escolas com a presença do prefeito municipal, que exerce também a função de inspetor literário municipal. O leitor afinal percebe que os festejos cívicos noticiados pelo *Norte* se realizaram na sexta feira, antecipação que *A Federação*, folha oposicionista, não admite. Como o jornal não pode silenciar, prefere criticar os organizadores da festa por submeter as crianças à inclemência do sol a pino, das 14 às 16 horas. O prefeito, na qualidade de inspetor literário municipal, oficia às escolas que não compareceram à festa, indagando a razão desta omissão; as razões alegadas parecem evasivas: doença (dos professores, ou dos alunos?)⁵⁰.

Ainda em setembro de 1912, realiza-se, talvez pela primeira vez, por recomendação do governo do Estado, a festa da árvore - em Taubaté, na sexta-feira, dia treze; entre hinos e poemas, meninos e meninas plantam mudas de árvores (figueira, jatobá, carvalho e pau-brasil) no grupo escolar Dr. Lopes Chaves; no 2º grupo escolar, o programa, também inequivocamente inspirado em Rousseau toma um sentido mais edificante: os escolares plantam cana, bambus e mandioca. Em ambas as festas, as meninas carregam as mudas e os meninos manejam os instrumentos de trabalho.⁵¹

Pelo final do ano de 1915, o anúncio de uma sessão literária promovida pela Associação Protetora da Infância a se realizar em 6 de janeiro indica a iminência da reconciliação entre as facções políticas cuja rivalidade cinde dramaticamente a "sociedade" luizense. Os irmãos Cabral, militantes ferrenhos do grupo bentista, parecem ter a iniciativa pela associação, mas o programa prevê a participação das corporações musicais Santa Cecília (do partido bentista, dirigida por Oscar Cabral) e Santíssimo Sacramento (da oposição). Mas ao relatar a sessão, O Luizense noticia apenas a presença da música situacionista, e frisa que a participação do coronel José Bernardino de Castro (líder do partido hermista) e de sua gentilíssima filha Iracema de Castro não faziam parte do programa. As conferências versam sempre em torno da necessidade de expandir a rede escolar; "estudar - libertar-se".⁵²

As intenções da associação tornam-se mais visíveis quando O Luizense informa de seus esforços pelo desdobramento do 1º ano masculino, contra o ponto de vista da Secretaria do Interior; trata-se, portanto, de uma tentativa de reforçar o orçamento e o pessoal da Câmara Municipal, e revitalizar o mercado (a associação anuncia que já comprou fazendas para os uniformes das "crianças pobres de luz e de pão").⁵³

Os dirigentes políticos estão certamente interessados em recuperar o prestígio que o município já teve; na vila de Redenção, que pertence ao município de Taubaté, por exemplo, a inauguração festiva do edifício das Escolas Reunidas em maio de 1914 enseja o triunfo do chefe político local, Joaquim Pires de Queiroz. Enquanto as festas cívicas de novembro são realizadas exclusivamente entre alunos no grupo escolar Coronel Domingues de Castro, na vila de Redenção a população assiste a um disputadíssimo "match de basketball" entre as alunas das Escolas Reunidas, em que se destaca o "team"

que tem por "beack" a menina Paulina ... A palavra de ordem, progressista, é afastar-se do carrancismo. Taubaté por sua vez comemora em março de 1917 o 2º aniversário de seu terceiro Grupo Escolar.⁵⁴

O governo paulista institui em 1917 a Festa das Aves, a ser comemorada nas escolas públicas; a 14 de abril, os alunos do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro cumprem um extenso programa com 42 números entre discursos, poesias, hinos, diálogos, canções, etc. A corporação musical Santíssimo Sacramento abrilhanta a festa.⁵⁵

Neste mesmo ano, as festas do 13 de Maio revestem-se de grande solenidade, provavelmente em função de orientação precisa dos governos federal e estadual face à ruptura das relações com a Alemanha e a intensa mobilização nacionalista. O programa da festa infantil realizada no grupo escolar culmina com a comédia Cenas da escravidão, (que lamentavelmente não foi pelo menos resumida pelo O Luizense). O corpo discente tem maior número de meninos que de meninas; no entanto, a proporção de números e figurantes femininos é 100% maior, o que sugere a impressão de um tom marcadamente sentimental e compassivo na abordagem do tema Abolição.⁵⁶

A Secretaria do Interior determina a leitura de um manifesto do Presidente da República aos alunos dos grupos escolares em setembro. O Presidente anuncia em termos graves a declaração do estado de guerra contra a Alemanha; a política externa brasileira é modelar - "nenhum outro país oferece como o nosso a prática desse recurso admirável da arbitragem como solução dos litígios internacionais" -, o Brasil nunca teve guerra de conquista e a índole de seu povo se resume à paz e o trabalho. O Presidente exige que se dissipem todas as divergências internas para que a Nação apareça una e indivisível perante o agressor; aconselha e espera maior acatamento de suas decisões; propõe redução dos gastos e intensificação do trabalho, sugere auto-censura à imprensa e alerta contra os manejos da espionagem. É nesse contexto, que se comemora em São Luís do Paraitinga a data da Independência e tem início uma severa repressão policial contra a vagabundagem.⁵⁷

A Festa das Árvores, a 15 de setembro, oferece nova oportunidade para se demarcar enfaticamente os papéis sociais. A primeira parte, no interior do grupo escolar, é celebrada pelas meni-

nas, que se esmeram na apresentação de poemas, hinos e da comédia *A Ralhadeira*. Os meninos são encarregados do plantio de árvores nas dependências externas da escola, e ocupam o Largo da Matriz ao som do hino *Cavemos a terra*, plantam algumas mudas, competem individualmente (salto e altura) ou em jogos de equipe (jogo de bandeira, bola envenenada, bola inglesa, as três pedras).⁵⁸

Em novembro é o ministro da Justiça que recomenda aos governos estaduais cuidar de fazer vibrar o civismo dos brasileiros com a cooperação simpática da mocidade das escolas, especialmente na festa da bandeira.⁵⁹

Anunciada desde setembro, em janeiro de 1918 se organiza a Associação Regional de Escoteiros Luizenses, com sessenta meninos inscritos a princípio. Dois professores do grupo escolar são encarregados de preleções semanais sobre escotismo, enquanto o comandante do destacamento policial se oferece para proporcionar instrução militar e técnica à infância escolar luizense. Uma comissão de professoras trata de preparar uma grande quermesse em benefício dos escoteiros pobres, para aquisição de uniformes, e confeccionará uma rica bandeira que será oferecida aos escoteiros quando da cerimônia de juramento.⁶⁰

Uma coletânea de textos infantis, redigidos por alunos do grupo escolar de São Luís do Paraitinga em setembro de 1918 e publicados pelo *Luizense* permite concluir este exame do papel da escola pública na introdução do calendário oficial da República, numa região caracterizada pela vigência dos sistemas de estruturação do espaço e do tempo da civilização tradicional brasileira.⁶¹

"... Não foi só isso a festa; foi dos sírios que fizeram grande benefício aos escoteiros. Os sírios fizeram grandes benefícios ao Brasil. Depois que o senhor diretor fez essa preleção, bateram palmas" (Luís Eugênio de Gouveia, do 3º ano).

"... Depois disso, lá no salão de cima o senhor diretor falou sobre os sírios que eles prestaram muitos serviços ao Brasil. Eles deram muitos contos de réis ao Brasil. Foram eles que deram dinheiro para formarem esses batalhões de escoteiros, Linha de Tiro, Cruz Vermelha, etc." (José Maria Ferreira, 3º ano).

"... O senhor diretor nos fez ver que os escoteiros manifestavam a Síria, esse país de pessoas muito boas. Já deram muito dinheiro aos escoteiros. É um povo honesto mas vive errante longe da sua pátria. A Turquia, que é um povo bárbaro, tomou a Síria. Eles não quiseram ficar e desprezaram a sua pátria. Eles com os ingleses foram com as suas tropas e fizeram a independência da Síria. Assim ficam os sírios libertos. O senhor diretor falou que todos os domingos haverá reuniões. Acabou-se a festa desse dia." (Luís Alves Ferreira, 4º ano)⁶²

Tem-se a impressão de que a sete de setembro, o diretor do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro celebra a independência da Síria, e não do Brasil. Sua atitude aparece como resposta a uma campanha contra os mascates sírios, de passaporte turco, que recrudescer na região durante a crise comercial provocada pela guerra mundial. O país exporta grandes quantidades de gêneros de primeira necessidade - arroz, farinha de mandioca, polvilho, fumo, etc - o que provoca escassez e carestia no mercado interno. Os governos federal e estadual, sem renunciar à política de exportação, pensam apenas em controlar os preços para evitar a especulação; a greve operária de julho de 1917 em São Paulo revela a gravidade da situação e o governo paulista lança uma campanha em favor da policultura, tentando melhorar o abastecimento dos centros urbanos.⁶³

Se o mercado interno sofre as consequências da intensificação das exportações, a conjuntura em São Luís de Paraitinga é algo diferente, uma vez que a região tem desde seu primeiro povoamento uma produção tradicionalmente diversificada: milho, feijão, fumo, porcos, algodão, etc⁶⁴. O Luizense, quando lamenta a carestia e impreca contra a crise, insistindo nas cores escuras para descrever a situação, expressa, sem dúvida, o ponto de vista dos comerciantes, funcionários e profissionais liberais do núcleo urbano, e não dos sitiantes caipiras, que provavelmente estão fazendo bons negócios no mercado de Taubaté.

Ora, com todo o alvoroço nacionalista das Linhas de Tiro, Juntas de Alistamento Militar, escotismo, guerra contra a Alemanha, o caipira se retrai, temendo o recrutamento. Ao invés de procurar o mercado de São Luís, prefere comprar dos mascates e nas vendas da roça. A Câmara Municipal taxa draconianamente a mascateação,

defendendo os interesses dos comerciantes locais. A comunidade síria, especialmente no Estado de São Paulo, faz grandes donativos às campanhas nacionalistas; trata-se de incentivar a entrada do país na guerra contra a potência aliada à Turquia, e, provavelmente, de um esforço de auto-defesa contra a xenofobia do momento.⁶⁵

A partir de alguns textos escolares, ecos ingênuos de um sete de setembro de 1918, chega-se ainda que fragmentariamente a perceber como se processa a dialética múltipla de diferentes temporalidades. Tal como o espaço social aparece como interação complexa e dinâmica de diversos agentes sociais e instâncias de poder, aparecem aqui esboçadas a temporalidade mais e mais acelerada do capitalismo na fase monopolista, num extremo, e a percepção empírica do tempo das crianças de São Luís do Paraitinga na passagem do século.

A escola não surge como simples tentáculo do poder central, mas talvez até principalmente como exigência de determinados grupos sociais locais que fazem dela diferentes usos, destacadamente como instrumento eficaz de diferenciação social e legitimação de poderes.

As festas cívicas, introduzidas sob rigorosas determinações das instâncias maiores da República Federativa, viabilizam-se graças à logística da rede escolar e passam a moldar uma nova infância. A extensão do projeto pode ser grosseiramente avaliada pelas estatísticas escolares de São Luís do Paraitinga em 1901 (131 meninos e 115 meninas matriculados, e em 1921 - 259 alunos matriculados : a população total do município era calculada em cerca de 16.000 em 1896) e pelas cifras nacionais de 1909 (um milhão de escolares dentre 20-22 milhões de brasileiros).

Através da rede escolar, a República instala um dispositivo permanente de fabricação de um novo tempo, linear e progressista. Sobre os corpos de algumas crianças, destacadas da enorme massa relativamente indiferenciada que permanece à margem da escola, acumulam-se as marcas e as rotinas disciplinares. Primeiro, segundo, terceiro, quarto ano primário; turma masculina, turma feminina; escala decimal para avaliação do rendimento individual; quadros de honra, distribuição de papéis em sessões literárias e hierarquia militar nas comemorações cívicas, etc.

Estes corpos já inseridos na temporalidade predominan

temente agrária, pontuada pelas festas católicas, a escola deverá reciclá-los. O tempo regular, cumulativo, infinitamente divisível em suas unidades numéricas, desenrolando-se triunfalmente do passado ao futuro, deixa de ser uma abstração. Enquanto a severa disciplina do trabalho improdutivo da escola estende sobre esta nova infância a experiência que prepara para considerar normais as cadências de trabalho e a divisão capitalista do trabalho, as festas cívicas fixam as coordenadas "objetivas" do tempo histórico.

Mais que o Sete de Setembro ou o 15 de Novembro, é o 13 de Maio a festa cívica escolhida para instituir socialmente o passado.⁶⁶

O passado é denominado atraso; presente e futuro, frequentemente confundidos sob a noção de progresso, serão instituídos pelas outras festas cívicas, em especial o Sete de Setembro e o Quinze de Novembro - e sobretudo pelo Dezenove de Novembro. De fato, a festa da Bandeira coloca nas mãos dos meninos e das meninas aquilo que empunharão, sem dúvida alguma, dentro de mais alguns anos, quando o Serviço Militar e a Cruz Vermelha farão deles a nova juventude da República.

O estabelecimento das festas da Árvore e das Aves enfatiza uma nova maneira de apropriação da Natureza, e, simultaneamente, sacraliza a divisão sexual dos papéis sociais (a festa da árvore como uma antecipação da cerimônia republicana do casamento civil).

Se o passado e o futuro aparecem nitidamente delineados nas festas cívicas escolares, o presente não se presta a nenhuma forma definida de instituição: a festa, por ser festa, convoca passado e futuro para um encontro, num determinado aqui e agora, com a multiplicidade de presentes - individuais e coletivos. Estes passados, presentes e futuros, aqui tratados numa operação historiográfica, não se limitam ao universo escolar.

Trabalho infantil

A intervenção do Estado na repressão contra uma relativa indiferença da sociedade tradicional perante a mortalidade infantil, especialmente de recém-nascidos, que talvez não se deva reduzir a uma simples intenção de promover o crescimento demográfico,

acompanha-se pela higienização e medicalização da infância.⁶⁷

Jornal do Partido Liberal em São Luís do Paraitinga em 1882, *A Redenção* divulga na sua Secção Científica extratos do *Livro do Povo*, orientando como escolher uma ama de leite (a mãe preta). Deve-se buscar alguém que tenha mais de um filho, que já tenha trabalhado em casa conhecida, que seja inteligente, cuidadosa e tenha bons costumes, fisionomia agradável, gênio dócil, alegre. Que se atente ao vício da embriaguez, e se proceda a rigorosos exames dos órgãos genitais, gânglios cervicais e inguinais, etc; mas só ao médico cumpre decidir da saúde geral e da organização íntima da mulher. Vinte e oito anos mais tarde, *O Luizense* aconselha os pais a desconfiar, se a criança dorme mal e parece agitada: talvez a ama abuse de bebidas alcóolicas.⁶⁸

O vasto programa de regeneração nacional, que ganha a imprensa em função da entrada do país na guerra, vem retomar a questão dos cuidados com a 1ª infância. O doutor F. de Assis Berelli recomenda o leite materno, melhor alimento e melhor garantia contra a mortalidade infantil. O aleitamento artificial, dado sem obediência às regras estabelecidas (higiene e dosagem), bem como o aleitamento mercenário, quando a ama (a mãe preta) é alcóolatra, sífilítica, leprosa ou tuberculosa, podem ser perigosos. Mesmo se a mãe ou a ama ingerem remédios, curando suas próprias enfermidades, passam à criança através do leite substâncias que podem fazer-lhe mal. O médico reúne todos os conselhos possíveis, cuidados contra a sífilis, a tuberculose, varíola, etc., insistindo na importância da alimentação sadia, água fervida, vacinação. A infância pertence à nação. Preservar a infância é trabalhar pela Pátria e realizar obra cívica, é salvar a nacionalidade, é preparar braços para a lavoura, cérebros para receber as luzes da instrução; esta infância está destinada à guerra, à indústria, ao comércio e às letras. Junto às sensatas e patrióticas recomendações médicas, *O Luizense* divulga as sensacionais proezas de Dudu, o grande e invencível campeão de luta livre, contra vários rivais estrangeiros.⁶⁹

Outra ameaça contra a saúde e integridade da infância é a prostituição: como as crianças passam boa parte de seu tempo às soltas pelas ruas, a polícia recebe constantes apelos no sentido de evitar o contato entre "mulheres horizontais" e os futuros chefes de família.⁷⁰

Pesquisando para sua tese, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o doutor Félix Guisard Filho, da família proprietária da Companhia Industrial de Taubaté, recolhe dados estatísticos sobre a prostituição em São Luís do Paraitinga por vol

ta de 1913. O delegado de polícia Eurico Barbosa Lemos informa que são aproximadamente 35; são brancas, pardas e pretas, têm 20 a 40 anos, o delegado não se preocupa em fornecer detalhes. Não há casas de tolerância, pensões ou bordéis (o que parece duvidoso; dever-se-ia portanto supor que as prostitutas trabalham em suas próprias casas?); não há dados sobre moléstias venéreas, e registra-se em média 10 prisões de prostitutas ébrias por semestre. O delegado acredita que a falta de trabalho e de instrução seriam fatores que levam à prostituição, e pensa que o poder público deveria extinguir esses fatores (criando escolas e regulamentando a obrigatoriedade do trabalho).

Pesquisando diretamente em sua cidade, o médico Guisard encontra cerca de 120 prostitutas, entre 16 e 40 anos; 8 pretas, 27 mulatas, e 67 brancas; duas menores com menos de 14 anos; doenças venéreas, atribui a maior responsabilidade aos "cometas" (caixeiros viajantes), e identifica os remédios mais procurados. (*Elixir de Nogueira e A Saúde da Mulher*). O filho do industrial talvez tenha certo orgulho em declarar que em Taubaté não há falta de emprego; a explicação para a prostituição é a preguiça do brasileiro, herança do negro (o que parece contraditório, já que as prostitutas negras e mulatas são minoria).

O preconceito do médico contra a coletividade negra faz-lhe registrar sem comentários a predominância de prostitutas negras em situações de crime e repressão, apesar da maior proporção de prostitutas brancas. Detalhe tétrico é, no capítulo dedicado ao suicídio, a modalidade preferida pelas prostitutas "de cor" - a autoimolação pelo fogo. Se a preguiça - herança do negro, como afirma o doutor Félix Guisard Filho - é a principal causa, o carnaval e a sedução de criadas são os dois grandes momentos de produção de prostitutas. Quase todas as prostitutas são ou foram empregadas domésticas.⁷¹

A sedução das criadas é uma das principais formas de iniciação sexual dos filhos-família. Com a chamada Lei do Ventre Livre (1871), desenvolve-se a prática da exploração do trabalho dos ingênuos a título de proteção. Quando *O Liberal Taubateense* analisa as estatísticas do ano de 1887, que revelam a mortalidade superior a 30% entre os filhos livres de mulher escrava na Província de São Paulo (16.987 sobre 52.690), é provável que o sentido implícito seja

a justificação desta necessária criação. A seguir, segue-se a campanha sistemática da imprensa e da polícia forçando os ex-escravos a buscar trabalho ao mesmo tempo que se procura evitar que partam para o Oeste onde os salários são mais elevados.⁷²

O Noticiarista denuncia os maus tratos infligidos a uma órfã, reduzida à condição de criada por seu tutores; sua indignação demonstra que se trata de uma criança branca.⁷³

É apenas no jornal O Taubateano, dirigido por Tavares Filho, que surgem textos claramente voltados à defesa dos interesses dos operários e artesãos da região. Em agosto de 1903, ao reivindicar dispensa do imposto do selo, cobrado pela coletoria federal sobre a produção artesanal de cigarros de palha, O Taubateano fornece informações úteis para quem procura visualizar o quadro em que as crianças tradicionalmente trabalham. Nas famílias pobres, que são a imensa maioria, trabalho, diversão e transmissão de experiências envolvem crianças e adultos em torno de uma mesa. Escolhendo café, ou enrolando cigarros de palha, as crianças aparecem aqui de uma forma bastante diferente daquelas imagens estereotipadas mais frequentes (moleques, desordeiros, malcriados) nos demais órgãos de imprensa.⁷⁴

Com a instalação da fábrica de tecidos da Companhia Industrial de Taubaté, um contingente importante de crianças operárias (são 66 em 1891, quando da instalação da fábrica) torna-se protagonista da luta entre o partido católico e o partido dos republicanos livres-pensadores, que se desenrola anualmente no mês de maio. O Centro dos Operários Livres, patrocinado pelos proprietários da fábrica, celebra o 1º de Maio, enquanto o Centro dos Operários Católicos celebra a festa de São José, uma semana mais tarde.

Em 1904, um incidente no 1º de Maio permite deduzir que a infância operária taubateana perfila indiferentemente com ambas as associações, mas em caso de radicalização, tende mais para o campo católico.

A festa começa com uma salva de 21 explosões de dinamite, às quatro horas da madrugada. A Lira Operária percorre as ruas tocando marchas alegres e a cidade é ocupada pelos operários em trajes de domingo; não há nenhuma cerimônia religiosa prevista no programa, mas como a igreja matriz celebra a missa solene de início do mês mariano, é provável que a maioria dos operários (adultos e crianças) a ela compareça. Às três da tarde, no Velódromo Taubateense,

a grande atração são as corridas; um grupo escolar recolhe esmolas em benefício das vítimas da seca no Nordeste, distribuindo poema de um redator do *Jornal de Taubaté*. Às sete da noite uma passeata de cerca de mil pessoas portando bandeiras, tendo à frente inúmeras lanternas venezianas, começa a percorrer as ruas principais, saudando em especial as associações de trabalhadores (inclusive as associações católicas), os jornais e as representações do governo italiano e português. Uma homenagem não prevista ao doutor Câmara Leal é energicamente criticada por Eugênio Guisard, membro da família proprietária da fábrica de tecidos e presidente benemérito do Centro dos Operários Livres, durante a sessão solene que encerra a festa, exigindo registro em ata.

Na semana seguinte, Carlos Valverde, presidente do Centro dos Operários Livres, distribui nota ao público explicando o incidente. Segundo Valverde, o equívoco surgiu quando os rapazes que conduziam as luminárias à frente do cortejo, talvez sugestionados por alguém, fizeram alta defronte a residência do doutor Câmara Leal. Quando a diretoria do Centro dos Operários Livres, que vem mais atrás no cortejo, alcança o local, vê-se forçada a dirigir ligeira saudação ao homem que se encontra postado à janela, apesar de considerá-lo um dos piores inimigos da associação. Quem se desincumbe da tarefa imprevista é o jornalista Tavares Filho (que já foi visto acima na direção do Taubateano), cumprimentando-o em nome da população de Taubaté e não do Centro dos Operários Livres.

Há várias razões para supor que as crianças, operárias ou não, estão junto às lanternas venezianas postadas como vanguarda da passeata; o texto indica que são rapazes quem as conduzem, o que parece sensato. A meio caminho entre a infância e a idade adulta, os rapazes são o grupo social mais indicado para lidar com elas. Os adultos estão ordenadamente dispostos ao longo do cortejo, e se há meninos também enquadrados, o que não é de se duvidar, apesar de o jornal omitir tal detalhe, serão aqueles que pertencem a alguma liga ou ao corpo discente de alguma escola mantida pelo Centro dos Operários Livres ou por alguma outra entidade laica. A maioria dos meninos que participam da festa, portanto, salvo aqueles retidos por seus pais, estão certamente junto às luminárias e aos foguetes que abrem o caminho para a passeata. É justamente este grupo infantil e juvenil que, não tendo sido provavelmente instruído tão rigorosamente quanto o presidente benemérito do Centro teria apre-

ciado, considera normal incluir o doutor Câmara Leal na sucessão de homenagens que estão sendo feitas em cada rua para autoridades e associações.

A pessoa em questão pertence ao partido situacionista combatido pelos Guisard da Companhia Industrial de Taubaté e pelo bloco dos republicanos livres-pensadores. Além disto, será visto adiante, Câmara Leal é peça importante no dispositivo cultural dos operários católicos. Seu discurso em agradecimento pela homenagem é classificado como um sermão que nada tem a ver com o sentido dado ao 1º de Maio pelo dirigentes dos Operários Livres; mas provavelmente não incomoda os fogueteiros e as pessoas que o aplaudem e erguem vivas.⁷⁵

No domingo seguinte, é o Centro dos Operários Livres que celebra a sua grande festa anual, o dia de São José, o carpinteiro. Neste ano de 1904, a festa é magnificamente comemorada, visto que os operários católicos estão inaugurando o novo prédio adquirido pelo Centro. A presença de crianças neste festa é muito mais visível no texto do *Jornal de Taubaté*. Pela manhã, também iniciada por fogos de artifício e matinas, vêem-se operários com distintivos de suas associações e irmandades, e crianças que frequentam as aulas noturnas da escola mantida pelo Centro também caracterizadas com insígnias. Durante a missa solene, os operários católicos recebem a comunhão para a qual tinham sido preparados - o que permite pensar em catecismo e comunhão anual da categoria.

Às 11 horas, saem da igreja do Pilar as charolas que conduzirão os andores na procissão vespertina, levadas agora em procissão pelos membros do Centro dos Operários Livres que adentram a igreja matriz com seu estandarte no momento em que principia a missa conventual.

Às 17 horas começa a imponente procissão de São José, da qual tomam parte como segmento individualizado os alunos da escola noturna do Centro, onde talvez se encontrem pequenos operários da fábrica dos Guisard. De volta à igreja matriz, a multidão ouve o sermão do vigário da paróquia que tem por tema a religião e o operário.

Às 20 horas, os operários católicos deixam o templo e se dirigem em passeata, com todos os seus estandartes desfraldados, banda da música e grande massa popular. Ao passar pela Asso-

ciação dos Empregados no Comércio, o préstito é engrossado por uma comissão de comerciários com o seu estandarte, sob aplausos. A sede social já tem as salas repletas de moças, senhoras e cavalheiros pertencentes às famílias católicas da elite taubateense, de modo que é com dificuldade que as comissões e outros convidados que chegam em passeata conseguem entrar. O vigário da paróquia oficia a cerimônia da bênção do edifício.

Segue-se a sessão solene, presidida pelo presidente honorário do Centro dos Operários Católicos, cômego Nascimento Castro, vulto da tradicional aristocracia cafeeira da região. Os oradores são muitos, representando várias associações, grêmios, entidades culturais, jornais. Representando os Operários Livres, o presidente Carlos Valverde reconhece a superioridade da Igreja Católica Apostólica Romana e saúda os Operários Católicos, propondo unidade em defesa dos direitos da classe. O discurso merece um minuto de atenção: houve um tempo em que os reis, explorando as classes inferiores da sociedade, mandavam dar pão e divertimentos aos pobres para que estes deixassem de pensar no futuro; mas hoje, em suas festas, o operariado deve antes de mais nada lembrar-se do que os espera no dia seguinte. As crianças são mencionadas quando o orador atesta a presença de grande número de pessoas à procura de trabalho na fábrica de tecidos e afirma que a pobreza é consequência da falta de empregos e não da preguiça. O representante do Velódromo Taubateense e da Associação Comercial, se apresenta como porta-voz de entidades do capital, mas é como indivíduo que saúda os operários católicos relacionando o Cristo e Tolstoi em torno das idéias de igualdade e nobreza do trabalho. Depois de muitos oradores, fala o doutor Câmara Leal, representando a Sociedade Malhado Rosa; o excesso de lucro do capital deve ser convertido em aumento dos salários e não servir à usura, condenada pela Igreja. A seguir, o cômego Nascimento Castro encerra a sessão convidando para a festa que se prolonga pela noite.⁷⁶

É a partir destas pequenas indicações que se pode tentar acompanhar um conflito de interesses envolvendo as crianças, a fábrica e a escola em Taubaté em 1917, quando a greve geral em São Paulo repercute em Taubaté.

O jornal situacionista **O Norte** condena o movimento ocorrido à noite de 17 de julho, acusando não os operários, mas os

seus patrões da Companhia Industrial de Taubaté. Segundo *O Norte*, a situação dos operários é de fato dramática, justificando o desespero: o dia de trabalho começa às seis da manhã e termina às seis da tarde; há muitos casos de morte por tuberculose pulmonar entre os trabalhadores; os salários da fábrica estariam, pelos cálculos do jornal, muito defasados pela inflação da época (enquanto os salários agrícolas passaram de 1\$200 a 2\$500 ou mesmo 3\$000 por dia, a Companhia Industrial de Taubaté teria reajustado apenas em 20% os seus). Ora, ao invés de manifestar-se contra esta situação, os operários teriam sido manipulados pela própria direção da fábrica através dos operários especializados, para manifestar-se contra a Câmara Municipal. O delegado de polícia, tendo sido informado de que um dos promotores da manifestação era Eugênio Guisard, contra-mestre da fábrica e irmão do gerente Félix Guisard, teria procurado entender-se com ele. O movimento operário, no entender de Eugênio Guisard, tinha como alvo a suspensão de leis opressoras votadas pela Câmara Municipal. O delegado autoriza a manifestação, que se realiza no Teatro Odeon onde falam Eugênio Guisard, Tavares Filho e Benedito Marcondes. À saída do comício, ocorrem tumultos que são reprimidos resultando três prisões.

O Norte, tendo acusado os Guisard de desviar o movimento operário de seus verdadeiros problemas, vai mais longe buscando a causa da birra dos industriais contra a Câmara Municipal. Tudo teria começado com a recente decretação da obrigatoriedade do ensino, que retirou as crianças do trabalho na fábrica onde recebiam o magro salário de 300 réis por dia.⁷⁷

Curiosamente, o órgão oficial da Diocese não acompanha *O Norte*, limitando-se a noticiar a reunião de cerca de 2.000 pessoas no Teatro Odeon sob a direção de Eugênio Guisard, que propõe pela segunda vez uma representação à Câmara Municipal; o *Lábaro* assegura que a força policial manteve a ordem nas ruas, não tendo se verificado nenhum conflito. O jornal propõe leis federais que regulamentem as relações entre trabalhadores e patrões.⁷⁸

Em São Luís do Paraitinga, tal como em Taubaté, uma longa disputa de interesses envolvidos no funcionamento do mercado coloca em cena os alunos do grupo escolar. Em junho de 1896, a pedido do diretor do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro, através do delegado de polícia, a Câmara Municipal de São Luís decide

voltar atrás de uma decisão anterior e fixa novamente o dia de mercado no domingo. O que está em jogo são os interesses da lavoura (entenda-se: dos proprietários agrícolas que contratam mão de obra e não estão satisfeitos com dois feriados por semana), mas o argumento registrado é a necessidade de assegurar a presença dos alunos na escola aos sábados.⁷⁹

Em junho de 1910, a Câmara Municipal atende à representação assinada por mais de 400 pessoas e o Mercado volta a funcionar aos sábados; ao que parece, tal medida favorece os interesses dos comerciantes locais, pois a presença da massa de camponeses na cidade por dois dias na semana aumenta as possibilidades de vender; além disto, a Igreja vê com maus olhos o comércio aos domingos. O bispo D. Epaminondas, depois de conseguir a mudança do mercado em Taubaté, solicita o mesmo à Câmara de São Luís do Paraitinga, em respeito às crenças religiosas da população.⁸⁰

Onze anos mais tarde, o dia de mercado volta a ser fixado no domingo, desta vez em resposta a uma representação de cerca de vinte comerciantes e lavradores. O argumento levantado é de novo o favorecimento da instrução pública, "aumentando assim o número de pessoas alfabetizadas, pois cresceria o número de dias letivos para os alunos".⁸¹

Infância burguesa

Enquanto as referências às crianças pobres enfatizam os temas da repressão à vadiagem pelas ruas, obrigatoriedade do ensino e do trabalho, a infância burguesa parece protegida por um silencioso respeito à privacidade familiar. Cada órgão de imprensa apenas anuncia mais ou menos regularmente os batizados e aniversários do grupo de famílias de que são porta-vozes.

Apenas excepcionalmente, como, por exemplo, quando aniversaria um diretor de jornal, uma festa íntima desse tipo é relatada com mais detalhes. Ao completar seus doze anos, Alzira Tavares, filha de Tavares Filho, diretor e proprietário de *A Ordem* que circula na vila de Tremembé em 1916, reúne suas amigas e colegas de escola e organiza um ligeiro sarau com poemas e canções, valsas e modinhas acompanhadas de flauta e violão. Quem toca são o professor e o pai da aniversariante.⁸²

É certamente pensando na infância da mais alta "sociedade" que A. Secioso Filho desaconselha o costume pernicioso de sobrecarregar os cérebros e disciplinar excessivamente os corpos antes dos doze anos de idade. No seu entender, a criança necessita quase exclusivamente de exercícios físicos, devendo dedicar-se a estudos suaves e curtos apenas nos momentos de repouso. Aos dez anos, o menino descansado aprende com facilidade tudo aquilo que faz envelhecer precocemente as pobres crianças enclausuradas na escola desde os sete anos de idade. Estes pequenos entes privados do direito de respirar em liberdade o ar puro dos campos e praias, na maior parte dos casos passam a odiar como inimigos - com razão - os livros. Dos doze anos em diante, o rapazinho, entrando na fase perigosa do início da puberdade, não deve permanecer ocioso um só instante; professores de reconhecida competência e moralidade o assistirão nos exercícios físicos, estudos e passeios instrutivos, sempre que possível no próprio ambiente da família, visto que os internatos são um perigo que poucos avaliam. Será prudente evitar a todo custo a fantasia, o conhecimento precoce do mundo e intrigas de salões, até que, aos vinte e cinco anos, o jovem, diplomado ou não, entrará na vida com pé firme e caráter livre e sem manchas. Livre e sem manchas: que belo início para a vida pública.⁸³

Mas a imprensa e as instituições escolares da República lidam com uma infância de classe média, de preferência, incutindo nela desde muito cedo os sólidos valores burgueses do trabalho e da poupança. O *Luizense*, constantemente, reproduz artigos de outros jornais a propósito da instrução que deve ser dada às meninas e moças. As tarefas domésticas são consideradas muito mais importantes que as letras e a cultura em geral; um jornal de Taubaté publica um artigo em capítulos, quase um folhetim, onde um comendador Barriguinha fornece informações objetivas sobre medidas, composição química e aspecto econômico da prateleira do burguês, que deveriam ser ensinadas às alunas da escola em lugar de muitas frivolidades.⁸⁴

Em princípios do ano de 1921, São Luís do Paraitinga tem uma agência da Caixa Econômica Estadual; o diretor do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro funda a Liga do Dever, Da Economia e de Combate ao Analfabetismo que tem por finalidade estimular as boas ações entre os alunos. A Liga organiza um sistema de poupan

ça, recolhendo os tostões economizados pelas crianças e abrindo na Caixa Econômica uma caderneta para todo aluno que alcança a soma de 5\$000. O Luizense, cujo diretor proprietário Bernardo Joaquim Dias é o gerente da Caixa Econômica, divulga semanalmente o número das cadernetas de poupança e o montante dos depósitos.⁸⁵

O modelo para esta nova mentalidade infantil foi apresentado em vários jornais há vinte e seis anos: o *Jornal do Povo* de Taubaté transcreve com muito prazer a notícia da fundação da Juvenile Banking Company na cidade de St. Louis, E.E.U.U., destinada exclusivamente às crianças, com a finalidade de desenvolver nelas o gosto pela economia e pelos negócios. O capital inicial, dividido em 500 ações já cotadas na Bolsa local, é de 3.000 dólares, preven-do-se que triplicará. O fundador do banco infantil tem oito anos de idade, enquanto o presidente, o secretário, o caixa e os caixeiros, não passam dos dez anos.⁸⁶

Catecismo

Enquanto o Estado, através da extensão da rede escolar, e os lavradores, comerciantes, industriais e agentes financeiros se aliam e por vezes se desentendem na batalha pela produção de um nova infância, a Igreja se apresenta como o polo dinâmico e estruturante do campo em que se encontra inserida a infância tradicional. A atitude do clero frente à erosão de seus poderes será defensiva a princípio, passando à ofensiva na terceira década republicana, forçando um novo equilíbrio que reconhece a hegemonia católica na região.

O movimento de sentido defensivo do clero católico se cristaliza com a virada conservadora da política do Vaticano sob o papado de Pio IX, que reage à revolução de 1848 aderindo ao ultramontanismo da Companhia de Jesus. Passada a chamada Questão Religiosa, o clero católico brasileiro sofre novo revés com a progressão das idéias liberais no terreno do ensino (decreto de 19/4/1879 sobre o ensino, que dispensa do juramento religioso o pessoal docente e administrativo das escolas primárias e secundárias).⁸⁷

Prolongamentos lógicos do decreto, uma portaria de março de 1884 manda retirar das salas de aula as imagens religiosas, e a Decisão nº 12, de 17/4/1890, do Ministério do Interior da Repú-

blica, exclui a instrução religiosa do programa das escolas primárias e dos estabelecimentos de ensino público.⁸⁸

Incapaz de concorrer com o Estado na escolarização de primeiro grau, o clero católico conserva sólida posição nos colégios em que continua formando parcela significativa dos candidatos aos cursos universitários, além de uma proporção considerável do pessoal docente do país. As paróquias mais ricas insistem em manter escolas gratuitas, em geral voltadas para alfabetização e catequese de crianças pobres que não frequentam a escola primária oficial por trabalhar durante o dia. Em Taubaté, além da escola noturna mantida pelo Centro dos Operários Católicos, cujos alunos participam da festa de São José em maio de 1904, há notícia de uma escola paroquial em construção em novembro de 1905, para oferecer ensino primário e secundário gratuito a meninos e moços pobres.⁸⁹

Entretanto, como a escola está sendo abordada aqui em função de seu papel no processo de instalação de uma nova infância sintonizada com o sentido e o ritmo do tempo republicano, importa muito mais avaliar o impacto da Igreja sobre a infância na administração dos sacramentos e nas festas religiosas.

O batismo, primeiro dos sete sacramentos da Igreja tridentina, é sem a menor dúvida ministrado à totalidade das crianças nascidas em São Luís do Paraitinga durante todo o período em estudo; mesmo as crianças natimortas e aquelas que morrem antes de se poder levá-las à igreja, são batizadas por algum membro adulto da família. A tolerância coletiva diante de modalidades disfarçadas de aborto e mesmo de infanticídio mostra que o batismo não é considerado rigorosamente obrigatório: enquanto não atingiu a idade da razão, a criança é um anjo cuja morte, comemorada com fogos, significa o retorno no céu. Por mais que o clero insista, a mentalidade popular resiste à possibilidade de ver no bebê qualquer responsabilidade pelos pecados de Adão e Eva, de Caim ou dos próprios pais. Mas o batismo é mais natural que o casamento: basta verificar as estatísticas dos sacramentos administrados durante as missões e as visitas pastorais; há sempre notícia de casamento, ou seja, da regularização de uniões ilícitas perante a Igreja, mas nenhum batizado de pagão é mencionado.

Festa íntima, que se comemora no seio da família e da vizinhança, o batismo raramente é mencionado, e neste caso, ape-

nas como notícia da coluna social do jornal que saúda os membros da parcela da "sociedade" a quem representa. A cerimônia religiosa se desenrola no interior da igreja matriz como rotina burocrática da grande empresa de salvação; mesmo quando a criança, por ter nascido de pais ilustres, recebe o sacramento em circunstâncias mais pomposas, o fato não é destacado em nenhum dos inúmeros textos de várias procedências que foram consultados.

No Relatório redigido pelo vigário da paróquia de São Luís do Paraitinga em 1906, os batizados aparecem como a fonte mais regular de renda do pessoal: "De tudo quanto neste parágrafo (Emolumentos) acabo de expor segue-se que o vigário aqui pode e deve contar com dois rendimentos mais certos - o dos batizados e o dos casamentos. Este último porém é de difícilíssima arrecadação.⁹⁰

Outra festa que não merece maiores atenções por parte da imprensa, nem de outras instituições produtoras de registros escritos, é o funeral infantil. Já foi visto mais acima, quando se tratava de campanha contra a mentalidade coletiva em face da mortalidade infantil, que os enterros de crianças se organizam como passeata de anjos. Ver-se-á mais adiante que as crianças participam das festas cíclicas religiosas caracterizadas como anjos, de modo que provavelmente até mesmo os enterros de crianças de famílias muito pobres sejam acompanhados por anjinhos e anjinhas. Mas aquilo que é demasiadamente frequente costuma não ser registrado. Da mesma forma, só foi encontrada uma única referência à administração do sacramento da extrema-unção a criança.

O segundo sacramento, crisma ou confirmação, é cerimônia excepcional que só se realiza quando a paróquia recebe a visita episcopal. Em junho de 1910, pouco depois da instalação do bispado em Taubaté, 2.400 pessoas são crismadas em São Luís do Paraitinga quando da primeira visita de Dom Epaminondas. A solenidade ocorre em clima de intensa efervescência, pois durante os quatorze dias que o bispo permanece na cidade é celebrada a festa de Corpus Christi com enorme afluência de fiéis. O Lábaro, órgão oficial da Diocese, não informa das circunstâncias em que se realiza a crisma, sendo no entanto possível supor que a maioria dos crismados são crianças e jovens.⁹¹

Os sacramentos da confissão, e sobretudo, da comunhão, que por princípio só podem ser ministrados a quem ultrapas-

sou a primeira infância e chegou à idade da razão, implicam na importância da festa da primeira comunhão, rito de passagem no qual a Igreja mede suas forças com seus concorrentes pelo controle da infância.

A se julgar pelo relatório do vigário Pedro Ribeiro da Silva, é somente com sua chegada a São Luís do Paraitinga em 1904 que se organiza o catecismo. É possível, no entanto, ver aí uma crítica ao vigário que o precedeu, e supor que em épocas mais remotas a paróquia se preocupava pelo preparação das crianças para tão importante cerimônia. O vigário relata com entusiasmo o bom êxito de seu esforços: apenas na igreja matriz há mais de cento e cinquenta alunos nas lições do catecismo, onde conta com a ajuda de nove professores; fica subentendido que há outros grupos de meninos sendo catequizados em outros locais (há uma outra igreja, a do Rosário, demolida para reconstrução; a capela das Mercês na cidade, e inúmeras capelas pelos bairros rurais, dentre as quais oito são provisionadas e as três mais importantes - a capela de São Pedro no arraial do Chapéu, a capela de Nossa Senhora da Conceição das Brotas, e a capela de Nossa Senhora das Dores no bairro da Pedra Nedra - têm patrimônio; além disso, pode-se supor que o catecismo esteja sendo ensinado em uma ou outra escola rural do município.

O vigário compra 200 catecismos à firma J.R. Lucena & Cia, do Rio de Janeiro, visto que a Câmara Eclesiástica do Bispado de São Paulo (Taubaté ainda não tem seu bispo) tarda a cuidar disto, e os vende a preço de custo, 200 réis, dando dois exemplares de graça a duas meninas pobres. Como já foi visto, o salário de uma criança na fábrica de tecidos na vizinha cidade de Taubaté é de 300 réis por dia, o que permite avaliar a reação da população. Com efeito, o padre Pedro Ribeiro da Silva se queixa da má-vontade dos pais que só a custo se dispõem a comprar o livrinho para suas crianças. Na sua opinião, seria absolutamente necessário introduzir pelo menos mil exemplares do catecismo na paróquia, "pois é lastimável a ignorância religiosa que lavra no povo, o que tem dado margem a superstições e práticas abusivas (...) o trabalho das catequistas será estéril enquanto o catecismo não for o livro das famílias, e um lar existir em que ele não tenha penetrado e não seja lido (...) a Congregação da Doutrina, por mim estabelecida, será uma fonte de regeneração para o povo". O zeloso sacerdote vê seu apostolado como uma batalha no interior de um confronto apocalíptico: "Neste ponto, po-

rém, o mal é geral - na Itália triunfam os maçons, na França triunfa o bloc, no Brasil triunfa o positivismo, nas paróquias triunfarão os indiferentes, tudo isso porque 'filii hujus seculi prudentiores filliis lucis in generatione sua sunt' (Lucas, XVI, 8)"; falta a coesão das forças do bem.⁹²

Nesta luta contra as forças do mal, o vigário atrai as crianças para o catecismo graças a um sistema de bilhetes impressos, marcando os pontos ganhos pelas crianças no aprendizado da doutrina e no bom comportamento; os bilhetes dão direito a prêmios na festa anual do catecismo.⁹³

O padre Inácio Gioia, nomeado vigário de São Luís do Paraitinga em julho de 1912, desenvolve o sistema de bilhetes de seu predecessor. Cada aluno presente às lições do catecismo recebe das mãos do piedoso sacerdote um ponto, que será trocado por um pirulito, gostosa guloseima preparada por dona Joaquina Correia, a incansável companheira do vigário em suas lides catequéticas.⁹⁴

Também a Ordem Terceira da Paróquia de São Luís do Paraitinga financia a aquisição de prêmios para os alunos do catecismo, dispendendo em 1917 40\$000, quantia equivalente àquela entregue ao vigário para auxiliar a festa da Semana Santa de 1911, que corresponde a cerca de um quarto do total de esmolas arrecadas com a bolsa durante o ano de 1918.⁹⁵

O balanço das atividades das Conferências Vicentinas de São Luís do Paraitinga, relativas ao ano de 1920, publicado no *O Luizense*, enumera as crianças catequizadas, num total de 252, distribuídas entre 3 conferências do núcleo urbano e 4 nos bairros do Pinhal, Pedra Negra, Carapeba e São Pedro. Como não parece que esta catequese se faça à margem do trabalho do vigário, pode-se concluir que os vicentinos também dão apoio material ao catecismo. O número de alunos do catecismo (252 em 1920) é quase idêntico ao total de alunos matriculados nas 6 classes do grupo escolar e nas 5 escolas distritais (136 mais 123, ou seja, 259, em 1921).⁹⁶

As aulas de catecismo, no entanto, são frequentadas por turmas anuais, enquanto o ensino primário se estende por quatro anos. Assim, chega-se à conclusão de que a Igreja, através da catequese, alcança exatamente quatro vezes mais crianças que a rede escolar oficial. O número de crianças batizadas a cada ano, oscilando entre 510 (1902) e 437 (1903), permite deduzir que o catecismo atin

ge mais de 50% da população infantil da cidade, enquanto que o grupo escolar não cobre mais que 8%.⁹⁷

Como a utilização do livro de catecismo parece muito importante na catequese, mesmo que aí estejam presentes crianças analfabetas - o texto servindo como memória para ser decorada - ocorre uma relação de complementaridade igreja-escola em São Luís do Paraitinga, onde toda a população é católica, inclusive os professores da escola pública; a gravidade da contradição entre a Igreja e o Estado é superada pela hegemonia incontestável da primeira sobre a segunda no esforço de inserir a criança numa determinada concepção de mundo. Esta hegemonia se constrói também por intermédio das festas religiosas, que mobilizam a sociedade por inteiro e conferem um sentido unívoco à infância.

Crianças na festa religiosa

Os livros das irmandades religiosas de São Luís do Paraitinga, precariamente conservados, mostram que a criança pode ser incluída entre os membros da associação desde a mais tenra infância, certamente em consequência de promessa feita pelos pais ou parentes próximos. O número dessas irmandades é elevado, variando com o tempo a importância de umas e de outras. Às crianças é reservada a tarefa de, provavelmente vestidas de anjo, ou portando o estandarte da irmandade, coletar esmolas para o cofre do orago.⁹⁸

Em várias descrições e em programas de festas religiosas, é tão frequente a referência a crianças vestidas como anjos, que se pode considerar praticamente estabelecido que esta é a principal função atribuída às crianças pequenas nas procissões e nas cerimônias festivas celebradas pela Igreja. As crianças do catecismo, Cruzada Eucarística, escolas católicas, participam sempre com seus uniformes e estandartes, e passam às organizações juvenis (em especial as Filhas de Maria para as moças) tal como os jovens, tornando-se adultos, passam às irmandades e ordens terceiras.

Em algumas festas, os reis e juízes são escolhidos entre as crianças. É provável que tal procedimento vise atenuar a rivalidade entre os adultos que disputam a liderança das festas com pretensões políticas; mas as referências são extremamente raras (apenas a festa de São Benedito em Taubaté, em 1906, que aparenta

sonagem na procissão, o redator relata o episódio do Evangelho, em que um oficial da guarda romana se converte ao presenciar os prodígios que assinalam a morte de Cristo. Trata-se, portanto, de corrigir a ignorância da população que vê no Centurião um bode expiatório, antecipando o desenfreamento da malhação do Judas. Orestes faz apelo até ao refle e à baioneta, caso os meios suasórios não bastem.¹⁰¹

ser tradicional, e a festa de natal em São Luís do Paraitinga, em 1909), tornando difícil qualquer hipótese.⁹⁹

A festa do Divino Espírito Santo, que assume em São Luís do Paraitinga características de festa emblemática, muito mais importante que a comemoração do santo padroeiro da cidade, que, aliás, geralmente é feita na segunda feira, prolongando a temporada festiva, tem nos gigantes João Paulino e Maria Angu a alegria da criança. O Luizense, ao descrever a festa do Divino de 1909, sugere a finalidade do casal de gigantes: após a procissão, trata-se de distrair as crianças pelas ruas enquanto os adultos se dirigem ao banquete; os gigantes cuidam também de conduzir a meninada para comer por sua vez, mais tarde.¹⁰⁰

Do ponto de vista da Igreja, a Semana Santa é o ciclo festivo mais importante do ano, em que se atualiza o drama da paixão, morte e ressurreição do Cristo e se enfatiza a coesão social pela importância central conferida à Eucaristia. A presença das crianças se destaca em momentos de algazarra e carnavalização tradicionalmente consentidos, aliviando a extrema carga de ansiedade coletiva que o ritual acumula.

Um destes momentos de algazarra ocorre na Procissão da Prisão e/ou na Procissão do Enterro: bandos de moleques e rapazes atacam o Centurião que simula ameaçar a multidão com sua lança, representando um oficial da milícia romana. A Gazeta de Taubaté, em 1883, publica uma crônica particularmente detalhada da Semana Santa, com vistas à moralização dos costumes. O incidente costumeiro da algazarra envolvendo o centurião teve lugar durante a procissão do Enterro (sexta-feira); ao que tudo indica, a polícia teria sido impotente na contenção do tumulto, recebendo as sobras da violência reservada ao soldado romano. O cronista Orestes, indignado, pergunta se aquela massa enorme de malandros pretendia de fato matar o centurião, tamanha a fúria do charivari. Explicando a razão deste personagem na procissão, o redator relata o episódio do Evangelho, em que um oficial da guarda romana se converte ao presenciar os prodígios que assinalam a morte de Cristo. Trata-se, portanto, de corrigir a ignorância da população que vê no Centurião um bode expiatório, antecipando o desenfreamento da malhação do Judas. Orestes faz apelo até ao refle e à baioneta, caso os meios suasórios não bastem.¹⁰¹

O vigário Pedro Ribeiro da Silva, chegando a São Luís do Paraitinga em junho de 1904, intervém drasticamente contra a Procissão da Prisão (5ª feira santa), que lhe parece carnalesca, contrária ao espírito da Igreja; suprimida já em 1905, o vigário afirma que tal cerimônia nunca mais se realizará enquanto ali permanecer. Seu zelo reformista não poupa a imagem do Senhor da Prisão, que lhe parece detestável (sic) e, pelo visto, manda destruir ou pelo menos proíbe sua exibição.¹⁰²

É provavelmente em razão desta alteração da tradição que Mário de Aguiar, ao publicar em 1949 suas lembranças do cotidiano vivido em São Luís do Paraitinga quando ali chegou, relata a ocorrência da Procissão da Prisão no interior da igreja. Ao que parece, inconformada com a supressão da cerimônia que encerra a noite da 5ª feira santa, a população terá chegado assim a um acordo com o intransigente sacerdote. Aliás, é certamente o reformismo ilustrado e autoritário do novo vigário que provoca um sério atrito com a diretoria da irmandade do Santíssimo Sacramento, levando-o a se demitir do cargo de capelão e a deixar que os próprios membros da Irmandade se encarreguem da organização da Semana Santa de 1905.¹⁰³

Mas, no seu artigo, Mário de Aguiar relata também a tradição da algazarra infantil contra a figura do Centurião, durante a Procissão do Enterro:

"Acompanhava a procissão, por trás do esquife, um homem vestido de Centurião que com a sua lança, ameaçava ferir os circunstantes. O papel desse personagem inspirava geral repulsa, de maneira que não era fácil arranjar quem quisesse desempenhá-lo; além disso, ao entrar a procissão, de volta à igreja, o Centurião era perseguido e apedrejado pela criançada, motivo por que recebia da comissão dos festejos uma boa gratificação".¹⁰⁴

Como não se pode deixar de imaginar que a Procissão da Prisão colocasse em relevo os soldados romanos, é possível que a indignação do vigário Pedro Ribeiro da Silva contra suas características carnavalescas não tenha suprimido de todo a tradição, limitando-a à figura isolada do Centurião na procissão da sexta feira.

Em 1920, quando a paróquia já está há dez anos diri-

gida pelo vigário Inácio Gioia, natural do sul da Itália e ordenado em Catanzaro, O Luizense inclui a Procissão da Prisão entre as cerimônias da quinta feira santa sem nenhum comentário, o que permite deduzir que a tradição retornou há mais tempo; infelizmente, não há nenhuma referência ao Centurião.¹⁰⁵

O outro momento em que a algazarra infantil, aqui muito mais legitimamente, chega ao máximo de excitação, é o sábado de Aleluia. A tradição remonta a remotas origens cristãs ibéricas, e não é sem razão que alguns pesquisadores vêm na brincadeira da Malhação do Judas sinais de antigas perseguições aos judeus e mesmo, das fogueiras da Inquisição.

Em 1901, *A Voz do Povo*, de Taubaté, publica extratos de um livro inédito de J. Vieira de Almeida, relatando os costumes antigos: pode-se calcular, sem maiores cuidados, que o autor evoca lembranças de quarenta ou cinquenta anos atrás, pois não faz referência a testemunhos escritos nem orais de gerações anteriores à sua. Tratando da Semana Santa, J. Vieira de Almeida propõe uma abordagem psicológica: a cada dia, a festa acentua o dramatismo, apelando a recursos espetaculares para comover até o ponto mais extremo o sistema nervoso de cada membro da multidão. As alegrias do Sábado Santo e da madrugada de Páscoa vêm encerrar o ciclo festivo.

Seguindo-se à comovente madrugada da sexta-feira, em que o povo, tendo jejuado e praticado atos de penitência, participado da quase pavorosa Procissão do Enterro, é levado às lágrimas e gemidos pelo sermão da Soledade, a missa de Aleluia na manhã do sábado é triunfal. Os sacerdotes trocam os parâmetros roxos e negros por casulas e dalmáticas brancas. Os reposteiros (necessários para os Ofícios das Trevas) são retirados para que a luz do sol inunde a nave do templo; acrescenta-se ainda os sinos e campainhas tomando o lugar das matracas, acompanhados pelos fogos de artifício e pelo coro magnífico, sobretudo ao entoar o Glória, a profusão de incenso, etc.

Ao terminar a missa, o povo assiste em massa à festa dos meninos que se precipitam contra um manequim de palha pendurado á torre da igreja. Rapidamente estraçalhado, por vezes o enforcado guarda no seu interior uma surpresa desagradável: um ninho de vespas cujas terríveis ferroadas não esmorecem a sanha da criança que se espalha à procura de outros judas enforcados pelos postes das

ruas, que os esperam com outras surpresas.

A festa nas ruas continua pela tarde, quando o vigário sai em procissão de casa em casa dando a beijar um crucifixo e aspergindo de água benta os fiéis. Enquanto isto, homens adultos e rapazes exibem suas habilidades equestres.¹⁰⁶

Uma crônica, assinada por Ignácio Cesar no jornal O Norte em 1917, relata o sábado de Aleluia do Taubaté de quarenta anos atrás (1877), fornecendo mais dados que justificam a transcrição:

"Nos sábados de aleluia a cidade era uma balbúrdia, a população afluía em massa para as ruas e igrejas. Os espetáculos mais curiosos que ofereciam as ruas nesse dia eram: os tipos vendedores de alecrim e arruda, que os pretos compravam, para se preservarem de feitiços; numa algazarra medonha os pagens e escravos iam em procissão, munidos de jarras, garrafas e mais vasilhames à sacristia da matriz, buscar água benta e o fogo novo.

Após a missa, o vigário, ao som das campas, e campainhas e foguetes, acompanhado por uma multidão devota e alegre ia tirar a aleluia nas casas da classe abastada, solenidade que consistia em bênção do fogão, recebendo em paga, doces, frutas e raras vezes dinheiro. Depois dessa peregrinação, o sacerdote em uma das janelas laterais da igreja, fazia aleluia do óbulo colhido à molecada.

Um dos folguedos mais animados costumava ser, nesse dia, a queima do Judas, boneco de trapos que, recheado de bombas, se fazia explodir e se despedaçava ao romper de aleluia, por entre entusiasmo do populacho e pragas das beatas..."¹⁰⁷

Mário de Aguiar, por sua vez, recorda o sábado de Aleluia na São Luís do Paraitinga dos princípios do século:

"É grande o movimento na cidade. Desde a madrugada os açougues se acham repletos, pois todos querem levar para a roça um pouco de 'vaca do boi' morto. Bandos alegres de crianças percorrem as ruas con-

tando os 'judas' que, ao repicar dos sinos da 'Aleluia', serão descidos dos postes e estraçalhados para gáudio geral.

E daí a pouco estrondam inúmeros foguetes; repicam os sinos; soltam-se pombos com fita vermelha ao pescoço a voar pelo jardim. É quando a molecada se atira contra os 'judas'. Uns têm casa de marimbondo na barriga; outros são cheios de pinhão ou de amendoim; estes feitos de trapos velhos, aqueles de roupa boa e calçado novo, tendo nos bolsos dinheiro em cédulas, algumas de emissão já recolhida.

Há um, dentre eles, que tem na mão o seu 'testamento', cuja leitura é procedida antes de lhe descerem do poste o ridículo corpanzil.

(...) Mal pronuncia as últimas palavras e já os moleques se atiram ao judas numa ânsia incontida; descem-no do poste, arracam-lhe as entranhas, estraçalhando-o em poucos instantes".¹⁰⁸

Destas três descrições, ressaltam algumas evidências de um retorno a práticas típicas do entrudo após a Quaresma: o consumo de carne, condutas rituais do fogo e da água, dialética de trocas entre o interior das casas e os cortejos da rua, encenação ritual de morte expiatória, etc. Outra característica carnavalesca, não mencionada pelos textos, é aquele encontro necessário entre a festa e o acontecimento, referido por Daniel Fabre.¹⁰⁹ Os judas, confeccionados por adultos e rapazes, podem muitas vezes designar pessoas conhecidas pela comunidade, justificadas por crianças que nem sempre têm consciência dos motivos que levaram àquela escolha. É sem dúvida para evitar a radicalização dos conflitos entre facções políticas que a polícia e as autoridades fizeram desaparecer essa tradição na maioria das cidades. Em São Luís do Paraitinga, talvez em razão do papel desempenhado pelo oficial de Justiça Benedito de Sousa Pinto por mais de trinta anos, desde a década de 1920, a malhação do judas se manteve praticamente inalterada.

Além destes dois momentos em que a participação infantil é decisiva na Semana Santa; um texto publicado pelo **Luizense**

em abril de 1909, explicando o simbolismo do Domingo de Ramos, mostra que a festa dramatizava um diálogo solene entre os grupos de idade e conferia papéis de destaque às crianças.

A procissão de Ramos representa a entrada triunfal de Cristo em Jerusalém. Depois de percorrer a cidade, o cortejo para diante da porta da Igreja que está fechada. Segundo o texto, trata-se de representar o estado do gênero humano antes que reinasse o Cristo na Jerusalém celeste.

"... Lá reinavam os Anjos atrás das portas fechadas aos homens. Então penetram na igreja os meninos do coro, que figuram os Anjos, e cantam com a voz infantil e pura o cântico eterno: Glória, laus et honor, etc. (...) E os fiéis da parte de fora, como homens banidos do Céu, repetem o canto dos Anjos. (...) Então o celebrante, figura de Cristo, bate à porta com a haste da Cruz; a Cruz é a chave do céu, e diz: - Príncipes, abri vossas portas; afastai-vos, portas eternas, que entrará o Rei da Glória. E perguntam os anjos: - Quem é o Rei da Glória? O sacerdote: É o poderoso e forte, o Senhor que vence as batalhas; e alteando a voz, bate de novo e reitera a ordem de abrir: - Príncipes, abri, etc. Com a terceira intimação abre-se a porta, e o sacerdote, ou antes Jesus Cristo, entra na igreja com os fiéis que agregou nos caminhos da vida. Usavam outrora os meninos do coro, e outros que se abrigavam da parte de dentro, confiar seus ramos ao celebrante no ato de transpor o limiar sagrado, em homenagem ao vencedor do demônio e da morte. Presentemente, canta-se uma antífona que lembra a entrada triunfante dos eleitos do céu, depois do Juízo Final".¹¹⁰

O texto, provavelmente, redigido por um sacerdote, não esclarece a época em que se passa a cena, mas é lícito deduzir que o ritual e a tradição reservavam à criança o desempenho de outros papéis além daqueles de carnavalização catártica vistos acima. Uma leitura freudiana desta dramatização coletiva poderia ver, além do simbolismo óbvio do confronto entre a cruz/chave e a porta fechada, reforçado pelo contraste entre as vozes do celebrante e das crianças, o triunfo edipiano do Filho que instala o seu tempo, inserindo-o entre o tempo do Pai e o tempo do Espírito Santo; se Ego e Superego estão facilmente identificados, caberá à interpretação da Festa do Divino esclarecer o que significaria essa terceira pessoa.

Mas, deixando a Semana Santa, há uma festa, ou melhor, um ciclo de festas que a Igreja dedica especificamente à infância: o Natal.

Estudando a trajetória de uma impressionante mutação na sociedade ocidental, aquela do surgimento da família burguesa às expensas da sociabilidade medieval e barroca, Phillipe Ariès toma como referencial seguro a evolução das atitudes coletivas face à criança. Através da iconografia, Ariès acompanha desde a segunda metade do século XII uma evolução no sentido de uma representação mais realista e sentimental da figura infantil, especialmente do menino Jesus; até então, a criança era representada como um adulto em miniatura. Inicialmente preso à atmosfera sentimental do culto à santa maternidade da virgem Maria, depois visivelmente subordinado à autoridade paterna de São José, chefe da sagrada família, no século XVII o menino Jesus torna-se objeto de devoção autônoma, quando, coincidindo com a expansão das pequenas escolas e dos colégios, fenômeno em que a Companhia de Jesus tem um papel fundamental, surge a devoção à Santa Infância; como desdobramentos, aparecerão a figura do anjo da guarda e a cerimônia da primeira comunhão, que se tornará, na passagem do século XVIII para o século XIX, a principal festa religiosa da infância.

Tratando da presença das crianças na festa, Ariès percebe, antes de mais nada, a importância dos jogos e das festas sazonais na sociedade do Antigo Regime, que nossa época voltada exclusivamente para o trabalho e a vida familiar avalia com dificuldade. Ariès mostra como a presença das crianças em todas as fases da festa era a regra, tal como ocorria, aliás, durante os períodos de trabalho: adultos e crianças viviam normalmente lado a lado - no trabalho, graças ao sistema de dizagem dos ofícios, e na festa, nos lazeres, porque aí é que se atavam os laços coletivos de uma sociabilidade voltada para fora, para a esfera pública. As principais festas dedicadas à infância eram a Festa de Reis, a vigília de Natal, o dia dos Santos Inocentes, a Quarta-Feira Gorda do Carnaval, as Maias, as mascaradas dos Querubins no princípio do novembro.

Da festa de Reis, antigamente mais importante que o Natal, Ariès retira o papel decisivo do menino que tira a sorte dos convivas, prática de onde aparentemente se originaram as loterias. Um detalhe curioso é a precocidade dos holandeses criando a forma

burguesa de comemorar o Natal (São Nicolau) em família com distribuição de brinquedos às crianças, já no século XVII. Esta é a direção para onde aponta o processo: da grande festa comunal, em que todos os grupos de idade se misturam, cada qual desempenhando as tarefas que a tradição lhe reserva, à festa íntima da família burguesa voltada para as suas próprias crianças.¹¹¹

Aqui se pode esboçar uma comparação com o processo histórico brasileiro, ou, mais particularmente, aquele da região vale-paraibana paulista em que se encontra o município de São Luís do Paraitinga. Procurando um corpus iconográfico para, acompanhando Ariès, estudar as variações na forma de representar a criança ao longo da história do Brasil, constata-se a importância inequívoca dos presépios que Ariès, surpreendentemente, não leva em conta - talvez por limitar seu estudo às imagens do vitral, da iluminura, da tela e da gravura; ou, ainda, por ser o presépio uma tradição italiana.

Ao que parece, a devoção natalina dos presépios teria começado com São Francisco de Assis no século XIII; e é em Nápoles que a tradição cria raízes muito sólidas, mobilizando praticamente todos os ofícios numa intensa emulação social. Os franciscanos são os principais difusores da devoção e da tradição, mais tarde acompanhados pelos jesuítas. Por volta de 1532, o padre José de Anchieta já modela figurinhas de barro, auxiliado por índios, confeccionando um presépio para a celebração do Natal.¹¹²

Em Taubaté, certamente em consequência da presença dos franciscanos desde a fundação da vila (1639), consolidada pela criação do Convento de Santa Clara (1674) e da organização da Ordem Terceira Franciscana (1757), a tradição dos presépios é até hoje muito estruturada, podendo ser vista como o foco dinâmico do artesanato regional. O mesmo se verifica em São Luís do Paraitinga.

É compreensível que jesuítas e franciscanos tenham enfatizado a figura do menino Jesus em sua catequese, visto que a estratégia de aculturação visava em primeiro lugar os curumins; interessante é notar que tal escolha talvez não tenha sido tão maquívica como se é tentado a pensar: Ariès mostra o mesmo interesse das ordens religiosas pela catequese e escolarização da infância na Europa pela mesma época.

No entanto, no período que está sendo estudado aqui,

(1888-1918), é bastante difícil vislumbrar uma atenção particular ao menino Jesus ou, por extensão, às crianças nas práticas sociais relacionadas com a tradição dos presépios. É sempre bastante forte o risco de incorrer numa leitura ingênua das fontes escritas, mas há sem dúvida algo importante a descobrir sob esses textos que, indiferentes à problemática da infância, privilegiam a mocidade casadoira, ou, talvez mais ainda, os casais constituídos.

Eis como um cronista da Gazeta de Taubaté se refere àquela tradição, em janeiro de 1885:

"... Os presépios, por exemplo, nas atuais condições são para mim um excesso de zelo religioso que em sua prática não têm conseguido o fervor que desperta sua fundação. (...) Tudo quanto pode despertar o riso sarcástico em atos religiosos deve ser considerado ímpio. (...) Contai (...) um número de visitantes correspondente a 10.000 pessoas, durante a exposição dos presépios. Não é demais o algarismo. (...) As visitas são profanamente curiosas (...) os pigmeus que comparecem (...) se ocupam em entreter relações amorosas, e até - desgraçados! - menos lícitas, com certas classes de visitantes, que em ocasiões tais reúnem títulos de igualdade para entreterem-se em sociedade com famílias honestas e dignas de consideração. (...) A mocidade que aí vedes exprimir toda a elegância em seus desusados trajés, em seus toilettes sensuais - fazem da casa de Deus um ponto de reunião para seus fins amorosos, e dos atos exteriores da religião tema de novas conquistas. (...) Os presépios são a negação do espírito religioso quando - expostos publicamente. Construam-nos as exmas. famílias, mas não os exponham. Seus amigos, parentes, compadres, afilhados e etc., serão suficientes para entreterem uma constante e respeitável visita, onde possa livre de vistas impuras entoar: Gloria in excelsis Deo".¹¹³

O cronista expressa um ponto de vista muito frequente, quase um lugar comum nas páginas desses órgãos de imprensa: o

propósito de diferenciação social. As categorias sociais aburguesadas repelem o contato com as camadas populares, tanto nos locais públicos (a igreja) como, especialmente, na intimidade do lar. O texto se refere à exposição do presépio da igreja matriz em Taubaté, mas a multidão visita os presépios expostos em centenas de casas. É contra esta intromissão de pessoas de outra classe social no espaço doméstico da burguesia em vias de organizar-se como classe à parte que o cronista escreve.¹¹⁴

O mesmo jornal, e possivelmente o mesmo redator, adota toda uma outra linguagem ao descrever a noite de Ano Novo no palacete do doutor Lopes Chaves. As donzelas taubateanas apresentam-se como um bando de graciosas garças fendendo as límpidas águas de um lago (estão vestidas de branco); o salão decorado com folhagens e flores naturais, tem no centro uma árvore "como que simbolizando o centro unitário de uma sociedade que se despe de antigos preconceitos"; o baile começa às 20 horas e se prolonga até às 4 da madrugada; o cronista recorre ao latim para expressar o ideal de congraçamento da "sociedade": "O quam bonum, et quam jucundum, habitare fratres in unum".¹¹⁵

Em São Luís do Paraitinga, o processo de diferenciação social é menos evidente através da documentação, e, coincidentemente, as referências a crianças da época natalina são mais frequentes. Apesar de que, a se julgar pelo que relata o jornal liberal *A Redenção* de janeiro de 1882, o que prevalece nas festas de natal é a disputa entre cascudos e farrapos (conservadores e liberais) na escolha dos festeiros, em 1909 *O Luizense* indica que os festeiros são dois casais de meninos, mesmo que fique entendido que são os pais os encarregados dos aspectos práticos desse reinado.¹¹⁶

Por outro lado, festas natalinas de São Luís do Paraitinga pelos anos de 1910 ou 1920, descritas por Mário de Aguiar, mostram a participação de crianças e adultos nas folias de reis que percorrem as casas da cidade e da roça desde o Natal até 2 de fevereiro (Festa de Nossa Senhora das Candeias). Um detalha importante, revelando a persistência da preeminência infantil nestas festas em meio rural, é a "mesada dos anjos", banquete organizado com as dádivas recolhidas pela folia de reis, em que doze crianças são servidas em mesa especial pelos donos da casa.¹¹⁷

Em meio a várias tendências que tomam vulto com a

guerra mundial, surgem indicações de uma nova maneira de se comemorar as festas infantis: em dezembro de 1914, por ocasião da primeira comunhão de mais de duzentas e cinquenta crianças em São Luís do Paraitinga, o vigário Inácio Gioia distribui brinquedos comprados por ele em São Paulo; e o vigário de Guaratinguetá, monsenhor João Filippo, que tem 700 crianças no catecismo, distribui no natal roupas, bombons, brinquedos junto a uma árvore de Natal.¹¹⁸

Assim, enquanto a tendência à privatização da festa em torno da intimidade familiar burguesa se manifesta mais definida apenas nos centros urbanos mais dinâmicos, é o próprio clero que se antecipa na difusão da nova mentalidade. Esta iniciativa pode ser encarada como tentativa de preservar o controle eclesiástico sobre a sociedade em fase crítica de mudança.

O sagrado e a norma

A mesma preocupação se manifesta, agora de maneira defensiva, na atitude do clero diante do milagre. O conflito entre a percepção de Deus como vontade (religião do povo) ou como razão (religião institucionalizada) é por demais complexo e não cabe aprofundá-lo aqui.¹¹⁹

Tratar-se-á apenas de identificar atitudes sociais frente a situações de milagre, que, curiosamente, envolvem muito mais frequentemente crianças que adultos. Esta questão se justifica, uma vez que está sendo estudada a presença infantil na festa, e, por consequência, a percepção do tempo em que se situa a criança.

O Luizense expressa em agosto de 1904, em meio à festa do Divino, o que pode ser considerado como o senso comum em matéria de milagre: atropelado por um carro de bois que traz madeiras para o coreto no qual a irmandade de São Benedito fará leilões, o menino Benedito, de quatro anos de idade, escapa ileso. O jornal interpreta o ocorrido: parece milagre. Muito provavelmente, os pais do menino e a população em geral, inclusive os membros do clero, não têm dúvida quanto a este pequeno milagre desprovido de maiores consequências. Uma semana mais tarde, quando um começo de incêndio é prontamente debelado na cozinha da casa da festa, de madrugada, a intervenção de algumas pessoas no combate ao fogo é tão eficiente que não ocorre nenhuma hipótese de novo milagre.¹²⁰

Apenas uma semana mais tarde, **O Luizense** transcreve matéria do jornal **O Paulistano**, evidenciando graves tensões sociais que ameaçam explodir quando o milagre ultrapassa a dimensão individual e familiar, deixa de ser uma pequena intervenção divina a proteger contra o acaso. Trata-se de uma carta enviada ao Chefe de Polícia do Estado de São Paulo pelo vigário Alarico Zacharias da pequena cidade de São Simão.

O padre tomou conhecimento de que uma menina de dez anos de idade, filha de roceiros pobres que vivem num sítio a légua e meia da cidade, estaria sendo tomada como santa pelo povo. Preocupado, faz vir à sua presença a menina, Maria Rosa, e sua mãe, Balbina de Tal. A menina, auxiliada pela mãe, conta que indo lavar pratos no açude no dia 18 de fevereiro, viu uma pedra sair fora d'água e chamá-la: - Minha filha, venha cá! Amendrontada, fugiu e contou o que vira à mãe. Naquele mesmo dia, à tarde, voltando ao açude, Maria Rosa vê uma linda moça que não a amendronta; dando-lhe a mão, acompanha-a pelo fundo das águas - sem molhar-se - e viajam por uma estrada branca, atravessam um rio de leite e outro de mel, chegando por fim a um palácio. Lá dentro, Maria Rosa é apresentada a outra moça muito semelhante à sua guia, também vestida de branco; são Maria Beata e Lauriana; há muitos altares e imagens (de santos) no palácio. Maria Beata e Lauriana conduzem Maria Rosa até o altar de Nossa Senhora Aparecida para rezar, e depois lhe dão a comer três pedacinhos de pão, três colherinhas de leite e três de vinho para beber. A menina repete ao vigário que junto ao altar da Aparecida se via uma torneirinha de água milagrosa, e que Nossa Senhora pedia que construísse uma capela para ela, junto ao açude, devendo sua imagem ser levada em procissão para a cidade enquanto a capela não estivesse pronta.

O sacerdote informa ao Chefe de Polícia que pedindo a Maria Rosa que lhe mostrasse alguma prova, nada obteve convencendo-se de que se tratava de um espírito doentio. Mas o número de pessoas a visitar a santinha crescia assombrosamente; os fazendeiros começaram a sentir falta dos colonos que abandonavam o trabalho (justamente em época de colheita), sem incomodar-se com multas; por isso, o vigário entrou uma primeira vez em contato com Chefe de Polícia através do Vigário Geral, temendo alguma perturbação da ordem.

Na noite de 28 de julho, aparece a imagem que a multi-

dão aguarda, junto ao açude, rezando por dias e noites a fio. Informado, o vigário examina-a e constata que foi pintada a pouco com purpurina, e que não apresenta vestígio de ter estado imersa; comunica ao Chefe de Polícia suas suspeitas contra um espanhol, e relata que há muita gente interessada nesta história, gente a falar nos lucros e vantagens que a cidade de São Simão poderá ter com a santa. Encerrando, o vigário reafirma sua preocupação com a segurança pública e solicita a intervenção do Chefe de Polícia.¹²¹

O esforço do sacerdote católico sugere receio de que se repitam acontecimentos semelhantes àqueles de Canudos (1897). O relato divide os protagonistas da ação em dois blocos distintos: de um lado o clero católico, as autoridades civis, os fazendeiros; do outro estão Maria Rosa e Balbina, roceiros pobres, trabalhadores rurais, imigrantes. O primeiro bloco encarna o bom senso, o respeito à ordem pública, a obediência às rotinas do trabalho, e é nitidamente masculino e adulto. O outro é descrito como um aglomerado de gente pobre crédula e ludibriada por pessoas de má-fé; todas as figuras femininas (reais e simbólicas) estão aí incluídas. O vigário age como um detetive; não se pergunta muito sobre as visões de Maria Rosa - quer provas concretas, outros milagres, de que a menina se revela incapaz, o que naturalmente satisfaz a sua expectativa. Surgindo a imagem à beira do açude, corre a certificar-se de que se trata de uma farsa. Para que os trabalhadores retornem às fazendas, convoca a repressão, indica um suspeito e aponta Maria Rosa como um caso de perturbação mental.

Durante o segundo semestre de 1917, várias notícias de visões e aparições são reproduzidas pelos órgãos de imprensa: em Portugal (aparição de Nossa Senhora ao menino Severino Alves, dez anos de idade), no Estado do Rio de Janeiro (aparição de Nossa Senhora à menina Maricota, cinco anos de idade, em Viradouro), no Estado de São Paulo (em São Carlos, quatro meninas e seus pais vêem no céu o letreiro "Paz no mundo").¹²²

O *Lábaro*, órgão oficial da diocese de Taubaté, expressando o ponto de vista do alto clero católico, é taxativo: tudo não passa de exploração do povo crente e bom. Dentre todas as visões e aparições desse momento de crise aguda do sistema político mundial e profundo sentimento de insegurança coletiva, o Vaticano reconhecerá

apenas aquelas ocorridas em Fátima, Portugal (13 de maio, 13 de junho, 13 de julho, 19 de agosto, 13 de setembro e 13 de outubro de 1917; aparições de Nossa Senhora a três pequenos pastores. Ao final de um estudo cauteloso, o bispo de Leiria se pronunciará oficialmente apenas em outubro de 1930, admitindo como dignas de crédito as visões das crianças).¹²³

Há, portanto, evidências bastantes de uma expectativa muito arraigada nas mentalidades coletivas marcadas pelo catolicismo, atribuindo à criança papéis especiais de intermediação em situações de contato imprevisto com o sagrado. (O filme E.T. pode ser visto como uma versão contemporânea do fenômeno). Ora, já foi vista qual é, via de regra, a atitude das autoridades leigas e clericais diante desse tipo de ocorrência: predomina a preocupação com estabilidade das hierarquias, com a manutenção da ordem.

Em São Luís do Paraitinga, profundamente atingida pela irrupção imprevista do sagrado - um processo de santificação de uma moça caipira, que será abordado mais adiante -, o discurso da instância política, das instituições estatais, da hierarquia clerical e da publicidade mostram com clareza o ponto de vista dos poderes estabelecidos a respeito do papel reservado à infância na república burguesa.

"Quem analisar detidamente o caráter do povo brasileiro notará que ele não é, por índole, obediente. Este defeito moral tem sua raiz muito profunda e vem desde a educação do lar. Os filhos não obedecem aos pais; na escola, não obedecem aos seus mestres e, quando entram na vida social, não obedecem às suas leis. (...) É preciso criar o espírito da obediência desde o berço. (...) Uma nação cujo povo não é obediente não merece este nome. (...) Um país não é forte quando os seus filhos não são obedientes e vivem em desarmonia com os poderes constituídos. (...) É preciso mudar completamente o nosso método de educar os filhos, sem excluir a bondade e o carinho. (...) O professor na escola também deve impor-se e substituir os pais e levar os escolares ao cumprimento exato dos seus deveres. Quando da escola passarem à ca-

serna aí não estranharão tanto a rigidez das ordens militares, como agora acontece; e na vida social serão ótimos cidadãos, respeitosos às leis do país cujo progresso depende inteiramente do espírito de obediência dos seus filhos, aliado ao amor do trabalho e à ordem. O futuro do nosso país é uma função, portanto, do Lar e da Escola, num esforço conjugado e harmônico tendente a criar o espírito de obediência às leis da República, que na verdade é o ideal dos governos..."¹²⁴

Quem assina é Cherubim Sampaio, um dos apologistas do programa da Liga de Defesa Nacional que O Luizense divulga entusiasmaticamente. O texto é rigorosamente autoritário e sua fundamentação lógica central repousa na metáfora que identifica a relação pais/filhos à relação governo/cidadão. Um gordo querubim expulsa as crianças do paraíso e as empurra em direção à cidadania republicana: cabe aos pais e professores habituá-las, bondosa e carinhosamente, à disciplina rígida que lhes será de qualquer forma exigida pelo Serviço Militar, pelo Trabalho e pela Lei. A escola pública, assessorada pelo Exército e pela Polícia, militariza os escolares através do escotismo e da Cruz Vermelha.

Acompanhando os conselhos pediátricos do doutor Francisco de Assis Berelli, que prega a regeneração do país pela puericultura, O Luizense estampa vistosos encartes anunciando um novo produto farmacêutico a dividir o espaço até então reservado à saúde da mulher e à virilidade dos homens. Num deles, seis meninos e sete meninas dançam sorridentes em torno de um homem que carrega um grande peixe às costas. Todas estas crianças são brancas, estão calçadas, algumas têm chapéu, outras têm fitas. O texto enfatiza a boa aparência, muito agradável à vista, bem como o paladar agradável e a ausência de cheiro de um poderoso e heróico medicamento, aconselhando-o como reforço do organismo infantil contra todos os casos de linfatismo, pobreza orgânica, anemia, raquitismo. Para que as crianças se desenvolvam de modo são e normal, o doutor João Cândido Lima, de Rio Claro, bem como milhares de pais, recomendam um preparado tônico à base de óleo de fígado de bacalhau produzido pelos senhores Scott & Browne.¹²⁵

Competindo com a República no controle do processo de

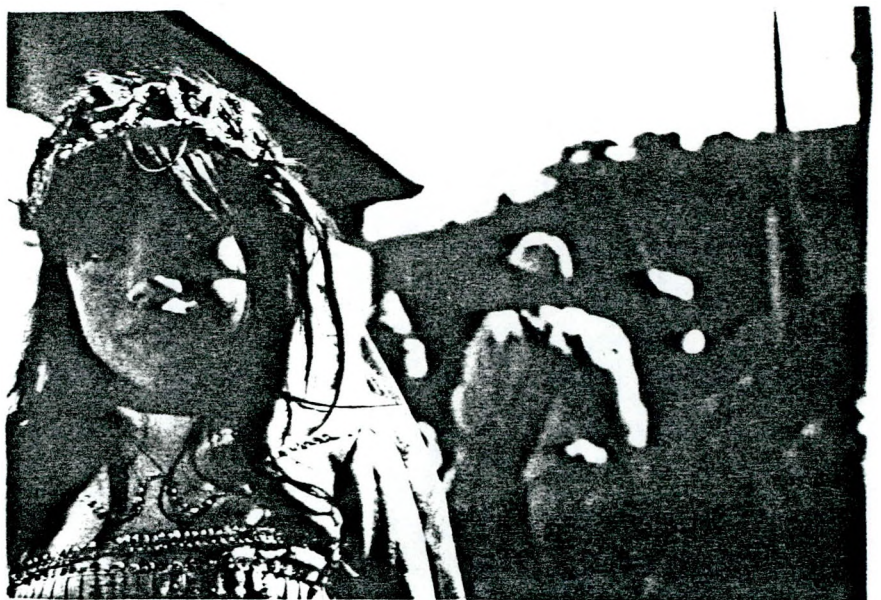
escolarização da infância, o clero católico recupera espetacularmente várias de suas prerrogativas ameaçadas. O aspecto mais visível da retomada geral da hegemonia católica sobre a sociedade, em São Luís do Paraitinga, é a festa de entronização do crucifixo na sala de Tribunal do júri em novembro de 1913; quanto à escolarização, tudo indica que, sendo todos os professores católicos, não há maiores dificuldades de relacionamento entre a Igreja e a escola pública durante todo o período. Por outro lado, já foi visto como as aulas de catecismo alcançam praticamente toda a infância em idade escolar, enquanto a escola pública envolve apenas a quarta parte dela; e prevalece, sem dúvida, uma relação de complementaridade entre catecismo e grupo escolar.

A inauguração da igreja do Rosário, reconstruída em 29/5/1921, sela o papel decisivo do vigário Ignácio Gioia, dirigente incontestado do município, pairando acima das facções divergentes na política local:

"A igreja do Rosário está construída na parte mais alta da cidade, em frente à rua do mesmo nome. Por fora, é de estilo gótico-renascença. A sua torre é muito alta e nela vê-se um pára-raio. A porta da igreja é de madeira envernizada. O para-vento é de vidro de cores. Por dentro, é de estilo renascença. O seu teto é em forma de abóbada e tem 15 lugares para neles se representarem os quinze mistérios do Rosário. Nas paredes laterais há seis vitrais grandes e outros menores. Os grandes representam: o Sagrado Coração de Jesus, o Sagrado Coração de Maria, Nossa Senhora do Carmo, São Benedito e São Sebastião. A balaustrada é de cimento. O coro é muito bonito e nele está colocado um vitral representando Santa Cecília tocando harmonium. O corpo da igreja é bastante espaçoso. No presbitério está colocado o altar-mor. O altar-mor é muito bonito: tem, em cima, a Santíssima Trindade; no centro está Nossa Senhora do Rosário e dois anjos coroando-a. Há dois santos, um de cada lado: São Benedito e São Sebastião. Em baixo, representa em alto relevo a morte de São José. Ao lado esquer

do do presbitério está sacristia. Na bandeira de uma das portas da sacristia está representado o Cordeiro de Deus. Na bandeira da outra porta está representado um Missal. O arcaz está dentro da sacristia. Quem fez a planta desta igreja foi o doutor Teixeira Leite e quem dirigiu a construção foi o empreiteiro senhor Pedro Pereira Rio Branco. Graças aos reforços do nosso reverendíssimo vigário Padre Ignácio Gioia que tanto trabalhou para o levantamento desta igreja, irá ela inaugurar-se no dia vinte e nove de maio deste ano".¹²⁶

A menina Maria José Aparecida, do 4º ano primário, descreve assim a nova igreja do Rosário. Aí estão nomes, formas, cores, volumes, relações, atitudes, atributos e projetos, toda uma linguagem cuja principal função é disciplinar o contato com as potências do mundo sagrado, atribuindo a este o sentido necessário à reprodução da ordem social.



NOTAS

1. Cartório do 1º Ofício (Cível) de São Luís do Paraitinga. Processos Cíveis do ano de 1913, 1º volume.
2. Cartório do 1º Ofício (Crime) de São Luís do Paraitinga. Autos de do ano de 1915.
3. Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga. Autos do Tribunal do Júri do ano de 1916.
4. O Luizense. nº 64, ano II, 29/1/1905, p. 3, Infanticídio.
5. O Luizense. nº 65, ano II, 5/2/1905, p. 2, Infanticídio, p. 1, Continuando...
6. Tribunal do Júri de São Luís do Paraitinga. 1905.
7. Museu Oswaldo Cruz. XII. Atas da Câmara (1897-1902), sessão de 28/8/1902.
8. O Luizense. nº 415, VII, 9/1/1910, p. 3, Estatística da Comarca.
9. Museu Oswaldo Cruz. Posturas Municipais. C. 1868; artigo 102; A Imprensa de Taubaté. nº 10, I, 5/3/1876, p. 2, Carnaval.
10. O Noticiarista. nº 153, II, 23/2/1890, p. 2, Infanticídio.
11. Diário Paulista. nº 207, I, 5/4/1888, p. 1, Cartas patrióticas.
12. O Noticiarista. nº 6, I, 9/9/1888, p. 2, É preciso corrigir.
13. O Noticiarista. nº 61, I, 28/3/1889, p. 2, Meninos vagabundos; nº 454, V, 16/2/1893, p. 2, Moleques.

14. A Federação. nº 158, III, 16/11/1911, p. 1, Crônica.
15. O Luizense. nº 65, II, 5/2/1905. Tranqüilidade pública, p. 3, nº 358, V, 14/6/1908, p. 2, Atrevido e...
16. Cartório do 1º Ofício. Autos do Tribunal de Justiça de 1914.
17. ARIÈS, Philippe. L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime. Paris, Seuil, 1973.
18. Museu Oswaldo Cruz. Manuscrito anônimo, Relato da História de São Luís do Paraitinga, p. 12; esta seria a primeira tipografia em funcionamento no interior da província de São Paulo.
19. O Paulista. nº 97, II, 12/11/1863, p. 3, Colégio de São João Evangelista; O Taubateense. nº 97, II, 19/12/1863, p. 3, Estatuto do Colégio de Santa Teresa.
20. A Redenção. s/n, 31/1/1885, p. 4, Colégio Gosling.
21. Almanaque Administrativo, Comercial e Industrial da Província de São Paulo. São Paulo, Ed. Propriet. Jorge Seckler & Cia, 1884, p. 508.
22. O Noticiarista. nº 201, II, 17/8/1890, p. 3, Bela educação; nº 243, III, 11/1/1891, p. 2, Bom conselho.
23. O Noticiarista. nº 282, III, 31/5/1891, p. 2, Colégio Americano; longa série de matérias com o mesmo título.
24. Jornal do Povo. nº 362, VIII, 18/10/1895, pp. 1-2, Colégio Coração de Jesus.
25. Jornal de Taubaté, nº 2250, XIII, 11/10/1906, p. 1, Ecos & Notícias.
26. O Luizense. nº LIX, II, 25/12/1904, p. 2, Os pequeninos; Decreto nº 208, de 27/11/1893. Aprova o Regulamento da Instrução Pública para execução das leis nº 88, de 8/9/1892, e 201, in Leis e Decretos do Estado de São Paulo, 1893, tomo III, São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1913, pp. 190-294.
27. Jornal de São Luís. nº 10, I, out. 1950, p. 3. História do nosso grupo escolar; MOC, XII, Atas da Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga, (1892-95), sessão de 14/11/1895.
28. O Imparcial. nº 160, I, 29/5/1894, p. 2; São Luís do Paraitinga, nº 244, I, 20/9/1894, p. 2, Livros escolares.

29. O Imparcial. nº 82, II, 13/2/1895, pp. 1-2, 10º Distrito. Relatório apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública, pelo Inspetor Literário do Décimo Distrito (Múcio Catão).
30. MOC, XII, Atas da Câmara, 1897-1902; sessões de 27/2 e 29/3 de 1897.
31. idem. sessões de 27/2 e 27/3 de 1899.
32. ibidem. sessões de 11/10/1900 e 13/12/1901.
33. Opere Citato. sessões de 15/5 e 7/7 de 1902.
34. O Luizense. nº XLIV, I, 4/9/1904, p. 3, Sete de Setembro.
35. O Luizense. nº LIV, II, 20/11/1904, p. 2, Filosofando...
36. O Luizense. fragmento, p. 3.
37. O Luizense. nº LV, II, 27/11/1904, p. 3, Grupo Escolar; nº LI, II, 04/12/1904, p. 3, Festa escolar.
38. O Luizense. nº LVI, II, 4/12/1904, p. 1, Filosofando...
39. O Luizense. nº LVIII, II, 18/12/1904, p. 3, Teatro e Espetáculo.
40. Jornal de Taubaté. nº 2241, XIII, 9/9/1906.
41. O Luizense. nº 349, V, 10/5/1908, p. 1, Barroso e Saldanha; nº 361, V, 28/6/1908, p. 3, Temos "gronga".
42. O Luizense. nº 349, V, 10/5/1908, p. 3, Notas e fatos.
43. Decreto nº 171, de 20/1/1890. Conserva o Hino Nacional e adota o da Proclamação da República. in: Decretos da República dos Estados Unidos do Brasil. RJ, Imprensa Nacional, 1891; 1º fascículo, pp. 148-149; O Luizense. nº 350, V, 17/5/1908, pp. 2-3, Notas e fatos; v. no jornal Comarca de Tatuí. nº 31, I, 17/5/1908, p. 1, Treze de Maio, uma versão frontalmente diferente da abolição da escravatura, salientando o papel ativo dos escravos e criticando a lembrança exclusiva dos abolicionistas.
44. O Luizense. 365, VI, 1/1/1909, p. 1, A nossa volta; p. 2, Retrato.
45. O Luizense. nº 399, VI, 12/9/1909, pp. 1-2, O Brasil. Dados Interessantes.

46. O Luizense. nº 405, VII, 24/10/1909, p. 3, Pavilhão Nacional.
47. O Luizense. nº 409, VII, 21/11/1909, p. 2, 15 de Novembro.
48. *idem*. p. 2, Governo Militar.
49. O Luizense. nº 410, VII, 28/11/1909, pp. 2-3, Festa da bandeira.
50. O Norte. nº 906, VIII, 11/9/1912, p. 1, Notas e fatos; *idem*, nº 905, VIII, 8/7/1912, pp. 1-2, Independência do Brasil; A Federação. nº 197, IV, 12/9/1912, pp. 1-2, Níckeis & Notas; p. 2, As festas do dia seis.
51. O Norte. nº 909, VII, 18/9/1912, p. 2, As árvores.
52. O Luizense. nº 435, XIII, 30/12/1915, p. 3, A Protetora da Infância; *idem*. nº 437, XIII, 13/1/1916, p. 3, Noticiário. Protetora da infância.
53. O Luizense. nº 444, XIII, 2/3/1916, p. 2, Associação Protetora da Infância.
54. O Norte. nº 1.157, X, 15/5/1914, p. 2, Redenção; A Ordem. (Tremembé). nº 47, I, 3/12/1916, p. 3, Redempção; O Norte. nº 1.591, XIII, 18/3/1917, p. 2, 3º Grupo Escolar.
55. O Luizense. nº 496, XIV, 19/4/1917, p. 2, Festa das árvores.
56. O Luizense. nº 500, XIV, 17/5/1917, p. 3, 13 de Maio.
57. O Norte. nº 1.686, XIV, 4/9/1917, p. 2, O manifesto; O Luizense. nº 515, XIV, 6/9/1917, p. 2, 7 de Setembro; p. 3, sem título.
58. O Luizense. nº 517, XIV, 20/9/1917, p. 3, Festa das árvores.
59. O Norte. nº 1.692, XIV, 18/11/1917, p. 1, O dia da bandeira.
60. O Luizense. nº 530, XV, 24/1/1918, p. 2, Escotismo.
61. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "O sitiante tradicional e a percepção do espaço" in O campesinato brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1973; e "Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros" in Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, EDUSP, 1978.
62. O Luizense. nº 558, XVI, 4/10/1918, p. 4, Comemoração Cívica.
63. O Luizense. nº 555, XV, 5/9/1918, p. 2, Produtos nacionais; nº 556, XV, 12/9/1918, p. 3; nº 553, pp. 1-2; nº 510, XIV, 26/7/

- 1917, p. 2, O futuro de São Paulo (transcrito de O Correio Paulistano).
64. v. Documentos interessantes para servir à História de São Paulo. vol. LVII, pp. 236-238, ofício do Capitão-General Franca e Horta, 1806.
65. O Luizense. nº 609, XVII, 12/2/1920, p. 3, Edital (tabela do imposto sobre indústria e profissão para 1920: o maior comerciante luizense paga 338\$000, enquanto a firma Nagib Iunes & Irmão paga 162\$000 sobre a loja de tecidos e armarinho, mais 500\$000 pela mascateação; em 1897, quando a Câmara eleva todos os impostos municipais, a mascateação é taxada em 1:000\$ 000 (Atas da Câmara, sessão de 18/1/1897); nº 509, XIV, 19/7/1917, p. 1, Palestrando (o professor José Carneiro aponta os principais gêneros em alta: o pão e o trigo, pela diminuição da importação, o sal, que teve seu preço duplicado, e as carnes e cereais, em razão da exportação. Aconselha os cidadãos a adotarem os hábitos dos caipiras, acostumados à farinha de mandioca e de milho); nº 477, XIV, 16/11/1916, p. 1, Um conselho útil (do professor José Carneiro: retorno à tradição autárquica da região); O Norte. nº 1.703, XIV, 14/12/1917, p. 1, A colônia síria e a guerra do Brasil; O Luizense. nº 530, XV, 24/1/1918, pp. 1-2, Um tiro! (crônica de Max Doris, ridiculariza os caipiras pelo temor ao recrutamento e critica os mascates em defesa dos estabelecimentos comerciais de São Luís do Paraitinga).
66. MARSON, Adalberto. "Reflexões sobre o procedimento histórico" in SILVA, Marcos A. da (org.). Repensando a História. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.
67. COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
68. A Redenção. nº 16, II, 6/1/1882, p. 3, Higiene da 1ª Infância; O Luizense. nº 416, VII, 16/1/1910, p. 2, O sono das crianças.
69. O Luizense. nº 615, XVII, 8/4/1920, p. 2, Higiene infantil; idem, pp. 1-2, Crônica. Atletismo II.
70. O Luizense. nº 352, V, 24/5/1908, pp. 2-3, Com a polícia.
71. GUIARD FILHO, Felix. Prostituição. Considerações médico-sociais. Rio de Janeiro, Tipografia da Revista dos Tribunais,

1914.

72. O Liberal Taubateense. nº 31, I, 15/3/1888, p. 3, Os ingênuos.
73. O Noticiarista. nº 193, II, 17/7/1890, p. 2, Clamoroso.
74. O Taubateano. nº 165, IV, 9/8/1903, pp. 1-2, Pelos operários.
75. Jornal de Taubaté. nº 1.766, X, 4/5/1904, p. 2, 1º de Maio, Arte e esporte, Ecos do dia; p. 3, Ao público.
76. Jornal de Taubaté. nº 1.766, X, 4/5/1904, p. 3, Centros dos Operários Católicos; nº 1769, 11/5/1904, p. 1, Centro dos Operários Católicos; nº 1770, pp. 1-2, Centro dos Operários Católicos.
77. O Norte. nº 1642, XIII, 20/7/1917, p. 1, Notas e fatos e Movimento Operário.
78. O Lábaro. nº 393, VIII, 19/7/1917, p. 3, O proletariado age; p. 1, Os poderes públicos e a questão operária.
79. MOC-SLP. Atas da Câmara Municipal. 1892-97; sessão de 18/6/1896.
80. MOC-SLP. Atas da Câmara Municipal. 1902-07; sessão de 9/6/1910; O Lábaro. nº 26, I, 30/6/1910, pp. 6-7, Mudança de Mercado.
81. MOC-SLP. XII. Atas da Câmara 1910-22; sessão de 27/11/1921.
82. A Ordem. nº 47, I, 3/12/1916, p. 3.
83. A Federação. nº 150, III, setembro de 1911, p. 3, A educação.
84. O Luizense. nº 371, 14/2/1909, p. 3, Que se há de ensinar às mulheres; A Zagaia. nº 5, I, 10/5/1896, p. 2, Prateleira do burguês. Várias falsificações do açúcar.
85. O Luizense. nº 650, XVIII, 24/3/1921, p. 3, Grupo Escolar.
86. Jornal do Povo. nº 231, VII, 25/4/1895, p. 2, Banco das crianças.
87. BARROS, Roque Spencer M. de. "Vida espiritual", livro IV de HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, 4º volume, São Paulo, Difel, várias edições.
88. Gazeta de Taubaté. nº 13, VII, 9/3/1884, p. 2, Acusações ao clero; Decisões do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2º fascículo, 1892, p. 8.

89. O Norte. nº 112, II, 26/11/1905, p. 3, 4ª coluna.
90. Relatório da História e do movimento religioso da Paróquia de São Luís do Paraitinga, do padre Pedro Ribeiro da Silva ao Bispo Diocesano. 15/4/1906, pp. 29-30; Arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté.
91. O Lábaro. nº 23, I, 9/6/1910, p. 5, Visita pastoral.
92. op. cit., conclusão.
93. op. cit., p. 24.
94. Padre José Maria Guimarães Alves, "Mosenhor Gióia e o Catecismo" in POLIANTÉIA em homenagem ao Mosenhor Inácio Gioia pelos 50 anos de fecundo sacerdócio. São Luís do Paraitinga, 25/9/1949, p. 15.
95. Livro de Receita e Despesa da Ordem Terceira de São Luís do Paraitinga. 27/5/1908 a 22/2/1932. Paróquia de São Luís do Paraitinga, folhas 2 a 6.
96. O Luizense. nº 646, XVIII, 20/2/1921, p. 3, Instituições de caridade; nº 652, XVIII, 14/4/1921, p. 3, Estatística escolar.
97. Relatório da História e do movimento religioso da Paróquia de São Luís do Paraitinga. pp. 67-71, Estatísticas (1901 a 1904)
98. Livro de Receita e Despesa da Irmandade de São Miguel e Almas. 10/11/1858 a 1/6/1880. Paróquia de São Luís do Paraitinga; folha 34, verso.
99. O Norte. nº 167, II, 7/6/1906, pp. 1-2, As festas; O Luizense. nº 365, VI, 1/1/1909, p. 2, Missa do galo.
100. O Luizense. nº 398, VI, 5/9/1909, p. 2, Festa do Espírito Santo; O Correio da Serra. nº 22, II, 24/10/1980, p. 3, Oi oi oi o João Paulino, Oi oi oi a Maria Angu.
101. Gazeta de Taubaté. nº 23, VI, 29/3/1883, pp. 2-3, Crônica.
102. Relatório da História e do movimento religioso da Paróquia de São Luís do Paraitinga. pp. 38-43 e 56.
103. O Luizense. nº 64, II, 29/1/1905, p. 3, Última hora. Demissão.
104. AGUIAR, Mário de. "São Luís do Paraitinga" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. CXXI, São Paulo, 1949, pp. 41-42.

105. O Luizense. nº 615, XVII, 8/4/1920, p. 3, Semana Santa.
106. A Voz do Povo. nº 101, III, 7/4/1901, pp. 1-2, Costumes antigos.
107. O Norte. nº 1.602, XIII, 11/4/1917, p. 1, Minha terra.
108. AGUIAR, Mário de. op. cit. . pp. 42-43.
109. "La fête éclatée" in Revista L'Arc. no 65, 1976; ver nota 22 do Anexo.
110. O Luizense. nº 378, 4/4/1909, VI, p. 1, Domingo de Ramos.
111. ARIÈS, Philippe. L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime. Paris, Seuil, 1973.
112. MILLIET, Lurdes Maria. "Museu de Presépios" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. CLXXVI, ano XXXII, jan/mar 1969; RABAÇAL, Alfredo João. "Figurinhas e figureiros do Bairro de São João" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. CLXXVI, ano XXXII, jan/mar 1969.
113. Gazeta de Taubaté. nº 1, VIII, 4/1/1885, pp. 1-2, Os presépios.
114. Idem. nº 90, VII, 5/1/1884, pp. 2-3, Folhetim ao comprido.
115. A Redenção. nº 16, II, 6/1/1882, p. 4, Seção Particular (uma curiosa descrição caipira do Natal); O Luizense. nº 365, VI, 1/1/1909, p. 2, Missa do Galo.
116. AGUIAR, Mário de. op. cit. . pp. 45-47.
117. O Lábaro. nº 261, V, 31/12/1914, p. 2, Notícias de São Luís do Paraitinga; nº 313, VII, 6/1/1916, p. 3, Árvore do Natal em Guaratinguetá.
118. CHAUF, Marilena. "Notas sobre cultura popular" in Arte em Revista. nº 3, ano 2, São Paulo, 1980; GROFTELAARS, Martien Maria. Milagre e religiosidade popular. Petrópolis, Vozes, 1981.
119. O Luizense. Nº XLI, I, 14/8/1904, p. 3, Parece milagre; nº XLII, I, 21/8/1904, p. 3, Começo de incêndio.
120. O Luizense. nº XLIII, 28/8/1904, pp. 2-3, A "santa" de S. Simão.
121. O Norte. nº 1.640, XIII, 15/7/1917, pp. 1-2, Uma aparição; nº 1643, XIII, 22/7/1917, p. 1, Criança visionária; nº 1.689, XIV, 11/11/1917, p. 1, Paz no mundo!

122. O Lábaro. nº 425, IX, 28/2/1918, p. 1, Mais uma exploradora; GONÇALVES, Luís de Gonzaga. Fátima, segredo da paz. São Paulo, Loyola, 1981.
123. O Luizense. nº 616, XVII, 15/4/1920, pp. 1-2, A obediência.
124. O Luizense. nº 638, XVIII, 25/12/1920, p. 2.
125. O Luizense. nº 657, XVIII, 15/6/1921, p. 2, Seção infantil. A igreja do Rosário. Descrições.

JUVENTUDE

Ultramontanismo e marianização

Vista a necessidade de abordar criticamente as fontes para o estudo histórico da festa, em especial de superar a ilusória distinção entre documento e monumento¹, percebe-se uma característica nem sempre suficientemente ressaltada pela crítica: a documentação escrita fala a voz adulta do pessoal ligado ao Estado, à Igreja, à Empresa. Tal como não se encontra com facilidade registros de falas infantis, são significativamente escassos os textos produzidos por jovens. A regra é o discurso adulto sobre, e para, os jovens. Tudo isto é certamente óbvio, mas deve ser encarado como uma questão bastante séria ao se tratar da presença juvenil na festa. A preocupação teórica de fundo é: como avaliar a importância dos grupos de idade na formação social brasileira, já que as relações entre as classes sociais que caracterizam o sistema capitalista não suprimem as relações pré-existentes, e, ao que tudo indica, não têm a virtude de homogeneizar e tornar transparentes a sociedade e a história?

Ao estudar vários processos e instituições que dão forma e sentido à infância, tornou-se evidente que, durante todo o período considerado, prevalece, apesar da notável repercussão da introdução da escola pública, o sistema tradicional de passagem relativamente brusca e anárquica da condição infantil para a condição adulta. O trabalho (familiar, artesanal ou mesmo fabril) e a rua (festa, vadiagem) colocam diferentes grupos de idade em contínua interação, e importa perseguir aí as múltiplas dialéticas possíveis entre o projeto de imposição da ordem burguesa de sociabilidade e as modalidades de

resistência apresentadas pela organização tradicional da sociedade, em que os grupos de idade conservam determinadas prerrogativas às quais não renunciam automaticamente.

Por uma necessidade de clareza, proceder-se-á primeiro à observação da problemática relativa à condição juvenil feminina.

Na abertura do carnaval de 1862, em Taubaté, um carro alegórico enquadrado por mais de oitenta mascarados a pé ou a cavalo, anuncia o mundo às avessas: um homem sisudo faz renda, enquanto um travesti, cheio de trejeitos, trabalha como sapateiro. Outro carro exhibe uma freira, conduzida numa falua com um marinheiro que, com um enorme remo em punho, navega através da multidão curiosa.²

A primeira comemoração da nova devoção do Mês da Maria em São Luís do Paraitinga, em maio do mesmo ano, permite reunir estas imagens num contexto mais amplo:

A notícia, em si, parece banal ao leitor contemporâneo. Um correspondente do *Taubateense* relata que a iniciativa se deve ao padre mestre Francisco Gonçalves Barroso, vigário da paróquia e diretor do Colégio São Pedro (que fechará suas portas em dezembro deste mesmo ano). O redator enumera as práticas religiosas diariamente cumpridas durante todo o mês, de manhã e pela noite. O mês mariano termina com missa solene na pequena Capela das Mercês, em que alguns alunos do Colégio São Pedro e todos os alunos da escola pública de Latim e Francês fazem sua primeira comunhão. A capela está engalanada, gratuitamente decorada por Joaquim de Sales Toirinho e por muitas senhoritas que oferecem à Capela lindos ramalhetes de flores artificiais, "tudo belo e sublime e o povo contentíssimo".³

É preciso sacudir a impressão de banalidade e ler esta primeira festa do mês de Maria como algo novo, que forçando o tecido da tradição, age de alguma forma sobre o equilíbrio social. Eduardo Hoornaert, coordenador da Comissão da História da Igreja na América Latina - seção Brasil - assinala que a devoção portuguesa de Nossa Senhora é particularmente importante para uma História do Brasil, e sugere a pesquisa em busca dos diversos significados que a imagem de Maria vai assumindo ao longo dessa história. Por outro lado, ao abordar a instituição familiar colonial, Hoornaert destaca a importância da mulher - branca, negra e índia - na transmissão informal dos valores básicos da cristandade, transmissão de vivências que nem sempre se explicitam na documentação escrita pelos homens.⁴

A instituição do mês mariano pela alta hierarquia católica data dos meados do século XIX. Tal como no século XVI em reação à Reforma, o papado reage à Revolução em 1814, reorganizando a Companhia de Jesus (que fora dissolvida em 1773). A revolução de 1848 provoca uma guinada brusca nas posições de Pio IX que se tornam claramente contra-revolucionárias, anti-liberais e ultramontanas. Ultramontanismo e galicanismo deixam de representar a oposição entre as igrejas de Roma e Paris para designar a luta em escala mundial entre a Ordem (burguesa) e o Progresso (burguês). A política de romanização da cristandade ocidental, consistindo no estreitamento das relações entre os bispos e o papa e no reforçamento do controle clerical sobre a religiosidade relativamente autônoma do povo, entra forçosamente em choque com os interesses do Império do Brasil.

A supressão dos noviciados em 1855, além de visar a encampação dos bens das ordens religiosas pelo Estado através da lei de "mão morta", elimina o risco de rejuvenescimento do clero brasileiro. Não é contraditória a atitude imperial de convidar missionários católicos estrangeiros para aldear índios e enquadrar as massas plebéias do interior do país, ao mesmo tempo em que permite a organização dos cultos protestantes em colônias de imigrantes: o Estado imperial também quer a Ordem, mas não admite, por isso mesmo, um clero nacional mais obediente ao Vaticano que ao Governo. É neste contexto que ganha sentido a imagem da freira a navegar no carnaval tau bateano de 1862: enquanto o Império corta o oxigênio das ordens religiosas femininas tradicionais brasileiras (clarissas, ursulinas, concepcionistas, carmelitas descalças), busca na Europa as religiosas de novas congregações como as irmãs de caridade e as dorotéias.⁵

A devoção especial de Maria no mês de maio é parte da estratégia do papado visando arregimentar a cristandade através da mobilização das mulheres, demarcando nitidamente as fronteiras entre catolicismo e protestantismo. A difusão da festa do mês de Maria é rápida e se apóia na solena promulgação do Dogma da Imaculada Conceição (1854). Três anos depois da primeira comemoração em São Luís do Paraitinga, o *Cruzeiro do Brasil*, jornal católico, anuncia que a festa já atinge todas localidades do país, mesmo os povoados mais obscuros e desconhecidos.⁶

O clero de algumas províncias teria pensado na cele-

bração da festa no mês de setembro, mas afinal se impõe o mês de maio, por razões que Hornaert não se preocupa em elucidar, mas que sugerem uma atitude nacionalista nesta resistência contra a supremacia do calendário setentrional sobre o meridional.

Praticamente todos os estudos relativos às festas de primavera remetem às tradições européias do mês de maio. Em Portugal as maias eram festas antiquíssimas que celebravam a volta da vegetação e da fartura e se caracterizavam pelas giestas com que se adornava a frente das casas. Uma postura da Câmara de Lisboa, de 1385, proibindo as maias e janeiras, pode ser interpretada como repressão aos componentes fálicos, agonísticos e orgiásticos da festa; esta só vem a desaparecer de fato em 1855 pela intransigência do clero ultramontano que introduz a devoção ao mês de Maria.⁷

No emaranhado de ritos ligados à celebração da primavera no Velho Mundo os folcloristas buscam a origem de várias festas luso-brasileiras, como a de Santa Cruz, representação cristã da árvore, mastro sagrado por excelência.⁸

É bastante evidente que o sentido repressivo da postura de 1385 e da recuperação ultramontana da maia de 1855 não se volta contra o simbolismo vegetal, mas especialmente às danças, jogos e torneios com que a juventude celebrava os prazeres do namoro e do sexo, que cantava, por exemplo:

**"Quanto maio acha nado
Tudo deixa espigado".⁹**

Porém, é possível a existência de um controle social sobre a sexualidade juvenil desde épocas tão remotas como as próprias maias e o carnaval: uma tradição medieval dizia que as crianças nascidas no dia 2 de fevereiro, isto é, nove meses após o primeiro de maio, em pleno período carnavalesco, seriam loucas.¹⁰

É, pois, contra este pano de fundo histórico que se pode buscar o significado do gesto daquelas moças de São Luís do Paraitinga que, em maio de 1862, oferecem lindos ramalhetes de flores artificiais à Capela das Mercês. A festa de maio celebra a fecundidade e a feminilidade; as donzelas oferecem à coletividade (ou melhor, à pequena parcela da sociedade cujos jovens têm acesso aos estudos; a Capela das Mercês, pequena, caracteriza bem o caráter elitista da festa) aquilo que simboliza mais perfeitamente as qualida-

des que delas são esperadas como eventuais esposas e mães de família. O sacerdote, representando a Ordem, canaliza a festa para um local precisamente recortado no espaço social, reforçando assim um controle bem mais rígido sobre a sexualidade que só será legítima quando enquadrada pela família e pelo poder (Estado e Igreja).

Trinta e oito anos mais tarde, a nova devoção já se encontra firmemente ancorada na tradição e mantém um caráter elitista evidente: "Acode ali o selected da sociedade: e tanto bastaria para compreendermos a racionalidade desta festa", comenta o jornal *A Cidade de Taubaté* que, aparentemente, não segue a orientação ultramontana do clero local, mas interpreta o catolicismo à luz da Psicologia Mística, "sem preconceitos, sem fanatismo, sem hipocrisia".¹¹

Em 1904, comemora-se com muito brilhantismo os cinquenta anos do Dogma da Imaculada Conceição. Em Taubaté, a festa reúne as várias irmandades religiosas sob o comando da senhora Maria José de Mattos, presidente da Arqui-confraria do Sagrado Coração de Jesus e da Pia União das Filhas de Maria. Na procissão do dia onze de dezembro, destacam-se as Filhas de Maria, a irmandade da Santa Infância e as crianças do catecismo. Todas as moças e meninas vestem-se de branco; rodeando o andor em forma de rosa dentre cujas pétalas surge a imagem de Maria Imaculada, as Filhas de Maria figuram com flores os quinze mistérios do rosário, numa simbologia floral hiperbólica. O evento mais espetacular ocorre no interior da igreja, quando no momento em que duas meninas coroam a imagem sobre o trono, os sinos e campainhas repicam festivamente, chovem pétalas de flores, o coro canta *Tota pulchra es Maria*, abre-se uma nuvem e desce um anjo que desdobra uma faixa onde se lê (em francês!) "*Je suis L'Immaculée Conception*".¹²

Da nova devoção resulta logo uma organização juvenil feminina, também centrada, inicialmente, nos estratos superiores da sociedade. Em 1908, em Taubaté, as Filhas de Maria se reúnem no Externato São José, sede de sua congregação, na manhã de 31 de dezembro, e dali vão, todas de branco, em cortejo com estandarte e distintivos, entoando cânticos, ao Asilo onde assistem à missa solene fazendo companhia aos pobres. À tarde, sempre em cortejo, dirigem-se à igreja matriz onde assistem ao *Te-Deum*; é provável que muitas delas participem à noite como pastorinhas nos festejos de Reis pelas ruas, visitando os presépios expostos em grande número de residên-

cias. No dia seguinte, novo cortejo; agora precedidas por uma legião de criancinhas vestidas de branco portando doces e flores, as Filhas de Maria cruzam as ruas da cidade pelo meio dia e vão de novo ao Asilo onde distribuem aos pobres os doces, flores e peças de roupas que elas mesmas confeccionaram. Além das moças, que pertencem às principais famílias, tomam a palavra Monsenhor Nascimento Castro e o chefe político do município. Outras doações são feitas também ao Hospital de Santa Isabel, totalizando 226 peças de roupa.¹³

Em São Luís do Paraitinga, a comissão encarregada pela arrecadação de donativos e esmolas para a organização do mês de Maria em 1909 é formada por seis moças cujos sobrenomes revelam inequivocamente famílias abastadas ou pelo menos influentes na política municipal. A festa de maio do ano de 1912, a se julgar pela notícia do *Lábaro*, é particularmente brilhante, com iluminação à base de acetileno e profusão de flores naturais na igreja matriz; o pregador, como de regra, exalta a glória da Virgem e as virtudes da Sagrada Família; na procissão de encerramento do mês, comparecem a Irmandade de São Benedito, os alunos do catecismo com um riquíssimo estandarte de gala, e muitas gentis senhoritas, todas trajadas de branco junto ao andor da Virgem.¹⁴

Enquanto a devoção do mês de maio se organiza a partir de uma resolução papal, introduzida pelo clero romanizante e congregando de preferência as jovens da "sociedade", a iniciativa na montagem dos presépios é apanágio das moças de qualquer condição social. A imprensa ilustrada, no afã de criticar a tradição, visando barrar a intimidade da família burguesa à visita pública, apela frequentemente à ironia contra as moças:

"aquelas que não são mais procuradas procuram ... um meio de serem vistas, e no esforço de uma luta que lhes custa bons cabelos brancos, descobrem o presépio. A idéia é soberba, mas infeliz. Infeliz porque não há uma só moça que faça presépios que se case".¹⁵

As festas de Natal giram em torno do namoro e, portanto, não é a criança e sim a juventude o principal grupo de idade associado à tradição dos presépios; somente a partir da guerra mundial é que começa a se introduzir, com a distribuição de brinquedos e a

árvore de Natal, um novo sentido à festa. O fenômeno das moças que não se casam por se dedicarem - talvez com melhores resultados que as outras - à confecção de presépios é generalizado e frequentemente citado na literatura (Jorge Amado, por exemplo, em *Gabriela cravo e canela*, se refere às irmãs Quinquina e Florzinha e seu presépio em Ilhéus, antes do cacau). Uma indicação segura para a relação entre festas natalinas, namoro e casamento, é o diário de Helena Morley: no natal de 1895, suas tias maternas (o pai é inglês) relatam como seu pai (o avô materno de Helena) contratava o casamento de duas filhas numa festa de Natal e realizava os casamentos no Natal seguinte, ocasião de novos noivados.¹⁶

As moças. Tradição e patriotismo

Nas grandes festas religiosas anuais, além da participação das jovens como segmento específico, Filhas de Maria, a tradição reserva um papel importante às moças vestidas de branco, virgens que normalmente acompanham os anjos. Na dramática procissão do Enterro, à noite de Sexta-Feira Santa, duas jovens representam as santas mulheres Verônica e Madalena em momentos de intensa comoção coletiva. Ao final da Semana Santa, meninas e moças promovem a coroação de Nossa Senhora, depois da malhação do judas por meninos e rapazes.

Na esfera profana das festas religiosas, as moças se ocupam com leilões de prendas. O leilão é uma situação festiva que organiza e legitima a expressão de rivalidades entre membros da comunidade, fazendo subir os lances em desafios que resultam em mais recursos para a festa. Aqui, trata-se de organizar e legitimar a competição dos homens na aquisição de prendas publicamente identificadas, por metonímia, com moças solteiras. Os bailes e soirées que normalmente prolongam o último dia da festa, enfatizando simbolicamente a circulação das mulheres, momento excepcional de acumulação daquilo que Pierre Bourdieu chama de capital social, serão tratados mais adiante.

Como as festas cívicas da República recorrem às crianças da escola pública, a participação de moças como segmento específico não é evidente em São Luís do Paraitinga, onde só há, no período, a escola primária. No entanto, não é certamente em função, apenas, de sua maturação intelectual que algumas alunas do 4º ano são

designadas para atuar em momentos decisivos, como, por exemplo, desfaldar a bandeira diante dos meninos fardados que desembainham suas espadas, conforme prevê o programa da festa da Bandeira de 1909 em São Luís do Paraitinga.¹⁷

Em meio à intensa campanha nacionalista pela entrada na guerra contra a Alemanha, que se desenvolve especialmente após a greve geral de São Paulo, surgem associações patrióticas juvenis femininas com tarefas de apoio logístico às Ligas de Tiro e ao escotismo. Em Taubaté se organiza a Cruz Vermelha em agosto de 1917; em São Luís do Paraitinga, são as professoras do Grupo Escolar que providenciam uniformes e bandeira para os escoteiros; uma comissão feminina composta por senhoritas da "sociedade" organizam um baile e fazem correr listas para constituir um fundo com vistas à aquisição de fardamento para os rapazes mais pobres da Linha de Tiro.¹⁸

Feminino, social

Uma lúcida questão levantada pelo americano Thomas Ewbank ao observar a faina das escravas na quarta-feira de cinzas, no Rio de Janeiro, em 1842, introduz o tema da mulher negra na festa:

"As lavadeiras não têm um santo que lhes sirva de padroeiro, mas mereciam-no, pelo menos para libertá-las uma vez por ano do tanque de lavar roupa. Nenhuma classe tem maiores reivindicações a fazer à Igreja, nem aos próprios santos. Sem elas, não se pode realizar uma missa nem uma festa. As festas são saudadas como bênçãos por todos os outros, mas para as lavadeiras, o que oferecem? Ao se aproximarem, exigem trabalhos adicionais e, ao terminarem, não deixam outra coisa senão pilhas de roupas sujas".¹⁹

As bem-humoradas descrições do entrudo carioca pelo mesmo Ewbank, e do entrudo baiano por Mello Moraes Filho, entre tantas outras, fornecem muitas evidências de uma intensa participação feminina. Ewbank, na qualidade de hóspede estrangeiro, vê-se repentinamente envolvido numa verdadeira guerrilha doméstica: as mãos que usualmente costumam, bordam, limpam, cozinham, lavam, engomam e pas-

sam rebelam-se e pregam duram supresas aos tradicionais usuários do conforto doméstico. Mello Moraes Filho, por seu lado, descreve a complexa rede de tarefas femininas ligadas à infraestrutura do entrudo, especialmente a produção, distribuição e consumo das laranjinhas de cheiro. O francês Ferdinand Denis, escrevendo em 1838, também repara uma singular mudança de comportamento das jovens brasileiras durante o carnaval: de ordinário melancólicas, vivendo retiradas, graves e tímidas, tornam-se risonhas e agressivas. Vendendo laranjinhas, a mulata observada por Mello Moraes Filho canta:

"Quem entruda seu amô
É sinal de intimidade;
Iaiá, entrude a ioiô,
Para lhe ter amizade.
É de iaiá, é de ioiô,
Quem qué entrudá seu amô..."²⁰

Talvez Thomas Ewbank, por experimentar apenas as surpresas do entrudo no ambiente branco e aburguesado em que se hospedava, não tenha percebido que, afinal, escravos e escravas participam intensamente do entrudo, inclusive por ser o grupo mais diretamente ligado aos chafarizes e às tarefas rotineiras de transporte de água limpa e dejetos.

Em São Luís do Paraitinga e Taubaté, excetuando-se os textos cruamente proibitivos das Posturas Municipais, não foram encontradas referências detalhadas à participação de escravas e escravos no entrudo. O projeto anunciado pelos discursos conservados na documentação do período 1888-1918 sugere a evolução da mulher escrava em direção ao destino radioso do trabalho doméstico na casa burguesa. Já foi visto acima como os proprietários de escravos de Taubaté e outros municípios (não é o caso de São Luís do Paraitinga) se antecipam, alforriando seus cativos sob a condição de continuarem prestando serviços remunerados. Também já foi visto como imediatamente após esta emancipação, a polícia, entusiasticamente apoiada pela imprensa, recorre à intimidação e humilhação para forçar os libertos, especialmente as mulheres, a tomar uma ocupação - geralmente como cozinheiras e criadas.

Mais cruel é o estigma da perversão moral da negra. O conservador **Diário Paulista**, enaltecendo o generoso povo de Taubaté pela alforria geral dos escravos, finge ignorar o óbvio, isto é, a

secular utilização sexual da escrava pelos senhores e sinhozinhos, e designa a ex-escrava como raça, natureza e instinto voltados para o mal, vícios hediondos, etc. Conformando-se à nova conjuntura, o jornal aponta apenas duas alternativas para as libertas: o trabalho ou a prostituição. E, em ambos os casos, urge que as autoridades tomem a si a tarefa de educar os filhos daquela que não é sequer uma vez nomeada mãe. Enquanto isto, em Campinas, a imprensa está elegendo a moça mais bonita.²¹

O **Liberal Taubateense** logo constata o surgimento de novos bordéis para onde se dirigem as libertas em grande número. Algumas boas famílias estariam sofrendo o vexame de se verem forçadas ao trabalho doméstico, por falta de criadas.²²

Em setembro de 1892, o **Jornal do Povo** propõe, a bem do estabelecimento do serviço doméstico e do decoro público, que todo assalariado seja obrigado a dormir em casa de seus patrões, e que a polícia fiscalize mais rigorosamente os cortiços em que se amontoam os negros.²³

O **Noticiarista**, monarquista, deplora as consequências da lei de 13/5/1888 que, além de desorganizar o trabalho agrícola, estabeleceu a vadiagem nos centros urbanos; os criados tornaram-se insolentes e exigentes. As criadas, consideradas negligentes e inábeis, chegam a receber 15 ou 20\$000 ao mês (o salário diário na colheita de café é de 1\$200 com comida ou 2\$000 "a seco" nas fazendas da região em agosto de 1891). O jornal aplaude o intuito muito louvável da polícia que traz à força para a cadeia todos os desempregados que encontra nos subúrbios. Pessoas bem intencionadas, "pretendentes necessitados e mesmo de contento fácil", recolhem a seus lares esses "indivíduos sujos, mal encarados, sem profissão definida", mas em vão: logo retornam à ociosidade ... O jornal sugere o último recurso, uma lei categórica que estabeleça a obrigatoriedade do trabalho, para livrar os patrões do cruel flagelo que os martiriza desde o 13 de Maio.²⁴

A imprensa refere-se a partir de então à mulheres negras de forma sempre zombeteira: são as "13 de Maio" nas festas religiosas e cívicas; ou são as "horizontais". Em 1892, uma Academia Livre de Ciências Coreográficas promove bailes populares durante o carnaval, no teatro São João. O **Noticiarista**, na oposição, denuncia

os bailes como orgias frequentadas por meretrizes e devassos, inclusive pelas autoridades policiais. Em outubro, quando a Academia parece ter sido dissolvida, o jornal declara que se tratava de uma criação do delegado de polícia, Fernando de Mattos, e que se bailarinas não passavam de prostitutas negras.²⁵

Órgão oficial da Câmara, o **Jornal Oficial** que circula entre 1906 e 1908 faz um balanço semanal das atividades da polícia; a tônica é a repressão contra a vadiagem, embriaguez, desordem, mendicância; a discriminação contra os negros é ostensiva:

"Quarta feira, dez vadios, oito pretas e dois pretos, dançavam fazendo grande vozeria, ao som de uma sanfona, em um botequim da rua do Patrício (...) presos no palacete do Largo da Forca para continuar alio fandango".²⁶

Em São Luís do Paraitinga, **O Luizense** ora reclama, ora aplaude atitudes enérgicas da polícia contra "vagabundos, bêbados e meretrizes de ínfima espécie que infestam esta hospitaleira cidade". Mas não há maiores referências que permitam destacar da massa indiferenciada da "gente da cor", ou das "13 de Maio" a que rara e sempre ironicamente a imprensa faz menção, o papel das mulheres negras jovens na festa.²⁷

Um tema que mereceria aprofundamento são algumas evidências esparsas da diferença - tão óbvia que não se julgava então necessário comentar - entre as posturas corporais da coletividade negra e aquelas, muito mais contidas, com que a "sociedade" busca maior diferenciação e distância. Quando o preto Justino da Silva fere sua esposa Inácia da Silva com uma faca, na fazenda Santa Maria, interessa à imprensa apenas a nota cômica: Inácia é transportada por um homem (provavelmente outro negro) até a cadeia para o corpo do delito, "e manda a decência que se diga que a posição em que era conduzida era imensamente indecente" - a jovem mulher negra, ferida, vem montada aos ombros do portador.²⁸

Uma crônica assinada por Nazareth Menezes, descrevendo uma noite de São João em 1907, enfatiza essa diferença. A redatora vê lá em baixo, num subúrbio de Taubaté, a igreja de Santa Cruz - branca como a crença imaculada do populacho simples. A língua monstruosa da fogueira contrasta sensualmente com a castidade alva das torres brancas; Nazareth Menezes passeia agora por uma estrada poeirenta sob o luar casto e velado da noite fria. Junto à estrada, vê

uma festa de negros: perto da grande fogueira, uma enorme roda julga dançar aos pinotes, num movimento desigual e gaiato, aos encontros, dando umbigadas valentes, ao rufo compassado do tambu, acompanhado pelo chocalhar das puítas. O estribilho gritado por aqueles corpos negros, atingidos pelos reflexos avermelhados da fogueira crepitante, cabriolando na festa dantesca, registrado pela literata branca, revela uma percepção singularmente ambígua da festa de São João:

"Negro é burro é burro memo
 Nem sabe ganhá denero
 Foi São João que ensinô
 O negro varrê terrero".

A dança pára, os negros bebem xícaras de gengibrada quente estalando a língua. "Há um momento de descanso para depois continuar a dança macabra. Uma negra pula para o meio do povo, abre-se a roda e ela requebrando ancas, num movimento indecente de quadris, rompe o canto com voz dolente e arrastada:

'Sapo macho não tem bunda...
 e ao rufar do tambu move-se a parceirada toda em
 [coro:
 'Não tem, não tem, não tem ..."

Nazareth Menezes retorna à cidade enquanto sua alma, num sonho de poesia e amor, viaja muito longe, numa fantasia doida despertada por essa noite dedicada ao rude profeta decapitado.²⁹

Como deveriam andar as mulheres? Em cinco colunas, O Luizense divulga em São Luís do Paraitinga, no natal de 1904, uma síntese da série de conferências de Mrs. Josef Conn nas Grafton Galleries de Londres. Um andar ideal, tinham-no constantemente as mulheres gregas: passo lento, mas firme e cheio de dignidade. A moderna pavimentação das ruas e as muitas obrigações, deveres sociais e negócios, reduzem os movimentos dos quadris que acrescentavam certamente muita graça ao passo das gregas e romanas. O método da senhora Conn é um sistema de caminhar que adapta o andar grego às exigências modernas; corpo ereto, modo firme e vigoroso de pisar, peito bem aberto e braços graciosamente dispostos.³⁰

Os conselhos às moças, curiosamente, procedem sempre

de fora da condição juvenil, por vezes mesmo de fora da condição feminina. De Lisboa, Maria Amália Vaz de Carvalho escreve longa carta a uma noiva. A lua de mel é uma mentira, muitas vezes não passa de uma dolorosa iniciação. A paz doméstica se conquista com esforço de parte a parte. A palavra mágica é: sacrifício. A conselheira aponta para a cozinha, local em que se fabrica a felicidade ou a ruína de um casal. A mesa relaciona-se com três questões de alta importância: a saúde, a economia, a fidelidade do marido... O caldo feito sob a direção da boa esposa (atenção: nem cozinheira estúpida e suja, nem cozinheiro altivo com nomes franceses!) pode enternecer o marido que talvez não saiba apreciar as sábias arquiteturas do seu penteado ... Receituando o caminho do sacrifício que conduz à apoteose, Maria Amália Vaz de Carvalho dissolve cuidadosamente as ilusões das jovens que sonham com o enxoval, as rendas, sedas, piano, bordado.³¹

A baronesa Staffe desenvolve uma argumentação mais prosaica: as despesas com alimentação são as que devem ser mais escrupulosamente regradas. Evite-se ao máximo as oscilações; há que se proceder como gente civilizada e não como os miseráveis selvagens do continente negro, que vivem entre a fome e a indigestão... "A cozinheira deve consagrar-se de todo o coração ao seu ofício", cita esta baronesa que não vê nenhum problema em reduzir a condição feminina àquilo que ela chama mulher econômica, e que, pelo visto, não passa de um ofício doméstico burguês.³²

Já o comendador Barriguinha ensina às moças alguns procedimentos químicos simples para se verificar falsificações no açúcar e no chá comprados no armazém. Ao invés do francês macarrônico, os colégios deveriam oferecer às moças um curso de Química Culinária, tal como se faz na Holanda.³³

Pena amestrada nas lides da imprensa, Anália Franco publica no *Jornal do Povo* um longo artigo, *O ensino complementar e profissional da mulher*, em 1890, incentivando a criação da primeira escola primária gratuita para o sexo feminino no município de Taubaté. O século XIX aniquilou todas as escravidões e repele todas as tiranias com o avanço da civilização; aumentam as comodidades e surge a necessidade do trabalho feminino. A mulher deve ser arrancada à educação mística e à doce beatitude do lar. Aliás, a áspera batalha cotidiana já o faz, e a mulher pobre se vê obrigada a ocupar o posto do soldado raso e a lançar-se na vertigem do trabalho; amestrada,

a pena de Anália Franco não vê contradição entre o progresso das comodidades e a aspereza desta batalha cotidiana. As filhas das proletárias não compreendem para que lhes serviria a escola, visto que suas mães não precisaram dela para viver, e abandonam os bancos escolares a fim de se empregarem nos misteres que competem à mulher, quase sempre vulgares, rotineiros e mal remunerados. Tornam-se assim condenadas à eterna dependência, seres passivos inábeis, inconscientes e às vezes incoerentes perdidos numa sociedade que se caracteriza pela miséria de muitos face à prodigiosa acumulação de fortunas de alguns.

Dona Anália Franco tem por modelo o homem: urge desenvolver na mulher as qualidades masculinas, em especial o hábito do trabalho, desse trabalho que se transforma insensivelmente em um estado de atividade contínua, espécie de segunda natureza ... Acreditaria esta pena amestrada que os homens devem fortuna ao trabalho.³⁴

Numa outra série, *Notas sobre a educação feminina*, dona Anália Franco discute a desigualdade entre os sexos, numa perspectiva sempre evolucionista, porém um pouco menos ingênua. Nunca as qualidades altruístas e beneficentes da natureza humana foram postas em tal relevo quanto no século XIX. Os direitos da mulher, no entanto, só serão conquistados nos estádios mais adiantados da humanidade; e no Brasil, onde parece predominar a mórbida estagnação da alma oriental, a situação é ainda mais difícil. As brasileiras aceitam passivamente a condição de seres frágeis e ineptos, sem vontade livre - e, além disso, o desprezo masculino vem dificultar ainda mais a sua elevação moral e intelectual. Considerando-as sem dúvida como criaturas excepcionais aquelas que lhes são simpáticas, os homens não poupam os mais acerados epigramas amesquinhando as demais mulheres.

"Assim, com o indiscreto e sôfrego empenho de fazer espírito eles tornam-se de uma crueldade excessiva na ironia e no sarcasmo, esquecidos de que os erros daquelas a quem tudo devem não são mais do que um reflexo de suas próprias culpas. E por isso o esquecimento da consideração devida à mulher, o atraso e abandono em que deixaram a sua educação, constituem uma das principais fontes donde promanam muitos dos males que pesam sobre a ge-

ração atual. Todos os defeitos e lacunas que se notam na educação da mulher afetam desfavoravelmente na educação do homem, e de um modo bem mais funesto do que em geral se pensa."³⁵

A crítica serena de Anália Franco soa atual ainda hoje. Também persiste no ideário contemporâneo, mais de um século após a divulgação do panfleto *O Direito à Preguiça* de um genro latino-americano, algo irrequieto, a confiança nas virtudes redentoras do trabalho, tão característica do século XIX europeu.

O *Luizense* publica em março de 1905 um texto de Souza Bandeira, discurso feminista proferido por um homem. Cresce a população e escasseia a alimentação: este é o verdadeiro esqueleto de toda a questão social. Nesta contingência, surge a mulher reclamando o direito ao trabalho; nenhum problema social tem como este tão sérias consequências. Aguilhoada pela fome, move-se a nova mulher. O advento da burguesia nas sociedades modernas criou um meio termo entre as marquesas do Antigo Regime e as mulheres do povo que hoje, como antes, continuam a mourejar na massa sombria da multidão de que não se divisa o sexo. É dentre esta massa que despontam as anarquistas incendiárias. A mulher burguesa tem da fidalga a sensibilidade e a cultura, e da mulher do povo as privações e a necessidade de ganhar o pão. Não se preocupa Souza Bandeira com a emancipação política desta nova mulher, inoportuna enquanto não se ensinar ao sexo masculino, culto ou inculto, os deveres do cidadão.

"Para a mulher que não pertença ao povo, a cuja educação e cultura repugnem os trabalhos manuais, mas que precisa ganhar a vida, muito poucas profissões estão abertas, e principalmente no nosso país, pouco mais tem que escolher entre viver eternamente como parasita de outrem ou atirar-se à prostituição". O magistério, os trabalhos manuais e o casamento são as únicas alternativas, e nem todas as mulheres têm vocação ou aptidões para as duas primeiras. E se a mulher quiser viver só e independente, como atravessar a vida com decência e dignidade? Contra suas pretensões ao trabalho não manual, argumenta-se com a apregoada fragilidade feminina e com sua suposta inferiori-

dade intelectual; Souza Bandeira rebate: não há "prova de maior fortaleza (que) poder resistir a todas as tentações do mundo conservando uma virtude de que o homem não é capaz". E: "Uma mulher pode ser rainha ou imperatriz, mas se pretender um lugar de contínuo em uma repartição é-lhe vedado isso em virtude de sua inferioridade intelectual em relação ao homem!". Finalmente, o exercício de uma profissão liberal em nada impediria uma dona de casa de ocupar-se com os elevados deveres de mãe de família. Mas: "feliz da mulher que não precisa ganhar a vida, pois enquanto houver pai ou marido cabe esta indeclinável obrigação ao homem".³⁶

A grande questão social de Souza Bandeira é, portanto, a ausência de direito ao trabalho não manual para senhoras burguesas independentes. As demais mulheres, casadas ou não, já estão usufruindo plenamente de seu direito sagrado - na enxada, nas bicas d'água, nas fábricas. Por esta época, o trabalho feminino e infantil está sofrendo importante mutação na região. Os intermediários e comissários estão criando salões de escolhimento de café, onde mulheres e crianças vêm trabalhar em regime de estrito controle e disciplina, em condições inteiramente diversas daquelas do trabalho feito até então em casa.³⁷

A imprensa dedica, no entanto, muito maior atenção a transformações de outra natureza:

"Taubaté vai estreiar a 'jupe-culotte'. A estréia é devida exclusivamente ao esforço dos senhores Magalhães & Sene, proprietários da 'Favorita'(...) negociantes de fazendas e modas.(...)Pode-se afirmar a jurar até, que de sexta-feira em diante poderemos apreciar a moda vaiada em Paris e proibida na Alemanha. (...)No Rio, ao aparecimento da primeira saia-calção, houve quase uma revolta. Para dispersar os desocupados que a seguiram vaiando, tornou-se necessária a presença da cavalaria. [Em São Paulo, ao contrário, a modista que vai ao Hipódromo juntar-se à multidão que assistia a

exibição do avião Plauchut, recebe aplausos por sua saia-calção]. Agora Taubaté vai inaugurar a 'jupe-culotte'. Vesti-la-á pela primeira vez nesta cidade uma senhorita (...) filha de distintíssima família, e um dos elementos mais ricos de nossa sociedade".

O redator Lúcio espera que Taubaté dê provas de sua superioridade em matéria de civilização, como São Paulo, e acolha nobremente a nova moda, tão higiênica, tão decente e tão elegante.³⁸

A cumplicidade entre Lúcio e os proprietários da loja Favorita é tão evidente quanto a estratégia de conquistar a clientela de mais alta renda. Mas um resumo da monografia apresentada pela baronesa de Montenach ao conselho da Federação Internacional das Ligas Católicas Femininas, feito por Affonso Celso a partir de resenha lida na revista *Le Correspondant*, em 1913, acrescenta outros elementos para a visualização da trama de interesse envolvidos no fenômeno da moda:

Os negócios de modas prosperam como nenhum outro em Paris. Há um século, havia ali 1.500 costureiras, e agora há 5.000 casas de modas, com 20.000 assalariados. Há cerca de 10.000 operárias chapeleiras, e no ramo de plumas e flores especulam 800 casas, empregando 14.000 trabalhadores. As consequências desta expansão industrial sobre algumas espécies animais, como os crocodilos e toupeiras, por exemplo, podem ser ilustradas pelo que ocorreu com as toupeiras da Normandia: compradas por um preço equivalente a 100 réis a peça, em um mês e meio foram vendidas 1.800.000 a um grande fabricante parisiense.³⁹

Em 1918, *O Norte* transcreve em quatro capítulos um bombástico artigo de Max Nordau, do *Boletim Mundial*: **A mulher de calças**. Ao final do artigo, Max Nordau desenvolve um raciocínio sugestivo. Haveria, desde a época neolítica, dois tipos de vestuários na Europa - o nórdico e o mediterrânico. A civilização antiga, que adotava o vestuário mediterrânico, túnica ou toga, ao sucumbir sob as invasões bárbaras adota o traje bárbaro, as calças. Mas apenas os homens; com as mulheres, teria ocorrido fenômeno em sentido contrário, as nórdicas adotando o traje mediterrânico em sinal de respeito pela superioridade cultural dos vencidos. Hoje, quando as mulheres de todas as latitudes passam a vestir calças, Max Nordau vê aí o tri

unfo final do Norte sobre o Sul.⁴⁰

Um ano antes, a imprensa havia divulgado um estudo do professor Max Baff, membro da Associação Médica Americana e lente catedrático de Psicologia no Colégio Klark, de Worcester, relativo à moda feminina. Segundo o cientista social, a mulher permanece num estado semi-selvagem, pré-histórico em relação ao homem; enquanto este abandona as extravagâncias, a mulher mantém a mesma necessidade de se ataviar encontrada entre os povos primitivos. O professor Baff, em nome da civilização e do progresso, recomenda às mulheres que vistam calças como os homens, cortem curtos os cabelos e abandonem por completo os enfeites femininos. Como se vê, as duas teorias tomam por suposto a superioridade masculina, metáfora da hegemonia mundial da sociedade burguesa industrial.⁴¹

Os rapazes. Classe social e recrutamento

As discussões a respeito da moda feminina interessam, pelo visto, muito mais aos homens que às próprias mulheres. Curiosa é a completa omissão dos jornais em relação à moda masculina, que obedece aos ditames da indústria inglesa. A questão de como devem se vestir as mulheres se insere nos quadros mais amplos de controle social do homem sobre a mulher, da burguesia sobre a sociedade.

O papel tradicional de controle dos comportamentos sexuais pela juventude masculina, na Europa, tem sido posto em evidência nos estudos sobre o charivari⁴². No Brasil, é provável que algo equivalente se manifeste na malhação de judas, que nem sempre designa um inimigo político da coletividade, como por vezes se supõe. Dentre os registros escritos, os pequenos jornais ditos infantis ou juvenis, na maioria dedicados explicitamente "ao belo sexo", ocupam o essencial de seu espaço com o namoro, à moda e os mexericos, exercendo um rigoroso policiamento dos costumes ditado por padrões morais conservadores ao extremo.

Jornaizinhos de curta duração, raramente se tem acesso a uma coleção completa, e sua leitura, passados tantos anos, é frustrante, visto que as questões certamente mais polêmicas e agu-

das são apenas insinuadas. Uma pequena advertência como esta: "Casal da rua Coronel: até beijo! Cuidado ou falaremos mais claro", ou uma vinheta representando um quépi militar junto a uma charada: "Na rua Barão, quem adivinhar ganha um pão" [entrevista com Xinica, 1981] - são ameaças contra casais ilícitos, questões que podem explodir com extrema violência e conduzir a crimes passionais.⁴³

Uma paródia à Canção Militar sugere, mesmo que exageradamente, o papel agressivo que a "juventude dourada" ligada aos jornaizinhos desse tipo assume:

"Nós somos da farra assíduos
 Fiéis bandidos andando em pencas ...
 Metemos a mão na cara
 Se nos dirigem qualquer afronta
 A farra queremos para sempre ...
 Mas em qualquer festa
 Em que tomarmos parte
 Entraremos, entraremos sem rumor
 Como é gostoso pancadas dar!
 Lá em um canto sentado,
 Nosso baralho jogar ..."⁴⁴

Uma campanha encetada em Taubaté por dois jornaizinhos - O Lírio e O Neco - ditos infantis, dirigidos por taludos petizes, como descreve amigavelmente O Norte, jornal adulto que adere à campanha, esclarece bem o sentido desse controle exercido por uma certa juventude masculina sobre os costumes:

Trata-se de censurar os pais e tutores das jovens taubateanas, que não estão lhes ensinando o sentimento do pudor. O escândalo contra o qual se batem os jornais (onde estão sem dúvida boa parte dos redatores dos jornais adultos) teria ocorrido quando algumas moças se deixaram fascinar com surpreendente facilidade pelos artistas de uma companhia de circo de cavalinhos. Pelo visto, são moças da boa "sociedade", pois uma delas, vista aos prantos ao despedir-se do palhaço da companhia, é provavelmente uma professora.⁴⁵

A juventude masculina - talvez não apenas aquela burguesa e pequeno-burguesa - recorre ao moralismo agressivo e conservador quando se trata de afirmar os seus direitos sobre as moças caseiras da coletividade, contra as interferências de homens casados e de forasteiros.

Como há rígidas barreiras dificultando os contatos entre homens e mulheres na vida cotidiana, as festas são a principal oportunidade, quase a única, para o namoro. Os sacerdotes e os diretores das ordens terceiras recorrem a todos os meios possíveis para impedir o namoro no interior das igrejas, mas o combate parece inteiramente vão.

O vigário de São Luís do Paraitinga, no Relatório de 1906, tem um projeto de obras para a matriz, que visa especialmente suprimir "as detestáveis coxias, que servem somente para facilitar o namoro dentro da casa de Deus, e causa escândalo às pessoas piedosas"; mas, embora talvez não exatamente por isso, o povo não apresenta grande interesse pela obra, algumas pessoas respondem às distintíssimas senhoritas que pedem doações que precisam mais de esmola do que São Luís.⁴⁶

Em Taubaté, D. Epaminondas desencadeia campanha contra o namoro na igreja desde a primeira semana santa de seu episcopado. A estratégia é a separação dos sexos, cada sexo terá suas portas para entrar e sair do templo. A primeira batalha é ganha, mas eis como O Lírio, jornalzinho que se declara noticioso, crítico e infantil, descreve a Missa do Galo do Natal de 1913:

"Fui dar com os costados na Catedral. Eram 12 horas e estava prestes a missa do galo (onde vai muita gente devota do ... namoro). Repicou o sino; foguetes voaram aos ares e abriu-se afinal a grande porta (do templo). O povo, aglomerado, parecia querer ao todo em uma só vez ... Ih, que horror! Quantas massagens, quantos beliscões! O fato é que, assim meio aos trambolhões, não tardou o corpo da igreja a achar-se completamente repleto".⁴⁷

Os empregados do comércio constituem um segmento preponderantemente juvenil e masculino, assumindo comportamentos característicos ora de categoria profissional, ora de grupamento etário. Em 1907, quando um eclipse lunar confere clima especial à noite de 24 de julho, os comerciários parecem os principais protagonistas de serenatas que percorrem as ruas; um grupo mais exaltado espanca uma prostituta, outros estupram uma retardada mental. O Norte critica a polícia que nada impediu e pergunta se o eclipse teria efeitos afro-

disíacos.⁴⁸

Em outubro de 1911, ainda em Taubaté, a Câmara Municipal aprova lei determinando o fechamento das casas comerciais às 8 horas da noite, conquista importante dos comerciários. Por esta época, a Associação dos Empregados do Comércio está se reorganizando e o cronista Val de Lyrios comenta a trajetória da agremiação. Antigamente, as festas da Associação dos Empregados no Comércio eram as mais animadas da cidade, graças ao concurso das mais gentis taubateanas que faziam questão capital de aceder ao convite para o baile, para a conferência ou para a reunião promovida pelos caixeiros aos domingos. Mas, depois vieram os cinematógrafos e outros pontos de reunião, outras distrações, e os moços esqueceram a Associação. Agora, porém, a nova diretoria promove a revitalização: reforma da biblioteca, programação de saraus dançantes, o cronista sugere também conferências científicas ou literárias.⁴⁹

Outro grupo juvenil masculino que se visualiza com mais nitidez através dos órgãos de imprensa de Taubaté, são justamente os rapazes ligados às atividades jornalísticas. Tal como em São Luís do Paraitinga, trata-se praticamente do mesmo pessoal que pode ser encontrado nas repartições públicas, negócios forenses, escolas e estabelecimentos comerciais. O jornalismo não profissionaliza, e recruta seus redatores dentre o reduzido grupo de letrados do lugar. É possível, inclusive, identificar os jornaizinhos "infantis" como porta-vozes dos jovens redatores, relativamente livres da tutela sisuda dos proprietários do jornal "adulto". Mas a margem de liberdade é pequena, visto que o jornalzinho se publica geralmente como suplemento, ou, de qualquer maneira, na tipografia do jornal-pai. O diretor do suplemento "infantil" é, às vezes, o próprio filho do proprietário do jornal-pai, como se vê em São Luís do Paraitinga com *O Porvir*, rebento do *O Luizense*.

Nestor Mendes, publica duas crônicas em abril de 1906 no *Jornal de Taubaté*, trazendo a tona um outro aspecto da vivência de grupos juvenis desta época. Um primeiro texto, em versos, narra burlescamente um passeio a cavalo de Taubaté ao lugarejo de Quiririm. São os fundadores do *Grupo X*, nove moços gentis que cavalgam alegres e destemidos em linha direta para a festa e a comida. Nestor Mendes enfatiza o lado glutão do bando, e esta ótica reaparece no segundo

texto que merece uma leitura mais atenta. Recém-chegado ao Rio, onde fez o curso superior, Nestor Mendes escreve uma carta saudososa aos seus colegas do Grupo X. Taubaté lhe parece ainda muito mais interessante que a capital. "Aqui tudo me é tedioso e aborrecido! Ontem à noite, no Cassino, no meio da coqueterie de damas bonitas, ouvindo canções obscenas, cantadas por mulheres escandalosas, que a par da má escola de canto exibiam imoralmente as formas cheias e as pernas, eu senti, meus amigos, a dor da saudade forte". Ao fru-fru de sedas caras em corpos de neve ou de canela, o rapaz prefere a evocação da pândega provinciana - nenhuma referência às moças taubateanas, apenas aos membros do Grupo X. O ponto culminante da crônica é um suposto pesadelo da primeira noite carioca de Nestor Mendes:

"Éramos os dez gloriosos fundadores do Grupo e mais o meu distinto substituto, o querido Serra (...) Em carros de luxo partíamos para um pic-nic monstruoso, uma mastigação mãe ... Armadas já as mesas eu subitamente me transformei em um gordo presunto, vermelho como a calva do Silva e macio e bom como um discurso do Eusébio ou do Bentão ... O Adelmo e o Oscar arregalaram logo os olhos em me vendo presunto, prontos ambos para o ataque à minha gordura e à minha carne ... O Daniel preparou a faca, Joanito com Zé Ricardo fortemente me seguraram pelo osso e eu, presunto reluzente mesmo, pude ver a ânsia com que o Serra, o Honório, o Rabelo, o Juca e o Braga se acercavam da mesa para a minha morte, para o meu fim ... de presunto!

"E eu acordei suado, apalpando cuidadoso os quadris, como que para verificar se estavam intactos da faca do Daniel... Não dormi mais, pensando em vós, meus amigos..."⁵⁰

O canibalismo onírico-literário de Nestor Mendes, que evoca aquela do guloso Afrânio Peixoto, poderia ser objeto de uma leitura psicológica aprofundada⁵¹. Cabe aqui apenas aproveitá-lo como indicativo da afetividade ambígua que se desenvolve no interior dos grupos juvenis, especialmente em condições de rígida separação entre os sexos como aquelas do período e da região em estudo.

O processo que mais forçosamente interessa à compreensão da trajetória da condição juvenil masculina, no período 1888/1918, é o serviço militar. É surpreendente notar que são as mulheres o segmento social a adotar uma postura mais nitidamente definida diante desta instituição.

Contrastando com as figuras isoladas de uma ou outra mulher que se destaca ao diplomar-se em alguma profissão liberal, ou alistar-se como eleitora, exceções que reforçam a lei de bronze do monopólio masculino na direção dos negócios e na gestão política, uma longa série de movimentos femininos de massa demonstra que as mulheres não se deixam reduzir facilmente à função de mães, exclusivamente ocupadas na cozinha e na assepsia doméstica.

Em agosto de 1889, cerca de 300 mulheres invadem o local onde funciona a Junta de Alistamento Militar na freguesia de Conceição das Alagoas - município de Uberaba, MG - e inutilizam todos os papéis. Três anos mais tarde, já sob o regime republicano, o fato se repete na mesma localidade; agora se trata de 20 mulheres com o rosto untado de barro e com roupas estranhas, cuja (des) caracterização imprime um clima carnavalesco à cena. Esse tipo de ação direta parece ter sido bastante freqüente, desde pelo menos a promulgação do decreto-lei nº 2.556 de 26/9/1874 que visava criar o serviço militar obrigatório. Nuto Sant'Anna relata motins femininos a partir de 1/8/1875, em Minas Gerais: São Miguel, Santana da Ressaca, Lavras, Conceição do Turvo, Nazaré, Descoberto, São José d'el Rei (Tiradentes). Dez anos mais tarde, a 1/9/1885, idêntico movimento estoura em São Miguel de Ponte Nova do Rio das Velhas (Franca, SP). A extensão e importância destas manifestações concretas de desobediência civil liderada por mulheres devem ser muito maiores do que julgava Nuto Sant'Anna, e se apresenta como um tema sugestivo para um (a) historiador (a) feminista.

O surto de 1875 não se limitou a Minas Gerais, tendo inclusive coincidido com a revolta do Quebra-Quilos no Nordeste, e com a Questão Religiosa. Em 1917, sob intensa propaganda patriótica, e arriscando-se a uma repressão violenta sob acusação de traição, logo após o manifesto do presidente da República lido em todas as escolas públicas, um grupo do qual fazem parte muitas senhoras inutiliza os papéis da Junta de Alistamento Militar em Passa-Tempo, lugarejo vizinho à cidade de Oliveira (MG). É provável que este não

tenha sido o último incidente da série.⁵²

O recrutamento militar paira como a mais grave ameaça contra a comunidade rural caipira que marca profundamente a região de São Luís do Paraitinga. A própria fundação oficial do povoado em 1771 se insere no amplo projeto de militarização da Capitania de São Paulo, reorganizada pelo Morgado de Mateus, em função da guerra contra os espanhóis nas fronteiras meridionais da Colônia. Mesmo o anúncio do privilégio de não incidência do recrutamento militar por dez anos, pelo Morgado, não produz nenhum entusiasmo pelo arriscado estabelecimento em povoação. É graças ao perdão das dívidas passadas e pela certeza de escapar ao recrutamento imediato que os primeiros povoadores se fixam no terreno. Acompanhando a evolução demográfica da região de São Luís do Paraitinga, Jaelson Bitran Trindade constata o desfalque intermitente do recrutamento, "palavra que horroriza tanto estes povos como a morte", especialmente sob o governo de Lobo de Saldanha (1775-1782); a reação dos agricultores é a fuga, reforçando a tradição itinerante da organização social caipira.⁵³

Durante o século XIX, o recrutamento compulsório se abate como um flagelo por ocasião das guerras no Sul, e chega ao ponto máximo durante a Guerra do Paraguai. As Atas de Juntas de Alistamento conservadas no acervo do Museu Oswaldo Cruz estão repletas de alegações de enfermidade, tentativas nem sempre bem sucedidas e que talvez não traduzam o real estado sanitário da população. Muitos dos convocados são filhos de pai desconhecido; a maioria alega ser maior de 30 anos, ou menor de 16, a menos que prefira declarar-se viúvo com filhos, aos vinte anos de idade; quase todos são arrimo de avós, de pai cego, ou de mãe viúva, de irmãs ou sobrinhas solteiras e honestas; não basta declarar-se casado, pois os membros da Junta podem decidir que se trata de "mal casado, turbulento e vadio e por isso nas circunstâncias de fazer parte do sorteio"; a Junta libera os feitores de fazenda e escravaria paterna, e, aparentemente, também os agregados de lavradores importantes, tropeiros, caixeiros; outros convocados se livram provando que a família já tem um ou mais membros ou substitutos no Exército para a guerra do Paraguai.

Esses rapazes e homens jovens ameaçados pelo recrutamento, quando não puderam embrenhar-se pelo mato, declaram-se doentes: papudos (5), geralmente também idiotas (6) ou parentes próximos de idiotas ou loucos (5), aleijados (7), rendidos dos escrotos (3), vítimas de doenças infecciosas crônicas (10), surdos, filhos de doen

tes, etc.⁵⁴

Em outubro de 1909, Augusto Rodrigues de Palma vê-se acusado de ter rasgado uma folha de papel - um edital da Junta Militar da Junta Militar do Município de São Luís do Paraitinga. Em seguida, vê-se denunciado pelo Procurador Geral da República no Estado de São Paulo e incurso no artigo 326 do Código Penal. Como a lei do sorteio militar, de 1908, é obra do ministro da Guerra de Afonso Pena, Hermes da Fonseca, é bastante provável que O Luizense, já mergulhado na campanha civilista, se solidarize bem veladamente com Augusto Rodrigues de Palma ao escolher o título da matéria: **Anti-militarismo.**⁵⁵

Uma semana mais tarde, Augusto Rodrigues de Palma, tendo sido intimado pelo delegado, que obedece a uma precatória vinda de São Paulo, comparece à delegacia de polícia. Ali deve assistir à inquirição das testemunhas arroladas no processo em que figura como réu; foi intimado exatamente "a fim de ver-se processar". O Luizense toma novamente um tom extremamente neutro, sugerindo por meio do título, novamente, o poder empenhado no processo: **Juízo Federal.**⁵⁶

A situação política em São Luís do Paraitinga está conturbada. Com a decadência do clã Domingues de Castro, definitivamente selada quando o coronel Manuel Bento de Castro perderá para Taubaté, em janeiro de 1910, a deputação estadual mantida em mãos de sua família por mais de 30 anos, surgem três partidos disputando o controle político do município. O radicalismo da luta política manifesta a rara oportunidade de conquista do poder local pela oposição que se divide em duas facções: uma apoiada na máquina do governo estadual e outra, mais agressiva, que busca apoio na máquina federal. É neste contexto, quando a oligarquia paulista enfrenta sua tradicional aliada, a oligarquia mineira, que o processo movido contra Augusto Rodrigues de Palma se desenrola; um processo violento de reequilíbrio entre poderosas estruturas a nível nacional coincide com a crise de poder no município. Um dos aspectos mais agudos da conjuntura crítica é o Serviço Militar, instituição que visa diretamente a juventude.

Para o mês de novembro de 1909, o governo paulista prepara com grande zelo as festas cívicas, especialmente aquela consagrada ao culto da bandeira nacional. A iniciativa

obedece a um encadeamento de eventos recentes. A data de 19 de novembro não se inclui entre as nove festas nacionais definidas pelo decreto nº 155-B do Governo Provisório, de 14/11/1890. A data celebra de fato a modificação da bandeira imperial pelo grupo positivista, e permaneceu como simples feriado facultativo até 1908.⁵⁷

É na Escola Normal que se inicia a tradição da cerimônia cívica da Bandeira em 1906, que já no ano seguinte se realiza em todas as escolas públicas do Estado. Em 1908, uma comissão é organizada na capital federal com o fito de implantar a tradição em todo o país. Assinam o manifesto da comissão, em 15/11/1908, positivistas, nacionalistas, jacobinos: Lauro Sodré, Tomás Cavalcante, Barbosa Lima, Tasso Fragoso, Leôncio Correia, Lindolfo Azevedo, Gomes de Castro, Oliveira Sampaio, José Bevilacqua, Olavo Bilac, Alípio Bandeira, Manuel Miranda.

A comissão se constituiu logo após um incidente relativamente grave ocorrido em 1908 na capital federal. Tudo começa quando um sacerdote na igreja da Candelária procura impedir que um grupo de estudantes do Colégio Naval cubra com a bandeira da República os caixões de - ao que parece, dois - colegas mortos (afogamento), em razão do "dístico sectário" acatólico.

"Empalidecemos de indignação. Era, nem havia dúvida, uma questão de classe, pois se tratava de estudantes da Marinha. Era mais até, como se verificava com a bandeira republicana, uma questão nacional! Mais ainda: filosófica! Não se combatia assim a liberdade de crenças restaurando a intolerância clássica da Igreja?".⁵⁸

Os estudantes se reúnem no Centro Acadêmico e decidem manifestar-se no dia seguinte. Grande número de estudantes e populares, cantando a Marselhesa, vão até o prédio da Câmara - antiga Cadeia Velha onde dormira Tiradentes antes de ser conduzido à força - onde ouvem o deputado Barbosa Lima, que vence a tentativa de obstrução feita pelo padre taubateense Valois. Aplaudem-se Tomás Cavalcante que pretende a supressão da representação brasileira junto ao Vaticano. A passeata prossegue até o palácio do cardeal, buscando o desagravo ao gesto do "brutamente da Candelária". O clima é de emoção intensa, os estudantes são ovacionados, mocinhas à janela atiram flo-

res, beijos e lencinhos úmidos de lágrimas, etc. Um padre encontrado junto à tinturaria Pavão escapa ao linchamento graças à bandeira republicana com a qual o protegem magnanimamente os estudantes. A manifestação termina com a Marselhesa.⁵⁹

O incidente mostra a resistência do clero católico contra o positivismo, que se apresenta até como uma nova religião e se introduz com grande sucesso no Exército e na rede do ensino público antes mesmo da queda da monarquia.

No ano seguinte, o governo paulista mobiliza o sistema escolar estadual de alto a baixo e de baixo para cima, no momento em que a aliança entre nacionalistas, jacobinos e positivistas se altera em razão da polarização de forças que resultará no confronto entre civilismo e militarismo. O clero será chamado de volta à política: os civilistas procurarão aliar positivistas e católicos na luta contra o fantasma do governo militar.

Tal aliança não é de todo impossível. A supressão do ensino religioso nas escolas públicas não é certamente medida de alcance tão grave como a completa laicização do exército, aos olhos do clero católico. Até mesmo as mais antigas fórmulas ritualizadas foram substituídas, como o "santo e a senha" e os juramentos solenes exigidos aos praças e oficiais. Restam as patentes e soldos de oficial de alguns santos, especialmente de Santo Antônio, mas estes serão em breve expulsos e degradados...⁶⁰

As consequências profundas do recrutamento - durante bom tempo forçado e arbitrário, antes que a Lei do Sorteio Militar, inviável em 1908, se consolide, o que só ocorrerá a partir de 1916, não poderiam passar despercebidas ao clero. Os filhos de Jeca Tatu, submetidos à implacável e minuciosa maquinaria do disciplinamento militar, já não são as mesmas ovelhas dóceis ao comando dos seus pastores. E essa maquinaria se laiciza, suprime todas as senhas e sinais, todas as marcas ali cuidadosamente cravadas pelas ordens religiosas desde a cruzada ibérica contra o mouro.

Um movimento de reanimação política da Igreja se manifesta através das folhas do *O Luizense*, acelerando-se com o acirramento da campanha eleitoral. Enquanto civilistas e hermistas medem suas forças em setembro de 1908, o primeiro cardeal brasileiro (o cardinalato, primeiro a ser criado na América Latina, é de 1905), re

cebe autorização de Pio X para permitir nas igrejas a presença de "bandeiras de qualquer nacionalidade nas solenidades de gala e também em catafalcos, urnas, etc."⁶¹

Outra atitude, agora do arcebispo de São Paulo, mostra que a Igreja optou pelo caminho da transigência. Um edital informa que de agora em diante - outubro de 1909 - os soldados podem ser admitidos aos atos de fé com a cabeça coberta, já que o quépi ou boné faz parte do uniforme.⁶²

Em Minas Gerais, onde o Presidente Wenceslau Brás, candidato à vice-presidência de Hermes da Fonseca, joga toda a máquina do Estado em favor da campanha hermista, o chefe do Partido Católico de Minas Gerais, doutor Joaquim Furtado de Menezes, prevê 250.000 votos civilistas e convoca para janeiro de 1910 o 1º Congresso Católico Mineiro.⁶³

O ponto culminante, depois de manifestações do Centro dos Estudantes Católicos de São Paulo (dirigido pelo jovem luizense Ângelo Sangirardi) e dos abaixo-assinados contra o projeto de lei instituindo o divórcio, é a circular assinada pelo arcebispo de Mariana e pelos bispos de Uberaba, Diamantina, Pouso Alegre, Goiás e Campanha, divulgada por toda a imprensa católica, em que Hermes da Fonseca e Wenceslau Brás são denunciados como maçons, com base em uma suposta carta de uma loja maçônica; os eleitores hermistas são ameaçados de excomunhão. Wenceslau Brás é o descristianizador das escolas aos olhos do alto clero mineiro, embora não deva ter sido mais radical que os civilistas paulistas na laicização do ensino público.⁶⁴

Um texto de J. Gonçalves Pereira, dedicado à distinta escritora Adelina Corroti, publicado pelo *O Luizense* em abril de 1909, merece uma reflexão acerca do movimento de fundo subjacente à confrontação eleitoral:

"Em amistosa palestra familiar na casa de... achava-se um mancebo que, dias antes, tinha tomado o nobre e honroso compromisso de defensor da Pátria - era soldado. Eis que passa na rua, trajando ricas toaletes, um grupo de moças e ao divisarem o jovem militar, assentado ao lado de uma das mais belas, senão a mais linda das senhoritas da cida-

de, exclamou entre dentes, mas que foi ouvido por alguém: 'que baixeza, que vergonha, conversando com um soldado!' - como se realmente o soldado fosse um vil escravo da antiga Roma, um ser desprezível, enfim! Entretanto, este fato deu-se em uma das nossas mais belas cidades. Infelizmente, a nossa sociedade, não estando apta para conceber o que seja o soldado vota uma certa aversão à farda. E por que? Não é o soldado, porventura, um filho de família, não é respeitador e não tem uma aspiração?! - Sim! - Como todos vós, o soldado tem sua família, respeita e tem uma grande aspiração: - ser útil à sua Pátria. Querem aspiração mais nobre?! O soldado é o único ente no mundo que devia ser comparado a Cristo; pois se este morreu derramando o seu precioso sangue, cravado na cruz, para salvar a humanidade, também aquele, apresentando o peito descoberto à bala no campo de batalha, morre em defesa de um ideal - A PÁTRIA!"⁶⁵

J. Gonçalves Pereira esquece propositalmente cenas comuns da Semana Santa, em que um soldado romano perfura o coração de Cristo, fazendo-o verter sangue e água, a figura agressiva do centurião nas procissões da Prisão e do Enterro...

O jovem soldado, tão dignamente representado no texto, é provavelmente uma exceção à regra, se se levar em conta o cálculo feito em 1913 por Estevão Leitão de Carvalho. Por esta época, as principais fontes de recrutamento do Exército são, pela ordem: nordestinos afugentados pelas secas, desocupados das grandes cidades que procuram o serviço militar como emprego, criminosos enviados pela polícia, e os inaptos para o trabalho.⁶⁶

O texto revela a existência de uma forte resistência da "sociedade" da república oligárquica, contra a ascensão social de categorias subalternas pelo canal da carreira militar. O autor não pode ou não quer referir-se ao soldado de origem plebéia, recrutado à força ou forçado pela miséria. Fabrica um soldado de origem aristocrática, dotando-o das virtudes da honra e da nobreza, conferindo-lhe por duas vezes a condição indispensável de filho de família. Este soldado só poderia ser um oficial, mas Pereira parece pretender

valorizar aqueles soldados reais dos quais não convém falar. Apela para a velha identificação dos humildes com o Cristo, tenta recuperar um nexu entre a condição militar, o catolicismo da "sociedade" e a religiosidade popular.

Ora, a "sociedade" não despreza a carreira militar, desde que possa enviar uma parte dos seus filhos às escolas preparatórias para o oficialato. O futuro general Leitão de Abreu fornece uma boa idéia de como os rapazes provenientes das categorias subalternas que constituem o "povo", são transformados em soldados.

Dentre 220 praças de um batalhão, 17 são expulsos e os 203 restantes dividem entre si 390 punições que representam a média de 14 dias e meio de prisão para cada um, no período de um ano.⁶⁷

Em 1917, durante a intensa campanha patriótica em tor no da declaração de guerra à Alemanha, que naturalmente toma o sentido de reforçamento das hierarquias abaladas pela greve de julho, a população caipira de São Luís do Paraitinga reage como sempre, passivamente - embrenhando-se pelo sertão - à iminência do recrutamento militar. Não há, na região, movimento feminino de desobediência civil como aquele mencionado acima, em Passa-Tempo (p. 171). Em dezembro, o Exército suspende a execução do primeiro Sorteio Militar. A Força Pública de São Paulo divulga convocação de voluntários em todas as cidades paulistas; serão admitidos rapazes de 21 a 30 anos, de cor branca e bons antecedentes. O arianismo não deve ser herança da Missão Francesa que reorganiza a milícia paulista, e sim exigência da "sociedade", pois a mesma exigência foi feita em 1906 aos voluntários da Guarda Cívica da capital. Neste ano de 1917, por razões que deverão ser melhor compreendidas, o racismo da "sociedade" e a reação da comunidade negra vêm à tona na festa do 13 de Maio em São Luís do Paraitinga, e reaparecem na festa de inauguração do busto de Oswaldo Cruz na praça da matriz em agosto de 1918.⁶⁸

As Linhas de Tiro que florescem em 1917 em resposta à campanha da Liga Nacionalista, mobilizam quase exclusivamente rapazes da "sociedade". Todas as notícias sugerem que os rapazes incorporados pertencem à ocupações da juventude assalariada de classe média; em Taubaté, por exemplo, é a Associação dos Empregados do Comércio que cria o 445º; no Rio de Janeiro, formam-se grupos de jornalistas e funcionários públicos.⁶⁹

Além de representarem um reforço à autoridade dos go-

vernos estadual e federal, as Linhas de Tiro dão um novo alento à produção industrial de tecidos e outros equipamentos, e asseguram maior movimento nos estabelecimentos comerciais que apoiam entusiasmaticamente os atiradores, os escoteiros, a Cruz Vermelha, etc.

Em São Luís do Paraitinga, 94 rapazes estão inscritos em janeiro de 1918, recebendo instrução militar todos os dias, apesar de não ter sido ainda confederada a Linha de Tiro Luizense. No primeiro domingo do ano, após a festa religiosa na igreja, todos os atiradores desfilam ao som da banda de música Santa Cecília, cantando a Canção Militar. O presidente da sociedade militarizada é o promotor público da comarca, Ernesto Babo Filho, que se casa com moça da elite local pela mesma época.⁷⁰

Durante o mês de junho, os rapazes do 445º, de Taubaté, fazem um "raid" de treinamento e marcha memorável, visitando São Luís do Paraitinga. Cinquenta atiradores, saindo pela madrugada com sua vibrante música marcial, chegam à cidade vizinha às 17 horas. A ponte sobre o rio Paraitinga, pórtico de entrada, está enfeitada com flores, galhardetes e bandeirolas; as corporações musicais rivais, Santa Cecília e Santíssimo Sacramento, as autoridades municipais e os dois jornais rivais, *A Ordem* e *O Luizense*, oferecem festiva recepção; o orador do 445º é o professor Ulisses Freire da Paz, redator do *O Norte* que desempenha em Taubaté papel decisivo na campanha nacionalista e patriótica do período. Inicialmente, os atiradores taubateenses se instalam no quartel da cadeia; o prefeito afinal decide convidá-los a se hospedar no Hotel Central e na Pensão Brasileira (provavelmente às expensas da Câmara Municipal).

No dia seguinte, ao meio dia, os visitantes vão à Câmara agradecer às autoridades; os discursos patrióticos se repetem. Às 15 horas, o público luizense assiste a uma demonstração de exercícios de infantaria, espetáculo oferecido pelos rapazes taubateanos no Largo da Matriz. À noite, a corporação musical Santa Cecília executa uma retreta no coreto do mesmo Largo, e a seguir tem lugar o chá-dançante oferecido pela companhia do 445º às senhoritas luizenses, prolongando-se até a madrugada.

Às sete da manhã, os bravos atiradores estão já em marcha, chegando a Taubaté pelas 21 horas: pelo visto, não foram realizadas manobras militares durante o retorno, compreensivelmente mais

demorado. A chegada à cidade natal é apoteótica. Em meio às ovações de uma grande massa popular no Largo do Mercado, os valentes "raidmen" recebem flores das senhoritas que premiam assim os heróis da arrojada marcha de 84 quilômetros. A festa termina com desfile pelas ruas da cidade, com música da corporação Filarmônica Taubaté Industrial (dos operários têxteis).⁷¹

A 25 de junho, realiza-se em Taubaté o festival da Cruz Vermelha no Teatro Odeon. Um quadro vivo encerra a primeira parte da noite: "As moças da Cruz Vermelha, tocadas pela centelha da caridade, iam levar ao soldado servidor de sua Pátria, alívio à dor, que tanta piedade encerra: um quadro triste, mas lindo, em que a virtude surgindo, mostra os horrores da guerra!". Segue-se a conferência A Caridade e a Guerra, e o festival se completa com uma apoteose às nações aliadas.⁷²

Se para a juventude dos Tiros de Guerra e da Cruz Vermelha o militarismo fornece tantas oportunidades de conagração, o mesmo não se verifica com os rapazes caipiras, sobre cujas cabeças permanece a ameaça do sorteio militar. Em março de 1921, O Luizense informa as atividades da escolta militar que percorre a zona rural do município à cata de insubmissos. Dezenove rapazes foram sorteados e pouquíssimos se apresentaram. Pelo menos oito são capturados; o jornal frisa que "a estas horas devem estar arrependidos de não se terem apresentado espontaneamente logo após o sorteio".⁷³

Teatro. Congraçamento e segregação

Uma outra situação propícia ao conagraçamento entre rapazes e moças é o teatro. Em São Luís do Paraitinga há quase sempre um grupo de teatro amador em funcionamento, e sua função é considerada importantíssima. Em agosto de 1918, O Luizense explica esta importância:

"O Salão Municipal é atualmente o único centro para onde convergem as vistas das famílias luizenses que gostam da sociedade. É ali onde numa intimidade fraternal, se confundem as palestras na mesma espécie de assunto, que é o da alegria e da agra-

dável disposição de espírito. Deixa-se os negócios e todos os trabalhos que por qualquer forma preocupem o espírito, para se falar somente de coisas agradáveis, alegres e inocentes. Ficam todos constituindo uma só família. Os moços e velhos, as velhas e as moças, todos parecem ter o mesmo pensamento: o de obsequiarem e de se agradarem mutuamente, conservando, sob um sorriso constante e franco, o mais belo e o mais profundo respeito que mutuamente se devem. Em tempos idos as famílias luizenses se reuniam mais amiudadamente, ora num baile, ora num espetáculo e sempre em visitas íntimas. Esse foi o bom tempo em que o progresso bafejava essa terra.

Sim, onde há troca de idéias há comunhão de pensamentos, porque uns vão anuindo e transigindo com as boas inspirações dos outros. Essa convivência traz a amizade e a proteção mútua; e então, quando se apresentar um problema de valor palpitante, que venha trazer progresso para o lugar, todos fazem, com a melhor boa vontade, o que podem para a resolução dele, para a realização do ideal. É assim que se quebram as algemas do pesar, que se desfazem as rixas e que se põe cobro e termo às murmurações odiosas que de detrás das portas se evolvam, buscando o ódio e o aniquilamento da sociedade. A união faz a força. Que força porém poderemos ter, se quase todos nós negamos o nosso contingente para ela alegando futilidades e mostrando má vontade? Não cremos porém que essa pouca disposição, esse descaso pelo nosso progresso moral e material, resista à tenacidade dos diretores e amadores do Grupo Dramático Luizense. Se eles não esmoreceram, é porque jamais se entregarão ao desfalecimento. Vão agora, embora com sacrifício, a pedido nosso, remover um pequeno motivo de queixa para os frequentadores do São Municipal: é o de se acabarem um pouco tarde os espetáculos. Veremos então se os que não frequentam é que apontam isso como

causa terão a habilidade de achar outra desculpa".⁷⁴

O Salão Municipal, recém-saído de uma ampla reforma, revela-se portanto um local especialmente importante, um cadinho social que funde os interesses, aprofunda a solidariedade, e destila o progresso. Pelo visto, o grupo de famílias que compõem a "sociedade" luizense está gravemente cindido. O professor José Maria de Castro, novo crítico teatral, toma a pena graças "aos pedidos amáveis do senhor Bernardo Dias, diretor do O Luizense, e à vontade que temos de ver os nossos conterrâneos todos empenhados na luta para a conquista do progresso", e tem a receita para este ideal: coesão e tenacidade, desde as pequeninas empresas.

Quando o redator pensa no Salão Municipal e sonha com aquela preocupação única de ser agradável e de se respeitar mutuamente, capaz de secretar o progresso de São Luís do Paraitinga, sugere ao leitor a imagem do cadinho. O sociólogo Pierre Bourdieu também recorre às metáforas alquímicas ao estudar o capital social.⁷⁵

Trocas alquímicas (de palavras, de dádivas, de mulheres, etc) são a comunicação, que supõe e produz o conhecimento e o reconhecimento mútuos, transformando as ligações contingentes (parentesco, vizinhança, trabalho, etc) em ligações baseadas na reciprocidade de obrigações e de direitos. Na verdade, a rede de ligações, como observa Bourdieu, é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou a longo prazo.

A noção de capital social surge como proposta de conceito para se lidar com problemas freqüentes na sociologia, em que determinadas ligações modificam o rendimento de um capital (econômico ou cultural) apropriado pelo indivíduo ou pelo grupo. O capital social seria, na definição de Bourdieu, o conjunto de recursos atuais ou potenciais que se ligam à posse de rede durável de ligações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento recíprocos. Em outras palavras, os recursos de que se dispõe por pertencer a um grupo. É, aliás, a procura consciente dessas vantagens que permite a formação do grupo e fundamenta a sua solidariedade. Muito mais que um simples dado natural ou social, o grupo a que se

refere Bourdieu resulta de estratégias. É produto de um trabalho de instauração e manutenção, visando produzir e reproduzir ligações duráveis e úteis, capazes de render vantagens materiais e/ou simbólicas.

Ao repetir o ditado - a união faz a força -, o professor Castro não tem em mira toda a população do município, mas aquelas famílias que em tempos idos compunham a "sociedade". O novo crítico teatral está, muito claramente, lamentando a defecção da família Cabral, membros atuantes do partido bentista, redatores do *O Luizense*, ligados aos negócios forenses, proprietários de uma farmácia, diretores/fundadores de uma corporação musical e do Grupo Dramático Luizense.

A "sociedade" luizense está de novo em profunda crise, manifestando-se uma nova ruptura tão dramática como aquela já vislumbrada no decorrer da campanha civilista. A "sociedade", naturalmente, jamais foi inteiramente coesa. Liberais e conservadores disputam ferozmente o comando político do município durante o 2º Império; é provável que esta clivagem atualize, na segunda metade do século XIX, confrontos entre clãs que se opõem desde as primeiras décadas de existência de São Luís do Paraitinga.⁷⁶

A hegemonia do clã Domingues de Castro consolidada na década de 1860 e oficializada pelo baronato conferido ao coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro, o chamado "Rei do Norte" - apesar de alguns abalos e arranhões quando da subida dos Liberais, dá aos luizenses no século XX uma impressão de paz e coesão social durante os bons tempos da cafeicultura escravista. Morto o Barão do Paraitinga em novembro de 1887, o controle político da região permanece repartido entre as famílias do antigo Partido Conservador, agora republicanas, sob a liderança do filho do barão, coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro, deputado federal desde 1883, tendo sido antes deputado estadual.

A decadência é pontuada pela seqüência dos funerais de membros da família ilustre. Em setembro de 1905, com o falecimento do referido coronel Manuel Jacinto, São Luís do Paraitinga perde irremediavelmente a deputação federal. O passamento do tenente-coronel Jordão Domingues de Castro no Natal de 1904, do coronel Laurindo Pereira de Castro em agosto de 1908, e do coronel Manuel Bento Jacinto de Castro, em setembro de 1908, precedem o abalo fatal. Em ja-

neiro de 1910, o último herdeiro político do Barão do Paraitinga, coronel Manuel Bento Domingues de Castro, perde definitivamente sua cadeira no parlamento estadual; o chefe político de São Luís do Paraitinga já havia sido desalojado do parlamento paulista pela convenção regional dos diretórios do 2º Distrito, a 29/12/1906, tendo recuperado o seu posto ao substituir seu parente, o coronel Manuel Antônio Domingues de Castro, chefe político de Lagoinha, falecido em agosto de 1908. A comissão central do Partido Republicano Paulista, cedendo a representação regional a Guilherme Álvares Rubião - filho do senador estadual Rubião Júnior, ligado à região de Bananal e aliado do chefe político taubateano Pedro de Oliveira Costa - provoca uma reviravolta política imediata em São Luís do Paraitinga.

O Diretório Político se exonera e a comissão central do PRP reconhece a antiga oposição, liderada pelo major Joaquim Pereira de Campos Toledo (Nhô Quim Major). O coronel Manuel Bento se retira ostensivamente da política. A campanha eleitoral provoca alianças curiosas: o partido bentista, derrotado, vota com o partido toledista contra Hermes da Fonseca a nível federal, enquanto a nível municipal o partido toledista se alia ao partido hermista chefiado pelo coronel José Bernardino de Castro. Com a vitória de Hermes da Fonseca, os chefes políticos do partido bentista se retiram, a exemplo de Manuel Bento que fixa residência em Taubaté; Bernardo Joaquim Dias, alma do **O Luizense**, e João Batista de Oliveira Costa, futuro autocrata municipal, emigram e serão chamados "homens de São Paulo". Logo se dá a inevitável ruptura da aliança entre Nhô Quim Major e José Bernardino de Castro, encastelado na Coletoria Estadual.

Com a morte de Nhô Quim Major, concentra-se o poder municipal nas mãos da facção liderada pelo capitão Caetano Lopes Soares, contra quem os bentistas se aliam aos hermistas de José Bernardino de Castro, que terá afinal, por algum tempo, o comando político em São Luís do Paraitinga.

Logo, com o retorno dos "homens de São Paulo", o antigo partido bentista rompe a aliança e o recoloca na oposição. A luta política se radicaliza; José Bernardino de Castro, torna-se o inimigo a abater pela nova coligação que tem em João Batista de Oliveira Costa - promotor público - o dirigente máximo e no **O Luizense** de Bernardo Joaquim Dias a arma de combate contra **A Ordem**, jornal mantido com verbas oriundas da Coletoria Estadual. O confronto, violen-

to, explode em tiroteio nas eleições de 26/4/1919, do qual resultará a prisão de José Bernardino de Castro e mais quinze correligionários, ferozmente denunciados pelo promotor público.

No momento em que o professor José Maria de Castro assume a função de crítico teatral no *O Luizense*, substituindo o tabelião João Cândido Cabral e o farmacêutico Oscar Cabral, fundadores do Grupo Dramático Luizense (em 1904), estes fiéis militantes do partido bentista ainda não passaram à oposição declarada. O desligamento ocorre entre a 12ª récita do Grupo Dramático (fins de janeiro de 1918) e a 18ª (agosto). É forçoso relacionar esta defecção com a morte do coronel Manuel Bento Domingues de Castro, em outubro de 1917. Durante o tiroteio de 26/4/1919, o bando armado do partido situacionista (que tem por chefe o promotor público João Batista de Oliveira e Costa) atira contra a residência do coronel José Bernardino de Castro, a partir da frente da Farmácia Cabral, o que permite supor que os irmãos Cabral, mesmo tendo se desligado do partido costista (de Oliveira e Costa, do *O Luizense*), são ainda aliados de confiança contra os hermistas de José Bernardino de Castro.

Em junho de 1921, os irmãos Cabral já estarão ostensivamente caracterizados como oposição. A inauguração da igreja do Rosário, reconstruída, é capital político asperamente disputado entre o partido que se apresenta como autenticamente católico, autenticamente luizense ("carijós"), onde destacam os irmãos Cabral, e o partido situacionista ("cagüiras"), cujos cabeças são denunciados como espíritas, escroques, forasteiros. A solução é a entronização do vigário Ignacio Gioia, que paira carismaticamente sobre os dois partidos.

O novo quadro político vai configurar-se com maior nitidez na campanha eleitoral de 1926-27, quando os irmãos Cabral, militando na União Republicana Bernardino de Campos e redigindo o jornal *O Paraitinga*, obtêm, apesar de eleitoralmente derrotados, a vitória essencial: a nomeação de um novo promotor público em setembro de 1927 e o retorno à normalidade dos negócios forense, até então açambarcados por João Batista de Oliveira e Costa em prejuízo dos advogados, tabeliões e demais funcionários da justiça e do fisco. Finalmente, encerrando esta síntese do processo político em São Luís do Paraitinga, cumpre assinalar a adesão da União Republicana Bernardino de Campos à campanha do Partido Democrático no último ciclo da primeira República.

Pode-se agora retomar a leitura do professor José Maria de Castro e à sociologia do capital social de Pierre Bourdieu, visando compreender o que está em jogo sob as aparentemente banais atividades do Grupo Dramático Luizense e outras situações igualmente banais à primeira vista, como os bailes e o namoro, situações em que a mocidade assume, sem dúvida, os principais papéis.

A troca, que já foi vista como um complexo mecanismo de comunicação, além de institucionalizar a reciprocidade, vai mais longe: ela produz o grupo e determina ao mesmo tempo os seus limites. Cada membro do grupo é de fato um guardião desses limites, consciente de que cada nova inclusão pode alterar a natureza mesma do grupo e a legitimidade das trocas. Assim, a reprodução do capital social depende, por um lado, das ocasiões, locais e atividades que reúnem de forma aparentemente ocasional os membros do grupo e excluem os demais, e por outro lado, do trabalho de sociabilidade, ou seja, o exercício constante das trocas. Na economia dessas trocas, nem todos concorrem em igualdade de condições. Há indivíduos que não precisam conhecer a todos que os conhecem (ou procuram conhecê-los): são geralmente herdeiros de um grande capital social simbolizado pelo sobrenome ilustre. No caso da "sociedade" luizense, o sobrenome ilustre é, sem dúvida, Domingues de Castro.

A troca produz, ao mesmo tempo que a acumulação do capital social, a sua concentração. A distribuição desigual desse capital estabelece uma hierarquia interna ao grupo (que pode ser uma igreja, um partido, uma nação; no caso, a "sociedade" luizense, um conjunto de famílias que se distinguem do "povo"). Os mecanismos de delegação e representação permitem que um indivíduo singular possa exercer todo o poder acumulado pelo grupo, em seu interesse ou mesmo, às vezes, contra ele.

Esta teoria sociológica parece adequada para o exame de festas íntimas, bailes e piqueniques, enquanto que as festas coletivas demandam em geral uma abordagem antropológica.

As alianças, rupturas e reconciliações entre grupos no interior da "sociedade" luizense podem ser observadas como diferentes momentos da luta pela hegemonia, a disputa do poder acumulado pelo grupo - a classe dominante em escala municipal. Parece pouco provável a possibilidade de constituição de duas "sociedades" em São

Luís do Paraitinga, em que pese a rígida demarcação do território de cada facção: situação e oposição têm ou procuram ter, cada uma, o seu jornal, a sua padaria, a sua corporação musical, a sua irmandade religiosa, o seu hotel. Mas esta clivagem política não elimina as trocas fundamentais que instituem a "sociedade": comensalidade, negócios, vizinhança, casamento e parentesco, etc. Os encontros e situações reservados aos jovens da "sociedade" preparam o terreno para futuras alianças que oportunamente esvaziarão ódios e rancores criados a uma certa altura do processo político.

Os comentários do crítico teatral a propósito da 18ª récita do Grupo Dramático Luizense podem esclarecer melhor esta questão. A verdadeira barreira não é aquela que a cada nova conjuntura distingue situação e oposição; o reencontro de remanescentes do partido hermista dos anos 1909-17 com uma facção do partido bentista, na campanha eleitoral da União Republicana Bernardino de Campos em 1926-27, já é uma demonstração eloquente. Mas convém retomar o texto do professor José Maria de Castro.

Depois de encenado, pela 2ª vez, o drama **O segredo do pescador**, e cantada a **Valsa Negra** pelos jovens amadores Benedito Moura e Epomina de Toledo, tratou-se de fazer rir a platéia:

"A alegre comédia Quincas Teixeira fechou o espetáculo, deixando uma ótima impressão. Já foi aqui representada, mas tem sempre o sabor de uma comédia nova, pelas peripécias engraçadas e pela perfeita imitação de um caipira, em que é exímio o Moura".

A comédia faz rir porque alguém tem a habilidade de imitar "perfeitamente" um caipira, sem o ser; na verdade, o ator em questão, Benedito Moura, é parente próximo, muito provavelmente filho de Benedito Apolinário de Moura, o prefeito municipal. O Salão Municipal se apresenta como um local especialmente construído para o conagraçamento das famílias luizenses, especialmente aquelas de cujo intercâmbio poderá resultar o progresso dos negócios municipais. O riso tem, aqui, a função de marcar com clareza indiscutível os limites ao conagraçamento. Ri-se dos grupos que não podem se integrar de fato no interior daquela "família" que se distrai e partilha momentaneamente o mesmo estado de espírito. Não importa que, ao final, a moral edificante exhiba o triunfo dos "simples" contra uns poucos

maus representantes da "sociedade": as fronteiras entre os dois mundos estão espetacularmente demarcadas, a exclusão e segregação pelo riso catártico confirma e legitima as práticas cotidianas.

A comicidade pode, eventualmente, escapar ao controle, e, nesse caso, há que se agir com rigor: "Na comédia Milagres de Santo Antônio (...) o criado, tolo, como quis fazê-lo o autor da peça, deixou de ser tolo para fazer tontices perto de sua ama e do hóspede, tratando o último a socos e portando-se inconvenientemente. Foi um exagero engraçado, mas devirtuou o papel (...) convinha portanto limitar-se ao papel somente". O professor José Maria de Castro, zeloso crítico teatral, julga seu dever criticar também o desempenho dado ao personagem Negrão na comédia Mudança à meia-noite, nesa récita, por "visível exagero e afetação".⁷⁷

O crítico João Cândido Cabral, antes de abandonar O Luizense, fornece algumas indicações para a reflexão a respeito dos papéis femininos no palco do Salão Municipal de São Luís do Paraitinga. Em agosto de 1917, quando o Grupo Dramático Luizense ainda engatinha no seu 3º e 4º espetáculos, o tabelião João Cândido Cabral avalia sem paternalismo o desempenho dos jovens amadores. Recordando melhores tempos, provavelmente as temporadas do primeiro Grupo Dramático por ele fundado em 1904 - ou talvez, recuando mais longe, a época da Associação Dramática Particular Recreio da Mocidade, dirigida por Luís Murat em 1882, o crítico teatral se supreende com a complacência da platéia atual. O grupo amador de teatro apresenta apenas comédias, tentativa de atrair um público arredio. Aqui também, o riso parece voltar-se para a figura do caipira: João Cândido Cabral aplaude apenas Bernardo (filho do proprietário do O Luizense) e Benedito Teodoro, que estiveram impagáveis nos papéis de Simplício e Tinoco na comédia A noiva e a égua.⁷⁸

O maior problema, pelo visto, é a timidez das jovens atrizes amadoras Seráfica de Castro e Josefina de Jesus, que "também concorreram com o seu esforço para o desempenho das peças, se bem que revelem ainda pouco traquejo no palco, principalmente em certos atos da vida íntima, que no teatro entram sempre em jogo".

Em janeiro do ano seguinte, o grupo já está mais experimentado, mas o problema feminino ainda não foi inteiramente resolvido. Na 11ª récita, aberta com a canção militar Amor febril pelo Coro do Grupo Dramático, que demonstra estar sintonizado com a eufo-

ria da criação da Linha de Tiro e da Associação de Escotismo na cidade, está sendo reapresentado o drama **Pena de Morte** de José Joaquim da Silva. Bernardo Dias está de novo irrepreensível, no papel de Jorge de Melo; mas a senhorita Seráfica de Castro... "já se adaptou um pouco mais ao papel de Chrimilde, esposa de Jorge de Melo". Na comédia **Por causa de uma camélia** que encerra o espetáculo, Bernardo Dias mostra-se um galã correto, contracenando com a senhorita Natália de Moura - esta, felizmente, amadora de mão cheia.⁷⁹

Numa última intervenção, João Cândido Cabral comenta a 12ª récita, oferecida ao público por ocasião da festa de São Sebastião. A pedidos, o grupo dramático amador apresenta pela terceira vez o drama **Pena de morte** que, pelo visto, tem agradado. "Desta vez estreou no papel de Chrimilde a senhorita Maria Eponina de Toledo que revelou possuir muito gosto e vocação para o palco (...) A senhorita Natália de Moura faz muito bem a cançoneta **Mamãe não deixa** (...)". A filha do coronel José Bernardino de Castro, senhorita Iracema de Castro, ao recitar com fino gosto a poesia dramática **Vingança**, confirma a hipótese adiantada acima: apesar da áspera batalha política entre os partidos, a "sociedade" é uma só, o Salão Municipal é o cadinho especial de aquecimento do capital social; aliás, José Bernardino de Castro é primo do finado coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro, portanto sobrinho do Barão do Paraitinga.⁸⁰

As dificuldades da jovem Seráfica de Castro no desempenho de Chrimilde fazem pensar. A filha de uma família tradicional, da elite social de São Luís do Paraitinga no palco, diante de uma platéia que conhece muito mais o papel de Seráfica de Castro do que o de Chrimilde, deve forçosamente hesitar. Seráfica sabe-se Seráfica, sabe-se membro de uma classe social, de um tronco familiar, de uma família. Seráfica veste a caracterização de Chrimilde; jovem amadora, deve ser-lhe difícil distanciar-se de Seráfica, uma vez que o Grupo Dramático Luizense não deve, certamente, supor necessário nenhum laboratório, nenhum trabalho de expressão corporal, etc. A platéia luizense tem Chrimilde em cena, mas só tem olhos para Seráfica de Castro. Ora, o texto dramático joga em cena Chrimilde e seu esposo, Jorge de Melo. O crítico teatral quer ver em ação o casal Melo, eficazmente produzido por dois atores. Mas, Seráfica o sabe muito bem, a platéia vê uma jovem da família Castro e o filho de Bernardo Joaquim Dias, o homem do **O Luizense**. Seráfica sabe que o português chegou à cidade num circo de cavalinhos, por mais serviços que pres

te ao partido situacionista, será sempre o aventureiro estrangeiro aos olhos das famílias tradicionais da "sociedade" luizense. Os boatos apontam Bernardo Joaquim Dias como o banqueiro de jogo de bicho que, no difícil começo de vida em São Luís do Paraitinga, deixou de cumprir o dever sagrado da contravenção e não pagou o devido a todos os que, num palpite coletivo, apostaram no elefante.⁸¹

Seráfica de Castro sente, muito mais física do que intelectualmente, se é que se pode dizer assim, que está diante de uma difícilíssima encruzilhada. Sabe que o "povo" e a "sociedade" luizenses estão a ver Seráfica de Castro, e este ato de ver não é de forma alguma passivo ou natural. A jovem sente cair pesadamente sobre si tudo aquilo que se exige e se espera de uma moça bem comportada da "sociedade". Há poucos meses, *O Porvir*, filho do *O Luizense*, dirigido pelo rapaz que desempenha tão magistralmente o papel de Jorge de Melo - esposo desta Chrimilde que lhe custa tanto representar, não sabe porquê -, deu um conselho a Domitila de Castro (que deve ser, muito certamente, sua irmã ou prima). Domitila de Castro e Maria Padula, tendo sido eleitas as mais belas luizenses num pleito que mobilizou 1.779 votantes, organizado pelo *O Porvir*, leram, juntamente com toda a cidade: "Se amarem, que seja licitamente e uma só vez na vida, para que resplandeçam também na virtude".⁸²

Por sua vez, o jornal-pai, *O Luizense*, costuma preencher colunas com máximas deste jaez: "Aquele que tem consigo uma mulher adúltera é um louco, um insensato", "A mulher adúltera deve morrer, escreve a grande legislador dos hebreus no monte Sinai".⁸³

Seráfica e toda a população da cidade conhecem o trabalho de artistas profissionais que usualmente se apresentam na cidade nos períodos festivos mais importantes como a Semana Santa e a Festa do Divino. Todos sabem, ou poderiam saber, que as atrizes profissionais são frequentemente vítimas de ataques pesadíssimos pela imprensa, sofrendo as consequências de disputas entre o partido que investe na festa e o partido que pretende sabotá-la, com vistas às próximas eleições.

Diante das exigências do texto e do crítico teatral, Seráfica hesita. Outras amigas, nascidas em famílias tão tradicionais e conservadoras como a sua, por alguma razão, parecem resolver com mais facilidade o desafio: serão consideradas boas atrizes ama-

doras, sem comprometer sua identidade social. Mas Seráfica de Castro, talvez por sofrer com maior intensidade o conflito, retira-se da cena teatral e vai desempenhar com todo o seu talento os papéis que a "sociedade" espera dela.

Seráfica não sabe, mas alguém calculou por ela o que teria sido sua vida em cena, como atriz dramática: poderia vir a casar-se 7.009 vezes, e neste caso, viria a tornar-se mãe de 11.277 crianças - o que resulta em menos de dois filhos por casamento, média inconcebível em São Luís do Paraitinga, mesmo entre as famílias mais identificadas, em sua época, com o estilo europeu de vida urbana que a burguesia brasileira busca imitar. Por outro lado, Seráfica não seria apenas a esposa do caipira Simplício ou do pequeno burguês Jorge de Melo: poderia vir a ser rainha em pelo menos 6.221 oportunidades. Seus 7.009 esposos, naturalmente, teriam pelo menos 6.213 vezes outras mulheres em seus momentos de distração, o que parece bastante próximo do que ocorre na vida real. Seráfica de Castro, mulher de teatro, encontraria a morte sob forma de veneno 8.246 vezes, na ponta de 6.314 punhais!⁸⁴

Baile, namoro e piquenique

O estudo da condição juvenil na festa não pode ignorar a importância óbvia dos bailes e do namoro. Há outros temas relevantes, como, por exemplo, a questão da ausência completa de organizações juvenis masculinas católicas, de algo análogo às Filhas de Maria. Tal ausência demonstra a realidade da inserção mais rápida dos meninos e rapazes na vida adulta e no trabalho; o mesmo ocorre, sem dúvida, com a maioria das meninas e moças de condição plebéia e caipira.

Maria Amália Correia Giffoni tem se dedicado à pesquisa das danças sociais no Brasil, e é à sua obra que se pode reportar para a abordagem histórica genérica das danças de salão e bailes populares no Brasil, desde o período colonial (em especial, desde o Vice-Reinado) até o século XX.⁸⁵

Uma raivosa carta, assinada por um pai de família que não dança, publicada pelo *O Taubateense* em agosto de 1862, permite

deduzir que por esta época já é relativamente comum na região o par enlaçado a dançar, situação introduzida pela valsa, não sem escândalo. Conhecida desde os fins do 1º Império, a valsa torna-se a dança predominante nos salões da corte no 2º Império, difundindo-se pelas demais cidades à medida que avança o processo de europeização das classes dominantes no Brasil. Segundo Maria Amália Correia Giffoni, por volta de 1890, em São Paulo, a valsa só era permitida às senhoras casadas e moças mais maduras. Tal informação confere com um pequeno e interessante estudo feito por Dante Moreira Leite.⁸⁶

Este raivoso pai adverte contra alguém que, apesar da posição, estudo e ciência, necessita entretanto de correção, pois nos bailes que por ali tem frequentado, "procura ferir com a seta de Cupido, tomando a pretexto sua hipócrita civilização". A metáfora poética é sarcasticamente reduzida à concretude do atrito físico entre os corpos.⁸⁷

Excluído este significativo texto, que permite apenas tomar consciência de uma história que não encontrou ainda os seus historiadores, a sua metodologia e suas fontes, história do corpo e do desejo, tudo o que se vê aponta para a sociologia do capital social. Baile, espécie particular de festa privativa em que as famílias da "sociedade" preparam e consolidam alianças. O historiador se vê tentado a buscar registros que permitissem correlacionar o sistema de parentesco com os códigos da dança, perseguindo o movimento dos corpos e dos afetos como processo e não apenas como estrutura.

Se dos bailes da "sociedade" registra-se apenas a data e local, os anfitriões e convidados mais notáveis, um estudo aprofundado deste **corpus** conduziria sem dúvida à abordagem sociográfica, permitindo a reconstituição de tramas microscópicas, ascensão e queda de famílias, estratégias, mudanças sutis de mentalidade no interior da "sociedade" local. Tal nível de aproximação não será tentado aqui.

Por outro lado, as referências a bailes caipiras, "asustados", "arrasta-pés", batuques, cateretês, jongo, samba rural, e tantas outras formas de dança popular, só aparecem quando ocorre algo a exigir intervenção policial. Neste caso, o pesquisador vê-se forçado a constatar a justeza da análise de Maria Sílvia Carvalho Franco: violência, padrão corrente de comportamento a permear regu-

larmente os fundamentos da relação comunitária; desafio, forma básica de expressão das relações lúdicas, liberando tensões, favorecendo um estreitamento dos laços de solidariedade ou, por outro lado, dando forma e significado à confrontação entre pessoas integrais, num meio social relativamente pouco diferenciado.⁸⁸

Um ou outro texto literário, geralmente sob a forma de crônica, pouco mais revela além do que vem sendo mostrado: exclusão, segregação. Mesmo as referências à violência - geralmente como consequência do ciúme - nestas crônicas relativas à festa e à dança de caipiras ou negros, exigem alguma precaução. Quem as redige é sempre o letrado, quase sempre o bacharel, o funcionário dos organismos policiais, judiciários, fiscais ou escolares. Dos locais em que vive e trabalha, este redator vê o outro, o "povo", o "jeca" ou o "13 de Maio" à distância: ora como gente simples e boa, ora como primitivos perigosos. E novamente se é forçado a retomar as conclusões de Maria Sílvia Carvalho Franco: o foco de tantas tensões, a origem social da violência entre os homens pobres na ordem escravocrata é a penúria decorrente de sua inserção tangencial à sociedade mercantil. No período e na região considerados aqui, as tensões decorrem do reforçamento das estruturas estatais, da agressiva emergência de uma classe média provinciana, da introdução - no final do período - da pecuária de leite ampliando o latifúndio às expensas da pequena propriedade caipira, e, principalmente, da sistemática repressão contra os negros - alternativa escolhida pela "sociedade" para manter os salários em níveis inferiores àqueles oferecidos no Oeste.

Diante deste quadro geral, corre-se o risco de repetir obviedades ao focalizar o namoro em São Luís do Paraitinga na passagem do século. Dois textos, um de 1862, e outro de 1920, permitem constatar uma sensível mudança de mentalidade, pelo menos entre os jovens da "sociedade".

O Sentinela, cronista bem humorado, comenta no *O Taubateense* o namoro em sua terra. É a bobice posta em prática: o bobo vê no mais simples e inocente olhar de uma jovem uma demonstração de amor, e ei-lo então pondo em prática toda a sorte de macaquices. Passa centenas de vezes pela rua onde mora o suposto ídolo de suas afeições, e enche os ouvidos dos amigos repetindo uma horrível massada de sensaborias retiradas da cartilha dos bobos. Junto à esquina, o enamorado permanece dia e noite exposto à inclemência do tempo; o

sol derrete a pomada que unta os seus cabelos. Aliás, gesto ritual que identifica o namorado é passar constantemente a mão pelos cabelos... O Sentinela passa em seguida a descrever com menos simpatia os procedimentos do enamorado idoso, e silencia quanto às moças e velhas, em respeito à sua condição.⁸⁹

A solidão do indivíduo apaixonado, característica do Romantismo, permanece tão ferreamente arraigada nos costumes que é tida ainda hoje como um fenômeno tão natural como a fome ou a respiração. A história social da família enfatizará, naturalmente, a coincidência entre a difusão da sensibilidade romântica e a trajetória do capitalismo em sua fase liberal; intrigante é a persistência dos códigos do amor romântico guiando o comportamento amoroso, ao longo de um século de hegemonia do capitalismo monopolista. Mas, apesar desta inércia, desta permanência que demonstra a solidez da instituição burguesa da família monogâmica fechada em torno de seus filhos, as relações entre rapazes e moças se apresentam sensivelmente alteradas em São Luís do Paraitinga, em 1920, meio século depois da crônica do Sentinela.

Recentemente fundada, a Associação Recreativa dos Jovens Luizenses promove convescotes como este do dia 6 de abril. Grande número de sócios, admiradores e muitas senhoritas (o texto revela assim o caráter masculino da associação) reúnem-se à porta de Benedito de Souza Pinto, um dos principais fundadores; às dez horas da manhã, e partem rumo à cachoeira dos Pintos, todos com chapéus de palha enfeitados com fitas vermelhas. Cansados, não alcançam a cachoeira, que dista uma légua da cidade; preferem sentar-se à relva após três quilômetros de marcha. Entre muitos aplausos, discursos brejeiros e palestras mais ou menos encantadoras, cada um oferece o seu farnel, compondo um suculento banquete: diversos assados, conservas várias, cerveja, doces, etc. O passeio campestre, versão pequeno-burguesa da festa galante, transcorre na maior harmonia. Os jovens só retornam à cidade ao cair da noite, executando o dobrado **Canção do Soldado**.⁹⁰

O texto permite várias leituras, que serão apenas sugeridas. Benedito de Souza Pinto é sem dúvida um dos personagens mais interessantes da sociedade luizense de meados do século XX. Oficial de justiça, encarregado de cruzar constantemente os sertões do Paraitinga à procura de pessoas convocadas pelos tribunais, Benedi-

to de Souza Pinto tornou-se um pesquisador do folclore, folclórico ele mesmo em grande estilo. Não há estudos de folclore de São Luís do Paraitinga que não mencionem as suas façanhas: é citado como o introductor de várias tradições (como a dança dos caiapós) e sobretudo como o principal responsável pela tradição da malhação do judas nos sábados de Aleluia, redigindo o seu testamento. Suas anotações feitas à mão em uma longa série de cadernos (**Cadernos de Juca Teles do Sertão das Cotias, Trovas Folclóricas, Cadernos do Major Pinto, de Juca Teles do Sertão, etc**), cobrem pelo menos 20 anos (décadas de 1930 e 1940) das andanças de um indivíduo dotado de uma extraordinária percepção para o insólito, para os cruzamentos de temporalidades e mentalidades, para o trágico e o cômico, para a História. A argúcia deste olhar, por vezes implacável como uma objetiva fotográfica, deve ter resultado dos contatos com os folcloristas e sociólogos do período, como Mário de Andrade, Alceu Maynard Araújo, os redatores da revista **Paulistânia** e da **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, professores e alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, do consumo do álcool, do íntimo conhecimento das rotinas burocráticas do fisco e da justiça, de uma postura militante na fé católica tradicional, de uma escolarização precoce, autodidatismo, etc.

Em 1950, ao final da vida, Benedito de Souza Pinto publicou uma síntese de seu processo de alfabetização ao defender a necessidade de escolas na roça. Nascido por volta de 1888, aos seis anos entrou na escola e aos sete já ensinava os meninos menos sabidos, na função de decurião. Em 1900, representou o aluno numa comédia sobre a escola da roça: exercícios de soletração e pontuação. Baseado em sua experiência, o oficial de justiça afirma que a escola deve transmitir apenas os princípios básicos das linguagens (escrita silábica, musical) e deixar que o aluno se desenvolva por si, como as plantas. Visando mais longe, Juca Teles do Sertão mostra que não é por nenhuma inclinação para a Sociologia Pitoresca denunciada por Josué de Castro ("sociologia para inglês ver") que valoriza a grafia caipira das pessoas alfabetizadas na roça:

"Os da roça têm inteligência e às vezes mais que muitos da cidade, haja visto a tranquilidade que ali existe. Por que os grandes e ocupados em coisas importantes rumam para os lados da roça para descansar?".⁹¹

Contrariando a imagem pitoresca adquirida em seus últimos decênios de vida, Benedito de Souza Pinto aparece na década de 1920 como um ativo militante político. Já foi visto como um dos fundadores da Associação Recreativa dos Jovens Luizenses, de 1920, onde pode ser visto como o inspirador do convescote: se para os jovens da "sociedade" luizense o passeio significa certamente um ato de conquista do espaço rural pela cultura citadina, é possível que o futuro Juca Teles do Sertão procure sensibilizá-los para a necessidade de maior respeito pela natureza e pelo meio rural - mas isto é apenas uma conjectura.

Ora, seis meses mais tarde, em maio de 1921, Benedito de Souza Pinto é membro ativo da facção política de oposição; já não figura mais nas páginas do **O Luizense**, e sim nas **Circulares** divulgadas por um grupo liderado pelos irmãos Cabral. Presidente da Confraria de São José, certamente criada por ele, Benedito de Souza Pinto é personagem central de uma série de atritos entre o partido situacionista e a oposição, desde a corrida final pela apropriação do capital político associado à reconstrução da igreja do Rosário. O grupo da futura União Republicana Bernardino de Campos, de 1926, já está praticamente organizado em 1921. Uma comissão, da qual faz parte o futuro Juca Teles do Sertão, organiza uma série de leilões, a Roda de Israel, que arrecada dinheiro para as obras nas festas de fim de ano de 1920. Em maio, os irmãos Cabral, Benedito de Souza Pinto e Júlio César de Toledo Murat, com o auxílio do diretor da Tipografia Diocesana de Taubaté, ex-coadjutor da paróquia de São Luís do Paraitinga, publicam uma **Polianthea** luxuosa por ocasião da inauguração do templo religioso. A publicação é um repto ao **O Luizense**, porta-voz do partido situacionista, que também distribui uma edição especial. Excetuando-se a figura do vigário Ignácio Gioia e as fotos, tem-se a impressão de que se trataria de duas cidades distintas, tamanho o partidarismo de cada publicação.

É na campanha eleitoral de 1926-27, entretanto, que Benedito de Souza Pinto se destaca. A União Republicana Bernardino de Campos tem duas bandeiras ideológicas: o integrismo católico e o patriotismo municipal, contra João Batista de Oliveira e Costa e Bernardo Joaquim Dias, acusados de aventureiros, vigaristas, maçons, espíritas:

O Luizense e a situação "não são católicos, pois vivem a

ridicularizar a nossa religião, com fizeram criticando a romaria de crianças do catecismo [do bairro] de São Pedro a esta cidade, trazidas pelo nosso amigo Pinto [Benedito de Souza Pinto], que procurou assim abrilhantar a festa de São Luís. Quando o O Luizense deveria elogiar o ato do senhor Pinto, chama-o de galo capão e às crianças pintinhos". Um jornal ateu na católica cidade de São Luís! O piedoso senhor Pinto chamado de capão a conduzir carijozinhos... Dia virá em que as ovelhas da Igreja e os eleitores católicos vão enxotar os vendilhões do Templo.⁹²

Em maio de 1927, por ocasião da festa de São Benedito, eis Benedito de Souza Pinto encarregado da pintura do mastro; surgem obstáculos, o oficial de justiça se encontra na roça, e é João Cândido Cabral, tabelião, "um dos nossos", diz o Paraitinga, que paga o material necessário à pintura do mastro. O fato pareceria anódino, se não indicasse a importância dos encargos assumidos na produção das festas, pequenas batalhas em que se disputa palmo a palmo o prestígio político no município.⁹³

Deixando por aqui o futuro Juca Teles do Sertão, cumpre entender sua opção política. Oficial de justiça, Benedito de Souza Pinto milita no partido "carijó", a União Republicana Bernardino de Campos (cujo apelido certamente teve origem na famosa procissão dos carijozinhos do catecismo na festa de São Luís de 1926, por ele conduzida), contra o partido "cagüira", os azarados e azarentos dirigentes políticos de São Luís do Paraitinga, incapazes de trazer o progresso à Imperial Cidade. Praticamente todos os funcionários e profissionais liberais ligados à burocracia fiscal e judiciária estão na oposição, prejudicados pela voracidade do promotor público João Batista de Oliveira e Costa que recolhe todos os processos e dá um encaminhamento clientelístico e assistencialista à revelia dos circuitos burocráticos. Dissolvida a União Republicana com a nomeação de novo promotor, Juca Teles do Sertão entra em cena, suplantando Benedito de Souza Pinto, possivelmente desiludido com a política.

Retornando à criação da Associação Recreativa dos Jovens Luizenses e ao convívio de abril de 1920, um outro eixo poderia conduzir a outra divagação: o cardápio.

Gentil de Carmargo, num apêndice à sua **Sintaxe Caipira do Vale do Paraíba**, faz um minucioso arrolamento dos hábitos alimentares da população regional, dividindo-a em dois grupos: o caipira da

roça, o "camarada", pobre e imprevidente; e o grupo remediado e rico da fazenda, do sítio ou da cidade. Observando-se o cardápio do primeiro grupo, constata-se a quase total ausência de assados. Predomina, quando há carne, o processo de cozimento conhecido como "afogado". Curiosamente, quando ocorre um processo não úmido de processamento da comida, esta se associa às cinzas (batata doce assada na cinza) ou à fumaça (peças de carne defumadas no "fumeiro", um pau suspenso do teto sobre o fogão).

Ora, o texto alusivo ao convescote deixa muito claro que os alegres rapazes e moças da "sociedade" repartem entusiasticamente diversos assados. Gentil de Camargo relaciona pelo menos dez tipos de assados distribuídos ao longo das principais festas do ano, compondo o cardápio do grupo remediado e rico. Curiosamente, é apenas na 4ª feira de cinzas e na 5ª e 6ª feira santas que o cardápio deste grupo rico ou remediado se assemelha mais ao cardápio cotidiano do caipira: ensopados, cozidos, frituras, peixe.⁹⁴

Fugindo à tentação de acompanhar os antropólogos e estudar a situação dos enlatados na trama dos códigos culturais, onde inserir-se-ão certamente como variante industrializada do cozido, com uma sugestiva proximidade em relação às vísceras, notar-se-á rapidamente que os jovens participantes do convescote, ao consumir conservas, como diz o texto, identificam-se como categoria social inovadora, urbana, progressista. O país está exportando carnes enlatadas, pelos grandes frigoríficos americanos e ingleses aqui instalados, abastecendo o mercado representado pelos exércitos em luta na Europa. Tal como a indumentária (fardamento das Linhas de Tiro, escoteiros, Cruz Vermelha, calças femininas) e as posturas corporais (ginástica, exercícios militares, esporte, etc), a alimentação também vincula os jovens da "sociedade" à fachada modernizante assumida pelo capitalismo militarizado da primeira guerra mundial.⁹⁵

Os mesmo jovens do convescote são vistos no domingo de Páscoa, em abril de 1920, distanciando-se da festa popular no Largo da Matriz e recolhendo-se no vasto salão da confortável residência do senhor Felinto Lopes dos Santos, seletos grupo de rapazes da nossa melhor sociedade, como noticia *O Luizense*. Esta é uma nova situação: os jovens da "sociedade" não apenas se frequentam e estabelecem uma convivência dinâmica, grupal (o simbolismo da oferta dos alimentos, consagrados por discursos brejeiros, e consumidos em co-

mum evoca a comunhão numa liturgia leiga), mas têm possibilidades de se isolar da massa indiferenciada da população, constituindo-se como classe (pequeno-burguesa, burguesa) e como grupo de idade (juventude) ao mesmo tempo. Permanece a questão de como se encontram os jovens excluídos da "sociedade": além das indicações relativas à precocidade dos casamentos, muito poucas referências foram encontradas. É bastante provável que não se encaixem nem na caricatura do bobo enamorado, jovem da "sociedade" luizense de 1862, e, menos ainda, nos modelos de sociabilidade juvenil burguesa instituídos ao final do período.

Modelo e história

Até aqui foram vistos, analiticamente, como exige o método, processos que apontam inexoravelmente para a segregação entre "sociedade" e "povo". É necessário desenvolver uma reflexão em direção contrária: haveria algum processo, alguma situação conspirando do inversamente, no sentido de caldear os grupos sociais, evitando a criação de um fosso intransponível entre as classes, impedindo que se tornem castas? A resposta, obviamente, está contida na pergunta. A dinâmica da sociedade ocidental, pelo menos desde o momento em que se manifesta a erosão dos fundamentos do chamado modo de produção feudal, caracteriza-se pela contínua fricção entre camadas diferenciadas de população; contingentes sociais significativos são brusca ou lentamente lançados em novas condições de existência e adquirem novo status. O exemplo clássico é a expropriação dos camponeses e artesãos resultando na aparição do proletariado (e, simultaneamente, da burguesia industrial). Mas há, junto a processos globais como este, de constituição de uma nova classe, movimentos corpusculares, passagens imperceptíveis de famílias ou indivíduos, de uma posição a outra, subindo ou descendo no interior do sistema de estratificação assumido pela sociedade, que visto como sistema ou modelo tende a ser pensado, por vezes, demasiado estaticamente.

As mesmas instituições que servem à estratégia de ascensão social de grupos intemediários, vindos dos segmentos mais modestos da "sociedade" (como a escola, o Exército, o bacharelado, ofícios forenses, fiscais e liberais, por exemplo), reciclam as novas

gerações de poderosas famílias latifundiárias em decadência. Manifestação clara deste outro aspecto da dinâmica social em processo na região de São Luís do Paraitinga, neste período, é a trajetória dos descendentes do Barão do Paraitinga. A geração de seus netos, embora conservando o prestígio da família ilustre, e parcelas dos bens imóveis, instala-se - confortavelmente, sem dúvida - numa condição sociologicamente inferior àquela de seus pais e avós: serão médicos, oficiais, bacharéis, professores.

O casamento é uma das instituições mais visivelmente ligadas a esta ambivalência que caracteriza os atritos constantes, moleculares, entre as classes sociais. Oficializando e perenizando as relações entre casais, a instituição burguesa do casamento se apresenta como uma barreira eficaz, propiciando a segregação entre as classes e a reprodução das desigualdades sociais, mas, ao mesmo tempo, também funciona como uma válvula de comunicação legal, ao reconhecer (e mesmo exigir, em nome da necessária manutenção da moralidade burguesa) os casais formados por indivíduos de condições sociais distintas. Um dos aspectos curiosos do famoso charivari, por exemplo, é o aparente conservadorismo da juventude camponesa no Antigo Regime europeu: sua renhida oposição aos chamados casamentos desiguais se manifestava sobretudo nas situações em que um velho ou viúvo contratava casamento com uma jovem. Ora, enquanto os rapazes lutam por seus direitos de acesso às moças de sua geração, a família da noiva (impossível conjeturar a respeito dos sentimentos da moça) luta certamente pela ascensão social, defendendo-se isoladamente da inexorável marcha rumo à proletarização do campesinato.

Não caberia nos limites deste trabalho um estudo minucioso dos casamentos ao longo de trinta anos de história em São Luís do Paraitinga: tarefa para os estudiosos da demografia, campo privilegiado para uma Sociologia Histórica.

Tratar-se-á apenas de sugerir um quadro inicial, uma disposição de espírito conveniente ao esforço pela compreensão daquela relação que constitui a preocupação final deste capítulo: o namoro (parece pouco admissível tratar da condição juvenil na festa sem privilegiar este objeto de estudo).

Um pequeno poema anônimo de inspiração marcadamente realista e regionalista, publicado no **O Taubateense** em agosto de 1862 - portanto, contemporâneo da crônica jocosa do Sentinela (namo-

ro = bobice) - pode ser lido como um flagrante do tempo cotidiano, em namoro com o tempo da festa e fazendo contraponto com a representação esquemática, equilibrada e estática de uma sociedade que é complexa, dinâmica, contraditória.

O poeta observa uma jovem. Vestida de baeta vermelha, o cabelo atrás da orelha, descalça, a caipirinha puxa um cargueiro, isto é, um pequeno mear carregado de mercadorias. São cordas de embira, produção artesanal de família caipira, trazidas para vender no mercado municipal de Taubaté. A cena, rápida, se desenrola no cenário do mercado. A mocinha, pelo visto, não tem muita prática nesta atividade, pois está vermelha como um carmim. O poeta é um cidadão, um possível comprador, mas não quer nada comprar: prende-a pela mão, exige um beijo para soltá-la. A caipirinha reage ameaçando gritar pelo pai, que está, sem dúvida, bem perto. O poeta, intimidado, relaxa a presa, tenta ainda seduzi-la enquanto já se justifica: "Um beijinho dado a furto/ É coisa boa e não má". A moça não lhe dá ouvidos e se afasta: "Disse apenas - vá bugiá!".⁹⁶

Uma primeira pincelada no estudo deste texto esboçará a tensão entre poesia e história. Quem produz o texto não é o narrador impessoal de um evento "objetivo". Expressando-se como poeta, um desconhecido fabrica, obedecendo às regras da construção poética, poema que será lido aqui como um documento (do Latim, documentum = aquilo que serve para instruir, século XII). Este documento ocupa um fragmento do espaço do jornal, autêntico monumento (sinal do passado) a serviço de um poder.

Algumas concessões ao figurativismo: mercado municipal, fulcro urbano de onde partem linhas de força que estruturam e submetem o espaço rural. O rapaz pisa com segurança em seu território. Tem as mãos vazias, limpas e lisas, traja roupas providas de bolsos onde carrega dinheiro e poemas. A moça está presa por uma corda de embira ao mundo rural: um cargueirinho carregado com o artesanato de sua família caipira. Descalça, marcha hesitante em território estranho, desempenha com esforço a tarefa que lhe foi imposta.

A cena situa os dois protagonistas em meio à multidão. O rapaz não ousaria prender a moça num cenário mais aberto e ordenado, onde seu gesto poderia provocar uma tragédia. No turbilhão do mercado, o pai e demais prováveis membros da família da caipiri-

nha não estão em condições de reparar no gesto rápido do poeta. Felizmente para este, seu golpe de vista não falhou: a mocinha lhe chega às mãos como que sozinha em meio à azáfama da feira. E, mais felizmente ainda, sua cativa não entra em pânico. Não grita, não pede por socorro; apenas demonstra ao rapaz que poderá fazê-lo.

À pequena violência pontual do gesto galante, opõe-se a violência virtual dos homens que ocupam, aqui e agora, o foco central das tensões entre a cidade e a roça. Quem tomou a iniciativa cede, a presa frágil revela-se altiva senhora.

A caipirinha vence ao demonstrar que não está só. Seu pai, e muitas outras pessoas ligadas por fortes laços de parentesco e vizinhança, podem ser instantaneamente mobilizados contra a ousadia do moço poeta. No mercado, em caso de conflito, poderia manifestar-se, num segundo momento, a solidariedade de classe dos demais caipiras unidos em torno da menina e de seu pai, aliados a seus compadres, seus iguais, membros da comunidade rural, contra um indivíduo burguês surpreendido em flagrante situação de inferioridade física e moral.

Ao concluir, completando o quadro que devolverá a caipirinha e seu poeta ao ano de 1862, o(a) historiador(a) mais afoito não hesitará, talvez, em recorrer a algum partidarismo contemporâneo - o machista abjeto e seu pobre objeto, o burguês e a semi-proletária, a elite e a massa, o intelectual e a pobre. Atendendo ao insistente conselho de deixar que os mortos enterrem os seus mortos, convém adotar o procedimento mais lógico: a chave está no próprio texto.

A mulher, que tem sido vista sob a figura da caipirinha: por que recusa o beijo? O homem, que se revela sob os versos do poema: por que a poesia?

Ao contrário dos leitores da imprensa burguesa provinciana de 1862, os intelectuais contemporâneos interpretarão, num primeiro impulso intuitivo, o gesto da caipirinha como o recurso da vítima em busca de socorro. O pai e outros parentes e vizinhos, além do conjunto estruturado da comunidade caipira, aparecerão de pronto como defensores da jovem. Defenderão o seu pudor, sua inocência, sua liberdade de ir e vir, a integridade moral, o seu status - sempre superior ao da prostituta -, etc.

Convém observar mais de perto as poucas palavras femininas grafadas no poema.

"Me largue senão eu grito
E vô contá prá nhô meu pai
(...) - Vá bugiá!"

Duas palavras, dentre quatorze, permitem reler o poema, botando todo um certo mundo às avessas. A moça diz bem claramente: Nhô meu pai. Nhô, corruptela de Senhor. O Senhor protege, defende, sem dúvida, mas também contém e castiga. É Pierre Bourdieu, ou seria esta caipirinha anônima que põe a nu o trágico dilema sobre o qual se funda o campo geral da sociabilidade? (A troca, mecanismo complexo de comunicação, além de institucionalizar a reciprocidade, vai mais além: produz o grupo e determina ao mesmo tempo os seus limites (v. p. 182).*

Sem outra alternativa, o rapaz vai bugiar: faz poesia. O poeta que sonha com sua bela caipirinha visita-la-á muitas vezes, bugiando para sempre nos sonhos dela. Bobagens, bagunça, babugens; babuínos bochichando, balbucio de bugios balgos.



* Fernando Mendes de Almeida, intelectual paulista, ao preparar o seu estudo "O Folclore nas Ordenações do Reino", publicado pela Revista do Arquivo Público de São Paulo em 1939, vai a um baile de negros num subúrbio da capital. Tenta conversar com sua parceira, mas é contido por pessoa encarregada da ordem: - "Prá evitar intendmento recíproco entre muié relativa e home abissoluto".

NOTAS

1. v. FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986; LE GOFF, Jacques. "Documento/monumento" in Enciclopédia Einaudi. Porto, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
2. O Taubateense. nº 26, I, 8/3/1862, pp. 1-2, Carnaval; idem. nº 27, I, 15/3/1862, pp. 1-2, Carnaval.
3. Idem. nº 29, I, 27/7/1862, pp. 1-2, Correspondência do Taubateense.
4. HOERNAERT, Eduardo. História da Igreja no Brasil. Tomo II. Petrópolis, Vozes, 2ª edição, 1979, pp. 346-351 e 370-377.
5. HORNAERT, Eduardo. op. cit.. pp. 182-216.
6. Citado por HORNAERT, Eduardo. op. cit.. p. 220.
7. O Popular. nº 56, I, 3/5/1895 e nº 57, 5/5/1895, pp. 1-2, As mãias; ALMEIDA, Fernando Mendes. "O folclore nas Ordens do Reino" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. LVI, V, abr. 1939.
8. ARAÚJO, Alceu Maynard. "Procissão das carroças de lenha" in Paulistânia. nº 44, mar-abr-maio 1952; LIMA, Rossini Tavares de. "Uma festa do círculo jesuítico da capital de São Paulo" in Paulistânia. nº 56, mai-julho 1956; ANDRADE, Mário. "A entrada dos palmitos" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo.

vol. XXXII, III, fev. 1937.

9. O Popular. nº 57, I, 5/5/1895, pp. 1-2.
10. Carnaval e Cultura Popular durante a Idade Média. Curso de Extensão Universitária ministrado pela professora Rosa Maria Guerreiro, do Departamento de História da Universidade de Genebra, em agosto de 1980 na Universidade de São Paulo.
11. A Cidade de Taubaté. nº 56, I, 5/5/1895, p. 3, Mês de Maria.
12. A Verdade. nº 90, I, 15/12/1904, p. 2.
13. O Norte. nº 334, III, 9/1/1908, p. 2, Reis e Presépios; pp. 2-3, Uma festa comovente e original.
14. O Luizense. nº 383, VI, 9/5/1909, pp. 2-3, Mês de Maria; O Lábaro. nº 128, III, 6/6/1912, p. 3, São Luís do Paraitinga.
15. Gazeta de Taubaté. nº 3, VII, 15/1/1884, p. 2, Os reis e o...
16. MORLEY, Helena. Minha vida de menina. Rio de Janeiro, José Olympio, 9ª edição, 1968, p. 267.
17. O Luizense. nº 408, VII, 14/11/1909, p. 3, A Bandeira Nacional.
18. O Norte. nº 1.658, XIII, 29/8/1917, p. 1, Escotismo e Cruz Vermelha, e Linha de Tiro; O Luizense. nº 530, XV, 24/1/1918, p. 2, Escotismo; idem. nº 555, XV, 5/9/1918, p. 2, Comissão Feminina e Baile.
19. EWBANK, Thomas. Vida no Brasil. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia, Edusp, 1976, p. 93.
20. EWBANK, Thomas. op. cit.. pp. 81-84; MORAES FILHO, Mello. Festas e tradições populares do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia, Edusp, 1979, pp. 90-95; DENIS, Ferdinand. Brasil. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia, Edusp, 1980, p. 143.
21. Diário Paulista. nº 185, I, 7/3/1888, p. 1, Assunto do dia; O Liberal Taubateense. nº 31, I, 15/3/1888, p. 3, A moça mais bonita.
22. O Liberal Taubateense. nº 58, I, 8/4/1888, pp. 1-2, Vadição e mendicidade.
23. Jornal do Povo. nº 407, V, 1/9/1892, p. 1, Criados.
24. O Noticiarista. nº 533, VI, 30/11/1893, p. 1, Criados; nº 291, III, 2/8/1891, p. 4, Trabalhadores.

25. O Noticiarista. nº 361, IV, 27/3/1892, p. 1, Bailes Populares; nº 421, V, 20/10/1892, p. 3, Fin de siècle; v. a resposta do Jornal do Povo. nº 25, IV, 31/3/1892, p. 1, O Noticiarista no seu papel.
26. Jornal Oficial. nº 2, I, 31/3/1906, pp. 1-2, Pela polícia.
27. O Luizense. nº 423, VII, 26/1/1913, p. 3, Medida acertada.
28. Jornal do Povo. nº 2, VI, 3/1/1893, p. 2, Facadas.
29. Jornal de Taubaté. nº 2.323, XIII, 27/7/1907, p. 1, O jongo.
30. O Luizense. nº LIX, II, 25/12/1904, p. 2.
31. Gazeta de Taubaté. nº 54, I, 21/12/1878, pp. 2-3; nº 1, II, 9/1/1879, p. 2, Carta a uma noiva.
32. O Imparcial. nº 34, I, 13/12/1893, p. 1, A mulher econômica.
33. A Zagaia. nº 5, I, 10/5/1896, p. 2, Prateleira do burguês.
34. Jornal do Povo. nº 88, III, 19/9/1890, pp. 1-2; segue até o nº 94, III, 3/10/1890.
35. Idem. nº 97, III, 10/10/1890, pp. 1-2; conclui no nº 11, III, 23/11/1890.
36. O Luizense. nº 69, II, 5/3/1905, pp. 1-2, A mulher na luta pela vida.
37. POR PARTES. Série de artigos políticos publicados pelo jornal O Norte. Taubaté, Tipografia Luiz Santos, 1909.
38. A Federação. nº 128, III, 17/4/1911, p. 2, Palestrando.
39. O Norte. nº 1.023, IX, 25/6/1913, p. 1, O problema da moda; QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. "A dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros" in Cultura, Sociedade rural, sociedade urbana no Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo, LTC, Edusp, 1978; MELLO E SOUZA, Gilda Rocha. "A moda no século XIX" in Revista do Museu Paulista. N.S., vol. V, São Paulo, 1953.
40. O Norte. nº 1.812 a 1.814, XIV, setembro de 1918.
41. A Federação. nº 203, VI, 20/10/1912, p. 2, A moda.
42. v. bibliografia na nota 24 do Anexo.
43. A Tesoura. nº 13, I, 1/1/1920, p. 3.

44. A Tesoura. nº 10, I, 6/12/1919, p. 3.
45. O Norte. nº 1.159, X, 20/5/1914, p. 1, Respigando.
46. Relatório da História e do Movimento Religioso da Paróquia de São Luís do Paraitinga. pp. 34-36.
47. O Lírio. nº 14, I, 30/12/1913, p. 2, Vagando.
48. O Norte. nº 288, III, 28/7/1907, pp. 2-3, Por causa do eclipse.
49. A Federação. nº 155, III, 26/10/1911, p. 1, Crônica.
50. Jornal de Taubaté. nº 2.184, X, 22/3/1906, p. 1, O Grupo X; nº 2.188, 5/4/1906, p. 1, Carta do Grupo X.
51. v. LEITE, Dante Moreira. Psicologia e Literatura. São Paulo, Cia. Ed. Nacional/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977; ROMANO, Afonso. O Canibalismo Amoroso. São Paulo, Brasiliense, 1986.
52. SANT'ANNA, Nuto. Metrópole. São Paulo, Coleção Departamento de Cultura, vol. XXXIX, 1950, vol. I, pp. 119-122; AZEVEDO, Pe. Ferdinand, SJ. Ensino, jornalismo e missões jesuíticas em Pernambuco, 1866-1874. Recife, FASA, 1981; Jornal do Povo. nº 15, II, 16/8/1889, p. 3, Trezentas mulheres revolucionárias; O Noticiarista. nº 408, V, 14/9/1892, p. 2, Mulheres ou diabos?; O Lábaro. nº 405, VIII, 11/10/1917, p. 1, Contra o sorteio militar.
53. TRINDADE, Jaelson Bitran. "No caminho do Paraitinga" in SAIA, Luís & TRINDADE, Jaelson Bitran. São Luís do Paraitinga. Publicação nº 2. São Paulo, CONDEPHAAT, 1977, pp. 10-13.
54. Museu Oswaldo Cruz. VIII A. 1, Atas da Junta de Alistamento da Paróquia de Lagoinha. 1875-1888.
55. O Luizense. nº 403, VII, 10/10/1909, p. 2.
56. Idem. nº 404, VII, 17/10/1909, p. 2.
57. Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891, 1º fascículo, pp. 64-65.
58. Depoimento de Maurício de Lacerda, publicado no jornal carioca O Imparcial em 22/11/1922; ver nota seguinte.
59. NUNES, Janari Gentil. Bandeiras do Brasil. Rio de Janeiro, Edi-

- tora Bloch, Biblioteca Militar, vol. 23, 1939, pp. 123-126.
60. Decisão nº 12, de 17/4/1890, Ministério dos Negócios do Interior. Exclui a instrução religiosa do programa das escolas primárias e dos estabelecimentos de ensino público. in Decisões do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2º fascículo, 1892, p. 8; Decisão nº 17, de 24/4/1890, Ministério dos Negócios do Interior. Declara que deve ser eliminado do programa do Instituto Nacional de Instrução Secundária, além do ensino de instrução religiosa, o da teodicéia e da moral religiosa. Op. cit., p. 12; Decreto nº 1.036-A, de 14/11/1890. Suprime a cadeira de Direito Eclesiástico dos cursos jurídicos do Recife e de São Paulo. in: Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. 11º fascículo, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, pp. 3.710-11; Decisões do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1892, 1º fascículo, pp. 20-21, Ministério da Guerra, Aviso nº 38, de 8/2/1890; idem, 3º fascículo, 1893, Ministério da Guerra, Circular nº 31, de 5/9/1890, p. 20; etc)
61. O Luizense. nº 399, VI, 12/9/1909, p. 3, A Igreja e o Estado.
62. Idem. nº 406, VII, 31/10/1909, p. 3, A Polícia e a Igreja.
63. Ibidem. nº 408, VII, 14/11/1909, p. 1, Argumento decisivo; nº 409, 31/11/1909, p. 2, Congresso Católico.
64. Loco citato. nº 422, VII, 27/2/1910, p. 2, Aos Católicos; nº 413, VII, 26/12/1909, p. 4, Marechal Hermes. Pobre Minas!
65. Op. cit.. nº 381, VI, 25/4/1909, p. 1, Lamentável.
66. "O voluntariado no Exército" in A defesa nacional. I, 2, nov. 1913; citado por CARVALHO, José Murilo de. "As Forças Armadas na 1ª República: o poder desestabilizador" in FAUSTO, Bóris. História Geral da Civilização Brasileira. tomo III, 2º vol.
67. CARVALHO, Estêvão Leitão de. "Outro aspecto do nosso voluntariado" in A Defesa Nacional, I, 5, fev. 1914; cf. CARVALHO, José Murilo de. op. cit.. pp. 190-191.
68. O Porvir. nº 48, I, 21/1/1917, p. 2, Voluntários para a Força Pública; O Norte. nº 1.703, XIV, 14/12/1917, p. 1, Notas e fa-

- tos; O Norte. nº 127, II, 18/1/1906, p. 2, Fora os negros!
69. O Norte. nº 1.670, XIV, 20/09/1917, p. 1, Notas e fatos.
70. O Luizense. nº 529, XV, 10/1/1918, p. 1, Linha de Tiro e Consórcio.
71. O Norte. nº 1.781, XIV, 23/6/1918, p. 2, Tiro 445.
72. O Norte. nº 1.784, XIV, 30/6/1918, p. 1, Crônica.
73. O Luizense. nº 648, XVIII, 10/3/1921, p. 2, Diligência.
74. O Luizense. nº 553, XV, 22/8/1918, pp. 2-3, Teatro.
75. BOURDIEU, Pierre. "Le capital social. Notes provisoires" in: Actes de la recherche en Sciences Sociales. nº 31, 1980.
76. v. TRINDADE, Jaelson Bitran. "No caminho do Paraitinga". op. cit.. e HERRMANN, Lucila. "Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos" in Revista de Administração. II, mar-jun, 1948, nº 5-6, São Paulo, FCEA/USP.
77. O Luizense. nº 554, XV, 29/8/1918, p. 2, Teatro, 19º espetáculo do Grupo Dramático Luizense.
78. Idem. nº 514, XIV, 26/8/1917, p. 3, Teatro. 3º e 4º espetáculos do Grupo Dramático Luizense.
79. Ibidem. nº 529, XV, 10/1/1918, p. 2, Teatro. 11ª récita do Grupo Dramático Luizense.
80. Loco citato. nº 530, XV, 24/1/1918, p. 3, Teatro. 12ª récita do Grupo Dramático Luizense.
81. O Paraitinga. nº 3, I, 1/8/1926, pp. 4-5, Para rir...
82. O Porvir. nº 12, I, 28/5/1916, p. 1, A propósito do concurso de beleza.
83. O Luizense. nº 363, V, 2/10/1908, p. 3.
84. Os cálculos se baseiam nos apontamentos supostamente encontrados na secretaria de uma célebre atriz alemã, morta aos 89 anos, e correram o mundo através da imprensa. Foram publicados pelo jornal O Taubateense. nº 53, I, 24/1/1863, p. 1, Anais de uma atriz.
85. GIFFONI, Maria Amália Correia. "Considerações históricas sobre as danças sociais no Brasil" in Revista do Arquivo Municipal

- de São Paulo. vol. CLXXXII, ano XXXIII, jul-dez 1970, pp. 125-161.
86. LEITE, Dante Moreira. "Os românticos e a valsa" in O amor romântico e outros temas. São Paulo, Nacional/Edusp, 1979.
87. O Taubateense. nº 33, I, 31/8/1862, p. 3, Bailes.
88. FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. op. cit..
89. O Taubateense. nº 31, I, 16/8/1862, p. 2, O namoro.
90. O Luizense. nº 616, XVII, 15/4/1920, p. 3, Convescote.
91. Jornal de São Luís. nº 3, I, março de 1950, p. 3, Escola da roça; CASTRO, Josué de. "Sociologia Pitoresca" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. XLIV, IV, fevereiro de 1938.
92. O Paraitinga. nº 8, I, 5/9/1926, pp. 4-5, Em resposta; p. 5, Alerta.
93. Idem. nº 40, II, 29/5/1927, p. 2, Inqualificável.
94. CAMARGO, Gentil de. "Costumes do Vale do Paraíba" in Paulistânia. nº 40, maio-junho, 1951.
95. v. obras de Claude Lévi-Strauss, especialmente "Le triangle alimentaire", de que Edmund Leach fez uma boa resenha em As idéias de Lévi-Strauss, e Mythologiques I, II e III. No Brasil, v. em O carnaval devoto de Isidoro Alves, abordagem antropológica do cardápio na festa do Círio de Nazaré; para uma importante recolocação das relações entre valor de uso, fetichismo e ordem simbólica, v. Cultura e razão prática de Marshall Sahlins, onde se encontra um pequeno estudo sobre as preferências alimentares na sociedade americana contemporânea; Pierre Vidal-Naquet relaciona o cru, a criança grega e o cozido num fascinante estudo sobre a juventude na Grécia Antiga - "Os jovens" in História: Novos Objetos. Nesta mesma obra coletiva, ver o estudo de Jean-Paul Aron - "A cozinha. Um cardápio do século XIX".
96. O Taubateense. nº 30, I, 2/8/1862, p. 3, A caipirinha.

CONDIÇÃO ADULTA

Liberdade, igualdade, matrimônio

A 7 de março de 1863, o jornal *O Taubateense* divulga matéria publicada a 26 de fevereiro pelo *Correio Mercantil*, que a copiara do jornal *A Pátria*, de Niterói. Trata-se de uma sentença lavrada pelo delegado de polícia da cidade goiana de Catalão, que todos os jornais transcrevem *ipsis verbis* a seus leitores:

"Vistos estes hauthos etc, encherge-se que o Réo Pedro Mercurio é um trattante de mão cheia, porque violoo a força a pudicicia da muié do Joaquim Orives, a qual promode isso chorou muito, e o sobre dito Joaquim disse ao Januario que está deshonrado.

A testemunha Quirino Rodrigues Ribeiro que assistiu essa balburdia não impediu como era de seu rigoroso dever o desaforo de Pedro Mercurio. Por tanto condeno ao memo Pedro Mercurio em um anno de prisão; ao Quirino sem mil-réis de multa para Joaquim Orives, más 100 prizão. O escrivão passe mande de prisão contra o Pedro, e de pinhora contra o Quirino lansando no roes de culpados o nome de Pedro Mercurio, como insina os códigos e as leis do império. Catalão; 7 de janeiro, de 1862. José Pires de Moraes, Adelegado de Pulicia"¹

As seqüências de gestos encadeadas por este pequeno

texto permite visualizar várias cadeias de personagens: Pedro Mercúrio e seu cúmplice Quirino Rodrigues Ribeiro, Joaquim Ourives, seu amigo Januário, o delegado José Pires de Moraes e seu escrivão; e uma pessoa desconhecida que remete o texto da sentença à redação de um primeiro jornal, onde podem ser consideradas a equipe de redação, a equipe da oficina e os leitores; dentre esses leitores, alguém ligado a outros jornais que vão, sucessivamente, transcrevendo a matéria que será manuseada e lida por um público sempre maior, até alcançar o público do *Taubateense*, entre o qual pode ser incluída uma fração da população letrada de São Luís do Paraitinga.

No drama goiano, os protagonistas se identificam pela seguinte cadeia de atividades: violar, e ser cúmplice; perder a honra e ser confidente; julgar, punir e indenizar; e escrever. O personagem anônimo, provavelmente o escrivão ou outro funcionário letrado ligado aos negócios judiciais e forenses em Catalão, abre caminho para outras cadeias verbais: ler e transcrever, que se repetem atingindo um vasto público leitor a que se quer fazer rir.

Os jornais se limitam a transcrever fielmente o documento: basta que o leitor compare a ortografia e o estilo do delegado (ou de seu escrivão) com as características formais dos demais textos que o rodeiam no jornal, para que o círculo da cumplicidade jocosa se complete. O documento se torna notícia porque é bizarro. O drama se converte em comédia. Produtores e consumidores da mercadoria impressa se irmanam no ato de sorrir frente a esta notícia de um mundo extra-muros, que caberá verificar se lhes é próximo ou distante.

Por ora, pode-se avaliar as distâncias entre as palavras contidas no texto. A única pessoa de sexo feminino citada, apesar de desempenhar um papel central no drama catalano, só se identifica como um atributo de Joaquim Ourives - é sua mulher - e como vítima da ação de Pedro Mercúrio, que, aliás, não atinge, na opinião de quem escreve, a sua pessoa, mas apenas e mais precisamente a sua pudicícia; o que significa desonra para o marido. O valor desta pudicícia se mede por um ano de prisão, e 100\$000 indenizam pela desonra.

A única atividade que o texto reserva à mulher violentada se resume ao verbo chorar, e muito.

Não fora este registro, o historiógrafo só poderia

ler a tinta vertida pela delegacia de polícia de Catalão e pelos três jornais, sobre o papel. Lágrimas vertidas sobre um outro suporte, um rosto feminino, devem ser lidas com muito respeito, se se quiser recuperar, na medida do possível, a fala daquelas pessoas que não sabem, ou não podem, servir-se da tinta e dos papéis que se preservarão nos arquivos e hemerotecas.

Antes mesmo da proclamação da República, as autoridades municipais de São Luís do Paraitinga tomam conhecimento da possibilidade legal de casamento civil; a 28 de fevereiro de 1889, a Câmara Municipal responde à Circular de 22/12/1888 expedida pelo Presidente da Província, esclarecendo que não há, felizmente, em razão da unanimidade do espírito religioso da população, nenhum caso de casamento acatólico no município, que obedeceria ao disposto no Decreto nº 3.096 de 17/04/1863.²

Com a República, a separação entre Igreja e Estado vai provocar dúvidas e incerteza entre os funcionários dos organismos estatais no registro de casamentos e nascimentos. Os atritos entre sacerdotes e autoridades civis republicanas pontuam dramaticamente a conjuntura dos primeiros anos do novo regime (v. pp. 30, especialmente a nota nº 14). Em São Luís do Paraitinga, o vigário cônego Bento de Almeida é denunciado através do **Correio Paulistano**, da capital; em meio a tantos conflitos, o vigário é mais um sacerdote supostamente pilhado em oposição à cerimônia republicana do casamento.

Quem denunciou o cônego Bento de Almeida não estava bem informado: o sacerdote publica pelo **Noticiarista** de Taubaté uma carta aberta, rebatendo as acusações. A noiva que se casou na matriz de São Luís do Paraitinga a 31/05/1890 não era órfã (o padre informa os dados dos registros de nascimento e batismo). A cerimônia teve lugar às 19 horas, perante duas testemunhas, obedecidos os regulamentos republicanos (decreto de 24 (de janeiro) do corrente ano). No dia seguinte, o vigário foi informado da prisão do noivo, denunciado pelo sogro de raptó de menor. Ora, o sacerdote, sabendo que a moça tinha 22 anos, procurou o delegado de polícia que, cientificado, relaxou a prisão do rapaz.³

O mesmo jornal transcreve um pronunciamento do vigário João Eboli, de Mogi Mirim, divulgado pela **Gazeta de Mogi Mirim**, em julho do mesmo ano. O sacerdote católico informa aos católicos

que o Casamento Civil não é suficiente para a legitimidade do matrimônio. A Igreja considera o casal constituído apenas pela cerimônia civil como "puro concubinato" ou "verdadeira mancebia" (aspas do texto). Os filhos desse casal seriam batizados como ilegítimos, aos olhos da Igreja. O casal que recusar o sacramento do casamento vive em situação de pecado público e não poderá receber nenhum outro sacramento, antes da penitência e matrimônio religioso; também não poderão ser admitidos como padrinhos em cerimônias religiosas; e, finalmente, se morrerem nesta condição, casados apenas conforme a lei civil, não poderão ser encomendados nem receber exéquias e sufrágios públicos.⁴

Em abril do ano seguinte, ocorre um processo contra o padre coadjutor da paróquia de Taubaté. Os jornais católicos denunciam o casamento na cadeia, considerando vexaminoso e degradante para os noivos o ambiente em que se desenrola a cerimônia do casamento civil.⁵

O oficial do Registro em São Luís do Paraitinga, Caetano Lopes Soares, confuso diante das constantes alterações da lei em relação ao casamento civil, pede esclarecimentos ao juiz de paz e de casamentos, alferes José Lopes Pereira de Toledo. Devem ser considerados legítimos os filhos nascidos de casamento realizado após o 1/1/1889 e antes de 24/5/1890? Os filhos de casamento religioso (sem casamento civil) podem ser registrados como ilegítimos, com o nome dos respectivos pais? Os que querem registrar agora (setembro de 1891) o casamento devem prestar as declarações exigidas pela Lei do Casamento Civil?⁶

O mesmo Caetano Lopes Soares, seis anos mais tarde, é agredido a cacetadas na noite de 28 de outubro pelo desertor da polícia Francisco Bata, provavelmente a mando do delegado de polícia, conivente, segundo a vítima, com o promotor público Antônio Augusto Cavalcanti Albuquerque Pessoa, seu desafeto. Aliás, a vítima está sendo acusada pelo referido promotor público, que invoca irregularidades cometidas por Caetano Lopes Soares, escrivão de paz e oficial do Registro Civil, no ato de casamento civil de José Pedro Pereira e Elisa Augusta de Castro Guimarães, filha de João Eloy de Castro Guimarães, que não concorda com o casamento. Em sua defesa, o capitão Caetano Lopes Soares, português, 41 anos, casado, acusa o promotor público de urdir o processo com a finalidade de prejudicá-lo e favorecer José Cândido de Oliveira e Costa, a quem prometeu o

cargo de escrivão de paz. Quando o acusado presta este depoimento, tanto o promotor público como o delegado de polícia estão ausentes, estando os seus cargos ocupados por interinos. O processo não tem seqüência.⁷

Enquanto querelas como estas, espuma de conflitos violentos entre grupos sociais envolvendo as burocracias do Estado e da Igreja, estão se desenrolando, a questão mais crucial do casamento não provoca nenhuma dúvida. O Noticiarista, tão fielmente dedicado ao programa do Partido Católico, que tem grande importância na Assembléia Constituinte, mitigando a intransigência da lei do casamento civil, expressa sem dúvida o ponto de vista generalizado entre os homens de todos os partidos e crenças da época:

Marçal, marido traído, assassina a esposa adúltera Clotilde. "Tivessem todos os maridos heroísmo ou loucura (como queira) de assim procederem nessas emergências, que tão corrompida, por certo, não estaria a nossa sociedade".⁸

Em novembro de 1903, ao fazer o balanço de suas atividades na Intendência de São Luís do Paraitinga durante o exercício de 1902, João Rodrigues Soares informa que foram registrados apenas cinqüenta casamentos civis, "estando porém informado que os casamentos religiosos foram em muito maior número. É este um dos mais graves inconvenientes (...) entre esses casamentos unicamente religiosos há muitos casos de abandono das mulheres pelos maridos".⁹

A informação procede. Em seu Relatório enviado ao bispo em 1906, o vigário de São Luís do Paraitinga enumera os casamentos por ele celebrados: 69 em 1901, 91 em 1902, 74 em 1904, e 130 em 1905. A razão desta duplicação dos casamentos em 1905 está nos rumores relativos à execução da lei do sorteio militar e na convicção, partilhada pelo povo, de que os casados serão dispensados.¹⁰

Cerca de vinte anos mais tarde, Mário de Aguiar, chegando à cidade, verifica a persistência desta situação, que provavelmente se mantém até a época em que redigirá, em 1948, seu artigo sobre São Luís do Paraitinga na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. O rapaz caipira, aos doze ou treze anos já está munido de sua ferramenta usual e acompanha o pai ou os irmãos mais velhos em qualquer serviço; entre 18 e 22 anos o trabalhador rural está na fase de plenitude de sua capacidade e é neste momento em que se casa: precisa de quem lhe prepare a comida, cuide da casa, lave e remende

a sua pouca roupa, ajudando-o ainda, quando possível, no preparo da terra ou em qualquer outro trabalho por ele assumido. Os gastos são insignificantes, não há enxoval, não se compra mobília, e o casamento religioso é mais barato que o casamento civil no cartório. Assim, se o casamento "não der certo", é fácil abandonar a mulher. Convém aproveitar de Mário Aguiar a descrição da festa de casamento caipira:

"Realizam-se os casamentos, geralmente, nos sábados; nesse dia, convidados e nubentes comem melhor na cidade, numa "pensão" ou em casa de parentes ou amigos; servem-se de um prato muito apreciado por todos os roceiros, o famoso "refogado", ou seja, carne cozida com batatas, a que misturam arroz ou farinha de milho. Passam o domingo passeando ou visitando conhecidos e parentes e na segunda-feira já estão em casa: ela na sua lida, ele na enxada, quando não ambos na mesma tarefa, capinando juntos"¹¹

O Código Penal, promulgado a 11/10/1890, legitima a desigualdade de direitos entre os sexos. O artigo 268 pune o crime de estupro. Se a vítima é mulher, virgem ou não, mas honesta, o criminoso pode ser punido com prisão celular, por um a seis anos. O parágrafo 1 reduz a pena para seis meses a dois anos, se a vítima for mulher pública ou prostituta. O artigo 279 com seu parágrafo 1 é mais claro: A mulher casada que cometer adultério será punida com a pena de prisão celular por um a três anos; o marido adúltero só incorrerá na mesma pena, caso ficar demonstrado que tem concubina teúda e manteúda.¹²

Num quadro como este, causa de fato surpresa aos redatores de jornais e a seus leitores, a morte de um homem comprovadamente virgem, como Evangelista Medano em Manágua, Nicarágua, cujo enterro num ataúde branco - tal como se sepultam as crianças e as moças solteiras - é noticiado em vários jornais brasileiros em novembro de 1907.¹³

O LUIZENSE, enquanto aplaude as incursões policiais contra feiticeiras e curandeiros, geralmente negros, que são muitos na região, divulga, entre os poucos remédios não processados pelos próprios farmacêuticos, um grande remédio inglês, o Específico Áureo de Harvey:

"Debilidade nervosa, impotência, espermatorrêia, perdas seminais noturnas ou diurnas, inchação dos testículos, prostação nervosa, moléstias dos rins e da bexiga, semições (sic) involuntárias e fraqueza dos órgãos genitais. CURA INFALÍVEL. Este específico faz a cura positiva em todos os casos, quer de moços quer de velhos, dá força e vitalidade aos órgãos genitais, revigora todo o sistema nervoso, chama a circulação do sangue para as partes genitais e é o único remédio que restabelece a saúde e dá força às pessoas NERVOSAS, DEBILITADAS e impotentes. O desespero, o receio, a grande excitação, a insônia e o grande desânimo geral desaparecem gradualmente depois do uso deste específico, resultando o sossego, a esperança e a força. Este inestimável específico tem sido usado com grande êxito por milhares de pessoas e achasse à venda nas melhores farmácias e drogarias do mundo. Direção: HARLEY & COMPANHIA. 247 EST 32 D STREET. Nova York. E.U.A."¹⁴

Um casamento particularmente festivo é o do capitão Tomé Cesário de Campos, membro do diretório republicano que governa São Luís do Paraitinga, e Maria da Paz Azevedo, que tem lugar na basílica de Nossa Senhora Aparecida em janeiro de 1909, reunindo quase toda a família Domingues de Castro e uma série de personalidades da "sociedade" luizense.¹⁵

Em dezembro do mesmo ano, O Luizense é porta-voz combativo do civilismo, batendo-se contra a candidatura militar de Hermes da Fonseca, e forçado a combater também outra facção civilista que se apresta a tomar o controle político do município desalojando o partido bentista (do coronel Manuel Bento Domingues de Castro). Num dos momentos mais decisivos da disputa eleitoral, reúne-se o tribunal do júri. Na sessão de 27 de outubro, Antônio Fagundes da Silva e José Maria de Oliveira Prado, réus incurso no art. 303 do Código Penal, são absolvidos. No dia seguinte, o réu é Benedito Tertuliano dos Santos, acusado de tentativa contra a vida (facadas) de sua própria esposa, Maria José da Conceição, a caminho de uma festa, na estrada, a 23/6/1907, pelas cinco horas da tarde.

"Um governo reduzido a não poder alcançar seus ini-

migos a não ser no campo de batalha seria algo destruído (...) O homem que julga o criminoso é, pois, realmente, o senhor da sociedade". Estas palavras de Alexis de Tocqueville demonstram a necessidade de situar o julgamento do marido e agressor de Maria José da Conceição num contexto mais geral.

Observando a república nos Estados Unidos da América, Tocqueville também raciocina à base da oposição entre o soldado e o jurista, e, tal como os civilistas brasileiros oitenta anos mais tarde, toma posição clara em favor do jurista. No país em que nasce e prospera a República, que lhe é tão cara, Tocqueville constata, certamente sem surpresa, que ali a liberdade de discussão e a independência de pensamento são de certa forma mais limitadas do que nas monarquias constitucionais europeias. Contra a tirania da opinião majoritária, o escritor recusa frontalmente a idéia de buscar apoio no monarca esclarecido ou na aristocracia: não pode haver outro monarca senão a maioria. Como o despotismo deprava muito mais a vítima que o opressor, na República os governos tendem ao mais vil e bajulador espírito cortesão, submetendo-se aos caprichos mais tolos da soberana maioria. Convém lembrar que Tocqueville se refere mais especificamente aos governos estaduais e não ao governo central da Federação americana.

Algo que mitiga essa tirania insuportável é, em primeiro lugar, a distinção entre os dois meios de governo: só é centralizado o direito genérico de comandar, enquanto o direito de aplicar nas minúcias da prática a vontade da maioria é extremamente partilhado entre as administrações dos condados, os corpos municipais e outros organismos locais. Esta multiplicidade de instâncias dotadas de poder para examinar, adaptar e aplicar localmente os desígnios exprimidos pela maioria são, na opinião de Tocqueville, verdadeiros e providenciais empecilhos que, mais ou menos deliberadamente, retardam e dividem a maré da vontade popular. Providenciais porque, se ocorresse uma centralização administrativa radical que permitisse à maioria impor seus pontos de vista de forma imediata em qualquer instância, a República levaria inevitavelmente ao mais intolerável despotismo - a que o pensador francês julga só encontrar algo comparável em terre no asiático.

Mais importante que a descentralização administrativa, Tocqueville encontra na América um forte espírito legal, poderosa barreira contra os descaminhos eventuais da democracia. Não bas-

ta aprovar o governo da maioria, é necessário também garantir os direitos da minoria. Ao espírito legal corresponde o corpo constituído por aqueles que se especializam no estudo das leis.

Os juristas são definidos por Tocqueville como uma espécie de anticorpo aristocrático atuando no interior da sociedade democrática, destinado a uma tarefa das mais essenciais. A especialização constante dá-lhes o hábito da ordem, o gosto pelas formas, o apego ao encadeamento regular das idéias; a prática jurídica traz-lhes a noção de superioridade intelectual e o desdém pelas ações e opiniões da multidão.

Passadas as conspirações e revoluções, quando os juristas se encontram solidamente instalados nos postos elevados que lhes são naturalmente reservados, o seu espírito se torna eminentemente conservador e antidemocrático. A explicação do jovem Tocqueville é lógica - o jurista busca especialmente a ordem, cuja maior garantia repousa na autoridade. De forma análoga, prefere a igualdade à liberdade, em caso de última escolha. Tocqueville vai às últimas conseqüências do raciocínio - feliz o príncipe que logra manter ou introduzir os juristas no seu governo, seja qual for. Como num passe de mágica, o poder, criado e mantido pela espada, retorna às suas mãos sob a forma de justiça e de leis.

Ora, na República democrática, o príncipe é o povo, que não desconfia dos juristas e os convida facilmente a servi-lo ocupando o governo. O caráter aristocrático do corpo de juristas se accentua mais nos países saxônicos onde boa parte do direito é consuetudinário, naturalmente mais conservador que o direito escrito. Tanto melhor. As leis parecerão mais obscuras ao vulgo, que confiará maior poder à habilidade do jurista. Mais que um sábio - o jurista do direito escrito - o jurista saxônico torna-se verdadeiro sacerdote de uma ciência exotérica.

Incapaz de subverter o sentido democrático do governo da maioria, o jurista concebido por Tocqueville pode, no entanto, forçar o soberano a ser coerente com suas próprias leis e a cumprilas, já que a maioria pode às vezes se dar o prazer de infringilas após tê-las decretado. Cada lei ou decisão local passa necessariamente pelo crivo de vários tribunais onde pontificam os juristas, encarregados de compará-las ao espírito da lei fundamental e julgá-las constitucionais ou não. Por isso, a democracia americana conspi

ra para submeter esses funcionários procurando eleger magistrados e dando ao governo estadual poder para, a pedido das câmaras políticas, despedi-los de suas cátedras. Nada mais perigoso para a democracia, porque se os magistrados se tornam venais e cortesãos, o despotismo ilimitado da soberana maioria provocará o desespero das minorias, a violência e a anarquia.

Enquanto isto não se dá, o poder dessa aristocracia se expande e contamina beneficentemente a política americana em si mesma, e coloca juristas nos mais variados cargos públicos. Esta espécie de aristocracia obcecada pela ordem, pela estabilidade e pela igualdade sob a lei do príncipe torna-se quase onipotente e onipresente:

"Os juristas constituem, nos Estados Unidos, uma força que pouco se teme, que mal se percebe, que não tem qualquer bandeira própria, que se curva com flexibilidade às exigências do tempo e deixa-se ir sem resistência a todos os movimentos do corpo social; mas envolve a sociedade por inteiro, penetra em cada uma das classes que a compõem, trabalha-a em segredo, age sem cessar sobre ela, contra a sua vontade; e acaba modelando-a conforme os seus desejos".

Dentre os vários tribunais - que Tocqueville prefere conceber como organismos pertencentes por direito natural a uma reduzida aristocracia de magistrados vitalícios e não como objetos de disputa eleitoral - o júri merece atenção especial. O jurista francês não se preocupa muito com o júri enquanto instituição judiciária, aquela que trata dos crimes e dos criminosos. Limita-se a louvar a iniciativa dos ingleses semi-bárbaros que adotaram esta instituição e a difundiram pelo mundo. O júri, colhendo ao acaso um grupo de cidadãos ou de membros de uma classe, coloca pontualmente a direção da sociedade nas mãos do povo ou de uma classe, como nos Estados Unidos (1º caso) e na Inglaterra (2º caso). Republicana e democrática, a América tem em cada cidadão o eleitor, o elegível e o jurado.

É o caráter político da instituição do júri que desperta a atenção de Tocqueville. Percebe que o direito a ser jurado é uma extensão natural da soberania, deve ser partilhado por todos os eleitores existentes, o que não ocorre na república aristocrática

disfarçada - a Inglaterra de 1830 - e nem, como se verá, na república oligárquica brasileira de 1909.

Mas, o caráter político do júri se ressentem quando este se limita a questões criminais e, pior ainda, a apenas certo número de questões criminais e não a todas. Os cidadãos deixam de ver ali um local privilegiado para o exercício da soberania, habituam-se a considerá-lo como algo distante e especializado. Por isso Tocqueville prefere estender ao máximo o raio de atuação do júri, fazendo-o presente nos assuntos cíveis. Alcançando uma ampla gama de situações, a ação do júri penetrará nos costumes, moldando o espírito da população, habituando-a a exercer a justiça, melhor maneira de a assimilar. O júri, assim concebido, é uma escola de direito gratuita e aberta - pode não ser agradável aos que vão a julgamento, mas é muito útil aos que julgam...

A limitada confiança de Tocqueville nas virtudes do jurista torna um pouco suspeito o remédio que oferece para sanar o principal mal da democracia, a tirania da maioria sobre a minoria e mesmo sobre o indivíduo. Proveniente da pequena nobreza francesa e jurista, Tocqueville raciocina em termos bastante concretos quando teoriza a necessidade de um anticorpo aristocrático na república democrática, para vaciná-la contra seus próprios excessos.

No júri enquanto instituição voltada para o julgamento de problemas cíveis, acentua-se a ignorância dos cidadãos jurados e o poder do magistrado. Se nos assuntos criminais os fatos em sua brutalidade colocam quase em pé de igualdade magistrado e jurados, aqui os fatos são fluidos, os processos labirínticos. O júri, neste caso, é mero simulacro de um corpo judiciário. Quem decide é o magistrado, ensinando aos jurados a maneira de resolver o enigma. Dessa forma, a extensão da soberania ao seu ponto mais extremo resultaria na consolidação da autoridade magistral. Usufruindo do respeito que lhe é devido, o magistrado norte-americano decide, constitucionalmente, às vezes sozinho, em matérias de alcance federal. Tocqueville exulta.

É justamente ao dividir o poder de julgar com o júri popular que o jurista constrói a base mais sólida para o seu domínio. Domínio que, Tocqueville o crê firmemente, só poderá ser positivo, justo. O jurista com quem este jovem jurista francês de origem e formação aristocrática sonha, em 1830, dosando cuidadosamente o raciona

lismo e o romantismo, é a miragem da justiça ideal, salomônica. Seria grosseiro interpretar seu discurso como simples cobertura ideológica de interesses imediatos e mesquinhos.¹⁶

Um texto de F. Vergueiro Steidel, presidente da Liga Nacionalista, publicado pelo *Luizense* em novembro de 1921, será útil à discussão das idéias formuladas por Tocqueville a respeito do júri popular em 1830, face à situação em que Benedito Tertuliano dos Santos, tendo esfaqueado sua esposa Maria José da Conceição, é submetido a julgamento em São Luís do Paraitinga, em outubro de 1909.

"No tribunal do Júri o cidadão jurado exerce a mais alta função que se pode imaginar, e que com razão se diz que é quase divina; pois a sua decisão está subordinada exclusivamente à sua consciência, e mesmo quando ela negar o próprio fato evidente e confessado pelo réu, o que entretanto nunca deverá fazer, as autoridades têm o dever de respeitar e cumprir a sua decisão. A função do jurado é a maior honra que a sociedade pode conferir a um cidadão, e como tal representa um poder preponderante para a conservação da ordem social, porque se o Júri for excessivamente benévolo, o criminoso perderá o receio da pena, e os crimes se reproduzirão, fazendo desaparecer a segurança pública. O jurado, agindo de acordo com a sua consciência, zela pela sua própria segurança, pela da sua família e dos seus bens, pois que sua missão é a de declarar se o acusado trazido a sua presença deve ser punido (...) Para desempenhar uma função de tamanha importância, a lei determina que só possa ser jurado o brasileiro maior, de bom senso e probidade, que goze dos direitos civis e políticos, e que conte com os meios pecuniários que o habilitem a dispor do tempo necessário a esse serviço. Não se exige do jurado grande ilustração, porque ele é um juiz de fato, e para afirmar ou negar os quesitos que lhe são propostos, bastam o bom senso, a honra e uma consciência reta. A função do jurado é mais importante que a do eleitor, embora ambas importem em uma di

reta intervenção nos negócios sociais. O Júri é um tribunal popular, onde o jurado de modesta fortuna é igual ao milionário, tendo o seu voto tanto valor como o deste. [O processo de julgar é o mais sintético possível. O jurado] afirma ou nega o fato e, por isso, não deve se preocupar com a pena que possa ser imposta ao criminoso (...) Quem determina a pena que cabe ao crime é a lei, da qual todos nós somos escravos. Se confiássemos essa missão aos vagabundos ou aos homens maus, nenhum criminoso seria condenado, e os homens honestos teriam de desaparecer dominados pelos maus em maior número e mais bem armados (...) O jurado deve finalmente lembrar-se sempre de que, se um dia for obrigado a defender até pelas armas a sua vida, a sua honra ou a da sua família, ou a sua propriedade, cometendo um crime, que o enobrecerá em vez de o aviltar, é ao Júri que pedirá a sua reabilitação, e é dos jurados que dependerá a sua sorte (...) há certas verdades que ganham à força de se rem repetidas"¹⁷

Como não há nenhuma revisão constitucional entre 1909 e 1921, pode-se aplicá-lo à compreensão do contexto do julgamento de Benedito Tertuliano dos Santos sem maiores riscos de anacronismo.

O jurado que resulta das determinações da lei fundamental é o cidadão integral da República brasileira. É do sexo masculino [100 menos 50], é maior [50 menos 30], eleitor [20 menos x], probo e sensato [20 menos (x+y+z)], e tem certo nível de renda e disponibilidade de tempo [20 menos (x+y+z+a+b)].

O polinômio conta com muitas variáveis. Alguns valores podem ser melhor visualizados, como por exemplo, x, que representa a porcentagem de não-eleitores. Em São Luís do Paraitinga, em 1909, o número total de eleitores gira em torno de 1.000; a população total pode ser aproximada à cifra 15.000. Retirando 80% deste total (mulheres e menores), restam 3.000 homens maiores; $x = [3.000 \text{ menos } 1.000]$, ou seja, há 2.000 cidadãos maiores não-eleitores, cerca de 14% da população; dentre os 7% que são os 1.000 eleitores, nem todos podem ser jurados: $[1.000 - (y+z+a+b)]$. As quatro variáveis restantes são muito mais arbitrárias. Quem decide da sensatez e

da probidade (y e z) não é a população em sua totalidade, nem os eleitores em sua totalidade. O jurado é mais integral que o eleitor. O homem, maior, sabendo ou simulando assinar, pode ser eleitor; mas há um censo pecuniário na seleção dos jurados (a), que se repete quase automaticamente na outra variável (b, tempo disponível).

Na linguagem de Tocqueville, a manipulação destas quatro variáveis é privilégio do príncipe. Na República, o príncipe é a maioria democrática. A lei é a vontade do príncipe, e é a sua vontade que seleciona os funcionários a quem delega o poder de fazer funcionar a lei.

Ora, em São Luís do Paraitinga, em outubro de 1909, o que está em jogo é justamente a definição de maioria e minoria no interior da "sociedade". A antiga maioria ainda se diz majoritária, mas a chamada minoria está em vias de ser legitimada como nova maioria pelo órgão central do Partido Republicano Paulista. Este exprime a vontade da maioria democrática a nível estadual, mas está em situação de oposição (portanto, minoria) na grande política federal.

Na abertura da sessão do júri, o promotor, doutor João José de Azevedo, antes do início dos trabalhos, assenta um primeiro golpe, buscando indicar que o verdadeiro duelo a ser travado é mais grandioso do que sugere a exigüidade da sala do tribunal e a sorte de um pobre diabo. Pede a palavra ao meritíssimo juiz e expressa elegante, comovido voto de pesar pela morte de Cesare Lombroso. Lamenta a perda irremediável do criminalista notável pelos dotes científicos, tão cedo roubado ao convívio da humanidade.

O advogado, coronel José Bernardino de Castro, antes de passar à defesa de Benedito Tertuliano dos Santos, profere veemente discurso em protesto contra o fuzilamento de Francisco Ferrer na Espanha; o Luizense resenha caricaturalmente a sua fala:

"PROTESTO. Ante o trágico acontecimento em que serviu de palco a Fortaleza de Montjuich na Espanha, fuzilando como medida de ordem o célebre revolucionário Francisco Ferrer, o homem que levou quase toda a sua vida revoltando o pacífico povo espanhol; o senhor José Bernardino de Castro, advogado da defesa dos réus que iam ser julgados nesse mesmo dia, antes porém, de dar início à defesa, fundamenta de acordo com suas idéias um protesto

contra a condenação de Francisco Ferrer em pleno século XX, ato esse ofensivo à dignidade de todos os povos civilizados. O senhor José de Castro mostra-se sinceramente solidário com os promotores e autores dos diversos protestos lavrados contra o povo espanhol que tão vilmente decretou à pena última a vida de Francisco Ferrer; requer ao senhor presidente do tribunal para que seja inserido na ata dos trabalhos o seu veemente protesto de indignação contra tão inqualificável ato, alegando sentimentos de liberdade".

Ao encerramento dos trabalhos, o promotor público volta à carga:

"CONTRA-PROTESTO. (...) pede a palavra o senhor doutor João José de Azevedo, promotor público, requerendo que na ata dos mesmos trabalhos fique ainda consignado o seu contra-protesto sobre o protesto que havia sido nela consignado, a requerimento do senhor José Bernardino de Castro, sobre o fuzilamento de Francisco Ferrer, fazendo-o porém de um modo bastante significativo para os nossos foros de povo católico. O público presente admirou nas suas belas palavras de uma eloquência arrebatadora não só os ponderados conceitos que a imprensa justiceira, desapaixonada e católica fez por ocasião do trágico fuzilamento do infeliz pregador do modernismo Francisco Ferrer, mas uma bela dissertação sobre o que ele foi em vida, trabalhada em magnífica e encantadora forma. O ilustrado promotor público que é dotado de talento real e servido por uma cultura literária bebida nos Grandes Mestres, o seu brilhante contra-protesto causou profundo e sincero entusiasmo, merecendo de todos que tiveram o prazer de ouvi-lo os mais efusivos parabéns".

O LUIZENSE, órgão do partido bentista, único jornal do município na ocasião, manipula maquiavelicamente as informações. Três dias antes do julgamento de Benedito Tertuliano dos Santos, e das falas da acusação e da defesa, o jornal definiu a posição do

seu partido em relação à morte de Ferrer. Embora católico, O Luizen- se não aprova o fuzilamento, ato de barbárie perpetrado pelo governo de Afonso XIII. Ferrer é citado como um desventurado socialista, um professor

"que pela sua posição e autoridade moral que exerceu sempre sobre os revolucionários de Catalunha, se viu logo apontado como o principal responsável pelos fatos anormais que se deram naquela província, foi condenado à pena última por um Conselho de Guerra (...) a justiça militar lhe foi implacável (...) O que determinou a revolução na Catalunha foi, como se sabe, uma insurreição contra o alistamento militar, que ali o governo espanhol pretendia fazer, para enviar tropas a Marrocos. Os fatos chegaram ao extremo de serem queimados diversos mosteiros, o que obrigou uma reação severíssima do governo espanhol. Acalmados os ânimos, essa reação começou a manifestar-se na perseguição a Ferrer (...) por ser o diretor da escola moderna, cujos processos de ensino infiltram no espírito do povo o ódio ao militarismo e conseqüente adesão às doutrinas libertárias que tanto dominam na Espanha [segue a história da criação da escola moderna. Francisco Ferrer, de origem operária, logra convencer uma velha beata, riquíssima, a não legar sua fortuna a conventos e igrejas, e sim para o seu projeto de criação da Escola Moderna. Odiado desde então pelo clero espanhol, Ferrer compra edifícios e instala numerosos centros de educação racionalista, subsidia escolas leigas e edita livros para distribuição gratuita] Constava que o papa Pio X solicitara de Afonso XIII o perdão de Ferrer. Sabe-se porém que esse boato não é exato. Altas personalidades do Vaticano fizeram ver a Sua Santidade a inconveniência de sua intervenção".

Assim, no julgamento de Benedito Tertuliano dos Santos, três facções da "sociedade" medem forças: o promotor, cujo contra-protesto é sutilmente anulado sob uma afetada bateria de elogios

que remetem o leitor , explicitamente, a compará-lo com o texto do Luizense, aparece como o porta-voz da oposição civilista, o partido chefiado pelo major Joaquim Pereira de Campos Toledo, Nhô Quim Major. O coronel José Bernardino de Castro, advogado de defesa, cujo ponto de vista sobre Ferrer é completamente torpedeado pelo jornal, aparece como o líder do partido hermista. O Luizense e o juiz Antônio Cândido Xavier de Almeida e Souza são representantes da situação civilista, o partido bentista.

O Luizense publica, na mesma ocasião, um texto de Emílio Castelar que merece atenção, na medida em que o jornal certamente propõe um nexos com o que se passa no tribunal do júri:

"Para o ente que está habituado a respirar o sopro da tempestade, para aquele que vive no meio das encrespadas paixões, para o que não tem mais luz que a luz que desprendem os sentimentos exaltados, para esse, o apartar-se de tal atmosfera, viver, agitar-se noutros horizontes mais solitários ou mais tranqüilos equivale à noite. Os que buscam o ruído o estrépito, a tempestade, a luta, e querem viver sempre lutando e combatendo, não têm idéia nenhuma da felicidade.

O homem para viver tranqüilo deve procurar o seio do lar doméstico; erigir aí altares à virtude, à paz; dar sempre uma rosada e formosa cor a esse último refúgio do coração, e sendo bom pai, bom irmão, bom amigo, bom esposo, bom filho, deve mostrar que não há virtudes públicas possíveis quando não se baseiam na santa virtude privada, que é o verdadeiro pé da estrada da vida.

Mas, se para o homem é tudo isso uma lei social, uma lei religiosa, é para a mulher alguma coisa, ainda mais: uma lei da sua natureza. Onde mais luz, onde mais brilha a mulher, onde se vê o seu verdadeiro esplendor, é no seio do lar doméstico. Aí tem ela o teatro dos seus triunfos. Aí tem ela os seus altares, aí ela se mostra deusa."

Há, portanto, três gêneros de indivíduos. O primeiro é tempestuoso, vive a liberdade com seus perigos. O segundo é ordeiro, vive o bem-estar virtuoso. O terceiro é a mulher, que não pode ser livre e é condenada à virtude. Os dois homens vivem no espaço da cultura: escolhem a liberdade ou a segurança. A mulher vive no espaço da natureza. Não pode aspirar à liberdade - aí reinam os homens tempestuosos. Não pode aspirar a modificar a ordem das coisas, porque a ordem é imposta pela cultura, e na ordem reinam os homens virtuosos.

Benedito Tertuliano dos Santos, acusado de tentativa contra a vida de sua esposa Maria José da Conceição, está pronunciado no artigo 294 § 1º, combinado com os artigos 13 e 63 do Código Penal. Seria um homem tempestuoso, ou ordeiro? Tudo aponta para a primeira alternativa. A promotoria, antes mesmo de acusá-lo, empola sombra, solene elegia de um dos mais zelosos cêrberos da ordem. A defesa, antes mesmo de rebater as acusações, dardeja cáustica, solene elegia de um dos mais audaciosos titãs da liberdade.

Nem O Luizense, nem os cartórios de São Luís do Paraitinga, informam dos argumentos da acusação e da defesa. O que mereceu registro e divulgação é esta impressionante encenação em que "povo" e "sociedade", no tribunal do júri, assistem ao confronto entre três facções políticas e entre a ordem e a liberdade. É fácil conjeturar: crime passional, movido pelo ciúme e favorecido pela embriaguez ou excitação de ânimos.

Sete jurados, sorteados dentre uma lista de quarenta e oito, representam o príncipe de Tocqueville. Juiz e promotor representam a vontade do príncipe, dividido entre o dever de punir o crime e o de fazer justiça. Benedito Tertuliano dos Santos, tendo sido já submetido ao processo de prisão, interrogatório, qualificação, que significam vexações, privações, intimidação, violência, está agora sendo submetido ao processo de julgamento: acusação, defesa, veredito. O príncipe, representado por estes homens selecionados daquela parcela da "sociedade" que dispõe de fortuna, tempo e predicados outros que os simples cidadãos eleitores da República, decide com toda a liberdade, ouvidas as partes, acerca da sorte deste indivíduo, que, tudo indica, é um eleitor mas não é membro da "sociedade". Cabe ao príncipe, no recinto secreto onde reflete na mais irrestrita liberdade, resolver renovar a fricção das engrenagens da ordem sobre

esse corpo, ou devolvê-lo à rua onde se avoluma o vendaval.

Benedito Tertuliano dos Santos é absolvido e posto em liberdade; dentro de algumas semanas exercerá o seu sagrado direito de voto. Um cidadão eleitor, solto na vida, o corpo e as idéias marcados pelos maquinismos da ordem, a pele arrepiada e os olhos descontrolados pelo clarão fugaz da liberdade, é devolvido ao povo da República.¹⁸

O juiz, Antônio Cândido Xavier de Almeida e Souza, inconformado com a decisão do júri, recorre da sentença e requer novo julgamento; o réu será de novo preso a 7/10/1910, e libertado a 26/4/1911. Endossando a posição do juiz, **O Luizense** lamenta a sucessão de absolvições, teme as conseqüências da condescendência dos jurados, chama-lhes a atenção para a sua responsabilidade. Se desse cadinho de purificação social que é o júri, diz, não brota a verdade pura e radiante, a inocência é vilipendiada e a moral é tomada por vil quimera, e a sociedade se precipita em direção ao anarquismo e ao crime.¹⁹

Seis anos mais tarde, Maria José da Conceição volta a ser atacada por Benedito Tertuliano dos Santos. O processo, no cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga, acrescenta detalhes do primeiro crime: cinco facadas no seio, na festa de São João de 1909. Aqui o casal vai a Lagoinha assistir à Festa (do Divino Espírito Santo). À noite, Benedito coloca a faca desembainhada sob o travesseiro; Maria José, que tem agora 25 anos, finge dormir até que o marido adormeça, e esconde essa arma, que talvez seja a mesma de seis anos atrás, de outra festa. À meia-noite, Benedito procura pela faca e, não a encontrando, ameaça: "Por esta vez você escapa de morrer, mas lá em casa você me paga". Dois meses mais tarde, a 22/10/1915, Benedito Tertuliano dos Santos fere sua esposa com vários golpes de cavadeira na cabeça e pelo corpo, deixando-a sem sentidos, ensanguentada; satisfeito, julgando-a morta, foge para o Oeste.

O motivo do crime, segundo a polícia, que faz poucas perguntas à vítima, é o ciúme. Não há seqüência no processo, arquivado enquanto as autoridades policiais se atrasam em localizar o criminoso. Um pequeno indício, encontrado no arrazoado do médico legista, permite conjeturar uma nova absolvição de Benedito, caso voltasse a ser julgado. Em meio à sua algaravia técnica, descre-

vendo cada ferimento, localização, dimensões, o instrumento do crime, etc, este homem, por alguma razão, julga importante acrescentar, como que incidentalmente, que Maria José da Conceição está inteiramente nua sob os lençóis.²⁰

O Norte, de Taubaté, publica em julho de 1910 uma pequena crônica contra uma praxe social que deveria, na opinião de A.M., ser abolida: as festas por ocasião do casamento. O cronista aprova as festas que comemoram nascimento, batizado, aniversário, falecimento: há nestas ocasiões muitas razões para se parabenizar ou dar pêsames às famílias. Mas, nadando contra a corrente das multidoes que acorrem às festanças por ocasião dos casamentos, A.M. pondera que, se por acaso os esposos vierem um dia a serem infelizes, a lembrança daquela festa será mais um sofrimento indescritível.²¹

Dois anos mais tarde, o mesmo jornal publica circular contra o divórcio assinada por Dom Epaminondas. O bispo de Taubaté convoca os católicos a assinar uma representação, que será apresentada no Congresso Federal pelo deputado cônego Valois de Castro, outro taubateano. Alguns parlamentares estão tentando aprovar uma lei que, se aprovada, resultará na maior das calamidades. Os inimigos da religião, da pátria e da família conspiram desde o congresso maçônico em 1906, no Rio de Janeiro. A população de toda a região, inclusive de São Luís do Paraitinga, atende em massa à convocação, reunindo em menos de dois meses mais de vinte mil assinaturas.²²

Em março de 1914, uma circular coletiva dos bispos de São Paulo busca solução para um grave problema: as dificuldades e despesas do casamento civil, que leva boa parte da população a casar-se apenas diante da Igreja. Os bispos, reconhecendo que o casamento civil é o único a tornar legítima a família perante a lei, solicitam da Secretaria de Justiça a adoção de diversas medidas a fim de reduzir as custas do ato civil, a abertura dos cartórios em qualquer dia e a qualquer hora do dia, sem exclusão dos domingos e feriados, o deslocamento organizado de oficiais de registro civil até regiões rurais mais afastadas para que os pobres possam cumprir a lei sem aumento de custas, despesas de transporte, alojamento na cidade, etc.²³

O jornal hermista **A Federação**, enquanto combate a

serpente do civilismo e exalta Pinheiro Machado e o Partido Republicano Conservador, destaca-se dos demais pela ênfase com que a notícia festas íntimas no seio de famílias modelares. A primeiro de janeiro de 1911, **A Federação** cumprimenta alguns lares em festa: o aniversário do distinto clínico doutor João Rachou, moço modestíssimo que prefere celebrar sua data na atmosfera sã do seu venturoso lar, cercado por seus amados pais e amigos; o amável senhor Silvestre Taumaturgo, proprietário do Café Bar, temperamento expansivo, e serviçal, cheio de amigos e próspero em seu estremecido lar; o prestimoso senhor Constantino Baldino, acreditado negociante, um dos mais belos ornamentos da colônia italiana de Taubaté; e o senhor Antônio Correia Gomes, proprietário do Salão das Flores, cujo lar acaba de ser enriquecido pelo nascimento de uma galante menina.

O bom amigo e correligionário da **Federação**, senhor Luís Lenzolari, festeja o natal em sua aprazível residência no bairro do Areão oferecendo a muitos dos seus numerosos amigos um magnífico jantar. O finíssimo banquete começa a ser servido às 17 horas, e à hora da sobremesa sucedem-se os brindes, enumerados cuidadosamente pelo jornal, que termina pela exaltação do casal, salientando a incansável senhora dona Idalina Ravani, que cumulou a todos os convidados de milhares de gentilezas.²⁴

A 15 de maio, comemora-se o aniversário da virtuosa senhora dona Maria José de Mattos, mãe do capitão José Augusto de Mattos, com uma festa infantil. A aniversariante recebe uma chuva de pétalas de rosas ao entrar na casa, e é conduzida pelas meninas e mocinhas até o salão onde ocupa o lugar de honra entre as senhoras; ao piano, o complementarista senhor Evilásio de Souza executa o hino nacional. Segue-se a parte literária, em que várias netas e sobrinhas revelam grande soma de inteligência e dotes oratórios em tão verdes anos; o repórter destaca a elegância, a graça, o olhar, o porte, os lindos cachos de cabelo, uma tez cor de jambo, um tipo esbelto de hebréia loura, um olhar firme e lânguido... Cada número termina com a entrega de um buquê de flores. A parte musical agrada bastante, pela expressão e meiguice das cantoras. Finalmente, no sarau dançante as crianças primam pela garrulice e perfeição, especialmente quando os pares disputam a primazia da graça e dos gestos elegantes. Os músicos são a senhora Mariana de Mattos Barros e o professor Evilásio de Souza; Marianinha, distinta filha do senhor Juquinha de Mattos, arranca calorosas palmas ao bandolim.

Às 23 horas é servido um lauto chá; o jornal aplaude a festa, estendendo às gentis meninas, com toda a sinceridade, a sua dextra, lembrando-lhes o dito de Byron: Away! Away!²⁵

A esposa do capitão José Augusto de Mattos, professora Arthemizia de Mattos, organiza uma festa literário-musical na residência do casal por oportunidade do dia dedicado à imprensa (o que revela a presença do capitão na redação e/ou direção da **Federação**). O escol da sociedade taubateana está reunido ali às 18 horas; sucedem-se discursos, números musicais e poéticos, monólogos, duetos, exibição de talentos de jovens senhoras ao violino e ao piano, uma chistosa dança de sombrinhas, etc; dos sobrenomes Mattos, Freire, Silva Barros, Lobato, Machado e Porto, são os três primeiros os mais citados. Antes do chá com sequilhos, oferecido às 23 horas, ouviu-se ao gramofone o hino nacional. A **Federação** conclui o registro do acontecimento, incapaz de calar os mais fervorosos aplausos à ilustrada educadora dona Arthemizia e às inteligentes meninas, que caminham entre risos e flores pela estrada maravilhosa da educação, ampla e infinita, que vai dar ao templo da luz, onde a ignorância é escrava e a ciência governa.²⁶

Um ano mais tarde, **O Norte** anuncia o noivado de Alberto Guisard, filho de Felix Guisard, com Mercedes Marcondes de Mattos, gentilíssima filha do coronel José Benedito Marcondes de Mattos; única notícia de noivado encontrada até agora.²⁷

Enquanto as festas íntimas das famílias burguesas começam a ser apresentadas como modelo de comportamento, os jornais burgueses mantêm-se fiéis à regra de só tomar conhecimento da vida conjugal do "povo" sob a ótica do folclore ou, de preferência, com as cores do crime. O pardo Bento Marcondes, brasileiro, casado, 49 anos, pergunta ao italiano Carlo Migotto, solteiro, por que faltou ao respeito com a sua mulher, sem obter respostas satisfatória, e o ataca com uma foice. O italiano também tem sua foice - são empregados numa fazenda - e pede socorro ao irmão, Pedro, seguindo-se uma peleja a três de que resultam ferimentos graves em Bento e Pedro; Carlo, que mantém relações ilícitas com a esposa de Bento, recebe a penas ferimentos leves.²⁸

Gênero literário indissociavelmente ligado à imprensa, a crônica desempenha função surpreendentemente análoga à da cena de gênero na pintura. Um dos temas clássicos da crônica é a fes-

ta rural. Os personagens são, indiferentemente, caipiras (pequenos proprietários) ou assalariados rurais. O cronista revela forte preferência pelo pitoresco anedótico, apontando para uma conclusão edificante. O mutirão é rapidamente esboçado, e tudo culmina com a violência brutal explodindo ao final do desafio. O móvel do crime é sempre o ciúme, e a mulher volúvel, duplamente duvidosa ("povo" e condição feminina) é a origem do mal. Além de perpetuar a misoginia (o sincero afeto dos homens e a proverbial ingratidão das mulheres) a crônica vai mais longe.

Tal como a pintura de gênero holandesa do século XVII, mostra, positiva ou negativamente, que neste mundo a virtude é recompensada com o êxito social e financeiro. Ao ler a crônica, tal como ao comprar uma tela barata, a classe média ascendente se identifica, não com os caracteres pintados, mas com a moral, isto é, com aquela mentira sentimental - expressão de John Berger - que afirma que as pessoas honestas e trabalhadoras prosperam e os que nada têm são inúteis, e portanto nada merecem.²⁹

A arquidiocese de Taubaté fomenta a criação da Sociedade das Damas de Caridade pelos municípios. Em São Luís do Paraitinga, a se julgar pelo livro de receita e despesa, a Sociedade, fundada em outubro de 1914, começa com cerca de sessenta senhoras (cada dama honorária paga 5\$000; a receita de 1914 é de 134\$). As despesas são sempre "feitas pela presidente"; mas em 1917 são mencionadas, além destas, "despesas feitas com os pobres". Em 1919, há setenta inscrições; os livros de atas revelam as principais atividades externas da associação: coleta de donativos, esmolas para os pobres, visitas, retiro espiritual, em 1919 conseguiu-se cinco conversões... A tesouraria da associação parece muito bem administrada conforme padrões severos de poupança; o saldo é sempre favorável, o que sugere uma preocupação maior pelas necessidades próprias à Sociedade das Damas de Caridade do que pelos pobres.³⁰

Além das referências esporádicas às mulheres anarquistas, nihilistas e terroristas, a imprensa brasileira acompanha a trajetória do movimento sufragista feminino, que parece ganhar vigor após o Congresso de 1913 em Budapest. Em 1917, Glória das Mercês publica uma carta aberta às gentes taubateanas; na terceira e última parte, comenta o apoio dado pelo deputado mineiro Augusto de Lima ao projeto de Maurício de Lacerda na Câmara Federal. Além de casado, Augusto de Lima é feio, detalhes que a sufragista menciona pa

ra lembrar a futilidade dos argumentos dos seus adversários. Em sua alocução, Augusto de Lima demonstra que nem a constituição imperial, nem a constituição republicana brasileiras, repelem explicitamente o voto feminino, e que não há nenhuma lei complementar ou regulamentar a este respeito. As mulheres têm sido excluídas do direito ao voto com base numa interpretação odiosamente restritiva da palavra cidadão, que deveria compreender ambos os sexos. As próprias praxes administrativas confirmam qual a maneira correta de interpretar o texto constitucional, haja visto que os governos nomeiam mulheres para cargos em que se exigem requisitos de cidadania brasileira: maioridade, alfabetização e idoneidade moral. Assim, há mulheres exercendo cargos de agentes de correio, datilógrafas, escriturárias e professoras. Um paradoxo é explorado pelo deputado: a dona de casa não usufrui do direito de voto, ao contrário de seu jardineiro, do copeiro e do mordomo que trabalham sob suas ordens, desde que tenham 21 anos e saibam ler e escrever. As mulheres podem ser rainhas, mas não podem ser eleitoras.

O deputado paulista Raul Cardoso objeta com o argumento de que a esposa está submetida ao poder marital, devendo obediência ao marido, o que, no entender da maioria, encerra a questão. Augusto de Lima demonstra que não há de forma alguma um voto de obediência no contrato de casamento, e sim o de fidelidade recíproca e mútua assistência; marido e mulher renunciam igualmente à liberdade. E, quanto ao receio de discussões entre esposos por ocasião de eleições, argumento central dos conservadores, o deputado mineiro presume bem humoradamente que a mulher votaria de acordo com o marido, pois os próprios senadores e deputados votam mansamente com os seus chefes, com os quais não são casados!

Glória das Mercês sabe que a comissão de Justiça da Câmara vai apresentar um parecer elaborado por Mello Franco, condenando o projeto de Maurício de Lacerda, mas aconselha às suas leitoras não esmorecer, imitando as sufragistas inglesas que só agora, depois de longa e tenaz campanha, alcançaram o seu objetivo.³¹

Em São Luís do Paraitinga, a compulsiva disputa intelectual entre alguns redatores do **Luizense** não libera nenhum espaço para um ponto de vista feminista. O professor José Carneiro, católico militante, tendo ousado criticar a metafísica, sofre um pesado bombardeio do **Lábaro**, jornal oficial da diocese, que o acusa de positivista. A polêmica tem lugar a partir de janeiro de 1916, e

parece insuflar-lhe novo alento. O velho professor ocupa as colunas do **Luizense** palestrando sobre os temas mais diversos, e discursa longamente nas festas cívicas, sem perceber talvez que a maioria das pessoas nada entende. É este intelectual que toma a sério a questão do sufrágio feminino, em setembro de 1917:

É a guerra que vem forçando as mulheres a substituir os homens no trabalho e na administração na Europa. Mas isto é conjuntural. As ocupações externas foram designadas ao homem por Deus, que puniu o pecado original de forma desigual, reservando a parte mais penosa ao homem. Como este nem sequer tem o direito de queixar-se quando qualquer moléstia o incomode, devendo suportá-la trabalhando até a morte, temendo que sua família passe necessidade, é dever da esposa obedecer passivamente ao marido e ocupar-se do lar doméstico. O velho professor das escolas rurais esquece tudo aquilo que sabe do trabalho na roça e repete, parnasiano, pérolas do senso comum: compleições delicadíssimas, mimosíssima estrutura que só à flor é comparável, cútis finíssima cujo acetinado poderia engrossar feiamente cobrindo-se de pigmentos negros caso exposto aos raios solares, suavidades do lar versus agruras torturantes da vida masculina, etc. Outro lugar comum inevitável é o perigo de divergências políticas envenenando a harmonia do lar, se, além de trabalhar fora a mulher venha a tornar-se eleitora. O argumento definitivo retoma o acento cristão patriarcal: ordens imutáveis vindas do Eterno, ilusão dos gozos materiais que se resumem à concupiscência e à gastronomia e não compensam os reveses da dor física e dos sofrimentos morais.³²

Tanto o tratamento político (texto de Glória Mercês) como o tratamento ideológico (crônica do professor Carneiro) do feminismo revelam o espaço rigidamente delimitado da discussão. A eleitora e a assalariada ou profissional liberal que têm em vista pertence à "sociedade", de preferência aos seus extratos mais elevados, e não à massa anônima do "povo". Uma imagem comum circula nos

dois textos: a megera, aquela que não tem consciência da relevância do direito ao voto (Augusto de Lima/Glória das Mercês), aquela figura insuportável que retiraria todo o encanto do mundo oculto, fazendo desaparecer o seu maior atrativo, o gosto pelo belo (José Carneiro).

Em outra crônica, o professor José Carneiro desenvolverá uma teoria curiosa, a mulher como inimiga necessária, agora em tom bem mais galante, reforçando masculinamente a preeminência viril nos assuntos externos e reconhecendo a supremacia feminina na intimidade do lar. O velho professor, viúvo, está de novo enamorado e parece dirigir-se especialmente à sua jovem noiva. Um poema de Damasceno Vieira, escolhido por algum redator do **Luizense**, sugere o tipo de relação que os intelectuais da época tentam estabelecer com estas frágeis inimigas necessárias: O professor tem sincero sentimento por uma aluna sua, mas afeta a mais perfeita indiferença. Hábil mestre, manda-a conjugar o verbo ardente. A criatura do sexo feminino, sempre fria, sem a mais leve alteração, repete mecanicamente a lição. O homem, confortavelmente instalado no papel do professor, rigoroso, insiste, ordena que a aluna demonstre conhecer a primeira pessoa do presente do indicativo. A medo ela confessa o virginal segredo! Corando, diz - Eu amo!³³

O principal rival do professor Carneiro nas intervenções sócio-culturais pelas colunas do **Luizense** é o bacharel Ernesto Babo Filho, delegado de polícia e entusiástico diretor do Tiro de Guerra luizense; enquanto o velho professor enfrenta os anátemas do **Lábaro** ultramontano, o delegado de polícia desfere algumas leves estocadas contra o seu colega de redação. Ao seu casamento, realizado em janeiro de 1918, seguir-se-á o de José Carneiro que, estrangeiro no século XX, assume a velhice como o processo de viver a morte, observando e comentando o que se passa à sua volta com surpreendentes rasgos de independência intelectual. Os padrinhos de Ernesto Babo Filho, bem como a família de sua noiva, pertencem à futura União Republicana Bernardino de Campos; o professor Carneiro mantém-se vinculado às famílias do velho partido bentista.

O patriotismo insuflado pela imprensa e pela rede es

colar durante a guerra mundial se desdobra nas campanhas da Liga Nacionalista. Um texto de Cornélio França, de 1921, ilustra como o nacionalismo da "sociedade" se manifesta de maneira muito mais consistente na esfera da sensibilidade, dos valores e dos afetos, do que na esfera estreita da política:

"Anda muita gente indignada pelo fato de um escritor belga, que um dia destes visitou o Brasil, talvez um tipo muito ordinário, de volta ao seu país, haver dito de nós cobras e lagartos, que o Brasil é um país cheio de negros, de serpentes, de escorpiões e de muitas outras coisas indesejáveis, e que as nossas damas elegantes se pintam furiosamente (...) Dissesse que há febre amarela; que a bubônica constantemente nos visita; reproduzisse as palavras de Belisário Pena [:] o Brasil é um vasto hospital; que somos uma nação de analfabetos; que aqui não há vontade popular em matéria de eleições; despejasse todo o saco de impropérios contra nós, mas não dissesse que as damas elegantes se pintam furiosamente. Ah! isso não. Isso é ofender-lhes o amor próprio"³⁴

O tom irônico da crônica conduz a um final moralizante. Felizes as que ainda possuem o dom da formosura, que lhes é dada pela natureza; a pintura não passa de feio remendo. O texto não é inocente. O grande debate político nacional é a busca de remédios para os males do país. O mal nacional, aqui, é a somatória de todos os males. Males naturais: natureza hostil ao civilizado europeu, doenças endêmicas, presença da raça negra. Males sociais: analfabetismo, sistema eleitoral inaceitável, pobreza. O mais grave, porém é o mal de natureza moral. Um viajante estrangeiro ofendeu os brios daquela parcela da população, a "sociedade", que não vive em meio às serpentes, aos insetos e aos negros, nem sofre de doenças tropicais, alfabetizada, cuja vontade, justamente por não ser "popular", se manifesta a todo momento e não apenas em dias de eleição. Cornélio França pode ter sido tocado pela misoginia, já que seu sarcasmo se endereça às damas brasileiras e não diretamente à indústria e comércio de cosméticos, nem aos cavaleiros que ostentam ou simulam fortuna por intermédio da elegância européia de suas consor

tes. Mas o tom sarcástico e moralizante do texto revela, mais que misoginia, a opção preferencial de Cornélio França pelos "simples" em contraposição à elite nacional, acompanhando o Monteiro Lobato da 4ª edição de **Urupês**.

Em novembro do mesmo ano, **O Luizense** adere a uma campanha do jornal **A Noite** e da **Revista da Semana**, do Rio de Janeiro. Trata-se do concurso que apontará a mulher mais bela do Brasil - "grandioso certame que proclamará entre nós, como exata expressão do sufrágio nacional, a mais perfeita representante das qualidades étnicas do nosso povo, no que respeita ao conjunto das graças da mulher (...) Pela primeira vez este certame congrega todas as forças e influências da imprensa nacional na conquista de um mesmo objetivo, cujo alcance patriótico e estético será inútil encarecer". Os leitores devem preencher um encarte do jornal: "Qual é a mais formosa das mulheres do município de . . .? Resposta: É . . .". O grandioso certame culminará nas festas do primeiro centenário de existência do país como nação independente.³⁵

O texto revela espetacularmente o conjunto de vontades que se associam e os interesses que estão em jogo no concurso. O processo se organiza como réplica aperfeiçoada do sistema eleitoral, como o modelo ideal do exercício da vontade nacional. A mais bela surgirá da livre competição em escala municipal a princípio, depois competirão os municípios e os Estados, sem prévia imposição de candidaturas. Cabe à imprensa a iniciativa, ela é quem distribui e recolhe os cupons, quem os conta e quem divulga o resultado de cada sufrágio. Os jornais se apresentam como puros porta-vozes dos interesses coletivos, reflexo cristalino da vontade da maioria em cada instância do certame. As profundas divergências entre os grupos proprietários e entre as opções partidárias dos inúmeros órgãos de imprensa podem ser suspensas, visto que o concurso visa algo que, além de escapar às lutas políticas, corresponde à aspiração comum de todos os que se expressam na imprensa e na política. A beleza é, por definição, apanágio feminino, e as mulheres, bem interpretada a Constituição, estão excluídas do processo político. A mais bela não terá nenhum serviço a prestar em especial a algum partido, mas exclusivamente à Nação.

Os habitantes do país recebem o direito de escolher livremente a mais bela, que será apresentada ao mundo em resposta a toda maledicência estrangeira a qualquer pessimismo nacional. As

leis inexoráveis da Biologia serão espetacularmente testadas, submetendo-se ao desafio das regras de jogo da Democracia. "Povo" e "Sociedade," fraternalmente iguallados, elegerão a etnia e a classe social capaz de representar, dirigir, digerir o processo de produção de uma nacionalidade.

Homens pretos

O negro insurgente é o perigo inimigo que praticamente cada linha redigida nos seis primeiros artigos do Código de Posturas Municipais de 1833; todas as possibilidades de ajuntamento de escravos são rigorosamente policiadas, e os filhos dos senhores que permanecerem com estes sob o mesmo teto deverão ser levados aos pais para a necessária correção. A Guarda Nacional se organiza em 1832 como resposta à ameaça de uma rebelião dos escravos.³⁶

Em 1862, o liberto Antônio, ex-escravo do vigário de Taubaté, é assassinado por Valério de Tal no bairro do Remédio. Antônio ganhou a liberdade em 1854, quando denunciou a seu amo o plano de insurreição geral dos escravos do município. Os proprietários, debelando a tempo a rebelião, se cotizaram pagando ao vigário Joaquim Pereira de Barros 2.000\$000 pela alforria do informante providencial. As principais autoridades de Taubaté, juiz de direito, promotor público, delegado de polícia, juiz municipal, subdelegado e um deputado provincial carregam o cadáver até o cemitério de São Benedito, prestando-lhe uma última homenagem, organizada por Antônio José Moreira de Castilho e outros fazendeiros que se subscrevem para fazer-lhe um enterro decente.³⁷

Em abril de 1862, ao longo de uma campanha contra a feira em Taubaté, o jornal **O Paulista** apresenta um argumento bastante convincente: é por meio da sociedade e da comunicação constante que nasce o progresso e civilização. Para os escravos, o progresso e a civilização importam desobediência e insubordinação frente a seus senhores. Portanto, como a feira não faz mais do que concentrar num ponto um avultado número de escravos, segue-se necessariamente que ali a escravatura tem mais um meio propício para sua civilização, mais uma escola para aprender e conhecer os seus direitos, mais uma ocasião para urdir e tramarm perigosas insurreições. O redator lembra aos leitores o ano de 1853, quando os escravos do município estavam munidos de arco e flecha e outras armas à espera do

dia já marcado para a revolta. Um semelhante plano não poderia ter surgido sem comunicação entre os rebeldes, e o encontro semanal na feira deve ter sido, como deve ser ainda em 1862, a melhor oportunidade para contatos e preparativos.³⁸

Em 1874, a Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga preenche oficialmente um questionário enviado pela Presidência da Província. Os escravos são utilizados na lavoura de exportação, sendo os gêneros de consumo do país produzidos por braços livres. Os impostos e os juros elevados dificultam a renovação do plantel escravo, que a Câmara afirma tender à desapareição. Dentre 12 ou 13.000 almas, há 2.215 escravos e 180 ingênuos; não há quase nenhum sinal de interesse pela emancipação do elemento servil: nem a Câmara, nem os particulares, contribuem para o Fundo de Emancipação; apenas cinco indivíduos foram até então alforriados em consequência da lei nº 2.040 de 1871 (chamada do Ventre Livre). No núcleo urbano, há 1.081 pessoas distribuídas entre 200 casas; os 174 escravos são 113 mulheres e 61 homens; apenas 17 casais de escravos e dois viúvos, os demais são solteiros. A desproporção entre homens e mulheres deve se explicar pelo trabalho doméstico na cidade, ocorrendo certamente o inverso na área rural.³⁹

Num documento que parece não ter sido enviado ao Presidente da Província, uma comissão formada pela Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga queixa-se amargamente da situação econômica. O trabalho escravo diminui, seja pela morte, seja pela necessidade de reforçar a vigilância. "Cumpre remover portanto esses males, isto é, restabelecendo a força moral do senhor garantindo mais o seu direito sobre o escravo, e firmando a sua força moral tão abalada na luta constante em que se vê contra a insubordinação dessa classe, que [ilegível] por alguns indivíduos, vive quase sempre em revolta, e vitoriosa caminha desassombrada em seus desregramentos". Os fazendeiros já não têm confiança na propriedade de escravos, nem na aquisição (sic) de colonos; há três anos atrás, o clima era de euforia, comprou-se muito escravo, mas o crédito caro dos agiotas e o baixo preço do algodão, principal produto de exportação do município, instalaram a crise.⁴⁰

Em 1880, **A Gazeta de Taubaté**, luta pelo retorno da feira aos domingos. Expressando sem dúvida o ponto de vista do comércio, o jornal deplora a ausência dos lavradores e dos 6.000 es-

cravos da lavoura na cidade aos domingos, perdendo os atos de devoção e de religião desse dia. É uma réplica surpreendente ao argumento do **Taubateense** de 1862.⁴¹

As estatísticas provinciais de 1884 evidenciam a decadência da lavoura escravista no município de São Luís do Paraitinga: 1.893 escravos, contra 2.215 há dez anos. Um relatório do Procurador da Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga, Olinto José Cabral, lido na sessão de 31/8/1886, confirma o processo de descapitalização da lavoura escravista na região: trinta e dois escravos foram vendidos para outros municípios (provavelmente do Oeste); o capitão José Domingues Pereira de Castro se desfaz de dezenove, apenas neste ano. O comércio e a lavoura locais estão em grande baixa.⁴²

Conforme o cálculo do **Liberal Taubateense** de março de 1888, a mortalidade entre os ingênuos, filhos livres de mulher escrava, é muito elevada, cerca de 32%. Em São Luís do Paraitinga, em 1885, a taxa é um pouco mais baixa: 1.024 nascimentos e 259 mortes, ou seja, 25%, taxa que não parece ultrapassar aquela da população livre pobre.⁴³

Possivelmente como espécie de retaliação contra aquela região que se desenvolve rapidamente, acelerando a decadência da antiga região cafeeira pela atração da mão de obra livre e escrava, o **Liberal Taubateense** denuncia o extermínio de tribos indígenas, algo que ocorreu também no Vale do Paraíba e em todas as regiões alcançadas pela marcha do café (e, antes deste, do açúcar; e em outras regiões pela mineração, pelo gado, etc.):

"Pois saibam todos que o senhor Joaquim Bueno teve a audácia de vir relatar em presença do juiz municipal de Lençóis e de outras pessoas que ele, por sua conta e risco, tomara a si a tarefa de exterminar os infelizes índios dos sertões do Paranapanema, tendo às suas ordens 70 miseráveis companheiros, que juraram acabar com aqueles habitantes das selvas.

Mas não pensem que estes 71 homens são combatentes capazes de arrostar os perigos e as fadigas de uma batalha campal. Nada, são miseráveis cobardes assassinos que traiçoeiramente estão ex-

terminando aqueles povos selvagens por meio do envenenamento, e segundo referiu o infame Bueno - só de uma vez eles envenenaram a 3.000 índios com strichnina; de outra vez mataram 800 com solimão, e que estavam se preparando para exterminar um aldeamento de 5.000 bugres. Este homem com entranhas de tigre campea, dizem, com a consciência de quem está praticando um ato de grande benefício para a civilização, e com o apoio, não acreditamos de modo algum nisto, de cinco deputados e de muitas pessoas altamente colocadas!"⁴⁴

Desde os momentos finais da campanha abolicionista, escravos foragidos e libertos migram para o Oeste; a imprensa taubateana afirma que os culpados são aliciadores mentirosos; os gêneros alimentícios encarecem. . . . A proposta de estabelecer colônias de imigrantes ao longo da planejada Estrada de Ferro Taubaté-Ubatuba, mobilizando a opinião pública, encobrirá a violenta campanha de intimidação contra os libertos reduzidos à condição de criados e assalariados eventuais.

A Guarda Negra e o Clube Republicano dos Homens de Cor são tentativas de subordinar a participação política dos libertos ao comando dos partidos que medem forças junto ao leito agonizante da dinastia bragantina; proclamada a República, nenhuma facção política manifesta qualquer interesse pela mobilização dos negros; em fevereiro de 1894, no momento em que a revolta da Armada acaba de adquirir um caráter francamente monarquista com a adesão do almirante Saldanha da Gama, e apenas 9 dias após o malogrado desembarque dos rebeldes em Niterói, os monarquistas taubateenses fazem um apelo à coletividade negra. Com ampla cobertura do *Noticiário*, em pleno estado de sítio, sob censura à imprensa, apresenta-se no Teatro São João o drama *O ódio de raça*, peça do repertório da companhia dramática portuguesa Rodrigues Pestana & Co; o jornal adianta que o último ato culmina com uma revolta dos escravos e o incêndio da fazenda. A seguir, a platéia verá o quadro apoteótico *O bombardeio da baía do Rio de Janeiro*. É bastante evidente a intenção de manipular as emoções da platéia, preparando os ânimos para a adesão à guerra civil em caso de boa chance de vitória.⁴⁵

Em São Luís do Paraitinga, a primeira consequência prática da proclamação da República sobre a vida dos libertos é o recrutamento forçado: a 14 de dezembro, a Junta Provisória que assumiu o poder, derrubando os liberais do comando político municipal, recenseia os cidadãos "que a mesma julga obrigados a todo serviço de paz e de guerra".

Dentre os 40 homens relacionados, 13 são "cidadãos" sem sobrenome, identificados pelo nome de seu ex-proprietário; 2 são referidos como filhos de ex-escrava, e 3 outros, sem sobrenome, talvez sejam também negros ou mulatos.⁴⁶

Mário de Aguiar, pesquisando junto aos luizenses mais idosos, recolheu a seguinte descrição de uma dança dos escravos:

"O Moçambique - ainda hoje dançado, mas já bastante modificado pelos que o organizam - era uma dança exótica, a predileta dos escravos africanos e a que se entregavam nos dias em que os senhores lhes concediam folga nos trabalhos.

Valendo-se das mucamas que serviam as senhoras ricas os organizadores da dança conseguiam, de empréstimo, alvas camisas de linho, corpetes e saias brancas engomadas, com que se vestiam para a cerimônia. Ornavam-se com cordões de ouro e até jóias de valor, emprestadas pelas filhas dos patrões. E, para completar o traje, usavam turbantes de penas ou de cambraia; os homens colocavam nos tornozelos e nos pulsos, guizos metálicos de vários tamanhos e diferentes sons e empunhavam bastões de madeira, com que faziam figuras.

Formavam uma grande roda e, ao som dos tambores, pandeiros e tuba (uma espécie de buzina de chifre), executavam um sapateado, ritmado e monótono, trocando no ar golpes de bastão e cantando estrofes que, invariavelmente, louvavam a São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, santos da devoção dos pretos escravos.

E assim percorriam a cidade toda, dançando, ora em frente às casas ou nos quintais destas, conforme a vontade dos donos. Quando recebiam qualquer espórtula, esta era guardada e aplicada nas despesas com as festas daqueles santos.

O moçambique moderno [1948] está modificado, isto é, meio degenerado; apenas homens nele tomam parte, cantando versos de mau gosto, reunindo-se sob qualquer pretexto, e recebendo minguadas gorgetas, que têm destino diverso das de antigamente."⁴⁷

Tempo, trabalho, jogo e capital

Carlos Borges Schmidt, profundo conhecedor da região, propõe a seguinte periodização das fases econômicas de São Luís do Paraitinga:

Das origens remotas até 1717, antes da abertura do Caminho Novo, a região orienta suas atividades econômicas em função das rotas de ouro das Minas para os portos de Parati, Ubatuba, São Sebastião e outros. Com o deslocamento do tráfego oficial do ouro para o Rio de Janeiro, a população se dispersa em regime de agricultura itinerante de subsistência.

Da fundação oficial (1769) aos princípios do século XIX, predomina a produção de cereais (milho, feijão) e a policultura de gêneros de subsistência (fumo, alguma cana de açúcar, arroz, porcos).

Em 1836 já existem 3 fazendas de café produzindo cerca de 16.200 arrobas.

Por volta de 1880, estimulado pela guerra civil americana, o algodão torna-se o principal produto do município, alcançando quase 500 toneladas e abastecendo a fábrica de tecidos que ali se instala; o café atinge por esta época 30.000 arrobas, com 120 fazendas liderando a produção, que no início do século XX chega a 34.000 arrobas; a geada de 1918, completando a decadência provocada pelo empobrecimento do solo, encerra este ciclo.

A década de 1920 marca o retorno aos cereais e a intensificação do êxodo rural.

A partir de 1940, completa-se uma radical transformação esboçada já na fase anterior: a pecuária do leite, introduzida por fazendeiros sul-mineiros, expulsando os pequenos proprietários e concentrando a propriedade, extingue quase por completo a policultura do município que se orgulhava outrora de ser chamado o celeiro de Taubaté. É Taubaté que passa a abastecer o mercado de São Luís do Paraitinga, onde surge uma pequena indústria de laticínios.⁴⁸

O período 1888-1918 situa-se, portanto, na fase de predomínio da produção de algodão e café, produtos de exportação que, mesmo em sua fase mais dinâmica, não suprimem a pequena propriedade caipira, principal responsável pela importante policultura regional.

Outra determinação fundamental é o tempo. Desde 1863 existe em Taubaté um movimento sistemático exigindo a instalação de um relógio na torre da igreja matriz: não aproveita só ao pobre no seu albergue, aproveita também ao rico no seu palacete. O monarca, o ministro, o legislador, o presidente, o médico, o boticário, o padre e o sacristão, o advogado, o escrivão, o empregado público, o artista, até mesmo o vigário só terão a ganhar com um regulador do tempo.⁴⁹

Antes mesmo que se instale este relógio, a chegada da estrada de ferro (1876) atrela solidamente a região ao ritmo que o Estado e o grande capital imprimem ao tempo. Pouco antes do esperado melhoramento, um colaborador do *Diário Paulista* toma posição em defesa do sistema tradicional de marcação do tempo, que ainda vigora em pleno centro urbano de Taubaté, em 1887: os sinos das igrejas.

"Se o sibilar da locomotiva, rasgando os ares e trazendo em seu bojo uma tempestade concentrada, é a voz do progresso, o chorar plangente do sino sagrado pela unção cristã é a voz da civilização que eleva as inteligências pela verdade e engrandece os corações na prática do bem [há] uma tendência a apagar no quadro da vida todos os traços que possam despertar no homem a lembrança da morte (...) Ora, se o som do sino nos traz a lembrança da morte, muito concorre ele para o extermínio desses elementos mórbidos de destruição, o orgulho, a vaidade, ambição."⁵⁰

Além de reforçar e legitimar a supremacia dos empresários que, organizando o trabalho conforme o sistema manchesteriano de fábrica, tomam a dianteira frente a outros empresários submetidos à cadência tradicional do tempo social, marcada pela religião, pelos ciclos da natureza, pelos limites físicos das bestas de carga e pelos limites político-sociais e culturais opostos pelos trabalhadores e pequenos proprietários ciosos de seus direitos e suas tradições, o relógio introduz a laicização e homogeneização do tempo.

A campanha pela instalação do relógio no ponto mais central e mais elevado do núcleo urbano de Taubaté é liderada pelos mesmos grupos sociais interessados em eliminar a tradição da exposição dos cadáveres a cada esquina por onde passam os cortejos fúnebres em direção ao cemitério. Em lugar de lembrar a cada vivente que o tempo conduz inevitavelmente à morte e ao pó, o relógio lembrará a cada um que o tempo é dinheiro. Em maio de 1890, quando começa a vigorar a lei do casamento civil, o clero taubateano parece disposto a demonstrar que não é inimigo do progresso: um soberbo relógio, importado de Berlim, está sendo colocado no frontal da matriz.⁵¹

Um aspecto crucial da luta entre os grupos sociais no interior da sociedade regional - da qual Taubaté é a metrópole - é tratado pelo Paulista, sempre em 1863:

"Nos domingos apresentam-se na feira centenaes de indivíduos com seus gêneros, tirando cada um mesquinhos lucros, que ordinariamente dão apenas para durante o resto do dia adorarem a santa gerebita (tão idolatrada entre nós!). Ora, se esses lucros que são assim divididos em pequenas parcelas, e esparsos por entre um grande número de pessoas, passassem a ser percebidos pelos negociantes, sem dúvida alguma dariam em resultado formarem-se grandes capitais, e estes capitais reunidos e empregados constantemente em nova reprodução, aumentar-se-iam de dia para dia. Então o comércio nesta cidade tomaria outro impulso, outra animação, que nunca teve, não tem e nunca terá enquanto perdurar esta ordem de coisas."⁵²

Em nome do progresso e do bem comum, propõe-se a ex-

propriação dos artesãos e do pequeno comércio em favor da burguesia que, nesta região, por esta época, aplica seu capital na grande lavoura escravista e no comércio.

A expropriação do artesanato e da pequena propriedade se combina com um esforço constante pela produção de uma nova classe social e de uma nova mercadoria:

"A falta de braços entre nós de dia em dia faz-se sentir com mais intensidade: e no entanto aí pelas ruas vaga um grande número de indivíduos ociosos sem entregar-se a qualquer ocupação proveitosa durante toda a semana: porque no domingo percebem, pela venda de qualquer gênero, um lucro, com o qual podem sustentar sua vida em ociosidade, e dar pasto à preguiça que tanto persegue a generalidade dos brasileiros. Perante esta consideração somos de parecer que nimamente convém cortar esta facilidade em virtude da qual permanece entre nós esse número de homens completamente inúteis; e assim desmamados da pepineira, que é a feira, entregar-se-ão a qualquer profissão industrial, artística, agrícola ou comercial."⁵³

Em São Luís do Paraitinga, ao mesmo tempo em que os fazendeiros se queixam da constante insubordinação dos escravos, que os obriga a imobilizar capital em dispositivos de segurança, disciplina e repressão, reclamam do governo da província "medidas enérgicas que obriguem a engajamento milhares de braços livres, que vejam na nossa sociedade arrastando uma vida ociosa e criminosa."⁵⁴

Face à resistência dos grupos sociais que se quer reduzir à condição de vendedores de uma única mercadoria barata - a força de trabalho -, o Estado é o principal instrumento de repressão e intimidação a quem recorrem os empresários interessados em comprar, ao mais baixo preço, aquela preciosa mercadoria. Seria oportuno destacar o papel fundamental desempenhado pela guerra contra o Paraguai na retirada, à força, de um grande contingente de homens livres pobres e escravos de suas tradicionais ocupações, predispondo-os às ocupações urbanas e ao assalariamento. Por outro lado, é certo que as grandes campanhas repressivas contra populações sertanejas (Canudos) e contra plebe urbana (a Vacina) du-

rante as primeiras fases republicanas, intimidaram profundamente as massas sertanejas e plebéias do país inteiro.

Acompanhando a intransigência da política repressiva das instâncias superiores do aparato de Estado, as Câmaras Municipais da região se mostram muito ativas em campanhas contra a vagabundagem dos libertos e das crianças, contra a feitiçaria e os curandeiros, contra a liberdade de movimentos dos grupos sociais que estão condenados ao trabalho nas condições que convêm às novas camadas burguesas em ascensão.

Impossibilitado de utilizar com a antiga desenvoltura os governos provincial e central, o bloco heterogêneo de empresários da região não logrará êxito na tentativa de conservar e dinamizar a economia regional por meio da Estrada de Ferro Taubaté-Ubatuba e da colonização, terminando por submeter-se à hegemonia dos poderosos aglomerados de interesses que se concentram nos polos centrais do sistema ferroviário nacional, São Paulo/Santos e Rio de Janeiro.

A única alternativa será a manutenção de um constante aparato de intimidação contra aquele grupo social que é visto como reserva estratégica de mão de obra na eventualidade de novos investimentos de capital na produção, e contra aquele grupo social já proletarizado, que teima em tentar fundir-se ao primeiro: o caipira e o liberto.

Em São Luís do Paraitinga, ao contrário de Taubaté, a abolição da escravatura não parece resultar em grande êxodo de libertos em direção ao Oeste ou aos centros metropolitanos. A importância da policultura voltada para o abastecimento de três mercados: o local, o de Taubaté, e um terceiro, representado pelas tropas que cruzam as estradas do município (cujo movimento, até a chegada da ferrovia a Taubaté, é dos mais intensos em todo o país), permite a coexistência do latifúndio e da pequena propriedade caipira em condições de relativo equilíbrio. Assim, não deve ter sido muito atraente para os ex-escravos a perspectiva do trabalho assalariado no Oeste, enquanto a possibilidade de fixar-se na própria região numa situação análoga àquela do caipira permanece inalterada.

É em 1912 que começa a se manifestar a preocupação clara dos fazendeiros luizenses pela retenção da mão de obra do mu-

nicípio. A Câmara Municipal aprova uma lei contra o aliciamento de trabalhadores rurais por parte de encarregados de outros municípios do Estado com promessas de salário e colocação em empregos, retirando indivíduos ou famílias empregadas na lavoura.⁵⁵

Ora, três anos mais tarde, a mesma Câmara Municipal solicita à Secretaria de Agricultura 20 sacas de sementes de capim a pedido dos fazendeiros que estão interessados na criação de gado. É assim, cobrindo pouco a pouco a terra com capim, que os fazendeiros locais, logo suplantados nisto pelos pecuaristas sul-mineiros, passam à expropriação da pequena propriedade caipira, expulsando inicialmente aquela parcela que tem menos tradição de ocupação do solo, os caipiras/quilombolas negros. O cerco se torna mais e mais implacável durante a crise provocada pela guerra mundial; os comerciantes, poderoso grupo enquistado na Câmara Municipal, exigem a proibição da venda de gêneros nas ruas, em março de 1916. É neste contexto que se pode provavelmente compreender o acirramento do racismo e a reação da coletividade negra nas festas de 1917 e 1918 em São Luís do Paraitinga.⁵⁶

A repressão contra o jogo tem o duplo sentido de concentrar o dinheiro circulante, convertendo-o em capital nas mãos da burguesia, e de tornar impossível a sobrevivência relativamente autônoma dos pequenos proprietários, artesãos e pequenos empresários, forçando-os ao trabalho assalariado. Um dos grandes temas polêmicos na imprensa taubateana, ao longo de todo o período e explicitado desde o surgimento desta é a campanha sistemática dos jornais mais nitidamente identificados com a ideologia do progresso, contra a tolerância do clero católico diante da intensa jogatina durante as grandes festas religiosas, especialmente a tradicional festa anual no santuário do Bom Jesus de Tremembé.

Finalmente, completando este esboço, cumpre lembrar o papel decisivo desempenhado pelo reforçamento e extensão das instituições estatais, drenando uma proporção crescente da renda, concentrando-a para aplicá-la em proveito do grande capital e daqueles grupos sociais intermediários que vêm engrossar os tentáculos do Leviatã. Uma estratégia implacável de expropriação da renda, forçando os grupos majoritários que compõem o "povo" a trocar suas pequenas propriedades por algumas insignificantes moedas que o Estado exige em pagamento por seus serviços irrecusáveis, atua constantemente,

através de inúmeras instituições e repartições. Exemplo pungente da escala microscópica em que se desdobra este processo gigantesco, é este ancião que sai de São Luís do Paraitinga conduzindo até a vila de Redenção o cadáver de uma criança que não pôde enterrar no cemitério municipal por não dispor da quantia cobrada pela Câmara Municipal. A polícia manda exumar o pequeno corpo, suspeitando de crime onde só existe o drama.⁵⁷

Negócios, ofícios

Em 25 de agosto de 1830 o capitão José Pereira de Castro propõe ao governo da Província de São Paulo a construção de uma estrada ligando São Luís do Paraitinga ao porto de Ubatuba, oferecendo o trabalho gratuito de seus escravos e abdicando do valor de suas terras atravessadas pela estrada. A proposta interessa ao Palácio do Governo que solicita com urgência todos os esclarecimentos à Câmara Municipal.⁵⁸

Dez anos mais tarde, está em curso a abertura de uma estrada ligando a vila de São Luís do Paraitinga e a Cidade de Taubaté. Em 1858, é José Domingues de Castro o inspetor de um dos dois trechos da referida estrada. É o período de maior circulação de tropas: "esta estrada é de um desmedido comércio(...)foi minuciosamente esclarecido a esse Exmo.Governo o estado de opulência em que se acha a dita estrada," comunicam, eufóricos, os dirigentes políticos de São Luís do Paraitinga.⁵⁹

Em janeiro de 1863, o **Taubateense** chama a atenção do governo provincial para o estado da estrada denominada Guaviroba, outra estrada que leva a São Luís do Paraitinga, construída há três anos, que se encontra em péssimo estado de conservação. A estrada não parece ter sido aberta especialmente para as tropas que transportam café: "É ainda dessa estrada que utilizam-se muitos lavradores tanto de São Luís como deste município; que abastecem de gêneros de primeira necessidade os mercados de ambas as cidades. O município de São Luís dá-se exclusivamente ao cultivo de milho e feijão, e grande número de seus lavradores trazem seus gêneros para serem vendidos no mercado desta cidade, e com especialidades os moradores dos bairros denominados Várzea Grande e Carapeba."⁶⁰

A estrada que demanda o porto de Ubatuba escoar, além do café, os "gêneros que se exportam de grande parte do norte da província e de várias povoações das Minas para o centro do nosso comércio que é o porto do Rio de Janeiro", conforme declara a Câ-

mara Municipal ao Presidente da Província em 1866. Outra informação, prestada em novembro de 1874, reforça a importância da circulação através do município:

"Este município é cortado pela estrada de Pindamonhangaba, por onde transitam tropas de Minas, e pela estrada de Taubaté pela qual também transitam tropas mineiras, sendo aliás esta a mais importante, em vista do que, entende [a comissão da Câmara de São Luís] que a estrada provincial que em todo o caso deve ser observada pelos cofres provinciais é a estrada que de Sapucaí-Mirim se dirige a Ubatuba, passando por Taubaté a São Luís pela capela dos Remédios e Ribeirão das Almas. A comissão não desconhece a importância da estrada de Pindamonhangaba (...) deve também ser considerada provincial e não municipal a estrada que partindo de Pindamonhangaba passa pelo Jaboticatuba, Ponte Nova e vai se entroncar no Bairro do Chapéu neste município, 19 km distante desta cidade, com a estrada de Taubaté."

Há também uma estrada municipal que liga Guaratinguetá a São Luís do Paraitinga.⁶¹

Os chefes políticos luizenses procuram sempre que possível somar forças com os empresários da região que solicitam concessão para fazer a ligação ferroviária, seja com o porto de Ubatuba ou mesmo apenas com a estação de Taubaté; luta vã. Em fevereiro de 1875, o Presidente da Câmara se queixa ao Presidente da Província e à Assembléia Legislativa paulista:

"A mais importante via pública do Norte desta Província está intransitável. O tristíssimo estado a que está reduzida a parte da estrada que desta Cidade vai ao alto da serra de Ubatuba afastou a concorrência dos tropeiros causando enorme prejuízo à lavoura e ao comércio (...) os senhores lavradores e comerciantes preferem exportar seus gêneros pela estrada de Pedro 2º apesar da despesa fabulosa que fazem com o transporte (...) para não sacrificar escravos e animais."

Dos 10.000\$000 consignados pela Assembléia paulista em 1874 para

as obras na estrada, a Câmara de São Luís recebe apenas a décima parte; portanto, antes mesmo da chegada da ferrovia a Taubaté, a circulação já se desvia do porto de Ubatuba esvaziando sensivelmente o movimento comercial, financeiro e artesanal de São Luís do Paraitinga.⁶²

Por ocasião da guerra civil americana os fazendeiros são estimulados pelo governo paulista a plantar algodão, em alta no mercado internacional. Quando a produção se torna significativa, os preços voltam a cair em consequência do fim da guerra. De qualquer forma, o algodão torna-se mais um produto destinado ao mercado interno da província, atando São Luís do Paraitinga a Taubaté. Uma estrada de rodagem começa a ser aberta para facilitar o tráfego, já que a antiga estrada é quase intransitável por causa dos carros de bois, mas os trabalhos não vão além da abertura de uma picada e param com a mudança de governo; sem esta nova estrada, a fábrica de tecidos de algodão, pioneirismo digno de menção, tem poucas chances e funciona durante apenas cerca de 10 anos (1873-82); é possível que esta fábrica tenha sido um ponto de partida para a constituição da poderosa Companhia Industrial de Taubaté, de 1891.⁶³

A crise provocada pelo desvio da rota do café não atinge São Luís do Paraitinga tão bruscamente como ocorre em Ubatuba; em março de 1884, instala-se uma linha telefônica, obra liderada pelo capitão Manuel Bento Domingues de Castro, ligando São Luís a Taubaté; a cidade conta, neste momento, com a fábrica de tecidos Santo Antônio (ao que parece, inativa), uma escola particular para moças e um externato para rapazes, três bandas de música, três joalheiros e três ourives, quatro professores de música, dois afinadores e professores de piano, duas farmácias, fotógrafo, médico, uma padaria, três sapatarias, uma tipografia e um jornal, dois depósitos de madeira, duas marcenarias, duas olarias. Como se vê, as famílias dos grandes fazendeiros, capitalistas, (há quatro: Antônio Carlos da Silva Braga e Manuel Carlos da Silva Braga, o Barão do Paraitinga e seu sobrinho Manuel Bento Domingues de Castro) comerciantes e funcionários públicos têm um padrão de consumo e um estilo de vida que propicia um relativo florescimento da oferta de bens e serviços de luxo. Por outro lado, o artesanato local é certamente mais importante do que transparece na leitura dos almanaques: (três selarias, uma ferraria, três funileiros e caldeiros, fábrica de mel, de fumo, mestre de obras); cestaria, cerâmica, tecidos de algo

dão, etc.⁶⁴

Em 1908, já não funciona há muito a linha telefônica, sinal claro da decadência. A Câmara Municipal tenta restabelecer a ligação, contratando os serviços de empresários de Taubaté, Pindamonhangaba, Bragança, mas somente em 1922 é que finalmente se inaugura a nova linha telefônica.⁶⁵

Enquanto Taubaté tem luz elétrica desde janeiro de 1913, é somente em 1925 que situacionistas e oposicionistas poderão disputar a glória pela vitória das luzes sobre as trevas; e apenas em 1927 é que a mesma disputa poderá travar-se em torno da chegada da estrada de rodagem, a vitória do automóvel sobre o carro de boi e a tropa de mulas.⁶⁶

Festa e trabalho urbano

Excetuando-se um ofício enviado à Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga pelos diretores da fábrica de tecidos Santo Antônio, não há nenhuma outra referência, em toda a documentação consultada, aos trabalhadores daquela fábrica. São cerca de 40; há 2 ingleses e três portugueses; um dos ingleses recebe 11\$000, o outro 6\$0000, e todos os demais recebem o salário diário de 1\$000. Situada na fazenda Cantagalo, a fábrica é movida por uma turbina de força de 50 cavalos, distribuída para 25 teares; a produção diária é de 1.500 metros de tecidos a partir de 500 quilos de algodão em rama.⁶⁷

Inviabilizada a fábrica - o motivo teria sido a precariedade da estrada; mas só uma consulta à documentação, que não deve ter sido totalmente destruída, poderá esclarecer esta questão - surge um novo contingente operário em 1891 na Companhia Industrial de Taubaté fundada pela família Guisard.⁶⁸

O Noticiarista aproveita a notícia de uma greve em Santos em outubro de 1892 em que os patrões oferecem o aumento exigido pelos grevistas àqueles que não entraram no movimento, e demitem os grevistas, para ironizar as "parvoíces de uns tantos socialistas desocupados, que andam a abarrotar as colunas dos jornais", o que pode ser entendido como uma crítica velada ao *Jornal do Povo* e às idéias dos Guisard.⁶⁹

Os operários contratados para as obras da ferrovia

Taubaté-Ubatuba, que entrarão em greve em janeiro de 1894 aparecem num processo criminal de 1893. Durante a Semana Santa, num dia santo, os trabalhadores se divertem depois do almoço. Fortunato Tomai, bastante embriagado, brinca com um machado e desafia a todos ameaçando fazê-los empedaços; seu colega Antonio Talarico tenta dissuadi-lo, é forçado a defender-se com sua foice e termina por matá-lo. A maior parte dos operários ouvidos pelo delegado de São Luís do Paraitinga são italianos naturais da província de Cozença. O processo não chega a termo.⁷⁰

A 1º de janeiro de 1900, surge o Centro dos Operários Livres em Taubaté. O presidente é Eugênio Guisard, que tem outros parentes: Teófilo Guisard é o tesoureiro, e João Batista Guisard é um dos suplentes do Conselho. Dentre os nove membros do Conselho, há três sobrenomes que sugerem tratar-se de trabalhadores especializados: Augusto Kreyler, Max Hunger e Leopoldo Moura Hummel.⁷¹

Na comemoração do 1º de maio de 1901, o Centro dos Operários Livres homenageia o Centro dos Operários Católicos durante a passeata noturna; é o doutor Fernando de Mattos quem assume a presidência da sessão solene. Praticamente todos os oradores são jornalistas.⁷²

O relatório das atividades da diretoria do Centro dos Operários Livres durante o ano de 1901 mostra um quadro bastante positivo: cerca de 600 sócios, assistência médica, auxílio financeiro aos sócios doentes e despesas avultadas com funerais; segundo a diretoria, nenhuma outra associação no mundo fez tanto em tão curto tempo.⁷³

As relações entre os centros operários livre e católico, que medem suas forças anualmente em maio - 1º de maio e festa de São José Operário - pertencem à história de Taubaté. Observando-as a partir de São Luís do Paraitinga, algumas questões de natureza mais geral se destacam: estruturalmente, o Centro dos Operários Livres se articula com associações e instituições laicas: redações de jornais, órgãos públicos, consulados estrangeiros, clubes recreativos - especialmente os que se caracterizam por uma clientela de assalariados e reúnem estratos da "sociedade" a estratos ascendentes do "povo". Por sua vez, o Centro dos Operários Católicos se articula estruturalmente com as irmandades e as congregações religiosas, que são muitas -

algumas muito antigas e ainda importantes, como a de São Benedito, outras de criação mais recente, como as Filhas de Maria.

Politicamente, percebe-se com nitidez a tutela do grupo que dirige a fábrica sobre o programa, o estilo de organização e de mobilização, e sobre as táticas de ação dos Operários Livres. O incidente comentado em outro capítulo, ocorrido no 1º de maio de 1904, mostra o empenho do presidente benemérito do Centro em condenar a homenagem prestada ao doutor Câmara Leal, dirigente político que exerce tutela sobre os Operários Católicos.

A tutela do clero e dos dirigentes políticos católicos sobre o Centro dos Operários Católicos é mais ostensiva, e talvez mais naturalmente aceita pelos trabalhadores e pelo senso comum da tradição. O presidente honorário, como já foi visto, é nada menos que o cônego Nascimento Castro, irmão do deputado federal Valois de Castro, que também é clérigo.

As festas operárias de maio de 1906 merecem um estudo mais atento, visto que se desenrolam sob o impacto da revolução russa de 1905 e da greve geral dos trabalhadores franceses. Os programas publicados pelo Centro dos Operários Católicos em vários jornais permitem supor que seus tutores estão mais interessados na festa deste ano: são muito bem compostos, ocupando a página inteira do jornal, despesa que nunca parece ter sido feita até então.⁷⁴

À primeira página do jornal *A Verdade*, um editorial de página inteira insiste em lembrar que a festa do santo operário José é a festa da caridade, comparando o trabalho manual à atividade criadora de Deus. Insiste a seguir em prestar e recomendar honra e respeito ao trabalhador, contra o aviltamento pagão: frisa que o catolicismo enobreceu o trabalho manual elevando-o às alturas de uma função religiosa. Encerrando, o editorial retoma o refrão.

"os esforços do homem permanecem estéreis desde que deixe de cultivar o que possui de mais elevado, que é a sua alma. O seu primeiro trabalho deve consistir em aperfeiçoá-la (...) e adquirir, com o amor do trabalho, o sentimento do dever, de ordem e disciplina"⁷⁵

Não tendo sido encontradas referências ao Centro dos Operários Livres neste maio de 1906, é possível supor que, ou a as-

sociação está em crise, ou, o que é mais provável, não interessa aos seus tutores estimular qualquer manifestação especial.

É neste maio de 1906 que o movimento grevista dos ferroviários paulistas desencadeia um notável salto na trajetória do movimento operário e sindical, assinalado por todos os pesquisadores e especialistas. Em Taubaté, é de novo *A Verdade*, em cuja redação assiste um ilustrado pároco, conforme informa o *Taubateano*, que toma a iniciativa. O tratamento dado à greve é nitidamente paternalista e desmobilizador: os grevistas deveriam aceitar a intermediação da Associação Comercial (ou seja, dos patrões), deveriam agir somente com razão justificada, dialogar com o doutor Antônio Prado (ou seja, com a elite paulista), não têm o direito de prestar solidariedade; mal aconselhados ou mal inspirados, os grevistas prejudicam a si próprios "com um procedimento, que nada justifica, que há de necessariamente ser reprimido dentro de poucos dias."⁷⁶

Neste mesmo ano, um conflito envolvendo trabalhadores taubateanos indica que a dinâmica local do movimento social se expressa melhor por meio de outros discursos, e que os símbolos são armas que se empunha no mundo do trabalho e não apenas na república das letras:

Dois empresários convocam a ação da polícia contra "desocupados e invejosos, que se incomodam que estejamos encarregados de executar uma planta como a do ASILO DE SANTO ANTÔNIO, e que têm se dado ao trabalho de andar deixando na obra, a horas mortas da noite, garrafas com pinga preparada, lenços, cruces, tábuas de caixão de defunto, ossos e dentes enterrados no lugar do amassador, prevenimos que se acautelem, que saberemos pegá-los em flagrante, e dar-lhes a recompensa que esses atos de canalhismo ordinário pedem. Já que morrem de inveja, por causa da preferência que nos foi dada, sejam homens e procurem nos fazer mal como inimigos leais, a descoberto; não se sirvam de BRUXARIAS e de FEITIÇARIAS, porque só pode lhes servir para irem se curar dessa moléstia na cadeia."

O Norte apóia os signatários, Adolfo Carlos Mendes Edlinger e José

Benedito Vieira de Camargo, convocando a polícia a cumprir o seu papel.⁷⁷

É provável que o incidente pontue a grande batalha que se trava na construção, com a adoção de novas técnicas, novo estilo e, conseqüentemente, novos trabalhadores e novo sistema de trabalho, pela "sociedade" que se europeíza. O sobrenome Edlinger, o apoio da imprensa e a legitimidade do recurso à repressão apontam para a ordem e o progresso tal como são entendidos pela "sociedade". O partido oposto, jogado na ilegitimidade e ameaçado com a prisão, deve se encontrar entre os trabalhadores e empresários do ramo da construção identificados com a tradição chamada caipira da taipa paulista.

Em 1910, a Companhia Taubaté Industrial, financiada por capitalistas ingleses da Edward Ashworth & Co., instala 300 novos teares para morim (o conhecido Morim Ave Maria) e passa a contar com cerca de 500 operários, que logo serão mais de 1.200 em 1912, lidando com 1.000 teares. Quando Félix Guisard, diretor-gerente, retorna de sua viagem à Europa, em julho de 1910, os operários da fábrica comparecem incorporados à estação ferroviária. Duas mil pessoas recebem o empresário industrial; o Norte, relatando a festa, mostra os operários da fábrica tomando parte destacada no cortejo que conduz seu patrão até sua residência, arvorando um estandarte que provavelmente pertence ao Centro dos Operários Livres. A corporação musical João do Carmo, que toca em todas as manifestações daquele centro, executa um concerto público no coreto instalado à frente da residência de Félix Guisard. Uma poliantéia, impressa em algum órgão de imprensa burguesa, publicada "em honra a esse emérito homem do trabalho, no dia de seu feliz regresso a esta cidade", deve também ser iniciativa do Centro dos Operários Livres e não da massa indiferenciada dos operários.⁷⁸

O Centro dos Operários Católicos desprende-se da tutela clerical e é imediatamente punido: em dezembro de 1916, o **Lábaro**, órgão oficial da diocese, noticia o fechamento das portas da agremiação, cuja nova diretoria retirou da sede retratos, estandartes e outros sinais católicos e promove jogos ilícitos; o governo estadual deixa de prestar auxílio financeiro e a polícia cumpre o seu papel, aplaudida pelo jornal católico.⁷⁹

Já o Centro dos Operários Livres não é citado quando

os têxteis comemoram o primeiro de maio de 1916 com um convescote na pitoresca Vila de Tremembé. Segundo **O Norte**, trabalham na Companhia Taubaté Industrial, nesta época, para mais de 600 operários, na maior cordialidade (a crise provocada pela guerra mundial provoca a dispensa de cerca de 50% dos operários, segundo Emílio Amadei Behrings). A festa de Maio de 1917, numa dependência da fábrica, tem na mesa diretora nada menos que cinco membros da família Guisard. Um dos oradores é o doutor Antônio Lacerda, diretor do Museu do Crime, do Rio de Janeiro. O presidente da mesa, que é o próprio diretor-gerente Félix Guisard, encerra a festa com um viva ao trabalho honesto. Momentos depois, os operários participam de um sorteio, os prêmios são oferecidos pela Farmácia Pereira (um relógio de parede) e por Félix Guisard Filho (quatro relógios despertadores e duas quantias em dinheiro); não deixa de ser bem significativa esta distribuição de relógios pelos patrões, que se verifica na ausência de qualquer menção à revolução de fevereiro na Rússia, nem às tradições do 1º de Maio, nem ao Centro dos Operários Livres. A festa se completa com um animado baile.⁸⁰

Já foi vista em outro capítulo a maneira suspeita como os proprietários da fábrica orientam seus operários quando chega a Taubaté a efervescência da greve geral de julho de 1917.

Em São Luís do Paraitinga, com a paralisação da fábrica de tecidos Santo Antônio, não existe uma classe operária como em Taubaté. Algumas obras públicas, como abertura e reparo de estradas, construção de pontes, canalização de águas, etc, demandam por vezes contratação de operários da capital. Um ofício da Câmara Municipal registra a dificuldade de relacionamento de José Domingues de Castro com os imigrantes nas obras da estrada de Ubatuba, em 1855: os escravos e os caipiras são mais dóceis. Mário de Aguiar recolheu junto aos velhos luizenses a memória da construção de uma nova ponte sobre o Paraitinga, à entrada da cidade. O trabalho, extremamente pesado, foi realizado por operários locais aos quais se juntou uma turma de operários da capital, portugueses e brasileiros. Os trabalhadores vindos de fora hospedaram-se num hotel e se alimentavam fartamente, enquanto os trabalhadores luizenses esquentavam o seu tradicional alimento de todos os dias ("um simples feijão mal cozido, às vezes até sem gordura, misturado com farinha de milho ou um pouco de macarrão. Isto só, mal temperado, sem uma verdura, uma fruta, sem um pedaço de carne ou de pão. Como complemento dessa in-

variável refeição, uma grande tigela ou prato fundo de café fraco, de má qualidade, tipo "escolha", coado da infusão com o próprio caldo de cana"). A eficiência e persistência dos 14 operários de fora contrasta com a alta rotatividade dos trabalhadores luizenses, que somam 72 ao todo. Mário de Aguiar conclui que esta diferença se deve exclusivamente à pobreza da alimentação caipira: "o caipira não trabalha porque não come e não come porque não trabalha". É necessário levar em conta outros fatores, como, por exemplo, as diferentes mentalidades em relação ao trabalho assalariado; e nada indica que tenha sido fácil e automático o entrosamento entre os dois grupos, devendo somar-se a isto prováveis diferenças na remuneração e no tratamento dispensado pelos empreiteiros aos trabalhadores de um e de outro grupo.⁸¹

Um abaixo-assinado dirigido à Câmara Municipal em março de 1903 por 21 cidadãos luizenses, solicitando revisão do imposto sobre indústria e profissões, oferece elementos para a reconstituição do universo do trabalho manual qualificado no município:

Dentre os 21 signatários, sete são analfabetos. Arrolados pelo coletor municipal como proprietários de oficinas, todos afirmam que são artistas e operários, não têm oficinas "e se exercem uma profissão é unicamente pela necessidade de manterem sua subsistência que dia para dia vai se tornando mais dura e difícil para a classe operária". O principal argumento é a crise financeira e a absoluta falta de trabalho.⁸²

Os sobrenomes de família (Pereira de Campos, 2; Pereira Rio Branco; Pereira de Castro, Pereira dos Santos; Pereira Leme; de Oliveira, Bento de Oliveira e Oliveira Ramos; Castro, Sodré, Salinas, Rafael Tobias) mostram ligações de parentesco com algumas famílias ilustres da "sociedade", envolvendo mais de 50% dos signatários, que, portanto, não devem ser considerados necessariamente proletários ou pobres.

Alguns dos signatários, auto-designados artistas e operários, são mestres de obras, e se, em momentos de crise trabalham por salário, tornam-se empreiteiros dirigindo os operários da obra: é o caso, por exemplo, de Pedro Pereira Rio Branco, na reconstrução da igreja de Nossa Senhora do Rosário, merecendo fotografia na

POLIANTHEA distribuída pela oposição durante a festa de inauguração em maio de 1921.

Parece, a se julgar pelos dados contidos nos almanques, que a maioria dos signatários exerce funções ligadas à construção: oleiros, pedreiros, mestre de obra. O texto explora a ambigüidade da condição sócio-profissional dos vinte e um assinantes, que ora se mostram como artistas, isto é, profissionais autônomos, ora como operários; mas é provável que uma boa maioria deste universo pertença realmente às camadas mais modestas do ramo, uma vez que são apenas uma meia dúzia os signatários arrolados nos diversos editais de lançamento do imposto de comércio e indústria.

Rastreando as modalidades de intervenção desta categoria social, que não se confunde com o sitiante caipira, nem com o assalariado rural, e tampouco pertence por inteiro à "sociedade", destaca-se a importância dos artesãos e oficinas na produção de andores (marceneiros, carpinteiros, pintores) e demais artefatos necessários à festa (que se pense nos alfaiates e costureiras, ferreiros, latoeiros, ourives, fogueteiros, doceiras, etc.). No carnaval de 1920, o *Luizense* noticia a constituição de uma tróica para supervisionar o padrão artístico na confecção dos carros alegóricos; além do mestre Pedro Pereira Rio Branco, o maestro Luís Batista de Alvarenga também parece ligar-se aos ofícios manuais.⁸³

A participação política demandaria um estudo mais minucioso, que poderia se apoiar no processamento eletrônico das informações, cruzando parentelas, categorias sócio-profissionais, listas de eleitores, etc. Nos limites deste estudo, levar-se-á em conta apenas alguns indícios mais visíveis a partir da problemática da festa.

As corporações musicais, tradicionalmente rivais, têm em princípio uma origem devocional: identificam-se com as irmandades religiosas. O estudo sociológico das irmandades e associações religiosas, fundamental para a compreensão da dinâmica social brasileira durante a maior parte de sua história, demonstra que prevalece em geral a tendência à estratificação: associações de gente escrava, de gente livre pobre, de gente remediada, de elite.⁸⁴

São Luís do Paraitinga, bastante menos populoso e complexo que os grandes centros, apresenta uma polarização que dificulta a compreensão sociológica, já que as corporações musicais Santa

Cecília e Santíssimo Sacramento recortam de alto a baixo "sociedade" e "povo" em função da clivagem política e não social.

Consta que a primeira banda teria sido organizada por João Batista Salgado, "mestre Batista" por volta dos anos 1840. Logo se organiza uma segunda corporação musical, dirigida por Manuel Gonçalves Ferreira, "nhô Neco": respectivamente, "música de baixo" e "música de cima", oposição geográfica no interior da cidade.

João Batista Salgado, natural do Bairro Alto, parece ligado diretamente às famílias fazendeiras tradicionais de São Luís do Paraitinga. Manuel Gonçalves Ferreira, natural de Guaratinguetá, instala-se a maior distância do Largo da Matriz e tem uma oficina de alfaiate: indícios de uma clivagem social, "música de baixo" reunindo os luizenses de velha cepa, a "sociedade" tradicional, e "música de cima" identificando os forasteiros, os suburbanos, o ofício manual urbano, a região do Mercado.

Os atritos são freqüentes, culminando com a batalha campal durante a festa de recepção da nova imagem de São Luís de Toluosa, padroeiro da cidade. Pouco depois, a "música de cima" se dissolve e surge uma nova corporação musical, esta claramente identificada com o Partido Liberal, a banda Santa Cecília. À direção desta nova "música de cima" se encontram o português José Pereira de Oliveira, farmacêutico, outro português - já visto em outro capítulo -, o rico comerciante Manuel Garcia Braga, que será denunciado como abolicionista em 1887, o latifundiário João Lopes de Castilho.

Em resposta a esta iniciativa dos liberais, organiza-se por volta de 1880 uma "banda terceira", a União Conservadora, que tem curta duração e vende seus instrumentos a um grupo de moradores da vila de Lagoinha. Pode-se supor que os conservadores, em dificuldade sob governo liberal, tenham se recolhido ao seio da "música de baixo".

Com a República, dissolve-se a corporação liberal, que leiloa seus instrumentos com vistas à aquisição de uma imagem de Santa Cecília, doada à igreja matriz. O doutor Pedro Domingues de Castro organiza uma nova corporação musical Santa Cecília, comprando os instrumentos dos arqui-rivais do clã conservador Domingues de Castro por volta de 1891. Entre os principais líderes desta banda estão João Cândido Cabral, tabelião e co-proprietário da Far-

mácia Cabral, e mestre Benedito Filadelfo dos Santos Pereira, oficial marceneiro.⁸⁵

Em julho de 1904, *O Luizense* recém-fundado, porta-voz do partido bentista, noticia com satisfação a fusão da corporação musical Santa Cecília com o grupo musical São Benedito, que tudo indica ser a antiga "música de baixo", e que, talvez, tenha evoluído no sentido de aglutinar a coletividade negra e pobre sob tutela clerical e patriarcal (São Benedito, santo dos escravos, é também cultuado pelas famílias tradicionais luizenses). Ao mesmo tempo, o jornal dos ex-conservadores exagera ao noticiar, com prazer, a crise no interior da irmandade do Santíssimo Sacramento, citando-a como exemplo de decadência moral, escândalo, risco de violências e crimes.⁸⁶

A irmandade do Santíssimo Sacramento tem também sua corporação musical; segue-se a interminável guerrilha travada entre as duas músicas, perfeitamente perceptível através da ostensiva identificação do *Luizense* com a banda Santa Cecília. Na direção da irmandade do Santíssimo Sacramento está o capitalista Benedito de Azevedo, que vence com dificuldade uma disputa eleitoral interna contra o professor Joaquim Pinto de Andrade.⁸⁷

Corpus Christi e os dias de Santa Cecília e São Benedito são as festas emblemáticas das corporações musicais rivais. As provocações e ameaças recíprocas são comuns, e radicalizam-se às vésperas de enfrentamentos eleitorais decisivos entre situação e oposição.

Janeiro de 1910 marca a vitória da oposição; a música durante a festa de tomada de posse do novo diretório político republicano (aliança entre o partido civilista de nhô Quim Major e os hermistas do coronel José Bernardino de Castro) é, naturalmente, a do Santíssimo Sacramento, sob a regência do tenente Luís Batista de Alvarenga, escrivão.⁸⁸

Já em 1913, quando as duas facções civilistas se reconciliam, repelindo os hermistas do Partido Republicano Conservador, fundado em 1911, a corporação musical Santíssimo Sacramento aparenta exercer a hegemonia, visto que ela é quem toma a iniciativa de adquirir a imagem do Crucificado, solenemente entronizado na sala do tribunal do júri em novembro; a banda Santa Cecília participa dos festejos, em posição secundária.⁸⁹

Em janeiro de 1916, já é a corporação musical Santa Cecília que merece maior destaque na sessão literária da recém-criada Associação Protetora da Infância, apesar do programa prever também a participação da banda do Santíssimo Sacramento.⁹⁰

Com a subida ao poder do promotor público João Batista de Oliveira e Costa, que entre outras funções acumula a de presidente da Irmandade do Santíssimo Sacramento, desde pelo menos março de 1919, mesmo assim a corporação Santa Cecília permanece, incontestavelmente, a música do partido situacionista, sempre realçada pelo **Luizense** em detrimento da banda do Santíssimo Sacramento. O tabelião João Cândido Cabral, dirigente da Santa Cecília, passa à oposição, sendo substituído por Pedro Pereira Rio Branco e Benedito Filadelfo dos Santos Pereira (mestre de obras e oficial marceneiro).

A corporação musical Santíssimo Sacramento, ao que parece, desaparece durante a década de 1920. Por ocasião da disputa eleitoral de 1926-27, **O Paraitinga**, órgão oficial da oposição, onde militam os irmãos Cabral, antigos homens de confiança do partido bentista e ativistas no teatro, música e jornalismo, noticiam a demissão dos músicos pelo diretor do cine Eden Paulista, Bernardo Joaquim Dias, o proprietário do **Luizense**. Os músicos teriam sido demitidos por simpatizar com a oposição.⁹¹

Como se vê, é extremamente difícil extrair uma síntese. Se a princípio é mais nítida uma clivagem social entre as corporações musicais, isto se deve em grande parte à escassez de informação, forçando a análise a lançar mão de generalizações hipotéticas. Com a politização da música, torna-se quase impossível visualizar a posição de cada banda na estratificação horizontal das classes sociais, já que o corte vertical do bi-partidarismo distribui mais ou menos aleatoriamente "povo" e "sociedade" em situação e oposição: a "música de baixo" torna-se a "banda dos ursos", e a "música de cima" a princípio, depois qualquer oposição organizada, adota o nome "banda paraguaia".

É Mário de Aguiar quem fornece uma interpretação sociológica digna de nota:

As bandas de música não devem ser vistas apenas como instrumentos da luta política. Os rapazes de 12 a 18 anos têm nelas oportunidades de fazer um aprendizado musical que

serve como qualificação profissional; muitos deixam a cidade ao atingir a idade adulta, encontrando emprego bem remunerado nas bandas de música da capital e de outras cidades onde se aquartelam tropas federais.⁹²

Jeca Tatu e a raça

Algumas indicações gerais para a abordagem do espaço da festa caipira, inspiradas pela leitura de Antônio Cândido, Maria Silvia de Carvalho Franco e de Maria Isaura Pereira de Queiroz, foram adiantadas em outro capítulo.

Observar-se-á aqui a imagem do caipira na imprensa de Taubaté e São Luís do Paraitinga. Como já foi lembrado por Maria Isaura de Queiroz, o caipira é personagem da literatura e do teatro brasileiros desde meados do século XIX. Monteiro Lobato criticou naquilo que ele chama de caboclisto, a persistência do Romantismo na literatura e na cultura brasileira, contestando as pretensões realistas do regionalismo da época ao redigir Urupês.

Em setembro de 1906, o Jornal de Taubaté publica uma crônica de Viriato Correa, que expõe sua reação à leitura de Canaã: "Graça Aranha tem ali o nojo de quem viu, o nojo que eu sinto e que vocês sentirão por certo. E é esse o povo que faz o Brasil!(...) O nosso país é aquele lá, aquela gente é que vai à guerra, é que lava o solo, que sustenta esse colosso que dá dinheiro para as avenidas, que enche a barriga dos figurões. E assim mesmo, julgamo-nos uma potência (...)". O intelectual realiza aquilo que sempre soube, a pobreza nacional; mas a tomada de consciência percorre uma trajetória curiosa. No Maranhão natal de sua lembrança, o sertanejo não planta legumes, não cria galinhas; come até à indigestão por época da colheita, farta em virtude das qualidades do solo e não do trabalho; a seguir, regala-se de novo, imoderadamente, com a safra da melancia, e vegeta por mais um ano. Junto ao piscoso Itapicuru-mirim, a população ribeirinha não tem a menor iniciativa para fabricar redes, tarrafas, juquis: contentam-se em pescar muito menos do que parece a Viriato Correa possível, necessário e útil. "E o que admira é que essa gente tenha alegria. Numa ou outra data, uma latada se estende à frente de um casebre; enrama-se e aclara-se o terreiro e,

de noite a viola retine os requebrados, e o mestiço lesto e a matutinha ligeira castanholeam e revoa a tona tropical da música brejeira. É o único momento em que o campônio é gente". Mas há festas tristes. "São as festas em que a aguardente é escassa e não há um bolo de milho para se comer".⁹³

A consciência nacional, tal como a concebe a "sociedade", cobre-se de nojo cívico ao dar-se conta do atraso: a nação não é a potência com que sonhava, porque o seu povo não é como os bons povos europeus. Viriato Correa atribui a Graça Aranha o mérito de ter, por primeiro, pintado honestamente, sem sentimentalidades patrióticas, o problema tal como ele é. O mal é a imprevidência, a indolência do povo rural. Viriato Correa não procura nenhuma razão, nenhuma explicação para esta característica do caboclo, que aparece então como a causa determinante do atraso, o obstáculo a remover.

Este é o ponto de vista oficial do Estado brasileiro, empenhado na remoção de quaisquer entraves à imigração européia desde o período joanino. Inspirando-se nas teorias evolucionistas, a "sociedade" aposta no branqueamento da população, vista como desfecho necessário do contato de raças inferiores com a raça branca. As idéias do conde de Gobineau, a própria noção de raça, funcionam como paradigmas e axioma. Há vozes isoladas, propostas como a do Conselheiro Paula Souza, que em 1888 demonstra as vantagens da exploração do trabalhador rural brasileiro, contra a imigração subsidiada; mas o grande capital investido em ferrovias e companhias de navegação marítima, o grande capital industrial e agrário, a política de exportação da crise social européia, conjugam seus interesses na produção da colossal emigração européia - fenômeno que recobre quase inteiramente o período em estudo.

Buscando uma explicação para a guinada do pensamento de Monteiro Lobato a respeito do caipira, o relatório apresentado por J. Papaterra Limongi ao Departamento Estadual do Trabalho, em fevereiro de 1917, deve ter desempenhado um papel decisivo. O relatório, divulgado e amplamente comentado pela imprensa, anuncia o êxito da Trappa Maristella, experiência agrícola pioneira em curso no município de Tremembé, vizinho a Taubaté.

O objetivo central do relatório é demonstrar a superioridade do trabalhador nacional frente ao imigrante estrangeiro, em

plena deflagração mundial, ambiente propício ao nacionalismo. Visitando a Trappa, que conta em 1917 com cerca de 10 anos de funcionamento, Papaterra Limongi surpreende-se com a produtividade, o asseio, a inteligência, a ausência do vício do álcool, a ausência de conflitos entre as trezentas famílias de caboclos empregadas pelos monges franceses na agricultura.

A explicação para esta sensacional transformação dos hábitos do caipira estaria numa soma de esforços contra o preconceito. Bem alimentado, bem alojado, tendo acesso à escola, recebendo instruções e condições equivalentes àquelas que são normalmente oferecidas aos trabalhadores estrangeiros, o caboclo brasileiro é tão ou mais produtivo, e, sobretudo, menos rebelde.

J. Papaterra Limongi lembra Alberto Torres e Euclides da Cunha ao avaliar as qualidades físicas do trabalhador nacional, e parece referir-se ao conde de Gobineau ao distinguir o caipira do mestiço, vítima da degenerescência racial: o caboclo verdadeiro é uma raça ou sub-raça já constituída, que pode ser facilmente curada do impaludismo e da sub-nutrição.

O trabalhador nacional, desconhecendo a divisão do trabalho e a conseqüente especialização das funções, faz todo tipo de serviço, sem reivindicar aumento e diferenciação dos salários, ao contrário dos trabalhadores estrangeiros. Estes, além de sempre prontos a reivindicar e entrar em greve, têm apoio externo. Por outro lado, os imigrantes europeus estão se convertendo em proprietários rurais, podendo-se temer a constituição de uma grande propriedade estrangeira no interior do país, ameaça contra a qual Papaterra Limongi justifica a preservação dos latifúndios de propriedade nacional, e propõe a constituição da pequena propriedade nacional.

Trata-se de substituir a onerosa imigração estrangeira pela utilização racional do braço nacional, oferecendo aos caboclos as mesmas oportunidades de fixar-se à terra que têm sido oferecidas aos europeus. O trabalhador nacional, até agora, vem sendo contratado apenas para a derrubada da mata e formação dos cafezais, e logo é tocado para adiante, substituído pelo imigrante que só aceita emprego em fazendas já formadas.⁹⁴

Em abril de 1918, Monteiro Lobato publica no mesmo jornal a sua versão do ocorrido na Trappa Maristella: da antiga população caipira fixada à margem do rio Paraíba, singularmente feia,

apática, sugerindo a imagem dos urupês de pau podre, restolhos de gente, lesmões humanos, os frades produziram um novo povo:

"Primeiro, atucharam-lhe a fibra com alimentação abundante: depois abrigaram-no em casas higiênicas construídas em lugares secos; e ao mesmo tempo curaram-nos das verminoses. Resultado: uma ressurreição. Das carcassas opiladas onde morrinhava a 'indolência' do pobre Jeca Tatu, saiu, pelo equilíbrio alimentar, um homem resistente, pela cura das mazelas, um homem ativo, pela noção de relativo conforto, um homem constante que "parava" na fazenda, e criava amor à faina agrícola. As faculdades cerebrais beneficiando-se logo com os reflexos da saúde, foi possível ensinar-lhes as mil coisas necessárias a um bom operário, foi possível discipliná-los, foi possível adaptá-los ao maquinário agrícola (...)

O caipira não "é" assim. "Está" assim."⁹⁵

Além de corrigir a política imigratória, fonte de endividamento externo, o saneamento do caipira poderá solucionar o problema da carência de mão de obra, evitando-se o recurso à imigração chinesa:

"Um chim fica-nos, segundo o cálculo do Ministro da Agricultura, em dois contos de réis, um chim que lá na China vale 20 piastras a peso. E além disso, um chim é um chim. Com dois contos reduzidos a assistência profilática ou medicamentos, quantos caboclos assolados pela anquilostomíase ou pela maleita não reverterão à atividade? Talvez que da guerra resulte mais este benefício - o aproveitamento do músculo da casa."

Em São Luís do Paraitinga, o delegado de polícia, Ernesto Babo Filho, por sua posição radical contra a imigração asiática; aponta na mesma direção:

"Os japoneses podem ser bons colonos, resistentes, pacíficos, adaptáveis, porém não nos convêm em absoluto. Devemos procurar introduzir em nosso

País imigrantes de raça latina tendo em consideração não só qualidades físicas, mas também as morais, pois de nada vale um povo de gigantes quanto à estrutura externa mas pigmeus no que se refere aos sentimentos. Os japoneses não nos servem nem quanto ao físico nem quanto ao moral. Pequenos no porte, de cor escura, olhos oblíquos, trazendo todas as influências de uma civilização completamente diversa da nossa (...) Procuremos outros colonos e se por qualquer motivo não pudermos obtê-los agora devido à grande guerra, esperemos tempos melhores, utilizemos os nossos caipiras, e lembremos que diz o povo - antes viver só..."⁹⁶

O professor José Carneiro, que conhece intimamente o ambiente rural do município, tem um ponto de vista que, comparado às demais propostas de regeneração nacional, parece conservador. O Brasil, vivendo sempre na dependência das indústrias européias, tem problemas de abastecimento e inflação em razão da guerra; o velho professor evoca os bons velhos tempos em que "os antigos" fabricavam açúcar, chapéus, mantos e roupas em seus teares rústicos. As brasileiras deveriam aprender a tecelagem e não apenas o crochê e outros trabalhos de pura fantasia, despertando nos lavradores o interesse pelo plantio do algodão e de outras fibras: assim, o pano poderia voltar a ser fabricado a domicílio. O mesmo poderia ocorrer com o açúcar, o couro, cera, sabão, arroz - apenas o sal, a louça, os metais e alguns manufaturados precisariam ser adquiridos fora do município. Mas, cumprindo o seu dever patriótico, o professor Carneiro tem certeza de que está apenas lançando palavras ao vento.⁹⁷

Comentando a figura de Jeca Tatu criada por Monteiro Lobato, o professor José Carneiro vê justamente na sua desapareição a principal razão da decadência do município. Com a expansão da fronteira agrícola, o salário oferecido aos trabalhadores rurais no Oeste, muito superior àquele oferecido pelos fazendeiros luizenses, provoca o êxodo rural e o esvaziamento econômico-social do município. O professor sonha com o restabelecimento da autarquia camponesa, mas sabe que a "sociedade", na qual se sente desajustado, prefere aquilo que se apresenta como modernidade.

O grande ideólogo regional é o jovem jornalista Ulisses Freire, que já foi visto na liderança do Tiro de Guerra de Taubaté. Acompanhando a campanha do governo paulista pelo aumento das exportações agrícolas, Ulisses Freire desenvolve um discurso racista e patriótico:

"Se no início da formação e da distribuição dos povos e das raças que ora enxameiam o globo tivesse havido, por parte dos homens de responsabilidade, interesse pela seleção e desprendimento pela quantidade, não haveria, certamente, nos tempos que correm, tanta degenerescência e tanta miséria orgânica a se lamentar. E se há ainda hoje, em meio da derrocada humana povos - como os gregos e os ingleses - que ainda conseguem se impor pela uniformidade e pujança de sua raça, não é senão devido ao rigor e ao zelo com que os seus primeiros estadistas fizeram observar a seleção no processo comum da reprodução da espécie. Diante disto, fica evidenciado que ao homem, não se deverá aconselhar apenas "crescer e multiplicar-se", mas também, e principalmente, selecionar-se. Do contrário, em época não remota virá o aniquilamento total da espécie, ao invés da reprodução como se de seja."⁹⁹

Mais do que em Darwin, Ulisses Freire parece inspirar-se nas idéias do conde de Gobineau, amplamente divulgadas na Alemanha e na França logo após a guerra mundial. Uma das asserções fundamentais do autor do **Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas** teria sido estatisticamente "comprovada" no Brasil. A pedido do imperador Pedro II, Gobineau redigiu um artigo visando estimular a imigração européia, e nele manipulou dados relativos à demografia brasileira para demonstrar sua tese "científica" da esterilidade dos mestiços.¹⁰⁰

Os mecanismos tradicionais de equilíbrio demográfico se alteram com a revolução industrial, a vacinação em massa, a expropriação dos camponeses e artesãos, a urbanização, a constituição dos exércitos modernos, etc. Parte integrante e ativa nessas grandes transformações, as atividades agropecuárias também se alteram prodigiosamente. Plantações, rebanhos e pastagens passam a ocupar mais e

mais espaço; as manipulações genéticas se sucedem visando maximizar o rendimento do capital. A uniformização dos grãos e das reses é o suporte empírico para a reatualização do racismo. À época em que Ulisses Freire escreve, o mundo acaba de experimentar a eficácia dos exércitos modernos, a eficácia da produção industrial em série, a eficácia da agropecuária americana e australiana (café do Brasil inclusive), a eficácia do sistema médico-hospitalar e farmacêutico moderno, etc. É chegado o momento de buscar esta eficácia na reprodução humana: a tentativa mais radical será aquela do Terceiro Reich.

Ulisses Freire organiza seu texto em função da oposição quantidade/qualidade. O mal é a degenerescência da humanidade, causada pela produção descontrolada. Na esfera da economia, onde o texto se conclui, trata-se de maximizar a quantidade de gêneros para exportação, graças à rígida seleção das qualidades: boas sementes, boas técnicas, bons instrumentos, irrigação, adubos, etc. O autor não esclarece, entretanto, o seu projeto para a regeneração qualitativa e quantitativa do povo brasileiro.

É numa série de artigos publicados pelo Luizense que Ulisses Freire apresenta esse projeto. O ponto de partida talvez possa encontrar-se num discurso proferido por Coelho Neto em sessão solene da Liga de Defesa Nacional, no Rio de Janeiro em janeiro de 1921:

"O brasileiro não é o Jeca Tatu como andam afirmando por aí. O tipo do brasileiro é esse que surge da mocidade dos esportes, é a geração nova dos Tiros [de Guerra]. Existe, sim, o Jeca Tatu, mas nas regiões inóspitas do nordeste, em sítios palustres do sul: este porém não representa a raça brasileira porque é um doente, uma vítima do meio em que vive. O Jeca não é um indolente - é antes um caso mórbido, um enfermo. Ofendei, entanto, o Jeca em sua honra e tereis daquele amontoado de carnes amolecidas, subitamente, uma rijeza de nervos de aço. Em vez de um doente, tereis um herói. É este o nosso Jeca, que luta contra os elementos naturais e contra o mal que o consome: este é o Jeca do Paraguai."¹⁰¹

Coelho Neto exalta a regeneração da raça pelo espor

te, ao homenagear Edu Chaves, campeão sul-americano de distância aérea, e Guilherme Paraense e Afrânio Costa, 1º e 2º colocados no torneio de tiro nas Olimpíadas de Antuérpia de 1920. Quanto ao Jeca, ei-lo devolvido ao limbo racial onde inicialmente o colocara Monteiro Lobato: não pertence à raça brasileira. Este retorno ao limbo se justifica exatamente pela doença, aquele mal que, ao ser detectado pelo antigo bacharel-fazendeiro indignado de **Velha praga e Uru pês**, convenceu-o de que Jeca Tatu é na verdade o que há de melhor neste país. O darwinismo social e o militarismo camuflado das competições esportivas conduzem à entronização do tipo humano ideal, o brasileiro esportivo e marcial.

Tal como o remédio-militarização - única maneira de humanizar o monte de carnes moles chamado Jeca Tatu -, o remédio esporte, além de fabricar o tipo nacional ideal, é necessidade que se impõe de fora para dentro e de cima para baixo.

Ulisses Freire comenta entusiasmado a progressão da cultura física no Brasil desde 1915. Em 1912 só se falava ainda, mesmo nas capitais mais cultas do país, do foot-ball; em questões de ginástica, havia apenas os circos ambulantes, cujos atores malabaristas trocavam sua agilidade e sua força pelo pão diário em exibições públicas. Mas as sentinelas da nação, preocupadas com a necessidade de uma educação nacional, corrigem rapidamente este atraso vergonhoso: surgem pequenos núcleos em que se desenvolvem aqueles que hoje são as notabilidades atléticas do país. "Devemos provar ao estrangeiro que lá de fora nos espreita, que somos também um povo bem constituído, uma raça heraldicamente organizada".

Antônio Esper, o Dudu, é o esportista padrão, o grande exemplo exibido por Ulisses Freire em sua campanha para organizar heraldicamente a raça brasileira, respondendo ao escárnio internacional votado contra o grande país. Em 1914, Dudu - que pratica a luta greco-romana - enfrentou o atual campeão mundial, o russo Max Gallant, no Teatro Variedades. Foi mais feliz, pelo visto, em Campinas, onde no mesmo ano derrotou o campeão suíço Júlio Steur e o afamado argentino Cesário. De novo na capital, bateu o famoso preto americano Dick - "o homem dos músculos de aço". Em Florianópolis, aplaudido pelas autoridades do governo estadual e por mais de 2.000 pessoas, subjugou em assaltos violentos os campeões alemães Reiffsmann e Neuber. Passando a Curitiba, sempre em presença de autoridades e massa de povo, derrotou mais quatro atletas germânicos.

Por tantos serviços prestados à causa nacional, Dudu é nomeado instrutor de ginástica da Guarda Civil e Militar paranaense.

Retorna, passados alguns anos, à publicidade, participando de um campeonato patrocinado pelo prefeito de São Paulo, Washington Luís. Ao cabo de muitas noites de ansiedade, dúvidas e esperanças, o público paulista pôde por fim glorificar como campeão dos campeões o grande e invencível Dudu, no Teatro Cassino Antártica. Um novo campeonato está sendo organizado em São Paulo: Dudu, ao lado dos brasileiros Rogério, Benjamim e Susu, lutará contra o alemão Lobmayer, os russos Gallant e Roskoff, os sírios Nagib e Mustaffa.¹⁰²

As apoteóticas vitórias do brasileiro-símbolo nas capitais dos estados sulinos, justamente contra lutadores alemães, são tão expressivas que parecem obedecer a um programa elaborado. A nova raça em ascensão acumula os seus brasões surrando espetacularmente latagões estrangeiros, graças a um pequeno empurrão dado pelas sentinelas da nação, que não poderiam negar-se a este gesto cívico acelerando a regeneração nacional. Nada mais natural, portanto, que venham recolher agora, na sadia embriaguez das massas entusiasmadas, a merecida consagração política.

Jeca Tatu na política

Um processo quase análogo de avaliação do lugar ocupado pelo caipira na composição do povo brasileiro pode ser percebido na trajetória da política em São Luís do Paraitinga: desprezo, descoberta e rejeição.

Um ofício do coronel José Domingues de Castro, endereçado ao governo da província em fevereiro de 1855, informa que desde 1842 até 1848 predominou o Partido Liberal. "Graças à Providência, e alguns esforços meus e de meus dois irmãos, acha-se tudo ligado (agora) ao atual Governo".¹⁰³

Nas comemorações da independência, em setembro de 1862, é o tenente-coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro, o futuro barão do Paraitinga, quem preside a sessão cívica na sala da Câmara após o Te Deum celebrado na matriz. A festa cívica do período imperial é tipicamente adulta e agencia os espaços da igreja, da Câmara Municipal e as ruas por onde circula a banda de música.¹⁰⁴

No ano seguinte, o correspondente do Taubateense insiste em destacar a figura do tenente-coronel Manuel Jacinto domingos de Castro quando relata a devastação provocada pela enchente do Paraitinga que destruiu vários sobrados e casas térreas, além da cadeia pública e duas pontes. Na confusão, entre os lamentos aflitos desta noite de 11 de janeiro de 1863, o futuro barão aparece em ação, desveladamente, não poupando esforços para minorar, quanto fora possível, tão grande infortúnio; o redator fala por esse povo, que já lhe é sumamente grato e protesta sua eterna gratidão e simpatia.¹⁰⁵

Neste mesmo ano, um correspondente do jornal independente O Paulista comenta as eleições do mês de agosto:

"Os votantes vieram de seus bairros em pelotões capitaneados pelos seus régulos. A carne, a aguardente, o baralho, os 5\$000... o batuque, eram que decidiam o voto dos caipiras. De lado a lado havia casas com estes misteres para entreter os mandantes da Nação Brasileira! É uma lástima, senhor redador, uma votação primária em nosso país, ainda é mais ou menos uma vergonha! Quando eu via essas casas cheias me representava ver uma mangueira ou curral de animais que se amilhavam para seguir uma longa viagem, os quais depois de servirem na jornada se tem de largar no campo. O povo ou os caipiras eram completamente iludidos".

Os conservadores alcançam maioria por 350 votos, tal como em Ubatuba, mas na capital a vitória é do Partido Liberal.¹⁰⁶

A descrição confere perfeitamente com aquelas das eleições republicanas de 1917: as "casas da eleição", quartéis-generais dos partidos políticos, são instaladas com todos os ingredientes da "casa da festa". O tom do discurso crítico é também o mesmo, o vício do sistema eleitoral se localiza na subserviência do caipira perante os cabos eleitorais e os chefes políticos. Parece claro que os "mandantes da nação" têm tanto ou mais responsabilidade que os partidos políticos pela falsidade do sistema de representação.

Alguns processos arquivados nos cartórios de São Luís do Paraitinga demonstram que o predomínio do clã Domingues de

Castro e do Partido Conservador não é tão firme como afirmarão situacionistas e opositoristas luizenses a partir de 1910. Em janeiro de 1866, o tenente-coronel, Manuel Jacinto Domingues de Castro, enfrenta dificuldades perante o tribunal do júri. Num primeiro processo, apesar de contar com os advogados Francisco de Paula Toledo e Joaquim Lopes Chaves, o fazendeiro é condenado por ter utilizado parte do legado da falecida Teodora Francisca de Gouveia, de quem é o testamenteiro. A principal peça de acusação é o depoimento de João Antônio Fernandes Braga, que afirma ter sido atacado por um filho e dois capangas do tenente-coronel, armados, que lhe subtraíram 800\$000 pagos por engano, no caminho de Ubatuba. O nome de família indica pertencimento provável ao Partido Liberal. Manuel Jacinto, incurso no artigo 142 do Código Penal combinado com o artigo 147, deverá permanecer preso numa sala da Câmara Municipal, e não na cadeia pública, por ser oficial superior da Guarda Nacional, conforme decide o juiz Antônio Joaquim Leme a 24/1/1866; o promotor é Benedito Frasco Jovino de Almeida.¹⁰⁷

Num segundo processo, no mesmo ano, Manuel Jacinto é absolvido por unanimidade a 9/7, graças ao depoimento enviado de Xiririca por José Fortunato Rangel Maia; segundo este, o tenente-coronel deixou de cumprir uma cláusula do testamento de Teodora Francisca de Gouveia - pagar 100\$000 ao tabelião e escrivão da provedoria Procópio de Oliveira Figueiredo - porque o mesmo devia quantia equivalente ao testamenteiro.¹⁰⁸

É provável que tais processos de 1866 tenham sido possíveis por uma perda momentânea do poder; tanto em 1864 como em 1868, o tenente-coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro é o 1º suplente do delegado de polícia, acompanhado de vários parentes próximos nas listas das autoridades policiais do município.¹⁰⁹

Já em 1880, é o filho do Barão do Paraitinga, tenente Manuel Jacinto Domingues de Castro, quem enfrenta judicialmente o líder do Partido Liberal no município, o padre José da Silva Maia Torres. O processo é complexo: a princípio, é Manuel Jacinto o acusado, e o padre Maia Torres o juiz. O tenente teria mandado espancar Francisco Leite Barbosa, cuja orelha resultou cortada ou mutilada. O acusado solicita exame dessa orelha, mas o juiz protela ao máximo as audiências, prolongando uma situação que prejudica o líder do Partido Conservador em época eleitoral (as eleições, anula-

das pela Câmara dos Deputados, vão ser de novo realizadas em agosto). O documento, obscuro, do auto de corpo de delito, foi redigido pelo doutor Francisco Rodrigues de Carvalho, "protegido e ex-pupilo do coronel Cláudio Machado, chefe do diretório liberal", e por José Pereira de Oliveria, sobrinho do ofendido Francisco Leite Barbosa, que é o sub-delegado de polícia.

Com a queda do gabinete Sinimbu, os conservadores retomam o poder em São Luís do Paraitinga desde 4 de julho de 1880; o juiz Maia Torres torna-se agora réu, o acusado é agora juiz de paz. O padre José da Silva Maia Torres, condenado a 15 dias de suspensão do emprego, e multa correspondente à terça parte do tempo, recorre da sentença que é finalmente confirmada pelo Tribunal da Relação de São Paulo.

Da leitura do processo, resultam algumas informações interessantes para a periodização da história política do município. Uma edição da *Gazeta de São Luís*, jornal conservador anexado ao processo, transcreve o recurso do tenente ao Imperador.

"Narremos os acontecimentos que se produziram: Ninguém ignora o considerável predomínio do Partido Conservador no município de São Luís do Paraitinga. De há longos anos o Partido Liberal não tem alcançado vitória nas contendas eleitorais deste município. Durante a situação conservadora, conscientes de sua fraqueza na opinião do povo, nem se apresentam ante as urnas os poucos liberais que aqui residem. Sempre porém que sobe ao poder ministério liberal, ensaiam, confiados no prestígio do elemento oficial, tentativas de pleito, sendo porém constantemente derrotados. Até 1878 vivia este município em perfeita harmonia e tranqüilidade. Desde essa data porém, trataram os chefes liberais de organizar diretório, constituir partido e impressionar por atos de energias e, tolere Vossa Majestade que o digamos, - de violências e perseguições o espírito da população, sempre timorato em município do interior. Para esse fim, tendo já sido frustrada, e até produzindo má impressão mesmo perante os adversários uma perseguição

iniciada contra o Barão do Paraitinga, ansiavam por uma ocasião de vencer vingança contra esse membro da mesma família. Essa dentro em breve apresentou-se. O sub-delegado Francisco Leite Barbosa, ou porque efetivamente levasse uma queda em uma noite, como a princípio declarou e é verossímil, sendo ele extremamente míope, ou porque de fato fora espancado por algum inimigo (que os tem em grande número, como se evidenciou dos autos), andou propalando, depois de uma conferência reservada que tivera com o apelante [o padre Maia Torres] e com o alferes Batista de Alcântara, que tinha sido espancado por ordem do apelado [Manuel Jacinto Domingues de Castro]."

Por sua vez, o padre Maia Torres, apelando de sua condenação, argumenta que o tenente Manuel Jacinto poderia ter recorrido contra o indeferimento seu do pedido de novo exame da orelha de Francisco Leite Barbosa ao juiz de direito, ao invés de processá-lo; e pergunta o que dizer do juiz a quo que tomou a amizade entre ele, padre Maia Torres, e Francisco Leite Barbosa, como prova suficiente de sua culpa, e que logo após despronunciar Manuel Jacinto, ergue-lhe um brinde na festa pela vitória eleitoral do Partido Conservador? Por outro lado, o padre viu-se condenar por demorar 22 dias a inquirir testemunhas relutantes, e seu processo arrastou-se por onze meses.¹¹⁰

Em julho de 1882, o agente do correio de São Luís do Paraitinga, Olinto José Cabral Jr, oficia ao Administrador do Correio e ao Presidente da Província, manifestando surpresa, não pela sua demissão, "porque já tinha sobre a cabeça essa sentença lavrada pelos partidários políticos da terra", mas pela notícia de que pediu demissão. Esclarece que não o fez; aceitou o cargo a pedido das "principais pessoas deste município", e que sua única falta é pertencer ao Partido Conservador. "Será talvez um crime na atualidade, cuja pena é a perda de emprego, porém se é esse o motivo real, sujeito-me à pena, e deposito aos pés de minha brandura política mais esse sacrifício."¹¹¹

No ano seguinte, a Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga recusa-se a empossar o padre José da Silva Maia Torres, li

beral eleito vereador, alegando estar o mesmo pronunciado em processo de responsabilidade e não tendo ainda cumprido a pena. Do Palácio do Governo de São Paulo vem a ordem de empossar o sacerdote, acatada pela Câmara em maio de 1883.¹¹²

O futuro deputado federal Manuel Jacinto Domingues de Castro enfrenta novamente o padre José da Silva Maia Torres em 1885. Num segundo processo, em fevereiro, o filho do barão denuncia José Pires de Moraes, responsável legal pelo jornal liberal A Redenção, por um editorial injurioso contendo calúnias infamantes contra a sua pessoa. O denunciado declara que assinou o termo de responsabilidade pelo referido jornal a pedido do padre Maia Torres, verdadeiro proprietário, redator e impressor. O padre assume a responsabilidade do editorial, e Manuel Jacinto retira a acusação contra José Pires de Moraes.

Um ajuste de contas algo truculento aparece num primeiro processo ao final de janeiro. O capitão José Higino Braga - sobrenome de família liberal - relata ao delegado de polícia Francisco Rodrigues de Camargo a prisão em flagrante do tenente Manuel Jacinto por agressão contra o vereador padre Maia Torres. O fazendeiro, à saída dos vereadores, defronta-se com José Higino Braga e o padre Maia Torres; traz um exemplar da Redenção e pretende esfregá-lo no rosto de seu arqui-rival; o colega deste o detém, e enquanto medem forças, dá-lhe voz de prisão; Manuel Jacinto declara "estou preso", mas, aconselhado por algumas pessoas, retira-se, sai do município e escapa ao flagrante. O promotor público, recebendo o auto enviado pelo juiz municipal João Lopes de Castilho, dirigente do Partido Liberal, requer urgência para que o processo seja instaurado com escrivão competente para evitar nulidade. Mas ao final do mês, o processo se encerra: não houve flagrante, não houve voz de prisão, não foram seguidos os procedimentos legais, tratou-se de crime particular (ofensa leve), o promotor requer arquivamento, res salvado o direito do ofendido de apresentar queixa.¹¹³

Estes processos mostram que, se localmente o clã Domingues de Castro exerce efetivamente a hegemonia, legitimada pelo pertencimento ao Partido Conservador, há momentos em que, com a subida dos liberais aos postos de comando político federal e estadual, são forçados a suportar a concorrência da oposição. Os indícios de violência e intimidação por ocasião de eleições são suficientes para

se concluir que os simples eleitores não dispõem de nenhuma alternativa concreta senão dobrar-se às regras do jogo impostas pelos truculentos oligarcas locais; muito pouco mudará com a implantação do regime republicano.

O **Relato da História de São Luís do Paraitinga**, manuscrito anônimo redigido por volta de 1912, na galeria incompleta de luizenses ilustres, indica a solidez do controle político regional pelo bloco de famílias ligadas entre si via Partido Conservador e parentesco com o barão do Paraitinga. Um dos dispositivos mais importantes é o cônego José Valois de Castro, que ocupa cadeiras políticas nos parlamentos estadual e federal desempenhando um papel de destaque na defesa dos interesses católicos e conservadores por cerca de trinta anos, durante todo o período estudado aqui. Referindo-se a Manuel Jacinto Domingues de Castro, deputado provincial a princípio, e federal desde a proclamação da República até sua morte em 1905, o redator anônimo deplora: "infelizmente faleceu antes que o retorno da monarquia desterrada provisoriamente na manhã de 15/11/1889 viesse restaurar o título de seu pai, de Barão".

Aderindo à República, os conservadores derrubam as autoridades liberais e assumem o comando político do município sob o comando político do município sob o comando de Manuel Jacinto Domingues de Castro. Pouco tempo depois, em dezembro de 1892, a câmara municipal decide aumentar sua renda por meio de taxas sobre o registro civil dos batizados (1\$000), sobre enterramentos e casamentos (3\$000); boa parte desta renda arrancada à população será utilizada na aquisição de um lustre de cristal e outras despesas sutuárias da Câmara.¹¹⁴

Um correspondente do **Imparcial** de Taubaté descreve a festa mensal do Clube Luizense, em novembro de 1893: o deputado estadual Manuel Jacinto e o doutor Pedro Domingues de Castro são as principais autoridades, em meio a vários oficiais de alta patente da Guarda Nacional. A festa comemora a batalha de Paisandu na campanha contra Rosas e começa com um concerto musical, encerrando-se com um elegante baile; o "buffet" é magnífico. São os bons tempos de que a "sociedade" luizense guardará profunda nostalgia no século seguinte.¹¹⁵

Dez anos mais tarde, a cidade ainda tem seu prestígio. O jornalista Tavares Filho, redator do **Taubateano**, relata sua

visita de negócios. Admirou a biblioteca municipal com seus 2.281 volumes, o prédio recém-construído da Santa Casa de Misericórdia, a canalização de água potável recentemente concluída, o coreto erguido no Largo da Matriz, um clube de aprendizagem para jurados anexo ao Grêmio Minerva, o novo mercado municipal em construção, o prédio adquirido para funcionamento do Grupo Escolar, os planos para construção de uma nova cadeia pública mais confortável e higiênica, o comércio regular e a grande expectativa pela estrada de ferro Taubaté-Ubatuba. O jornalista elogia a energia máscula do delegado e do subdelegado de polícia contra o vício da jogatina, único defeito da população ordeira e trabalhadora.¹¹⁶

A erosão do poder do clã Domingues de Castro já foi descrita em outros capítulos. Um comportamento bastante significativo do **Luizense**, porta-voz oficial do partido bentista em franca decadência durante a campanha civilista é a transcrição do texto **Que é o povo?**, que circula pelos órgãos de imprensa, atribuído a **Saavedra**.

Em janeiro de 1909, o partido bentista ainda controla o diretório republicano municipal. Nas eleições para deputados e senadores federais, situação e oposição votam sem incidentes nos candidatos civilistas: 258 votantes com o partido civilista bentista e 225 votantes com o partido civilista de Nhô Quim Major; o total soma apenas 283 eleitores.

Em outubro, há novas eleições, agora para a vaga de senador deixada por Lopes Chaves, velho militante do Partido conservador e membro da oligarquia regional ligado aos Domingues de Castro. O partido situacionista reúne 334 votos em favor de Campos Sales, enquanto a oposição dá 320 votos a Dino Bueno. O eleitorado cresce: agora há 654 votantes, sendo 105 novos eleitores trazidos pela oposição, contra 76 novos eleitores situacionistas.

Nas próximas eleições, a 2 de fevereiro de 1910, o partido bentista já terá sido substituído no comando político do município pela oposição; é sob o novo poder que 1.044 luizenses votarão com os civilistas, contra 76 votos para a chapa hermista, o que totaliza 1.120 eleitores, contra 483 em janeiro e 654 em outubro de 1909.¹¹⁷

É justamente às vésperas deste desfecho, em novembro de 1909, quando a carreira política de Manuel Bento Domingues de

Castro já está cortada, que o Luizense, em meio à rude campanha contra Hermes da Fonseca no plano federal e estadual, e contra os civilistas de Nhô Quim Major no plano municipal, define o povo:

"A sua natureza é monstruosa em tudo, desigual a si mesma, inconstante e vária. Governa-se pelas aparências, sem penetrar no fundo. É pobre de meios e de idéias; não sabe distinguir o falso do verdadeiro. Inclinado sempre para o pior. Uma mesma hora se o vê vestido de dois afetos contrários. Mais se deixa levar por eles que pela razão, mais pelo ímpeto que pela prudência, mais pelas sombras que pela verdade. Com o castigo se deixa enfrear. Ou ama ou aborrece em extremo. Ou é sumamente agradecido ou sumamente ingrato. Ou teme ou se faz temer. Os pequeninos perigos, próximos, o assustam; os grandes, longe, não o espantam. Ou ouve com humildade ou manda com soberba. Não sabe ser livre nem deixa de o ser. É valente em ameaças, covarde em obras. Segue, não guia. Na fortuna próspera é arrogante e ímpio; na adversa, humilde e religioso. Tão fácil a crueldade como a misericórdia. Despreza a voz de poucos, segue a de muitos. Nada o conserva mais obediente do que a abundância em que somente não põe os seus cuidados. Sopesado cai, aliviado coxeia. Ama os gênios fogosos e precipitados e os governos ambiciosos e turbulentos. Nunca se satisfaz com o presente e sempre aspira mudança. Imita as virtudes e os vícios dos que os regem. Inveja os ricos e poderosos e maquina contra eles. Ama os jogos e os divertimentos e só com eles se ganha a sua simpatia. É supersticioso na religião".

O texto conclui referindo o respeito cego pelos clérigos, mas o Luizense, prudentemente, censura este fecho inconveniente.¹¹⁸

O texto é exemplar, não apenas expressando com rara clareza a ideologia da "sociedade", mas operando mesmo como instrumento de instauração da dicotomia fundamental. O leitor é forçosamente induzido à cumplicidade. O povo são os outros. Redator e leitor se reconhecem perante este bestiário em branco e preto. O texto

indica com soberano conhecimento de causa e caminho o seguir para quem deseja realmente destacar-se do "povo": domesticá-lo.

Patenteada a ruína política do partido bentista, o Luizense antecipa já a derrota de março nas eleições para o governo federal. A maioria dos Estados apóia o candidato de Pinheiro Machado, de forma que a vitória nas urnas é praticamente impossível, dadas as características do processo de votar e do processo de apuração desses votos. Transcrevendo um artigo da Gazeta do Comércio de Porto Alegre, o porta-voz do partido em decadência tenta, aparentemente, inflamar os bríos do eleitorado, mas evidencia o desencanto perante o principal culpado - o "povo".

"O povo desta república de liberalíssimas tradições prefere o governo da espada ao da pena; prefere o espírito vulgar ao gênio do sábio; rejeita a direção do mais nobre talento pátrio para se entregar ao domínio absoluto de um obscuro; aceita o jugo de um soldado, que já o espaldeirou, e repele a mão do patriota exímio que defendeu as suas liberdades e os seus direitos conculcados (...) O povo que abraça o general Hermes e volta as costas ao doutor Rui Barbosa não é povo; é um rebanho que transforma a pátria em vasto curral".¹¹⁹

Curiosamente, a mesma metáfora empregada pelo comentarista anônimo das eleições de agosto de 1863 retorna quando se quer interpretar o sentido profundo da miséria política nacional: o povo, animal vicioso que se obstina em deixar-se iludir. Algo bastante análogo se verificará na campanha eleitoral da União Republicana Bernardino de Campos, em 1926-27.

Um artigo de Felinto Lopes dos Santos, dirigente deste partido oposicionista que congrega antigos militantes do partido bentista e os remanescentes do Partido Republicano Conservador, esclarece a principal razão de ser da oposição:

"Desde que para esta comarca foi nomeado o atual Promotor Público, iniciando o seu exercício, começou logo a fazer com que todas as partes, quer em processos civis, quer em processos-crimes, dependessem dele em alguma coisa e assim conseguiu tal preponderância na comarca. Os inventários e

todos os processos eram dirigidos a ele, quer como advogado, quer como Curador de Órfãos; prejudicando não só os cofres do Estado, como os funcionários forenses e ainda mais as partes litigantes e os herdeiros, conforme irei demonstrando em outros artigos. Modificou-se a nossa vida forense, na comarca, tudo com prejuízo para o Governo, reduzindo-se os termos dos processos, suprimindo-se outros, como por exemplo: as justificações de dívidas em inventários, suprimiu-se os registros de testamentos, de escrituras e documentos particulares, ou apresentados em inventários, aconselhando as partes a não fazer registro de documentos, seja ele o qual for, reduzindo os grandes inventários em inventários pequenos, os pequenos em simples arrolamentos, e os arrolamentos fez-se desaparecer, pelos abaixamentos dos valores dos acervos, e assim prejudicou-se a Fazenda, no imposto de transmissão, na taxa judiciária e no próprio selo adesivo do Estado, que foi tudo reduzido. Os executivos fiscais serviam apenas de arma política nas mãos do Promotor, que os encerrava em sua gaveta, para só fazer executar os que fossem contra algum desafeto ou adversário, guardando as dos amigos para que eles não fossem incomodados. Devem existir nos cartórios nada menos de 2.000 executivos, muitos de 1918, 1919, 1920, que só ultimamente foram entregues em cartório com despacho e distribuição daquela data. Afinal, todo o movimento forense foi de ano a ano sofrendo tal alteração para menos, que ultimamente não passam os processos de meia dúzia por ano, o que diz inventário, pois outros processos temem da justiça do Promotor!¹²⁰

João Batista de Oliveira e Costa, com seu apetite formidável, retira ao Estado e à classe forense os seus merecidos rendimentos. A acusação é grave e certamente bem fundamentada, pois quase todos os redatores do Paraitinga pertencem àquele meio. O problema, no entanto, se comove e mobiliza os grupos mais diretamente ligados à máquina fazendária e forense, não parece despertar grande

entusiasmo popular contra o partido situacionista. A religião, as denúncias escabrosas - cadáveres mal sepultos no cemitério, poluição da água, feitiçaria -, a retórica demagógica - contra os impostos municipais - e a desmoralização dos rivais (ladrões, estrangeiros, ateus) são os temas trazidos à baila para sensibilizar o eleito rado luizense.

Num primeiro confronto eleitoral, a 10 de outubro de 1926, a União Republicana Bernardino de Campos reúne 219 eleitores, brilhante sucesso na avaliação feita pelo Paraitinga. Por esta época, as denúncias a respeito do tratamento dispensado aos defuntos no Cemitério Municipal e sobre a poluição das águas do rio Paraitinga estão atingindo o ponto mais agudo. Vão interromper-se honrosamente em janeiro de 1927, quando o jornal da oposição admitirá tratar-se de uma luta jornalística completamente estéril, propondo levantar de agora em diante apenas as questões gerais, que devem interessar mais ao povo. Explicará também, ao povo e ao novo delegado de polícia (trazido pela situação), que só a contragosto tocou nesses assuntos tão estéreis e particulares, para não merecer o título de covardes, já que O Luizense situacionista os taxava de indignos da sociedade em que vivem, miseráveis, traidores, anarquistas, infames, aventureiros, etc.¹²¹

A partir desta data, a tônica da campanha visando politizar o "povo" se transfere para a economia: impostos sobre a venda de galinhas, imposto para vender rapaduras, imposto para ter animais, imposto no mercado, imposto de botequim, imposto sobre tabuleiros, imposto para vender frutas, imposto até para vender ervas do mato como serralha, almeirão e agrião! "Não vedes ali no mercado, a chusma de empregados que vos rodeiam, que vos assediam por todos os lados, a cobrar, a receber, a taxar impostos arbitrários?". O Mercado Municipal é o mesmo feito nos tempos do saudoso coronel Manuel Bento Domingues de Castro; naquela ditosa época, os impostos não atingiam nem a quarta parte do que se cobra hoje. E, longe de ser melhorado, foi-lhe retirado o chafariz que o bondoso coronel havia colocado para fornecer água aos pobres.¹²²

O jornal oposicionista, que tanto enaltece os venerandos patriarcas extintos do clã Domingues de Castro, tem seu endereço no Largo da Matriz nº 6. O prédio pertence à senhora Elisa de Moura Castro, viúva do deputado federal coronel Manuel Jacinto; por sua vez, O Luizense se hospeda num sobrado pertencente a Aurélio Cãn

dido de Toledo Braga, filho de outra família plutocrática, do antigo Partido Liberal de meio século atrás. Estes detalhes, colhidos nos editais do imposto predial, sugerem que a oposição dos anos 1920 representa mesmo legitimamente o ponto de vista dos herdeiros da oligarquia conservadora, contra os "aventureiros" de fora, tal como afirma o **Paraitinga**.

Preparando-se para as eleições de fevereiro de 1927, quando se renovará um terço do parlamento federal, a oposição anuncia aos "bons luizenses" que a União Republicana Bernardino de Campos está de pleno acordo com a direção do Partido Republicano Paulista: sufragará os seus candidatos e provará maior empenho e patriotismo que o situacionismo municipal. Este, nas últimas eleições estaduais, reuniu apenas 288 votos para o doutor Washington Luís, candidato do PRP, existindo no município cerca de mil eleitores.¹²³

Um grandioso manifesto é dirigido ao "povo":

"Eleitores de São Luís, lavradores, artistas, carreiros, tropeiros e jornaleiros; pais de família, que à custa do vosso trabalho honrado tendes adquirido um teto para vos abrigar, uma nesga de terra para nela poderdes levantar a vossa choça. Vós que à custa de copioso suor dos vossos rostos, tendes adquirido um, dois ou três animais, para transporte de vossa mercadoria (...) Vós que vos vedes perseguidos, oprimidos, espezinhados, ameaçados por uma horda de bárbaros de uma nova espécie (...) Pretendeis vos deixar impassíveis, imóveis, inertes ante tudo isto, e ireis sofrendo todas as chicotadas que vos quiserem dar? Pretendeis abrir mão dos vossos direitos de cidadão livre, para vos tornardes escravos? [segue o apelo à luta contra] o polvo dos impostos municipais inventados no momento, muitas absurdas que vos querem cobrar (...) somos todos iguais (...) é o próprio povo que tem o poder de escolher os seus administradores (...) Avante, pois, às urnas todos com resolução e energia, que a vitória final chegará."¹²⁴

Já que o Promotor Público sabota os negócios foren-

ses, os advogados, tabeliões, oficiais de justiça, escriturários e outros dirigentes da oposição passam à retaliação, questionando os impostos municipais, principal fonte de renda da situação. Difícil é imaginar que os caipiras, carreiros e tropeiros poderão acreditar em grandes mudanças em suas condições de vida por meio destas eleições. Os novos deputados e senadores que vão se assentar nas confortáveis poltronas do Parlamento no Rio de Janeiro, decidindo dos magnos assuntos nacionais, terão suficiente interesse em cuidar dos seus iguais que se mobilizaram para sufragá-los massivamente em São Luís do Paraitinga? Pensarão em corrigir os excessos fiscais da Câmara Municipal?

Passadas as eleições, o **Paraitinga** avalia triunfalmente a sua performance:

Em meio às intimidações - o coletor de impostos estaduais teria declarado publicamente que vai perseguir os eleitores da oposição - a União Republicana Bernardino de Campos logrou reunir 248 votos independentes, espontâneos, sinceros, 248 eleitores que sugam tetas oficiais. Apesar de muitos eleitores oposicionistas terem sido empurrados pelos esbirros da cabala, do partido dominante, a URBC, impavidamente, ganhou mais terreno.¹²⁵

O avanço, na verdade, se resume à conquista de mais 28 eleitores. Mas o **Paraitinga**, explorando a lógica dos números, traça um precioso retrato do processo eleitoral, que pode ser útil à compreensão de todas as eleições do período em estudo: "O eleitorado de São Luís contém presentemente, 1.118 ELEITORES. Destes, há 100 mortos, pelo menos outros tantos mudados. Deduzindo-se esses 200 (na melhor hipótese) ficam APENASMENTE 918 ELEITORES". Ora, compareceram às urnas apenas 774 eleitores - 946 pela situação e 248 pela oposição. Esta reivindica outros 174 eleitores, que não teriam comparecido por temer a perseguição do partido situacionista. Assim, a URBC teria, na sua própria opinião, 248 eleitores conscientes e mais 174 eleitores ainda temerosos. A estes deve-se somar os 150 eleitores que, se não fossem dependentes do partido no poder - os empregados públicos - votariam com a opo

sição. Some-se ainda os eleitores que votam subornados, coagidos ou iludidos, que o **Paraitinga** caulcula em 100. E, finalmente, considere-se ainda mais 100 que votariam certamente na URBC se esta não fosse oposição... O escore sonhado pela pena do redator oposicionista alcança desta forma 772 contra 136, "que é o elemento legitimamente espontâneo do partido dominante."¹²⁶

Dessa lógica dos números, resulta claro que a política se faz entre iguais, mas alguns atuam espontaneamente enquanto a maioria se move por dependência ou sob intimidação. Na equação construída pelo artigo, resulta um núcleo de cidadãos republicanos conscientes: a população total é de 15.000 pessoas; dentre os 1.118 eleitores oficiais, existem 384 eleitores conscientes. E nada mais natural que louvar a espontaneidade heróica da maioria desse núcleo, os 248 que votam contra o poder discricionário estabelecido no município. Mas acreditará realmente o redator do **Paraitinga** na existência de tantos cidadãos livres de qualquer tutela nas fileiras da oposição?

Um outro cômputo, menos romântico, apela para uma lógica mais prosaica: se a URBC tivesse seu diretório reconhecido pela direção do PRP como seu representante oficial às vésperas da eleição (como ocorreu em 1910 com o partido civilista de Nhô Quim Major), teria recebido automaticamente cerca de mais 200 votos, no mínimo. São os votos dos 150 empregados públicos, trazendo consigo, muito naturalmente, os de seus parentes mais íntimos e de seus agregados de toda espécie. Nesse caso, neste sonho mais realista, a URBC suplantaria o seu adversário com 152 votos a mais (248 + 200, contra 496 - 200).¹²⁷

Contrariando as expectativas alarmistas da URBC, a reforma judiciária, ao invés de suprimir a comarca de São Luís do Paraitinga, dá-lhe novo alento, ao transformar o Juízo de Direito de Taubaté em tribunal de segunda instância. Qualquer causa forense, exceto as criminais, pode ser, em caso de inconformidade de alguma das partes, levada a nova apreciação no tribunal da cidade vizinha. O **Paraitinga**, feliz, reconhece a importância da novidade que certamente é reivindicada como vitória pelo partido situacionista de João Batista de Oliveira e Costa e do **Luizense**. Mas, que

importa? "Com essa reforma muito vieram lucrar aqueles que têm de litigar ou defender seus direitos perante a justiça local".¹²⁸

A câmara municipal solicita oficialmente ao governo do Estado novos móveis para o tribunal do júri; o Paraitinga, que não pode deixar de noticiar, procura sugerir que tal conquista representará vitória da classe forense, e não do partido situacionista. Mais trabalhosa é a questão da estrada de rodagem:

"Com imenso júbilo podemos informar aos nossos amáveis leitores que brevemente teremos estrada para automóveis desde Taubaté até as divisas do nosso município [graças à] patriótica administração municipal de Taubaté cujo Prefeito é o senhor Félix Guisard, homem de reconhecido amor ao progresso."

A estrada se aproxima até a distância de 18 km de São Luís do Paraitinga, atendendo na verdade aos interesses de Fernando de Matos, em cuja fazenda se encontra o ponto terminal da estrada. Trata-se de um parente do deputado estadual José Pereira de Matos, do partido de Pedro de Oliveira Costa, o chefe político taubateano que tomou ao coronel Manuel Bento Domingues de Castro a representação política do 2º distrito ao final de 1909, entregando-a a seu aliado Guilherme Álvares Rubião.¹²⁹

Quando a Câmara Municipal festeja a autorização, pelo governo estadual, para o início dos trabalhos da rodovia, a oposição rebate: em 14 anos de governo, a situação teria dado prioridade à instalação da luz elétrica, sem se esforçar pela estrada, já que protege os interesses dos donos de tropas, carros de boi e outros veículos do tempo do Jacó. O Paraitinga, pelo visto, já se esqueceu dos carreiros e tropeiros a quem pretendia libertar de uma nova horda de bárbaros de nova espécie, no manifesto eleitoral de 13 de fevereiro... O jornal oposicionista informa que a estrada resulta da iniciativa dos engenhos da Comissão de Abastecimento de Água de São Paulo, hóspedes habituais do confortável Hotel Ferreira, reduto da URBC. Aliás, para que os luizenses se informem convenientemente, devem assinar o **Correio de Taubaté**, representado na cidade por João Cândido Cabral!¹³⁰

Passado novo enfrentamento eleitoral, a 5 de junho, a oposição lambe, majestosa, as suas feridas:

Não, a URBC não vai calar-se porque de suas fileiras caíram um ou dois soldados; seu ideal vai pouco se realizando, muito já se conseguiu, e por isso a oposição há de prosseguir avante, até a consecução final de seus desejos. As cifras se desequilibram em favor da situação: contra apenas 179 "carijós", votaram 509 "cagüiras". A máquina de calcular - ou de sonhar? - da URBC se põe em ação.

Foram mesmo 509 os eleitores que votaram no partido dominante? Um surto violento de influenza deixou uma centena de "carijós" doentes ou presos em suas casas a cuidar de seus familiares. Ora, se na eleição de 24 de fevereiro, em que a cidade ficou atulhada de eleitores, o partido situacionista só logrou somar 496 votos, como é que nestas eleições pouco concorridas, que se encerraram às 13 horas, alcançou 509?¹³¹

Como o total de eleitores é 688, faltam 86 pessoas que votaram em fevereiro. Havia 248 "carijós", opositoristas, naquela eleição; se se retirar estes 86 doentes ou desiludidos, restariam ainda 162 "carijós" sadios e dispostos à luta; mas a oposição tem agora, na verdade, 179 votos (perdeu apenas 69 e não 86 eleitores).

Por outro lado, o partido "cagüira", situacionista, apesar da influenza, amplia os seus efetivos: tem mais 13 eleitores. É possível que estes 13 sejam trânsfugas do partido "carijós", que perdeu 69 votos. Mas é bastante mais provável que a acusação de fraude tenha procedência.

As eleições de 24/2/1927 escolhiam os representantes paulistas para o Parlamento Federal. Em oportunidades como aquela, a oposição local pode confiar no "maior respeito à opinião de cada um", pois vota juntamente com a situação nos candidatos indicados pela cúpula dirigente do Partido Republicano Paulista, a quem interessa recolher o máximo de votos em cada município. É nestes momentos que a oposição pode, se conseguir demonstrar-se mais realista que o rei, ganhar o beneplácido de algum poder superior, seja em escala regional ou estadual, ou mesmo em escala federal. O fenômeno tem a mesma lógica nas eleições de 1909-10. Como se viu, a URBC não conseguiu suplantar numericamente o "partido do governo" em fevereiro, embora sua performance possa ter impressionado.

Agora, em junho, retornou a regra tradicional de jo-

go. Como se trata de eleições estaduais (presidência do Estado), em que o PRP cuida dos seus próprios negócios internos, a oposição não pode mais contar com a mesma dose de respeito à vontade política de cada um.

Em agosto, a eleição do vice-presidente do Estado desperta pouco interesse de modo que ambos os partidos relaxam o controle sobre seus eleitores. Votam apenas 630 luizenses, ou seja, outros 58 deixam de exercer o seu direito cívico. A oposição perde mais 13 carijozinhos, conta agora apenas com "166 de verdade", contra os 464 cagüiras que podem ser falsificados; 45 eleitores situacionistas deixam de comparecer. O bravo **Paraitinga** tem uma explicação. A oposição não pretendia se apresentar às urnas, mas, percebendo a intromissão de alguns agentes do Partido Democrático no cenário municipal, lançou-se ao trabalho. Aliás, os situacionistas são tão perversos que poderiam estar em conluio com o inimigo do governo estadual. Em apenas quatro dias, a URBC conseguiu reunir 166 ou sados "carijós" para consagrar o candidato único do PRP, Heitor Penteadado, e barrou os planos do Partido Democrático que pretendia arrebanhá-los para a oposição ao governo do Estado. Por outro lado, tudo vai de mal a pior no município, onde a inércia eleitoral revelada pelo partido situacionista se reflete também nos acidentes da iluminação elétrica, na estrada que "rodou", no telefone ameaçado de corte pela Companhia Bragantina.¹³²

Vinte dias mais tarde, é o **Luizense** quem acusa a oposição de conluio com o Partido Democrático, esse partido chefiado por anti-católicos. A caravana daqueles homens que colocam a democracia sobre falsos princípios, sobre bases perigosas para a nacionalidade brasileira, vai certamente interessar aos novos pregoeiros, esses poucos demagogos, encapotados opositoristas, com o rótulo de governistas, que vivem em constantes contradições e não sabem o que querem.¹³³

Em outubro, vendo finalmente alcançado o seu ideal, **O Paraitinga** encerra suas atividades. Os opositoristas passarão realmente a votar com o Partido Democrático, mas não cabe prolongar este estudo, que já ultrapassa - justificadamente - o corte cronológico estabelecido. Chegou-se até aqui para melhor compreender o sentido da presença do "povo" e de seu principal segmento, a população rural pobre, cujo nome é Jeca Tatu, no sistema político da república oligárquica.

Quando, em julho de 1927, um redator anônimo do **Paraitinga** revê as teses românticas do sonho desfeito pelas evidências numéricas da eleição estadual de 5 de junho, resulta um texto sobre o voto secreto que merece transcrição, tamanha a sua clareza:

"Nas condições atuais em que nos encontramos, pela liberalidade com que fomos outorgando o direito de voto a torto e a direito, sem certas provas de capacidade intelectual e idoneidade moral do alistando (...) não se cogita para o eleitor qual o papel que ele representa na sociedade, e simo que ele vai dali em diante representar para os chefes (...) pouco se lhe dá que a cidade e o município em que reside seja bem ou mal administrado, pouco lhe importa de que forma o poder municipal aplica as suas leis, ou se os impostos são absurdos ou não, nada tem a ver com isso, se o imposto territorial é lançado com critério ou não, isto não lhe prejudica. Ele não tem um palmo de terra da qual deva pagar imposto, ele não vende nada, para poder avaliar os resultados do progresso, não tem casa sua, a que mora é do patrão, não precisa de estradas porque anda a pé, descalço, por qualquer picada mesmo dentro da mata ele se transporta; também não tem pressa de chegar, pois em cada bairro encontra uma casa, onde anoitecendo pernoita e come, até poder seguir viagem. Ele afinal não tem ambição, o dinheiro para o necessário lhe fornece o patrão em troca do seu serviço; entretanto, gosta quando chega o dia da eleição, porque vai à cidade; o patrão lhe paga o dia, quando é em dia útil, quando cai em domingo vai dar um passeio, ganha o seu cobrinho ou um parelho de roupa nova ou quase nova, ou então, quando mais não seja, faz um favor ao patrão, ao comprador ou à mulher e come o refogado da eleição. Aí está o que é um eleitor art nouveau.

Isto só não se dá nas capitais e cidades adiantadas onde o influxo da civilização tem feito a todos compreender a missão do eleitor (...) Nestas

condições, julgamos que de nada nos adiantará o voto secreto; pelo contrário, talvez que a balbúrdia seja ainda pior. Um camarada desses que só com a ajuda de Santo Antônio pôde durante uma ou duas semanas conseguir pintar um requerimento e assiná-lo naquela algaravia de que vimos defalar, jamais conseguirá escrever uma cédula com o nome de um candidato escolhido por si, a menos que a lei conceda para cada um destes um secretário particular que o acompanhe, e sendo assim o voto já perdeu a sua natureza de secreto. O que achamos pois que é imprescindível, é a radical reforma de nossa legislação eleitoral, de modo a estabelecer um paradeiro a essa máquina de fazer eleitores (...)

Nada mais fácil do que fazer um eleitor. Pega-se o camarada e põe-se a exercitar a pintura do requerimento, que ele copia mas não lê; depois ensina-se-lhe a fazer o nome, pega-se uma meia folha de papel, declara-se que o camarada trabalha em nossa propriedade rural a tantos por mês; outra em que se declara que mora em uma casa no mesmo sítio de nossa propriedade. O oficial de registro fornece a certidão do nascimento, vai-se ao Tabelião e faz-se o reconhecimento das firmas, e pronto o novo eleitor, que muitas vezes a primeira ocasião em que vai assinar não sabe mais qual a letra inicial do seu nome próprio.

Isto é que é o grande mal do nosso regime.

Ainda não estamos, como outros povos, aptos a conceder a simples camponeses incultos a prerrogativa de eleger os nossos representantes. Forçoso é reconhecer que para chegarmos a esse aperfeiçoamento, necessitamos ainda, talvez de um meio século, e devemos então fazer as nossas leis de acordo com o nosso meio.

Estabelecer um senso [sic] para o alistamento, pelo qual se possa aquilatar do preparo intelectual

de cada cidadão, embora tenhamos o desgosto de ver muitos chefes do interior ficarem sem o seu diploma, mas em primeiro lugar a salvação do país e dos nossos foros de povo civilizado."¹³⁴

Quem levanta a bandeira do voto secreto são os revolucionários da Coluna Prestes e o Partido Democrático. O redator a nônimo do Paraitinga rebate esta proposta por um sofisma. Não lhe convém pensar que o voto secreto permite ao eleitor anular seu voto, por analfabetismo ou por outro motivo. Interessa que nenhum voto se ja confuso, nulo ou branco. O voto às claras, o eleitor mostrando corajosamente a todos em quem vota, eis o modelo heróico do cidadão republicano. Aliás, o eleitor, além da capacidade intelectual, deve dar provas - a quem? - de idoneidade moral.

O grande mal é o Jeca. Eleitor sem nenhum merecimento, por que não permanece na roça em dias de eleição? Jeca não é um cidadão como os outros. A única coisa que vende é o seu trabalho e o seu voto. Compra pouco ou quase nada, nem ao menos se hospeda no Hotel Ferreira, não tem pressa; seu maior defeito, ao que parece, é ser obediente a seus patrões. Como poderia Jeca dar-se conta dos complexos mecanismos fiscais, da importância dos assuntos forenses, das sutilezas da arte política?

O remédio seria o retorno ao censo literário imperial, mas num senso mais elaborado. Mais que pintar e assinar, o cidadão deve ser... civilizado. Nada mais natural: cidadania, civismo, urbanidade, polidez, política, polícia, Jeca Tatu não alcançará jamais, por definição, o senso de todos estes segredos de Polichinelo. A salvação do País, os foros de Nação civilizada estão, mais uma vez, em jogo. Devolva-se o Jeca ao limbo, à espera de um novo século.

O Luizense, nove meses antes que os proprietários da Farmácia Cabral proponham esta nova panacéia para os males do Brasil, zomba da fragilidade da oposição, referindo-se à desgraça de seus militantes que perdem seus empregos públicos e não têm a quem recorrer. O redator, por alguma razão, adota o pseudônimo João do Mato. Entre o poder da cidade e o poder da roça, Jeca será tão ingênuo como o pintam? Quem o pinta não estaria copiando a literatura, incapaz de lê-la?¹³⁵

Contrapondo-se ao João do Mato do Luizense surge um

personagem curioso que freqüenta várias edições do **Paraitinga**. É Bep pino, um eleitor oposicionista, que escreve uma algaravia ítalo-brasileira revelando o redator poliglota. É o lavrador politizado, um Jeca Tatu "moderno", progressista, que comenta os assuntos da política com grande senso de humor. Ei-lo, à página em que um dirigente da URBC condena o voto secreto e suspende os direitos políticos de Jeca Tatu, despedindo-se de seus leitores ao final de uma deliciosa crônica. Está apressado porque vai engraxar as botinas de seu irmão mais velho que logo dará uma conferência político-literária.¹³⁶

Devolvido o Jeca nacional para o limbo, que se impo^rte o Beppino, tão simpático, politizado, independente e engraçado, é tão solícito em assessorar o seu cultivado irmão mais velho!. Nova "sociedade", novo "povo".

Resta lançar um olhar para as razões da vitória da União Republicana Bernardino de Campos, derrotada nas urnas, mas vi^ttoriosa em seu ideal.

Em setembro de 1927, quando a tormenta eleitoral já passou, selada definitivamente a vitória do partido situacionista, chega a São Luís do Paraitinga a notícia da nomeação de um novo pro^motor público. O **Paraitinga** já antecipa que os processos criminais têm crescido em número: acabaram-se os julgamentos de gabinete, hoje gregos e troianos podem já pleitear seus direitos perante o tribunal popular. Muito bem!¹³⁷

Finalmente: "Deus, em sua infinita bondade, jamais tem desamparado os que nele confiam e esperam (...) Algo de sobre-humano, algo de sobrenatural existe a ordenar a marcha dos mundos" A gloriosa saga da União Republicana Bernardino de Campos atingiu, afinal, o seu ideal da justiça; já podem os redatores do **Paraitinga** cantar com o salmista: BENEDICTUS DOMINUS DEUS ISRAEL; QUIA VISITAVIT ET FECIT REDEMPTIONEM PLEBIS SUIS.¹³⁸

A leitura torna-se interessante se se substituir a palavra Deus por Governo. A vinda de um novo promotor público re^presenta a desgraça do ímpio coronel João Batista de Oliveira e Costa, que ultrapassava os limites do direito e abocanhava o direito alheio. O governo redime a sua plebe ao visitar São Luís sob as apa^rências de um novo funcionário, restaurando o equilíbrio dos negócios forenses. Este era o ideal perseguido.

Num encarte endereçado aos devedores à Fazenda, o Pa

raitinga ajuda a compreender o salmo bíblico. Todos "devem vir quanto antes, liquidar tais débitos, a fim de evitar dessa forma maiores despesas e incômodos, porque a Fazenda, por seu representante, está prosseguindo na execução de todos os impostos atrasados; e não devem esperar que sejam citados por ordem de justiça porque aí irão pagar mais custas. Também avisamos que qualquer reclamação a fazer deve ser por meio de requerimento e na forma da lei e não simplesmente em cartório, aos Escrivães que nada podem resolver, pois são meros executores dos despachos".

Eis a produtiva azáfama dos amanuenses, escriturários, escrivães, oficiais de justiça, corretores, distribuidores, cobradores, advogados, tabeliões, etc. Os negócios do Estado voltam a prosperar. O mundo, graças a alguma força sobrenatural, retorna à ordem. O **Paraitinga**, em sua última aparição, explica que não deseja que ninguém seja executado, e que é por isso que avisa, pois a cobrança executiva tem de prosseguir. É a lei, e quando esta é executada para todos, sem exceções nem privilégios, só cabe aplaudir e prestigiar. Hoje, felizmente, só impera a lei, que é o mais ambicionado tesouro do pobre, protegendo seus direitos, seu patrimônio, sua pessoa e sua família. "Cumprindo a lei, e acatando as ordens das autoridades que assim tão bem sabem executá-las, é que podemos cooperar para o progresso moral de nossa terra e para o engrandecimento de nosso Estado, prestigiando o Governo que o dirige". A lei talvez não seja tão justa como preferiria o **Paraitinga** (seria melhor excluir da confraternização eleitoral, além dos já naturalmente excluídos, que são maioria, os ignorantes), mas, graças à ordem sobrenatural que tudo providencia, sua essência é justa. TODOS SOMOS IRMÃOS; isto é, todos pagamos impostos.

Antes de liberar definitivamente seus redatores para o exercício de suas atividades legais, forenses, fazendárias, fiscais, o **Paraitinga** tem uma última questão a resolver.

"Alimentação. Como é sabido, todo começo de ano é posto em concorrência o fornecimento de alimentação aos presos da cadeia, por meio de edital, de forma que logo se apresentam quatro ou cinco pretendentes para fazer o fornecimento, mas infelizmente é aceito o que menos vantagens oferece, porque este, pertence ao partido situacionista, já

foi banqueiro de bicho (o que é boa recomendação) e hoje é proprietário de um jornal, escriturário da Caixa Econômica, hoteleiro, etc (...)." 139

Quem assina é Chico Bóia, que insiste na má qualidade, reduzida quantidade e nenhum asseio das marmitas servidas aos detentos; é fácil constatar que o redator é um advogado, esperando ser lido pelo novo promotor público. O Paraitinga não perdoaria jamais o principal aliado do ex-promotor, Bernardo Joaquim Dias.

Assim, graças a uma ordem nada sobrenatural, chega-se ao fim deste capítulo. Um pequeno detalhe, citado de passagem no importante texto sobre o voto secreto, permite retomar todo o processo sob a ótica da festa. Em cada uma destas eleições, funciona(m) a(s) casa(s) da eleição onde o "Povo" endomingado, com as roupas e botinas prodigamente distribuídas pelos cabos eleitorais, come um prato típico de festa - o refogado - e experimenta intensas emoções cívicas, cultuando seus chefes e batendo-se (por vezes a bala) contra seus inimigos. Se tais situações não são catalogadas como festas pelas instituições que produzem, divulgam e arquivam registros escritos, trata-se de mais uma demonstração de que os documentos precisam ser tratados como monumentos, e que há muita arqueologia a fazer entre as palavras e as coisas em nossos arquivos.



NOTAS

1. **O Taubateense**. nº 59, I, p. 3, Sentença.
2. DAESP. Ofícios Diversos. São Luís do Paraitinga. nº de ordem 1.268. lata nº 473.
3. **O Noticiarista**. nº 184, II, 15/6/1890, p. 2, Seção Livre.
4. idem, nº 193, II, 17/7/1890, pp. 2-3, Aos católicos.
5. idem, ibidem, p. 1, O casamento na cadeia.
6. DAESP, Ofícios Diversos. São Luís do Paraitinga. nº de ordem 1.268. caixa nº 473, 26/9/1891.
7. Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga. 1897.
8. **O Noticiarista**. nº 264, III, 26/3/1891, p.3, Ao correr da pena.
9. Museu Oswaldo Cruz. Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga. XXI. Vereança. B.2. Relatórios de Intendentes (1897-1907), 15/11/1903.
10. Relatório da História e do movimento religioso da Paróquia de São Luís do Paraitinga, pp. 67-71, estatísticas.
11. AGUIAR, Mário de. op. cit. cap.XX
12. Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. 10º fascículo, RJ. Imprensa Nacional. 1890; Decreto nº 874.
13. **O Norte**. nº 316, IV, 7/11/1907, pp. 1, Um homem virgem; transcrito do **Diário Popular**.

14. O Luizense. nº LX, I, 1/1/1904, pág. 3.
15. O Luizense. nº 369, VI, 31/1/1909, pág. 2, Consórcio.
16. TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. BH: Itatiaia; SP: Edusp. 1977 (2ª ed.), pp. 189 passim.
17. O Luizense. nº 674, XIX, 6/11/1921, p. 3, Liga Nacionalista; grifos do autor .
18. O Luizense. nº 405, VII, 7/11/1919, p. 1, Cá... e lá e O lar do místico; nº 406, pág. 3, Júri; nº 407, pág. 3, Tribunal do Júri.
19. O Luizense. nº 406, VII, 31/10/1909, P. 3, Júri; nº 408, 14/11/1909, p. 3, O Júri; Delegacia de Polícia de São Luís do Paraitinga. Livros do Carcereiro. Entradas e saídas de presos (10/9/1902 a 6/5/1813). folha 18.
20. Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga. Autos do ano de 1915.
21. O Norte. nº 599, VI, 7/7/1910, p. 2, Sem título.
22. O Norte. nº 896, VIII, 18/8/1912, p. 1, O divórcio; nº 914, 29/9/1912, p. 2, O divórcio.
23. O Norte. nº 1.139, X, 29/3/1914, pp. 2-3, O casamento civil e o clero paulista; transcrito do Jornal do Comércio de 24/3.
24. A Federação. nº 113, II, 1/1/1911, p. 3, Lares em festas e Jantar íntimo.
25. A Federação. nº 133, III, 22/5/1911, p. 3, Festa íntima.
26. A Federação. nº 148, III, 7/9/1911, p. 1, Festa literária-musical.
27. O Norte. nº 1.203, IX, 25/6/1913, p. 1, Contrato de casamento.
28. O Norte. nº 914, VIII, 21/10/1912, p. 2, Horrível conflito.
29. BERGER, John. Modos de ver. SP. Martins Fontes 1982, p. 107; Jornal de Taubaté. nº ?, 26/8/1906, p. 1, O Muchirão, por José Piza; O Luizense. nº 656, XVIII, 29/5/1921, pp. 22-23, Chico Turumbamba, conto regional de Cesídio Ambrogi.
30. Paróquia de São Luís do Paraitinga. Livro de Receita e Despesa, Livro de Inscrições e Livros de atas da Associação das Damas de Caridade da Paróquia de São Luís do Paraitinga.

31. O Norte. nº 1.637, XIII, 3/7/1917, p. 1, O direito do voto e as mulheres, nº 1023, IX, 23/6/1912, p. 1, Notas e fatos.
32. O Luizense. nº 515, XIV, 6/9/1917, p. 1, Palestrando.
33. O Luizense. nº 515, p. 2, A lição.
34. O Luizense. nº 659, XVIII, 30/6/1921, p.1, As que se pintam.
35. O Luizense. nº 675, XIX, 13/11/1921, p. 1-2, Concurso de beleza. Qual a mulher mais bela do Brasil?
36. Museu Oswaldo Cruz. Câmara de São Luís do Paraitinga. C. 1. Posturas Municipais (18.331); Atas da Câmara Municipal, (1829-39); folhas 61, 71 (verso) e 72.
37. O Taubateense. nº 23, I, 15/2/1862, p. 1, Assassinato e Comunicado.
38. O Paulista. nº 46, I, 23/4/1863, p. 1, A feira em Taubaté.
39. Museu Oswaldo Cruz. Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga. XII. E.5. Registros Gerais. 30/3/1874.
40. Museu Oswaldo Cruz. XII. E. 5. Registros Gerais (1871-88), doc. de 20/1/1874.
41. A Gazeta de Taubate. nº 13, II, 3/4/1880, p. 1, Assunto sério: a quitanda.
42. Museu Oswaldo Cruz. XXI, Vereança. B. 3. Relatórios do Procurador (1880-93); Relatório com que o sr. dr. Luís Carlos d'Assunção vice-presidente da Província de São Paulo passou a Administração ao Presidente, exmo. sr. dr. José Luís de Almeida Couto. SP. Tipografia da Gazeta Liberal. 1884, pág. 42.
43. O Liberal Taubateense. nº 31, I, 15/3/1888, p. 3, Os ingênuos; DAESP. Ofícios Diversos. São Luís do Paraitinga. nº de ordem 1.268, caixa 473, doc. de 10/2/1885.
44. Op. cit. nº 31, I, 15/3/1888, p. 2, Perseguidores de índios; v. Museu Oswaldo Cruz, Atas da Câmara (1877-83), XII. f. 160, o Museu Nacional toma conhecimento de que foram encontrados objetos indígenas em terreno de fazenda da família Domingues de Castro, em 1882.
45. Jornal do Povo. nº 5, II, 19/7/1889, p. 3, Guarda Negra e Club Republicano dos Homens de Cor (em Minas Gerais e em Santos); O Noticiarista. nº 554, IV, 18/2/1894, p. 3, Teatro S. João.

46. DAESP. Ofícios Diversos. São Luís do Paraitinga. nº de ordem 1.268, lata nº 473. Ano 1889, doc. nº 7.
47. AGUIAR, Mário de. op. cit. pp. 37-38; v. pp. 27 - 28, descrição do Jongo, tal como era dançado à época da permanência de Mário de Aguiar na cidade.
48. SCHMIDT, Carlos Borges. "A vida rural no Brasil. A área do Paraitinga, uma amostragem representativa" in **Boletim da Agricultura** nº único, 1949. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo - Diretoria de Publicidade Agrícola. 1951.
49. O Taubateense. nº 77, II, 18/7/1863, p. 2, Ao vigário da igreja.
50. Diário Paulista. nº 129, I, 16/12/1887, p. 1, A igreja e os sinos.
51. O Paulista. nº 38, I, 26/3/1863, p. 3, Comunicado (enterro); nº 39, I, 29/3/1863, p. 2-3. Os enterros; O Noticiarista. nº 174, II, 11/5/1890, p. 2, nº 175, 15/5/1890, p. 2 (instalação do relógio).
52. O Paulista. nº 39, I, 29/3/1863, p. 1, A feira em Taubaté.
53. O Paulista. nº 46, I, 23/4/1863, p. 1, A feira em Taubaté.
54. Museu Oswaldo Cruz. Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga. XII. E. S. Registros Gerais; v. notas nº 37 e 38.
55. Museu Oswaldo Cruz. Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga. Papéis Avulsos. Projeto de lei aprovado na sessão de 11/7/1912
56. Museu Oswaldo Cruz. Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga. E. 6. Registros Gerais (1911-17), doc. de 21/6/1915; A. 3.19, Atas da Câmara (1910-22), sessão de 15/1/1916.
57. Jornal de Taubaté. nº 1.789, X, 26/6/1904, p. 1, Jornal do Norte.
58. Museu Oswaldo Cruz. Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga. XXII, Viação C. Estradas (1892-1896).
59. Museu Oswaldo Cruz. Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga. XXII, Viação C. Estradas (1892-1896), Ofícios de 27/12/1861 e 25/11/1862.
60. O Taubateense. nº 60, I, 4/1/1863, p. 1, Estrada.
61. MOC. CMSLP. XXII. Viação C. Estradas (1829-96), 20/2/66 e 12/11/1874.

62. MOC. CMSLP. XXI. Vereança. B. 1. Relatórios do Presidente da Câmara, 13/2/1875.
63. MOC. CMSLP. III. A.4.I. Algodão (1864-1884); AGUIAR, Mário de, op. cit., p. 2, XII, E. 5. Registros Gerais, 30/3/1874; informação prestada por Judas Tadeu de Campos.
64. Gazeta de Taubaté. nº 13, VII, 9/3/1884, p. 3, Linha telefônica; Almanach Administrativo Comercial e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1885. SP. Ed. propr. Jorge Seckler & Cia. 1884, pp. 506-511; AGUIAR, Mário de. op. cit. pp. 44-45.
65. O Luizense. nº 353, V, 28/5/1908, p. 1, Justo Pedido; MOC-CMSLP, XII, A. 3. 18. Atas de CMSLP (1902-10). XII. A./19, Atas da CMSLP (1910-22).
66. O Lábaro. nº 162, IV, 30/1/1913, p. 2, Inauguração da luz elétrica; O Paraitinga nº 43, II, 7/7/1927, p. 2, A luz e a treva; nº 40, 29/5/1927, p. 1, Estrada de rodagem.
67. MOC-CMSLP. III. D. Estatística (1875). Os proprietários são João Pereira de Souza Arouca e o B. do Paraitinga.
68. v. pp.
69. O Noticiarista. nº 412, V, 18/9/1892, p. 3, Greve em Santos.
70. Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga (Cível). Autos de 1893.
71. A Ordem. nº 6, IV, 21/1/1900, p. 3, Operários Livres.
72. A Voz do Povo. nº 105, III, 5/5/1901, pp. 1-2, Festa do Trabalho.
73. O Taubateano. nº 94, II, 19/1/1902, p. 1-2, Centro dos O. Livres.
74. A Verdade. nº 221, III, 2/5/1906, p. 3; em O Norte. nº 156, II, de 29/4/1906, o programa ocupa metade da pág. 3.
75. A Verdade. nº 222, III, 5/5/1906, p. 1, Os Operários Católicos.
76. A Verdade. nº 227, IV, 23/5/1906, p. 2; v. MELLO JR, Antônio, Imprensa Taubateana, pp. 146-47.
77. O Norte. nº 201, II, P. 3, Feitiçaria? e Seção Livre. Aos deso-

cupados.

78. BERINGHS, Emílio Amadei. Conversando com a saudade. vol. 2 (2ª Série). SP. Bisordi. 1971, pp. 44-45; O Norte. nº 598, VI, 3/7/1910, p. 2, Revistinha.
79. O Lábaro. nº 363, VII, 21/13/1916, p. 1, Centro dos Operários "Católicos"?
80. O Norte. nº 1609, XIII, 4/5/1917, p. 2, Festa do trabalho.
81. DAESP. Ofícios Diversos. São Luís do Paraitinga. caixa nº 472, nº de ordem 1.267; AGUIAR, Mário de. op. cit., pp. 17-18.
82. MOC-CMSLP. III. H. Profissões (18813-1903).
83. O Luizense. nº 607, XVII, p. 3, O carnaval em São Luís.
84. v., por exemplo, os estudos de Julita Scarano e Francisco Teixeira de Salles, para o ciclo do ouro em Minas Gerais.
85. AGUIAR, Mário de. op. cit. pp. 38-39.
86. O Luizense. nº XXXV, I, 3/7/1904, p. 2.
87. e nº XXXVII, 17/7/1904, p. 2, Com o delegado Pedro P. Pereira e A pedidos. Irmandade de SS. Sacramento.
88. O Luizense. nº 417, VII, 23/1/1910, p. 2, Novo diretório político; v. Luís Batista de Alvarenga arrolado como oficial marceneiro no Almanaque de Jorge Sckler & Co para 1980 - é por isto que se julgou possível ligá-lo aos ofícios manuais pouco acima. Sem descartar a hipótese de se tratar de duas pessoas distintas, pode-se ver aí um indício da permeabilidade entre a fração mais remediada dos ofícios manuais e a "sociedade", em que se destacam os funcionários da tripla rede administrativa: municipal, estadual e federal.
89. O Lábaro. nº 199, IV, 16/10/1913, p. 1, Política de S. Luís; A Federação. nº 133, III, 22/5/1911, p. 3, Política de São Luís; O Lábaro. nº 203, IV, 13/11/1913, p. 3, Cristo no júri; nº 205, 27/11/1913, pp. 2-3, Reparação nacional. Cristo no júri.
90. O Luizense. nº 435, XII, 30/12/1915, p. 3, A Protetora da Infância; nº 437, 13/1/16, p. 3, Noticiário. Protetora da Infância e Apelo à infância (poema de João C. Cabral).
91. O Paraitinga. nº 35, II, 3/4/1927, p. 3, Feche a porta.

92. AGUIAR, Mário de. op. cit. p. 39
93. Jornal de Taubaté. nº 2.241, 9/9/1906, p. 1, **A festa da colheita**.
94. O Norte, do nº 1.577, 14/2/1917, ao nº 1.588, III, 11/3/1917, p. 1, **O trabalhador nacional**.
95. O Norte. nº 1.552, XIV, 17/4/1918. pp. 1-2, O problema do saneamento.
96. O Luizense. nº 516, XIV, 13/9/1917, p. 2, Antes só...
97. O Luizense. nº 477, XIV, 16/11/1916, Um conselho útil.
98. O Luizense. nº 616, XVII, 15/4/1920, p. 1, Palestrando.
99. O Luizense. nº 674, XVIII, 6/11/1921, p. 1, Lavoura e comércio. Qualidade- Quantidade. Cultura-Exportação.
100. RAEDERS, Georges. O conde de Gobineau no Brasil. SP. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. Conselho Estadual de Cultura. Coleção Ensaio, nº 87, 1976; v. cap. XXV.
101. O Luizense. nº 644, XVIII, 6/2/1921, p. 1, O Jeca.
102. O Luizense. nº 614, XVII, 28/3/1920, p. 2; nº 615, 8/4, pp. 1-2, Crônica. Atletismo.
103. DAESP. Ofícios Diversos. caixa nº 472, nº de ordem 1.267; ofício de 22/2/1855.
104. O Taubateense. nº 40, I, 26/10/1862, p. 1, Correspondência. São Luís.
105. nº 54, II, 31/1/1863, p. 1, Correspondência do Taubateense.
106. O Paulista. nº 79, I, 27/8/1863, pp. 1-2, Correspondência do Paulista.
107. Cartório do 1º Ofício de São Luís do paraitinga. Processos cíveis do ano de 1866, 2º volume.
108. v. Diário de São Paulo nº 241, I, 30/5/1866, pp. 1-2, Publicações pedidas; Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga. Tribunal do Júri. 1866.
109. MOC. CMSLP, XV, Polícia (1834-1904).
110. Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga. 1880.

111. DAESP. Ofícios Diversos. São Luís do Paraitinga. caixa 473, nº de ordem 1.268; 27/7/1882.
112. MOC.CMSLP. XXI. D. I. Cargos Públicos. Vereadores (1837-1907).
113. Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga (Cível). 1885.
114. MOC.CMSLP. XII. A.3.16. Atas da Câmara (1882-1897), sessão de 15/12/1892.
115. O Imparcial. nº 25, I, 1/12/1893, p. 1, São Luís.
116. O Taubateano. nº 96, II, 1/2/1902, pp. 1-2, Pelo Norte.
117. O Luizense. nº 369, VI, 31/1/1909, p. 2. Eleições federais; nº 402, VII, 4/10/1909, p. 4, Eleição.
118. O Luizense. nº 409, VII, 21/11/1909, p. 1-2.
119. O Luizense. nº 417, CII, 22/1/1910, p. 3, Rui e Hermes.
120. O Paraitinga. nº 9, I, 12/9/1926, pp. 3-4, A reforma judiciária e o promotor de São Luís.
121. O Paraitinga. nº 17, I, 7/11/1926, p. 2, Na brecha; nº 27, II, 16/1/1927, p. 2, O Paraitinga.
122. O Paraitinga, nº 27, II, 16/1/1927, p. 1, O nosso ideal e a situação em São Luís.
123. O Paraitinga. nº 30, II, 20/2/1927, p.1, Aos bons luizenses.
124. O Paraitinga. nº 29, II, 13/2/1927, p. 2, Uma verdade.
125. O Paraitinga. nº 31, II, 6/3/1927, p. 1,
126. nº 31, II, 6/3/1927, p. 2, A lógica dos números.
127. idem, pp. 2-3, A URBC e as eleições do dia 24.
128. nº 34, II, 27/3/1927, p. 3, A Reforma Judiciária.
129. idem, Tribunal do Júri e Estrada de Rodagem.
130. nº 40, II, 29/5/1927, p. 1, Estrada de rodagem; Sem comentários; Aviso; pág. 2. Os que viajam.
131. nº 41, II, 12/6/1927, p. 1, A Eleição presidencial; O resultado do pleito do dia 5.
132. nº 46, II, 21/8/1927, p. 1, A eleição do dia 14; 166 de verdade; De mal a pior.

133. O Luizense. nº 803, XXIII, p. 4, Os democráticos.
134. O Paraitinga. nº 43, II, 7/7/1927, pp. 1-2, O voto secreto.
135. O Luizense. nº 761, XXIII, 31/09/1926, p.2, Reparos
136. O Paraitinga. nº 43, p. 2.
137. nº 48, II, 4/9/1927, p. 3, Promotor Público; Pelo foro.
138. nº 50, II, 9/10/1927, O nosso ideal.
139. nº 51, II, 16/10/1927, p. 1, O nosso ideal; p. 2, Executivos.

VELHICE E MORTE

Um Velho. Tempos de Morrer

Reunir velhice e morte numa mesma reflexão pode se justificar como aceitação do princípio fundamental que determina, entre os posseiros do Araguaia de hoje, entre os caipiras de São Luís do Paraitinga e na civilização tradicional brasileira, que a morte tem um tempo certo de acontecer. Tempo que, a demografia o comprova, é praticamente tão normal na primeira infância - a mortalidade infantil - como numa velhice extremamente diversa da velhice aposentada, medicalizada e expropriada de sentido que a sociedade contemporânea produz e toma por referencial.

As limitações impostas pelo caráter marcadamente individual do trabalho de pesquisa impediram o aproveitamento de profusão de dados para um estudo sistemático da história de São Luís do Paraitinga com o instrumental da demografia histórica. Assim, as fronteiras entre o adulto e o velho, bastante fluidas mesmo nas condições atuais - se se atentar para o que se passa fora das camadas aburguesadas da sociedade - tornam-se quase inteiramente opacas. Cuidou-se, portanto, de observar com atenção o papel desempenhado pelas instituições produtoras dos textos que constituem a fonte primária escolhida para o estudo, na introdução de formas sociais de envelhecer e de morrer, e nas resistências e persistências de outras formas sociais de velhice e de morte que se pode entrever nas entrelinhas destes textos produzidos com a finalidade de passar aos arquivos como a única memória possível.¹

O professor José Carneiro de Carvalho, com sua ampla produção jornalística, é a única voz que assume explicitamente o ponto de vista da velhice, dentre algumas centenas de redatores encontrados nos arquivos da região ao longo de um período relativamente longo. Este isolamento não é acidental. Há vários indícios que permitem situar o professor Carneiro num percurso distinto daquele percorrido pela maioria dos velhos de seu tempo: a velhice do assalariado, a aposentadoria.

Durante a crise comercial de 1917, é bem provável que tenha sido o velho professor quem fez transcrever uma nota do jornal **A Situação**: o professorado público deve ganhar mais. Os poderes públicos referem-se sempre, nos seus relatórios oficiais, nas estatísticas, aos "milagres" da instrução. Mas deixam, como que propositalmente, de nomear os "santos" desta cruzada.²

Já em janeiro de 1920, aos 57 anos o professor não deve exagerar quando se refere à sua nova condição:

"... porque a aposentadoria me reduzindo apenas à exigüidade do ordenado põe-me às tontas a cada passo a crise pavorosa que atravessamos, visto como o que fiquei percebendo sempre me obriga a certas privações temendo deficits que não poderia mesmo solvê-los."³

De origem relativamente modesta, José Carneiro de Carvalho terá experimentado uma ascensão social pelos estudos, mas a uma certa altura de vida percebe que "aqueles amigos com os quais convivia em minha mocidade tão íntima e fraternalmente, à proporção que foram se ascendendo na hierarquia social foram igualmente esquecendo-se de mim que fiquei estacionário, isto é, no mesmo que era naqueles bons tempos", em que o conheciam como "o professor [do bairro] dos Barbosas".⁴

Trata-se de uma pobreza bem remediada, pelo menos a se julgar pela sua moradia. Em 1920, quando a viúva do deputado federal, Elisa de Moura Castro, e a firma Domingues de Castro & Irmão pagam 21\$000 de imposto predial, José Carneiro de Carvalho, que também reside no Largo da Matriz, paga 7\$2000, taxa idêntica à do tabelião João Cândido Cabral e algo maior que aquela cobrada a José Cabral, que paga 5\$400. Os seis prédios do Largo da União contemplados pelo mesmo imposto pagam, cada um, 3\$000, e há casas que pagam

apenas 1\$800. No ano seguinte, a taxa máxima do imposto predial eleva-se a 28\$000, para Elisa de Moura Castro e para Maria Domingues de Castro; no Largo da Matriz há pelo menos mais sete prédios mais caros que os de José Carneiro de Carvalho, José Cabral e João Cândido Cabral, que pagam 12\$000, e pelo menos treze prédios mais baratos. O professor, que possui também um pequeno sítio nos subúrbios, e uma outra casa à rua Coronel Domingues de Castro (pagando 9\$600 de imposto predial em 1921), pode, portanto, situar-se num estrato médio-superior da população luizense.⁵

O professor conhece muito bem os membros da plutocracia municipal, com quem se relaciona geralmente muito bem; enquanto lamenta a exigüidade de seus rendimentos como professor aposentado, parabeniza duas pessoas bafejadas pela fortuna. Uma delas é o doutor Luís Tolosa de Oliveira e Castro, de "origem modesta", que, graças aos estudos e a seus esforços, é hoje personagem ilustre na alta sociedade paulistana. A outra é nada menos que o coronel Antônio de Oliveira e Costa, vice-presidente do Diretório Político do PRP no município, "de família feliz que uma boa estrela tem cumulado moral e materialmente". Trata-se do pai de João Batista de Oliveira e Costa, promotor público e chefe político de São Luís do Paraitinga, padrinho do professor Carvalho em seu segundo casamento realizado em agosto de 1918; o outro padrinho é o prefeito municipal, capitão Benedito Apolinário de Moura.⁶

Um dos eixos das reflexões deste professor aposentado é a problemática da condição social. Já foi referida sua percepção aguda das causas da decadência regional, defendendo o artesanato, a policultura, a pequena propriedade, e propondo a elevação dos salários agrícolas para evitar o êxodo rural. Sua opinião em relação ao parentesco, por exemplo, é profundamente cética: os pais seriam as únicas pessoas que se preocupam desinteressadamente pela melhoria da sorte dos filhos, mas é possível que tal despreendimento resulte em grande medida do medo à censura pública. Referindo-se à campanha pelo sufrágio feminino, adota posição conservadora e reafirma o patriarcalismo do Antigo Testamento, perante essa "inimiga necessária" do modesto rabiscador que procura, ainda que palidamente, penetrar nos destinos confusos do homem, reconhecendo que entretanto este há de sempre sujeitar-se ao jugo da mulher. Uma situação narrada a título de exemplo da plasticidade da espécie humana, capaz de adotar-se a condições extremas, talvez possa ler-se como alusão velada às incon-

fessáveis linguagens da libido:

"E uma prova disto eu já tive em casa. Logo depois da abolição tomei como cozinheira uma preta que pertenceu a um senhor mau. Acostumada a apanhar quando escrava, pedia-nos sempre que a surrássemos, chegando mesmo por vezes a apresentar o chicote, que tirava do quarto onde eu tinha o aparelho de montaria, à minha consorte que se negava a isso horrorizada com tamanho despropósito."⁷

O clientelismo político também é visto como a conjugação de interesses mesquinhos; o professor Carneiro, talvez involuntariamente, traça um balanço amargurado de sua própria experiência:

"Na própria política, em que as proteções aparentam um dever dos chefes, decorrente de sua posição, ainda na realidade não são elas mais que o interesse que nutrem para ver aumentada a sua influência. E de que modo? Quase sempre com imposições absurdas aos protegidos atirando-os ao vilipêndio de uma vergonhosa, destemperada e estúpida submissão (...) O protegido pela proteção alcançada deixa a última classe e passa-se para a média onde os apuros são incomparavelmente maiores. Como sabemos, para os médios há a obrigação de aparentar na sociedade geral recursos que eles de fato não possuem (...) para não descer à posição humilde que deixaram e onde gozaram a tranquilidade dos simples e de que saíram por influência diabólica talvez trocando as promessas do céu pelas torturas do inferno (...) A caridade quase sempre é balofa por ostentosa. Assim como também perdidas são as decepções morais porque passam os da classe média; pois os seus sofrimentos são devidos à vaidade que os incita a transpassar dos limites dos seus haveres pelo desejo ardente de boa representação social. A esta classe infelizmente também pertencço; mas com tal aborrecimento que não posso por ele acompanhar a onda dos meus iguais que se comprazem em bater a rotina traçada para o papel que lhes assiste. Será por isso que

não tenho muita cotação em nosso meio. Mas não maldigo a sorte."⁸

A militância política de José Carneiro de Carvalho parece inabalavelmente fiel aos herdeiros do partido bentista, já que empresta sua pena ao *Luizense* e ao *Porvir*. Em março de 1920, é parceiro de Bernardo Joaquim Dias numa importante sessão do tribunal do júri. Trata-se da última cena de um processo espetacular, em que o partido situacionista liderado pelo promotor público, o doutor João Batista de Oliveira e Costa, liquida as pretensões políticas de coronel José Bernardino de Castro. José Augusto Monteiro e João Nunes Veloso são dois dentre os dezesseis oposicionistas denunciados pelo promotor público em 4/5/1919, como os responsáveis por um tiroteio ocorrido em pleno centro da cidade, após a eleição presidencial de 26 de abril; vários dos denunciados chegaram a ser presos, a começar pelos dois citados e José Bernardino de Castro; mas ao longo de várias peripécias processuais, os quatorze outros são despronunciados, mantendo-se a acusação contra José Augusto Monteiro e João Nunes Veloso apenas. Finalmente levados a julgamento, os dois acusados escolhem, respectivamente, Bernardo Joaquim Dias, jornalista proprietário do *Luizense*, e o professor José Carneiro de Carvalho, redator do *Luizense*, como advogados de defesa. O *Luizense* relata:

"Após o interrogatório dos réus procedeu-se à leitura dos volumosos autos, leitura que durou o espaço de duas horas e meia. Em seguida à leitura do estafante processo, tiveram início os debates que se conservaram sempre em plano bastante elevado. O excelentíssimo senhor Promotor Público, zeloso do espinhoso cargo que exerce, desenvolveu com a competência que todos lhe reconhecem pelo espaço de hora, uma acusação, sob todos os pontos digna do seu honroso posto e cheia de belos ensinamentos de Direito e civilidade, com a qual, estamos certos, muito lucrarão os acusados e assistentes. Os réus, conquanto pertencentes à extinta oposição local, procuraram patronos nas fiéis governistas. Os seus defensores, porém, demonstraram coerência, dizendo que os dezesseis denunciados deviam ser punidos e que, se quatorze dos denunciados, isso é, os principais autores ou

mandantes do fato delituoso estavam livres, era natural que os dois últimos fossem também absolvidos. E assim o entendeu o Conselho de Sentença."⁹

Citado expressamente como militante governista, o professor José Carneiro revela uma postura bem lúcida, independente, por ocasião da grande disputa política em torno da nova igreja do Rosário em maio de 1921. A oposição anuncia em sua *Polianthea* que os verdadeiros católicos realmente empenhados na reconstrução do templo são o farmacêutico Oscar Cabral, o tabelião João Cândido Cabral, o professor Júlio César de Toledo Murat, o oficial de justiça Benedito de Souza Pinto (o futuro Juca Teles do Sertão) e Euricles da Silva Almeida. O professor José Carneiro de Carvalho aparece na edição especial do *Luizense*. À primeira página, o jornal situacionista homenageia a nata plutocrática no município: Aurélio de Toledo Braga, Luís A. Teixeira Leite, Pedro Domingues de Castro, coronel Antônio de Oliveira e Costa, Manuel Garcia Braga e as senhoras Maria Domingues de Castro e Elisa de Moura Castro.

Ao lado do "incansável lutador pelo progresso de São Luís (...) sempre ao serviço das boas causas", Bernardo Joaquim Dias, a foto do professor Carneiro é homenagem ao "esforço másculo do perseverante autor dos notáveis *Palestrando*"; o professor é "um corifeu de Samuel Smiles".¹⁰

À página 15, um *Palestrando* do professor José Carneiro de Carvalho apresenta uma versão completamente diferente de todos os textos divulgados pelos dois partidos políticos, que se preocupam apenas em exaltar a beleza do novo templo e disputam a glória pela sua construção. Membro da mesa diretora da Irmandade do Rosário, o professor discordou da maioria e foi voto vencido quando esta decidiu pela demolição da antiga igreja do Rosário, por volta de 1905. Alegando que seria mais viável construir uma nova fachada do que reformar a antiga, a diretoria da irmandade não teve, no entanto, a necessária presteza para reconstruir a parede que demoliu. A construção de taipa, exposta ao tempo, deteriorou-se por completo em consequência da decisão imprevidente. O professor Carneiro lamenta a desaparição de um edifício duplamente importante, do ponto de vista religioso e histórico. A igreja do Rosário era a mais antiga da cidade.¹¹

Apesar de não se furtar à honra de figurar em posição de grande destaque na galeria dos homenageados pelo jornal do par

tido situacionista, José Carneiro de Carvalho revela aos seus leitores a razão inicial que levou a tamanho dispêndio em dinheiro e em trabalho, e insinua a possibilidade de uma outra história, sem ruínas e sem reinaugurações pomposas.

Outro eixo das reflexões escritas por este professor apresentado é a função da memória: preocupação característica de quem assume o lugar reservado à velhice. Estrangeiro no século, o professor Carneiro reexamina sua experiência vivida num passado cada vez mais irreversível, e ao comparar esse passado com o presente, toma partido como a maioria dos velhos:

Em maio de 1921, ao completar seus 59 anos, profundamente triste pela doença de sua jovem esposa, vai à chácara, onde faz um balanço de sua vida. O bairro rural onde passou a infância está horrivelmente desolado; a maioria das casinhas da sua vizinhança populosa de antanho já desapareceu, pairando sobre a nova paisagem a solidão dos cemitérios.¹²

Ao relembrar o entrudo na roça, o velho professor dos Barbosas divaga a respeito da saúde e da doença, dando a entender que a multidão de doenças do Jeca e mesmo da "sociedade" resultam justamente do chamado progresso: expropriação da pequena propriedade e medicalização da sociedade parecem estar sendo percebidos como elementos de um mesmo processo. Mas somente um estudo sistemático de toda a sua obra poderia esclarecer melhor este ponto de vista de um velho que mereceria, certamente, dialogar com Cora Coralina.

Finalmente, o principal tema de José Carneiro de Carvalho é a morte. Em meio a argumentos retirados do senso comum católico romano, o intelectual eclético, suspeito de positivismo pelo jornal oficial da diocese, evoca por vezes o iluminismo de Montesquieu: o equilíbrio social repousa no temor individual à punição em outra vida. A sensibilidade religiosa do professor Carneiro repousa firmemente no discurso barroco da igreja tridentina. Enquanto escreve para manter algum contato com os seus semelhantes, produzindo atestados de vida para evitar o esquecimento prematuro de sua passagem pelo mundo, José Carneiro insiste em criticar os velhos que, ao invés de recolher-se como ele, continuam atolados à ganância e aos desvarios da vida, seguindo os jovens em todas as suas fantasias. "Como vêm, pois, não desejo a morte para a vida, mas sim vida para a morte aos velhos como eu".

O bacharel Ernesto Babo Filho escreve sobre a vida e morte durante o ano conturbado de 1917. No artigo **O grande mal**, o delegado de polícia traça um trágico balanço da civilização: o materialismo solapa os alicerces da sociedade, destruindo os sentimentos mais respeitáveis e as tradições mais puras e inocentes. Seus agentes são o cinema, a literatura, o teatro, as escolas leigas. Suas conseqüências funestas já se tornam evidentes: frivolidade, criminalidade infantil, "a audácia cada vez mais crescente por parte dos humildes do século, das classes operárias que se congregam para, debaixo da falsa bandeira de conquistas sociais, empunharem o estandarte da revolução, do assalto e da pilhagem". A culpa é daqueles que, procurando extinguir as idéias de eternidade e de um Ente Supremo, quebram o dique que retinha a humanidade em sua avidez de bens materiais, "e querem que aqueles que sofrem de privações de toda sorte, de serdados da fortuna, esquecidos dos poderosos da terra, não se lancem pelo caminho que lhes é apontado!"¹⁴

Certamente estimulado pelo exemplo edificante do negro Moisés Teixeira, regenerado pela prisão, o delegado redige um necrológio para Tio Maximiano, um preto já centenário que, sempre contente, somente deixava o ranchinho de sapé, a criação e a roça de milho ("tudo trabalho meu, suor do meu rosto") para fazer o mercado aos domingos na cidade. Morreu numa dessas viagens, tendo seu último gesto auxiliado por aqueles que lhe deram pouso quando se sentiu mal:

"queria receber os raios quentes do sol, desse sol que há tantos anos era o seu único amigo aquecendo-lhe os membros e dourando as espigas da sua roça (...) assim acabou a vida de um pobre, que outra alegria não teve além do trabalho, que sofreu as amarguras do cativo, e que tudo suportou sem uma queixa, sem uma revolta, como quem compreende que acima das névoas que envolvem o nosso planeta há uma vida melhor do que a deste vale de lágrimas".¹⁵

Observando este corpo negro, provavelmente nascido em África, que, moribundo, procura a luz e o calor do sol, e que enterram vestido com a roupa de domingo, calça arregaçada até o meio da perna como se fosse empreender nova caminhada; imaginando que este

corpo passou seus dias apenas a trabalhar, o delegado-literato, à distância, propõe a moral edificante. É a crença na imortalidade que manteve submisso e simpático este velho negro. Curiosamente, o literato moralizador esquece o papel do delegado de polícia, esquece de considerar as medidas bem práticas de manutenção da ordem e da propriedade privada neste vale de lágrimas.

Perante a greve geral de julho na capital, o delegado não prima pela imaginação. A greve "em si" é justa, mas "espíritos anárquicos se aproveitam da boa fé dos proletários"; felizmente a política agiu com presteza e segurança. "Resta porém que os fatos de agora não se repitam e que os operários compreendam que as suas aspirações, para o futuro, podem e devem ser conquistadas por outros meios, seguindo outros caminhos, tudo de acordo com o bom senso e dentro da lei".¹⁶

Em setembro, numa de suas severas campanhas de repressão à vadiagem, o delegado fixa condições para os pedintes: os pobres só poderão esmolar aos domingos, desde que recebam autorização por escrito daquela autoridade. A medida repressiva vem somar-se àquela de março do ano anterior, que proibiu a venda de gêneros de qualquer espécie nas ruas.¹⁷

O professor José Carneiro de Carvalho se manifesta em defesa dos chuvas, i.é, daqueles típicos filósofos populares que estão sob a mira policial:

"note-se que não podemos mesmo recriminá-los de modo algum, nem na persuasão de que quase todos esses pândegos se embriagam por ignorância dos efeitos perniciosos do alcoolismo; não; entre os sábios que deixaram traços luminosos e indeléveis de sua passagem pelas letras também alguns foram alcoólatras, talvez pelos desenganos às realidades da vida material, mas o foram; porque os vícios são próprios do homem."¹⁸

Três anos mais tarde, o professor Carneiro também descreve um caso de morte exemplar. Trata-se da negra Feliciano que, tendo contraído lepra, viveu quarenta anos na mais extrema solidão; vivia sempre à porta de seu casebre a cantar, a rir e a interpelar os transeuntes (que não se atreviam a aproximar-se). Sua voz estridente punha sempre uma nota alegre à vida diária do bairro. Quando

silenciava, punha-se a desfiar as contas do rosário contemplando misticamente o céu. Felizes os que trocam os confortos da vida material pelas belezas incomparáveis da vida eterna, conclui o velho intelectual católico; os quarenta anos desta leprosa são como que um longo, interminável exercício da *ars moriendi*, réplica da grande encenação da morte exemplar de membros ilustres da "sociedade".¹⁹

Os anjos

A abordagem do fenômeno morte demanda cálculos estatísticos que não serão desenvolvidos neste trabalho. Taxas de mortalidade infantil e adulta, duração média da vida, morbidade, curvas de surtos epidêmicos, mentalidades, instituições, etc: na ausência de referenciais sistematizados, tratar-se-á de evocar, fragmentariamente, situações mais diretamente ligadas à morte como acontecimento, antes de passar ao vivido e ao discurso.

Na ausência de guerras, são as epidemias que mais fortemente atuam sobre atitudes coletivas perante a morte. A população de Guaratinguetá, em pânico pela epidemia que grassa em Pindamonhangaba, em agosto de 1862, recorre a um procedimento tradicional: um abaixo-assinado faz trazer de sua capela a imagem milagrosa de Nossa Senhora Aparecida, que recebe culto diário na igreja matriz. Grandes festejos são prometidos, caso a santa imagem atenda às súplicas do povo. O **Taubateense** divulga simultaneamente dois pontos de vista: **Argus**, o correspondente do jornal, permite-se uma certa distância ao noticiar o que se passa entre o "povo" crente, o vigário interino e a imagem da futura padroeira do país católico. O abaixo-assinado aparece como recurso a uma instituição muito mais poderosa, aqui e agora, do que a outra que ainda ensaia avanços tímidos na Corte; o redator deste órgão da imprensa pioneiro em Taubaté só pode classificar como justa e louvável aquela súplica.²⁰

Outro abaixo-assinado, sob a forma de um ofício, é endereçado à Câmara Municipal de Taubaté a 31 de agosto de 1862. Assinam oito membros da Venerável Ordem Terceira, cujos sobrenomes ilustres poderão ser estudados nas genealogias taubateanas. O útil estabelecimento proposto pelos signatários é o Hospital São Francisco, que tornar-se-á mais tarde Hospital Santa Isabel; já na passagem de 1864 para 1865 começa a funcionar, num prédio doado por Bento Monteiro da Silva, certamente um parente próximo do riquíssimo latifundiá-

rio Francisco Alves Monteiro, empenhadíssimo na causa.²¹

Uma fração plutocrática da população taubateense, vestindo as insígnias da ordem terceira franciscana que comanda, dirigindo apelo ao poder público, toma a outra iniciativa previsível: sem duvidar dos poderes miraculosos do Além, trata de enfrentar a morte racionalmente, racionando regradamente os comportamentos coletivos.

A intervenção espetacular do Perfeito Comissário Geral dos Missionários Capuchinhos - Frei Caetano de Messina - em 1876, se, por um lado, repercute diretamente no progresso do Hospital, como tantas outras instituições taubateanas, exhibe quase teatralmente o poder da fé. O grande pregador não existiria sem o seu público. Se tezentos homens trabalhando com enxadas, e quatrocentas mulheres a carregar terra, seguem as exortações do missionário e realizam importantes obras de interesse público, especialmente no Convento de Santa Clara (praticamente desabitado, em ruínas desde o incêndio de setembro de 1842), no cemitério, no Largo da Forca.²²

Um quadro carismático da Igreja galvaniza as multidões em sua missão e mobiliza batalhões de pessoas numa batalha contra a sujeira, o mato, os barrancos e ladeiras, a lentidão das obras de restauração do convento e de sua igreja. Sacode-se o marasmo em que vegeta a cidade desde o trágico surto de varíola que, em 1873 e 1874, ceifou centenas de vidas, na razão de oito mortos por dia durante dois meses de maior intensidade. A atitude racional do vigário de Taubaté, recusando-se a atender à exigência coletiva de fazer vir à matriz a imagem milagrosa do Senhor Bom Jesus do Tremembé, ou pelo menos a imagem de Nossa Senhora da Piedade ou a de Nossa Senhora do Belém, contrasta curiosamente com o papel desempenhado por Frei Caetano de Messina dois anos mais tarde. O vigário, que conhece preceitos racionais de higiene pública, prefere evitar as procissões de penitência e outros atos de piedade, ao contrário de outros vigários - como aqueles de tantas outras cidades: Pindamonhangaba, que tem fé em Nossa Senhora da Socorro; Guaratinguetá, com Nossa Senhora da Conceição Aparecida; São Paulo, com Nossa Senhora da Penha. É irracional reunir e aglomerar grandes massas de gente no momento mesmo de maior virulência da peste; a menos que todos já estivessem contaminados, o que não ocorreu ainda e não convém provocar. É com argumentos desse tipo que o futuro Conde de Santo Agostinho e Arcebispo de Darnis, ex-deputado pelo Partido Liberal, raciona, arrazoa; contra a morte, fé e razão não devem ser desperdiçados. Contra o marasmo municipal, dois anos

mais tarde, fé e razões de ordem prática são dosados em escala grandiosa durante mais de um mês, quando multidões ocupam a cidade semi-abandonada para ouvir e seguir a voz do frade missionário.²³

A epidemia, tendo se manifestado em Ubatuba desde pelo menos outubro de 1870, terá passado inevitavelmente por São Luís do Paraitinga antes de chegar a Taubaté três anos mais tarde, mas sem alastrar-se. Não há registros de mortalidade excepcionalmente elevada no município durante estes anos; em 1866 verifica-se um pequeno surto de bexigas, mas a prosperidade local, que se liga à vertiginosa ascensão política de Manuel Jacinto Domingues de Castro, nada tem a ver com a imagem da vizinha Taubaté em 1873 - quando São Luís do Paraitinga, vaidosa, requisita o título de Imperial Cidade a Pedro II.²⁴

À epidemia de 1887, que teria provocado a morte de 40% dos variolosos em julho, em Taubaté, segue-se aquela que atinge São Luís do Paraitinga em junho de 1889, trazida por um sargento de polícia chegado de São Paulo; a Câmara Municipal faz construir um lazareto fora do perímetro urbano, solicita vacinas, estabelece um rígido sistema de controle que não poupará nem mesmo as caminhadas do médico Pedro Domingues de Castro (ele recorrerá a um Habeas-Corpus).

No mês seguinte, a população alarmada abandona em massa a cidade quando o surto assume características de epidemia; mas o total de dez internados no lazareto profusamente desinfetado com vinagre, alcatrão, alfazema, cânfora, incenso e outras essências, são indício de que ao zelo das autoridades locais e provinciais, soma-se a relativa benignidade da doença.²⁵

Emílio A. Behrings refere-se a novas epidemias em Taubaté, em 1903 e 1906; é bastante provável que São Luís do Paraitinga, situada em região serrana, muito mais isolada desde que a ferrovia interrompeu o tráfico intenso entre o Vale do Paraíba e os portos do litoral Norte de São Paulo, tenha sofrido muito menos esses dias de desalento recordados pelo cronista taubateano.²⁶

O Luizense, em fevereiro de 1905, aplaude o pronunciamento do Supremo Tribunal contra os excessos de zelo da Diretoria Geral de Saúde Pública na capital federal, cuja responsabilidade pela trágica Revolta da Vacina, mesmo na terra natal de Oswaldo Cruz, provoca protestos em defesa da inviolabilidade dos domicílios.²⁷

Em agosto de 1908, a população do município acata com

boa vontade o programa de vacinação e revacinação contra a varíola que se manifesta com grande intensidade em muitas cidades da região.²⁸

O quadro estatístico traçado pelo inspetor sanitário substituto durante a epidemia de gripe espanhola em Taubaté, em 1918, não parece ter um equivalente em São Luís do Paraitinga. Entre o dia 26 de outubro e 4 de novembro, o médico paulista registra 2.346 enfermos e 25 mortos. No Hospital Santa Isabel, dentre 412 gripados morrem 82, proporção bem maior que talvez se explique pela concentração de tantos enfermos num mesmo espaço. O cronista Oswaldo Barbosa Guisard, referindo-se à epidemia lembra-se de caminhões carregando defuntos para o cemitério, o que permite supor um grau de mortalidade superior ao daquela estatística parcial do doutor Martiniano Azevedo.²⁹

Uma notícia curta do Norte menciona 700 vítimas da gripe espanhola em Redenção, cidadezinha serrana vizinha a São Luís do Paraitinga; informação fragmentária, que pode no entanto ajudar a avaliar o impacto da epidemia na região; o surto é relativamente benigno, pois não foram encontrados registros de grande mortalidade na documentação oficial do município, nem na imprensa, nem nas crônicas e memórias.³⁰

Comparativamente, São Luís do Paraitinga é realmente muito mais salubre que outras cidades, como afirmam constantemente as autoridades municipais, os visitantes e cronistas. Por vezes, um surto de alastrim ou de influenza é invocado como explicação para alguma derrota eleitoral da oposição, como em junho de 1927; mas, de maneira geral, as epidemias de Ubatuba e Taubaté é que, pelas suas características trágicas, devem constituir o referencial imediato para as atitudes coletivas da população local face à insolência da morte (expressão de M. Vovelle).

Outro momento excepcionalmente marcante na formação da mentalidade face à morte é a mortalidade infantil. Como já foi visto em outro capítulo, a população da região encara com grande naturalidade a perda de uma fração ponderável de recém-nascidos e crianças. No primeiro semestre de 1909, contra um total de 530 nascimentos, as estatísticas registram 402 óbitos; o semestre, com 182 dias, tem, portanto, pouco mais de dois enterros por dia. Os adultos mor-

tos são 154, enquanto morrem 248 menores: quase metade da cifra dos bebês, e 60% a mais que o total dos adultos mortos. Assim, a cada dois bebês que nascem, um não sobreviverá; e a cada três adultos que morrem, cinco anjinhos voltam para o céu.³¹

Além destas cifras oficiais, há que se considerar o enterramento de natimortos, e fetos no próprio interior das casas, nos jardins e quintais: além das artimanhas de ocultamento, deve-se levar em conta que a população não receia a presença destes pequenos corpos que, não tendo pecado em vida, normalmente não assombram os vivos. Em setembro de 1911, a polícia de Taubaté investiga um pequeno baú cheio de ossos, em cuja tampa se lê: "Aqui jazem os restos mortais de um anjinho". Encontrado na vila de Quiririm, o baú misterioso testemunha cuidados mais elaborados do que aqueles tomados por outras mulheres processadas sob suspeita de infanticídio.³²

Morte negra. Cemitérios

Um terceiro conjunto de situações impõe-se como referencial inquestionável, atando brutalmente a condição negra e escrava à morte. O período em estudo principia com a extinção legal da escravidão, mas o método exige considerar os antecedentes - e no terreno das mentalidades coletivas, marcado pela inércia da longa duração, a expressão 'antecedentes' revela-se muito pobre.

A historiadora Suely Robles de Queiroz, trazendo à tona o assassinato de escravos - geralmente sob tortura - questiona uma certa lógica segundo a qual os senhores guiar-se-iam pela racionalidade da Economia ao calibrar a intensidade dos castigos "A despeito de ser realmente o escravo um valor importante, o fato era esquecido numa sociedade que conferia a alguns a posse absoluta sobre muitos". Na província de SP, cujas fazendas de açúcar e café são administradas de maneira mais impessoal por administradores a serviço de senhores absenteístas, a morte de escravos vítimas de castigos excessivos não constitui grande perda, pelo menos até a extinção do tráfico. Já na segunda metade do século, embora elevando-se o preço dos cativos, predomina o ponto de vista expresso em 1863 pelo juiz de direito José Tavares Bastos que, tendo absolvido um fazendeiro acusado pela morte de uma escrava, afirma que seria "hoje mal cabida e, se não de perigo, de palpável inseqüência social, qualquer severidade para com um fazendeiro, por castigos infligidos a seus es-

cravos" nesta época de inquietação dos mesmos. Por outro lado, a mesma historiadora lembra que os escravos mortos eram muito frequentemente sepultados nos cemitérios particulares das fazendas, sem nenhuma formalidade legal.³³

O suicídio do escravo, que as estatísticas oficiais, mesmo visivelmente incompletas, demonstram ser uma ocorrência bastante generalizada, é uma das formas de resistência do "figurante mudo" resgatadas por Suely Robles. Aqui, talvez o ângulo mais sugestivo para a observação do fenômeno seja o suicídio lento; o banzo e a geofagia, atitudes geralmente individuais, que os senhores procuram por todos os meios evitar. Aqui, a morte é a liberdade; a vida é um bem alheio, cabe ao inimigo preservá-la. Quando a revolta é coletiva e não individual, o suicídio é decisão firme que se traduz indiferentemente pelo crime ou pela confissão, pela resistência obstinada ou pela rendição. Aqui, a liberdade está no ato de revoltar-se; a morte, venha como vier, é simples prolongamento dela.³⁴

O quilombo é, forma de luta mais coordenada, conquista de um território que pode, às vezes, prolongar-se por algum tempo. Como os arquivos preservam quase exclusivamente os registros da ação repressiva, corre-se o risco de ignorar a hipótese de empreendimentos bem sucedidos: quilombos itinerantes em regiões de difícil acesso poderiam, talvez, ter perdurado até maio de 1888 escapando aos capitães do mato, sem confundir-se com aqueles outros que caracterizam a fase final do abolicionismo.

Beatriz Westin Cerqueira, citada por Suely de Queiroz, menciona um quilombo no caminho entre São Luís do Paraitinga e Ubatuba em 1783. Em 1831, os fazendeiros luizenses se alarmam com as notícias de tentativa de insurreição de escravos em Ubatuba. Já haviam se verificado outras em 1825 e 1827, mas neste ano o plano, descoberto a tempo, parece mais organizado: os escravos pretendem atacar seus senhores quando estes estiverem comprimidos no interior da igreja, assistindo à missa da noite de natal. A Câmara de São Luís do Paraitinga toma a sério a ameaça, pois o levante pode ter alguma articulação com aqueles de Bananal, de Campinas, da Bahia; os escravos podem estar se aproveitando da crise política e da pressão contra o tráfico.

Em outubro, o novo código de Posturas proíbe o porte de armas e objetos contundentes, especialmente aos escravos e libertos; a polícia controla severamente os botequins e locais de jogo; em de-

zembro, as Posturas Provisórias proíbem todo ajuntamento de escravos e libertos, e mesmo de outras pessoas (salvo com fim útil, neste último caso), proíbe que se ande vestido com poncho, e com qualquer tipo de armas; todas as funções públicas (festas e devoções) dos negros ficam suspensas; a 17 de dezembro a Câmara decide recolher todos os cartuchos e pólvora e organizar uma guarnição de homens armados para agir no dia 22 "a fim de obstem qualquer intento que possa haver de parte dos ditos escravos dentro deste município". A Guarda Nacional é criada em cumprimento à lei de 18/8/1831 comunicada pela Presidência da Província.³⁵

Em 1833, os fazendeiros da região entram novamente em estado de alerta em razão da notícia de insurreição dos escravos em Minas Gerais, que repercute no estado de espírito dos cativos em todo o Vale do Paraíba. Em meio a dezenas de referências a tentativas de levante em território paulista, aquela de 1854 em Taubaté toca mais de perto o município de São Luís do Paraitinga. O pardo Antônio, escravo do vigário, denuncia a conspiração em abril; desarmados e punidos os escravos rebeldes, o denunciante ganha a alforria e um prêmio em dinheiro: fazendeiros e governo provincial, agradecidos, o recompensam. Em fevereiro de 1862, o mesmo pardo Antônio morrerá ao atacar Valério Álvares no bairro do Remédio; segundo o cronista **Espora do Galo**, o herói de 1854 entregou-se ao vício da embriaguez e tornou-se capanga de alguém (o pronome, aqui, deve definir), terminando seus dias de um modo pouco condigno com a sua vida passada.³⁶

No ano seguinte, 1855, nova tentativa de insurreição é reprimida em Taubaté; um dos escravos presos é condenado às galés e a opinião pública censura o advogado que defende um dos réus, abalando a força moral dos homens livres. Em dezembro de 1862, doze escravos são presos por suspeita de nova tentativa de insurreição; polícia, infantaria e cavalaria da Guarda Nacional vasculham os bairros da região, prendendo qualquer negro encontrado à noite. Sob interrogatório, os doze suspeitos nada dizem, mas são mantidos na prisão até a passagem do natal; a denúncia recebida pela polícia dava esta festa como o momento planejado para a revolta. O cronista **Espora do Galo**, comentando esta nova tentativa, deplora o abandono da severidade que mantinha antigamente os escravos sob terror.

"Não entendam os leitores que queiramos dizer que não devemos tratar com humanidade ao escravo que

o mereça; não, podemos ter-lhe amizade acompanhada sempre de verdadeiro respeito, mas não de mal entendido respeito que hoje é moda, que se degene-
ra em licença a ponto de se não distinguir qual é o senhor e qual é o escravo; o senhor que enten-
de que o escravo deve ser tratado só com doçura e amizade há de ser por ele mal correspondido; o escravo, massa bruta composta de carne e osso, não tem a inteligência precisa para alcançar e corresponder a tanta bondade."³⁷

Os conselhos da Espora do Galo devem ter sido bem ouvidos pelos homens armados que atacam um quilombo no bairro do Chapéu, em São Luís do Paraitinga; é 20 de novembro de 1872 e os negros resistem; ao final da batalha, está morta a preta Rosa e feridos os pretos João Medeiros, Adão, Sebastião e Vitorino.³⁸

Em 1884, há 1.793 escravos matriculados no município e a Câmara recebe um impresso do Clube da Lavoura e Comércio propondo a criação em cada município de centros que possam "reagir contra os emancipadores incendiários" e defender os lavradores "cujo único crime é concorrerem para sustentar o país com o fruto do seu trabalho".³⁹

Respondendo ao deputado federal Joaquim Floriano de Godói sobre a marcha do abolicionismo legal, quando se discute o projeto de emancipação dos sexagenários, a Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga prefere limitar-se a expor sua confiança no fiel amigo do Barão do Paraitinga. Os fazendeiros vizinhos, da vila de Lagoinha, são mais taxativos: esperam que o seu representante político saiba protegê-los contra os filantrópicos proletários que conspiram contra a secular instituição da escravidão.⁴⁰

Um processo do Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga contém dados importantes para uma avaliação da importância dos quilombos na região em 1884. O escravo Luís, foragido da fazenda de Antônio Monteiro Guimarães, ferido por uma bala na perna, é preso durante uma operação que visava abastecer o quilombo em que vive, nas vizinhanças da fazenda de Maria Gertrudes da Penha. Na madrugada de 13/6/1883, alguns quilombolas invadiram o engenho de Luís Manuel da Silva onde mataram, pelaram e dividiram um capado, beberam ca-
çaça e levaram um saco de feijão; tinham duas garruchas, um relho e

cacetes que abandonaram quando surpreendidos naquela festa clandestina. Luís tem 26 anos e é filho da finada Justina, que foi escrava de Maria Gertrudes da Penha; está foragido há cerca de dois anos, refugiado no quilombo juntamente com Benedito Campos - (escravo de José da Cunha) -, Constantino - (escravo do falecido Paulino Nogueira) -, Manuel (escravo do major Victorino), e com Joaquina (escrava de Fernando Nogueira). Em seu depoimento, Luís confessa que "foram buscar o que precisavam", auxiliados por Damásio, escravo de dona Maria Gertrudes da Penha, que não vive no quilombo; Constantino seria o chefe do bando, enquanto ele não passaria de um inocente útil: "apenas levou o sapé para pelar o capado e carregou o saco de feijão"... O júri absolve o rapaz a 5 de março de 1884.

Em junho, chegam à prisão os escravos Benedito Campos e Damásio. O primeiro, trazido por seu dono José Cândido da Cunha, tem cerca de 25 anos; alega que esteve apenas por doze dias no quilombo, não aceitava convites para roubar, e, pobre inocente, seus companheiros usavam suas roupas. Damásio, escravo por curatela de Constâncio Rafaelina da Conceição, e não de Maria Gertrudes da Penha, como constata o promotor público antes de mandar prendê-lo, afirma que não participou da operação contra os bens de Luís Manuel da Silva: "estava no paiol de Luís Manuel Maia". No julgamento, Benedito Campos esclarece que o quilombo estava estabelecido em terras da fazenda de dona Maria Lopes (que pode ser a referida Gertrudes da Penha; os nomes de família não são unívocos, na época) "em um alto de samambaia; aí em um rancho de palha moravam Constantino, chefe do quilombo, sua mulher - uma escrava que foi de Manuel Dias de nome Joaquina -, o escravo Luís (...) e Manuel escravo de Joaquim Pereira de Campos Toledo". Os quilombolas caçavam de dia e roubavam à noite. Os dois réus são absolvidos a 27/6/1884.

A 26/11/1885, é encontrado o cadáver do escravo Constantino, em estado de putrefação. Tem cerca de 50 anos. O liberto Bonifácio, concunhado do morto, relata que este vivia aquilombado em frente às terras de Jacinto Peixoto, estando foragido por cerca de oito anos. Alguém o viu no mês anterior em companhia das pretas Joaquina, sua afilhada, e Vitória, sua esposa, vestida esta como homem. A escrava Lúcia, de Luís Lopes Figueira, informa que consta que o escravo Luís (provavelmente aquele primeiro absolvido) tem ciúmes de Joaquina (que, aparentemente, divide Constantino com Vitória). Outro depoimento, do forro Paulo, octogenário nascido na Costa da Áfri

ca, narra encontros com Constantino e uma festa: "tendo havido um ruído de tambor em casa de Antônio Carpinteiro, estando aí alguns escravos das fazendas vizinhas, aí apareceu Constantino, e tendo se embriagado em casa do dito Carpinteiro, logo retirou-se do lugar". Corre o boato de que Luís assassinou seu rival, conforme teria contado a preta Vitória a Luís Veríssimo. João Gomes de Toledo testemunha que Constantino vivia em "diversos quilombos"; nenhum escravo informa onde se localiza o quilombo, e ninguém afirma com segurança se Luís realmente matou Constantino. O processo encerra-se aí, sem denúncia contra Luís, por falta de indícios de assassinato, apesar das marcas de sangue no cabo de relho encontrado junto ao cadáver.⁴¹

Abolida a escravidão, a imprensa burguesa e a polícia prosseguem empregando a palavra quilombo para designar o território ocupado pelos negros, agora perseguidos por feitiçaria. Em abril de 1891, o *Noticiariista* e a *Pátria Paulista* noticiam o desmantelamento de "uma espécie de quilombo de feiticeiros composta de libertos de várias fazendas e com sede na do senhor major Manuel Dias Cardoso". O suposto chefe do grupo teria se suicidado com veneno, temendo a ação da justiça; o *Noticiariista* protesta indignado contra o delegado de polícia por ter exposto, junto com raízes venenosas e outros objetos tomados aos presos, rosários, imagens de santos e um crucifixo que são, com certeza, bantos, e não deveriam ser desrespeitados.⁴²

Neste mesmo ano, o promotor público de São Luís do Paraitinga denuncia o preto José Monteiro. Nascido no Rio de Janeiro, 27 anos, casado, analfabeto, pedreiro, foi escravo do doutor Winther, médico em Taubaté; livre em maio de 1888,

"ao invés de se entregar a uma profissão honesta e lícita para com lisura viver na sociedade que tão generosamente lhe abriu os braços libertando-o do cativeiro, adotou uma profissão mais lucrativa embora desonesta e reprimida pela lei qual a de curandeiro. É assim que, especulando com a credulidade, fanatismo e superstição do povo ignorante deste município fundou ele a irmandade da Alma, da qual é chefe (...) propunha-se a curar enfermos mediante rezas, orações, sortilégios e talismãs que empregava mediante paga e recompensa (...) e por esse meio chupava os seios das donze

las das quais fingia extrair marimbondos e besouros, e sugava as coxas e as pernas das crédulas caipiras aparentando extrair (...) bicos de pato, e assim caçando com esses meios torpes dinheiro dos papalvos doentes."

O denunciado, no interrogatório policial, declara que mora há quatro meses no bairro das Perobas, que é trabalhador de roça; preso na casa de José de Tal no bairro do Selado, estava ali fazendo curativos por meio de milagres dos Santos e rosário de sua devoção. O rosário foi ganho dos missionários; além dele, a polícia recolheu uma garrafa com raízes, dois baús de folha, um pó branco para cair o lugar dos Santos, um crucifixo, outros rosários, duas garuchas - uma sua e outra de seu discípulo Marcelino, que faz milagres há oito meses invocando Nossa Senhora das Brotas. A autoridade policial registra que José Monteiro declara ter retirado algo que não se lembra da barriga da preta Eva, e que foi ao bairro do Rio do Peixe a chamado de Joaquim Monteiro para curar a dor de cabeça de sua esposa, tendo recebido 4 mil réis. É o suficiente.

Aleixo Correia de Toledo, 54 anos, casado, lavrador no bairro do Sertão, é a primeira testemunha. Relata que José Monteiro, nas casas onde fazia os curativos, "envolvia o corpo com uma toalha, colocava os santos e rosários sobre esta e munido de um canivete fazia o sinal da cruz sobre o lugar que o doente dizia sofrer, deitava uns pós brancos e depois chupava, lançando dentro de uma vasilha (...) ossos e besouros, como aconteceu com Maria Dias uma neta sua, com Eva da casa de Joaquim Lobo e outros"; recebia 3 ou 4 mil réis ou outros objetos. Nas sessões noturnas, José Monteiro, paramentado com a toalha e os rosários, depositava uma imagem no chão, fincava três facas no chão, amarrava-as com os rosários, fazia suas orações e em seguida fazia a dança que durava mais ou menos três horas; os membros da irmandade o chamam de Doutor e de Pai Santo. A testemunha, como se vê, é um iniciado, membro da Irmandade da(s) Alma(s).

Delfino Veríssimo da Cunha, 40 anos, artista, viúvo, residente na vila do Rio do Peixe, conta que levou sua caseira doente, a pedido dela, ao curandeiro; este disse que ele tem reumatismo e que a caseira tem malefício, cobrando mil réis por duas garrafas de remédio; diz também que tem "carta recebida em São Luís".

José Alves Ferreira dos Santos, 40 anos, lavrador, ca

sado, morador do bairro Bom Retiro, declara que José Monteiro retirou do corpo de uma filha sua de 18 anos um bico de pato e um marimbondo; pagou três mil réis, viu a dança e ouviu o curandeiro referir-se à sua carta obtida em São Luís.

A lavadeira Eva Lobo, solteira, com cerca de 40 anos, residente no Bairro Alto, declara que José Monteiro retirou com os dentes "um osso de defunto" de seu pé.

O lavrador Benedito Antunes de Andrade, 50 anos, casado, alfabetizado, não conhece o curandeiro, mas sabe que é hábil, "conseguiu iludir a própria vítima (Luís Moreira da Silva) a qual declarou convictamente que o denunciado a curou de uma dor que sofria na perna após umas esfregações e extração de uma mamangava".

O tribunal do júri, reunido a 16/3/1892, absolve o acusado. O promotor público e o fazendeiro Benedito Antunes de Andra de estão em minoria perante a opinião pública.⁴³

Em outubro de 1904, o Luizense noticia a prisão de outro grupo.

"Ali, numa palhoça além da ponte velha, a polícia deu caça aos melros e os apanhou a todos. Uma pobre imagem de Santo Antônio foi encontrada presa a um fio de barbante conjuntamente com outros objetos, tais como: pedaços de metal, medalhões com efígies de santos, etc, etc. Uma faca de ponta foi encontrada enterrada em uma parede. Chifres e tutti quanti os negros possuíam para a prática das suas feitiçarias. O chefe era um velho negro que na polícia declarou ter cem anos de idade. Também prestou declarações perante a autoridade policial uma mulher, procedente da Redenção, e ao que consta era cliente do velho feiticeiro."

O jornal deplora a ignorância da população que deixa de denunciar os feiticeiros e curandeiros, preferindo, aliás, buscar os seus serviços ao invés de recorrer às farmácias e aos médicos. A proposta do redator Zé das Camélias é clara: "O único meio capaz de fazer desaparecer o mal será uma aliança entre a classe médica e a polícia para o fim de punir energicamente esses indivíduos".⁴⁴

Um ano mais tarde, uma operação policial demonstra que, se a população recorre aos curandeiros como sempre fez, as au

toridades são extremamente enérgicas na repressão. O lavrador Benedito Lopes da Silva, 40 anos, casado, natural de Caraguatatuba, depõe na delegacia de polícia. No sábado à noite, foi à casa de Antônio Mathias levar alguns objetos que comprara na cidade; chegando com Manuel Aquilino de Sales, puseram-se a conversar com o dono da casa sobre suas feitiçarias; ele, depoente, avisou Antônio Mathias que a polícia deveria dar uma batida naquela mesma noite, ao que este rebateu dizendo não haver perigo, pois mandara trancar o caminho. Diante desta segurança, os dois visitantes solicitaram um trabalho de feitiçaria. Iniciada a sessão, depois que Antônio Mathias cruzara duas facas no chão e colocara junto a elas diversas imagens de santos, a polícia cercou a casa. Todos trataram de fugir; Antônio Mathias

"leva em cada uma das mãos uma faca, e sendo cercado em sua carreira pela praça Benedito Jacinto, procurou com uma das facas ferir o praça, este então lançando mão do refle que levava com ele deu-lhe uma pancada no braço do finado fazendo cair a faca; então Mathias, retrocendo lançou mão de uma espingarda e saiu correndo em direção à freguesia sendo perseguido pela polícia, e na carreira que ia caiu sobre um cepo partindo na queda a espingarda que levava sendo então preso e conduzido até a casa onde ele ia fazer o serviço de onde não quis mais continuar a andar, supondo então as praças que ele estava mamparreando para não vir à cadeia [improvisam uma espécie de maca com um cobertor] e vindo conduzindo para esta freguesia quando em caminho na ocasião de trocar de carregadores verificaram que parecia ter Mathias falecido e de fato chegado a rede na freguesia foi com espanto geral que viram ser Mathias já cadáver".

O subdelegado em exercício na freguesia do Bairro Alto tem diante de si o cadáver de um homem preto, com cerca de 50 anos, aparentemente morto de apoplexia, ou de comoção cerebral, ou ainda de raiva, como sugerem os policiais que o trouxeram; e duas facas com bainha, uma sem bainha, uma espingarda de dois canos quebrada, uma bolsa de couro, um saco de algodão com raízes, três ima

gens de Santo Antônio, uma dos Santos Passos, uma tigela pequena, um frasco de aguardente com raízes, um polvarinho com pólvora, dois rosários, um canivete, um chumbeiro, um pedaço de gis e um lenço com mais raízes, na madrugada de 24/9/1905.

O praça Manuel Aquilino de Sales, 28 anos, participou da operação. Sua própria mãe é cliente de Antônio Mathias, tendo pedido a este que faça voltar um outro filho que também é praça de polícia numa outra freguesia. A casa em que prenderam o curandeiro é de Vitorino Português; o soldado acrescenta detalhes às cenas finais da ocorrência: quebrada a espingarda, Mathias é finalmente preso e trazido de volta à casa; debate-se no terreiro, amarram-lhe os pulsos, senta-se e não quer andar, rola pelo chão, agarra-se à perna de sua mulher falando muito, morre durante o trajeto na rede improvisada. Manuel Vitorino Mendes Soares, 36 anos, nascido em Portugal, solteiro, lavrador, conhece Antônio Mathias há quatro meses. Estava doente e este o curou; em retribuição, cede-lhe a casa para um responso a Santo Antônio.

João Antônio de Souza, 25 anos, casado, lavrador, estava presente com sua esposa e filhos. Depois de riscar o chão e fincar duas facas, Antônio Mathias

"deu às pessoas presentes um pouco de bebida que (...) chamava de mantimento, o que feito, encarregou ele depoente que fosse, como dizia ele trancar o caminho a fim de evitar que para lá se dirigissem pessoas estranhas, o que ele depoente fez voltando à casa teve começo a sessão (...) o finado era um homem genioso e se contrariava com qualquer coisa".⁴⁵

É bastante possível que Antônio Mathias tenha realmente morrido nas circunstâncias que foram narradas, mas há que se considerar que todos aqueles que se referem a elas são policiais ou assessores da polícia, como Benedito Lopes da Silva, que acompanha o praça Manuel Aquilino de Sales (à paisana) e insiste em solicitar que o curandeiro organize a sessão. Outro depoimento, de Benedito Ribeiro dos Santos, artista, 29 anos, casado, que afirma não ter sido Antônio Mathias espancado, é igualmente suspeito, visto que se trata de alguém convidado pelo comandante do destacamento, tendo participado do cerco e sofrido uma pancada na mão ao tentar

subjugar a vítima. Apenas o português Vitorino Mendes Soares, hospedeiro e cliente do morto, e João Antônio de Souza, acólito encarregado de "trancar o caminho", poderiam esclarecer melhor as circunstâncias do trespasse, mas a autoridade policial não lhes faz nenhuma pergunta neste sentido, apenas procura registrar que o falecido era muito irascível, endossando assim o relato dos policiais. O processo encerra-se assim; o relatório do sub-delegado conclui que Antônio Mathias teve morte natural.

Um último processo, de 1908, mostra que a aliança entre a classe médica e a polícia, proposta pelo Luizense, enfrenta uma verdadeira unanimidade a favor dos médicos de pés descalços:

O farmacêutico Oscar Laborde, da vila de Natividade, encaminha uma denúncia à Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de São Paulo, contra o preto Bernardino Antônio de Oliveira, anexando cerca de 20 depoimentos de pessoas que já recorreram aos seus serviços de curandeiro, e fazendo alusão à morte de duas moças que teriam morrido quinze dias após tomar remédios do mesmo. Pressionado pelo Secretário Washington Luís o delegado de polícia de São Luís do Paraitinga manda prender e apreender, "arrombando se for necessário as portas da casa ou as de armários, gavetas, etc".

Neste mesmo dia 23/10/1908, o oficial de justiça Bento Rodrigues da Silva relata que o preto Bernardino Gomes (ou B. Antônio de Oliveira) não resistiu à voz de prisão. No interior de sua casa no bairro do Chapéu, a polícia apreendeu uma caixa com três lencinhos, uma lata de pólvora, dois rosários e um pequeno santo de madeira, alguns patuás, pedaços de um tecido de damasco com franja e galão dourado, uma pequena quantidade de casca de madeira, raízes, sementes, folhas secas de rosas, fitas de várias cores.

Interrogado, Bernardino Antônio de Oliveira, 45 anos, casado, analfabeto, declara "ser verdade o que dizem a seu respeito relativamente a algumas curas que tem feito com a aplicação de certos cozimentos de plantas, não recebendo de quem quer que seja a menor remuneração"; contesta as acusações de que usa sugestão, magia ou qualquer outro meio reprovável; é homem trabalhador e tem domicílio na fazenda da viúva do falecido coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro.

Todas as nove testemunhas convocadas pelo delegado de

polícia, sem exceção, afirmam que o acusado é pessoa de bem. Há representantes do "povo" da roça, como a esposa de Bernardino, Améri- ca Maria de Jesus, cerca de 30 anos, analfabeta, e do lavrador Ed- mundo Luís dos Santos, vulgo Congo. Há representantes da elite da "sociedade", como o capitão Caetano Lopes Soares e dois membros da família Pereira de Campos. Há um representante do poder público, o funcionário Bento Rodrigues da Silva. Todos contestam a acusação de feitiçaria e afirmam que Bernardino não cobra por seus serviços de curandeiro.

O depoimento da esposa (e não amásia, como afirmou o farmacêutico) é bastante detalhado. O marido emprega em suas curas, ora purgativos como óleo de rícino ou manué e senme, ora dando aos doentes raízes e cascas de vegetais para fazerem em suas casas co- zimentos ou infusões, nada cobrando. Vivem com o suor de seus tra- balhos. O pedaço de damasco com franja dourada foi-lhe dado por sua cunhada Honória que o encontrou há tempo numa casa vazia que fora alugada pela viúva do coronel Manuel Jacinto em Taubaté. O casal pa- rece, assim, proteger-se à sombra da família ilustre em cujas ter- ras planta feijão e milho.

O funcionário público menciona uma imagem milagrosa de São João com cabelos louros, que desaparece e volta sempre à ca- sa de Bernardino, e uma pequena pedra de São Bom Jesus; duas teste- munhas afirmam que o acusado tem votos com o Espírito Santo, com São João, com Nossa Senhora dos Remédios, ordenando sempre aos seus clientes que façam os mesmos votos.

Como não convém contradizer o ponto de vista do se- cretário da Justiça, delegado e promotor público desempenham suas funções; à série de testemunhos que inocentam Bernardino Antônio de Oliveira, segue um balanço sumário do delegado que apenas repete as palavras de Washington Luís: como curandeiro, auferre lucros do ofício (...) passível das penas dos artigos 157 e 158 do nosso Có- digo Criminal". O promotor público formula a denúncia: procurado por clientes de vários municípios, o acusado "exerce sem competên- cia e especulativamente um ofício perigoso e prejudicial à socieda- de, sem título e sem amparo de lei alguma; usa de meios fraudulen- tos, ilude, prejudica e locupleta-se pondo em perigo a saúde públi- ca". Mas, para não afrontar o zeloso farmacêutico Oscar Laborde e as au- toridades, o processo não vai a julgamento, onde o júri popular ab- solveria sem dúvida o réu.⁴⁶

Cemitérios

Os cemitérios, tradicionalmente instalados no coração das cidades, junto às igrejas (em cujo interior eram sepultadas as personalidades ilustres), começam a ser evacuados para o exterior, ao final do século XVIII, não sem resistência. Trata-se de romper a coabitação com os mortos, reduzir a morte a uma ocorrência biológica individual tão natural quão inevitável, e portanto banal. Esta laicização e banalização da morte não pode ser entendida unilateralmente; não se trata apenas de assegurar a normalidade da transmissão da propriedade privada aos legítimos herdeiros, que a Igreja perturbava aproveitando-se dos instantes finais dos moribundos, recebendo doações tanto mais valiosas e numerosas quanto espetacular se manifestava o último turno do diálogo barroco entre luz e sombra, morte e vida, ~~pomp~~ e mortificação, poder e devir. Não faz sentido pensar a História como conspiração ou teleologia; o novo equilíbrio demográfico, que se definirá com a instituição da vacina obrigatória, traz um urbanismo onde não cabe permanência (e expansão) dos cemitérios no interior da cidade, que agora já não cresce apenas como efeito da expropriação dos camponeses. As considerações de higiene pública fornecerão o essencial dos argumentos, no emaranhado de discursos em que prevalece o ponto de vista esclarecido e progressista da burguesia liberal. Entretanto, esta mesma burguesia mantém ou recupera o aparelhamento espetacular do Grande Século, acompanhando seus mortos ilustres num cortejo fúnebre grandioso até o cemitério distante.⁴⁷

Em São Luís do Paraitinga, é possível que a recusa da Câmara Municipal à solicitação da Irmandade de São Miguel, em 1862, que pretende ter seu próprio cemitério, represente uma tomada de posição no sentido geral apontando pela razão e pelas luzes. Mas é apenas em 1888 que a mesma Câmara se dirige ao Presidente da Província, pedindo autorização para criar um novo cemitério fora do centro da cidade, alegando motivos de tamanho e de higiene. Os dirigentes políticos do município se baseiam no artigo 95 do Código de Posturas, aprovado pela Resolução Provincial nº 66, de 31/5/1875.⁴⁸

Em maio de 1894, 6 anos mais tarde, terminam as obras do novo cemitério, já sob a vigência da legislação republicana

que laicizou também o ritual de sepultamento. O major José Lopes Pereira de Toledo, empreiteiro das obras, informa que empregou 20 a 30 operários ao longo de quase nove meses, totalizando 4.356 dias de serviço; alega ter gasto 10:261\$800, tendo recebido apenas 6:100\$000, explicando seu prejuízo pela alta dos salários ("o jornaleiro que ganhava \$500 diários, hoje exige o salário de 1\$500, 2\$00 e mais!"). Além disto, o empreiteiro lembra o que perdeu por ausentar-se tanto tempo dos negócios de sua lavoura. A Câmara Municipal atende parcialmente a reivindicação do major, pagando-lhe mais 2:500\$000. Nesta mesma oportunidade, o coronel Manuel Bento Domingues de Castro propõe que se solicite ao bispo autorização para que o vigário abençoe o novo cemitério, satisfazendo as crenças católicas dos seus munícipes. Dom Lino, escrevendo do Episcopal Santuário d'Aparecida a 20/6, agradece a manifestação dos sentimentos católicos do presidente e demais vereadores luizenses, que são um lenitivo e uma consolação para o seu coração de bispo "em quadra tão aflitiva para a religião e a pátria". O piedoso bispo lembra que, em conformidade com o decreto de 27/9/1890, os cemitérios são leigos, cabendo ao pároco abençoar apenas a sepultura de cada paroquiano católico, e lamenta: se, no antigo regime, já havia invasões e irregularidades que anulavam a bênção da quadra reservada aos católicos nos cemitérios públicos, o que será hoje, quando o 1º artigo do decreto citado exclui o clero da administração dos cemitérios.⁴⁹

É somente a 30 de maio de 1895 que a Câmara decide inaugurar o Cemitério Municipal, adotando a solução de mandar rezar uma missa no interior do mesmo, certamente para simular ou mesmo, talvez camuflar a cerimônia da bênção.

As irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Rosário solicitam e obtêm áreas gratuitas no interior do cemitério público, muradas, que poderão ser bentas. Trata-se, portanto, de encerrar o sepultamento dos membros destas irmandades no interior da cidade e, por outro lado, de instalar o catolicismo romano com todas as honras no novo recinto oficial dos mortos. O Barão do Paraitinga, falecido em 1897, será, no entanto, sepultado no coração da cidade, no pequeno cemitério da igreja do Rosário.⁵⁰

A 17/5/1897, um requerimento assinado pelo capitão Luís Pereira de Campos provoca uma importante alteração na geografia urbana de São Luís do Paraitinga. Uma nova ponte sobre o rio Paraitinga está sendo construída por ordem e conta do governo estadu-

al, no local denominado Beco do Império (ou seja, onde se instalava a casa da festa desde, pelo menos, o início do século). Percebe-se que esta nova ponte desloca o fluxo viário municipal de seu antigo ponto de referência, prejudicando inequivocamente os interesses daqueles que residem ou negociam na região do Mercado Municipal, e favorecendo aqueles que residem ou negociam no Largo da Matriz. O capitão Luís Pereira de Campos não pode dirigir-se nestes termos aos seus colegas de vereança, e apela para um argumento sensível, o cemitério. Este, construído pela própria Câmara Municipal, situa-se nas adjacências do mercado, do outro lado do rio, e era de se prever que a nova ponte prolongasse a rua do Rosário, junto àquele; mas como a nova ponte vai forçar a população a um trajeto muito mais longo por ocasião dos enterros, convém demolir o cemitério municipal e edificar um outro em local higiênico e mais próximo. A decisão da Câmara Municipal é favorável. Há fortes indícios de que este incidente marque mais uma vitória do bloco de famílias que se apropriou do espaço junto à igreja matriz ao final dos anos 1830. O principal deles é o prestígio dos coronéis Manuel Jacinto, deputado federal, e Manuel Bento Domingues de Castro, seu primo, junto à cúpula dirigente do PRP e ao governo estadual a quem cabe, em última instância, definir o local da ponte.⁵¹

Por outro lado, e sem prejuízo da hipótese, há que se considerar o interesse dos vereadores em ativar os negócios municipais fazendo desta nova obra mais um motivo para contratos, empréstimos, verbas estaduais, impostos, etc. Em julho, a comissão encarregada já comprou o terreno, cabendo à câmara pagar 300\$000 ao proprietário; e já se iniciaram os trabalhos, que coincidem com outras grandes obras públicas: nivelamento de uma cachoeira próxima à cidade, encanamento de água potável e esgotos, reforma do barracão do Mercado, calçamento de ruas, aterros, reconstrução do frontispício da matriz, que passa a ter duas torres, etc. Em outubro, encerrada a construção da ponte nova, o novo cemitério está quase pronto, faltando apenas cair a taipa; mas somente a 2 de fevereiro de 1898 é que tem lugar a inauguração, sem nenhum registro relativo à questão religiosa.⁵²

O presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, José Pereira de Oliveira, aceita uma área gratuita no novo cemitério e obtém prazo de 90 dias para fechar o antigo (de 1895) e murar o novo. Curiosamente, o mesmo José Pereira de Oliveira, farma

cêutico, pede à Câmara Municipal o terreno do cemitério demolido, para cultivar uvas, certamente em resposta à campanha de incentivo desenvolvida pelo governo estadual, mas o pedido é recusado, há ou tras obras públicas em vista para aquele local.⁵⁴

No ano seguinte, a Câmara Municipal decide que se construa uma capela no interior do novo cemitério; dona Luísa Maria de Bonsucesso obtém autorização para ser sepultada na igreja das Mercês, provavelmente no seu interior - trata-se, provavelmente, de alguém ligado muito estreitamente àquele templo, merecendo uma atenção especial, indício precioso para as(os) pesquisadores da condição feminina. A ofensiva católica no interior do cemitério público, praticamente recuperando o controle perdido em 1890, torna-se evidente na solene festa de inauguração do cemitério e capela da Irmandade do Santíssimo Sacramento, dentro do cemitério público de São Paulo em 29/10/99; a Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga se faz representar por Cipião Domingues de Castro.⁵⁴

O novo cemitério municipal será alvo de duras críticas. Em seu relatório de 1906, o padre Pedro Ribeiro da Silva enumera os cemitérios existentes em São Luís do Paraitinga. Há quatro em terreno urbano (dois da Irmandade do Rosário, um do Apostolado da Oração e do Sagrado Coração de Jesus e o cemitério da Câmara Municipal) e um em área rural, no bairro do Chapéu. Quanto ao cemitério da Câmara, o vigário informa ao bispo que "tem o solo juncado de ossos humanos". O cemitério do Apostolado da Oração foi todo reparado ultimamente e está sob a fiscalização imediata do vigário mantido e conservado com a anuidade de 1\$000 paga por cada membro do Apostolado.⁵⁵

O vigário, tendo rompido relações com a mesa diretora da Irmandade do Santíssimo Sacramento, poderia estar exagerando ao descrever o cemitério público, além de poder incorrer na suspeita de pretender melhor ressaltar sua boa administração do cemitério do Apostolado. Mas há outros críticos:

O correspondente do jornal taubateano **A Verdade** denuncia o inqualificável abuso no cemitério público; o intervalo de tempo entre um sepultamento e outro, na mesma cova, é muito curto, de modo que um insuportável mal cheiro incomoda as pessoas que por ali transitam, e mesmo a vizinhança. O correspondente solicita medidas enérgicas e urgentes em defesa da saúde pública.⁵⁶

Como o redator anônimo prefere expressar-se num jornal de Taubaté e não pelas colunas do **Luizense**, trata-se evidentemente de um membro da oposição. Por esta época, em Taubaté, o cemitério está sendo o pivô de intensa disputa; os argumentos invocados são estritamente morais e higiênicos, mas não resta dúvida de que o conflito, envolvendo a Ordem Terceira e a direção do convento franciscano contra o monsenhor Miguel Martins, o cônego Almeida, o Visconde de Tremembé, o chefe político do diretório republicano, um deputado federal e mais de quarenta "pessoas gradas", traduz uma clivagem fundamental no emaranhado de poderes que informam a sociedade local. O jornal **O Norte** é o porta-voz da facção esclarecida e sua campanha contra o virtual monopólio dos negócios fúnebres pela facção tradicional chega ao limite em maio de 1906, quando as autoridades policiais o convencem a desmentir a acusação contra o cocheiro da carroça do hospital, que, segundo um redator sensacionalista, estaria atirando os cadáveres em suas covas a sopapos: tudo não passou de uma brincadeira, retrata-se o jornal, encerrando uma polêmica que se arrastou por mais de um ano.⁵⁷

A hipótese de que as críticas ao cemitério público de São Luís do Paraitinga tenham por móvel inconfessado a disputa política, abalando o prestígio do partido situacionista, torna-se mais plausível quando o próprio **Luizense**, cuja vocação governnista é incomparável, sugere à Prefeitura que lance "seus olhos misericordiosos para o que de anormal se presencia diariamente nesse Campo Santo, uma das regulares fontes de renda do município. Mais caridade e descanso merecem os que ali repousam". Ora, esta é a única oportunidade em que o jornal de Bernardo Joaquim Dias endossa todas as críticas já feitas e por fazer ao cemitério municipal. Coincidentemente, esta tomada excepcional de posição ocorre exatamente em janeiro de 1913, quando os remanescentes do partido bentista, derrotado em 1910, articulam um novo partido que lhes permitirá reconquistar o poder graças à aliança provisória com o coronel José Bernardino de Castro contra o partido civilista de Nhô Quim Major (falecido em 1913) e Caetano Lopes Soares.

Comodamente instalado de volta à condição de jornal situacionista desde 1915, o **Luizense** vê-se forçado a enfrentar a campanha feroz do partido oposicionista União Republicana Bernardino de Campos na campanha eleitoral de 1926-27. A oposição retomará o tema cemitério público:

"Naquele cemitério enterram-se os cadáveres em covas de 3 a 4 palmos de profundidade para desenterrar-se 12 ou 15 meses após, contra todos os preceitos da medicina profilática, contra todos os princípios da moral (...) crime de lesa-humanidade; é um atentado contra a saúde dos homens, contra a segurança de um povo; sobre ser um ato de verdadeiro desrespeito às nossas crenças de povo religioso".

O Paraitinga denuncia ainda que o referido cemitério dista apenas 40 metros do rio, e 400 metros da cidade; com as chuvas, a enxurrada leva detritos orgânicos ao rio que os traz à cidade.

Referindo-se à festa dos mortos, o Paraitinga descreve uma cena do cemitério municipal no 2/11/1926: "...O cadáver de uma criança, recém enterrada, fora, pela insuficiência de cova, des coberto pelas enxurradas e estava já sendo farejado por um cão vadio que ali penetrara". A campanha oposicionista será finalmente interrompida pelo delegado de polícia, passando o jornal a dedicar atenção apenas às "questões gerais que devem interessar o povo", abandonando esses "assuntos tão estéreis e particulares" em janeiro de 1927. Infelizmente, a coleção do Luizense apresenta uma enorme lacuna durante esta época, mas é provável que tenha preferido silenciar a respeito do cemitério, deixando à polícia o encargo de chamar o Paraitinga à razão.⁵⁹

Quem visita hoje São Luís do Paraitinga verifica que o cemitério foi transferido para outro local, ainda relativamente próximo ao rio, mas a jusante e não mais a montante.

Males e curas

Outro conjunto de situações direta ou indiretamente relacionadas com a morte são as instituições que canalizam as práticas sociais perante a doença. Já foi visto acima a árdua luta das autoridades policiais, médicas, judiciais, farmacêuticas, e, naturalmente, clericais, sempre apoiadas pela imprensa, contra feiticeiros e curandeiros, geralmente negros, e contra a unanimidade quase integral da população que busca remédio às suas dores junto a estes especialistas que, não tendo sido diplomados pelas escolas de medi-

cina e farmácia, nem pelos seminários, são criminosos perante a lei. Os principais interessados no cumprimento desta lei são, naturalmente, os membros da corporação dos médicos e farmacêuticos e os funcionários da grande empresa de salvação, o clero.

Em setembro de 1897, a Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga informa a Oreste Romano que existe na cidade um farmacêutico, José Pereira de Oliveira, licenciado pelo poder competente em 1864, que ali reside há 40 anos com sua farmácia; trata-se, provavelmente, de um interessado em instalar sua farmácia onde não tenha concorrentes. O farmacêutico, como já foi visto acima, é o presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, principal responsável pelos assuntos relativos aos cemitérios desta confraria religiosa, que congrega centenas de membros.⁶⁰

Em sua primeira fase, o jornal *O Luizense* anuncia apenas o Medicamento Maravilhoso do DOUTOR BRANDE e o ESPECÍFICO ÁUREO DE HARVEY, duas panacéias para todos os males imagináveis da genitália masculina, e duas farmácias. Uma é a Farmácia Pereira, aquela de José Pereira de Oliveira, e a outra é da praça do Rio de Janeiro, do doutor Alcenor Ferreira Fraga. A Farmácia Pereira, antiga e acreditada, oferece ao público produtos químicos e farmacêuticos, acha-se habilitada para atender à freguesia com a máxima prontidão, asseio e grande modicidade nos preços. Recebe constantemente sortimentos de produtos nacionais e estrangeiros a saber: vinhos medicinais, xaropes, elixires estomacais, depurativos e anti-reumáticos, óleos de fígado de bacalhau, água inglesa, preparados granulados, pastilhas comprimidas, termômetros químicos, pulverizadores, seringas de todos os sistemas, sabonetes medicinais homeopáticas diversas, etc.

O Luizense informa em março de 1905 que é perigoso contrair tétano quando se usa teias de aranha para o tratamento de cortes e feridas da pele, recurso tradicionalmente empregado pela população urbana e rural para estancar hemorragias.⁶¹

Em 1908, desaparece a publicidade das panacéias revivilizantes. Permanece a farmácia Pereira; são mencionados os estudantes Luís Tolosa Filho (Odontologia), Paulo Domingues de Castro (Medicina), Marieta Domingues de Castro (Farmácia), o farmacêutico recém-formado Dúlio Ambrogi, que instala a Farmácia São Luís, o perito cirurgião dentista Luís Antônio de Tolosa e o doutor José Carr

Bustamente, recém-chegado à cidade que substitui o doutor Gaspar Duarte da Costa Tibau na direção da Santa Casa de Misericórdia. O novo médico anuncia que dá consultas até 11 horas da manhã em sua residência e das 13 às 14 horas na Farmácia São Luís; as consultas GRÁTIS AOS POBRES, concedidas no próprio recinto da farmácia, ilustram bem o compromisso entre o piedoso voto de Hipócrates e o caráter mercantil da produção e distribuição de remédios. Por outro lado, a presença do médico nesta nova farmácia representa uma espécie de compensação, já que a Farmácia Pereira, tradicional fornecedora da Santa Casa de Misericórdia, vence a disputa com a Farmácia São Luís em janeiro de 1908 e conserva esta verdadeira reserva de mercado por mais algum tempo.

O melhor indicador da expansão do consumo de mercadorias farmacêuticas no município são as estatísticas da Santa Casa de Misericórdia, infelizmente menos completas do que aquelas consultadas por Antônio Mello Júnior no Hospital Santa Izabel de Taubaté. Uma notícia de março de 1908 dá conta de 19 enfermos de ambos os sexos, pobres, nas enfermarias da Santa Casa. Dois meses mais tarde, são 14, que permanecem na semana seguinte. A 1º de maio os doentes eram 14, tendo sido acolhidos mais 16, despedidos 13 e falecendo 3 - o que perfaz um movimento de 30 pessoas pela enfermaria em 17 dias. Neste período, foram providenciadas 69 fórmulas, 7 repetições e feitos 29 curativos.⁶³

Durante os primeiros sete dias do mês de junho do mesmo ano, 70 fórmulas, 23 repetições e 42 curativos são ministrados em 27 pessoas. Estas cifras, embora parciais, são suficientes para se avaliar superficialmente o impacto da conjugação de esforços entre farmacêuticos, médicos e dirigentes políticos sobre os hábitos da população pobre do domicílio. À internação e às consultas gratuitas, seguir-se-ão, naturalmente, o atendimento de uma cliente la confiante na eficácia dos especialistas oficiais de saúde, conforme as regras do mercado.

Em janeiro de 1909, conforme proposta de Bernardo Joaquim Dias, a Santa Casa de Misericórdia recebe uma doação do Luizense, o retrato a óleo do coronel Manuel Bento Domingues de Castro, benemérito presidente da irmandade e deputado pelo distrito no Congresso do Estado, o que dá ensejo a uma grandiosa festa, a quase um ano de sua queda. Em abril, o enfermeiro João Cupertino de Miranda oferece espontaneamente um quadro representando São Vicente

de Paulo, para a enfermaria masculina, e outro representando Santa Isabel para a enfermaria feminina. A senhorita Marieta Domingues de Castro, diplomada pela Escola de Farmácia de São Paulo, assume a responsabilidade pela Farmácia São Luís. Mas, provavelmente em consequência da derrota política do coronel Manuel Bento, esta farmácia desaparece em breve transferida para Taubaté, onde o ex-deputado fixará residência e desenvolverá seus negócios. Logo, com a morte de major José Pereira de Oliveira, desaparece também a Farmácia Pereira; a Santa Casa decide comprar remédios em São Paulo e pagar ao médico Gaspar Duarte da Costa Tibau um adicional pela sua manipulação.⁶⁴

Retornando, ainda sem a presença de Bernardo Joaquim Dias, à circulação, em janeiro de 1913, **O Luizense** divulga os serviços de um novo anunciante, a Farmácia Campos, recém-instalada, que dispõe de completo sortimento de drogas nacionais e estrangeiras e é de propriedade de Euclides Vaz de Campos, cujo sobrenome aponta inequivocamente para o partido hermista de 1909-10 e para o Partido Republicano Conservador de 1911; tendo o partido civilista de Nhô Quim Major e Caetano Lopes Soares derrotado o partido civilista do coronel Manuel Bento Domingues de Castro, logo depois rompeu relações com seus aliados hermistas, que aceitarão em revanche a aliança com os remanescentes do partido bentista nesta nova fase política do município. O jornal anuncia também a loja de armarinhos **O ganha pouco** de Cesário Vaz de Campos.

Em 1916, rompida a aliança entre antigo partido bentista e o antigo partido hermista, o **Luizense** estampa a publicidade da Farmácia Cabral, de Oscar Cabral, e da Farmácia Pereira, localizada em Taubaté. Há dois médicos na cidade, ambos especialistas em partos e moléstias de senhoras e crianças, doutores Gaspar Tibau e Francisco de Almeida Melo. Este fornece uma tabela de consultas: 2\$000 entre 8 e 10 horas da manhã, 5\$000 em sua residência, 20\$000 por légua em caso de viagem; para os reconhecidamente pobres as consultas são gratuitas; o médico é o diretor-clínico da Santa Casa de Misericórdia.

No ano de 1917, desenvolve-se pelas páginas do **Luizense** um longo e apaixonado debate filosófico-literário-científico em torno dos males nacionais. Os principais interlocutores são o professor José Carneiro de Carvalho, o delegado de polícia Ernes

to Babo Filho e o tabelião João Cândido Cabral, irmão do farmacêutico Oscar Cabral. Nas páginas dedicadas à publicidade, surge o **DEPURATIVO TAYUYÁ**, contra sífilis, úlceras, feridas, dores, impingens, reumatismos (articular, muscular e cerebral), moléstias da pele, DARTHROS, eczemas, quaisquer moléstias de fundo escrofuloso, herpético e sifilítico; o produto **TAYUYÁ** de São João da Barra favorece o regular funcionamento do **ESTÔMAGO, FÍGADO, BAÇO E INTESTINO**, e é fabricado por Araújo Freitas e Cia, Rio de Janeiro. Surgem, no noticiário social, mais dois estudantes da Escola de Farmácia e Odontologia de Pindamonhangaba: Maria Teresa de Azevedo e Martiniano de Castro.

No ano seguinte, um novo anunciante se dirige especialmente ao sexo feminino, representado por uma figura de mulher jovem e branca, de cabelos escuros: "No banho, usai sempre o Sabão Aristolino". O alcoolismo, em páginas impregnadas de patriotismo, é denunciado como causa de várias doenças, especialmente da tuberculose. Nas comemorações do 7 de setembro, o diretor do Grupo Escolar Domingues de Castro comunica aos alunos que deverão trazer seus pais às preleções que fará aos domingos sobre higiene pública elementar.

Em 1920, as farmácias da cidade são pelo menos três. Já não se anuncia no **Luizense** a Farmácia Cabral, que tornou-se reduzido da oposição, dispondo inclusive de tipografia própria para divulgar publicidade farmacêutica temperada com religião e política. O major Euclides Vaz de Campos inaugurou a Farmácia Progresso; o proprietário é diplomado pela Escola de Farmácia de São Paulo; e a Farmácia Castro, de Manuel Antônio de Freitas Castro, que se revezou com Euclides Vaz de Campos na direção da antiga Farmácia Campos, está sob a responsabilidade da senhorita Maria Teresa de Azevedo, farmacêutica recém-formada. O médico Gaspar Tibau, que já foi visto em ação disputando com o doutor Francisco de Almeida Melo a clientela feminina e infantil, exatamente no momento em que a indústria farmacêutica se volta para estas categorias, e em plena campanha patriótica pela regeneração racial do país, faz de seu automóvel a principal atração do carnaval luizense.

Entre os vários produtos do laboratório de **MOTTA JR** se salienta a **DOCHMICIDA**, para cura radical e infalível da opilação. Também os **PÓS PERRUGINOSOS**, dentre os quais um que não tem substi-

tuto contra as ANEMIAS em geral, SUSPENSÕES, hemorragias, FLORES BRANCAS, irregularidades em geral. Os produtos legítimos são os que trazem retrato e a firma do fabricante, e o nome MOTTA JÚNIOR no cabo da colherinha-medida.

Outro anunciante da mesma época que recorre à técnica publicitária do retrato e assinatura é o farmacêutico químico João da Silva Silveira. Seu ELIXIR DE NOGUEIRA é empregado com sucesso em 20 gêneros de moléstias (artérias do pescoço, útero, ouvidos, pele, fígado, peito, ossos, genitália, etc), e, finalmente, de todas as moléstias provenientes do sangue, do qual é um GRANDE DEPURATIVO. O produto é considerado O PRIMEIRO no tratamento de todos os casos de manifestações sifilíticas pelo doutor Carlos Lopes, da Bahia, em carta endereçada à Viúva Silveira & Filho em 5/3/1916; o elixir se vende em todo o Brasil e repúblicas sul-americanas.

Já a publicidade do xarope CONTRATOSSE, do Farmacêutico Aragão, se baseia em sucessivos ATESTADOS numerados. O de número 2.253, por exemplo, narra a cura de um conferente do cais do porto do Rio de Janeiro salvo da tuberculose em 1918; sua firma, bem como as das testemunhas (um guarda-livros e um negociante) teriam sido reconhecidas em cartório. O número 3.006, de um negociante carioca, curou-se da tosse.

A EMULSÃO DE SCOTT também apresenta declarações assinadas por várias autoridades. O produto se destina especialmente às crianças; não deve ser mera coincidência a presença do grande anúncio já comentado em outro capítulo, em que o prodigioso preparado tônico à base de óleo de fígado de bacalhau é recomendado para o desenvolvimento são e normal das crianças exatamente na mesma página em que o Luizense divulga o resultado dos exames no Grupo Escolar: 62 aprovados e 95 reprovados.⁶⁵

Outro anúncio do mesmo produto mostra uma jovem mulher branca, cabelos castanhos, buquê de flores nas mãos: "Saúde, vivacidade, boas cores, formam o atrativo que encerra a felicidade da mulher. Consegui-as tomando a legítima Emulsão de Scott. Fortalece sem alcoolizar o organismo". Nesta época, o doutor F. de Assis Berelli expõe judiciosamente o ponto de vista da medicina acerca da higiene infantil, condenando o aleitamento mercenário, prevenindo contra as amas de leite alcoólatras, sifilíticas, leprosas, tuberculosas. A mesma jovem mulher com seu buquê de flores, agora se

faz acompanhar por uma anciã de aparência respeitável, branca, de óculos, cabelos brancos e lisos. O produto "manterá a louçania da juventude através dos anos, fortalecendo o organismo em todos os períodos da existência".

O Paraitinga, cujo proprietário é o farmacêutico Oscar Cabral e cujo diretor é o dentista Artur Toledo y Tomassini, circula entre julho de 1926 e outubro de 1927. Em sua seção publicitária, figuram o já conhecido Licor de Tayuyá, o Xarope de Grindélia de Oliveira Jr (contra a tosse). Informa-se que "Corysina, só na Farmácia Cabral". A referida farmácia lembra que seu laboratório foi laureado com o Grande Prêmio na Exposição do Centenário. Anuncia-se igualmente os serviços do gabinete dentário de Tomassini & Ribas. Alguns dos produtos da própria Farmácia Cabral são dedicados especialmente à dentição e doenças de crianças: Matricária em glóbulos, Ostrea, Insomnica, específicos e homeopáticos. Um anunciante, hospedado na Pensão Brasileira, certamente de passagem por São Luís do Paraitinga em agosto de 1926, é Francisco João de Carvalho:

"Atenção. Doura-se, prateia-se e niquela-se ou oxida-se qualquer objeto. Cura-se dor de dente por eletricidade. Conserta-se máquinas de costura, guarda-chuvas, sanfonas, sonofones e seus congêneres. Fabrica-se tinturas para o cabelo, carmim de beleza, contra rugas e sardas, corta-se cabelo e barba, tudo a preços módicos".

O progresso chega ao município com todo o seu equipamento, graças às luzes da fada eletricidade.

É graças às denúncias do Paraitinga que se pode compreender melhor os interesses que ligam a Santa Casa de Misericórdia, médicos, farmacêuticos e partidos políticos. Ao mesmo tempo em que carrega contra o cemitério público, alarmando a população que recorre às águas supostamente poluídas do rio Paraitinga (especialmente porque a Câmara Municipal já não fornece mais água em chafarizes como nos bons tempos de outrora), o órgão da União Republicana Bernardino de Campos procede a uma verdadeira devassa dos assuntos relativos à Santa Casa.

Inicialmente, o Paraitinga, indaga sem fornecer a resposta (já que esta, provavelmente, é conhecida por todos e não seria opor

tuna sua divulgação por escrito) a razão da saída das irmãs de caridade que trabalhavam na Santa Casa. As Atas daquela instituição mostram que as 4 missionárias de São Carlos assinam contrato a 3/4/1914, e retiram-se a 10/1/1915; mas não esclarecem porque tal estadia foi tão curta. Outra questão: ninguém ignora que em outros tempos ali existiram 20 ou mais leitos, e que atualmente (1926) restam apenas 8. É provável que o desaparecimento de pelo menos 12 leitos explique a interrupção das estatísticas semanais que o Luizense divulgava em 1908. Além de revelar que a Santa Casa não dispõe de termômetro, bisturi, mesa de operação nem de laboratório de análise, e que o mobiliário e a rouparia são insuficientes, nem mesmo modestos, a folha oposicionista de 1926 lembra que a instituição dispõe de uma subvenção anual de 6:000\$000 do governo estadual, mais uma subvenção anual de cerca de 2:000\$000 do governo federal, mais os juros de cerca de 20:000\$000 em apólices. A subvenção do governo estadual vem sendo recebida desde princípios de 1910.⁶⁶

A denúncia relativa à qualidade de alimentação servida aos enfermos pode, eventualmente, ser útil àqueles que pesquisam dietas e preços.

"Qual de vós ousará negar que ao ex-enfermeiro daquela Santa Casa, o senhor Pedro Celestino de Gouveia, entregavam os provedores, não há muito, a insignificante quantia de 16 ou 20\$000 para as despesas do mercado, quando uma família de trabalhadores da enxada não fazia o seu mercado com menos de 25\$000, estando como estava o toucinho a 5\$000 o quilo, o feijão a 2\$000 o litro, o arroz a 1\$800, e um frango custava a insignificância de 4\$000?"

Efetivamente, 20\$000 é uma quantia irrisória, se se pensar que meio quilo de toucinho, dois litros de arroz, idem de feijão e dois frangos poderiam alimentar uma dúzia de pessoas num dia, em duas boas refeições. Mas isto representaria 18\$000 num só dia, e o mercado é semanal. Por outro lado, quando a irmã Lúcia apresenta o balanço de sua administração, devolve 300\$000 de economias que fez na compra de gêneros no mercado; e certamente o Paraitinga não a acusaria de alimentar mal os doentes.

Rebatendo às acusações de malversação de fundos, o **Luizense** publica um balanço, examinado pelo diretor do **Paraitinga**, Artur Toledo & Tomassini. A Santa Casa tem, de renda anual, 10:700\$000, que provêm das seguintes fontes: governo estadual (6:250\$000), governo federal (1:700\$000), e juros de apólices (2:750\$000). As despesas anuais são 7:845\$000. Com o saldo positivo de 2:750\$000, foram pagas uma dívida de 4:150\$000, incluídos os respectivos juros, e outra de 2:600\$000, também com juros incluídos.

O diretor do **Paraitinga** questiona a despesa anual com salários de dois enfermeiros; tomando por base o salário de 20\$000 mensais, o total seria 480\$000 ao ano e não 856\$000 como calcula a administração da Santa Casa. O Livro de Atas revela que em abril de 1906 o salário do casal de enfermeiro é de 20\$000 mensais; em abril de 1914, o novo casal de enfermeiros recebe 80\$000 mensais; em abril de 1915, há apenas um enfermeiro que recebe 40\$000 mensais; em fevereiro de 1916, há dois casais de enfermeiros, percebendo cada um deles apenas 180\$000 por ano. Assim, pode-se dar crédito a Artur Toledo y Tomassini; este contesta também a despesa de 300\$000 anuais com rouparia, visto que existem apenas cinco leitos para os enfermos e dois para os enfermeiros.

Por outro lado, calcula Tomassini, se em 10 anos a Santa Casa tivesse obtido um saldo positivo anual de 2:854\$000, a soma perfaria 28:540\$000; deduzidos os 6:751\$000 das dívidas e juros, teriam restado 21:798\$000, que normalmente deveriam ter sido incorporados ao patrimônio do estabelecimento. E há mais. O balanço divulgado pelo **Luizense** não menciona os ingressos que representam as anuidades pagas pelos membros da irmandade e por esmolas e doações. Por outro lado, pergunta o **Paraitinga**, por que a Câmara Municipal, ao invés de imitar os governos estadual e federal, subvencionando a Santa Casa, ainda lhe cobra 170\$000 ao mês, pelo consumo de três ou quatro lâmpadas?

Prosseguindo em sua implacável devassa e na campanha aberta contra Bernardo Joaquim Dias, membro da mesa diretora da Santa Casa, que o **Paraitinga** acusa de ter apropriado indevidamente 7:000\$000 que deveriam ter sido pagos àqueles que apostaram no elefante num certo dia do início do século, Tomassini examina os gastos anuais de 800\$000 em medicamentos e 960\$000 em pagamento ao farmacêutico. O diretor do **Paraitinga** afirma que o distinto moço pro-

prietário da Farmácia Progresso, que é o fornecedor da Santa Casa, presta muito humanitariamente e de graça os seus serviços. Trata-se de um argumento fortíssimo. O proprietário da referida farmácia deveria, normalmente, sonegar tal informação, a menos que tenha vindo engrossar as fileiras do partido oposicionista, arriscando-se a perder o vínculo privilegiado com a Santa Casa.

A Farmácia Progresso, como já foi visto, pertence ao major Euclides Vaz de Campos, inaugurada em fins de 1919; desde 1913 pelo menos o seu proprietário é do ramo, época em que respondia pela Farmácia Campos. O major pertence a uma das famílias dirigentes do município. Após a morte do major João Bento Vaz de Campos (que deve ser seu pai, do qual herda o título da Guarda Nacional), em setembro de 1917, Euclides Vaz de Campos torna-se membro da mesa regedora da irmandade da Santa Casa. Logo mais, representa dois ausentes - o coronel Antônio de Oliveira e Costa, vice-presidente do Diretório Político do PRP municipal, e o capitão Vitalino de Campos Coelho, membro do mesmo Diretório - nas solenidades dedicadas à memória do cientista Oswaldo Cruz e do coronel Teodoro Coelho. Curiosamente, é justamente neste momento que os irmãos Cabral, até então no governo, passam à oposição. Em janeiro de 1920, ei-lo vereador e presidente da Câmara Municipal. Abastado fazendeiro (é em sua fazenda que se comemora a festa de São João comentada à p. 50), em fevereiro de 1921 já é secretário do Diretório Político. Em maio de 1923, participa do jantar de pacificação que tenta soldar uma nova aliança entre as facções divergentes do partido, logo após a visita do governador do Estado a São Luís do Paraitinga, ao qual não comparecem os irmãos Cabral.⁶⁷

Tudo faz pensar que o Paraitinga explora uma irregularidade fiscal na própria direção da Farmácia Progresso. O estabelecimento é, sem dúvida, propriedade de fato do major Euclides Vaz de Campos, mas há sempre o nome de Euricles da Silva Almeida em sua companhia. Ora se anuncia um, ora o outro como proprietário ou como farmacêutico responsável. Em 1926, cabe a Euricles da Silva Almeida figurar, na publicidade estampada pelo *Luizense*, como proprietário, e a Euclides Vaz de Campos apresentar-se como farmacêutico responsável. É possível, assim, supor que a oposição tenha ganho a adesão do "testa de ferro", que já figurava entre os bons luizenses na *Poliantéia* de 1921; mas também se pode supor um fino maquiagem

velismo, explorando o imbroglío administrativo da farmácia, tudo para sugerir o desvio de verbas da Santa Casa para os bolsos de um grande chefe político situacionista. Outra irregularidade nos negócios da Santa Casa são as longas ausências do médico Gaspar Tibau, que se prolongam até por seis meses.

Por todos esses negócios escusos, a oposição acusa o fantasma da ópera. O recurso responde certamente à impossibilidade de nomear todos os elementos responsáveis, visto que todos os grupos de políticos que dirigiram ou dirigem o município desde pelo menos 1909 (ou antes: a Santa Casa, fundada oficialmente em março de 1875, inaugurada precariamente em 1878, existe de fato desde a reinauguração em janeiro de 1891) poderiam de alguma forma serem envolvidos em situações análogas. Velhos compromissos entre antigos aliados que hoje se combatem retêm a pena de Tomassini e dos irmãos Cabral. No entanto, o Paraitinga não poupa esforços na tentativa de induzir a população a ver, sob a capa do fantasma, apenas os vultos do coronel João Batista de Oliveira e Costa, promotor público, e Bernardo Joaquim Dias, diretor do Luizense.

É o advogado João Cândido Cabral, segundo tabelião da comarca, quem encerra a série de artigos sobre a Santa Casa, quatro meses antes da intimidação do delegado de polícia. O tabelião lembra a seus adversários que foi ele o redator dos Estatutos daquela casa, tendo sido colocado na mesa regedora e nomeado provedor pelo coronel Manuel Bento Domingues de Castro em 1909. Lembra ainda que, com o Regimento Interno, também de sua lavra, regularizou a situação profissional dos enfermeiros; que desempenhou suas funções jurídico-administrativas sem cobrar honorários, ao contrário do comportamento voraz de seus rivais. Pergunta por que o venerado chefe político não teria preferido encarregar, naquela ocasião, o advogado João Batista de Oliveira e Costa ou o jornalista Bernardo Joaquim Dias, que também integravam a diretoria da irmandade. João Cândido deixa claro que dispõe de grande autoridade moral para questionar os negócios recentes da Santa Casa, mas não leva seu propósito às últimas conseqüências, não acrescenta novas revelações escabrosas. O tom é firme, mas comedido. O tabelião prefere sugerir que a população está inteiramente a par de todas as irregularidades; mas os resultados eleitorais desmentem esta confiança.

A questão política não deve obscurecer a hipótese cen

tral: a Santa Casa pode ser encarada como uma instituição destinada a introduzir e incentivar no seio da população o hábito e a necessidade de consumir remédios e medicina urbanos. Estes remédios são produzidos, a princípio, pelos próprios farmacêuticos e por laboratórios nacionais, crescendo ao final do período a penetração de produtos estrangeiros. A diminuição dos leitos hospitalares não implica necessariamente na redução dos serviços. A um número menor de enfermos internados, pode corresponder um tratamento mais intensivo e maior rotatividade. Por outro lado, é possível imaginar que a desaparição dos doze leitos tenha resultado em melhoria dos negócios farmacêuticos e médicos ligados por algum vínculo especial à Santa Casa de Misericórdia. A maioria dos laboratórios se define como homeopáticos. As inúmeras enfermidades a serem curadas praticamente reduzem-se à sífilis (doenças venéreas, da pele e do sangue) e à tuberculose, com nítida prioridade da primeira. A partir da guerra mundial, surge o remédio-fortificante, aconselhado para todas as idades e a ser consumido por toda a vida.

Contrastando com a campanha implacável contra curandeiros e feiticeiros, a imprensa burguesa dedica muitas atenções a alguns videntes cuja clientela é ilustrada, progressista, totalmente diversa dos caipiras e negros que compõem o "povo" ignorante e supersticioso. Um destes videntes é o Barão Ergont; suas previsões e profecias são reproduzidas por vários jornais. O ano de 1920, segundo ele, será marcado pelo início dos trabalhos da Estrada de Ferro Transcontinental, ligando Recife a Arica, que retirará o país do atraso em relação aos ianques e a algumas repúblicas hispano-americanas. O vidente não mede elogios ao governo honesto e patriótico que fez tanto em tão pouco tempo, a começar pela criteriosa escolha de auxiliares da altura moral do prefeito, do chefe de polícia e do sábio diretor da Saúde Pública.

O vidente parece muito interessado em adular as autoridades públicas; ao mencionar grandes obras públicas (ferrovia, urbanismo) e medidas políticas (repressão à greve geral, controle de nova epidemia), fala como barão e não como profeta. Desastres de natureza genérica (incêndios, crimes sensacionais, morte de chefes de Estado, etc) parecem simples estratégias para camuflar as verdadeiras intenções do indivíduo que se apresenta agora como profeta e não como barão. "Duas mulheres casadas serão assassinadas; uma pelo marido, a outra pelo amante (isso pode ser evitado) (...) Uma senhora ri

ca e bela, que muitos invejam, sofre mais do que se pode imaginar, e no entanto tem a ventura tão perto de si, que é só estender o braço para prendê-la na mão. Está desviada do fluxo de sua estrela, é fácil a orientação. Se porém continuar nessa indecisão, dentro de poucos meses perderá a vida". O bruxo, indiferente quanto às grandes calamidades naturais e sociais, seleciona habilmente a sua clientela. Não espera nenhuma visita do Chefe de Polícia, da Saúde Pública, nem dos funcionários da Prefeitura Municipal. Tampouco lhe interessa manter relações mais íntimas com o mundo dos negócios, cujas técnicas sabe manipular, mas não dispõe de capital e não poderia prolongar a existência do barão. O bruxo endereça seu encanto a todas as mulheres capazes de ousar procurar um artifício contra morte súbita e os males secretos. O mago espera que elas venham ao seu encontro, à rua São Clemente, 159, onde sob a invocação de Deus, o encontrarão: "Septem palmarum latus in umbra".⁶⁸

Morrer: tradição e mudança

Os discursos da Igreja e da tradição, relativos à morte, são questionados abertamente pela imprensa burguesa desde sua aparição em Taubaté em 1861. O primeiro jornal, ao completar seu primeiro ano de vida, propõe que a encomendação pública dos defuntos se realize apenas em casa e na igreja, e não mais em todos os becos, "espetáculos que o bom senso, a economia e a civilização da época repele como extemporâneo (...) não duvidamos que noutros tempos fosse, além de eficaz, necessária esta cena fúnebre, mas para a atualidade, quando não se possa cortar, ao menos se resuma".⁶⁹

O Paulista, fundado em outubro de 1862, declara-se receoso de agressão ao condenar a mesma tradição dos enterros, que considera absurda, carnavalesca, desprovida de sentido; a seu ver, a exposição dos cadáveres nas ruas, a caminho dos cemitérios, resulta apenas em grandes despesas, profanação dos mortos e descrédito da religião. O Paulista não se importa com os espertalhões que gritarão contra a heresia, escreve apenas para a parte ilustrada da sociedade, para aqueles que têm interesse em sustentar livre de prejuízos o que a religião tem de santa, grandiosa e sublime.⁷⁰

Concretamente, o jornal propõe a substituição da antiga tradição por um ato mais solene, menos dispendioso e mais útil à religião. Trata-se de convencer as irmandades religiosas a comprar

um carro funerário. O jornal vai mais longe. Já não é compatível com o século XIX. o costume de reunir verdadeiras multidões na casa onde falece alguém, forçando a família a despesas avultadas. Como nos países mais civilizados, poder-se-á conduzir o defunto à igreja onde, à hora marcada, comparecerão os convidados, padres, música, etc, cumprindo-se o rito social e o religioso, entregando-se a seguir o caixão aos carregadores que o levarão (sem acompanhantes) ao cemitério.⁷¹

Vinte e cinco anos mais tarde, a situação não apenas se mantém, mas há até um jornal que defende a tradição. O Diário Paulista, empenhado no separatismo norte-paulista e inimigo mortal do espiritismo, deplora a tendência que valoriza o sibilar da locomotiva - a voz do progresso - e tenta apagar todos os traços que possam despertar no homem a lembrança da morte. Os sinos da igreja lembram aos homens que o orgulho, a ambição de poder e de fortuna vão um dia chocar-se inevitavelmente com aquela que se quer ignorar. O Diário Paulista prolonga na Taubaté de 1887 o discurso barroco da morte seiscentista.⁷²

A tradição franciscana da cidade permanece, ou talvez mesmo se fortalece, após a proclamação da República. Em maio de 1890, o zelador do Convento de Santa Clara, tendo se entendido com o vigário e com os dirigentes da Ordem Terceira, avisa aos fiéis de Taubaté e das paróquias vizinhas que somente no convento se pode trocar os hábitos de São Francisco, que, por serem bents, não podem ser feitos ou trocados por ninguém mais; os rendimentos desse piedoso comércio são empregados em benefício do convento e do instituto de ensino para meninos pobres que ali funciona. Quatorze anos mais tarde, a diretoria da Venerável Ordem Terceira de São Francisco anuncia que apenas três pessoas, dona Maria Teresa Lobato, Antônio Tibúrcio Borges e Antônio Fileto Alves Pereira, estão autorizados a trocar os hábitos de São Francisco para enterro. A proporção de corpos assim vestidos, nos cemitérios da região, é muito elevada; muitas crianças entregam o mesmo hábito, pequenos frades a cumprir alguma promessa feita pelos pais quando estiveram doentes.⁷³

Nos sermões, pregações e missões religiosas, a morte é o tema central; não fora a cruz o símbolo doloroso da reconciliação com Deus, tão freqüentemente confundida com a resignação face à opressão. Da mesma forma, as cerimônias anuais da Semana Santa, dramatizando espetacularmente a paixão e morte de Cristo para melhor a-

nunciar a certeza da ressurreição mantêm praticamente inalterado o discurso tridentino acerca da morte, ou melhor, da vida como o pensar cotidiano da morte.

Algumas situações excepcionalmente registradas, que permitem avaliar o impacto deste discurso, modelando comportamentos coletivos, serão tratadas mais adiante. As linhas mestras do processo podem ser sumariamente retomadas: contra a encenação barroca da morte, da Igreja e do catolicismo popular, apresenta-se o projeto burguês da morte doméstica, depois hospitalar, privada, reduzida à condição banal de um acontecimento biológico inevitável que não deve tornar-se pretexto para a dilapidação da propriedade familiar. A Igreja romanizada enfrenta ainda, no mesmo processo, a concorrência de outras empresas de salvação como o protestantismo e o espiritismo, religiões que acompanham mais de perto o sentido para onde se orienta a mentalidade e a sensibilidade das camadas burguesas, especialmente aquelas ligadas às letras e às luzes. Os vigários de Taubaté serão forçados a um duelo feroz contra os missionários protestantes do Colégio Americano, ocupando todos os espaços cabíveis, inclusive as colunas da imprensa. O purgatório, por exemplo, é tema polêmico que *O Noticiarista* e outros jornais católicos, prolongando a fala do clero, esgrimem frequentemente.

Até os primeiros anos do século XX, o clero católico e a elite tradicionalista ainda estão sujeitos a questionamentos por republicanos ortodoxos e livres-pensadores, como aquele feito através do jornal *O Taubateano* em janeiro de 1902 (a Câmara Municipal teria agido inconstitucionalmente ao votar auxílios financeiros vultosos para a reforma da igreja matriz), Já em novembro de 1910, com a vitória política do deputado federal taubateense, o cônego Valois de Castro, garantindo por meio de habeas-corpus a entrada no país dos religiosos expulsos de Portugal, a Igreja passa à ofensiva retomando várias posições perdidas, barrando o projeto de lei do divórcio, re-colocando o crucifixo nos tribunais do júri, restando uma sólida aliança com o Estado.⁷⁴

Em São Luís do Paraitinga, o clero católico não enfrenta os mesmos problemas e sua hegemonia é incontestável. É somente em 1923 que *O Luizense* vem a público propondo a alteração dos procedimentos coletivos rotineiros face à morte. O jornal critica o processo anti-estético, anti-higiênico e até desrespeitoso de condu-

zir cadáveres em redes e tableiros até o cemitério. Apelando para o exemplo das cidades mais civilizadas, O Luizense reclama uma empresa funerária ou, pelo menos, a confecção de três caixões que ficarão em capelas à entrada da cidade, para que os enterros assumam um aspecto mais decente no trecho urbano de seu trajeto. A julgar pela crônica de Mário de Aguiar, tal medida só virá a ser adotada na década de 1940.⁷⁵

Cadáveres ilustres

Ao mesmo tempo que combate a tradição, buscando eliminar ao máximo a presença da morte no cotidiano da sociedade, a burguesia soleniza espetacularmente os funerais das autoridades e dos membros ilustres da classe. Trata-se de enfatizar o caráter exemplar dos laços de família burgueses, e de sacralizar a autoridade. O trespassado de soberanos estrangeiros e de altos dignitários da Igreja, especialmente quando ocorrido em circunstâncias extraordinárias, recebe ampla divulgação nos órgãos da grande imprensa.

Os monarcas de Portugal, por exemplo, têm suas exéquias celebradas com muita pompa em Taubaté e São Luís do Paraitinga, onde boa parte do grande comércio é controlada pela colônia portuguesa.⁷⁶

A morte trágica do bispo de São Paulo, dom José de Camargo Barros, entre os naufragos do vapor italiano Sírío em 1906, na costa da Argélia, provoca intensa emoção coletiva; o clero taubateano celebra solene missa de requiem, com cinco oficiantes, presentes a Ordem Terceira, a Câmara Municipal, autoridades judiciais, diretorias dos Operários Católicos, da Associação Comercial, dos Empregados no Comércio, Sociedade Artística e Literária, alunas e professoras do Externato São José, Apostolado da Oração e do Coração de Jesus, corpo docente do Grupo Escolar e numerosa multidão.⁷⁷

Em 1898, a morte da imperatriz da Áustria num atentado traz à primeira página dos jornais o ponto de vista do militante anarquista Luccheni, autor do crime. Luccheni, preso num cárcere em Roma, escreve ao jornal Dom Marzio, ironizando as teorias de Lombroso que não se aplicam de modo algum à sua personalidade. Nem o atavismo racial, nem o agulhão da fome o impeliram ao crime. Agiu conscientemente, suprimindo um alto governante; se o seu gesto continuar sendo imitado, em breve desaparecerão todos aqueles que escravizam o

povo. O espectro do terrorismo anarquista é, freqüentemente, tomado como pretexto para a repressão indiscriminada contra militantes sindicais de variadas correntes político-ideológicas. Prevalece, afinal, no pós-guerra, sufocados os movimentos revolucionários e isolada a Rússia, a política contra-revolucionária dos anos 1920. Um *fait divers* norte-americano, divulgado em Taubaté pelo jornal *O Norte*, em 1917, aponta o modelo que deve pautar os procedimentos da "sociedade" contra o crime: um tribunal composto de autoridades procede a um rigoroso inquérito, colhe provas contra o assassino de um treinador do circo - reincidente em pleno uso de suas faculdades psíquicas - e o condena sumariamente à morte por enforcamento. O criminoso é um elefante cuja morte, suspenso a um poderoso guindaste, reúne multidão de 1.500 pessoas que assistem às suas violentas contorsões. Lá, comenta *O Norte*, a lei é a lei.⁷⁸

Excetuando-se estes casos extremos, que destacam a dimensão política da morte, a grande imprensa enfatiza a cada morte anunciada os supremos valores burgueses: o direito à propriedade, a honestidade dos empresários e homens de negócio, a modéstia e despreendimento das mães de família, o civismo dos chefes políticos.

Uma notícia de São Luís do Paraitinga, publicada pelo *Taubateense* em dezembro de 1862, exalta a honestidade do criado Anacleto José Gomes, que, ao morrer seu patrão, o fazendeiro Jerônimo Ramalho de Campos Santiago, indica aos seus herdeiros o local secreto, só por ele conhecido, onde o finado enterrara 7:650\$000 que vão somar-se a outros sete contos e tanto guardados numa gaveta. O correspondente do *Taubateense* pede aos céus que o exemplo deste criado exemplar encontre imitadores, fazendo retornar o tempo em que cada paulista era um Catão. Outra notícia, agora de Paris, em 1905, mostra a surpresa de uma das mais belas atrizes francesas: seu rico amigo brasileiro a quem confiara a guarda de suas jóias morre em viagem; a Justiça permite que seja aberto em sua presença o cofre bancário do falecido, e aí se encontram, não apenas todas as jóias, mas também 12 cartões de visita em ouro com o seu nome gravado; cada cartão tem um furo de onde pende uma fita à qual está preso um grande diamante, todos avaliados em 24 contos. Os brasileiros têm, portanto, boas razões para figurar nas operetas da *belle époque*.⁷⁹

O doutor Antônio Pereira da Silva Barros, membro de uma das mais ilustres famílias taubateanas, morre no ano de 1885,

aos 37 anos de idade; a *Gazeta de Taubaté*, num comovido necrológico de primeira página, o chama de Colombo do Paraíba: cabe ao morto a glória pela iniciativa da navegação a vapor naquele rio, plantando afinal a árvore do progresso e abrindo a porta para outros cometimentos grandiosos na região.⁸⁰

Os necrológicos femininos são mais raros e, normalmente, bem curtos. Excepcionalmente, quando mais longos, utilizam praticamente as mesmas metáforas: um anjo de bondade retorna à sua verdadeira pátria, esposa exemplar, mãe carinhosa, irmã extremosa e amiga sincera, "violeta vivendo na obscuridade e oculta entre as folhas que a protegem, conservando seu aroma mais suave apreciado"; caridade, mansidão, modéstia são as principais virtudes daquelas que, mesmo após a morte, devem prosseguir se devotando aos filhos, ao esposo, à família.⁸¹

Em São Luís do Paraitinga, a imprensa é mais partidária, existindo praticamente em função das disputas eleitorais; praticamente todos os necrológicos referem-se a dirigentes políticos. Como *O Luizense* é o único jornal durante a maior parte do período, destaca-se com nitidez a erosão do poderoso clã Domingues de Castro ao longo de uma galeria de mortes ilustres. Apenas o necrológico do capitão Porfírio Manuel Fontes, no jornal *A Redenção*, em janeiro de 1882, foge à regra e critica o gênio arrebatado e irascível que levou o falecido membro do diretório liberal a transpor algumas vezes os marcos do dever e da caridade; o redator do jornal liberal salienta a coragem do capitão que foi delegado de polícia respeitado e temido, e sua afeição pelos pobres.⁸²

Outro fato excepcional é a ausência quase completa de referências à vida e morte do Barão do Paraitinga. A volumosa documentação conservada no Museu Oswaldo Cruz e em outros acervos registra apenas os traços de sua atuação política, e, mesmo assim, quem mais se destaca é seu filho, o coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro. Não foram consultados os arquivos particulares das famílias; o precioso acervo da família Cabral, por exemplo, foi inteiramente destruído ou disperso quando da ocupação de São Luís do Paraitinga por tropas legalistas na fase final da Revolução Constitucionalista.

O coronel Jordão Domingues de Castro morre em dezembro de 1904. Filho do Barão, deixa o irmão coronel Manuel Jacinto, deputado federal e chefe político de São Luís do Paraitinga, e as ir-

mãe dona Maria Vitória de Gouveia Castro (esposa do coronel Laurindo Pereira de Castro), dona Elisa de Castro Guerra, (esposa do ministro do Tribunal da Justiça, doutor Arlindo Guerra), e dona Amélia de Castro Nogueira (esposa do doutor José Luís de Almeida Nogueira). Solteiro, 54 anos, o coronel é sepultado no dia de Natal, no cemitério da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, em riquíssimo esquife; a música fúnebre que acompanha o enterro é da corporação musical Santíssimo Sacramento.⁸³

A 29/9/1905, falece com 59 anos em Taubaté o deputado federal coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro, que ocupava este cargo desde 1883, tendo sido antes deputado estadual. Conduzido o corpo a São Luís do Paraitinga, para ser sepultado no jazigo da família, o rito fúnebre ali celebrado recebe o seguinte comentário do Jornal de Taubaté:

"A heróica cidade de São Luís do Paraitinga (...) não consentiu em ocultar sua dor sem dar o mais frisante testemunho do seu amor, da sua gratidão. Exigiu os restos desse vulto nobilíssimo que tanto se elevou, elevando o seu torrão natal. Almo espírito do município! Jamais foste tão excelso como no cumprir esta consagração ao vosso Maneco Barão! Como é arrebatador o vosso procedimento! Como é grande o culto que acabais de pagar ao vosso escolhido... culto em que a nota mística se prende à elegia fúnebre e a elegia fúnebre compartilha do hino triunfal - dupla solenidade que após a prece católica assim translada a um panteão os restos de um homem que PASSOU NA TERRA PRATICANDO O BEM!"⁸⁴

O necrológio de A. Garcia enaltece a honradez, dignidade e caráter do coronel e sua inabalável devoção à Pátria, à Sociedade e à Família. O falecido deixa uma herdeira, menor; a viúva, dona Elisa Moura de Castro, pertence a uma família ilustre de Taubaté; seus bens, inventariados no Cartório do 1º Ofício, são: a fazenda Palmeiras no bairro do Chapéu, dois sobrados e duas casas térreas no Largo da Matriz, uma casa de campo transformada em hotel à rua coronel Domingues de Castro, três partes de um sobrado que foi de seu irmão Jordão Domingues de Castro na mesma rua, uma casa à rua

coronel Manuel Bento, 3 casas mobiliadas em Taubaté, e uma casa em Ubatuba.⁸⁵

Em agosto de 1908, falece o tenente-coronel Laurindo Pereira de Castro, genro do Barão, aos 79 anos; presidiu a Câmara Municipal em várias legislaturas. Em setembro, é o coronel Manuel Antônio Domingues de Castro, deputado estadual, quem falece em Taubaté, sendo ali sepultado no cemitério da Ordem Terceira. O doutor Câmara Leal profere o elogio fúnebre, referindo-se à gloriosa tradição da família Domingues de Castro, selada pelo triunfo do Barão do Paraitinga em 1885. Os coronéis Manuel Antônio e Manuel Bento se revezam no exercício da deputação estadual, e cabe a este ocupar o cargo deixado pelo primo, mas logo a família perderá este privilégio em 1910, tendo já perdido a deputação federal. Finalmente, a morte do coronel Manuel Bento aos 68 anos, em Taubaté, onde se fixara desde a derrota eleitoral de 1910, encerra a 30 de setembro de 1917 uma trajetória política iniciada na década de 1840. Poucos dias antes de sua morte, o ex-deputado abria uma casa comissária em Caçapava. Seus parentes próximos são delegado de polícia, 2 médicos-farmacêuticos, ex-juiz de direito recém-falecido.⁸⁶

O enterro da jovem Teresa Pereira de Oliveira, filha do farmacêutico major José Pereira de Oliveira, em janeiro de 1905, é descrito com muitos detalhes que possibilitam uma analogia inesperada. A jovem morta enseja uma longa série de metáforas florais: primavera da vida, desabrochar da existência, flor dos anos, flor mimosa e débil, rosa, perfume, ornamento da sociedade.

"O ataúde em que repousavam os restos preciosos da finada era conduzido por oito de suas amigas que trajavam todas de branco; o cadáver em riquíssimo esquife todo forrado de cetim, também trajava de virgem, ostentando na fronte baça e gélida a capela de flores de laranjeira por sobre transparente e níveo véu."⁸⁷

O enterro ocorre a 1º de janeiro, quando principia um novo ano do calendário gregoriano. A morte precipita o fim do ciclo de vida sócio-biológico da jovem Teresa. Acontecimentos imprevisível e inevitável, a morte insiste em desrespeitar os mecanismos de controle do tempo inventados pelos homens. Confrontando-se à opacidade da morte, a sociedade fabrica representações simbólicas para atri-

buir um sentido à vida. Os corpos dos defuntos são ritualmente instalados em locais especiais: cria-se a comunidade dos restos mortais que dá suporte à crença na continuação da vida em um tempo exterior ao dos vivos. Este tempo assim construído fundamenta a organização social: nele a coletividade localiza a morte, integrando-a à realidade da existência social, forçando os indivíduos a viver em sociedade, aceitando com resignação a idéia da inevitabilidade da morte e a respeitar, mesmo assim, (e por isto mesmo), os padrões de comportamento institucionalizados pela coletividade.

A morte prematura da jovem Teresa traz à tona a instituição da virgindade. Não é fácil convencer-se de que é necessário e justo abster-se do momento físico do amor, respeitando e reconhecendo os prazos e condições impostos pela autoridade constituída. Pois a morte é cega e não respeita os prazos e condições que são normativos apenas para os membros da coletividade humana em que se é socializado, e individuado. Teresinha soube, sempre soube, desde que sua família primeiro, outras depois, e novas instituições logo mais, começaram a ensinar-lhe. O sexo é uma atividade que só pode ser exercida ao final de uma sucessão de ritos, passagens de condições escalonadas, que exige tempo, exige paciência para viver cada um desses tempos socialmente estabelecidos para dividir a sociedade. Ora, Teresa, talvez não devesse esperar, caso quisesse experimentar algo que não é em si mesmo uma atividade proibida, visto que a morte pode se antecipar.

O ritual procura responder a estas indagações que talvez nem aflorem à mente de suas oito amigas vestidas de branco, e nem daquele imenso grupo de moças suas amigas, que conduzem, alternando-se, o corpo de Teresa Pereira de Oliveira à sua nova residência. Todos os vivos estão, neste momento, voltados para a moça morta. A moça morta, seu caixão, e suas amigas mais próximas estão de branco; os demais segmentos da população - clero, homens, população em geral, estão trajando luto. O membro do clero, intermediário entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, tendo encomendado o corpo, dirige o cortejo até o cemitério. O discurso do clero, romano, é incompreensível para a imensa maioria da coletividade, que, mesmo assim, conhece de cor as falas que lhe são devidas no ritual. Saindo do espaço inesperadamente sacralizado que foi sua casa, Teresa vai à igreja matriz, e daí ao cemitério do Rosário, dois recintos que se caracterizam pela permanência constante do sagrado. Ao passar pelas

ruas da cidade, vias de acesso em princípio neutras, mas carregadas de sentido profano em contraponto à sacralidade do lar, da igreja e do cemitério, tornam-se provisoriamente um espaço sacralizado. Deixam de assegurar a comunicação usual entre os vivos e se apresentam como canais de comunicação, compromissos entre o mundo dos vivos e o mundo da morte, representação geo-mítica do enigma chamado morte.

Vestida de noiva, solenemente enquadrada pelo sacerdote e por suas amigas núbeis, a jovem Teresa vai sendo levada, com véu e grinalda de flores de laranjeiras, em direção a um novo tempo, um novo espaço, uma nova experiência que ninguém, surpreendentemente, chama de casamento.

Ritos de morte

Alceu Maynard Araújo, tendo se entrevistado com Juca Teles do Sertão, o oficial de justiça Benedito de Souza Pinto, relata em 1949 os ritos de morte da população rural de São Luís do Paraitinga. O oficial de justiça é o capelão mais procurado por toda esta população que frequenta há 33 anos no exercício de suas funções profissionais. Até algum tempo atrás, era costume do lugar vestir defuntos com o hábito de São Francisco. Esta vestimenta era encontrada à venda em qualquer loja - o que mereceria uma pesquisa: os alfaiares e costureiras autorizados pelas Ordens Terceiras teriam conseguido assegurar o monopólio na produção desses hábitos? Segundo o informante, todos preferiam a fazenda metim (acetinado de algodão). Em 1949, porém, somente os Irmãos da Ordem Terceira de São Francisco têm este privilégio; os demais fazem mortalhas.

Quando uma pessoa morre, abrem-se todas as portas e janelas, que só serão fechadas após o enterro. A agonia é acompanhada pela família e pela vizinhança (o sacerdote não chegaria a tempo na maioria dos casos; os capelães leigos como Benedito Souza Pinto os substituem). Morre-se à luz de pelo menos uma vela acesa, ouvindo o Ofício da Agonia, a Ladainha de Todos os Santos, o hino De Profundis e, no ato final, ouvindo o hino Senhor Amado.

À família do morto, cabem três misteres imediatos: ir buscar mortalha, ir cuidar do enterro, avisar pessoas e convidá-las para o velório. Uma tarefa especial é a lavagem do cadáver; a água deve ser alterada com adição de creolina ou de aguardente, conforme a doença. O morto pode, em algum momento de sua vida, ter con-

vidado alguém: "Quando eu morrer, quero que você venha me lavar". Por isso é que quem se propuser a lavá-lo será ouvido conversando com o cadáver.

Vestido e acomodado o corpo, entre quatro velas, junto à cama um pequeno altar, reza-se o Ofício de São Gregório, canta-se as doze Excelências por toda a noite, dois grupos se alternando. Se o defunto é uma criança, em lugar das Excelências canta-se por vezes as Barquinhas, que podem ser doze, também:

"Uma barquinha de ouro
Um rosário de cordão
Seu filho chora nos peito
Sua mãe no coração"

Pela manhã, todos cantam a música de despedida do morto, despedindo-se por ele de cada membro da família, tantas vezes quantos os presentes. O morto já está instalado na sua rede, tendo sofrido algumas varadas se estivesse exageradamente pesado. Também a dentadura e qualquer dente ou objeto de ouro foi-lhe retirado, evidentemente para poupá-lo do perigo de profanação da sepultura.

À saída, reza-se a reza mais forte dentre todas as conhecidas, a Bendita Eucaristia; o corpo sai com os pés adiante; alguém varre imediatamente a casa e atira bem longe os ciscos. As mulheres ficam cantando até que o cortejo desapareça por completo.

Aqueles que saíram da casa devem acompanhar o morto até o cemitério. No caminho, rezam por vezes a novena das almas. Chegam à igreja, tendo certamente se demorado algum tempo em cada casa ou bairro onde seja necessário expor o corpo a seus parentes mais afastados, amigos que não puderam ir vê-lo, gente que se despede dele. Na igreja, o padre recomenda o corpo e o abençoa. No cemitério, ao retirar o corpo da rede, que será utilizada por outros defuntos, todos os acompanhantes rezam a oração Senhor Amado, a mesma do último suspiro. Cada um lhe atira um primeiro punhado de terra antes de proceder ao sepultamento, do qual todos participam. Como preventivo contra o contato com a terra do cemitério, bebe-se um pouco de aguardente.

Terminado o enterro, o grupo (de homens) se reúne em algum botequim para, bebendo agora um bom trago de pinga, "rebater qualquer mal".

Durante o percurso urbano do enterro, toca o sino da

igreja matriz. Se o defunto é um anjinho, o toque é festivo; o dobre de finados é bastante diferente. Se é homem, começa o sino grande, de som grave. Se a morta é mulher, é o sino pequeno, de som agudo, que toca primeiro; mas em ambos os casos, o segundo toque é duplo e simultâneo.

Na casa onde faleceu Teresa, tal como em todas as casas, já que a maior parte destes ritos de morte se realizavam, certamente, mesmo em território urbano e entre a maioria das famílias da "sociedade", passa-se também esta noite em vigília; reza-se uma novena e se serve café. Se o casal era jovem e a viúva tiver que retornar à casa paterna, só partirá depois que a novena termine.⁸⁸

Concluindo provisoriamente a reflexão, importa observar os ritos de morte e sepultamento como mecanismos sociais de controle do tempo e do espaço. O último suspiro do agonizante, cujos cinco sentidos cuidou-se de selar com os símbolos de Deus, suspende o tempo. Instaura-se um intervalo carregado de significação em que os vivos procedem a determinadas seqüências de operações ritualizadas para eliminar a presença da morte e do morto descontaminando o espaço. A comunidade exerce assim o controle sobre a morte; busca assegurar a estabilidade de seu destino exorcizando as ameaças horríveis de desintegração e decomposição anunciadas pela morte de um de seus membros.

As várias dialéticas possíveis entre os ritos de morte caipiras e os majestosos enterros burgueses inserem-se, como aponta com clareza o estudo já citado do sociólogo José de Souza Martins, na história geral da luta de morte pela terra.

NOTAS

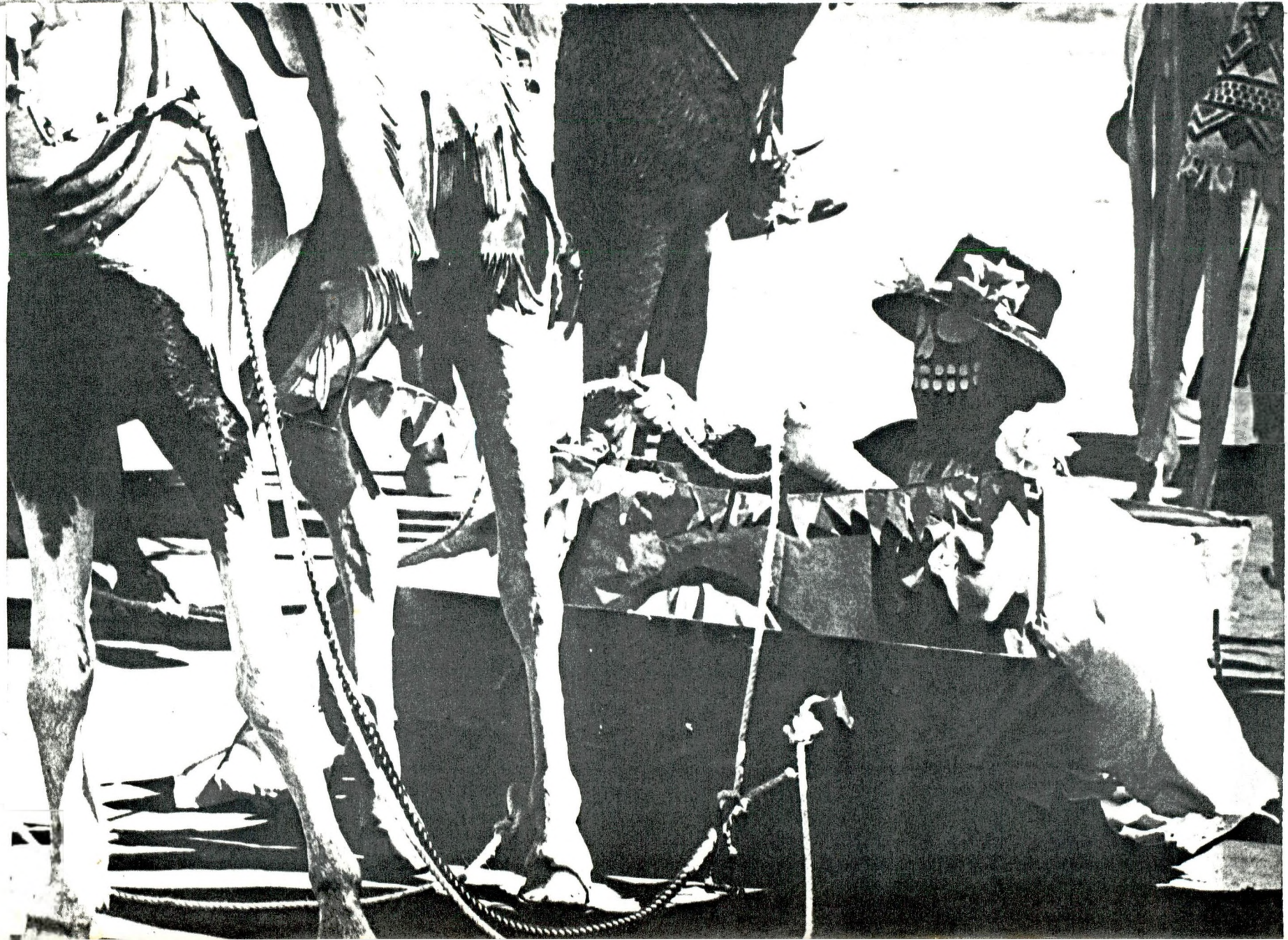
1. MARTINS, José de Souza. "A morte e o morto: tempo e espaço nos ritos fúnebres da roça" in MARTINS, José de Souza (org.) *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. SP. Hucitec. 1983.
2. O Luizense nº 514, XIV, 26/8/1917, p. 3, Uma classe esquecida.
3. nº 606, XVII, 22/1/1920, p. 1, Palestrando.
4. nº 655, 5/5/1921, pp. 1-2, Palestrando.
5. nº 607, XVII, 29/1/1920, p. 3, e nº 648, XVIII, 10/3/1921, p. 3, Edital.
6. nº 606, XVII, 22/1/1920, p. 1, Palestrando; nº 543, XV, 22/8/1918, p.3, Consórcio.
7. O Porvir nº 41, I, 3/12/1916, p. 1, A mulher como inimigo necessário; O Luizense nº 614, XVII, 28/3/1920, pp. 1-2, Palestrando.
8. O Luizense nº 614, XVII, 28/3/1920, pp. 1-2, Palestrandc.
9. nº 616, XVII, 15/4/1920, p. 2, Júri; 1º Cartório da Comarca de São Luís do Paraitinga. Juízo de Direito. Processo de 1919; Revista dos Tribunais, fascículo nº 161, vol. XXX, p. 21.
10. O Luizense nº 656, XVIII, 29/5/1921, p. 9.
11. idem, p. 15.
12. O Luizense nº 655, XVIII, 5/5/1921, pp. 1-2, Palestrando.
13. O Luizense nº 435, XIII, 30/12/1915, p. 1, O Ateísmo; O Luizense nº 646, XVIII, 20/2/1921, p. 1, Palestrando.

14. O Luizense nº 507, XIV, 5/7/1917, p. 1.
15. O Luizense nº 506, XIV, 28/6/1917, p. 1, Tio Maximiano.
16. nº 510, XIV, 26/7/1917, pp. 1-2, A Greve.
17. nº 515, XIV, 6/9/1917, p. 3.
18. nº 517, XIV, 20/9/1917, p. 1, Palestrando.
19. nº 652, XVIII, 14/4/1921, p. 1, Palestrando.
20. O Taubateense nº 32, 23/8/1862, I, p. 1, Correspondência. Guaratinguetá, 16/8.
21. MELLO JR., Antônio. O Hospital de Santa Isabel. Taubaté. Egetal. 1976; pp. 49-60.
22. MELLO JR., Antônio. op. cit., pp. 45-46.
23. MELLO JR., Antônio. op. cit., pp. 71-78.
24. Museu Oswaldo Cruz - Câmara Municipal de S. Luís do Paraitinga. Atas da Câmara. VIII. 1841-67; f. 349 e 379; XII. 1867-69, f. 45 e 45 verso; XI, Livro de Registro de Ofícios. 1871-88, f. 32.
25. BEHRINGS, Emílio Amadei. Conversando com a saudade. SP. Bisordi. 1967, pp. 163-4; DAESP. Ofícios Diversos. São Luís do Paraitinga. nº de ordem 1.268, lata nº 473, ano de 1889, ofícios nº 2, 5 e 6; Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga (Cível) 1887, 1º vol, f. 85: Habeas Corpus.
26. BEHRINGS, E.A. op. cit.
27. O Luizense nº 66, II, 12/2/1905, p. 1, Continuando...
28. O Luizense nº 362, V, 17/8/1908, p. 3, Varíola.
29. O Norte nº 1838, XV, 8/11/1918, pp. 1-2, A epidemia; MELLO JR., Antônio, op. cit., pp. 259-60. GUISSARD, Oswaldo Barbosa. Taubaté no aflorar do século. Taubaté. Ed. do Autor. 1974, pp. 124-28.
30. O Norte nº 844, XV, 24/11/1918, p. 3, Redenção.
31. O Luizense nº 399, VI, 12/9/1909, p. 2, Estatística demográfica.
32. A Federação nº 150 (?), III, setembro de 1911, p. 3, Baú misterioso!

33. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo*. RJ. José Olympio: INL. pp. 106-109; pp. 105, nota nº 372.
34. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. op. cit., pp. 132-135.
35. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. op. cit., p. 164 passim; Museu Oswaldo Cruz - Câmara Municipal São Luís do Paraitinga. XII. Atas da Câmara (1829-1839), f. 61, 67-69v, 73-74, 75 e 76v.
36. O Paulista nº 21, I, 22/1/1863, p. 2, Insurreição.
37. idem, ibidem; COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. SP. Liv. Ed. Ciências Humanas. 1982 (2ª ed.), p. 298.
38. QUEIROZ, Suely R.R. de, op. cit., p. 143.
39. Museu Oswaldo Cruz - Câmara Municipal São Luís do Paraitinga. III. A. I. Auxílio (1871-1902); XII. Atas da Câmara (1883-1886), sessão de 14/8/1884, f. 12.
40. Museu Oswaldo Cruz - Câmara Municipal São Luís do Paraitinga. XII. Atas da Câmara (1883-86), sessão de 12/2/1885, f. 131; QUEIROZ, Suely R.R. de. op. cit., p. 120, nota 222.
41. Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga. Autos do ano de 1884, março nº 8; Autos do ano de 1885.
42. O Noticiarista nº 267, III, 9/4/1891, p. 3, Feitiçaria; nº 270, III, 19/4/1891, p. 2, Feitiçaria.
43. Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga. Autos do ano de 1891.
44. O Luizense nº LII, II, 30/10/1904, p. 2. Philosophando...
45. Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga. Processos Cíveis do ano de 1905. 2º volume.
46. Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga. Processos Cíveis do ano de 1908. 1º volume.
47. VOVELLE, Michel. *Mourir autrefois*. Gallimard/Julliard. 1974; v. também as obras de Phillippe Ariès, Robert Mandrou, etc.
48. Museu Oswaldo Cruz - Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga. XII; Atas da Câmara. 1841-67. ff. 183 e 186; DAESP. Ofícios Diversos. São Luís do Paraitinga. nº de ordem 1.268, lata nº 473, ofício nº 11.

49. Museu Oswaldo Cruz - Câmara Municipal São Luís do Paraitinga. XII. Atas da Câmara. 1892-97. sessões de 17/5/1894, 31/5/1894 e 5/7/1894.
50. MOC-CMSLP. XII. Atas da Câmara. 1892-97, sessões de 30/7/1894, e 25/10/1894.
51. MOC-CMSLP. XII. Atas da Câmara. 1897-1902, p. 1, sessão de 17/5/1897.
52. MOC-CMSLP. XII. Atas da Câmara. 1897-1902. sessões de 26/7/1897 e 7/1/1898.
53. MOC-CMSLP. XII. Atas da Câmara. 1897-1902. sessões de 7/2/1898 e 24/3/1898.
54. MOC-CMSLP. XII. Atas da Câmara. 1897-1902. sessões de 18/7/1899 e 29/10/1899.
55. Relatório da História e do movimento religioso da Paróquia de São Luís do Paraitinga.
56. A Verdade nº 162, III, 22/9/1905, p. 2, São Luís do Paraitinga.
57. O Norte nº 47, I, 9/4/1905, p. 3, Aos meus amigos e conterrâneos; pp. 3-4, A mesa administrativa da Ordem Terceira e os capuchinhos; p. 4, Duas perguntas inocentes ao colaborador da "Verdade"; nº 159, II, 10/5/1906, pp. 2-3 e nº 160, 13/5/1906, p. 3, Sacrilégio; Jornal de Taubaté nº 2.198, XII, 13/5/1906, p. 1, Profanação de cadáveres e nº 2.200, p. 1, Revoltante.
58. O Luizense nº 423, VII, 26/1/1913, p. 2, Cemitério Municipal; p. 3, Novo Partido.
59. O Paraitinga nº 6, I, 22/8/1926, p. 1. e nº 8, 5/9/1926, pp. 1-2, O nosso ideal; nº 17, 7/11/1926, pp. 1-2, O nosso ideal. O dia dos mortos; nº 27, II, 16/1/1927, p. 2, O Paraitinga.
60. Museu Oswaldo Cruz. Atas da Câmara. 1897-1902. Sessão de 27/9/1897; pp. 20-21.
61. O Luizense nº 71, II, 19/3/1905, p. 2, Tétano.
62. Museu Oswaldo Cruz. Livro de Atas da Santa Casa. 1/3/1928, sessões de 30/1/1908 e 31/1/1908.

63. O Luizense nº 340, 349 e 350, V, 1908.
64. O Luizense nº 365, VI, 1/1/1909, p. 2, Retrato; e nº 366, 10/1/1909, pp. 1-2, Justa homenagem; nº 380, VI, 18/4/1909, p. 2; p. 3. Responsabilidade; Museu Oswaldo Cruz. Livro de Atas da Santa Casa. sessão de 2/12/1911.
65. O Luizense nº 638, XVIII, 26/12/1920, p. 2.
66. O Paraitinga nº 4, I, 8/8/1926, p. 1, O nosso ideal; Museu Oswaldo Cruz. Livro de Atas da Santa Casa; O Luizense nº 412, VII, 12/12/1909, p. 3, Auxílios votados.
67. O Paraitinga nº 7, I, 29/8/1926, pp. 3-4, Ainda a Santa Casa. A retórica dos números; p. 4, Para rir; O Luizense nº 423, 26/1/1913, p. 4, Farmácia Campos; nº 529, XV, 10/1/1918, p. 3, Santa Casa; nº 606, XVII, 22/1/1920, p. 4, Farmácia Progresso; nº 554. XV. 29/8/1918, p. 2, Homenagens; nº 608, XVII, 5/2/1920, p. 3, Câmara Municipal; nº 659, XVIII, 30/6/1921, p. 2, Festa de São João; nº 646, XVIII, 20/2/1921, p. 1, Convite eleitoral; nº 711, XX, 20/5/1923, p. 3, Jantar.
68. O Luizense nº 608, XVII, 5/2/1920, p. 2, Profecias para 1920.
69. O Taubateense nº 35, I, 20/9/1862, p. 3, A pedido. O momento nos becos.
70. O Paulista nº 38, I, 26/3/1863, p. 3, Comunicado.
71. O Paulista nº 39, I, 29/3/1863, pp. 2-3, Comunicado.
72. Diário Paulista nº 129, I, 10/12/1887, P. 1, A Igreja e os sinos.
73. O Noticiarista nº 174, II, p. 3, Convento de Santa Clara; Jornal de Taubaté nº 1766, X, 4/5/1904, p. 3, Venerável Ordem 3ª de São Francisco.
74. O Taubateano nº 94, II, 19/1/1902, p. 1, Sempre os tais; O Norte nº 635, VII, pp. 1-2, Questão religiosa.
75. O Luizense nº 726, XXI, 20/10/1923, p. 2, sem título; AGUIAR, Mário de. op. cit., pp. 28-29.
76. O Taubateense nº 17, I, 26/12/1861, pp. 3-4, A pedido; O Noticiarista nº 122, II, 3/11/1889, p. 3, São Luís do Paraitinga.
77. A Verdade nº 254, IV, 8/9/1906, p. 2.



78. Diário de Taubaté nº 856, IV, 15/9/1898, p. 1, A imperatriz da Áustria; O Norte nº 1584, 23/2/1917, p. 1, Condenado à morte.
79. O Taubateense nº 48, I, 20/12/1862, p. 2, São Luís; Jornal de Taubaté nº 1977, XI, 16/5/1905, p. 1, Curiosidades.
80. Gazeta de Taubaté nº 1, VIII, 4/1/1885, p. 1, Dr. Silva Barros.
81. O Norte nº 826, VIII, 1/3/1912, p. 2, Lucila.
82. A Redenção nº 16, II, 6/1/1882, p. 1, O capitão Porfírio Manuel Fontes.
83. O Luizense nº LX, II, 1/1/1905, pp. 1-2.
84. Jornal de Taubaté nº 2.089, XII, 1/10/1905, p. 2, Cel. Manuel J. D. de Castro.
85. Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga. Inventários, arrolamentos e outros do ano de 1905, 1º volume.
86. O Luizense nº 520, XV, 11/10/1917, pp. 1-2; nº 362, V, 17/8/1908, pp. 1-2; nº 363, V, 2/10/1908, pp. 1-2-3; nº 364, V, 26/11/1908, pp. 1 a 3; nº 515, XIV, 6/9/1917, p. 2, Casa Comissária; O Norte nº 1673, XIII, 3/10/1917, p. 3, Necrologia.
87. O Luizense nº 61, II, 8/1/1905, pp. 1-2.
88. ARAUJO, Alceu Maynard. "Ritos de morte" in Paulistânia nº 30, jul.-set. 1949.

JAIME DE ALMEIDA

FOLHÕES

.I.I

Tese de Doutorado Apresentada ao Departamento
de História da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

SÃO PAULO
1987

SOLEIRA

FESTAS CÍVICAS, FESTAS POLÍTICAS

13 de Maio

A festa do dia 13 de Maio distingue-se das demais festas cívicas: observando-se os relatos, constata-se ora a ausência dos antigos escravos, ora a ausência da "sociedade". As festas cívicas, como se sabe, foram concebidas por Jean-Jacques Rousseau como espetáculo e modelo que a sociedade dá a si mesma; o 13 de Maio evidência a resistência contra a integração do negro na cidadania republicana, durante todo o período considerado.

Durante a escravidão, as festas negras se faziam principalmente sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito. O controle clerical e branco sobre estas festas, especialmente nas cidades, é demonstrado por todos os pesquisadores. Em Taubaté, por exemplo, o jornal O Futuro relata que a festa de São Benedito de 1881 foi extraordinariamente concorrida (a festa se comemora na segunda-feira de Páscoa, prolongando a Semana Santa).

"Mas os pretos habituados a certas usanças ruidosas de costume fazer-se nesse dia, como seja buscar a irmandade e música os reinados em suas residências, e acompanhá-los até o convento de São Francisco debaixo de ribombosa foguetaria que deixou de haver por assim entender o Rei senhor Francisco Alves da Fonseca, o que causou muita tristeza aos irmãos da opa, que nesse dia cambaleiam de tanto comer e beber."

O rei e a rainha da festa anual são sempre escolhidos dentre os membros da irmandade que são cidadãos livres, reservando-se aos irmãos escravos a função de juizes.¹

Mas há outras festas negras, não previstas pelo calendário dos senhores: festas em quilombos, festas como aquelas referidas pelos escravos rebelados da fazenda Santana em Ilhéus, 1789, no tratado de paz que apresentam ao senhor de engenho Manuel da Silva Fernandes, festas subversivas cujos traços podem ser encontrados nos arquivos da repressão e do crime: é necessário contrapô-las àqueles rituais de submissão organizados pelos senhores cristãos nas senzalas, que têm servido como principal referencial para a avaliação do grau de resignação ou resistência do negro frente à escravidão.²

Por ocasião da Abolição, negros e brancos são vistos em grandes festas que, enquanto celebram a liberdade e igualdade formais, abstratas, enfatizam a autoridade constituída e a obrigatoriedade do trabalho. No pequeno município de Redenção, vizinho de São Luís do Paraitinga, a emancipação dos escravos é oficializada a 11 de março de 1888. O relato da festa, como tantos outros, nomeia apenas os chefes políticos, membros do clero, da imprensa e da administração pública. Os libertos, que aplaudem como solicitado o imperador, o conselheiro Moreira Barros, o vereador A.A. da Palma Guimarães, o vigário, além de todas as demais autoridades e o líder abolicionista Antônio Bento, carregam juntamente com um estandarte da liberdade o da sociedade carnavalesca Bilontra. Este indício sugere a hipótese de que a participação dos ex-escravos, embora ordeira e pacífica, como frisa o texto, tenha sido menos submissa do que pretendiam os membros da Câmara Municipal, em cujo recinto solene a massa introduz um clima de carnavalização.³

Ainda sob o regime imperial, a data de 13 de Maio de 1889 é comemorada em Taubaté com grandes solenidades: alvorada com banda de música e foguetes, missa cantada, Te-Deum à noite, discursos do vigário Padre Antônio do Nascimento Castro, do Delegado de Polícia, vivas à família imperial, salvas de tiros, passeata pelas ruas. O préstito se detém à porta de várias autoridades: chefes políticos, delegado de polícia, juiz de Direito, cônego Benjamim de Toledo Melo, o decano dos advogados do foro municipal, o cônego An

tônio José Pinheiro. O principal discurso é o do doutor Francisco de Paula Toledo, quando a passeata retorna ao adro da igreja matriz: num improviso, o chefe político situacionista relaciona as três principais datas do rico e vasto Império Brasileiro. 3 de Maio de 1500, 7 de Setembro de 1822 e 13 de Maio de 1888. A manifestação termina em ordem, com vivas ao progresso e aos altos poderes do Estado, conforme relata O Progressista. O jornal prossegue, interpretando a festa de maneira totalmente diversa do sentido imprimido por seus organizadores:

"O povo impôs a liberdade, o governo aceitou, e agora todos são iguais; o escravo, que regava com o seu sangue a terra, hoje regá-la-á com "o seu suor livre no trabalho livre, para o engrandecimento de sua pátria (...). A tirania pouco a pouco vai desaparecendo e em breve ela não mais ousará existir (...) levantamos um bravo ao brioso brasileiro, único fator da áurea lei de 13 de Maio".⁴

O Jornal do Povo, folha republicana, comenta a data com mais contundência. Não foi a princesa quem deu a liberdade, como se propala, e sim o povo, o cidadão brasileiro enojado com o tráfico da carne humana que desprestigiava a Pátria. Antes da lei, o povo e o exército libertavam de fato os escravos, cabendo à princesa apenas sancionar o que já estava sendo feito. Trata-se agora de reaver o tempo perdido com o regime monárquico, único responsável pela escravidão suprimida pela vontade popular. O redator, M. Correa, deplora a tividade de alguns que procuram criar atritos entre os libertos e os brancos: referência velada às tentativas de mobilizar os negros em defesa das instituições monárquicas. O futuro é a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade.⁵

As próprias autoridades imperiais parecem pouco interessadas na radicalização da guarda Negra contra os republicanos; os libertos devem buscar trabalho e não alarmar a população tornando odiosas as instituições, como aconselha o Chefe de Polícia da Província de Minas Gerais em julho do mesmo ano.⁶

Dentre os nove dias de festa nacional instituídos pelo Governo Provisório, o 13 de Maio tem um sentido visivelmente positivista. Tal como na confecção da nova bandeira nacional, tratou-se de suprimir qualquer referência às instituições monárquicas, retirando a imagem da abolição da escravidão, que poderia evocar figuras da dinastia destronada: a festa inclui-se no conjunto das ce-

lebrações da fraternidade, entre o 1º de Janeiro (fraternidade universal) e o 2 de Novembro (comemoração geral dos mortos) e comemora a fraternidade dos brasileiros.⁷

Dissolvida a Guarda Negra e severamente reprimidas as conspirações monarquistas, o 13 de Maio praticamente deixa de existir. Um correspondente do *Jornal do Povo* de Taubaté relata a festa de 1891 no Rio de Janeiro: apenas uma sessão solene da Confederação Abolicionista no salão do Recreio Dramático e um baile nos salões do Clube do Engenho Velho. O correspondente compara esta modesta comemoração com o entusiasmo de três anos atrás, quando a Corte esteve em festas por uma semana inteira. A responsabilidade pela frigida com que o povo acolhe os feriados cívicos não é a resistência contra o positivismo, por parte da "sociedade", nem a dura campanha de intimidação contra os libertos forçados ao trabalho "livre": é o "desfalecimento moral em que nos deixou a família Bragança".⁸

As referências esporádicas ao 13 de maio, durante as duas primeiras décadas republicanas, mostram exclusivamente os chefes políticos e os funcionários públicos - especialmente os professores - empenhando-se no cumprimento de seus deveres cívicos; o principal, quase único, grupamento que se mobiliza para esta e para as demais festas cívicas é, como já foi visto, a população escolar. Mesmo que os negros comemorem a data à margem destas festas republicanas, não foram encontrados registros; apenas durante a 1ª guerra mundial é que a imprensa explicita a presença e atuação dos ex-escravos nas comemorações.

Enquanto a festa cívica congrega apenas os escolares e a elite da "sociedade", prolonga-se o debate em torno das datas e dos símbolos nacionais. O *Jornal do Povo*, historiando o processo que resultou na Abolição, reafirma a tese do movimento revolucionário apenas sancionado quando já era irreversível, e articula o fim da escravidão com o fim da monarquia. Mas "o Brasil não estava preparado para o trabalho livre, e nem para a liberdade"; nem o escravo, nem o "povo" estavam preparados; entretanto, não se trata de maldizer a República. O *Jornal do Povo*, que propôs o trabalho livre para remediar a anarquia do trabalho, quando a instituição da escravidão se tornara inviável, e a República contra a anarquia das idéias e dos governos, prossegue em sua luta, esperando que esta em trará forçosamente, inevitavelmente, no caminho da ordem, quando o

"povo" souber compreender os seus direitos e aceitar de fato a democracia, enxotando os mandões e os especuladores.⁹

Em maio de 1911 **A Federação**, órgão do Partido Republicano Conservador em Taubaté, enquanto celebra o aniversário do marechal Hermes da Fonseca, recupera imagens cristãs e monárquicas para conclamar à comemoração do 13 de Maio. O céu daquele dia de 1888 é azul como o manto com o qual Maria envolveu o menino Jesus; a coroa da liberdade, colocada sobre a cabeça do cativo, foi cedida pelo caridoso coração da princesa dona Isabel, que se compadecia dos sofrimentos daqueles infelizes; a Pátria foi incluída entre as nações civilizadas; é justo guardas os nomes dos grandes vultos brasileiros que emanciparam, heróica e patrioticamente, a sofrida raça preta. No mesmo dia, **A Federação** faz a apologia do imigrante europeu e propõe a supressão dos negros: são brasileiros no sentido grandioso da palavra todos aqueles que, sujeitando-se às nossas leis, trabalhem conosco, comungando as nossas sensações, consorciando-se com os nossos pesares e alegrias. "O elemento preto - a quem devemos gratidão - tende a desaparecer. Ajudemos a esse acontecimento etnológico necessário, lembrando-nos, porém, sempre do grande contingente de vitalidade que ele nos emprestou".¹⁰

Uma crônica do professor José Carneiro de Carvalho, escrita em maio de 1916, fornece mais uma pista para a compreensão da súbita importância conferida pela imprensa à participação dos negros na festa do 13 de Maio. Neste ano, além da tradicional sessão literária no Grupo Escolar, a data é marcada por um imponente cortejo noturno; seguindo a música da corporação Santa Cecília, os negros empunham lanternas coloridas. O Porvir nomeia especialmente o advogado João cândido Cabral entre as autoridades que discursam da janela da Câmara Municipal. Depois da passeata, os negros seguem até a chácara do capitão Felisbino Alexandrino de Campos, em cujo terreiro acendem uma colossal fogueira e dançam até às nove horas da manhã. O professor Carneiro, curioso, observa o jongo, que constitui uma verdadeiradelícia para os pretos, tal como os brinquedos para as crianças e os bailes nos clubes para as "pessoas de tratamento". Trata-se de um bailado característico, de passos e requiebros, acompanhados de cantorias ao som de dois rústicos instrumentos - **puíta e tambaque**. As cantorias são enigmáticas, adrede pensadas, e se chamam **pontos**, semelhantes às charadas; mas podem ocorrer

rixas e até brigas se o ponto é desatado.

"Era interessante mesmo ver-se o modo com que o mestre sala aparecia, com toda a solenidade, num gesto de pessoa muito preocupada mentalmente, com a fronte ora alçada para o céu, ora inclinada para a terra, soltava no espaço as primeiras notas de sua cantiga como início do tal ponto estudado, até o estribilho que era repetido pela roda toda que mais se assemelhava a uma algazarra". Concluindo, o professor explica: "Esta comemoração que estava quase a desaparecer entre nós, tornou-se como que obrigatória aos pretos de uns anos esta parte, devido aos incentivos de alguns patriotas que muito trabalharam em prol da liberdade nos saudosos tempos da propaganda abolicionista."¹¹

O 13 de Maio de 1917, já tratado em outro capítulo, mostra o crescimento da mobilização: são duas mil pessoas, lideradas por Américo João Pereira (designado como Rei Congo pelo Porvir em maio de 1916) e por Apolinário de Moraes Madrugada, ambos vestidos "a caráter", ou seja, provavelmente, com trajes rituais. O professor Joaquim Pinto de Andrade oferece sua casa como local de concentração para o desfile noturno; deve ser, tal como o capitão Felisbino Alexandrino de Campos - que cede sua chácara para o baile na festa de 1916 -, membro do grupo que, segundo o professor José Carneiro, estimula e apóia a organização da coletividade negra.

Assim, pode-se acrescentar à hipótese construída em outro capítulo, (um aguçamento de tensões sociais devido à introdução da pecuária extensiva na região, expropriando a propriedade precária da comunidade negra, no momento em que o país exporta carne para a Europa em guerra), esta indicação de uma atividade política junto aos libertos, promovida por antigos militantes abolicionistas. O processo deve ultrapassar o contexto local e mereceria um estudo específico. É lícito suspeitar, inclusive, que a criação de uma consciência cívica entre os negros, até então completamente ignorados e marginalizados, corresponda à previsão da necessidade de enviar tropas brasileiras aos campos de batalha na Europa; a França, pátria de eleição da "sociedade", tem nos regimentos africanos

qual é a relação?

de sua Force Noire um modelo a ser imitado. Por outro lado, as autoridades podem ter retirado alguma conclusão ao examinar as causas da rebelião sertaneja do Contestado, que acaba de ser sufocada à custa de milhares de vítimas.¹²

Terminada a guerra mundial, desaparecem as referências à consciência cívica dos negros; prevalece o discurso racista inspirado na obra do conde de Gobineau, descoberta pela intelectualidade francesa durante a guerra. Cabe de novo, à coletividade negra, desaparecer sem misturar-se à raça branca. No debate que se desenrola no Parlamento e na imprensa a propósito das festas cívicas, quando se inclui as comemorações do Natal (decreto nº 4.697, de 19/1/1922) e do 1º de Maio (decreto nº 4.859, de 26/9/1924) e se procura suprimir algumas outras, praticamente não se menciona mais o 13 de Maio: "A história é um campo bélico. Os mortos também lutam", dirá um especialista empenhado na supressão dos feriados em excesso para combater a ociosidade e reforçar assim o civismo nacional.¹³

Festas antigas e festas civis

Uma crônica do jornal taubateano O Paulista, descrevendo em 1863 a festa do Senhor Bom Jesus do Tremembé, merece figurar como exemplo daquilo que os teorizadores das festas cívicas republicanas pretenderão suprimir, corrigir, substituir:

O cronista assume o partido do prazer contra os pessimistas que vêm na festa apenas a pândega: sem o prazer, a devoção não tem brilho. David dançando diante da Arca da Aliança é o modelo autorizando a mistura da piedade com a folgança.

É justamente a festa que arranca a multidão de indivíduos ao cálculo de seus negócios; negócios que roubam a Deus muitas horas de rigorosa obrigação: Boa parte daqueles que criticam a festa são homens das cifras, para quem nada há mais digno de veneração do que o dinheiro, entidade visível e motora de todos os milagres que deslumbram a sua imaginação.

"Nada tão magnífico como espetáculo de uma cidade populosa, cujos habitantes abandonam os seus lares, e guiados por uma idéia fixa, vão congregar-se em um só ponto; uma população inteira vestida de suas galas festivas e dominada por um só pensar. Louvar a Deus e divertir-se". Deixa-se de lado os usos cotidianos; o esta-

do de espírito é outro; todos abrem os cordões da bolsa e procuram divertir-se, divertindo aos outros. "A festa da capela é um agente civilizador mais poderoso do que todas as publicações de quantos literatos há". Costureiras, alfaiates, lojistas, cozinheiros, músicos e artistas aí exercem a mais intensa atividade profissional. "Já se vê por esta pequena amostra que tudo na festa é progresso: haverá ainda quem a censure por ser progressista?"

A descrição limita-se à esfera profana da festa. A multidão parece uma imensa vaga que, depois de inundar um terreno, volta aos mesmos cantos de onde saiu. O cronista, que terá lido Bau delaire, passeia como um flâneur pelas ruelas do lugarejo tomado pela população inteira de Taubaté e das redondezas. Grandes grupos de moças passeiam enquanto os homens fumam; à noite, centenas de lanternas de querosene, azeite e sebo somam suas exalações ao hálito da multidão e ao barulho que aumenta, tornando palpável a atmosfera. Grita-se de uma forma horrível para atrair a atenção: as rifas estão no seu auge! Em todas as portas e janelas há bandos de gente de toda a espécie entretida em jogos de azar. Às oito, multidão e flâneur vão ao teatro; à meia-noite os restaurantes servem música e comida. O cronista compra um bilhete de rifa dum patusco a gritar numa janela que mais parece um alçapão, cercado por um público composto de meninos e moleques, eternos apreciadores até os últimos lamentos da festa. Ganha um pratinho bordado com o nome Raimunda em letras vermelhas, lembrança da festa de 1863. Retorna a Taubaté montado em seu burro, a quem surrupiaram a manta dos arreios, um estribo e o cabeção. Bagatela, tudo é festa! Adeus!¹⁴

O cronista anônimo rechaça os argumentos puritanos da burguesia e não se submete ao discurso conservador do clero católico; observa com simpatia a frenética circulação de pessoas e de mercadorias, sem deixar-se possuir pelo zeloso empenho de tantos ou tros redatores que insistirão sistematicamente na necessidade de concentrar toda esta renda flutuante em poucas boas mãos.

As festas cívicas imperiais parecem reduzir-se ao cerimonial, colocando em ação a burocracia leiga e clerical nos Te-Deum triunfais, teatralizando a organização hierárquica da sociedade. O elemento espontâneo, ciosamente evitado, fica por conta dos bandos de moleques a vaiar a força pública, indiferentes à ameaça de correção nos arsenais.¹⁵

É justamente contra a excessiva teatralização das festas barrocas do Absolutismo que Rousseau elaborou seu famoso programa de festas republicanas, que a Revolução Francesa e o positivismo distorceram. Em sua Carta a d'Alambert, em 1768, Rousseau vai muito além de criticar veladamente Voltaire que tenta instalar um teatro em Genebra: condena explicitamente qualquer representação imaginária do homem e da sociedade, o que, como nota argutamente o sociólogo contemporâneo Jean Duvignaud, corresponde ao questionamento das próprias raízes da cultura européia, ou seja, a sua maneira de projetar emoções reais em figuras imaginárias. Contra as imagens institucionalizadas do teatro (que não se limitam ao palco), Rousseau propõe uma dramaturgia social verdadeira, fundindo as mentes individuais graças à intensa participação.

Nas Considerações sobre o governo da Polônia, de 1772, Rousseau convoca as novas nações que surgirão dos escombros do Absolutismo a descobrir a realidade existencial do contrato social em festas públicas que, com sua linguagem enérgica, comovam as almas fortes dos cidadãos republicanos. A festa é o tempo forte do zelo patriótico, daquela sensibilidade coletiva que deve impregnar tanto a vida pública como as atividades cotidianas. Expressando em um único ato esta sensibilidade difusa, a festa é também o instrumento de sua formação e de sua intensificação. As representações imaginárias das virtudes cívicas, que a festa organiza por meio de seus ritos e símbolos, são outros tantos meios de modelar as almas dos participantes. Assim a festa veicula um discurso simultaneamente político e educativo cuja eficácia se deve à sua linguagem específica, a linguagem das imagens e dos signos - que orienta e coloca em ação a imaginação individual e coletiva. A coletividade se festeja a si mesma, dando a si mesma a sua imagem-modelo em espetáculo. A festa aciona a imaginação, mas o modelo social e moral traduzido em imagens mantém esta imaginação constantemente ocupada, não lhe permite afastar-se da lição moral representada. O povo, assim, diz a si próprio como ele deverá ser, comporta-se como o educador e o educando. A esta altura, Rousseau já não pensa mais na festa livre e espontânea da Genebra republicana, e distingue cuidadosamente os escalões: o povo não deve se confundir com os chefes.

O historiador Bronislaw Baczko repara que esta mudança é mera questão de acento, e não de fundo, visto que toda a trans

parência da festa na Carta a d'Alambert se baseava numa ordem, impecável, e que este ordenamento supõe um ordenador, o sábio legislador. Em todo caso, como insiste Jean Duvignaud, é com Rousseau que se explicita na sociedade ocidental a possibilidade de se pensar a mudança social com base no princípio da festa, como em determinadas sociedades ditas primitivas, dissolvendo a vida privada numa intensa e generalizada comunhão, espécie de revolução cultural desmontando as representações imaginárias que legitimam e reproduzem a desigualdade.¹⁶

Durante a Revolução Francesa, em que a "querela das festas" leva muitos à guilhotina, prevalece afinal o ponto de vista burocrático e autoritário das elites esclarecidas: as festas tornam-se cerimônias comemorativas, rejeitadas as propostas radicais e democráticas que concebem as festas nacionais como levantes populares contra as instituições remanescentes do Antigo Regime.

No Brasil, coube a Teixeira Mendes e Demétrio Ribeiro a redação do Decreto que instituiu o calendário das festas cívicas republicanas a 14/1/1890. O texto sintético da exposição de motivos, apesar de evocar o Sistema da Política Positiva de Auguste Comte, não colide com nenhum princípio liberal; positivistas e liberais partilham a mesma fé no dogma evolucionista do progresso, e o mesmo etnocentrismo, que norteiam a seleção dos dias de festa nacional.

Já a bandeira republicana, com seu lema positivista, provoca muita polêmica. O Governo Provisório da República preocupou-se primeiramente com a reação das guarnições militares. Além de referir-se explicitamente ao Exército e à Armada ao justificar a conservação das cores verde e amarela no preâmbulo do Decreto nº 4, trata de reduzir o tempo de serviço e abolir o castigo corporal na Armada no Decreto nº 3, e em dezembro, eleva os soldos.

O Jornal do Povo, de Taubaté, ao transcrever o decreto de 19 de novembro, depois de aplaudir a combinação das cores, emblemas, símbolos e legenda, comenta:

"Agora os nossos ingênuos marinheiros, que choraram ao arriar a antiga bandeira nacional, como o fetichista ao depor do altar onde o adorava o ídolo de seu culto, saudarão jubilosos o nosso pavilhão, em que refulgem as cores, a cuja vista

se lhes despertavam o intenso amor da terra natal e o sentimento social da Pátria". Neste mesmo dia, o Diário Oficial publica um texto explicativo de Teixeira Mendes, a pedido de Rui Barbosa. Aí também avulta a mesma preocupação: o símbolo "corresponde às tocantes emoções dos nossos soldados e marinheiros (...) Única parte da nação em que o culto fetichico da bandeira foi sistematicamente mantido, a força pública de terra e mar, melhor do que qualquer classe de cidadãos, devia naturalmente sentir as condições a que tinha de satisfazer o novo emblema".¹⁷

O Noticiarista, impossibilitado de expressar claramente o ponto de vista dos grupos políticos jogados na oposição pelo golpe de Estado republicano, critica a cerimônia do primeiro hasteamento da bandeira em Taubaté, em março de 1890. O jornal toma por pretexto a atitude do presidente da intendência, que convidou apenas o doutor Souza e Castro a discursar em nome dos membros daquele conselho, para referir-se à nova bandeira como "o sagrado farapo nacional", inserindo sutilmente uma crítica à "imagem da pátria republicana".¹⁸

Nas eleições para a Assembléia Constituinte, o Partido Católico sofre esmagadora derrota em Taubaté, considerado um dos mais sólidos redutos do clericalismo no Estado; enquanto os republicanos obtêm em média 1.050 votos, os candidatos católicos recebem no máximo 136. Em Redenção, vila vizinha a São Luís do Paraitinga, os republicanos recebem 69 votos contra 50 dos católicos.¹⁹

Outros símbolos cívicos são os retratos e bustos das autoridades, e mesmo, especialmente, as suas próprias pessoas. O Jornal do Povo, após o atentado frustrado contra o imperador no Rio, é alvejado com pedras por um grupo de monarquistas a 18 de julho de 1889. Noticiando rapidamente o Te-Deum em Ação de Graças celebrado pelo vigário Nascimento Castro e pela Câmara Municipal, o jornal destaca uma ocorrência do Rio de Janeiro, onde um busto do imperador Pedro I é arrematado por 500 réis em um leilão de objetos inúteis do quartel de polícia. Na festa do Divino Espírito Santo de 1891, em Taubaté, um pacote de conteúdo desconhecido, com o letreiro Para quem apreciar, é arrematado por 6\$000. O festeiro Francisco

Moreira Damasco abre o pacote e exhibe um retrato do imperador bandido, provocando viva emoção; canta-se o Hino Nacional. Três republicanos erguem um viva à República, mas ninguém os acompanha. No dia seguinte, o festeiro anuncia que o mesmo retrato vai de novo a leilão, juntamente com um retrato do generalíssimo Deodoro da Fonseca. Os monarquistas preparam-se para arrematar por alto preço o primeiro, mas os republicanos conseguem afinal convencer o festeiro a evitar o "cotejo das algibeiras e das idéias". O Noticiarista ironiza: os adversários de Pedro II comprometeram a República, impedindo que o "confronto de apreço" rendesse bons frutos para a construção da igreja de São José, já prometidos pelo festeiro, que tudo indica ser monarquista.²⁰

A morte do ex-imperador na França, onde o governo lhe presta honras de chefe de Estado, irritando os republicanos brasileiros, provoca uma série de tumultos nas igrejas que celebram exéquias. Bandeiras imperiais e republicanas são estopins da maioria dos conflitos. Por esta época, os caipiras que vão ao Mercado Municipal de Taubaté recusam o papel-moeda republicano e só comerciam com as cédulas em que se vê a efígie de Pedro II. O Noticiarista divulga com estardalhaço os milagres de Juazeiro, onde uma comissão enviada pelo bispo do Ceará dá crédito aos estigmas e às hóstias ensanguentadas da beata Maria de Araujo, que gravita em torno do padre Cícero Romão.²¹

Em março de 1893, os republicanos ortodoxos estão na oposição em Taubaté. O ex-delegado de Polícia tem seu Jornal do Povo atacado por elementos do destacamento policial. O 13 de Maio, segundo a folha oposicionista, é comemorado apenas no Colégio Americano, que está sendo alvo de furiosa campanha do clero e da imprensa católica. Em outubro do ano seguinte, o Jornal do Povo noticia com satisfação a constatação de que houve fraude em Juazeiro. Os membros da comissão episcopal teriam sido iludidos por uma idiota que cospe sangue. O jornal dirige-se ao povo: "E ainda acreditam nesses morcegos! Educa-te povo! Destila-te dessa escravidão em que te prendem os padres!".²²

O Clero romano e as festas nacionais

Coincidindo com a Páscoa em 1889, o 21 de Abril, da

ta do enforcamento de Tiradentes, é comemorado pela folha republicana taubateense *Jornal do Povo* como jornada anti-monárquica. Cristo teria pregado a liberdade, a igualdade e a fraternidade do gênero humano, tal como Tiradentes em território brasileiro. Ambos foram suplicados pela monarquia, nota Fernando de Mattos. O editorial de Antônio Felipe A. de Oliveira é temerário. Após narrar a conspiração e seu desenlace trágico, conclama à insurreição, vingando o mártir:

"Porventura deixaremos arvorar-se na América o estandarte da tirania e do carolismo hipócrita, simbolizados no Conde d'Eu e em Isabel? (...) A pátria em perigo! A pátria em perigo! Corramos a São Cristóvão! Fora a monarquia! Fora o despotismo! Fora a realza!"²³

Comentando a modéstia das comemorações oficiais por ocasião do 21/4/1891, o jornal independente *Pátria Paulista* explica que os republicanos estão encontrando dificuldades em demonstrar que Tiradentes teria sido realmente partidário da República.²⁴

Em abril de 1892, o *Noticiarista* porta-voz, dos monarquistas e demais oposicionistas, ironiza a terceira comemoração republicana do 21 de Abril, comparando os rigores repressivos do ma rechal Floriano Peixoto àqueles de Maria a Louca; o engenheiro doutor João Porfírio de Macedo tumultua a sessão lírico-dramática organizada pelos diretores do *Jornal do Povo*, recebendo os aplausos do *Noticiarista*, que se refere a Joaquim José da Silva Xavier como um ignorante semi-analfabeto, um infeliz arranca-dentes. O engenheiro milita no Partido Operário que se constitui em maio do mesmo a no, apoiado pelo *Jornal do Povo*. O partido tem um bom desempenho nas eleições municipais de agosto: o negociante Manuel José Borges elege-se vereador, com 319 votos, o engenheiro João Porfírio de Macedo e o artista Antônio Bittencourt, com 268 e 191 votos respectivamente, são suplentes. Aparentemente, comporão politicamente com a nova situação chefiada pelo capitão João Afonso Vieira.²⁵

A inauguração da estátua de bronze de Tiradentes a 21/4/1894 em Ouro Preto, quando a Revolução Federalista já se encontra praticamente debelada, encerra as polêmicas em torno da figura do inconfidente e de sua festa.²⁶

Outra data polêmica é o 14 de Julho, que o Decreto

nº 155 B de 14/1/1889 consagra à comemoração da República, da Liberdade e da Independência dos povos americanos, vinculando estes povos e conceitos à Revolução Francesa que, no exagerado entender dos positivistas, "inaugurou a regeneração humana". Tal como a cor verde da bandeira, a data é outra marca deliberadamente assumida de filiação do país à França, o "centro do Ocidente", como afirma Teixeira Mendes.²⁷

O Jornal do Povo comemora em 1889, ainda sob a monarquia, o centenário do 14 de Julho: naquele dia começou a Grande Revolução que ainda continua a agitar o universo, daí é que, com a Proclamação dos Direitos, o homem tornou-se Homem; altruista, a França pensou em libertar o mundo plantando a árvore da liberdade em vários países, regando-a com o sangue de seus soldados; derrotada momentaneamente, a França republicana reergue-se e faz frente aos ridículos testas-coroadas incapazes de combatê-la; o redator Brutus saúda a grande nação, berço da liberdade dos povos, foco irradiador da verdadeira religião da humanidade. Enquanto isto, o jornal divulga o folhetim Os Orçamentívoros, em que a princesa Isabel é chamada Festeira, Pedro II é Dom Banana e o Conde d'Eu só se preocupa com seus cortiços de aluguel.²⁸

Além do mínimo previsto por lei, isto é, o hasteamento da bandeira nos edifícios públicos, apenas os maçons mostram interesse na comemoração do 14 de Julho; em julho de 1907, o doutor Fernando de Mattos discorre sobre o tema Liberdade, Igualdade e Fraternidade na sede da sociedade espírita União e Caridade. É provável que aquele Brutus de 1889 seja o conferencista de 1907. Ocupando o lugar da Venerável da Loja Triunfo, Honra e Verdade desde 1891, e elevado à categoria de irmão Benemérito pelo Grande Oriente do Brasil em 1898 - quem representa o Grão Mestre é o doutor Porfírio de Macedo, acima referido -, o empresário taubateano Fernando de Mattos é uma das figuras mais combativas em defesa da ortodoxia republicana; em 1897 milita no Partido Republicano Federal e em 1911 no Partido Republicano Conservador.²⁹

Ao mesmo tempo que reprimem violentamente os levantes de massa que escapam a seu controle, as autoridades se preocupam com a ausência de qualquer entusiasmo popular nas festas cívicas. Em 1904, o presidente do Estado de São Paulo recomenda às Câmaras Municipais que comemorem mais solenemente a data da Independência,

e em maio do ano seguinte se organiza no Rio de Janeiro a Sociedade Comemorativa das Datas Nacionais, saudada com ironia pelos caricaturistas e humoristas da imprensa. Apenas as crianças dos grupos escolares são mobilizadas nas festas cívicas; no Parlamento, a bandeira nacional continua a provocar discussão.³⁰

Nem mesmo a campanha oficial desencadeada em 1908 para intensificar o culto à bandeira elimina a resistência contra o dístico positivista. Em 1910, o Congresso Episcopal realizado em São Paulo decide que os sacerdotes devem alistar-se como eleitores e tomar posições claras em favor dos candidatos católicos. O papa Pio X, no ano seguinte, manifesta-se em contrário a esta decisão. Quando, em novembro de 1912, se anuncia a formação de um novo Partido Católico, o jornal *O Norte* seu porta-voz, afirma que a bandeira é antipática e antiestética, faltando-lhe tradição - já que não foi esta que se hasteou a 15 de novembro de 1889 - e o sentido, já que o inexpressivo lema positivista atenta contra a liberdade religiosa do povo.³¹

Mesmo sem vingar o partido, os católicos fazem uma espetacular demonstração de força em janeiro de 1914 ao recolocar o crucifixo no tribunal do júri em Taubaté. O vigário geral monsenhor Nascimento e Castro e seu irmão, o deputado federal cônego Valois de Castro, estão à frente da procissão de duas mil pessoas que percorre as principais ruas da cidade. O movimento, que se verifica em várias cidades do país, recupera o terreno perdido pelo catolicismo durante os primeiros momentos do regime republicano, quando positivistas e livres-pensadores suprimiram os símbolos cristãos e referiram-se à religião como crença medieval, imaginação poética que poderia ser melhor entendida como etapa superada na evolução rumo à fraternidade universal. A reconquista marcará novo êxito com a introdução do Natal no conjunto das festas nacionais, deplorada pelos positivistas como sintoma de franca decadência republicana nos meios políticos dirigentes submetidos ao teologismo cristão.³²

Civismo de classe e de ocasião

Algumas situações festivas excepcionais merecem inserir-se entre as festas cívicas. Visitas de personalidades, inauguração de obras, centenários, passagem de século, por exemplo, sejam comemorações em que sobressaem os interesses políticos - se

não dos organizadores da festa, pelo menos dos periódicos que as noticiam (ou omitem).

O centenário do descobrimento do Brasil pelos portugueses, comemorado a 8 de Maio de 1900, tal como é relatado pelo jornal *A Voz do Povo*, parece mais religioso que cívico. Efetivamente, o jornal enfatiza a missa campal, realizada no adro do Convento de Santa Clara, assistida por mais de 6.000 pessoas, nomeando apenas o celebrante, frei Bernardino, e o vigário. Às 18 horas, celebra-se um solene Te-Deum, e à noite tem lugar uma sessão no Teatro São João. O jornal não identifica nenhum dos vários oradores, e nem mesmo nomeia os organizadores da festa. Mais do que um partidarismo clerical, o jornal parece buscar o máximo de neutralidade, destacando apenas o caráter massivo da missa campal, e nivelando sumariamente todas as personalidades que, em outros órgãos de imprensa, estarão certamente arroladas e agraciadas com os elogios protocolares, que obedecem rigorosamente às conveniências políticas do momento.³³

Já o século XX, a se julgar pelo jornal *O Taubateano*, ter-se-ia inaugurado sob a égide do doutor Fernando de Mattos e do industrial Félix Guisard. No vasto salão cedido pela Companhia Taubaté Industrial, um festival operário marca a passagem do século, começando às 20 horas de 31/12/1900. Às 21 horas, os operários vão buscar em sua residência o seu patrão Félix Guisard, acompanhando o doutor Fernando de Mattos e a corporação musical João do Carmo (a "banda paraguaia"). Exatamente às 23h55, todos ouvem religiosamente o monólogo *O século XIX*, recitado pela inteligente e dedicada operária Maria José de Carvalho; trata-se de um balanço otimista, o século XIX relembra os benefícios sociais que trouxe, os seus sentimentos, seu testamento e sua última vontade: que todos os operários se abracem em nome da família brasileira e do congratamento do mundo operário. Tocado o Hino Nacional, entra solenemente em cena o Século XX, representado pela gentilíssima e graciosa operária Egypcia Barges, cujo monólogo é um vasto programa de regeneração social, terminando com entusiásticos vivas ao som do Hino Nacional.

O autor dos monólogos é o próprio Félix Guisard, que recebe a seguir um quadro de Boas Festas ricamente emoldurado, presente oferecido pelos operários da fábrica representados por Ernes

to Sampaio, membro da comissão organizadora da festa. Além deste, também saúdam Félix Guisard, enaltecendo suas excelsas qualidades, outro membro da comissão - Carlos Valverde - e Deoclides de Carvalho, eleito no dia seguinte orador do Centro dos Operários Livres. O homenageado, depois de agradecer e retribuir os votos de boas festas, ergue um viva ao outro distinto protetor do proletariado taubateano, o doutor Fernando de Mattos. Em seu discurso, Fernando de Mattos levanta a saudação de honra ao operariado universal, despertando grande ovação. A festa se prolonga, com doces e bebidas e dança, até ao alvorecer do novo século. O Taubateano, que conta com o próprio doutor Fernando de Mattos entre seus redatores, se associa aos festejos dos briosos operários da fábrica de tecidos, sinceros lutadores do trabalho: filho do povo, propugnador da moral e do direito, o jornal saúda cordialmente o senhor Félix Guisard, digno gerente da Companhia Taubaté Industrial ao raiar do século XX.³⁴

Numa festa que, em princípio, deveria ser privada e familiar, o doutor Fernando de Mattos comemora seu aniversário exibindo de seus poderes como delegado de polícia: liberta todos os presos sob custódia na cadeia pública. O gesto é severamente criticado por seus adversários políticos, tal como um outro, 15 anos antes, quando reembolsou um espectador que criticava um espetáculo de circo em visita à cidade - aliás, aparentemente, a convite seu.³⁵

As cerimônias e festividades que têm lugar em Taubaté em 26 e 27 de fevereiro de 1906, quando os presidentes dos três grandes Estados produtores de café se reúnem ali para firmar o Convênio de Taubaté, embora tenham sido noticiadas pela grande imprensa das capitais, são praticamente ignoradas pelos jornais taubateanos que se encontram hoje na Hemeroteca do Arquivo Histórico daquela cidade. O Jornal de Taubaté, não satisfeito com minimizar a gala dos festejos, explica que o faz por militar na oposição a "quem manda nisto, Nhonhô Barros". É possível que, além das disputas políticas a nível municipal, o comportamento dos órgãos de imprensa locais traduza a desconfiança contra os fazendeiros do Oeste, muito mais interessados na valorização do café, ou seja, na defesa de seus altos investimentos comprometidos pela superprodução de seus cafezais recém-plantados.³⁶

No mesmo ano de 1906, **A Vanguarda**, órgão republicano ortodoxo, relata caricaturalmente a passagem de um chefe político

situacionista local. Trata-se, sem dúvida, do deputado federal cônego Valois de Castro, paladino dos católicos no Parlamento; a Vanguarda chama-o cônego Beija-Flor. O trem garbosamente entrando na estação, "cheio de si por trazer em seu bojo tão precioso fardo", dá ao segundo parágrafo conotações metafóricas de fenômeno excremental. Apitos, foguetinhos, foguetes e foguetões, prolongando a imagem, deslocam-ná bruscamente para a crise social, lembrando ao Zé-Povo os bombardeios de Porto Arthur. O exagero ao quantificar o grupo de pessoas presentes na estação, mais que minimizá-lo pelo excesso, visa destacar cinco personagens que "não contam": o Sabino, o Amaro, o Biscoito, o doutor Idem e o mano Periquito, além do próprio recepcionado, "o produto híbrido com que a Natureza brindou os povos destas zonas". Seguem metáforas evangélicas: os grandes da terra e mesmo a oposição (inqualificável) estendem seus mantos para que o Cristo pise ao entrar em Jerusalém;

"as Madalenas agarravam-no pela batina e quase o comeram em carne e osso, de dia mesmo. Atiravam-se a ele atraídas pelo fluido magnético de que estava cercado e levaram-no em charola aos sons dos vivos e foguetes de duas bombas que ocultavam o próprio sol [Em casa do mano, futuro deputado e bispo - o vigário Nascimento Castro, sem dúvida] houve um forrobodó que terminou por um cake walk [sic] capaz de seduzir o próprio José. Diz-se mesmo que havia um Putiphar na sala do samba".

A despedida é rispidamente resumida: apenas o mano, o padre Vieira e o Cadete vão à estação despachar o visitante ilustre. A crônica termina evocando a chegada do Momo, ao relatar a recepção organizada em São Paulo. É tempo de carnaval e A Vanguarda aproveita o ensejo para relatar um incidente: o Periquito, que já foi identificado como o vigário Nascimento Castro, vocifera contra o delegado de polícia que não proibiu o brinquedo de entrudo. Segundo o jornal, algumas moças imprudentes deram umas bisnagadas "na A. A. e L." - que talvez designem partes do corpo do sacerdote. Impossibilitado de corresponder ao brinquedo por estar perto de muita gente, S.S. vinga-se no delegado. "Seria melhor que S.S. reservasse a sua bisnaga para ocasião mais oportuna", conclui metafalicamente o redator anônimo.³⁷

Talvez em resposta, O Norte dedica sete colunas ao triunfo do vigário Nascimento Castro em abril: arco de triunfo e co-reto defronte à sua casa, comissão de notáveis saindo da igreja às 18 horas em ponto para convidá-lo e conduzi-lo à igreja, Te-Deum em Ação de Graças, sermão do arcebispo doutor Paula Rodrigues - que mantém a multidão em religioso silêncio durante quase uma hora; passeata em que sobressaem os estandartes da Associação Artística e Literária e do Centro dos Operários Católicos, multidão, marche aux flambeaux ao som da corporação João do Carmo, discurso do doutor Câmara Leal em nome do povo. Comemora-se a alta distinção, a elevada confiança que o papa acaba de demonstrar ao veterano pastor de um enorme rebanho; o homenageado agradece aos vários oradores, ao povo, aos músicos. As senhoritas católicas haviam preparado manifestação especial à mãe do novo monsenhor, que, sob cuidados médicos, não comparece à frente da casa; seu filho agradece comovido a enlevada alocação do jornalista Alfredo Monteiro, da redação do Norte. À festa prolonga-se até as 23H30 com doces, o indefectível "profuso copo d'água" e música. Duas colunas inteiras relacionam personalidades e famílias ilustres presentes à festa.³⁸

Outras festas que, ultrapassando os limites do privado, assumem características de comemoração cívica e de manifestação política, são as inaugurações de casas de negócios, empresas, equipamentos. O clero geralmente participa, como na inauguração da máquina de beneficiar café da firma Gurgel & Filho, de João do Amaral Gurgel e B. Gurgel do Amaral no bairro de Santa Cruz, município de Jambeiro, em 30/7/1906. Grande multidão daquele e de outros municípios vizinhos acompanha a banda de música e o vigário Colherinhas até o local aprazível onde se encontra a máquina denominada Santa Caetana.

"Ali chegados, o reverendo vigário solenizou a bênção, em seguida ao que - ao som de um lindo do brado, aos estampidos das baterias e muitos foguetes que serpentearam nos ares - a grande roda hidráulica, depois de receber o necessário motor - a água, girava gradualmente movendo então todos os maquinismos enquanto o povo, extasiado, assistia aquela confusão ruidosa e sonora. Interrompida a máquina por alguns momentos, os amáveis

proprietários serviram ao povo um copo de cerveja".

A festa se completa, após discursos de várias autoridades, com um animado baile e chá às horas da madrugada. O progresso, tal como o concebe a "sociedade" à época, não é saudado apenas com as ritualizações das religiões da humanidade ou do protestantismo: o catolicismo, ultramontano, liberal, erudito ou tradicional, é sem dúvida o grande manancial de significações imaginárias sociais ao qual recorre a burguesia brasileira para hierarquizar a instituição da sociedade.³⁹

Festa notável, carregada de simbolismos, é a inauguração dos serviços públicos de iluminação elétrica. Pindamonhangaba em julho de 1911, Taubaté em janeiro de 1913, são exemplos que os chefes políticos de São Luís do Paraitinga tentam acompanhar desde, pelo menos, janeiro de 1911, mas somente em 1925 é que a "cidade morta" torna-se afinal "cidade viva", único melhoramento reconhecido (em 1927) pela oposição como obra do Diretório Político Municipal liderado por João Batista de Oliveira e Costa.⁴⁰

A morte do Barão do Rio Branco em fevereiro de 1912 é talvez o único momento de unanimidade, em todo o período: todas as facções políticas se associam nas exéquias do homem que dirigiu a política externa do país sob quatro presidentes republicanos, encarnando o patriotismo brasileiro em sérios atritos com a Argentina, especialmente. Rodrigues Alves, presidente do Estado de São Paulo àquela altura, em oposição a Hermes da Fonseca, pode estar sendo lembrado como o presidente civil que, em 1902, ofereceu o Ministério do Exterior ao ilustre morto.

Um violento protesto popular contra soldados do 53º Batalhão de Caçadores de Lorena, a 13 de maio de 1914, em Pindamonhangaba, pode ter alguma relação com a radicalização da questão racial detectada em São Luís do Paraitinga a partir de 1914. Durante o desfile, os praças não fazem continência ao som do Hino Nacional; o povo manifesta desagrado, espouca tiros e reluzem navalhas; os soldados refugiam-se num hotel que o povo arromba, prendendo um deles; fogem no trem noturno, mas seus perseguidores também embar-

cam; um soldado, joga-se do trem em movimento, morrendo na queda; outros são presos fugindo a pé já perto de Roseiras. Embora provavelmente se trate de mais uma manifestação de bairrismo, como aquelas que freqüentemente ocorrem durante partidas de futebol, na mesma época, o fato de verificar-se o incidente exatamente numa comemoração da Abolição da Escravidão parece indicar um conflito social que não deve, naturalmente, limitar-se ao município de São Luís do Paraitinga.⁴¹

Completando este painel do contexto regional em que se definem as características das festas cívicas, cumpre sintetizar, destacando o sentido predominante ao final do processo. No bojo da campanha patriótica, militarizante que toma corpo com a guerra mundial, especialmente após a greve geral de 1917 em São Paulo, consolidam-se as posições dos grupos políticos católicos na região. O jornal *A Ordem*, folha republicana editada em Tremembé por Tavares Filho, velho companheiro do doutor Fernando de Mattos, avalia o eleitorado brasileiro e conclui que o grande vício do sistema eleitoral foi a substituição do censo alto da Lei Saraiva pelo censo ultra-baixo concebido pelas filosofias oriundas do 89 francês.

Os eleitores nacionais pertencem a três categorias: na primeira, escassa, estão os homens capazes do direito do voto em qualquer país culto - homens economicamente independentes e dotados de inteligência -, ou seja, o antigo eleitorado monárquico, o censo alto; pouco ou nunca votam. A segunda classe é constituída pelos eleitores capazes do voto consciente, mas escravos de injunções políticas por força de dependência econômica: funcionários demissíveis, que votam religiosamente em todas as eleições, sempre sob intimidação do poder constituído. Finalmente, a terceira classe é a grande maioria, a massa que decide em todos os pleitos: Jeca Tatu, piraquara analfabeto, parvalhão, lanzudo, que suplanta um Rui Barbosa.

O remédio contra esta imoralidade é, portanto, elevar ao máximo o censo pecuniário. O jornal, após denunciar a *Mentira Liberal*, aplaude a iniciativa de um grupo de advogados, médicos e pessoas gradas de Ribeirão Preto que se propõem a fiscalizar o alistamento eleitoral, impedindo o voto dos analfabetos e desclassificados. Ao mesmo tempo, a folha republicana denuncia a opressão dos pretos e dos pobres pelos brancos ricos e exige o cum-

primento do decreto nº 8.610, de 15/3/1911, art. 78, que garante a jornada de oito horas de trabalho para os ferroviários da Central do Brasil.⁴²

Civismos antigos em São Luís do Paraitinga

O universo das festas cívicas na história de São Luís do Paraitinga - como o de qualquer município - é um conjunto heterogêneo: comemorações de cunho internacional, nacional, provincial e local, remotas e recentes, envolvem-se tão intimamente com o calendário do processo político que se torna forçoso optar entre o enfoque genérico e o histórico. Não caberia aqui, por certo, perseguir a estrutura e anti-estrutura, nem o sentido último das festas cívicas, empresa que resultaria fatalmente na conclusão de que, reavaliados todos os modelos, teorias e sistemas, impõe-se a necessidade de testá-los perante a historicidade: história e sociedade são categorias de um pensamento herdado cujos pressupostos lógicos convém violentar. Mais que um simples combate no reino das palavras, trata-se de assumir as conseqüências práticas de uma opção entre o tempo do representar social e o tempo do fazer social; na prática historiográfica contemporânea, trata-se de escovar a contrapelo cabeças e corpos habituados ao comodismo das normas e medidas, assumir o estado de exceção, encarar o existir social como fenômeno social-histórico que se faz e se destrói por auto-instituição e auto-alteração. Modéstia e audácia não são incompatíveis.

Uma controvérsia a propósito da data de fundação de São Luís do Paraitinga, aparentemente interessando apenas os eruditos e os pedantes, pode sugerir conflitos e tensões que aguardam um tratamento sistemático. As datas oficiais decorrem dos gestos administrativos do Morgado de Mateus e de seu preposto Manuel Antônio de Carvalho, a partir de 18/5/1769 - a vila é fundada a 31/3/1773. Entretanto, a região já apresentava presença luso-brasileira desde pelo menos 1686, quando o capitão-mor de Taubaté, Felipe Carneiro de Alcaçouva e Souza, concedeu sesmarias ao capitão Mateus Vieira da Cunha e a João Sobrinho de Moraes; quando o sargento-mor Manuel Antônio de Carvalho funda oficialmente a vila erigindo o pelourinho, já existia ali um pequeno arraial com 10 a 50 casas e uma capela. Quem o afirma é o redator anônimo do manuscrito Relato da His

tória de São Luís do Paraitinga de 1686 a 1913, referindo-se a um documento por ele encontrado no Arquivo Municipal que, pelo visto, desapareceu.⁴³

Em 1920, o professor José Carneiro de Carvalho, sem tomar conhecimento desta controvérsia, oferece elementos para se compor o quadro, ao avaliar as condições em que se organiza o povoamento oficial da região. Manuel Antônio de Carvalho é autorizado por

"D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, Fidalgo da Casa de S. Majestade e do seu Conselho, Senhor Donatário da vila de Ovelha de Marão, Alcaide-Mor e Comendador da Comenda de Santa Maria de Vimiosa, da Ordem de Cristo, Governador do Castelo da Barra de Viana, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo. Ufa! como estafa a gente discriminar essas prerrogativas concedidas a um simples mortal nesses tempos obscuros de tão apurada fidalguia [uso que,] se hoje o censuramos, em compensação temos outras mazelas que a posteridade há de também por sua vez apostrofar (...) O fundo que acho típico nesse nosso começo é a faculdade que teve o fundador para trazer, além dos que podiam acompanhá-lo livremente, aos forçados a isso por serem vadios e errantes. Ora, como fosse na mesma ordem o nosso fundador investido igualmente de toda autoridade judiciária, devendo como era de prever-se por isso ser sancionado qualquer despotismo que praticasse - o que era factível em consequência de sua nenhuma cultura jurídica - com certeza mais trouxera gente dessa baixa laia ["vadios, carijós, vagabundos e habitadores de sítios volantes em partes desertas"] do que mesmo povoadores de certo critério, uma vez que sem coação quase ninguém que se prezasse deveras concordaria em deixar seus penates ex-abrupto para acompanhá-lo em sua passagem".⁴⁴

O professor Carneiro prossegue, empenhado em valo-

rizar a população luizense, tão ridicularizada pelo senso comum da "sociedade" leitora de Monteiro Lobato e outros especialistas da re geração nacional. O que importa aqui, no entanto, é refletir sobre o inevitável choque de interesses entre o povoador oficial, com sua corte de subalternos, e os antigos povoadores (e destes com os índios...). O historiador Jaelson Bitran Trindade identifica Manoel Antônio de Carvalho como um dos antigos sesmeiros; neste caso, de qualquer forma, trata-se de alguém que obtém poderes excepcionais destacando-se daquele grupo. Assim, se por acaso a vila de São Luís do Paraitinga celebra desde 1773 uma data cívica local, é possível que alguma parcela da coletividade a questione, assumindo emblematicamente outra data, e outra devoção religiosa, outros santos em oposição ao São Luís de Tolosa, imposto em homenagem ao Morgado de Mateus, Luís.

Aí está, sem dúvida, uma origem plausível de divergências profundas entre grupos de famílias dominantes na região, que se diluem e se redefinem ao longo das sucessivas conjunturas do período colonial e imperial. Além disto, é certamente em razão de clivagens como esta, explícitas ou esboçadas desde o "contrato social" que funda a coletividade, que todos os observadores e reformadores deplorarão a proverbial falta de civismo dos brasileiros, que a República começará a corrigir, logrando algum avanço durante a primeira guerra mundial.

Festas cívicas antigas

Outras datas, sumariamente indicadas, assinalam festas que poderão certamente ser estudadas em outros arquivos: as visitas pastorais (1803, 1863, 1877" conforme o Relatório da História e do movimento religioso da Paróquia de São Luís do Paraitinga, em que o padre Pedro Ribeiro da Silva destaca o documento relativo à segunda visita, longo e interessante: deve conter um bom exame dos negócios eclesiásticos e das formas de religiosidade da população em 1863), a transferência da paróquia à comarca de Taubaté em 1826 (pertencia a Guaratinguetá até então), etc. Inútil classificar as visitas do bispo à paróquia como festas exclusivamente religiosas, durante a vigência do regime de padroado.

A Revolução Liberal de 1842, tendo sido sufocada, não converteu-se em data cívica, exceto em algumas localidades, on-

de os descendentes dos chefes liberais cultivam até hoje sua memória semi-oficial. No entanto, caso triunfasse, é muito provável que o latifundiário Manuel Pereira de Castro, juiz de paz do Segundo Distrito da Vila de São Luís do Paraitinga, acusado de sedição armada no dia 26/6/1842, teria passado a ocupar um lugar de destaque na galeria dos grandes vultos e das grandes datas na história dos vencedores, como conclui sutilmente Mário de Aguiar ao cabo de um interessante estudo das curiosidades forenses de São Luís do Paraitinga.⁴⁵

O Sete de Setembro de 1862, é comemorado em São Luís do Paraitinga sob a liderança do tenente-coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro, chefe conservador. Os conservadores alegam ter sido a vila dirigida por liberais desde 1842 até 1848. Em 1862, sob ministério liberal, os Domingues de Castro aparentam grande estabilidade no governo local. Seis anos mais tarde, a Câmara Municipal declara, a pedido, que o tenente-coronel Manuel Jacinto, comandante do batalhão da Guarda Nacional, empenhou-se muito na arregimentação de soldados para a guerra contra o Paraguai e contribuiu em dinheiro para as viagens de membros da milícia e voluntários. Trata-se, provavelmente, de peça importante a ser juntada ao processo que resultará na atribuição do baronato ao chefe do clã e do título de Imperial à cidade.⁴⁶

As eleições municipais de 7/9/1872, além de confirmar a intimidade entre o calendário cívico e o calendário político, indicam um número elevado de eleitores: 1.185. Compõem a Câmara Municipal eleita o doutor Antônio Lourenço de Freitas, o alferes Cláudio Justiniano Ferreira, o capitão João Domingues Pereira de Castro, o tenente João Pereira de Souza Arouca, Joaquim Pereira de Campos Toledo, Luís Pereira de Campos, Antônio Pereira Bulcão, José Francisco de Toledo e Anacleto Lopes Figueira. Os suplentes são Manuel Bento Domingues de Castro, José Cândido de Oliveira Costa, Antônio Pereira de Campos e Jordão Domingues de Castro.⁴⁷

Em 1880, os conservadores retomam o poder, perdido em 1878 durante o ministério Sinimbu, quando se formou um diretório do Partido Liberal no município. A Gazeta de São Luís noticia a festa de 4 de julho, quando, à noite, os conservadores vão, com banda de música, cumprimentar o capitão Laurindo Pereira de Castro, eleito pela manhã, juntamente com o tenente Manuel Jacinto Domingues de

Castro, seu primo Manuel Bento Domingues de Castro e José Antunes Marcondes, eleitos juizes de paz. O tenente Manuel Jacinto, futuro deputado federal, e o padre José da Silva Maia Torres, dirigente do Diretório Liberal, disputam o poder chegando freqüentemente às vias de fato.⁴⁸

Em 1885, o padre Maia Torres dirige-se ao Presidente da Província, ao Chefe de Polícia e à imprensa através de seu jornal *A Redempção*, denunciando mais uma agressão do filho do Barão; a 29 de janeiro, saindo da sessão da Câmara Municipal, o padre teria tido seu jornal esfregado contra o rosto por seu arqui-inimigo, se não tivesse providencialmente cumprido com o dever o delegado de polícia, seu amigo e colega capitão José Higino Braga. O militante liberal denuncia outros atentados, como o da noite de 22 de abril, quando foi acordado por capangas assalariados que tentavam fazer-se passar por amigos seus, a tentativa de apedrejamento dentro da igreja, durante a festa do Espírito Santo, e uma primeira tentativa de agressão com a *Redempção* na tarde de 25 do corrente. O agressor, denuncia o padre, especialmente às autoridades superiores da província,

"é aquele mesmo Manuel Jacinto Domingues de Castro que foi processado, meses depois da ascensão do partido liberal, por ter mandado espancar à noite o subdelegado liberal em exercício Francisco Leite Barbosa, e desse processo não ficou livre, visto ter ficado perempta a ação" (sic).⁴⁹

Em outubro do mesmo ano, o jornal liberal *O Paulista*, de Taubaté, denuncia um escândalo: os chefes políticos conservadores de São Luís do Paraitinga teriam forjado um pedido de demissão de João Lopes de Castilho e Antônio Eduardo Pompeu Lobo, respectivamente 1º e 3º suplentes do juiz municipal, documento divulgado pelos jornais diários da capital paulista. *O Paulista* transcreve um ofício dos supostos demissionários, endereçado ao Presidente da Província, contestando o falso documento. O mesmo jornal denuncia ainda a ameaça sofrida pelo Coletor das Rendas Gerais e Provinciais em São Luís do Paraitinga e por seu escrivão, de perderem suas funções caso votem com os liberais; os professores públicos também estariam sendo pressionados.

O capitão João Lopes de Castilho, chefe liberal, por sua vez, já fora denunciado em Taubaté por outro jornal, o primeiro O Paulista, em maio de 1863; intitulado-se ilegalmente curador do capitão Antônio Roiz de Mendonça - falecido há cerca de um ano - estaria se apoderando do seu patrimônio, forçando a fuga dos herdeiros legítimos que conduzem seus escravos e seus bens móveis a Taubaté, árvore ramalhuda que protegerá estas ovelhas contra a perseguição do lobo faminto e voraz e de seus capangas. Em agosto do mesmo ano de 1863, o capitão João Lopes de Castilho não obtém nenhum voto nas eleições; dentre os 18 eleitores e 18 suplentes eleitos (sistema de eleição indireta), há nada menos que nove sobrenomes Castro e sete Gouveia.⁵⁰

Finalizando esta rápida ilustração do entrelaçamento das festas cívicas com a dinâmica do calendário eleitoral, que reforçam a inevitável inserção de qualquer festa na dialética múltipla dos confrontos entre poderes, classes, partidos, grupos, famílias, etc, uma festa especial apresenta-se como o modelo, imitado com extrema reserva. Ao completar 60 anos, o imperador distribui cartas de alforria a 133 escravos, em dezembro de 1885.⁵¹

Festas políticas (1889-1910)

O tumulto de 9/6/1889, vista a ausência de registros de festas em 1888 em São Luís do Paraitinga, abre um ciclo da trajetória política local que se estende até 1910. No exercício da função de delegado de polícia, o coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro procura dispersar

"um ajuntamento de mais de 20 pessoas que se achavam agrupadas na esquina de negócios de Manuel Garcia Braga com o fito de provocar desordens e insultar a diversas pessoas dessa cidade (...) O cidadão Francisco das Chagas Paula Santos, conhecido por Chico Efigênio, desobedeceu-me dizendo que não se dispersava. Dei-lhe voz de prisão e o apreendi, conseguindo porém escapar das mãos dos policiais graças à intervenção de Manuel Garcia Braga".

No dia 23 de setembro, acompanhado por seu advogado, doutor José Higino Braga, Chico Efigênio rebate a acusação. O coronel Manuel Ja

cinto não estava, naquele domingo de 9 de junho, no exercício do cargo de delegado de polícia, e sim o seu primeiro suplente Caetano Lopes Soares. Não havia distúrbio, apenas cinco a oito pessoas à plena luz do dia, conversando em calma; por que só se deu voz de prisão ao acusado?

"Era patente que o coronel Manuel Jacinto com tal ordem procurou um pretexto para realizar o intuito de por qualquer meio proibir o Partido Liberal desta cidade fizesse qualquer manifestação de regozijo pela sua ascensão ao poder; intuito esse do mesmo coronel que veio à cidade nesse dia para esse fim, trazendo grande número de capangas". [Esta última afirmação é reforçada pela defesa a 8 de outubro: havia sessenta ou mais pessoas com fins hostis na casa do coronel Manuel Jacinto.]

"Era sabido que nesse dia o Partido Liberal desta cidade pretendia fazer uma manifestação de regozijo, como fez, pela ascensão dos seus amigos ao poder, com a organização do Gabinete 7 de Junho. Manifestação toda pacífica, e digna das pessoas que a promoviam, consistia e consistiu ela em uma passeata pelas ruas, em que tomaram parte as pessoas mais gradas do partido, que precedidas de uma banda de música e com a bandeira nacional à frente manifestaram o seu regozijo em discursos e saudações."

O Noticiarista, de Taubaté, relatando o tumulto, faz uma alusão às manifestações truculentas do "partido da ordem" quando este subiu ao poder em 1885, e adiciona mais turbulência ao enfrentamento de junho: o juiz de direito, doutor Fernando de Siqueira Cardoso, abandona a cidade, temendo pela segurança própria e de seus familiares. No mês seguinte, o juiz retorna; os liberais estão no governo, o capitão João Lopes de Castilho é o segundo suplente do delegado Francisco Rodrigues de Camargo, Joaquim Garcia Braga Júnior é o Coletor de Rendas.⁵²

Em breve o novo delegado liberal parece exorbitar de suas prerrogativas por excesso de zelo durante a epidemia de varíola. O doutor Pedro Domingues de Castro, 27 anos, médico, sai às

22 horas do lazareto onde tem dormido, para ir até sua casa. Quatro policiais tentam detê-lo, mas o médico consegue chegar ao prédio da Câmara Municipal, onde o cabo Anselmo e o sargento Guedes se justificam: têm ordens terminantes do delegado Francisco Rodrigues de Carvalho, expressamente contra aquele médico, pois o outro, doutor Paulino Rodrigues Guimarães, pode circular normalmente. Impetrando Habeas-Corpus, o doutor Pedro Domingues de Castro acrescenta que o cordão sanitário já está suspenso há oito dias, e que o delegado, furioso, puniu três policiais porque "deixaram passar o homem", mantendo-os presos até as 13 horas do dia seguinte. Recebendo o Habeas-Corpus, o membro do clã Domingues de Castro tem o prazer de ver o delegado liberal condenado a pagar 187\$000, custas triplicadas do processo.⁵³

Proclamada a República, as autoridades liberais do município apressam-se em oficializar no dia 17 sua adesão ao Governo Provisório instalado "em substituição ao que foi deposto pelo Exército com assentimento do povo da Corte", visto que "pela proclamação deste Governo se vê que ele não altera nenhuma coisa na ordem pública, tanto da administração como em relação ao poder judiciário". Mas, no dia 18, já há um Governo Provisório eleito por aclamação na Câmara Municipal: coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro, doutor Pedro Domingues de Castro e Benedito Antunes de Moura Marcondes.⁵⁴

O procurador da Câmara Municipal, Olinto José Cabral, é quem se encarrega de cumprir as resoluções dos dirigentes republicanos: manda colocar as estampas dos ministros do Governo Provisório em um quadro, na sala de sessões da Câmara, mas encontra dificuldades com a madeira dourada para a guarnição do quadro; substitui as placas da rua Pedro II, que passa a chamar-se 15 de Novembro; providencia outro quadro com a estampa da efígie do "Governador do Estado do Rio de Janeiro, Marechal Manuel Deodoro da Fonseca" (sic). Esta maneira curiosa de confundir as funções do Marechal, em documento de 20/3/1890, indica seguramente a resistência do velho funcionário público ao novo regime, ou pelo menos ao seu chefe supremo, e não um lapso, nem desinformação.⁵⁵

É bastante provável que Olinto José Cabral, mesmo que acompanhe fielmente seus chefes políticos conservadores aderindo à República, experimente de maneira particularmente prática, dadas as

suas funções, o desconcerto dos católicos diante da catadupa inesperada de símbolos, fórmulas e ritos de nítida inspiração positivista com que o Governo Provisório pratica a alegada liberdade de cultos. O Noticiarista, liberal e católico, tem seus motivos para reagir com maior violência que os conservadores católicos. Comentando a chegada dos bispos de todo o país em São Paulo, em agosto, para definir a atitude do clero face ao regime republicano, o jornal, caído na oposição, ameaça:

"Sem Deus, sem consciência, a anarquia fomentada pelo ateísmo, convertido em sistema governamental, será a ruína desta nação vazada no molde cristão. É verdade que destruíram um trono, quebraram um cetro e despedaçaram uma coroa, mas aí daqueles que ousarem decepar a cruz, trono da civilização, centro da virtude, coroa de glórias imorredouras".⁵⁶

Na 4ª feira de Cinzas de 1891, explode um conflito entre o vigário de São Luís do Paraitinga e as autoridades policiais, repercutindo espetacularmente em Taubaté, onde nasceu o sacerdote. O vereador José Maria da Silveira, que exerce interinamente o cargo de promotor público, denuncia em sessão da Câmara Municipal o vigário por "atos irregulares e hoje todos no domínio público, de desmandos, prevaricações e concussões", e solicita que o Presidente da Câmara providencie a exoneração do cônego Bento Antônio de Souza e Almeida do cargo de vigário da paróquia. Alguns dias mais tarde, dirigindo-se à residência do vigário para tratar do programa das festas da Semana Santa, o vereador-promotor é interpelado pelo sacerdote; "Estava obrigado a justificar-me, o que fiz, concluindo por fazer-lhe sentir, em vista de sua melindrosa e insustentável posição, a conveniência que havia na sua retirada, visto como os fatos apontados já estavam no domínio público e tornavam-se já alarmantes". Segundo José Maria da Silveira, o cônego Bento pode permanecer na cidade como simples sacerdote; basta que renuncie à função de vigário. O padre, afinal, decide: retirar-se-á logo após a Semana Santa, e solicita que a Câmara não tome as medidas que o promotor propusera.

No dia seguinte, 4ª feira de Cinzas, a multidão, já alvoroçada pelos boatos, ouve consternada uma comovente despedida de seu vigário, que, entre lágrimas, pergunta se o povo quer real-

mente que ele se retire, se o promotor público fala realmente em nome da população. Segundo o relato do promotor,

"Terminada a missa e por ocasião da retirada do padre da igreja, a pequena parte fanática dos assistentes, em número de cem pessoas, pouco mais ou menos, capitaneada por meus inimigos e desafiçoados capitão José Braga, João Guimarães, Galvão Prata e Joaquim Passarinho, levantaram vivas e morras, desfilarão pelas ruas da cidade em grande vozeria. Como a tal manifestação se degenerasse em desordem à vista dos insultos que iam dirigindo a mim e a outras pessoas, o delegado, no cumprimento de seus deveres, mandou que a polícia observasse aos desordeiros que estavam no seu direito de fazerem a manifestação, mas que não lhes era permitido insultar a quem quer que fosse. Foi isto motivo bastante para que agredissem a força policial e desarmassem alguns soldados, espancando-os. Ora, em vista disso, o que cumpria ao delegado de polícia? Mandou formar a força de que dispunha no quartel, embalar as armas e a pôs em condições de conter a ordem a todo o transe. No momento em que isto se dava, vociferavam os amotinadores em frente à casa do doutor Juiz de Direito exigindo desse íntegro magistrado a minha demissão de promotor público interino, porque é preciso que se diga que os chefes desses desordeiros fizeram crer aos pobres homens da roça que eu tudo tinha feito na qualidade de promotor público, julgando agravar mais assim a minha posição! Imediatamente circulou entre eles a notícia de que o delegado se movia contra eles com força armada. Foi isso bastante para que se dispersassem de pronto. Assim terminou-se o motim que só teve o fim de molestar-me. O pessoal que o dirigiu é aqui perfeitamente conhecido. Pertencentes outrora ao antigo Partido Liberal, são homens ainda adversários do partido a que me filio. São sebastianistas que, aproveitando ocasião azada, pro

curavam tirar vinganças pequeninas, lançando mão de meios torpes".⁵⁷

Na quinta-feira, mais de mil pessoas, com banda de música, prestam homenagem ao cônego Bento Antônio de Souza Almeida em Taubaté, onde acaba de chegar há pouco. O doutor Câmara Leal, líder dos católicos ultramontanos, o vigário Nascimento Castro e o chefe político Emílio Costa, em empolgados discursos, oferecem-lhe a generosa hospitalidade taubateana e protestam contra os autores de tão mesquinha vingança contra um sacerdote ilustrado. Até mesmo o redator do anti-clerical *Jornal do Povo*, surpreendentemente, ergue um brinde ao cônego Bento.⁵⁸

O delegado de polícia, João Sangirardi, italiano recentemente naturalizado, confirma a versão do vereador-promotor: os membros do antigo diretório liberal, apesar de inimigos políticos do vigário, adotaram sua causa com o objetivo de comprometer o vereador conservador. O capitão José Higino Braga, nominalmente citado como promotor dos distúrbios, contesta a acusação: nenhum membro do extinto Partido Liberal, e sobretudo ele mesmo, nunca se preocupou com José Maria da Silveira - que, efetivamente, parece ter mo deste desempenho no círculo dominante local - e que a manifestação era pacífica, homens desarmados com suas mulheres e crianças, sem nenhum caráter hostil; indo à casa do juiz de direito, o capitão teria logrado convencê-lo a refrear a truculência do delegado de polícia, disposto a mandar fazer fogo sobre o povo inerme. O cônego Bento Antônio de Almeida e Souza, alegando que as lutas pela imprensa não são atividade próprias aos ministros do Cristo, resume o ocorrido à prepotência do promotor interino que o intimou em nome do povo a retirar-se da paróquia; não incitou o povo à revolta, apenas cientificou-o do que se passava, por não reconhecer esta competência no promotor; agradece ao povo católico de São Luís, ao Noticiariasta, à Pátria Paulista e ao *Jornal do Povo* pelo apoio e simpatia. Nenhuma referência é feita por ninguém aos documentos que José Maria da Silveira está disposto a apresentar para provar as acusações que fez na Câmara Municipal.⁵⁹

O cônego Bento de Almeida e Souza oficia as cerimônias da Semana Santa como vigário, o que permite supor um retorno triunfal a São Luís do Paraitinga, assegurado pelo coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro, que cuida pessoalmente da organização

daquele festival religioso. O herdeiro do Barão está, evidentemente, se preparando para as próximas eleições, fazendo-se ungir simbolicamente como chefe carismático do município.

A publicação da receita e despesa das solenidades da Semana Santa de São Luís do Paraitinga de 1891 no Jornal do Povo, pelo encarregado da festa, coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro, surpreende à primeira vista, pois o jornal é ostensivamente anti-católico. O clã Domingues de Castro está associado à plutocracia taubateana na Companhia Norte Paulista, empresa incorporada em agosto de 1890, que se propõe a construir a ferrovia Taubaté-Ubatuba, cuidar do abastecimento d'água de Taubaté, instalar núcleos de colonização, etc. O engenheiro Fernando de Mattos, do Jornal do Povo e da loja maçônica local, é o gerente da Companhia; o deputado federal Joaquim Lopes Chaves pertence ao Conselho Fiscal, e o chefe do partido católico ultramontano, coronel João Afonso Vieira, é o primeiro suplente.⁶⁰

O Noticiarista acompanha os passos do cônego Bento, nomeado vigário de Santa Cruz das Palmeiras em janeiro de 1892; foi deputado provincial pelo Partido Conservador, quando político "nunca exerceu vinganças mesquinhas, nunca tirou o pão ao pai de família que ocupava empregos remunerados e passíveis de demissão", providenciou empregos para muitos estudantes pobres que com esse auxílio conseguiram formar-se; o povo de Santa Cruz das Missões tem a chance de receber um esforçado defensor do direito e da liberdade, um protetor dos pobres e um cavalheiro de fino trato. O novo vigário é recebido com festas; em agosto, tece calorosos elogios ao Conselho Antônio da Silva Prado, por ocasião da inauguração do ramal de Santa Veridiana que liga Santa Cruz das Palmeiras à ferrovia Paulista.⁶¹

Quanto ao coronel Manuel Jacinto, poucas semanas após a Semana Santa, retorna triunfalmente a São Luís do Paraitinga em julho de 1891. Regressando da capital, o herdeiro do Barão é recebido com todas as pompas: multidão e autoridades vão recebê-lo com banda de música à entrada da cidade, fazendo-o passar por uma verdejante galeria - as ruas decoradas com folhagem de bambus, flâmulas e galhardetes com as cores nacionais e lanternas coloridas, sob explosões de fogos de artifícios, música e frenéticas ovações. Antes de recolher-se ao seu palacete para repousar, o ilus-

tre visitante atravessa um magnífico arco de folhagens que o espera naquela rua. O simbolismo vegetal, além de enfatizar o tema da legitimidade por hereditariedade, culmina com esta metáfora do "contrato social" secularmente encenada, a cópula do príncipe com a cidade que o acolhe.⁶²

No dia seguinte, ao final da tarde, a multidão se concentra junto ao edifício da Câmara Municipal, de onde sai em passeata com banda de música, foguetes e ovações, percorrendo as principais ruas da cidade antes de postar-se à frente do sobrado. Depois dos discursos, a fina flor da "sociedade" dança e participa de uma lauta ceia no interior do palacete deslumbrantemente iluminado; quem ergue um brinde ao coronel Manuel Jacinto pela Câmara Municipal é o vereador José Maria da Silveira. Outro personagem recentemente apontado como inimigo do cônego Bento Antônio de Almeida e Souza, o comendador João Sangirardi, recebe um brinde do juiz de paz, que os ex-liberais procuraram envolver. A festa consolida, assim, a unanimidade do antigo Partido Conservador, perigosamenteabalada na Quarta-Feira de Cinzas.⁶³

A 7 de março de 1892, realizam-se as eleições de deputados e senadores do Congresso do Estado de São Paulo. A mesa eleitoral da 2ª Seção é instalada na residência do coronel Manuel Bento Domingues de Castro, que é o presidente; o resultado é unânime, todos votam no coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro, candidato a deputado; dentre os poucos ausentes, alguns nomes sugerem pertencimento ao antigo Partido Liberal (Olegário Ribeiro Braga e Joaquim Rodrigues de Oliveira Lobo), e outros sugerem pertencimento à oposição que ganhará vulto durante a campanha civilista (Luís Pereira de Toledo e João Pereira de Campos).⁶⁴

O Presidente em exercício, marechal Floriano Peixoto, preparando seu dispositivo militar que entrará logo em ação contra a Revolução Federalista, reforça os efetivos da Guarda Nacional em regiões estratégicas. A 30/5/1892, cria um comando superior na comarca de Cunha e outro na de São Luís do Paraitinga; nesta, passam a existir agora dois batalhões de infantaria do serviço ativo, um batalhão da reserva e um regimento de cavalaria com quatro esquadrões; a 29/6, acrescentam-se mais dois batalhões de infantaria. No ano seguinte, cria-se um comando superior de guardas nacionais na comarca de Ubatuba, que se desliga de Santos, e outro na co-

marca de Paraibuna. Ao mesmo tempo, o governo federal favorece as obras ferroviárias da região Norte do Estado de São Paulo. A aliança entre o Partido Republicano Paulista e Floriano Peixoto contra os liberais e monarquistas assegura, assim, o fortalecimento da oligarquia regional.⁶⁵

Em meio à Revolta da Armada, que vem somar-se à Revolução Federalista, o deputado estadual coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro está presente à soirée do Clube Luizense, à noite de 26/11/1893. O momento de maior entusiasmo ocorre quando se toca ao piano A tomada de Paisandu: mais que recordar a guerra contra Rosas na campanha do Uruguai, trata-se de vincular sentimentalmente a "sociedade" luizense aos soldados legalistas em situação desfavorável no Sul.⁶⁶

Em março de 1894, o coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro elege-se deputado federal e a Câmara Municipal comemora a vitória de Floriano Peixoto sobre a Armada. A decretação da liquidação forçada da Companhia Estrada de Ferro Norte de São Paulo, em outubro, será interpretada por muitos como vingança do Marechal de Ferro contra alguns de seus diretores, simpatizantes dos rebeldes, mas, de qualquer forma, a situação financeira da Companhia é caótica, justificando o receio dos dirigentes do seu principal credor, o Banco Popular de Taubaté, que poderia ser levado à falência. Os republicanos radicais do Jornal do Povo responsabilizarão o coronel João Afonso Vieira e seus adeptos, tanto por seu monarquismo, como pelo seu apego aos interesses do Banco Popular de Taubaté em detrimento da estrada de ferro.⁶⁷

Em São Luís do Paraitinga, o Clube Luizense decide comemorar com entusiasmo a data de 15 de Novembro, talvez com a intenção de demonstrar a fidelidade do município ao governo federal. Nas eleições estaduais, o coronel Manuel Bento Domingues de Castro elege-se deputado, com 1.064 votos; mas o senador Joaquim Lopes Chaves, ao agradecer aos eleitores luizenses, que o elegem religiosamente desde 1856, refere-se a 903 eleitores e apenas 709 votos, justificando a redução do eleitorado pela epidemia de cólera.⁶⁸

Com o governo civil, já em abril de 1895 se verifica uma importante virada no equilíbrio político em Taubaté: o doutor Fernando de Mattos, chefe dos republicanos ortodoxos, perde a chefia do comando superior da Guarda Nacional; o Jornal do Povo faz um

balanço pessimista da liberdade de imprensa no Estado de São Paulo. Durante a monarquia, o editorialista anônimo recorda-se de apenas dois ataques a jornais oposicionistas (um no Rio e outra em Taubaté, contra o Paulista). Durante o Governo Provisório, ter-se-ia registrado apenas o ataque à Tribuna, do Rio, pelo coronel Piragibe. Desde a entrada em vigência da Constituição de 24/2/1891, só ocorreram ataques à liberdade de imprensa no Estado de São Paulo: sob o governo de Américo Brasiliense, foi assaltado o Correio Paulistano; sob o de Bernardino de Campos, A Voz do Povo de Sorocaba, a Gazeta Semanal de Pindamonhangaba, A Luta em São José dos Campos, o próprio Jornal do Povo em Taubaté, por três vezes, e A Tribuna do Povo de Santos. São Paulo caminha para um "mare magnum" de lama e podridão política e social, conclui o jornal, oito meses antes de sair de circulação. O doutor Fernando de Mattos, em artigo assinado, acusa o coronel João Afonso Vieira pela anulação de sua nomeação para o comando da Guarda Nacional.⁶⁹

A pacificação do Rio Grande do Sul é celebrada em agosto em São Luís do Paraitinga sem a presença dos dois deputados locais. É João Cândido Cabral filho de Olinto José Cabral, quem mais se destaca, discursando na Câmara Municipal e encabeçando o cortejo cívico, bandeira nacional em punho, até a residência do juiz de direito da comarca que profere o último discurso. O presidente do Estado, Bernardino de Campos é um dos nomes mais freqüentemente ovacionados. Trinta anos mais tarde, quando João Cândido Cabral organizará um diretório republicano oposicionista em São Luís do Paraitinga, batizá-lo-á União Republicana Bernardino de Campos.⁷⁰

A série de crises e tensões que pontuam a história política do país, como a tragédia de Canudos, os surtos de jacobinismo, atentado contra Prudente de Moraes, cisão entre os republicanos paulistas, fracasso do Partido Republicano Federal, tentativas de levante monarquista, a tragédia da Vacina, etc, deixam poucas marcas nos arquivos locais de São Luís do Paraitinga, onde não parecem existir condições de permanência de um protagonista, o jacobinismo. Tendências monarquistas existem, porém, convivem sem maiores atritos com o republicanismo do clã hegemônico cujo chefe, o coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro, parece apreciar o apelido carinhoso, Maneco Barão, que alguns interpretam como sinal de moderada expectativa de retorno do regime monárquico.

Em maio de 1902, algumas ruas da cidade recebem novos nomes. A Rua Direita passa a chamar-se Coronel Domingues de Castro, a Dos Fazendeiros é Tenente-Coronel Manuel Bento (Domingues de Castro), a América torna-se Capitão Antônio Carlos (da Silva Braga). Os nomes indicam o acordo que assegura o equilíbrio político no município. Os conservadores controlam o acesso à Câmara Federal e ao governo estadual, enquanto os antigos liberais têm participação no comando da Câmara Municipal. Nas eleições municipais de novembro de 1904, a chapa apresentada pelo coronel Manuel Jacinto é sufragada por menos de 400 eleitores. O vereador mais votado, Manuel Bento Domingues de Castro, deputado estadual, recolhe 297 votos, enquanto o capitão Antônio Carlos da Silva Braga obtém 272. Além da abstenção de cerca de dois terços do eleitorado, há que se notar a presença de uma oposição: Joaquim Pereira de Campos, Antônio das Chagas Salgado e Cesário Vaz de Campos têm respectivamente 76, 74 e 61 votos. O tenente-coronel Jordão Domingues de Castro, com 362, o farmacêutico major José Pereira de Oliveira com 340, e o médico Álvaro Domingues de Castro com 311 votos, são eleitos juizes de paz, contra as pretensões de Luís Gonçalves Pereira (68 votos), Luís Damião (56) e Luís Batista de Alvarenga (54). Este último é o diretor da corporação musical Santíssimo Sacramento.⁷¹

Em novembro, O Luizense, porta-voz do partido situacionista, especialmente do clã Domingues de Castro, define sua posição face à República. O novo regime, que completa 15 anos, viveu em constantes sobressaltos, apresenta defeitos oriundos de sua proclamação pelas armas; mas, república militarizada, não desejada ag sim, mesmo assim é superior como forma de governo à monarquia; cumpre consertá-la, como o disse Américo Brasiliense.⁷²

A morte do deputado federal coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro em fins de setembro de 1905, já referida em outros capítulos, encerra a participação de chefes políticos luizenses no circuito da política federal, iniciada em 1883. Após a missa de 7º dia celebrada na matriz, realiza-se uma reunião política na residência do deputado estadual e vereador Manuel Bento Domingues de Castro, escolhido para substituir o primo como chefe republicano do município. O eleitorado convocado para uma assembléia aprova por aclamação o novo herdeiro do Barão. Há um esboço de oposição que não chega a traduzir-se como candidatura alternativa.⁷³

A liderança do coronel Manuel Bento Domingues de Castro, apesar dos esforços de seu órgão de propaganda, O Luizense que por vezes exagera caindo no aulicismo, não é tão sólida como a do finado Maneco Barão. Ao terminar o ano de 1906, a cúpula dirigente do 2º Distrito Eleitoral, que inclui Taubaté e São Luís do Paraitinga, se reúne para definir a chapa oficial dos candidatos do Partido Republicano Paulista às eleições estaduais. O coronel Manuel Bento perde seu posto como deputado estadual para um político taubateano que faz sua entrada na política, militando na oposição municipal, o doutor Pedro Costa. Resta ao clã Domingues de Castro na Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo a cadeira oferecida ao coronel José Jacinto Domingues de Castro, chefe político de Lagoinha.⁷⁴

O município recupera seu posto com a eleição do coronel Antônio Domingues de Castro em fevereiro de 1907; a participação do eleitorado é mínima, o candidato local é o mais votado na chapa oficial do Partido Republicano Paulista, com apenas 206 votos. O novo deputado é eleito vereador juntamente com seu primo Manuel Bento, em janeiro de 1908, tornando-se também prefeito municipal. Morrendo em fins de setembro deste ano, é Manuel Bento Domingues de Castro que o substitui na Câmara dos Deputados, mas sua confirmação pelas urnas, em 8/11/1908, é precaríssima se comparada às performances de antanho do finado Manuel Jacinto: Manuel Bento recebe, em sua terra natal, 101 votos, enquanto seu adversário e parente, o coronel José Bernardino de Castro, tem 66. Os eleitores potenciais são cerca de 1.200 no município.⁷⁵

O Luizense, nesse ano de 1908, parece hesitar diante das tendências que se esboçam em função da próxima campanha eleitoral para a Presidência da República. Em fevereiro, enquanto divulga a moção de apoio dos oficiais do Clube Militar ao ministro da Guerra Hermes da Fonseca pela instituição do sorteio militar, em que o Exército é classificado como a mais genuína expressão do povo brasileiro por não fazer distinção de classes nem de raças, o jornal critica Rui Barbosa, a propósito de festas. Se a Conferência de Haia não logrou fazer brotar a flor da paz universal, em compensação gastou mais de dois e meio milhões de francos em 317 banquetes ao longo de 57 dias. As festas mais suntuosas foram aquelas oferecidas pelo delegado brasileiro Rui Barbosa, que dispendeu pelo me-

nos dez mil francos em cada uma, só em flores! Em maio, O Luizense aplaude a transladação dos restos mortais dos almirantes Barroso e Saldanha da Gama para o solo pátrio. Além destes heróis da monarquia, o jornal reivindica o retorno das cinzas do casal imperial. O clima de hostilidade entre as Forças Armadas do Brasil e Argentina favorece, evidentemente, a ascensão do centralismo autoritário.⁷⁶

Em junho, entre várias referências aos atritos com a Argentina, O Luizense divulga um texto literário de Viriato Correia, distribuído para ser lido em todas as escolas. Um jovem retorna ao Brasil; tomado de viva emoção ao ver a bandeira brasileira no mastro de um navio que cruza pelo seu; cai a chorar nos braços de um chileno que grita perto dele: Viva o Brasil! À mesma página, algum redator decidiu incluir uma pérola do código geral de conduta: A mulher que ama é meiga e delicada, o homem, ao contrário, é senhor e soberano. Os escolares não de aprender a expressar seus sentimentos cruzando os dois modelos.⁷⁷

A campanha eleitoral começa a provocar tumultos na cidade desde junho de 1908. No domingo, dia 28, duzentas pessoas se hostilizam à noite quando a corporação musical Santa Cecília, de La goinha, se apresenta no coreto do Largo da Matriz. Os membros do partido situacionista local, que também têm uma corporação musical Santa Cecília, aplaudem com entusiasmo, enquanto a oposição grita vivas à corporação rival, do Santíssimo Sacramento. Os principais protagonistas são João Cândido Cabral, diretor da "banda dos ursos" (Santa Cecília) e o comerciante Cesário Vaz de Campos, chefe oposicionista, em cujo armazém se desenrola o conflito, no qual os "paraguaios" parecem os agredidos.⁷⁸

No domingo, dia 11 de outubro, o mesmo pardo Alexandre Lobo que teria sido o pivô do tumulto anterior, por ter gritado vivas a João Cabral e aos Ursos junto à porta do reduto "paraguaio" de Cesário Vaz de Campos, agora se envolve em uma briga com José Maria de Oliveira Prado, vulgo José Albino, que seria o agressor. Quando os policiais prendem Alexandre Lobo, são 16 horas e a multidão que circula pelo Mercado Municipal se assanha. O sargento João Pedro Cirino, comandante do destacamento, recebe cacetadas na cabeça, enquanto um soldado recebe um corte de navalha nas nádegas. O comerciante Cesário Vaz de Campos e seus parentes Tomé Cesário de Campos e José Luís Vaz de Campos, juntamente com o capi-

tão João Rodrigues Soares, empenham-se na defesa dos populares apontados como desordeiros e até oferecem uma camisa nova ao pardo Alexandre Lobo. José Albino, acusado como autor das cacetadas contra o sargento, e Antônio Fagundes da Silva, 27 anos, analfabeto, mulato, serão posteriormente julgados e absolvidos num dos momentos mais significativos da disputa eleitoral, já abordado em outro capítulo. Durante o tumulto, parece ter ocorrido outro ajuste de contas entre João Pires, e o praça Luís Augusto de Toledo. João Pires, aparentemente, foi interpelado no Mercado por ter-se gabado de vender ovos no Mercado de Taubaté - ou seja, burlar o fisco municipal - e fere a cabeça do policial com sua navalha, que gosta de exibir; as testemunhas de acusação apontam-no como indivíduo de maus costumes, inimigo do trabalho, mexeriqueiro. O inquérito policial é arquivado pelo delegado de polícia.⁷⁹

O chefe político municipal, deputado e prefeito coronel Manuel Bento, ausenta-se freqüentemente por motivos de saúde e negócios. O Luizense trata de homenageá-lo entronizando seu retrato na Santa Casa de Misericórdia no primeiro dia do ano de 1909, data cívica republicana. Uma comissão composta por membros da Câmara Municipal dirige um cortejo que sai do Paço Municipal e vai ao palacete do deputado, conduzindo-o depois até a Santa Casa. A corporação musical Santa Cecília ("banda dos Ursos"), os foguetes e girândolas, a ornamentação vegetal do trajeto e o coreto armado no Largo da Misericórdia, além da decoração da sala onde se inaugura o retrato a óleo, concentram-se na exaltação do personagem e seus parentes ilustres, a entidades genéricas (Municipalidade, Governo Estadual, Imprensa Paulista), e às posições ocupadas pelo partido situacionista (Mesa Regedora da Santa Casa, O Luizense, Corporação Musical Santa Cecília). Quanto à Câmara Municipal - que pelo visto, não está representada por inteiro na festa - e ao Governo Federal, o relato do Luizense não faz menção. Ao final, o jornal indica a festa como "prova exuberante da grande simpatia de que goza nesta terra o nosso conterrâneo e prestigioso cidadão (...) só mesmo os incrédulos ou os cegos" não percebem os milhares de melhoramentos e os benefícios sem conta que a cidade e a Santa Casa devem ao presidente do diretório político.⁸⁰

Num domingo de janeiro, no Mercado, o doutor Álvaro Domingues, 3º juiz de paz, dá voz de prisão a um "indivíduo" que o

delegado de polícia João Eremita da Silva Ramos, sob pressão do coronel José Bernardino de Castro e de grande massa popular, termina por libertar. O "indivíduo" é sobrinho do coronel José Bernardino, e Álvaro Domingues de Castro, que com ele se alterou, é sobrinho do coronel Manuel Bento. O delegado de polícia de Paraibuna telegrafa perguntando por que seu colega de São Luís do Paraitinga relaxou a prisão; o Secretário de Segurança Pública, doutor Washington Luís, pergunta quem é o "indivíduo", que João Eremita da Silva Ramos nunca nomeia enquanto se diz vítima de intriga de quem não aprecia a sua imparcialidade como delegado de polícia; logo é removido por decreto, devendo deixar a cidade o mais breve possível com destino a Araras, passando o cargo a seu suplente, capitão Pedro Paulo Pereira.⁸¹

No domingo, 28 de fevereiro, novo tumulto no mercado. O delegado de polícia Pedro Paulo Pereira prende em flagrante Antônio Pereira, vulgo Taguá, que em luta corporal com Manuel Josta, saca de uma faca contra os soldados do destacamento policial; um grupo de cerca de 20 pessoas tenta impedir sua prisão. O delegado e as testemunhas referem-se à rotina que vem se estabelecendo, de tentativas de impedir a ação da polícia durante os distúrbios do minicais no Mercado.⁸²

A Secretaria de Justiça e Segurança Pública envia mais cinco policiais para reforçar o destacamento, em março. O clima de animosidade entre os partidos políticos se avoluma porque os situacionistas conseguem anular o alistamento de noventa eleitores da oposição que não têm condições de comprovar sua idade. Em maio, dois tiros de carabina são disparados contra a janela da casa do tabalião João Cândido Cabral e do dentista Oscar Cabral. Os depoimentos colhidos pelo novo delegado, doutor Samuel Silveira, inquérito relativo aos disparos, apontam insistentemente para a casa dos Batista, reduto da música "paraguaia".⁸³

Na ausência do coronel Manuel Bento, o coronel Tomé Cesário de Campos assume a presidência do Diretório Republicano municipal; recém-nomeado Coletor Estadual, em agosto, recebe amplos poderes para representar o município na Convenção Nacional que deverá reunir-se no Rio de Janeiro para decidir quem comporá a chapa civilista contra a candidatura do marechal Hermes da Fonseca.⁸⁴

A oposição, privada de um órgão de imprensa na cida-

de, utiliza O Norte, de Taubaté, como seu porta-voz. A festa do Divino Espírito Santo de 1909, de 21 a 29 de agosto é relatada pelo correspondente do Norte de forma absolutamente sucinta, nem ao menos identificando o festeiro, Joaquim Bento de Castilho, aparentemente ligado à situação, e enfatizando apenas a presença da corporação musical Santíssimo Sacramento e o discurso do coronel José Bernardino de Castro na homenagem que ambos os partidos prestam ao ex-vigário Pedro Ribeiro da Silva. A seguir, o redator narra um piquenique realizado pela oposição, às margens do ribeirão Turvo, a dois quilômetros da cidade, com música "paraguaia" e palestra sobre a Liberdade proferida por José Bernardino de Castro. José Aleixo de Pereira de Campos, da facção hermista local, discursa indicando o coronel José Bernardino como o verdadeiro paladino da liberdade cívica e eleitoral de São Luís do Paraitinga, e saúda, habilmente o cônego Valois de Castro, quadro político dos católicos e civelistas no Congresso Federal.⁸⁵

Nas eleições parciais de outubro, quando se trata de eleger o substituto do senador estadual Lopes Chaves, a oposição reúne 320 eleitores, quase o mesmo que a situação que tem 334. O Luizense volta à carga estampando o retrato do coronel Manuel Bento em sua primeira página, saudando-o pelo seu aniversário.⁸⁶

Enquanto o partido bentista deriva rumo ao naufrágio, o doutor Fernando de Mattos, de Taubaté, lança uma ofensiva tentando recuperar a concessão da Estrada de Ferro Taubaté-Ubatuba. Um interessante ideólogo regional, o jornalista e comerciante Antônio Carlos Madeira, que redige por esta época em vários jornais do Vale do Paraíba longos artigos contra o militarismo e pelo soerguimento da região, endereça em outubro uma carta aberta ao chefe político jacobino. Ao que tudo indica, trata-se de impedir que os hermistas empolguem a opinião pública apresentando-se como os únicos capazes de relançar o projeto ferroviário que simboliza a esperança de recuperação do Norte de São Paulo. A facção majoritária da Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga se mobiliza, aprova um contrato para instalação de uma agência telegráfica na cidade "para que esta Câmara possa deixar assinalada em seus anais algum serviço de honra e dedicação para todos nós", e outro para substituição da iluminação a querosene por acetileno.⁸⁷

O deputado estadual Manuel Bento Domingues de Castro

propõe que se acrescente ao projeto do orçamento paulista para o ano de 1910 algumas dotações de verba para a Santa Casa de Misericórdia de São Luís do Paraitinga (8:000\$000), para uma ponte na estrada de Natividade a Taubaté (5:000\$000) e para serviços de abastecimento de água potável em Natividade e Lagoinha (4:000\$000 para ambas). É seu último ato como representante político da região no Congresso estadual.⁸⁸

Antônio Carlos Madeira, observando a chapa oficial do Partido Republicano Paulista para as eleições estaduais, condena a eliminação do coronel Manuel Bento Domingues de Castro em benefício de Guilherme Rubião. São Luís, Natividade, Lagoinha e Bairro Alto, que somam 40 a 50 mil habitantes, ficarão sem representante. O coronel Manuel Bento afirma no *Luizense* e no *Correio Paulistano* a sua fidelidade à Comissão Central do PRP e sua amizade pelo doutor João Álvares Rubião Jr., pai de seu sucessor. O ano de 1909 termina com um Te-Deum de Ação de Graças celebrado pela oposição vitoriosa, com música da corporação Santíssimo Sacramento dirigida por Luís Batista de Alvarenga.⁸⁹

1910 começa com um novo poder local. A Comissão Diretora do PRP reconhece o Diretório Político chefiado pelo major João Pereira de Campos Toledo (Nhô Quim Major). O coronel José Bernardino de Castro é o vice-presidente, o capitão Caetano Lopes Soares, secretário; os demais membros são os capitães João Rodrigues Soares, João Artelino Vaz de Campos, Justiniano Lopes Figueira França e Jordão Monteiro Augusto de Oliveira. À chegada do correio com os jornais da capital, muitas dúzias de foguetes são queimadas. Logo a "banda paraguaia", anima uma imponente passeata noturna pelas ruas da cidade; as autoridades estaduais são ovacionadas entre explosões de foguetes e dinamite. Nhô Quim Major não está presente e quem lidera a manifestação é José Bernardino de Castro, que saúda cada representante das instituições federais e estaduais, resevando ainda para si o último discurso, proferido da janela de sua casa. A Câmara Municipal, no entanto, permanece em mãos do partido bentista deposto.⁹⁰

Alguns dias depois, os candidatos à Câmara dos Deputados visitam a cidade, "por algumas horas apenas", frisa O *Luizense* que, no entanto, ao invés de ignorar por completo a festa de seus inimigos, produz um relato bastante detalhado. A cortesia se

explica pela forçosa aliança com a oposição local contra o inimigo maior, Hermes da Fonseca. Os futuros representantes da região que desconhecem se hospedam no Hotel Peixoto, sendo recebidos com foguetes. O Luizense não se refere ao aspecto das ruas, que provavelmente estão tão decoradas como por ocasião dos triunfos dos Domingues de Castro. O jornal distingue, entre os luizenses que prestam homenagens a Guilherme Rubião e Francisco Eugênio de Toledo (que representará Paraibuna), os civilistas - José Bernardino de Castro, Caetano Lopes Soares, João Rodrigues Soares - e os hermistas - Albe-rico Guimarães, Brasilino Pereira de Campos e Cesário Vaz de Campos. Depois de visitar as instalações da Câmara Municipal, do Grupo Escolar e da Santa Casa, os candidatos são brindados com um banquete de 30 talheres no Hotel Peixoto com música da corporação Santíssimo Sacramento. O Luizense, que embora convidado, não participa do banquete, arrola sumariamente os discursos e brindes; e destaca a improvisação de um baile que dura até as 23 horas. Na manhã seguinte, a comitiva segue para Taubaté, almoçando na fazenda de Nhô Quim Major.⁹¹

Poucos dias antes das eleições presidenciais, no domingo, 27 de março, o professor Pedro Flamínio da Veiga vai ao Mercado com suas crianças a fazer compras. Um bando de cerca de 40 pessoas, chefiado por José Cabral^(*), o intima a deixar a cidade. O delegado de polícia, prevenido, já postara cinco soldados, mas a turba amotinada os envolve e empurra o professor em direção à saída da cidade. Escapando a seus agressores, Pedro Flamínio da Veiga se refugia na padaria de Pedro Dias de Carvalho, seu correligionário, onde o conflito atinge o clímax entrando em cena os cacetes, facas, navalhas, o revólver com que a vítima tenta defender-se. Perdido o revólver, o braço quase quebrado por uma pancada, o intelectual orgânico do partido bentista consegue esconder-se em algum canto do quintal, enquanto os militantes da aliança civilista-hermista saqueiam a padaria. Às 22 horas, aproveitando-se da escuridão, o professor deixa o refúgio e busca sua casa, onde providencia o essencial para a retirada estratégica; na manhã seguinte, segue com sua família para Taubaté. Não contente com o ataque à padaria, os amotinados dirigem-se também ao Hotel Central, outro reduto situacionista, onde insultam e provocam os di-

(*) Não é parente de João Cândido e Oscar Cabral

rigentes municipais.

O delegado de polícia, um dos insultados, denuncia José Cabral, Luís Higinio dos Santos, Francisco Ponciano, Benedito Pião, João Pires, Pedro José dos Santos Ivo, João Batista Pereira (vulgo João Pavão), Luís Veloso, Horácio Americano, Luís Martins, José Luís Pereira de Campos, José Luís de Campos, Marcelo Freitas, João Veloso, José Custódio, Ernesto Vaz de Campos, Amâncio Flor do Brasil Palmeira, e Pedro Dias de Carvalho, o único situacionista, envolvido no tumulto por motivos óbvios de auto-defesa parece ter sido incluído para simular imparcialidade da autoridade policial.

Em sua apreciação da ocorrência, o delegado resume a evolução da campanha eleitoral e explica a animosidade da antiga oposição contra o professor Pedro Flamínio da Veiga, "desde há muito (...) um dos companheiros de primeira ordem do partido chefiado pelo coronel Manuel Bento (...), que com tática e conhecimento político, se dedica ao prestígio de seu partido - conseguindo muito e até mesmo obtendo a eliminação de 90 eleitores no recurso levantado na revisão do alistamento do ano passado". Já nas eleições estaduais de 2 de Fevereiro, em que o partido bentista não compareceu às urnas, o professor recebeu uma ruidosa vaia.

O coronel Joaquim Pereira de Campos Toledo, 55 anos, solteiro, fazendeiro, presidente do Diretório Político recém-emposado, declara que nada viu por estar em sua fazenda Cachoeira naquele domingo; declara também que existe no município um Diretório Político da facção hermista, cujo presidente é Pedro Pereira de Campos. Dentre os indiciados apenas José Cabral e José Alves (ou Luís?) Pereira dos Santos pertencem à sua política. Assim, Nhô Quim Major atribui implicitamente aos hermistas a maior responsabilidade; mas é seu quadro José Cabral, sem dúvida, quem comandou o charivari.

O capitão João Rodrigues Soares, 50 anos, casado, outro chefe do partido civilista de Nhô Quim Major, acrescenta nova justificativa para o motim: uma correspondência do jornal São Paulo relatou que neste ano, o partido bentista planejava excluir novamente do alistamento pelo menos 141 eleitores hermistas; os hermistas, ao que parece, chegariam a 300 no município, mas pode haver exagero.

O coronel José Bernardino de Castro, 44 anos, casado,

filho de Antônio Manuel de Freitas Castro, fazendeiro, lança toda a responsabilidade pelas violências ao delegado de polícia Samuel Silveira; José Cabral, em seu termo de declaração, aparece como interlocutor pacífico de Pedro Flamínio, ficando a iniciativa de proteção ostensiva dos policiais sugerida como verdadeiro estopim do tumulto. Boa parte dos acusados pelo delegado desaparecem, o processo prescreve em janeiro de 1912.⁹²

A propósito do alistamento eleitoral, em que o capitão-professor Pedro Flamínio da Veiga é especialista, cumpre notar que, permanecendo na Câmara Municipal os chefes bentistas, são eles quem, a 5 de janeiro designam a comissão de alistamento eleitoral que deverá funcionar no triênio 1910-1912. Aí estão, como no ano passado, o capitão Luís Antônio de Tolosa, Bento Domingues de Castro, o capitão-doutor Álvaro Domingues de Castro, José Francisco Pereira de Castro, o capitão Benedito de Azevedo e o redator-proprietário do Luizense, Bernardo Joaquim Dias. O partido bentista retira-se oficialmente da política, mas seus antigos quadros perturbam não por todos os meios a convivência entre as três facções que, aliadas durante as eleições de 1909 contra o velho partido situacionista, repartem confusamente o poder a partir de 1910.⁹³

Por outro lado, controlando melhor a situação em Lagoa, o partido bentista impede o acesso da oposição às urnas em 30 de outubro de 1910. Os homens do coronel José Jacinto Domingues de Castro, entre os quais se incluem o delegado de polícia, o juiz e o escrivão de paz, o prefeito e outros, postam-se à entrada do edifício onde se encontram as seções eleitorais; dentro do edifício, capangas armados estão de prontidão. O coronel José Bernardino de Castro, que denunciará logo mais esta violência eleitoral no cartório de São Luís do Paraitinga, é barrado à porta com seu cortejo de eleitores oposicionistas.⁹⁴

Festas políticas (1910-1923)

Em São Luís do Paraitinga, as eleições de outubro de 1910 definem a composição da nova Câmara Municipal que governará em 1911. Os eleitores são apenas 232 na 3ª seção eleitoral, a mais importante. Vencem os candidatos Bernardino Tiago Vieira, fazendeiro, o negociante Antônio Borriello, fazendeiro José Amâncio de Alvarenga, fazendeiro Bernardino Pereira de Campos, negociante Manuel

Lopes Figueira, fazendeiro Virgínio de Souza Franca, Joaquim Bento de Oliveira Guimarães e o fazendeiro Benedito Custódio Ferreira. O coronel José Bernardino de Castro obtém apenas 50 votos, derrotado em companhia do major Teodoro Pereira Campos Coelho, e dos negociantes Cesário Vaz de Campos e Justino Pereira Lemes. Na impossibilidade de estudar mais sistematicamente o processo político municipal, contentar-se-á com algumas evidências: os hermistas, principal facção em que o chefe oposicionista José Bernardino de Castro pode se apoiar, visto que a maioria da oposição acompanha os chefes Nhô Quim Major e João Rodrigues Soares, são minoria. Resta a resolver se os vereadores eleitos pertencem ao partido civilista bentista de cadente, ou ao partido civilista oficialmente reconhecido pela cúpula do PRP, ou ainda, o que é mais provável, se não se trata de uma aliança entre os civilistas, contra o hermismo.

O resultado relativo à eleição do juiz de paz sugere que se trata realmente desta composição, e que os bentistas são majoritários, embora certamente não hegemônicos. O major José Pereira de Oliveira, farmacêutico, membro influente do bloco político que governou até agora, obtém 232 votos; seu ex-correligionário, o capitão Caetano Lopes Soares, tem 188, e o negociante Luís Claudiano Viegas, também membro da antiga Câmara, onde freqüentemente se via em minoria, são os mais votados. Na chapa derrotada, estão o capitalista Antônio Carlos da Silva Braga (da família tradicionalmente oposta aos Domingues de Castro, liberal e abolicionista, como já foi visto), o tenente Pedro Pereira de Campos e o capitão Luís José de Campos, hermistas sem nenhuma dúvida. Nesta 3ª seção, há 129 abstenções, ou seja, um terço do eleitorado.⁹⁵

Mas, como não se tem os dados relativos às demais seções eleitorais, é a ata de tomada de posse dos vereadores eleitos, em janeiro de 1911, que identifica os vencedores. Aí estão o coronel José Bernardino de Castro, Justino Pereira Gomes, Antônio Borriello, Bernardino Tiago Vieira, Cesário Vaz de Campos, o major Teodoro Pereira de Campos Coelho; Nhô Quim Major, enfermo, não comparece e logo renunciará ao cargo, juntamente com Justino Pereira Gomes. É José Bernardino de Castro quem assume, provisoriamente, o cargo de prefeito. Logo o comando passa ao capitão João Rodrigues Soares, eleito em substituição a Nhô Quim Major, já em fevereiro; mas em maio José Bernardino de Castro é novamente prefeito. Um dos

problemas que a nova Câmara tem que enfrentar é a definição do dia de Mercado. José Bernardino de Castro toma atitudes que permitem identificá-lo com os interesses do clero, dos comerciantes e demais ofícios urbanos, e indiretamente dos assalariados rurais, contra os interesses dos latifundiários (e, possivelmente, também dos pequenos proprietários): o Mercado deve fechar aos domingos. Elabora vários projetos de contrato com empresários de outras cidades, tentando efetivar a construção da ferrovia, energia elétrica, indústrias, etc.⁹⁶

Ao final de 1911, a Câmara Municipal parece em crise de dissolução; o secretário Horácio de Campos - heremista - está frequentemente ausente, alguns vereadores não comparecem e não há suplentes presentes para substituí-los, José Bernardino de Castro protesta. Está em curso a campanha eleitoral para renovação do governo estadual, em que o Partido Republicano Conservador, apoiado pelo governo federal, será derrotado pelo PRP. Logo após esta disputa que encerra a turbulência iniciada em 1908, da qual o PRP sobrevive com algumas feridas, é José Bernardino de Castro quem se retira da Câmara Municipal.

A constituição do Partido Republicano Conservador em São Luís do Paraitinga, em maio de 1911, altera o equilíbrio precário do governo municipal. Seu presidente é o capitão Pedro Pereira de Campos, ex-presidente da junta heremista; acompanham-no o capitão Cesário Vaz de Campos, também heremista, o coronel Saturnino José Nogueira de Castro, o fazendeiro Manuel Antônio de Freitas Castro e Argemiro Batista de Alvarenga, escrivão da coletoria federal e membro da música "paraguaia", e os jovens José Luiz Pereira de Campos e Bernardino Pereira de Campos. Enquanto explora as divergências entre os membros da Câmara Municipal, especialmente quanto à contratação de funcionários, o novo partido tem um grande trunfo: as festas do Divino Espírito Santo, comemoradas em outubro, têm como festeiro o tenente-coronel Manuel Antônio de Freitas Castro.⁹⁷

Em outubro, a Comissão Diretora do PRP reconhece um novo Diretório Político em São Luís do Paraitinga, excluindo o coronel José Bernardino de Castro e o capitão João Artelino Vaz de Campos. Os capitães Jordão Monteiro Augusto de Oliveira e Justiniano Lopes Figueira França, em solidariedade, demitem-se, e o Diretório

rio Político fica reduzido a Nhô Quim Major, capitão João Rodrigues Soares e o capitão Caetano Lopes Soares, que teria torpedado sistematicamente a aliança entre Nhô Quim Major e José Bernardino de Castro, contando com a ingenuidade do primeiro para seu projeto de ascensão ao comando supremo no município.⁹⁸

O Secretário de Justiça e Segurança Pública, Washington Luís, recomenda aos delegados de polícia que procurem os chefes opositoristas assegurando-lhes todas as garantias nas eleições que se desenrolam a 30/1/1912, sem maiores incidentes, pelo menos em São Luís do Paraitinga. Mas a derrota do Partido Republicano Conservador se torna dramática quando o doutor Fernando de Mattos, eleito deputado federal em Taubaté, deixa de ser reconhecido em maio por decisão da comissão de reconhecimento composta pelos chefes políticos doutor Pedro Costa, coronel Paulo Orozimbo e cônego Valois de Castro; em seu lugar, o eleito oficial é Martim Francisco.⁹⁹

Em agosto, a Irmandade do Santíssimo Sacramento solicita auxílio pecuniário à Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga, na aquisição de um crucifixo no Rio de Janeiro, avaliado em cerca de 200\$000, para colocá-lo na sala do tribunal do júri. O major Cesário Vaz de Campos, antigo dirigente hermista, entusiasmado, propõe que a Câmara contribua com 100\$000, mas o prefeito João Rodrigues Soares, tendo em vista a situação financeira da Câmara, convence a maioria que oferece apenas 50\$000.¹⁰⁰

É possível que a iniciativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento não tenha intuito político (no sentido estrito) imediato. O padre Ignacio Gioia acaba de instalar-se na cidade como vigário, desde 14 de julho, reforçando a ofensiva do clero católico na região; pela mesma época, por exemplo, a diocese está recolhendo as sinaturas contra o projeto de lei instaurando o divórcio em discussão no Parlamento. Mas, naturalmente, as facções políticas locais não hesitam em tomar partido e não há nenhuma possibilidade de assumir uma atitude crítica ou negativa em relação ao movimento: em São Luís do Paraitinga não há, nesta época, espaço para os livres-pensadores, nem para outras igrejas. O ex-vigário Florêncio Luís Rodrigues, agora na direção do jornal da diocese, recebe um mimo da população luizense: um tinteiro de prata e uma caneta de ouro com um rubi e o símbolo da justiça. A comissão que toma tal iniciativa parece representar os remanescentes do partido bentista, mas não se

justifica explorar aqui todas as sutilezas do processo político-social.¹⁰¹

Em janeiro de 1913, com vistas às próximas eleições, O Luizense reaparece: ainda não situacionista, apoiando apenas alguns membros do Diretório Político, o jornal pode, por uma única vez, assumir atitudes veladamente oposicionistas, criticando o Cemitério Municipal e a estagnação do município. A solução, evidentemente, está no novo partido que propugnará pelo progresso; o jornal anuncia: "quatro respeitáveis políticos há muito afastados das lides eleitorais, estamos informados, acabam de comunicar que estão prontos a voltar à luta em proveito do engrandecimento de São Luís". O Luizense transcreve notícia do Comércio de São Paulo, relatando a reunião dos chefes políticos do PRP para indicação dos candidatos oficiais às eleições estaduais: foi uma beleza, não houve divergências, todos os nomes indicados foram aclamados por unanimidade; não havia representante de São Luís do Paraitinga. O armazém Ao ganha pouco, de Cesário Vaz de Campos, hermista em 1909 e republicano conservador em 1911, é um dos anunciantes do jornal que imediatamente desaparece de circulação.¹⁰²

Retornando do ostracismo, o coronel José Bernardino de Castro reaparece, afinal, na sessão de 27/2/1913, e logo participará das homenagens prestadas pela Câmara Municipal ao major Joaquim Pereira de Campos Toledo - Nhô Quim Major - que falece no mês de abril. Logo desfecha implacável campanha contra o prefeito João Rodrigues Soares - seu antigo companheiro de 1910 -, cobrando cada mil-réis dos negócios públicos municipais, especialmente depois que se torna membro das comissões de Obras Públicas e Orçamento. Há diferenças consideráveis entre as contas de um e de outro: José Bernardino calcula que os cofres da Câmara deveriam conter pelo menos 3 contos de réis, mas o saldo confirmado pelo procurador é de apenas cento e poucos mil réis, em fins de junho. Os antigos hermistas Brasilino Pereira de Campos e José Aleixo de Campos, juntamente com o proprietário do Hotel Ferreira que tanto hostilizaram, Antônio Ferreira de Lima, são agora suplentes na delegacia de polícia. O prefeito João Rodrigues Soares, respondendo à devassa financeira de José Bernardino de Castro, relaciona várias despesas: com obras públicas e recepções das quais não tem recibo, e a polêmica chega ao fim com o reconhecimento de um desfalque de 1:227\$000, atribuído ao finado Nhô Quim Major. O prefeito renuncia logo depois

de assumir o compromisso de devolver a quantia.¹⁰³

Em outubro, a Comissão Diretora do PRP reconhece um novo diretório político em São Luís do Paraitinga, constituído pelo doutor Paulo Domingues de Castro, tenente-coronel Teodoro Pereira Campos Coelho, major Caetano Lopes Soares, João Bento Vaz de Campos, Antônio de Oliveira Costa, João Rodrigues Soares e José Domingues de Azevedo. O jornal da diocese exultante, aplaude a reconciliação das "duas mais importantes facções políticas do importante município, restabelecendo-se assim o antigo prestígio do Partido Republicano de São Luís". O coronel José Bernardino de Castro, excluído, deve amargar a surpresa de constatar que seus mais recentes aliados tramaram a sua revelia um acordo com os herdeiros políticos de Nhô Quim Major que fingiam combater por seu intermédio na Câmara cujo mandato expirará em dezembro.¹⁰⁴

Mas esta surpresa não ocorre agora; algo já se definiu por ocasião das eleições de 18 de setembro, quando um tumulto relativamente grave envolve cerca de 50 pessoas. Acusado de agredir o eleitor Joaquim Olinto de Gouveia com uma cacetada durante os distúrbios no Largo da Matriz naquele sábado, o lavrador analfabeto Benedito Guedes dos Santos, vulgo Emboaba, tem como advogado José Bernardino de Castro. É provável que o coronel esteja desde então na oposição, apoiando a campanha desenvolvida por Luís Teixeira Leite que escreve no jornal *A Platéia*, da capital, e agita os ânimos quando chega à cidade às vésperas da eleição. Na impossibilidade de perseguir maiores detalhes, é lícito avançar a idéia de que esta oposição reúne o eleitorado fiel a José Bernardino de Castro, que não se filiou à facção hermista, nem ao partido civilista de Nhô Quim Major, nem ao Partido Republicano Conservador e se comporta como chefe político carismático, acima dos partidos.¹⁰⁵

A propósito do dia 23 de novembro, quando a entronização do Cristo na sala do júri sela a nova aliança entre os antigos civilistas, nenhuma referência ao coronel José Bernardino de Castro, embora ainda membro da Câmara Municipal e muito inclinado à oratória, é feita pelo *Lábaro* que divulga espetacularmente a festa cívico-religiosa por todo o país através da rede de imprensa católica.¹⁰⁶

Ao 1º de janeiro de 1914, também na Mesa Regedora da

Santa Casa de Misericórdia o coronel José Bernardino de Castro figura como ausente; um ano mais tarde, estará de volta, aquinhoado com o título de Provedor Honorário, que perderá logo mais.¹⁰⁷

Alguns processos de 1914 encontrados no Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga mostram conflitos que prolongam inimizades alimentadas pelas disputas eleitorais, mas não fornecem maiores elementos para se identificar algo mais que o exercício sistemático das rotinas disciplinares a serviço da ordem burguesa, e as manifestações inevitáveis de resistência. É certo no entanto, que tais choques se produzem como situações históricas concretas.

Outro conjunto de registros mostra uma retomada do esforço pela efetivação da Estrada de Ferro Taubaté-Ubatuba, iniciativa do empresário taubateense Francisco Ribeiro de Moura Escobar, que parece vincular-se politicamente aos remanescentes do Partido Republicano Conservador; apesar de poder se tratar de apenas mais uma recuperação da antiga bandeira de luta com vistas às próximas eleições, este novo empreendimento parece mais conseqüente; o empresário tem contatos com grupo capitalista inglês, rival daquele que investiu na São Paulo Railway, e com grandes vultos da cúpula do PRP. Mas, como já foi visto, a deflagração da guerra na Europa frustrará definitivamente o projeto.¹⁰⁸

Mais um indício vem somar-se à enigmática irrupção do problema negro, já tratada em várias passagens. O 13 de Maio de 1914 é comemorado em Taubaté de maneira inusitada. O frade capuchino Frei Ângelo, missionário e patriota - é O Norte que relata - levanta um grande cruzeiro no bairro do Barranco, diante de multidão de cerca de mil pessoas, e discorre pateticamente sobre a escravidão, explorando a coincidência do término de sua missão com a data da Abolição. O sangue dos escravos e o sangue do Cristo se misturam e fazem nítido contraste com a impiedade que acumula riquezas condenadas a se converter em misérias. O Norte, a propósito de outras comemorações organizadas no mesmo dia nos grupos escolares, aplaude o governo que insistiu no reavivamento das datas nacionais. Igreja e Estado, mesmo que voltados para segmentos sociais diferentes e utilizando vocabulário distinto, parecem apontar na mesma direção, estimulando o civismo no momento em que a crise balcânica e a partilha da África levam irresistivelmente à guerra imperialista.¹⁰⁹

Finalmente, retomando o processo político-eleitoral que está sendo desafiado com vistas à sua utilização como referencial central para a inserção das festas - e não apenas as festas cívicas - na concretude local do processo histórico, a Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista reserva nova surpresa ao historiador. Em julho de 1914, o coronel José Bernardino de Castro e João Monteiro de Abreu são incluídos no Diretório Político de São Luís do Paraitinga.¹¹⁰

Este retorno de José Bernardino de Castro ao comando político municipal não parece resultar de um novo acordo local e sim de uma imposição. O coronel, agora instalado na Coletoria Estadual, não participa diretamente da Câmara dos Vereadores e constrói um poder paralelo no município. Em março, já foi comprada uma oficina gráfica para a edição de sua imprensa; quem assina a petição encaminhada à Câmara Municipal solicitando o direito de publicar o expediente em troca de 100\$000 mensais é Alfredo Pereira de Campos, cujo sobrenome evoca o hermismo e o Partido Republicano Conservador. Em julho, o jornal *A Ordem* já está em circulação, alertando a Câmara quanto ao estado de ruína em que se acha a ponte velha. Em outubro, *O Luizense* de Bernardo Joaquim Dias retorna à luta; as obras da ponte são assumidas por José Bernardino de Castro.¹¹¹

O ano termina com novo remanejamento do Diretório Político. Pressionando a Comissão Diretora do PRP, os chefes políticos luizenses obtêm a exclusão do coronel José Bernardino de Castro. O coronel Teodoro Pereira de Campos Coelho é o presidente, o capitão João Rodrigues Soares é o vice-presidente, e o major Caetano Lopes Soares, o secretário. Os demais membros são o major João Bento Vaz de Campos, Benedito Custódio Ferreira, José Amâncio de Alvarenga, Benedito Alves de Godoy, Joaquim Bento de Oliveira Guimarães e Felipe Nery das Chagas. Os verdadeiros chefes políticos, que atuam em São Paulo junto à cúpula do PRP, são Luís Teixeira Leite e Antônio de Oliveira Costa. *O Luizense* explicará a seus leitores que a nova composição resulta da aliança entre a facção teodorista (do coronel Teodoro Pereira de Campos Coelho, do antigo partido civilista de Nhô Quim Major) e a facção teixeirista (de Luís Teixeira Leite, que, pelo visto, se faz representar por João Rodrigues Soares e Caetano Lopes Soares).¹¹²

A Ordem, que já conta com um suplemento "infantil",

O Ataque, repudia o novo comando político municipal: "José de Castro é o único que está com o Governo, só ele pode falar em nome do Governo". O Luizense, alvo de duras críticas, depois de classificar O Ataque como filho de mãe epilética, define sua posição quanto ao coletor estadual:

"Há tempos chamamos-lhe para o nosso convívio social político, julgando ter em nosso meio um regenerado (...) vimo-nos obrigados a eliminá-lo de uma vez para sempre, o que, graças a Deus, conseguimos, (...) Ninguém poderá negar ao senhor major Teodoro Coelho os seus sentimentos de pacificação de que é dotado". O Luizense, portavoz do antigo partido civilista do coronel Manuel Bento, revela-se aliado do novo diretório, mas ainda não está plenamente instalado como situação.¹¹³

O coronel José Bernardino de Castro deixa de pertencer à Mesa Regedora da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia; A Ordem denuncia "cenas escandalosas" por ocasião do "assalto"; o professor José Carneiro de Carvalho, que parece ter-se reinstalado na cidade por esta época, participa da redação do Luizense e da Mesa da Santa Casa. Entra no Diretório Político o tenente-coronel Manuel Antônio de Freitas Castro substituindo José Amâncio de Alvarenga. Nas eleições de fevereiro, para o Parlamento estadual, a facção de José Bernardino de Castro vota em separado no primeiro turno, marcando posição, antes de sufragar a chapa oficial no segundo turno.¹¹⁴

O Luizense enfrenta dificuldades em apresentar-se como o portador da verdade. Seus adversários não estão apenas no partido oposicionista. Na Câmara Municipal, seus atuais aliados mantêm o contrato firmado em março de 1915 com A Ordem, auxiliando assim a financiar as campanhas políticas de José Bernardino de Castro. Quando O Luizense desfecha violenta campanha de desmoralização contra o professor Juvenal Ferreira da Cunha, redator da Ordem, ironizando sua pobreza e indagando se pensa que seu emprego é vitalício, ou seja, ameaçando-o com a perspectiva de vir em breve a não ter como garantir o futuro de sua família, um outro professor, que redige no Luizense, recebe inesperada sabatina do jornal O Lábaro

publicado pela diocese em Taubaté.

O muito católico professor José Carneiro de Carvalho, membro da Irmandade do Rosário, é pilhado em flagrante delito contra a ortodoxia, em ostensivo namoro com o Positivismo a 13/1/1916. O próprio Luizense, mais que depressa, publica artigos em contrário assinados por outros colaboradores seus, procurando demonstrar que é um órgão de imprensa livre. Mas O Lábaro não perdoa, e como o professor Carneiro insiste em manter suas opiniões, uma longa polêmica ocupará grandes espaços dos dois jornais. Em março, na edição nº 444, O Luizense cede metade de suas colunas ao professor José Carneiro, a menos que outros colegas o auxiliem. À primeira página, um artigo não assinado trata da instrução religiosa:

"(...) Os mistérios da Religião são como o sol. Impenetráveis em si mesmos, iluminam e vivificam aqueles que caminham com simplicidade através da sua luz; e só cegam os olhos audazes que buscam sondar o seu esplendor. Os mistérios são superiores à razão e não contrários à razão, o que é coisa muito diferente. (...). Assim é a fé. Não faz ela mais do que regular e alongar a esfera da razão. Concede que esta se aplique a tudo quanto é do seu domínio; e no ponto em que expiram suas forças naturais, toma-a pela mão, a levanta-la, e faz penetrar em novas verdades, sobrenaturais e divinas, e até aos mistérios de Deus: (...)"

A seguir, a coluna Palestrando, geralmente assinada pelo professor Carneiro, mas hoje anônima, aborda a filosofia científica ou positiva:

Esta "explica a harmonia geral do mundo, admitindo, de acordo com a observação prévia dos fatos, que os fenômenos não estão sujeitos a influências arbitrárias de vivente algum, nem de forças, fluidos e outras fantasias cegas e caprichosas, mas que pelo contrário guardam entre si relações invariáveis e imutáveis às quais dá o nome de leis naturais. Portanto o processo lógico empregado pela teologia e pela metafísica é o

inverso do usado pela filosofia científica ou positiva (...) Quando um corpo cai ao ser abandonado no espaço, o teologista sincero e coerente diz que foi um deus que o empurrou, o metafísico, que foi uma força que o puxou e o cientista, que foi o corpo mesmo que se moveu segundo uma regra invariável a que deu o nome de lei da queda dos corpos. Para o teologista, o corpo cai de qualquer modo que o capricho da divindade o empurrar. Para o metafísico ele cai de qualquer maneira segundo esta ou aquela regra ao sabor da sua imaginação. Só para o cientista é que a queda se realiza de acordo com uma lei invariável que foi descoberta pelo exame direto do modo por que os corpos caem. E esta lei permite-lhe pre-dizer com segurança que velocidade terá o corpo ao tocar o solo ao fim de certo tempo ou, conhecendo esta velocidade, de que altura ele se des-prendeu".

Em sua catilinária contra o comtista extraviado em São Luís do Paraitinga, o redator anônimo do Lábaro ironiza o articulista do Luizense que teria negado o princípio da inércia, base da Mecânica e de todas as concepções da Física moderna; não se é cientista só por digerir mal a literatura positivista, e nem católico romano só por ler a Bíblia e São Tomás. O Lábaro, ultramontano, acolhe algum adversário do Luizense que, habitualmente, ataca o positivismo onde existe na verdade um empirismo mitigado (efetivamente marcado pelo científicismo da época). Para o Lábaro, talvez não interesse compreender o que está em jogo na campanha deste zeloso defensor da ortodoxia romana que escreve em suas colunas, pois o bispo está comandando uma campanha severa contra o espiritismo, contra o protestantismo, contra o cinema. Os positivistas são inimigos obscenos:

"Andam de cidade em cidade umas fitas cinematográficas sobre a catequese leiga do senhor Rondon. Nalgumas delas aparecem índios e índias em completa nudez, o que por aí deu lugar a fatos curiosos. As senhoras sinceramente virtuosas não iam assistir a tais fitas, as que ao menos que-

riam salvar as aparências saiam depois de ver o começo, outras... ficavam. Os homens que pensam que a vergonha é dever somente das mulheres, não somente iam e ficavam, mas muitos acompanhavam as fitas com os comentários os mais imundos (...). E o que pensar da catequese do senhor Rondon? O primeiro fruto de sua missão civilizadora devia ser o de ensiná-los a andar vestidos".

À página 2 do Luizense nº 444, o professor Carneiro ou algum amigo seu reproduz uma crônica de Artur de Azevedo, O cão do servente. O ministro sofre um vexame perante o rei ao apresentar um documento que contém um erro crasso. Vingam-se apostrofando o diretor geral da Secretaria. Este descarrega sua bÍlis em rancorosa reprimenda ao chefe da 3ª Seção, que se apressa em acertar contas com o amanuense incompetente. O rábula, ferido em seus brios, recompõe-se moralmente atormentando o contínuo. O contínuo restaura suas convicções ao encontrar o único indivíduo que ocupa função inferior à sua estrutura, o servente preto. O pobre servente, ao chegar em casa, descarrega sua revolta impotente contra a criatura que vem alegre ao encontro do amo.¹¹⁵

Os oposicionistas deixam de comparecer às eleições de 1º de março; O Luizense aplaude o tino político dos dirigentes do PRP e o Diretório Político local, e inclui o seu maior inimigo na coluna de notas sociais, informando que o Coletor Estadual está viajando. Apenas 50% do eleitorado comparece. A maioria na Câmara Municipal suprime a verba de auxílio aos jornais, provocando a exoneração do major José Domingues de Azevedo e do capitão Luís Veríssimo Lopes Figueira. A 8 de julho o prefeito oficia ao delegado de polícia, pedindo que aja de acordo com a lei e suste a publicação dos jornais A Ordem e O Ataque. Logo O Luizense poderá, afinal, tornar-se o jornal oficial da Câmara.¹¹⁶

Mas, ao contrário do que afirmava o Luizense, o chefe oposicionista não está de modo algum eliminado para sempre. O Imperador do Divino, em 1916, é ninguém menos que o coronel José Bernardino de Castro. A festa é magnífica, excedendo em muito a fatura de praxe; alegando que o esbanjamento e ostentação, além de trazer inconvenientes à sociedade, constituem um ultraje às leis da Igreja, o vigário Ignácio Gioia não permite que se escolha o festeiro para o ano seguinte; é provável que, além destas razões, o

sacerdote tenha levado em conta a disputa intensa entre os chefes políticos pelo privilégio de dirigir a festa em período eleitoral. Em agosto do ano anterior, houve tumulto no interior da casa do coronel quando se comemorava a sua indicação como o próximo imperador. Mais de 4.000 pessoas participam da festa, empanturrando-se de comida na Casa da Festa montada pelo imperador, José Bernardino de Castro.¹¹⁷

Durante a festa, ocorrem distúrbios provocados por elementos ligados à Câmara Municipal; um grupo tenta expulsar um médico da cidade, um indivíduo embriagado (talvez o escrivão de polícia Antônio Gonçalves Pereira) comanda uma desordem no circo de cavalinhos na sexta-feira. Quem denuncia os desmandos é o jornal opositor A Ordem, sem fornecer maiores detalhes, e não foram encontrados registros policiais destas ocorrências.¹¹⁸

Talvez em razão do prestígio conquistado com a festa, José Bernardino de Castro retorna à política oficial. Seu jornal anuncia a nova composição:

"Fala-se e comenta-se nesta cidade o conagraçamento do Grupo Castrista com os do governo local. Congraçamento totalmente não é, simplesmente um acordo político como fazem todos os governos civilizados, isto é, deixando sempre na chapa de vereadores lugar para a representação da minoria. Enfim, escrevemos sem autorização ou autoridade, são boatos. Estamos tão descrentes da politicagem em nosso infeliz meio que tudo é possível. Atravessamos uma época em que os homens não têm escrúpulos e o povo não tem energia para se mover da apatia crônica."¹¹⁹

Por seu lado, o Luizense, comemorando seu aniversário, também assume postura crítica face à vida política:

"Em assuntos de política local, ele já aprendeu que o melhor é calar, deixar correr 30 dias por um mês, que o seu destino não é o do Cristo que veio ao mundo para regenerar a humanidade [a cidade ainda não tem luz, telégrafo, telefone, etc. ...] Desiludido em cada dia que se passa, por não ter visto realizado um só dos seus sonhos [ele,

O Luizense, procura] um homem capaz de conduzir o município na estrada larga do progresso!¹²⁰

Passadas as eleições de novembro de 1916, o novo acordo político se rompe. A oposição tenta impugnar a eleição da nova Câmara, apresentando uma petição assinada por Antônio Claudiano Viegas, Antônio Borrielo e Bento Inácio; seu procurador é Brasili- no Pereira de Campos. Os signatários pretendem recorrer ao Tribunal de Justiça do Estado e requerem cópia da ata de verificação de poderes, para remeter àquele Tribunal com as suas razões no prazo de vinte dias fixado pela lei. Os vereadores recém-empossados simplesmente indeferem o requerimento, impossibilitando o recurso. A Câmara Municipal decide publicar no Luizense todo o seu expediente, tornando-o finalmente folha situacionista. A Ordem reage acusando o major Teodoro Pereira de Campos Coelho, presidente da Câmara e principal chefe situacionista, pelo assassinato de um funcionário municipal em fevereiro de 1917; O Luizense, naturalmente, sai em defesa do acusado, recebendo um voto de gratidão da Câmara Municipal.¹²¹

A oposição pede insistentemente garantias ao delegado de polícia por ocasião das eleições de janeiro. O coletor estadual José Bernardino de Castro teme que sua repartição seja atacada no dia 15. Por sua vez, o prefeito municipal escreve ao Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo denunciando as atividades do Coletor Estadual que, por não comungar com o diretório político governista, nem com a Câmara Municipal, nem com a maioria absoluta da população, vinga-se lançando impostos a torto e a direito, até mesmo sobre mendigos. Em consequência, as finanças municipais estão em perigo, já que os caipiras, em pânico, deixam de vender no Mercado os seus porquinhos e seu café barato fugindo ao imposto extorsivo. O prefeito solicita providências urgentes, ace- nando com o risco de perturbação da ordem pública. Assim, cada partido procura indispor seu adversário junto ao governo estadual.¹²²

Neste ano particularmente conturbado de 1917, até os loucos detidos na prisão se agitam; quando a Secretaria de Segurança Pública, atendendo pedido do delegado, envia quatro camisas de força, o local está terrivelmente danificado pela fúria dos de- mentes, provavelmente liderados por Senhorinha Pereira dos Santos, presa desde setembro do ano anterior.¹²³

sidência do primeiro; no dia seguinte, o mesmo Cesário Vaz de Campos, teme ser agredido em sua casa de comércio. O delegado vai e deixa ali um ordenança, que mantém tudo em paz até as 21 horas. "Se os dois queixosos foram ameaçados é devido isto ao modo como ambos se portam, provocando e injuriando seus desafetos políticos". Em novembro, a Câmara, por unanimidade, oficia ao delegado de polícia que apreenda A Ordem, com base no artigo 383 do Código Penal e na lei municipal sobre jornais aprovada em fevereiro, quando da acusação contra o chefe político situacionista Teodoro Pereira Campos Coelho.¹²⁵

Relatando a grandiosa homenagem póstuma ao cientista Oswaldo Cruz e ao coronel Teodoro Pereira Campos Coelho, recentemente falecidos, em agosto de 1920, O Luizense não faz nenhuma referência ao coronel José Bernardino de Castro. Além de recolocar "sobre nossa existência inóspita o pálio sereno do céu da ilustração", ou seja, apagar a imagem de fanatismo e superstição criada pela grande imprensa das capitais em junho, quando São Luís do Paraitinga tornou-se o berço da santa caipira que a polícia e os médicos fazem voltar à condição humana normal, a festa tem por objetivo, também, calar uma "certa crítica rasteira, oriunda de espíritos tacanhos emal intencionados. O povo luizense de hoje é o mesmo do passado, sabendo guardar com desvelado carinho suas gloriosas tradições". O Luizense está se referindo, sem dúvida, aos opositoristas da facção castrista, mas é provável que já se preocupe com uma defecção em seus quadros.

Efetivamente, é notável a desapareição dos irmãos João Cândido Cabral, tabelião, e Oscar Cabral, farmacêutico, da redação do jornal nascido sob a égide dos Domingues de Castro. Com a morte do coronel Manuel Bento, O Luizense define-se francamente por um novo chefe político. O homem que faltava, capaz de conduzir o município rumo ao progresso, começa a se afirmar, apoiado em certas forças que os irmãos Cabral não podem engrossar. O novo chefe unguído pelo Luizense é o filho do coronel Antônio de Oliveira e Costa (vice-presidente do diretório político), o promotor público João Batista de Oliveira e Costa. Os Oliveira e Costa, nos primeiros anos do século, militavam na política contrária aos coronéis Manuel Jacinto e Manuel Bento Domingues de Castro; são notoriamente identificados com a Irmandade do Santíssimo Sacramento e, por extensão,

A população rural, alarmada com as notícias de afundamento de navios brasileiros e de represálias contra cidadãos alemães, teme o recrutamento; o delegado de polícia manda expor edital desmentindo os boatos e assegurando os direitos de qualquer indivíduo, "sem coação alguma pela polícia". Porém, um mês depois, o novo delegado, Ernesto Babo Filho, proíbe expressamente a reunião de indivíduos nas praças e nas ruas para jogar peteca ou qualquer jogo de natureza idêntica, sob ameaça de prisão por vagabundagem. Os editais da Junta do Alistamento Militar são sistematicamente arancados, motivando vários protestos do presidente da Junta, Cesário Vaz de Campos. Por ocasião da greve geral em São Paulo, o Delegado Geral de Polícia do Estado se alarma com notícias de que pode irromper uma greve em São Luís do Paraitinga, contra os impostos municipais no Mercado, e um assalto contra a Coletoria de Rendas Estaduais. O delegado de polícia esclarece que tais boatos são divulgados por

"pessoa desejosa de perturbar a tranqüilidade (...) principalmente entre os lavradores que deixam de vir à cidade expor os seus produtos, ocasionando a falta de gêneros e conseqüentemente elevação dos preços com prejuízo da população (...) A notícia do ataque à Coletoria local talvez não seja estranha a esses processos [Queira] v. Ex^{cia} informar-me do autor dessa denúncia para em caso de novos boatos poder agir mais seguramente (...) a população do município é ordeira (...) apesar do recolhimento da maioria do destacamento local [estão na capital reprimindo a greve], tudo está em calma e o policiamento auxilia do por paisanos fornecidos pela Câmara Municipal".¹²⁴

Que o delegado de polícia se refere ao coronel José Bernardino de Castro não há dúvida. Em outubro, responde ao Delegado Regional de Guaratinguetá, sobre denúncias feitas por Inácio Marcondes César e Cesário Vaz de Campos. A 29/9, o delegado foi procurado às 16H30 pela esposa de Cesário Vaz de Campos, pedindo garantias para o marido retido no Cartório do 1º Tabelião temendo ser atacado por capangas. O delegado acompanha Cesário e Inácio até a re

com a "banda paraguaia", que, aliás, recebe agora maior destaque no Luizense, seu antigo inimigo.

Ora, João Cândido Cabral, 2º tabelião, é, desde o início do século, identificado com a "banda dos ursos" fiel aos Domingues de Castro; por outro lado, como intelectual orgânico do partido bentista, militando nos assuntos forenses, chocou-se constantemente contra os Oliveira e Costa que têm um cartório em São Paulo. Desde meados de 1913 a ascensão política de João Batista de Oliveira e Costa, um dos "homens de São Paulo" que, manipulando maquiavelicamente as pretensões políticas de José Bernardino de Castro, Luís Teixeira Leite e Caetano Lopes Soares, constroem um novo partido, se faz pela ultrapassagem irregular de suas funções como promotor público interirno, a princípio, e efetivo a partir de agora, 1918. Os processos de toda natureza já não circulam normalmente há muito no escritório do 2º tabelião.

Por outro lado, junto com João Batista de Oliveira e Costa, O Luizense destaca na festa de homenagem aos dois ilustres luizenses mortos o farmacêutico major Euclides Vaz de Campos. Ora, o farmacêutico Oscar Cabral, proprietário da Farmácia Cabral, não pode concordar com os procedimentos excusos que asseguram, desde 1913, a reserva de mercado constituída pela Santa Casa de Misericórdia para a Farmácia Progresso de Euclides Vaz de Campos.

Finalmente, outro aspecto de importância decisiva para a compreensão dos desdobramentos futuros desta fratura do antigo partido bentista de 1918, é a ausência do clero na festa. Alguns anos mais tarde, quando de novo se homenageará o cientista Oswaldo Cruz em sua terra natal, seu busto será erigido no Largo da Matriz, de costas para a igreja matriz e de frente para a praça, para o coreto e o edifício da Câmara Municipal que fica ao fundo. Tal disposição física do monumento, provocando agudas divergências, será posteriormente corrigida, colocando-se o busto do cientista a olhar para a porta da igreja, voltando as costas para a praça. Mas, em agosto de 1918, ainda não se evidenciou este complicado problema de hegemonia entre o vigário e as autoridades leigas.

No entanto, O Luizense, depois de enumerar todas as autoridades presentes à cerimônia cívica no salão da Câmara e no Largo da Misericórdia, omitindo ostensivamente algumas presenças como aquelas já referidas, do coronel José Bernardino de Castro e

dos irmãos Cabral, que devem ter estado presentes, precisa justificar a ausência do padre Ignacio Gioia, vigário da paróquia, e de dois padres redentoristas que se encontram na cidade naquele domingo e não figuram em nenhum momento das solenidades. O jornal explica que os três clérigos "pretendiam tomar parte das homenagens, mas como chegaram um pouco tarde não puderam galgar o salão por estar toda a entrada e escadaria do edifício inteiramente repletas de povo. Fica assim constatado que a intenção dos dignos sacerdotes foi de ali comparecerem". Verdade ou não, O Luizense e o promotor público João Batista de Oliveira e Costa serão constantemente acusados de ateísmo, impiedade, espiritismo e fariseísmo pela União Republicana Bernardino de Campos que assumirá na década seguinte o espaço de oposição deixado vago pela derrota final do coronel José Bernardino de Castro em abril de 1919.¹²⁶

O ajuste de contas, ao cabo de tantas alianças espúrias e traições que vêm sendo observadas desde o colapso do partido bentista, se dá por ocasião da eleição de 26/4/1919, para deputados e senadores estaduais. Os partidos rivais começam a medir suas forças no dia 13, quando se elege um novo Presidente da República, dado o falecimento de Rodrigues Alves, e deveriam normalmente completar o enfrentamento em outubro, elegendo os vereadores e juizes de paz.

A 25 de fevereiro, a Comissão Provisória do Partido Oposicionista convoca seus eleitores a se alistarem para estas duas eleições, frisando que faz oposição UNICAMENTE ao atual governo municipal. Assinam o boletim, pela ordem: José Bernardino de Castro (coletor), Leopoldo Guaraná de Faria Rocha (advogado), Leopoldo Ferreira Nunes (engenheiro), Cesário Vaz de Campos (negociante), Jordão Monteiro Augusto de Oliveira (agricultor), Juvenal Ferreira da Cunha (professor público) e Joaquim Alves Peixoto (escrivão da Coletoria).

O partido situacionista publica em resposta o seu boletim de 9 de março, contestando violentamente "a audácia", o atrevimento de um ZÉ CAIPORA, aliado, por vergonha nossa, a um grupo de aventureiros disfarçados em advogado, em engenheiro sem carta, em negociante de trapos, em agricultor das dúzias, em professor esfarrapado e em escrivão de duvidosa moral". O diretório republicano oficial refere-se ao boletim oposicionista como "imundo pape-

lucho assinado por um grupo de indivíduos desfrutáveis e de conhecidos forasteiros, exploradores da ingenuidade de uns e da bondade dos outros". A oposição é acusada de "implantar a desordem, a anarquia, o bolcheviquismo na política de São Luís". Assinam: Joaquim de Oliveira Guimarães, (presidente), Antônio de Oliveira e Costa (vice-pres.), Caetano Lopes Soares (secretário), Felipe Nery das Chagas, Benedito Alves de Godoy, Benedito Custório Ferreira, Francisco Alves de Moura, Cesário Pereira Coelho e Vitalino de Campos Coelho.

Onze dias antes da eleição presidencial imprevista, a oposição lança um Convite Eleitoral; os oposicionistas votarão no candidato indicado pela Comissão Diretora do PRP, utilizando cédulas azuis. Há dois novos signatários, Pedro Pereira de Campos e Benvindo Pereira de Campos. Na véspera da eleição, o Diretório Político lança novo boletim contra os "cafajestes oposicionistas". A oposição, chefiada por José Bernardino de Castro,

"Zé Caipora, nenhuma garantia oferece. Está na memória de todos o procedimento desse teimoso chefe oposicionista que, exercendo o cargo de Prefeito Municipal, só cuidou de aumentar os impostos [e, atualmente,] mostra empenho em entregar-se um pedaço do nosso município a um distrito vizinho".

O Luizense relata como se passou este primeiro teste de forças:

"O vento pestífero que conduzia até às nossas urnas essas aves agourelas, esses magarefes oposicionistas, bateu-lhes no rosto tão fortemente que os deixou tão moderados e tão pálidos como se cada um fosse o espectro medonho da morte que sem destino perambulava pelas seções eleitorais (...) Enquanto isso se passava, as CÉDULAS BRANCAS, como um bando de níveas pombas, caíam às urnas (...) E, terminada a eleição, a turba oposicionista fugiu do recinto como Judas fugiu da própria sombra!"

O resultado, anunciado pelo jornal que não esconde o clima de intimidação em que se desenrolou o escrutínio, mostra 424

eleitores situacionistas contra 161 da oposição, totalizando 586, ou seja, 50% do eleitorado.

A oposição impetra um Habeas-Corpus preventivo para seus dirigentes e eleitores a 7 de abril e se arma como seus adversários. Um anônimo envia ao promotor público duas cartas supostamente encontradas no Largo da Matriz, em que Joaquim Alves Peixoto e o professor Juvenal Ferreira da Cunha escrevem ao capitão Jordão Monteiro solicitando o envio de homens armados para garantir a segurança dos doutores Leopoldo Guaraná e Leopoldo Nunes, ameaçados de expulsão da cidade; estas cartas serão peças importantes na denúncia que João Batista de Oliveira e Costa redigirá após o tiroteio de 26 de março.

Durante o processo, as testemunhas de defesa afirmam que a oposição sofrera ameaças desde o dia 13, quando um grupo liderado por Tônico Costa (irmão do promotor público) fez uma passeata vaiando e provocando os eleitores rivais, dirigindo-se até a casa do major Cesário Vaz de Campos, desistindo afinal de invadi-la. Alexandre de Tal e Brasilino Lobo teriam recebido 45\$000 (ou 300\$000, segundo outros) para assassinar José Bernardino de Castro na eleição do dia 26.

Naquele domingo, após votar, o coronel José Bernardino de Castro se retira sob intensa vaia de um grupo governista. Está acompanhado de cerca de 40 correligionários que entram consigo em sua casa, de onde continuam a ser provocados. Dentre os governistas, destacam-se Brasilino Lobo, João Lobo, João Pires, Alexandre, José Mulato, que riscam o chão da rua com suas garruchas e teriam sido os primeiros a disparar contra as janelas, acompanhados depois, durante o tiroteio, por Benedito Alves Correia e Pedro Azevedo que atiram da janela da casa do Felinto Lopes dos Santos, que também teria disparado.

Os sitiados revidam atingindo Pedro Evangelista de Azevedo, José Lobo, Benedito Rodrigues Sales e Domingos Dias dos Santos. Não há feridos no interior da casa - o que revela, muito provavelmente, o maquiavelismo dos chefes situacionistas. Estes, que teriam sido vistos aqulando seus capangas (cf. testemunha Luís Augusto de Toledo, folhas 253-258 do processo), obtêm vítimas em suas fileiras e não têm interesse em penetrar no sobrado; transformam seus ocupantes em agressores e submetem-nos à Justiça.

Apenas o depoimento da testemunha José Benedito de Carvalho, arrolada por José Bernardino de Castro, fornece maiores detalhes sobre o que se passa no interior do sobrado durante o conflito. O chefe oposicionista aparece, naturalmente, como vítima da provocação, e não teria dado nenhuma ordem de revide; teria tentado acalmar o ânimo de seus correligionários, dedicando especialmente a atenções à sua esposa e outras senhoras, assustadas; a esposa do professor Juvenal tem um ataque nervoso.

Não há, no processo, indicações de como se encerra o tiroteio. Aparentemente, a repressão só tem início a 28 de março, depois que o promotor, João Batista de Oliveira e Costa, pede a prisão preventiva de José Bernardino de Castro, José Augusto Monteiro e João Nunes Veloso, decretada pelo juiz Nelson de Noronha Gustavo após ler os autos dos exames de corpo de delito. Os três indiciados são conduzidos à prisão pelo oficial de justiça interino Benedito de Souza Pinto (o futuro Juca Teles do Sertão). A seguir, o promotor pede a prisão preventiva de mais 13 oposicionistas: Asfaneu Pereira de Campos, Alfredo Pereira de Campos, João Tobias Veríssimo, Jordão Monteiro, Augusto de Campos, João Pereira da Silva (vulgo Calogi), Juvenal Ferreira da Cunha, Joaquim Alves Peixoto, José Aleixo Pereira de Campos, Inácio Nunes Veloso, Cesário Vaz de Campos, Benedito Pereira de Campos e José Augusto Pereira Leite. O juiz exclui apenas o escrivão Joaquim Alves Peixoto e manda recolher os demais. O oficial de justiça encontra apenas Asfaneu, José Aleixo e Calogi, no dia 4 de maio. Dois dias depois, os três primeiros detidos são libertados por força de Habeas-Corpus nº 2.953 concedido pelo Tribunal de Justiça; em vista da decisão daquele tribunal, o juiz Nelson de Noronha Gustavo resolve libertar também os três outros prisioneiros.

O processo apresenta determinadas situações em que se vê com clareza o choque entre determinadas individualidades em plena luta de classe, guerra civil declarada no interior da "sociedade" luizense. A 23 de outubro, o comerciante José Francisco Pereira de Castro cobra em juízo a José Bernardino de Castro a quantia de 530\$000, relativa a compras suas e de professor Juvenal Ferreira da Cunha. Um mês depois, José Bernardino responde oficialmente, por intermédio de seu advogado Leopoldo Guaraná de Faria Rocha, um dos poucos dirigentes oposicionistas que escaparam à prisão e

ao processo em andamento. Esclarece que não é pai, nem tutor, nem curador do professor Juvenal F. da Cunha, e nem poderia ser fiador dele por desempenhar a função de Coletor Estadual. Calcula que suas próprias despesas orçam em cerca de 300\$000 e propõe-se a pagar o que reconhece como dívida sua.

No momento em que a ação ordinária de cobrança chega a um ponto decisivo, o advogado Leopoldo Guaraná está em viagem, como todos os seus inimigos o sabem. Aliás, são eles que, escrevendo em papéis cartoriais, carimbando com os selos e demais sinais da República, assinando naquelas datas que a lei dispõe, conduzem o pequeno processo cível contra o coronel José Bernardino de Castro. O interpelado tenta constituir como advogado seu correligionário João Batista Salgado, que não tem o diploma, e que poderia, como tantos outros intelectuais orgânicos da República o fazem, agir racionalmente em defesa de seu constituinte num processo de rotina.

O advogado Ernesto Babo Filho, quadro qualificado do partido situacionista, exercendo, aliás, a função de delegado de polícia, e o advogado João Batista de Oliveira e Costa, a eminência parda do governo municipal, exercendo, aliás, a função de promotor público, protestam contra esta discriminação. O coronel alega que todos os advogados da cidade são seus inimigos, justificando sua tentativa. Ora, os dois advogados declaram à autoridade que não são, de modo algum, inimigos de José Bernardino de Castro. Um ano mais tarde, em dezembro de 1920, o juiz condenará o revel José Bernardino de Castro (que já não é mais Coletor Estadual há meses) a pagar os 550\$000, mais juros e as custas do processo. A quantia não é tão pequena, visto que um assassino profissional pede, como se pode deduzir para a época e a região, 300\$000 por seus serviços. O sentido que toma o processo e seu desfecho já foram vistos em outro capítulo.¹²⁷

A festa de inauguração da nova Igreja do Rosário também já foi vista, situação especialmente clara de encontro entre o sagrado e o profano, se é que cabe distinguir assim o poder de Ignacio Gioia, por um lado, e o poder do Diretório Republicano mais o projeto de poder da União Republicana Bernardino de Campos por outro. O vigário, como membro do clero romano, edifica, ou melhor, identifica-se com um templo que pode ser visto como peça de um dispositivo mundial, universal na convicção dos católicos. Os cató-

licos luizenses edificam um templo que reafirma concretamente a identidade coletiva do município. O templo reúne as funções de igreja e de monumento. O civismo local não se destaca dos atos coletivos de fé, exceto em circunstâncias excepcionais, imprevistas pelas instituições sociais.

Em julho de 1922, a Câmara Municipal aprova o regulamento da companhia telefônica, cujo artigo 13 ("O uso de linguagem profana ou obscena é motivo suficiente para cortar a ligação do aparelho, sem indenização alguma ao assinante") não camufla a escuta clandestina. O progresso, tal como o entende a "sociedade", estende mais um fio reanimando a "cidade morta".¹²⁸

O 13 de Maio de 1923 marca a visita do Presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís, a São Luís do Paraitinga. A comitiva presidencial chega a cavalo pela velha estrada de Ubatuba. São quarenta animais enviados a Ubatuba pelos membros do Diretório Político e por outros latifundiários luizenses para o trajeto de Ubatuba até a fazenda do Hildebrando Paranhos, no bairro de Ponte Alta. O almoço do Presidente e sua comitiva naquele reduto oposicionista é oferecido em nome da municipalidade pelo deputado estadual Pereira de Matos, fórmula que mascara a contradição entre o futuro dirigente da União Republicana Bernardino de Campos e os dirigentes do município, que vêm à fazenda em automóvel, provavelmente o único da cidade, do médico Gaspar Tibau.

Da Ponte Alta à cidade, a comitiva segue em dezesseis carros que ali os esperavam com seus respectivos choferes. É certamente com extrema curiosidade que a população vê passar tantos veículos, desde a primeira grande surpresa, quando em setembro de 1912 chegaram à cidade três automóveis às nove e trinta da manhã, vindos de Taubaté, produzindo-se uma grande festa e uma fotografia que se encontra no Museu Histórico de Taubaté.

Chove muito, mas há grande multidão de povo aguardando o cortejo motorizado que chega pouco antes das 18 horas debaixo de uma salva de 21 tiros e ao som do hino nacional executado pela "banda dos ursos". O Presidente recolhe-se para um rápido descanso no palacete Manuel Bento caprichosamente preparado para sua hospedagem. Depois, segue até o edifício da Câmara Municipal onde recebe homenagens dos vereadores, do Diretório Político local e do

de Lagoinha, das autoridades judiciais, Grupo Escolar, escoteiros e escoteiras, guarnição policial. Quem toca o hino nacional, agora, é a "banda paraguaia". A sessão solene, no recinto ricamente enfeitado e iluminado (a acetileno), é presidida por Washington Luís que se assenta à mesa entre o secretário da Agricultura - Heitor Penteadó - e o juiz de direito Acácio de Toledo.

O "atleta da palavra", delegado Ernesto Babo Filho, faz a saudação em nome da Câmara; o Presidente agradece, talvez seja esta a mais entusiástica recepção em toda sua viagem - estará sendo sincero? O Luizense, após narrar o retorno do Presidente ao palacete, ovacionado pela multidão que o acompanha, comenta a efusiva participação popular nos festejos. Assim, no trajeto Ponte Alta-São Luís, em muitos bairros e em várias fazendas por onde passou a comitiva, a população local ergueu arcos, placas, dísticos e aclamava em delírio a passagem do chefe do Estado. A Câmara Municipal, certamente, não deve ter deixado de orientar estas manifestações espontâneas.

No palacete Manuel Bento, organiza-se um jantar, tendo o Presidente sido convencido a permanecer na cidade por esta noite. À rua, toca a corporação Santa Cecília (os "ursos"); inúmeras senhoras e senhorinhas da melhor sociedade luizense prestando seus serviços como garçonettes solícitas, servem os ilustres hóspedes, cumulando-os de gentilezas durante todo o jantar que corre na mais franca cordialidade.

Às 21 horas, no Largo da Matriz, tem lugar a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da herma de Oswaldo Cruz; o busto é oferecido pelo doutor Oscar Dutra e Silva, do Instituto de Manguinhos. Quem toma a palavra é o doutor João Batista de Oliveira e Costa, abraçado ao final pelo Presidente do Estado. Estão presentes os representantes dos poderes públicos, grande massa popular e as duas bandas de música. Sob a pedra fundamental, deposita-se uma caixa de vidro, contendo a edição especial do Luizense, a lista das pessoas que tomam parte no ato e várias moedas - singular mensagem para os arqueólogos do futuro. Ernesto Babo Filho lava a ata, assinada por todos, observada a hierarquia.

A noite termina com um lanche rápido no palacete; por volta de 21h30 o Presidente já pode enfim repousar. Na manhã seguinte, visita o Mercado, a cadeia, a Santa Casa, as igrejas do

Rosário, matriz e das Mercês, o Grupo Escolar e a casa onde nasceu Oswaldo Cruz. Depois do café, deixa a cidade por volta das 8 horas, sempre debaixo de aclamações; ao seu lado viajam os prefeitos de Taubaté, doutor César Costa, e Benedito A. Moura, de São Luís.

O Luizense destaca ainda que, enquanto o Presidente dorme, diversos membros de sua comitiva comparecem à confortável casa de diversões, o cine Éden Paulista (de Bernardo Joaquim Dias) onde tem lugar um espetáculo de gala. É provavelmente lembrando esta parte do programa que a oposição, em 1927, se referirá aos graças dos visitantes pouco acostumados com a iluminação precária da cidade.

Não há nenhuma referência à presença do vigário Ignacio Gioia, intransigente inimigo dos maçons.

Aproveitando a euforia da visita, os dirigentes situacionistas organizam um jantar de confraternização "com fim de a aproximar mais os vários elementos de destaque na sociedade local e dissipar certos mal entendidos cujo único resultado era o acabrunhar a marcha do progresso da cidade, sem que houvesse para isso mo tivos de maior monta". O local é a casa de João Batista de Oliveira e Costa... O Luizense dissimula o fracasso parcial da tentativa ju stificando a ausência de algumas pessoas que estariam fora da cidade. Quem serve à mesa são as graciosas senhorinhas Virgínia de Oliveira e Costa e Antonieta Guimarães. Iracema de Castro e Cornélia Cabral, jovens que sempre tomam parte ativa nas festas cívicas ao lado de seus parentes, não estão presentes. O dono da casa brinda ao futuro, todos devem olhar somente para o progresso cujo surto gigantesco se inicia, esquecendo todo e qualquer ressentimento passado. O champagne é bebido pela paz e pelo progresso. O banquete se la oficialmente a aliança entre João Batista de Oliveira e Costa e José Domingues de Azevedo, ou seja, os chefes atuais dos partidos que se hostilizavam durante a primeira década republicana. Deixam de comparecer ao triunfo de João Batista de Oliveira e Costa os irmãos Cabral, José Bernardino de Castro e o vigário Ignacio César.¹²⁹

As recepções no interior

Em fevereiro de 1917, o professor José Carneiro de Carvalho descreve com detalhes a mecânica das recepções festivas:

"Nessas ocasiões as localidades recebem uma limpeza completa. Se são iluminadas a querosene im-provisam-lhes uma iluminação a gás acetileno. Co-mo requinte das ornamentações os pontos por onde deve passar o préstito à chegada da visita são todos arborizados com renques de árvores em que se vêem entrelaçados escudos, galhardetes, tochas penduradas em arames que se acendem à noite pa-rra maior realce ao conjunto artístico dos en-feites; de espaço a espaço arcos vistosos orna-dos de flores com dizeres alusivos àquele grato acontecimento em festões de telas pintadas; o so-lo alcatifado de pétalas de flores e folhagens, formando tudo um aspecto mais que agradável pelo belo efeito de sua imponência policroma. E as nossas populações assim em festas aparecem vesti-das de finas roupagens, apurada indumentária de uma exuberância majestática. No dia aprazado, a meio quilômetro da povoação, no caminho trilha-do pela comitiva, encontra esta um esculca que delicadamente a convida a parar, até que pelo es-poucar dos foguetes que este momento solta, pos-sa o povo em massa ir ao encontro dos seus que-ridos hóspedes. Assim são eles recebidos festi-vamente entre flores, palmas, discursos, banquet-es e vivórios, com um entusiasmo que não se ar-refece um só momento durante a sua permanência entre os seus atenciosos obsequiadores." 130

A descrição mostra que o modelo da festa são as en-tradas reais da Renascença, que, por sua vez, pouco mais fizeram que apropriar-se do aparato da festa de Corpus Christi (e esta, cri-ada no século XIII como resposta ao igualitarismo plebeu de Pente-costes - O Divino Espírito Santo -, teria retomado naturalmente o modelo dos triunfos romanos para enfatizar o poder do papa de Roma). Os jesuítas foram, sem dúvida os principais responsáveis pela difu-são deste modelo, adaptando-o ao clima e à vegetação brasileira. Um tema apaixonante a pesquisar junto às fontes do século XVI e XVII, especialmente, é o sentido da participação dos diversos grupos só-cio-culturais naquelas festas da época, rejeitando interpretações

pré-concebidas como transplante artificial e passividade indígena.

Ao tratar da recepção ao coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro em julho de 1891, foi realçada a repartição simbólica de papéis sexuais, cobrindo-se a cidade de flores e atributos vegetais para suas núpcias efêmeras com o visitante ilustre, rito de submissão. O texto do professor Carneiro permite notar um outro momento extremamente significativo na cadeia sintagmática da festa. A sentinela que barra o acesso do visitante à cidade, fazendo-o aguardar até que o povo venha convidá-lo a entrar, expressa o papel ativo que a coletividade pode desempenhar no processo ritual.

Festa e história

Em novembro de 1927, quando o Paraitinga está pres-tes a deixar de circular, um de seus redatores descreve outras festas cívicas que pontuaram a história de São Luís do Paraitinga:

Durante o governo provincial do Marquês de Três Rios "Passara por aqui entre festas e recepções, musicatas e foguetório, um engenheiro, da pátria de Tio Sam, cujo nome já não nos lembra mais a grafia, mas cuja fonética é mais ou menos Roskisks. Pálido, louro, esguiô, vestido de brim pardo (...) Botou os seus instrumentos por esse mundo afora, espiou, mediu, olhou, escreveu, comeu muito jantar que lhe fora oferecido, bebeu muito champagne, e um dia, eclipsou-se e jamais apareceu. O país não podia arcar com o dispêndio de uma via-férrea, porque os tributos, naquele tempo, eram parcimoniosos, cuidava-se somente de prover o estreitamento necessário, para não sobrecarregar o contribuinte e não oprimir a lavoura e o comércio, e nenhuma companhia estrangeira se atrevia a tomar a si os encargos dessa empresa, porque o Pedro II não ia conceder privilégio a qualquer companhia que pudesse vir aqui exercer tutela absoluta sobre o povo brasileiro. Assim passou-se os anos, continuando o burro (de cangalha) a ser o primus inter pares, no que diz respeito a transportes terrestres (...) Mais tarde surgiu de no-

vo o eco rumoroso da construção da estrada, e agora desta feita com um pouquinho de caráter oficial (...). Era agora a Companhia Norte Paulista que obtivera o privilégio. Outra vez, engenheiros, instrumentos, réguas, camaradas, balizas, medições, espiações, operações, escriturações (...). Marcaram-se as estações, e como estávamos na estação propícia, fez-se festanças. Um Senador do Império (note-se), um Senador do Império veio bater a estaca da estação férrea que ia ficar ali mesmo, além do rio, no chamado pasto grande, hoje pasto do Sano Leite. No dia marcado, todo o elemento oficial encasacado (pois a sobrecasaca era de rigor), músicas, moças e crianças (decentemente vestidas), rapazes e molecada, tudo afinal numa promiscuidade própria das festas nacionais, para lá foram, a assistir a cerimônia da estaca, que muito tempo levou ali, estacada de assombro, pelo ruído alarmante da saudosa festa. Houve palavrório, falatório, discursório, e depois de ter o Vigário, de pluvial e estola, lançado a bênção na ditosa estaca, que teve depois a desdita de apodrecer no lugar em que fincaram-na, sem ver o início da estação, foi a mesma batida a malho enfeitado das cores nacionais pelo Senador. Tocou a música, e ao ar subiram girândolas e foguetes. Até banquete e baile houve, para comemorar tão significativo acontecimento."¹³¹

O redator, que não esconde suas simpatias pelo imperador, está se referindo ao ano 1889 e ao senador Joaquim Floriano de Godoy. O artigo prossegue enumerando as festas que relançavam as esperanças da população e a frustração que as sucede inevitavelmente. Os responsáveis pela falência do projeto ferroviário são os ingleses da Santos-Jundiaí e os políticos inescrupulosos; a conclusão é por todos conhecida. Curiosamente, a festa produz uma encenação bastante explícita em que o pasto grande, baixo-ventre na anatomia da cidade, é virilmente penetrado pela estaca - metáfora da ferrovia - em sucessivos golpes da marreta verde-amarela empunhada pelo

senador Floriano de Godoy.

Quando, após a guerra mundial, a rodovia aparece como a nova imagem do progresso, ensejando caricata disputa entre a URBC e o Diretório Republicano pela glória de sua concretização, já se completou uma radical mutação; a estrada, ao invés de emancipar a região do bloqueio imposto pelos portos de Santos e do Rio de Janeiro, apenas confirma o papel secundário que lhe é reservado agora. O mesmo pasto grande, menos de trinta anos após a frustrada fecundação festiva, é agora propriedade de uma empresa de laticínios. O processo de expropriação da pequena propriedade iniciado por volta de 1912 ou 1915, que se acelera após a geada de 1918, explicita-se e instala o quadro de fundo que permanece até o presente.

Convém retomar aqui, rapidamente, a disputa eleitoral de 1926-27, onde se viu uma notável clivagem sociológica, a maioria da chamada classe forense militando desesperadamente contra o promotor João Batista de Oliveira e Costa que sufoca os seus negócios. Quando o Paraitinga, órgão oficial da União Republicana Bernardino de Campos, apesar da derrota nas urnas, entoava hinos pelo reaquecimento das atividades forenses desde que o Juízo de Direito de Taubaté se torna tribunal de segunda instância e chega a São Luís um novo promotor público, algo muito grave está em jogo.

No livro *O fim de uma tradição*, o sociólogo americano Robert W. Shirley, re-estudando a mesma cidade (Cunha) analisa da 20 anos antes por outro sociólogo americano, Emílio Willems, discute o problema das relações entre o mundo caipira e o mundo urbano. O aparelho judiciário estando bem implantado, as disputas de terras sendo levadas a tribunal, beneficiam-se os pequenos fazendeiros que ali sabem resistir à ganância dos maiores (entre os quais, por vezes, figuram o juiz de paz, o promotor, etc); e perdem os caipiras analfabetos. O processo assim estudado por Shirley se passa a partir de 1919, e mais especialmente de 1930, quando o valor da terra começa a aumentar. Nos anos 1930 e 1940, ocorrem grandes movimentos de desapropriação: as famílias caipiras, instaladas há décadas e mais em suas terras, mas não tendo jamais pago impostos, são expropriadas por quem sabe utilizar o aparato judiciário e policial para instalar-se como pecuaristas.¹³²

Ora, o mesmo processo tem curso em São Luís do Pa-

raitinga. Quando os militantes da URBC insistem em louvar a igualdade perante a lei, estimulando seus leitores a pagar sem demora os impostos atrasados e a registrar suas terras, estarão defendendo os interesses de quais categorias sociais? Num primeiro momento, não resta dúvida que os advogados, tabeliões e demais profissionais do ramo que redigem no Paraitinga atuam em causa própria, tal como foi sugerido ao final do capítulo.

Por outro lado, parece óbvio que, pertencendo à "sociedade" e pretendendo exercer uma liderança política, os militantes da URBC devem preocupar-se em assegurar a propriedade das famílias luizenses contra as pretensões dos pecuaristas mineiros que se infiltram na região desde 1918. Os apelos às tradições locais, aos laços de sangue e de religião, constantemente lançados contra os aventureiros estrangeiros, não podem ser entendidos como pura retórica desprovida de conteúdo.

A incógnita que deverá ser esclarecida é a atitude da URBC e dos seus adversários em relação à propriedade caipira. Durante a primeira fase da campanha eleitoral, a URBC procura sensibilizar o eleitorado pobre explorando temas escabrosos e escatológicos: negociatas, corrupção, ateísmo, desrespeito aos mortos, etc. Chega a propor o boicote ao fisco municipal, com mensagens incendiárias tentando mobilizar o "povo" contra a "horda de bárbaros de uma nova espécie" liderada por João Batista de Oliveira e Costa e Bernardo Joaquim Dias. Entretanto, ao mesmo tempo em que já começa a comemorar a sua vitória no terreno dos negócios forenses, a URBC culpa o Jeca por sua derrota eleitoral. Alegando que falta capacidade intelectual e idoneidade moral ao caipira, o Paraitinga propõe o voto censitário, tal como os republicanos ortodoxos do jornal A Ordem em novembro de 1916. Como esta questão extrapola o período que está sendo estudado aqui, não se formulará qualquer hipótese: os arquivos locais deverão ser pesquisados, se se quiser saber como se comportam o bacharel e o Jeca na luta pela terra em São Luís do Paraitinga ao longo da crise da República, da Revolução de 1930, etc.

Resta, para concluir, examinar um texto produzido em 1950, memória das eleições de um passado ainda recente:

"Eram campanhas do silêncio. Cada qual falava menos e cochicava mais(...) Quando, à tardinha,

reuniam-se na ponte o bloco de Euclides [Vaz de Campos], doutor João [Batista de Oliveira e Costa], Vitalino [de Campos Coelho, filho de Teodoro Pereira Campos Coelho] e outros, vários oposicionistas dariam bem uns saltos de alegria se conseguissem descobrir os segredos (...) Quem ganharia? José de Castro ou Teodoro Coelho? Assim é que se perguntava! Nada de falar dos presidentes (...) E assim iam armazenando os guatambus, que vinham bem agazalhados sob as enormes capas dos eleitores das roças. E iam também matando várias reses, para o 'afogado'. Abriram-se as 'casas de eleição' para fornecer 'afogado' aos eleitores pobres, ou de longe. Nas vésperas, já se movimentavam as cozinheiras de tais casas. Aquelas que tinham preferência pelo partido do governo não cozinhavam de modo algum para os eleitores do Aleixo [Pereira de Campos] ou Jordão Monteiro [Augusto de Campos]. Isso nunca! Cozinhavam só para 'Seu Vitalo'. [Os eleitores] chegavam em turmas, ostentando cavalos bem tratados e arreados, e apeavam na 'casa de eleição' que pertencia ao partido de seus patrões (...) De um lado para outro passavam, rangindo, as botinas de elástico e, voejando as pontas dos lenços presos aos pescoços dos roceiros (...) Pouco depois espoucavam os foguetes no ar e os vencedores percorriam a cidade, aclamando seus chefes. Seus chefes que lhe davam botinas rangedeiras, afogados, cachaça, roupa nova e o salário de uns dias. Não raro surgiam as provocações que degeneravam em algumas cacetadas. Se a propaganda era em silêncio, em segredo, a vitória precisava ser bem comemorada. E era!"¹³³

Tal como na crônica do professor José Carneiro de Carvalho, a participação popular nestas festas políticas chamadas eleições é muito mais intensa e consciente do que afirmam normalmente os reformadores da época, e seus leitores do futuro.

NOTAS

1. O Futuro nº 21, I, 24/4/1881, p. 2, Festa de São Benedito.
2. MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebelião negra. SP. Brasiliense. Col. Tudo é História. 1986 (6ª ed.), pp. 72-78.
3. O Liberal Taubateense nº 32, I, 18/3/1888, p. 2, Libertação total do município da Redenção.
4. O Progressista nº 9, I, 15/5/1889, p. 1, 13 de Maio.
5. Jornal do Povo nº 91, I, 26/5/1889, p. 1, 13 de Maio.
6. O Noticiarista nº 92, I, 18/7/1889, p. 2, A Guarda Negra.
7. Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. 1º fascículo. 1 a 31/1/1890. RJ. Imprensa Nacional. 1891, pp. 64-65, Decreto nº 155B.
8. Jornal do Povo nº 158, III, 23/5/1891, p. 1, Cartas do Rio.
9. Jornal do Povo nº 248, VII, 13/5/1895, p. 2, Treze de Maio.
10. A Federação nº 132, III, 15/5/1911, p. 2, 13 de Maio e O aniversário do Marechal; p. 1, O elemento estrangeiro.
11. O Porvir nº 10, I, 14/5/1916, p. 3, 13 de Maio; nº 11, 21/5/1916, p. 1, Ecos do dia 13.
12. v. MARSON, Adalberto. "Reflexões sobre o procedimento histórico" in SILVA, Marcos A. da, op. cit.; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Coletividades negras. Ascensão sócio-econômica dos

negros no Brasil e em São Paulo" in *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. SP. LTC/EDUSP. 1978.

13. *O Norte* nº 1.586, 7/3/1917, p. 1, Os feriados; REIS CARVALHO. *Os feriados brasileiros*. RJ. Livr. Papel. e Lito-tipogf. Pimenta de Mello & C. 1922; BARRETO, Carlos Xavier Paes. *Feriados do Brasil*. RJ. Ed. Leite Ribeiro. Freitas Bastos, Spices & Cia 1926., p. 47.
14. *O Paulista* nº 73, I, 6/8/1863, pp. 1-2, sem título.
15. *O Noticiariano* nº 6, I, 9/9/1888, p. 2, É preciso corrigir.
16. DUVIGNAUD, Jean. "Festivals: A Sociological approach" in MÉTRAUX, G.S. (org.) *Festivals and carnivals: The major traditions*. *Revista Cultures* vol. III, nº 1, Montreux. The UNESCO Press and la Baconnière. 1976; BACZKO, Bronislaw. *Lumières de l'Utopie*. Paris. Payot. 1978.
17. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. 1º fascíc. 15/11 a 31/12/89. RJ. Imprensa Nacional. 1890, pp. 3, 4, 174, 175, 267, 364-365; *Jornal do Povo* nº 47, II, 24/11/1889, pp. 2-3, Auri-verde pendão da minha terra!; *Diário Oficial*, 24/11/1889.
18. *O Noticiariano* nº 160, II, 20/3/1890, p. 2, A Intendência.
19. *Jornal do Povo* nº 88, III, 19/9/1890, p.1, As eleições; p. 2, O Partido Católico e Redenção.
20. *Jornal do Povo* nº 7, II, 26/7/1889, p. 3, Te-Deum; p. 2, Objeto inútil; *O Noticiariano* nº 279, III, 21/5/1891, p. 2, O retrato do Imperador.
21. *O Noticiariano* nº 338, IV, 20/12/1891, p. 1, Manifesto; nº 347, 24/1/1892, p. 1, Desordeiros e vagabundos; nº 335, 10/12/1891, pp. 2-3 Milagre e p. 3 Os milagres de Juazeiro.
22. *Jornal do Povo* nº 63, VI, 24/3/1893, p. 2, Polícia desordeira; nº 99, 18/5/1893, p. 2, Colégio Americano; nº 125, VII, 7/10/1894, p. 2, O milagre de Juazeiro.
23. *Jornal do Povo* nº 81, I, 21/4/1889, p. 2, Cristo e Tiradentes; pp. 1-2, Grande assassinato.
24. *Pátria Paulista* nº 52, I, 25/4/1891, p. 2, Dizeres.

25. O Noticiarista nº 372, IV, 21/4/1892, p. 1, Tiradentes e p. 2, Impagável; Jornal do Povo nº 39, VI, 29/5/1892, p. 1, Partido Operário; nº 63, VI, 25/8/1892, p. 1, Operários; pp. 1-2, Reu não popular; O Noticiarista nº 407, V, 1/9/1892, p. 2, Elei ções municipais.
26. O Imparcial nº 140, I, 3/5/1894, p. 1, Estátua de Tiradentes.
27. Diário Oficial, 24/11/1889.
28. Jornal do Povo nº 3, II, 14/7/1889, pp. 1-2, 14 de Julho; p. 1, Folhetim.
29. A Verdade nº 301, V, 7/7/1907, p. 2, 14 de Julho e Conferências; O Comércio de Taubaté nº 19, I, 3/7/1898, pp. 3, Dr. Fernando de Mattos; A Razão nº 2, I, 23/9/1897, p. 2, Partido Republicano Federal; A Federação nº 143, III, 1/8/1911, p. 2, Dr. Pedro Toledo.
30. Jornal de Taubaté nº 1, 1981, XI, 20/5/1905, p. 1, Datas nacionais; nº 2.051, XII, 17/8/1905, p. 1, A bandeira nacional.
31. A Federação nº 143, III, 1/8/1911, p. 2, O clero na política; nº 208, IV, 28/11/1912, pp. 1-2, Partido Católico; O Norte nº 935, IX, 20/11/1912, p. 1, A nossa bandeira.
32. O Norte nº 1.113, X, 28/1/1914, pp. 1-2, A imagem de Jesus no tribunal do júri; REIS CARVALHO, Os feriados brasileiros. RJ. Livr., Papelaria e Lito-tipogr. Pimenta de Mello & C. 1922, p. 10.
33. A Voz do Povo nº 58, II, 16/5/1900, pp. 1-2, As festas do Centenário.
34. O Taubateano nº 41, I, 6/1/1901, p. 2, Século XX e Centro dos Operários Livres.
35. Jornal de Taubaté nº 2.038, XII, 31/7/1905, p. 2, Dr. Fernando de Mattos; O Noticiarista nº 185, II, 19/6/1890, p. 2, Que delegado.
36. Jornal de Taubaté nº 2, 178, XII, 1/4/1906, p. 1, O convênio; FAUSTO, Bóris, "Expansão do café e política cafeeira" in História Geral da Civilização Brasileira t. III, 1ª vol. SP. DIFEL. 1977 (2ª ed.), pp. 216-221.
37. A Vanguarda nº 11, I, 11/3/1906, p. 3, Recepção deslumbrante e

4ª coluna, sem título.

38. O Norte nº 153, II, 19/4/1906, pp. 1-2, Monsenhor Nascimento Castro.
39. Jornal de Taubaté nº 2.224, VII, 16/8/1906, p. 2, Jambeiro; CASTO RIADIS, Cornelius. "A instituição da sociedade e da religião" in Os destinos do totalitarismo. Porto Alegre. L&PM. 1985.
40. A Federação nº 143, III, 1/8/1911, p. 2, Pindamonhangaba; O Lábaro nº 162, IV, 30/1/1913, p. 2, Inauguração da luz elétrica; O Paraitinga nº 43, II, 7/7/1927, p. 2, A luz e a treva.
41. O Norte nº 1.158, X, 17/5/1914, p. 1, Grande conflito em Piracicaba; nº 1.113, 28/1/1914, p. 2, Foot-Ball.
42. A Ordem nº 46, I, 26/11/1916, e nº 47, 3/12, pp. 1-2, O nosso eleitorado; p. 1, As vítimas.
43. AGUIAR, Mário. "São Luís do Paraitinga"; VELHO, René da Silva. "Injustiça histórica" in A Voz do Vale do Paraíba nº 5.895, XXII, 8/5/1969, p. 3; VELHO, Cidoca da Silva. "São Luís do Paraitinga" in Diário de Taubate 6/4/1976, p. 7.
44. O Luizense nº 613, XVII, 11/3/1920, p. 1, Palestrando. A fundação de nossa localidade.
45. AGUIAR, Mário de. Op. cit. pp. 48-50.
46. O Taubateense nº 40, I, 13/10/1862, p. 1, Correspondência; DAESP, Ofícios Diversos, São Luís do Paraitinga, nº de ordem 1.267, caixa nº 472, 22/2/1855 - ofício do coronel José Domingues de Castro; o texto diz "oposição" e não liberais; MOC-CMSLP, XII. Atas da Câmara (1867-69) sessão de 24/7/1868.
47. MOC-CMSLP. XVI. Eleições Municipais (1844-1905).
48. Tribunal do Júri. SLP. Processos de 1880; Gazeta de São Luís nº 12, I, 11/7/1880, p. 1, Manifestação política.
49. A Redempção 31/1/1885, p. 1, Aos exmos. srs. drs. Presidente da Província, Chefe de Polícia e à Imprensa; p. 2, Prisão em flagrante.
50. O Paulista nº 49, I, 3/5/1863, p. 3, São Luís do Paraitinga; As ovelhas de São Luís; A árvore ramalhuda; O Taubateense nº 81, II, 22/8/1863, p. 3, Eleições.

51. O Paulista nº 355, II, 4/12/1885, p. 2, Festa municipal na corte.
52. Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga. Inventários, arrolamentos e outros do ano de 1889; O Noticiarista nº 82, I, 16/6, p. 2, São Luís do Paraitinga; nº 84, 20/6/1889, p. 2, São Luís do Paraitinga; nº 89, 7/7, p. 2, Juiz reconduzido.
53. Cartório do 2º Ofício (Cível) de São Luís do Paraitinga. Inventários, arrolamentos e outros do ano de 1889.
54. MOC-CMSLP. XVI. A. Processo Político-Partidário (1931-1914).
55. MOC-CMSLP. XXI. B. 3. Relatórios do Procurador (1880-1893); 16/1 30/1 e 20/3/1890.
56. O Noticiarista nº 199, II, 10/8/1890, p. 2, Hóspedes Ilustres.
57. O Noticiarista nº 256, III, 26/2/1891, pp. 2-3, Seção Livre.
58. Jornal do Povo nº 135, III, 19/2/1891, p. 2, Manifestação.
59. O Noticiarista nº 255, III, 22/3/1891, pp. 2-3, São Luís; nº 257, 1/3/1891, pp. 2-3, Seção Livre; nº 256, III, 26/2/1891, p. 3, O cônego Bento de Almeida.
60. Jornal do Povo nº 159, III, 29/5/1891, p. 3, Receita e despesa e Companhia Norte Paulista.
61. O Noticiarista nº 354, IV, 18/2/1892, pp. 2-3, Santa Cruz das Palmeiras; nº 407, V, 1/9/1892, pp. 1-2, Discurso.
62. O Noticiarista nº 291, III, 2/8/1891, p. 1, São Luís; JACQUOT, J. e Königson, E. (orgs.) Les fêtes de la Renaissance. vol. III, Paris. CNRS. 1975; FABRE, Daniel. "La fête éclatée" in Revista L'Arc nº 65, 1975.
63. O Noticiarista nº 291.
64. MOC-CMSLP. X.A.2.2. Atas II. Livros das Atas Eleitorais, 2ª Seção (1892-1903).
65. Coleção de leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1892. RJ. Imprensa Nacional. 1893. Parte II (Atos do Poder Executivo). Secreto nº 836 e 838, de 30/5/1892 de nº 914 de 29/6/1892; Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1893. RJ. Imprensa Nacional. 1894. Parte II (Atos do Poder Executivo). Decreto nº 1.301 de 4/3/1893 e nº 1.433 de 15/6/1893; de 1892, Decreto nº 1.017 A de 20/8/1892: Aprova, com

modificações, os estudos da Estrada de Ferro de Taubaté ao Amparo; de 1893, Decreto nº 1.510 de 10/8/1893: Prorroga por 24 meses o prazo fixado na cláusula 8ª do decreto nº 10.150 de 5/1/1889, para conclusão das obras da Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba.

66. O *Imparcial* nº 25, I, 1/12/1893, p. 1, São Luís; CARONE, Edgar. *A República Velha II. Evolução Política*. SP. DIFEL. 1977 (3ª ed.), pp. 116-117.
67. O *Imparcial* nº 99, I, 13/3/1894, pp. 1-2, Boletim eleitoral; nº 105, I, 20/3/1894, p. 1, A vitória da legalidade; nº 271, I, 23/10/1894, p. 1, Companhia EFNSP, MOC-CMSLP, XII. Atas da Câmara (1892-1897), sessão de 15/3/1894; *Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1894*. RJ. Imprensa Nacional. 1895. Parte II (Atos do Poder Executivo), Decreto nº 1.721 de 2/6/1894: Declara caducos o privilégio, a garantia de juros e mais favores do decreto nº 10.150 de 5/1/1889, para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba.
68. O *Imparcial* nº 4, II, 7/11/1894, p. 2, São Luís; nº 26, II, 4/12/1894, p. 1, Eleição Estadual; p. 2, Agradecimento.
69. *Jornal do Povo* nº 231, VII, 25/4/1895, p. 1, Aos Taubateanos; pp. 1-2, Liberdade de imprensa; p. 2, Guarda nacional.
70. *Jornal do Povo* nº 232, VII, 30/8/1895, p. 2, São Luís do Paraitinga.
71. O *Taubateano* nº 111, III, 18/5/1902, p. 2, São Luís do Paraitinga; O *Luizense* nº LIII, II, 6/11/1904, p. 1, Resultado da eleição.
72. O *Luizense* nº LIV, II, 20/11/1904, p. 1, 15 de Novembro.
73. O *Norte* nº 96, I, 1/10/1905, p. 1, Coronel Manuel Jacinto; *A Verdade* nº 167, III, 10/10/1905, p. 2, São Luís do Paraitinga; *Jornal de Taubaté* nº 2.120, XII, 9/11/1905, pp. 1-2, São Luís.
74. O *Norte* nº 230, III, 30/12/1906, p. 1, Reunião política.
75. MOC-CMSLP. X (Política).A.2.2. Atas II; XII. Atas da Câmara (1902-1910), sessões de 12/1, 15/1 e 2/10/1908.
76. O *Luizense* nº 334, V, 16/2/1908, p. 3, Moção de apoio, e Esta-

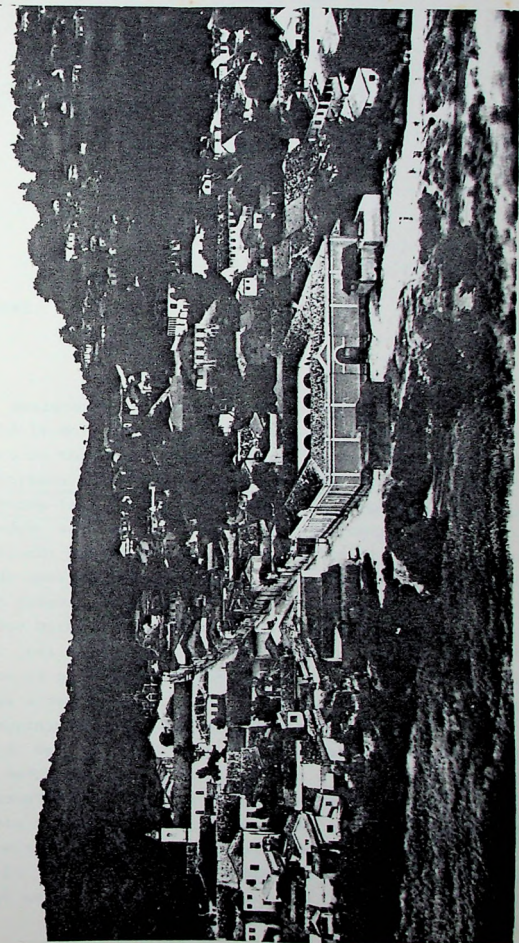
tística; nº 349, V, 10/5/1908, p. 1, Barroso e Saldanha.

77. nº 355, V, 4/6/1908, p. 1, Pela Pátria.
78. Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga. Processos cíveis do ano de 1908, 1º volume.
79. Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga. Processos cíveis do ano de 1908. 1º volume.
80. O Luizense nº 366, VI, 10/1/1909, pp. 1-2, Justa homenagem.
81. Delegacia de Polícia de São Luís do Paraitinga. Cópia dos Ofícios desde Outubro de 1905, ofícios de 24/1/1909 e 7/2/1909.
82. Cartório do 1º Ofício. Processos cíveis do ano de 1909. 1º volume.
83. Delegacia de Polícia de São Luís do Paraitinga. Cópia dos Ofícios desde Outubro de 1905, ofícios de 29/3 e 28/5/1909; O Luizense nº 376, VI, 21/3/1909, p. 3, Recurso eleitoral; Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga. Processos cíveis do ano de 1909. 1º volume.
84. O Luizense nº 396, VI, 22/8/1909, p. 3. Coletor estadual; MOC-CMSLP.XII. Atas da Câmara (1902-1910), sessão de 12/8/1909.
85. O Norte nº 515, V, 9/9/1909, p. 2, Correspondência.
86. O Luizense nº 402, VII, 4/10/1909, p. 4, Eleição; nº 403, VII, 10/10/1909, p. 1, Sincera homenagem.
87. nº 407, VII, 7/11/1909, p. 2, Carta aberta; MOC-CMSLP. XII. Atas da Câmara (1902-1910), sessões de 14/10 e 18/11/1909.
88. O Luizense nº 412, 12/12/1909, p. 3, e nº 413, 26/12/1909, p. 4, Auxílio votado.
89. nº 413, VII, p. 4, Futura Eleição, e Declaração política; nº 415, VII, 9/1/1910, pp. 2-3, Te-Deum.
90. nº 417, CII, 23/1/1910, p. 2, Novo diretório político, p. 3, Câmara Municipal.
91. nº 418, VII, p. 2, Hóspedes ilustres.
92. Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga. Processos cíveis do ano de 1910, 1º volume.
93. O Luizense nº 366, VI, 10/1/1909, p. 3, Alistamento eleitoral; MOC-CMSLP. XII. Atas da Câmara (1902-1910), sessão de 5/1/1910

94. Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga. Processos cívicos do ano de 1910. 1º volume; v. Justificação, 29/11/1910.
95. MOC-CMSLP. X.A.2.2. Atas II.
96. MOC-CMSLP. XII. Atas da Câmara (1910-1922), sessões de 15/1, 29/1, 23/2, 25/5, 5/7, 29/7, 31/8 de 1911; Papéis avulsos da Prefeitura, Lei nº 1 de 30/8/1911, Lei nº 3 de 1/9/1911, etc.
97. A Federação nº 133, III, 22/5/1911, ao nº 154, III, 19/10/1911.
98. nº 155, III, 26/10/1911, p. 2, São Luís do Paraitinga.
99. Delegacia de Polícia de São Luís do Paraitinga. Registro de Ofícios (1910 a 1913), ofícios de 29/1 e 31/1/1912; A Federação nº 181, IV, 23/5/1912, p. 1, Reconhecimento.
100. MOC-CMSLP. XII. Atas da Câmara (1910-1922), sessão de 29/8/1912
101. O Lábano nº 134, III, p. 2, Pelas Paróquias. São Luís do Paraitinga; nº 140, III, 29/8/1912, p. 2, Contra o divórcio; nº 163, IV, 6/2/1913, p. 1, Honsoro!
102. O Luizense nº 423, VII, 26/1/1913, p. 2, Cemitério Municipal; p. 1, O Luizense e política... e políticos; p. 3, Novo partido e A prévia; p. 4, Ao ganha pouco.
103. MOC-CMSLP. XII. Atas da Câmara (1910-1922), sessões de 27/2, 9/4, 16/6, 26/6, 10/7, 2/8 de 1913.
104. O Lábano nº 199, IV, 16/10/1913, p. 1, Política de São Luís.
105. Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga (Crime). Autos do ano de 1913; Delegacia de São Luís do Paraitinga. Registro de Ofício (1914 a 1913), ofícios de 29/9 e 8/10/1913.
106. O Lábano nº 205, IV, 27/11/1915, pp. 2-3, Reparação Nacional - Cristo no júri em São Luís do Paraitinga.
107. MOC-CMSLP. Livro de Atas da Santa Casa (1875 a 1928), sessões de 1/1/1914 e 1/1/1915.
108. A Federação nº 225, V, 23/8/1913, p. 3, Estrada de Ferro de Ubatuba; O Norte nº 1.184, X, 17/7/1914, p. 2, Via férrea de Ubatuba a Taubaté.
109. O Norte nº 1.157, X, 15/5/1914, p. 2, 13 de Maio.
110. nº 1.183, X, 15/7/1914, p. 1, Notas e fatos.

111. MOC-CMSLP. XII. Atas da Câmara (1910-1922), sessões de 25/3, 29/7 e 30/12/1915.
112. O Luizense nº 435, XIII, 30/12/1915, p. 3. Política; nº 439, XIII, 27/1/1916, p. 3, Congraçamento político.
113. A Ordem nº 33, II, 5/1/1916, Política local; O Luizense nº 437, XIII, 13/1/1916, p. 4, Política local. Refutando...
114. A Ordem nº 37; O Luizense nº 437, p. 2, A Santa Casa; nº 439, XIII, 27/1/1916, p. 3, Noticiário. Eleição de deputados.
115. O Luizense nº 437, XIII, 13/1/1916, p. 1, Divagação científica; nº 439, XIII, 27/1/1916, p. 4, Ao professor Juvenal de título em concurso; p. 1, Defesa da Metafísica; O Lábaro nº 323, VII, 16/3, p. 1, e nº 324, 23/3/1916, p. 1, Um Comtista estraviado; nº 330, VII, 4/5/1916, p. 2, Os sertões do Mato Grosso; O Luizense nº 444, 2/3/1916; PAIM, Antônio, "Trajetória da Filosofia no Brasil" in FERRI, M.G., e MOTOYAMA, Sh. História das Ciências do Brasil. SP. EPU/EDUSP. 1979.
116. O Luizense nº 444, p. 2, Eleições; p. 3, Viajando; MOC-CMSLP. XII. Atas da Câmara (1910-1922), sessões de 15/1, 4/5 e 6/7/1916; Delegacia de Polícia de São Luís do Paraitinga. Registro de Ofícios Recebidos (1916-1924).
117. O Porvir nº 31, I, 1/10/1916, p. 2, Festa do Divino Espírito Santo; Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga (Crime). Autos do ano de 1915, sumário - crime em que são réus Alfredo Pereira de Campos e Asfaneu Pereira de Campos; entrevista com Juca Monteiro.
118. A Ordem nº 56, II, 15/10/1916, p. 4, Seção livre. Protesto.
119. idem, p. 2, Política local.
120. O Luizense nº 472, XIV, 4/10/1916, p. 1, 4 de Outubro; nº 477, XIV, 16/11/1916, p. 2, Mãos à obra.
121. MOC-CMSLP. XII. Atas da Câmara (1910-1922), sessões de 14/12/1916, 15/1/1917 e 22/2/1917.
122. Delegacia de Polícia de São Luís do Paraitinga. Registro de Ofícios Recebidos (1916-1924), nº 46 e nº 50; moc-CMSLP. XII. E.6. Registros Gerais (1911-1917), ofício de 10/2/1917.

123. Delegacia de Polícia de São Luís do Paraitinga. Registro de Ofícios (1916 a 1919); ofícios nº 11 de 16/9/1916, 11 de 11/1/1917 e 21 de 3/2/1917.
124. idem. Editais (1914 a 1947), nº 9, 15/4/1917, nº 11, 11/5/1917; Registro de Ofícios Recebidos (1916 a 1924), nº 79 de 25/4/1917; Registro de Ofícios (1916 a 1919), nº 90 de 12/5/1917 e nº 127 de 30/7/1917.
125. ibidem. Registro de Ofícios (1916 a 1919), nº 156 de 6/10/1917; MOC-CMSLP. XII. Atas da Câmara (1910-1922), sessão de 8/11/1917.
126. O Luizense nº 554, XV, 29/8/1918, pp. 1-2, Homenagem póstuma; pp. 2-3, Homenagem.
127. Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga. Processos cíveis do ano de 1919.
128. MOC-CMSLP. XII. Atas da Câmara (1910-1922), sessão de 22/7/1922
129. O Luizense nº 711, XX, 20/5/1923, pp. 2-3, Excursão Presidencial; p. 3, Jantar.
130. nº 189, XIV, 8/2/1917, p. 1, As recepções no interior.
131. O Paraitinga nº 48, II, 4/9/1927, pp. 1-2, De Taubaté a Ubatuba.
132. op. cit., SP. Perspectiva. 1971, pp. 109-145; aut. cit. Cunha - Tradição e Transição. SP. Secretaria da Agricultura. 1947.
133. Jornal de São Luís nº 9, set. de 1950, pp. 1, Eleições.



Ao abordar as festas religiosas de São Luís do Paraitinga no período 1888-1918, é imperioso investigar as vontades sociais que se manifestam em cada situação calendária (i.é, situações em que se cria um tempo especial, rompendo o tempo rotineiro, instituindo um calendário que não é forçosamente aquele oficialmente estabelecido). Há que se levar em conta os santos, as devoções e as festas do catolicismo tradicional brasileiro, com especial atenção às particularidades locais e regionais, e os novos santos, festas e devoções com que se manifesta o processo de romanização da Igreja Tridentina. Coincidindo com este conflito que se poderia considerar mais amplo, alterando o equilíbrio social no interior da cristandade, processo que ultrapassa as fronteiras nacionais, a luta de classes na República brasileira assume freqüentemente a forma de um gigantesco enfrentamento entre dois blocos sociais heterogêneos que medem forças em cada festa. Nos bruscos avanços do processo de laicização do tempo na primeira fase do novo regime, respondendo às conquistas da reação ultramontana que se adapta sem maiores dificuldades à militarização do Estado e da "sociedade", cimentando a coesão necessária à repressão contra o sindicalismo revolucionário e contra qualquer resistência da comunidade sertaneja à modernização, ao final do período.

Os oficiantes nas festas religiosas - clero romano, festeiros, capelães leigos - atuam no fulcro das tensões de uma constelação de irmandades e outras associações que se ramificam profundamente através da "sociedade" e do "povo", estruturas sociais dinâmicas que não são de modo algum simples aparelhos agenciados por poderes externos. Cada festa reúne, à sua maneira, as forças com que um certo grupo conta para exercer o poder à escala do bairro, da classe, da família ou do município, durante um intervalo de tempo variável, cuja duração e intensidade são determinadas por fatores vários, dentre os quais se destaca a atitude assumida por outros grupos face à própria festa. Mesmo as empresas que instalam equipamentos de espetáculos e diversões, durante as temporadas festivas, não obedecem apenas às leis da oferta e da procura, mas dependem de acordos mais ou menos formais com o festeiro, que não se chama rei ou imperador por mero atavismo.

Nem todas as festas deixam registros. As festas levadas em conta pela imprensa, livros de memórias e pela administração pública destacam-se como "festas históricas" contra um pano de fundo indiferenciado, "festas tradicionais": esta distinção corriqueira precisa ser reconsiderada. Já ficou suficientemente evidenciado que muitas festas são deliberadamente ignoradas pela imprensa do partido oposto àquele dos festeiros. Inumeráveis festas, geralmente por congregarem apenas gente do "povo", deixam de receber qualquer menção nas instituições que se ocupam de produzir documentos escritos, a menos que nelas se manifeste algo mais diretamente ligado a determinados interesses do Estado e da "sociedade". Assim ignoradas, exatamente por sua relevância histórica - por desdobrarem estratégias de grupos sociais cuja importância o Estado e a "sociedade", ou o(s) partido(s) político(s) que monopoliza(m) a imprensa local precisam omitir -, tais festas passarão a ser referidas como "tradicionais" ou "folclóricas", como acontecimentos repetitivos desprovidos de qualquer historicidade além da inexorável decadência a que estariam supostamente condenadas. Ora, esta miragem de uma tradição à margem da história, de um folclore imóvel fadado à banalização pelo avanço imperioso do progresso, prolonga o boicote de uma determinada memória contra outras. É possível ir mais além daquilo que é óbvio, recuperar o sentido imediato de tantas festas em que se adivinha a resistência da pequena propriedade, a luta dos trabalhadores, peripécias da trajetória dos estratos médios empobrecidos, etc. Basta que surjam pesquisadores e historiadores interessados por outras famílias além daquelas, ilustres, que desde sempre produziram seus intelectuais e condicionaram fortemente os demais. Estudar a história de uma sociedade complexa desprezando a estrutura e a dinâmica do parentesco - que se pense na importância do compadrio, por exemplo - é optar por um distanciamento que, embora positivo sob muitos aspectos, geralmente confirma a distância assumida pelo Estado face às camadas sociais "periféricas".

Como não se pretende aqui uma aproximação à escala dos bairros rurais, nem o tratamento sistemático dos objetos da demografia histórica, o estudo das festas de São Luís do Paraitinga através da documentação escrita privilegia alguns conflitos cuja constância e violência traduzem tensões sociais difusas que convergem produzindo eventos que pontuam a história social do município e da região. Além dos conflitos que decorrem mais diretamente do con-

fronto entre partidos políticos, destacam-se outros envolvendo: protestantes, espíritas e livres-pensadores por um lado, e o clero ultramontano por outro; a atuação dos mascates e a determinação do dia de Mercado; folias e impostos; a concorrência entre companhias de teatro, circo, etc; a concorrência entre santuários e locais de peregrinação; jogos e loterias, etc.

O Bom Jesus e a Aparecida

Um dos temas iniciais nesta reflexão acerca da história das festas religiosas em São Luís do Paraitinga, entre 1868 e 1918, é o sagrado. O espaço do sagrado, em São Luís do Paraitinga, desde que a coletividade surge como personalidade social, como diria Durkheim, (tem quatro pontos cardeais), o céu, o sol, a lua e demais astros, e os quatro elementos em que o mundo pode ser repartido, pelo menos. Pelo caminho do Norte, que deve ser assim conhecido por quem o frequenta, há Nossa Senhora da Conceição, aparecida nas adjacências de Guaratinguetá, com quem São Luís do Paraitinga já teve relações de subordinação na estrutura administrativa imperial e colonial.

Pela estrada de Taubaté, que se apresenta como o grande referencial Oeste, os luizenses transitam quando decidem ver o Senhor Bom Jesus no santuário de Tremembé, distrito de Taubaté.

Em agosto de 1862, os luizenses têm oportunidades de conhecer com nitidez desde a distância que prudentemente preferem manter, o que decidem os habitantes de Guaratinguetá no sentido de esconjurar a peste que, segundo consta, tem feito não pequena ceifa entre os seus vizinhos de Pindamonhangaba. O povo apresentou um abaixo-assinado ao vigário interino, uma súplica coletiva. Com a anuência imediata do vigário, os cidadãos de Guaratinguetá puderam então organizar a transladação processional da miraculosa imagem da Senhora Aparecida, de sua pequena capela às margens do rio até a igreja matriz. Assim, o povo daquela cidade pôde rezar diariamente, invocando proteção contra o mal, sobretudo da peste que ronda o município vizinho. Como comprovação do fervor com que tais preces são dirigidas ao campo líquido, maternal, do sagrado, a mesma população já prepara a grandiosa festa de despedida à imagem da Aparecida, quando o perigo estiver eliminado.²

O Natal de 1863, em São Luís do Paraitinga, é um drama ribeirinho: as águas enlouquecidas do Paraitinga sobem até bem perto da porta da igreja matriz, vindo pelo Largo, que ainda não passa de um pátio de igreja, avançam pela rua do Rosário até à porta da casa do vigário, penetram a rua Direita chegando até à porta lateral da capela das Mercês. Ruem a cadeia, os sobrados do capitão Bento Domingues de Castro, do tenente-coronel José Domingues de Castro e um ainda, do finado Jerônimo Ramalho de Campos São Tiago. Também ruídas as casas térreas do major Estêvão, do capitulista João Pereira de Sousa Arouca, do finado capitão Mendonça, e uma outra de uns órfãos, além de muitas outras seriamente abaladas, inundadas. As águas são violentas, rolam a ponte velha e tudo o que já estava montado para a ponte nova, juntamente com todos os muros, confundindo líquida, pastosa e afinal polvorentamente, as fronteiras sociais do núcleo urbano de São Luís do Paraitinga.

Quem relata aos paulistas todas as peripécias da ação é um correspondente do jornal O Taubateense. Inútil procurar qualquer indicação da atitude inicial dos cidadãos taubateenses, aqui incluídos "sociedade", "povo" e escravos, frente ao sagrado, pois o correspondente laiciza completamente o acontecimento: casas destruídas, pânico e aflição, prejuízo global na ordem dos duzentos contos. Quem se destaca no relato é o tenente-coronel Manuel Joaquim Domingues de Castro, o futuro Barão do Paraitinga, que, tendo a grande sorte de não perder seu sobrado, "apresentou-se desveladamente, e não poupou esforços para minorar, quanto fora possível, tão grande infortúnio". Como há males que vêm para bem, o correspondente aplaude a decisão dos arruinados que pretendem reedificar seus sobrados nos mesmos lugares, mas agora com pilares de pedra; e sugere que se reedifique a Cadeia, rapidamente, como é natural, em local mais salubre; no seu lugar, poder-se-á instalar a Quitanda (o mercado). O chefe político recebe efusivos agradecimentos de todos a quem prestou apoio, protestos de eterna gratidão e simpatia. Concluindo, este mensageiro do futuro Barão se refere às ameaças do Paraitinga, cujas águas recomeçam a subir exatamente agora em que a mensagem está sendo terminada às pressas, e lhe dirige uma ativa invocação:

"estamos esperançados que não nos fará outra visita igual à passada, e mesmo de boa vontade nós a dispensamos; conserve-se em seu lugar, e não nos venha incomodar".³

Já os habitantes de Caçapava, atacados pelas bexigas, em agosto do mesmo ano recorrem à clemência divina por intercessão da Virgem Senhora da Ajuda. É o vigário que sugere esta atitude, ensinando ao povo a forma de assegurar esta ajuda: "expulsar dos corações todo e qualquer vício, ódio e inimizade que [os] fizem sem indignos de comparecer no santuário sagrado". A seguir, a população deve acompanhá-lo à capela na antiga freguesia, e juntando suas vozes às dele rezarão com fervor, rogando à Virgem de Misericórdia que interceda junto ao trono de seu amante filho para que este faça desaparecer o terrível flagelo. Como o estampido de um trovão, o pastor fere o coração de suas ovelhas que se mobilizam para receber a imagem da Santa Virgem d'Ajuda com todas as pompas possíveis. Desde a véspera, muitos se antecipam e vão pernoitar em Caçapava velha, junto ao pequeno santuário. No amanhecer do dia 22, a rua principal desperta toda ornada com diversos arcos de subido gosto, dentre os quais se destaca aquele do Largo de Santa Cruz. O Cristão que relata mais esta experiência de contato coletivo com o Sagrado em 1863, salienta, ao lado do vigário - viril pastor-, "mais um padre devotado a estes festejos religiosos" [grifos do texto], sugerindo certamente pretensões espúrias. O povo, tal como nas recepções aos grandes dignatários humanos, vai ao encontro da imagem às portas da cidade. O maestro da corporação musical faz tocar pela primeira vez uma composição sua, em homenagem à representação do componente maternal do sagrado, tal como o representa a católica população de Caçapava. A imagem parece alegrar-se à sombra do pátio com as sinceras provas de amor dos seus auto-proclamados filhos; diante da casa do senhor Ferreira de Melo, dezoito anjos em dois coros, alunas da professora Maria Perpétua Damasco, lançam flores tiradas das salvas de prata que levam à altura do colo; a cena, brilhante, jamais desaparecerá da memória dos caçapavenses, graças a tão acertada lembrança de sua autora, registra o Cristão. A festa de recepção se prolonga até à noite, com todas as frentes das casas tão iluminadas como os arcos, sob os quais desfila a imensa multidão que não cabe por inteiro na igreja, admirando o brilhante espetáculo de luzes e de música. O vigário propõe que se celebre a festa da Virgem Senhora d'Ajuda no dia 5 de setembro, com missa cantada, sermão e procissão, pregando ele mesmo. As ladainhas devem principiar no dia 29. O relato termina com as esperanças do Cristão, que recomenda não poupar recursos e acompanhar com disposição o bom

pastor do município e alguns verdadeiros cristãos do município.⁴

Em março de 1888, a festa da emancipação dos escravos de Taubaté, organizada pelos chefes políticos liberais, confunde-se intencionalmente com a festa de Bom Jesus de Tremembé. Mais que esta segunda pessoa da trindade católica, é o desembargador Au réliano Coutinho, juiz de paz, quem mais se destaca no relato feito pelo Liberal Taubateense. Em seu discurso, que fecha o momento mais solene da festa, quando na tribuna ocupada pelas autoridades leigas e religiosas se prolonga o sermão da igreja, o desembargador exige que os libertos comportem-se à altura de generosidade de seus ex-senhores, que tomaram esta atitude em completa independência face aos poderes públicos; em outros pontos do Império, milhares de homens carregam ainda as gargalheiras e outros símbolos aviltantes da escravidão. Junto com esta liberdade assim outorgada, o juiz de paz acena com as dobras do manto da miséria, caso os libertos preferam a ociosidade e o vício às delícias na santa alegria do trabalho, fazendo mal não só aos seus ex-senhores, mas principalmente a si mesmos.⁵

As autoridades municipais de Guaratinguetá, ao contrário daquelas de Taubaté e outros municípios da região, reprimem cruelmente os escravos foragidos e as atividades dos abolicionistas. Durante a Sexta-Feira da Paixão, um fazendeiro recupera um es cravo seu em meio à festa, conduzindo-o amarrado até a fazenda, onde o tronco e o bacalhau o esperam. Nossa Senhora Aparecida tornar-se-á em breve a grande devoção dos negros e dos pobres de todo o Brasil.⁶

A festa de Tremembé celebra-se anualmente em agosto. Todas as descrições convergem: os festejos profanos obscurecem quase por completo as cerimônias religiosas, a festa atinge o seu paroxismo no jogo. Observando-a pela primeira vez em 1889, um redator do Noticiariaste encontra muita semelhança com as festas da Penha, de Iguape e Pirapora:

"Como todas elas, apresenta uma enorme concorrência de povo de diversas nacionalidades representam do quase todas as classes sociais, em absoluta con fraternização de divertimentos e distrações; uma grande profusão de barraquinhas, pavilhões, bancas ambulantes, ostentadamente adornados de mil ga

lhardetes e bandeirolas de cores vivas, cintilantes, pitorescamente iluminadas por mil lanternas e lampiões de diversos feitios e tamanhos; uma infernal gritaria de pregões, jogadores, assistentes, entrecortada de ditos brejeiros, pilhérias apimentadas, gostosas gargalhadas; a isso tudo envolve, em confusão, a informe onda de povo que, em contínuo vai-vem, move-se aos encontrões, num intenso foco de luz e de poeira".

Diferentemente daquelas outras, a festa de Tremembé parece menos violenta, sem muitas cenas de embriaguez e pancadaria. Segue a descrição da jogatina:

"As desastradas e perigosas roletas, com toda sua corte de olhares ávidos, sinistros, com toda sua atmosfera pesada, silenciosa, onde somente a voz do banqueiro, apregoando o número sorteado, as pragas dos jogadores, amaldiçoando os números do azar, o ruído contínuo das fichas em movimento sobre a mesa, ouviam-se a fazer coro com a surda vozaria da multidão que formiga no largo; [apesar das maldições dos apostadores, as roletas sempre ganham:] A do Rocha, então, não se fale, apesar da simpatia e confiança que inspira o maganão do banqueiro. Foi nela e noutras, referidas do novo método, que muitos pobres diabos como eu, por exemplo, depois de andarem a experimentar a sorte, terminaram por decidi-la, rodando duma vez, a ponto de terem corrido o risco de vir a pé até a cidade. O fato interessante, curioso, é que ninguém saiu ganhando um vintém; (...) E digam lá os Rocha da escritura, que segredos são esses da natura..."

O cronista, apesar de denunciar o banqueiro desonesto, prefere o modelo europeu de jogo à tradição brasileira dos búzios. Está em marcha a diferenciação social:

"Em todo caso, como a jogatina é já considerada instituição genuinamente nacional de nossas festas populares, confesso francamente que antes a fina e diplomática roleta que o tosco e grosseiro búzio,

jogo primitivo e rudimentar, pela sua rusticidade e brutalidade, próprio somente da taverna e do bordel. E como estava repugnante e horroroso aquele barracão pesado, escuro, denegrido, carregado duma atmosfera enjoativa de fumo, de querosene, pontas de cigarro, roupa suja, onde indivíduos de fisionomias duvidosas cruzavam olhares rancorosos, punhos cerrados, palavras ameaçadoras, como se aquilo fosse verdadeiro antro de terror, fazendo arrepiar até os próprios búzios e buzistas".

Contrastando com o populacho assim caracterizado, o cronista pinta os membros de sua classe e de sua geração:

"A fina flor, a alta democracia da boêmia taubateana, toda tirada e puxadinha a sustância, de sombreiro carregado sobre os olhos, charuto ao canto da boca, arzinho melicioso nos lábios, com todas suas delicadas sortes e mimosos galanteios, com todas suas magníficas pilhérias e esplêndidos ditos, a flunar disfarçadamente por entre os belos e soberbos grupos do que havia de mais chic e elegante em corpo e forma no mundo divinal de encantadas criaturas, ela mesmo, a bela rapaziada, em carne e osso, também esteve na ponta...; bem contra todas as pragas e maldições da freguesia. E como ela [a roleta?], sabiamente profissional, astuciosamente magistral, aproveitando-se do momento de distração, aperto, confusão, cruzava olhares, fuzilava palavras, com todo aquele mundo divinal de encantadas criaturas."⁷

O mesmo jornal divulgava, antes da festa, o piedoso pedido do vigário Nascimento Castro e do cônego Benjamim de Melo: sendo o jogo um divertimento profano, que seja suspenso pelo menos durante a celebração do santo sacrifício da missa nos três dias da festa, como homenagem ao Senhor Bom Jesus. A festa, atraindo gente de muitos municípios, justamente agora em que há um surto de bexigas em Pindamonhangaba e São Luís do Paraitinga, é um grande risco a que a multidão levemente se expõe, com toda a aquiescência das autoridades leigas e religiosas que dispõem de muito pequeno estoque

de vacinas; acreditarão certamente na automática proteção do Senhor Bom Jesus. A festa não tem como objetivo esconjurar a varíola, e sim fazer circular intensamente o excedente, monetarizando-o e, especialmente por meio das elegantes roletas, concentrá-lo nas mãos dos grandes empresários.⁸

O jogo é também muito intenso nas festas religiosas de São Luís do Paraitinga. A modalidade mais tradicional é a víspera. A Câmara Municipal concede licenças a grandes negociantes como Caetano Lopes Soares e José Pereira de Oliveira para vender loterias e montar casa de víspera por seis meses. Também uma viúva pobre obtém licença para abrir em sua casa um jogo de víspera, em outubro de 1885, "a fim de ver se por esse meio pode obter os recursos necessários para viver honestamente". O mesmo favor é concedido a Francisco das Chagas Paula Santos em agosto, provavelmente em função da Festa do Divino. Em maio de 1889, o fiscal José Cândido de Oliveira e Costa recolhe 45\$000 de multas sobre jogos durante a Semana Santa, mas seu rival, o Procurador, recusa-se a receber o dinheiro, alegando que o § 2 do artigo 231 do Código de Posturas não está em vigor. O Procurador insiste em recolher também a sua porcentagem sobre aquela soma.⁹

O jornal taubateano O Noticiarista, poucos meses antes de perder a confortável condição de imprensa situacionista, publica uma crônica de Alberto Guerra em setembro de 1889, recordando uma romaria a Aparecida em dezembro de 1877. O redator concentra, como então, todas as suas atenções a uma romeira de 23 anos que, por sua beleza, luxo e elegância, fazia curvar-se um séquito de adoradores profanos. Observando-a de perto junto à porta principal da capela, quando não conseguia entrar, impedida pela multidão compacta que ali se comprimia, Alberto Guerra percebe que se trata de uma cortesã. Após deter-se nas esplêndidas formas e contornos daquele sacrário profanado, perde-a de vista quando finalmente a jovem adentra o templo.

"Entraria no Santuário como crente a lançar-se com fé viva aos pés da Virgem? Ou iria ainda, impelida pela vaidade e pela luxúria, pretensiosa, deslumbrar o seu sexo e conturbar o espírito dos crentes? Não sei, nem aventuro um juízo temerário. Só

Deus pode ler nos corações das criaturas. A Samaritana respirava sensualidade, a Castelã de Magdalo vivia engolfada em deleites; e, contudo, respeitavam e adoravam o Senhor!"

Era, como informou o dono do Hotel d'Aparecida, a Vênus de Silveiras. Seu Marte era o coronel R; Alberto Guerra a ouve, à noite, cantando uma modinha que dedilha ao violão. Tanto a letra como a música respiram uma pronunciada impureza em contraste com as orações na capela. O redator do Noticiarista, depois de buscar um desfecho moral à narrativa, lançando sobre a cortesã e seu coronel a mortalha da miséria, passa a refletir sobre as romarias:

"Todos sabem que as romarias foram, sempre e em toda a parte, a mesma coisa: um ajuntamento de milhares de pessoas, que se dividem naturalmente em três bandos: religioso, outro profano, e ainda outro, dissoluto. Enquanto um está em exercícios místicos no Santuário, outro, o profano, está no adro, folgando em danças e cantarolas, deixando à parte aquele que só se entrega à orgia bacanal. Em suma, reunidos formam um misto de crença, indiferença e depravação, ou o conjunto híbrido do cinismo, ceticismo e crença".

O último detalhe, a chave de ouro da crônica, trai o objetivo do redator e do jornal taubateano, a quem certamente interessa demonstrar que a festa anual do Bom Jesus de Tremembé não difere, afinal, das festas de Nossa Senhora em Guaratinguetá. Alberto Guerra sente ainda a perda da chave de ouro de seu relógio, bifada num apertão de romeiros da Senhora Aparecida.¹⁰

Proclamada a República, a Intendência Municipal, onde o doutor Fernando de Mattos desempenha papel de destaque, proíbe os jogos na festa do Tremembé. Os festeiros, capitães João Gomes da Luz e Francisco de Paula Moreira Mattos, procuram superar esta dificuldade contratando várias atrações para as festas profanas. Uma delas é a companhia tauromáquica de Fernando Bellostas, bandarilheiro-chefe que, tendo obtido extraordinário sucesso na Espanha e nas Antilhas, apresenta-se pela primeira vez no Brasil ao lado de três ex-companheiros de Masantine, o grande toureiro de fama internacio-

nal. Os touros selecionados para os espetáculos são o Gigante, o Treme-Terra, o Gavião, o Tira-Cisma e outros de igual quilate. O bandarilheiro Fernando Bellostas promete uma surpresa, a imitação da morte do boi. Outra grande atração, inteiramente às expensas do capitão João Gomes da Luz, será o espetáculo pirotécnico montado por Daniel José de Camargo, durante a última noite da festa. E mais: o circo de João Minhoca (em cujo frontispício se lê: "A crítica é fácil - a arte é difícil"), bonecos automáticos, cavalinhos de pau da magnífica companhia do laureado atirador brasileiro Teotônio de Moraes, a dança dos Caiapós do Candinho, barraquinhas com rifas, bons des especialmente contratados ligando Taubaté ao Tremembé por via férrea. Os bilhetes de ida e volta estão à venda na Farmácia Pauligta, nas redações do Noticiarista e do Jornal do Povo, na Alfaiataria Morelli, nas lojas de Alberto Monteiro, Joaquim Monteiro, Leopoldo Hummel, e nas lojas do Barsteiro e do Pato. São, naturalmente os principais interessados na festa. O programa religioso da festa, celebrando São Francisco, Nossa Senhora da Glória e o Bom Jesus, ganha novo brilho com a imponente procissão das virgens.¹¹

Comentando as festas, O Noticiarista, que deu enorme destaque à programação da festa, considera que a proibição dos jogos de azar (ou melhor, os búzios e as roletas, visto que as rifas foram mantidas) foi positiva, fazendo a multidão dispersar-se pelas ruas e participar das distrações. O bandarilheiro-chefe Bellostas não foi feliz; fez-se derrubar pelo touro no primeiro espetáculo e não teria brilhado durante os cinco dias de festa. Apenas dois toureiros eram realmente bons; o público carrega em triunfo o palhaço Maneta no terceiro dia, cena que O Noticiarista destaca sugerindo uma crítica à compenhia tauromáquica. Os cavalinhos de pau e de carne estiveram medianos; apenas o João Minhoca e a corporação musical do maestro Antônio José (!:avia duas, a Filarmônica Imperial e a corporação Visconde de Palmeira) recebem os aplausos do jornal liberal católico, que toma o partido do festeiro João Gomes da Luz contra o capitão Francisco de Paula Moreira Mattos. ligado ao Jornal do Povo republicano e livre-pensador.¹²

Dois anos mais tarde, o jogo está de novo oficializado na festa de Tremembé. O Jornal do Povo, pouco antes de interromper a circulação por algum tempo, convida o leitor a estender as vistas até a festa, para ver:

"Um hospício de alienados, cuja mania é o pão nosso.

- Uma bacanal com o dístico da prostituição. O esquecimento da própria dignidade". Calçando as luvas, o leitor acompanha o cronista Jerônimo Paixão a buscar o belo em suas múltiplas irradiações no interior desta imagem. Começa pela missa. O templo, modestamente decorado, impõe a imagem do Ecce Homo ao olhar, à veneração dos crentes. O ambiente sagrado do templo, normalmente austero, é perfumado pela transpiração da multidão. Custosas toaletes cintilam sob os raios de jóias; Jerônimo Paixão é agora um olho que se embriaga acompanhando a trajetória da luz através de gemas preciosas, refletida pelos esmaltes, pérolas e corais, circulando entre lábios coralinos de bocas sorridentes e olhares: o eterno prazer infinitamente fragmentado em lampejos de luz e cor. "Só eu... que naquela multidão divulgava um deserto sem oásis... e que não devia partilhar das blandícias sibaritanas dos que riem porque são felizes... só eu guardava o segredo do mais austero desespero". Olho solto, selvagem, estrangeiro, Jerônimo vive a secreta paixão de saber que tanta beleza brilha num quadrilátero edificado, o hospício de alienados cuja loucura diária é alimentada pelo pão do Bom Jesus.

A entrada do bispo do Rio de Janeiro, o venerando taubateano dom José Pereira da Silva Barros, faz com que todas as retinas mire, miríades, a mirífica imagem do virtuoso bispo envolto nas espirais do incenso; no exercício de suas funções, o celebrante é a verdadeira imagem do Cristo, envolto pela fumaça da sarça ardente. Jerônimo Paixão, que conhece a história de Moisés, vê um general encanecido nas lutas. O vulto do príncipe da Igreja Romana é o centro convergente e divergente no campo aéreo onde o nariz, os olhos e os ouvidos procuram a beleza.

Irrompe neste campo assim polarizado o efeito sonoro da orquestra. Os ouvidos de Jerônimo Paixão protestam, porque a música, durante a solenidade, não alcança o que o exigente observador esperava. A música deveria injetar na sua alma o sentimento particular que põe o homem espírito em comunicação com o homem redentor, confortando esta "alma ensandecida pela corrupção que alastra, pelo desvairamento de uma festa que recorda em suas múltiplas e variegadas diversões profanas, as assombrosas e paradoxais aberrações da Idade Média". Faltam à orquestra alguns instrumentos, eis o essencial, para não magoar os músicos. Jerônimo Paixão, fechando os o-

lhos, tenta comunicar-se com a beleza através dos ouvidos, fugindo ao bafo de um tempo que só ele, desassombradamente, sabe - quer - mor to.

Entram agora as palavras do Mirabeau da Igreja fluminense, monsenhor Brito, cuja longa pregação, inspirada nos sermões de Francisco de Paula, Jerônimo prefere seja reproduzida pelos crentes ouvintes. Sintetizando suas impressões durante este primeiro momento da festa, Paixão retoma a distância e constata que o povo taubateano demonstrou mais uma vez seu caráter respeitoso e enérgico, sob as aparências espantosas de suas crenças. O olho do redator do Jornal do Povo percebe que este povo guia-se por uma ética e não pelas aparências da religião.

Outro redator do Jornal do Povo, B.M., observa o mesmo santuário com outros olhos. Embora desconhecido, o cronista sente feliz no seio da multidão de romeiros. No altar-mor, sobre um nicho de construção antiga modestamente ornado, o Bom Jesus de feições serenas, respeitáveis, parece derramar sobre as cabeças de milhares de pessoas que vão render culto à veneranda imagem, todas as bênçãos do céu. O templo, se não é luxuoso, tem o mérito de apresentar o que há de mais antigo na região como arte. Durante os missas cantadas, tomam parte mais de vinte e cinco sacerdotes. Orquestra e coro são da Filarmônica Taubateense. Dentro da igreja sempre repleta de fiéis, o cronista sente saudades da infância, quando sua querida mãe reunia os filhos e a criançada da vizinhança para cantar preces ao criador do universo. Hoje, sem mãe, longe do lar onde deixou a esposa e suas próprias criancinhas, B.M. sente-se grande. Seus olhos vertem lágrimas, pois estão a (re) ver, sonhar, a imagem de todos os seus. Santuário do Bom Jesus e família se confundem durante o êxtase. O cronista achou imponentes as procissões: mais de oito mil pessoas seguem respeitosamente as imagens, sem que ninguém profira uma única palavra em voz alta. No domingo, mais de cento e cinquenta moças vestidas de virgens acrescentam mais respeitabilidade à procissão.

Passando à esfera profana da festa, Jerônimo Paixão observa como se esbatem os dois sexos cuidadosamente bifurcados pela indumentária, durante os três dias consagrados ao luxo e à sobreexcitação nervosa dos temperamentos. Esperanças, arrebatamentos, paixões. O olho, perseguindo as cores, navega lentamente pelo magma

viscoso dos sentimentos. Nestes três dias, que lhe perdoem as gentis taubateanas, mas as moças de Pindamonhangaba, com seus esplêndidos toaletes e rostos encantadores, são sílfides, uns anjos de Deus cá na terra.

B.M., por sua vez, viu grandes grupos de mocinhas como bandos de borboletas, de brancos dados, tanto na capela como em toda parte, ora nas barraquinhas de rifas, ora ouvindo o realejo, ou um menino pedinte que canta numa esquina, ora a ouvir - sem dançar - as valsas da banda do circo Albano Pereira. Estrangeiro em Taubaté, B.M. admira as faces morenas como a cor do jambo, os olhos pretos cintilantes, os cabelos bastos, e exagera talvez, ao afirmar que não encontrou moças mais catitas ao longo de suas viagens desde o Inhoaíba aos sertões da Patagônia.

Observando o jogo, Jerônimo Paixão vê muitos pobres diabos completamente livres, limpíssimos de seus pesadelos, e uns poucos rindo gloriosamente ao ganhar dinheiro puxado a rodo.

"A Intendência também teve o seu rodinho. Imaginem que entraram para seus cofres perto de quatro contos, e ter-se-á feito um juízo desse movimento contingente que não deve ser empanado pelo brilho de afeminadas considerações. Afinal de contas neste mundo tudo joga, e ao joquete andam aqueles que não alcançam as peleças. O búzio esteve no apogeu. A estrada de ferro deu excelentes dividendos aos acionistas (...) Digam o que quiserem os moralistas; jogar é incontestavelmente o emprego mais honroso que hoje temos." O olho selvagem, apaixonado, tendo captado o movimento contingente que percorre o caos, dando-lhe um sentido, observa agora de perto a fisionomia dos banqueiros nas casas de jogo: "Uma catástrofe moral atrofiou as artérias dos impre-sários, pondo em contraste singular essas fisionomias veladas pela cegueira de empalmar... pelas insônias... pela selvageria com que encaravam com olhares de hiena as vítimas que lhes caíram ao alcance do ataque iracundo e intolerável que praticavam contra tudo quanto, nos desprendimentos da ambição, acreditava na sinceridade da sorte."

B.M., cujos olhos perseguem o pitoresco e não apenas as linhas de força do acontecimento enquanto imagem, vê

"a roleta, o jaburu, o macaquinho a subir na vara, a loteria baiana, o cavalinho de pau, o búzio e... outras coisinhas mais, tudo de chamar a atenção do povinho". Seus ouvidos registram a fala regional. "Ora! O búzio já não é joguinho barato como outrora apropriado ao Zezinho de vintém, que para ganhar um chavo ia ali atirar-se; pertence na atualidade à alta aristocracia, porque hoje qualquer graúdo, sem cerimônia gosta de atirar à pança do frequê uns 'quatro óios' ou um 'tatu', como anunciavam aqueles que se divertiam na 'história', jogando à banca umas peleguinhas de cem ou duzentos ferros. Na roleta onde só 'ia entrando faróis' à espera de parceiros, era um Deus nos acuda: uns 'atuchavam' na dúzia, outros no esguicho, outros ainda no 'pleno'... Livra! Cada um daqueles apreciadores do 36 estendidos sobre o pano verde, parece que queria fazer fortuna do dia para a noite. Lá vi eu um rapaz que 'atuchava' na segunda dúzia até ver em que paravam as modas: ou ganhar tudo 'rebetando a banca' ou deixar ser rebetado pelo banqueiro que sempre lhe 'ia entrando' (...) Perdia tudo; sempre perdendo, até uma vez o último quinhentão da passagem de bondinho!"

Nem Jerônimo da Paixão, nem B.M., apreciam as touradas. O primeiro julga-as simplesmente insuportáveis, dignas das barbaridades da Antigüidade; sugere a criação de

"um imposto que trouxesse a impossibilidade de assistir-se a essas cenas que reproduzem a absorção da razão, e cujos ensinamentos oferecem larguezas para animar uma propaganda de sangue, dando incontestável rigidez a esses corações que precisam de educar-se por meio dos mais austeros costumes, pelos extremos de uma abundância de sentimentos que perfilhem todos os intuitos da civilização". O olho, que prefere não perseguir o belo no horror, ce

de o passo à pena, ao discurso neo-clássico da festa cívica. Já B.M. não gostou "dessa palhaçada que bem devia no presente século ser abolida pelos poderes públicos. Uma vergonha, porque se realmente estamos no tempo de 'lugos', como dizem, não nos devemos regozijar de presenciarmos espetáculo tão bárbaro como o de martirizar-se um pobre animal. Cousas... E para maior caiporismo meu vi sair do circo o pobre do Vadô Piraquara, estrebuchando vi tímado pelos chifres de um furioso boi com o qual quis ele divertir-se. Morreu o coitado do Piraquara!" O historiador pode valer-se aqui do olho de Rouault, para ver a cena da morte do palhaço Vadô Piraquara no circo de touros, na festa do Bom Jesus de Tremembé, em agosto de 1892.

B.M. se surpreende com a liberalidade dos taubateanos, durante a festa; nos restaurantes, grupos de mais de vinte pessoas comem fartamente, sempre prontos a convidar simples conhecidos a juntar-se ao banquete; seu espanto diante de tamanha fartura revela, por um lado, a modéstia - talvez amaneirada - do pequeno-burguês e, por outro, o provável intuito de agradar aos leitores do Jornal do Povo, especialmente a seu anfitrião J.V.

Jerônimo Paixão conclui sua crônica observando a procissão das virgens no último dia da festa.

"Fosse porque as festas mudadas [a procissão encerrou, em agosto, o mês mariano] tivessem a propriedade dos caldos requentados, ou porque o cansaço tivesse invadido os habitués de um torneio entre o religioso e o profano no período de alguns longos dias, é exato que um esmorecimento sensível pronunciou-se em detrimento da solenidade que, tomando as vestes de uma tristeza violenta, percorreu como um filtro vincado de móscoa as fibras antes dilatadas pelas catadupas do entusiasmo que sói despertar uma procissão onde se destaca o respeitável andar do orago. Se, entretanto, não ocupou o mesmo plano dos anos anteriores, nem por isso deixaram de comparecer algumas virgens trajando finíssimas

gazes brancas, e cujas peregrinas belezas contrastavam como irrepreensível acabamento de um conjunto que recordara em sua solenidade as grandezas da Virgem das virgens". O cronista, recorrendo à metáfora gustativa, sugere a vivência corporal da agonia da festa, quando a rigidez do cortejo anuncia o iminente retorno à ordem, ao tempo cotidiano, ao espaço de rotina. O olho se compraz apenas com a visão das mais de 150 jovens de branco - que lhe parecem poucas, em relação a outros anos - e mergulha fundo no vazio, à procura de um sentido, um fecho moral, uma saída:

"Se a necessidade de uma religião é um problema que se impõe à humanidade, sua lição está cabalmente demonstrada nas irradiações filosóficas e morais apregoadas pela Igreja Católica, cujo culto desenvolve um corolário perfeito de todas as premissas estabelecidas". Jerônimo Paixão, que sabe ter viajado pelo interior de um hospício de alienados, tem como referência de sanidade padrões morais que parecem extraídos das telas de David e das páginas de Rousseau. Mas é certamente em Fichte que este olho apaixonado terá aprendido a ler, dosando iluminismo neoclássico e subjetivismo romântico, e ver a figura visível da Igreja como desdobramento fantástico da sociedade organizada segundo leis públicas implícitas.¹³

O olho de Jerônimo Paixão vê apenas dois grandes dignitários do clero romano, ignorando sumariamente as figuras do vigário Nascimento Castro e seu irmão, o cônego José Valois de Castro. O vigário, especialmente, recusa-se a aceitar a laicização do Estado, preso a um discurso ultramontano radical que o leva a proferir verdadeiros sermões anti-republicanos em certas festas do Tremembé.¹⁴

Em 1902, os delegados de polícia em Taubaté e São Luís do Paraitinga desencadeiam severa campanha de repressão ao jogo. O Taubateano, ligado ao delegado Fernando de Mattos, lembra que a Constituição do Estado de São Paulo proíbe as loterias (artigo 66)

e aponta a desigualdade de tratamento dado pelos governantes aos vendedores de vários tipos de loteria e ao jogo do bicho. Este é reprimido apenas por não pagar impostos? Neste caso, deveria ser legalizado, se bem que O Taubateano, fiel à ortodoxia republicana, seja por princípio contrário a todo tipo de jogo.¹⁵

Em agosto de 1903, a festa do Senhor Bom Jesus de Tremembé deixa à sombra os seus componentes profanos e enfatiza espetacularmente a potência da imagem milagrosa. O jornal católico A Verdade anuncia que a imagem será transladada de sua capela até a igreja do convento de Santa Clara, de onde sairá em procissão solene para a igreja matriz de Taubaté no dia 23. A festa visa dar graças a Deus pela extinção da febre amarela que ameaçou dizimar a população, e rezar contra o reaparecimento da epidemia. O jornal lembra que em 1855, quando uma seca prolongada destruiu as plantações e exterminava o gado colocando a população em perigo iminente de fome, fez-se uma imponente transladação da imagem que resultou em milagre: quando o Senhor Bom Jesus chegava à igreja do convento, choveu copiosamente.

A procissão de 23 de agosto sai da igreja do convento às cinco horas da tarde; participam as irmandades de São Benedito, da Boa Morte, de Nossa Senhora do Rosário, do Santíssimo Sacramento e do Senhor dos Passos, as associações dos Empregados no Comércio, Operários Católicos, da Santa Infância e do Sagrado Coração de Jesus; o cortejo se completa com as duas corporações religiosas mais poderosas, a Ordem Terceira de São Francisco e o clero (regular e secular) da paróquia. A imagem do Senhor Bom Jesus percorre as ruas, enquadrada por um coração circundado de flores. À entrada da rua do Rosário, depois de incensada a imagem, o sermão do vigário Nascimento Castro leva às lágrimas a multidão contrita dos fiéis. A imagem penetra o templo ao som do canto da contrição e do perdão - o Senhor Amado (que se canta no momento final da agonia) - e permanecerá por uma semana sob um dossel, junto ao altar-mor. Ao final da cerimônia, todos os fiéis beijam a imagem, recebendo uma reprodução da imagem em papel, "piedosa lembrança desta grandiosa festividade, cuja impressão salutar ficará gravada na memória e nos fastos religiosos desta católica população."

Durante o septenário, após as pregações noturnas do vigário, a Filarmônica Taubateense percorre as ruas que permanecem

cobertas de folhagens, arcos triunfais, colchas e festões de flores às janelas das casas. O jornal católico divulga algumas coincidências, fornecendo nas entrelinhas as pistas para a produção do milagre nos discursos da religião do "povo":

"Divulgou-se nesta cidade ter-se fechado o reservatório do abastecimento d'água quando dela necessitava a população para regar as ruas, cuja poeira, depois de seca prolongada, podia ser prejudicial à saúde pública pelo extraordinário movimento popular. A Providência, porém, fez cair do magno reservatório chuva branda, que veio inutilizar os cálculos daquela falta involuntária. Soubemos que a comissão sanitária estadual estabelecida nesta cidade por motivos da epidemia da febre amarela, foi dissolvida no dia em que realizou-se a trasladação da devota Imagem do Bom Jesus e que as despedidas particulares da aludida comissão deram-se no dia da entrada solene e pomposa na cidade em procissão para a nossa Matriz. A ser verdade, são acasos que vêm ao caso".

A um ano da Revolta da Vacina, A Verdade insinua um confronto entre as autoridades leigas - Intendência Municipal e Comissão Sanitária Estadual - e o povo de Deus, comandado pelo cônego Nascimento Castro. O médico Granadeiro Guimarães, doando às obras da igreja matriz os 475\$000 que recebeu como inspetor sanitário municipal interino, tempera o maniqueísmo do discurso ultramontano dirigido à massa popular com a postura moderna da "sociedade" católica.¹⁶

1904 não é apenas o ano da tragédia da Vacina. A oito de setembro, concluindo a Conferência da Província Metropolitana do Sul do Brasil, os bispos celebram a festa da coração de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, início de um processo que culminará em 1929 com a proclamação, por Pio IX, da Rainha do Brasil. Desde junho, o jornal A Vila do Tremembé discute o futuro do santuário local frente ao progresso do santuário vizinho:

"Os milagres operam-se do mesmo modo. Qual a razão da diferença para menos na frequência deromeiros ao Santuário do Senhor Bom-Jesus do Tremembé, e con

seqüentemente nas escolas depositadas no cofre? A principal é a falta de divulgação constante dos milagres alcançados pelos devotos do Bom-Jesus; a falta de propaganda da devoção de modo a ser a milagrosa Imagem conhecida por maior número de pessoas". Outra causa é a falta de uma estação da Estrada de Ferro Central do Brasil em Tremembé, como em Aparecida. Além disto, no Estado de São Paulo há três centros de peregrinação onde acorrem os devotos do mesmo Bom Jesus da Cana Verde (Iguape, Pirapora e Tremembé), enquanto que a Aparecida do Norte é a única imagem da Virgem Santíssima que se impôs à devoção dos fiéis. O jornal propõe a criação de uma linha regular de bondes ligando Tremembé à Central do Brasil, a edificação de hotéis e pensões como em Aparecida e uma propaganda tenaz. Bem informados, os romeiros que vierem cumprir um voto feito à Mãe Santíssima no Santuário de N. S^a. da Aparecida não deixarão de chegar, na ida ou na volta, até ao Santuário do Senhor Bom-Jesus do Tremembé, fazendo assim uma visita ao Divino Filho, ante quem aquela apresentará as súplicas dos seus devotos.

A imagem é conduzida a Taubaté em agosto, calculando-se em mais de 12:000\$000 o investimento com a ornamentação das ruas; a decoração da igreja matriz, a música e os serviços prestados pelo clero taubateano são gratuitos. De 30 de agosto a 20 de setembro, a imagem permanece no altar-mor, permanentemente acompanhada por uma guarda de honra. A imagem é fotografada à porta da igreja, na presença de várias testemunhas, "ficando assim os devotos com possibilidade de terem, em suas casas, o verdadeiro retrato da imagem".¹⁷

Em setembro do ano seguinte, quando a imagem da Aparecida comemora o primeiro ano de sua coroaçãõ, o Centro dos Operários Católicos de Taubaté promove passeata ao subúrbio do Quiririm. São mais de uma centena, inclusive cerca de 30 moças, além daquelas que preferem o trem e os trolés à caminhada. Recebidos com

festa, prestam homenagens à imagem de Nossa Senhora Aparecida do Quiririm, conduzem-na em procissão à capela de Nossa Senhora da Pompéia, improvisam um baile campestre antes de uma nova procissão, ou vem alguns sermões sobre as vantagens da devoção à Virgem Maria e os hinos nacionais do Brasil e da Itália, participam de um leilão de prendas para obras da igreja nova do Quiririm, e retornam após despedidas calorosas, marchando ao som de música alegre. É somente após a instalação da diocese que os taubateanos começarão a organizar romarias ao santuário da Aparecida.¹⁸

aria, Marias

As principais devoções em São Luís do Paraitinga são o Divino Espírito Santo e São Benedito. O culto a Maria é particularmente profundo na Semana Santa, quando a imagem de Nossa Senhora das Dores participa das cerimônias mais dramáticas, e se associa normalmente à devoção de São Benedito sob a designação de Nossa Senhora do Rosário. A 10 de novembro de 1904, o vigário Pedro Ribeiro da Silva organiza uma peregrinação à capela de Nossa Senhora das Brotas, pequeno santuário na área rural do município. Os esforços do sacerdote, salientados pelo Luizense, não parecem ditados por alguma seca: a romaria, reunindo 2.000 fiéis, cristaliza três diferentes percepções do pólo feminino do sagrado, fixando-as num ponto, no interior da geografia paroquial e municipal.

A festa de Nossa Senhora das Brotas é normalmente comemorada a 8 de setembro, dia em que se espera as primeiras chuvas, após a queimada que encerra a grande vacância anual do calendário caipira. É nesta data que se faz uma reza à noite, para no dia seguinte se lançar as sementes do milho e feijão das águas. Esta tradição deve ter-se instalado na região em época anterior ao ciclo da mineração.

No século XVIII, difunde-se a devoção a Nossa Senhora da Conceição, iniciada desde 1646 (quando João IV lhe consagrou Portugal e suas colônias, em ação de graças pelo fim do domínio espanhol). A imagem aparecida no rio Paraíba em 1717, cópia em barro da imagem de Nossa Senhora de Guadalupe (devoção introduzida no Brasil pelos espanhóis durante a união dinástica ibérica), sintetiza a figuração branca e ufanista de Nossa Senhora da Conceição e a fi

guração escrava e pobre de Nossa Senhora do Rosário.

Ora, a imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida é coroada pelos bispos do Brasil meridional a 8 de setembro, dia de Nossa Senhora das Brotas. Quando, neste mesmo ano de 1904, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e o vigário de São Luís do Paraitinga mobilizam a população até a capela de Brotas, conduzindo em cortejo uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, é bastante provável que pretendam pôr um freio à tradição das romarias à capela da Aparecida, que acaba de receber novo estímulo.¹⁹

Com a elevação do santuário da Aparecida à condição de Basílica Menor em abril de 1908, intensificam-se as romarias; Taubaté e Tremembé sofrem as consequências imediatas desta unanimidade religiosa estimulada pelo alto clero romano. A proibição do jogo na festa do Senhor Bom Jesus do Tremembé concorre para agravar a decadência, desde 1903. Os jornais locais publicam longas crônicas rememorando o brilho das antigas festas, quando Tremembé concentrava por uma semana uma multidão vinda de vários municípios, atraída pelas virtudes da água santa da fonte e pelo jogo. Criada a diocese de Taubaté, uma das primeiras medidas do bispo dom Epaminondas é a criação da Associação do Bom Jesus de Tremembé em todas as paróquias sob sua jurisdição, somando 37 associações já em dezembro de 1911. Logo mais, em fevereiro de 1912, o Lábaro, órgão oficial da diocese de Taubaté, desfecha furiosa campanha contra o jornal Luz da Aparecida, do cônego Antônio Marques Henriques, fundado em maio de 1888. Lobo com pele de ovelha, a Luz da Aparecida que desempenhou importantíssimo papel na divulgação do santuário - jornal católico de maior circulação no país, anunciando os milagres da imagem e os serviços dos hotéis e farmácias do povoado - entra agora no índice do arcebispo de São Paulo e do bispo de Taubaté. O verdadeiro jornal católico de Aparecida, cuja assinatura, aliás, custa a metade do seu rival, é O Santuário d'Aparecida, cuja redação está a serviço dos padres redentoristas alemães, a quem os bispos de São Paulo confiaram o santuário em 1894, representantes da ortodoxia romana.²⁰

Enquanto reforça a presença do clero romano junto à comunidade caipira através de missões, o bispo de Taubaté, movido pelo santo zelo, reprova a liberação do jogo na festa do Bom Jesus em agosto de 1912. A medida, tomada pelas "autoridades competentes",

sábias e tolcrantes - isto é, os festeiros, aplaudidos pela Federação, órgão do Partido Republicano Conservador -, recupera o prestígio da festa: 50.000 pessoas aí se acham "a beber com a sede insaciável de um febreuto, o desabafo entusiástico e são daquelas alegrias irmanadas..."²¹

O jornal A Ordem, folha republicana publicada em Tremembé por Tavares Filho, experimentado militante da imprensa radical, move duas campanhas durante a preparação da festa do Senhor Bom Jesus do ano de 1916. Uma delas é contra o clero ultramontano do Lábano, explorando o escândalo das relações ilícitas entre um sacerdote e uma jovem organista de tradicional família católica taubateana. Outros adversários são os aventureiros que se preparam para montar um Clube Recreativo e aí explorar o jogo durante a festa. Ao que parece, o jornal defende os interesses dos comerciantes de Tremembé, lesados por empresários de outros municípios que, com suas roletas e baralhos, desviam os romeiros das rifas nas lojas de roupas, artigos domésticos, etc. O coronel Alexandre Monteiro Patto, cuja família é proprietária da tradicional Casa Patto, é o festeiro deste ano.²²

A imagem de Nossa Senhora das Brotas dá um sinal de sua potência em outubro de 1921, poucos meses após a apoteótica festa de inauguração da nova igreja de Nossa Senhora do Rosário em São Luís do Paraitinga. Como as primeiras chuvas deixam de ocorrer em setembro, o vigário Ignacio Gioia, a pedidos, manda celebrar uma missa na pequena capela de Brotas e traz a imagem para a igreja matriz. Duas mil pessoas participam da procissão que atravessa boa parte das terras agrícolas do município. Logo chove abundantemente. O Luizense conclui:

"Os nossos lavradores, que tinham de todo perdido a esperança quanto ao produto farto de suas lavou-
ras, têm-os visto alegres e com fé fortificada
no milagre de Nossa Senhora das Brotas. Ainda bem
que a população luizense crê na Seara do Senhor".
O jornal comemora no mesmo dia 16 de outubro a chu-
va milagrosa e o 23º aniversário do casamento de
seu proprietário com uma jovem luizense. Bernardo
Joaquim Dias, que já é também o competente escri-
turário da agência da Caixa Econômica, será logo

mais submetido a uma dura prova pelo jornal da União Republicana Bernardino de Campos.²³

Festas natalinas

O estudo de Alceu Maynard de Araújo sobre a relação entre o ciclo agrícola da região Norte de São Paulo e o calendário católico será tomado como referência para a abordagem historiográfica das festas religiosas de São Luís do Paraitinga durante o período 1888-1918. Como já está clara a opção pelo estudo a partir de fontes escritas, justificar-se-á a adoção do calendário urbano que tem início a primeiro de janeiro; caso se pretendesse privilegiar outras fontes, caberia certamente adotar o calendário agrário que principia a 8 de setembro.

Entre os caipiras, o primeiro de janeiro, dia de Ano Bom, é dia de guarda. Os ritos de premunição que caracterizam essa data evidenciam a origem mediterrânica do calendário romano. Doze montículos de sal mostram, pela manhã, os meses de seca e de chuva, previsão que pode ser reforçada pelos primeiros doze dias do mês. A primeira pessoa estranha à casa com quem o(a) caipira se encontra a primeiro de janeiro, se for homem, traz sorte por todo o ano; se for mulher, é azar. Este componente sagrado não católico do primeiro de janeiro se mescla normalmente às demais atitudes e situações festivas do ciclo do Natal de Jesus.

A festa de Reis, que encerra atualmente o ciclo do Natal, celebra-se a 6 de janeiro. Na roça, os caipiras não trabalham; algumas famílias, talvez aquelas mais ligadas aos hábitos urbanos, desarmam o presépio neste dia, guardando as palmas para quei

má-las contra o perigo de relâmpagos durante as tempestades. Os Santos Reis, figuração dos magos do Oriente, e talvez dos alquimistas, são invocados como proteção contra a epilepsia. No núcleo urbano, a visitação dos presépios termina no dia de Reis. A burguesia reduz progressivamente o acesso indiscriminado às casas, privatizando a festa e fugindo ao controle social que a tradição assegurava. Entre os caipiras, as folias de Reis visitam as casas desde o Natal até o dia de Nossa Senhora das Candeias, 2 de fevereiro - que marca o início do período carnavalesco.

A imprensa, registrando quase exclusivamente as festas urbanas, salienta o esforço dos segmentos ascendentes da "sociedade", no sentido de distanciar-se do "povo"; este é atraído à cidade pelos circos, touradas, espetáculos de teatro, etc. A festa escolar do Colégio do Bom Conselho, encerrando o ano letivo de 1891, é um momento do processo de confiscação da festa de rua: a disputa entre as cinco regiões do globo, já referida em outro capítulo, é a transformação do auto ou pastoril Baile das Quatro Partes do Mundo em espetáculo erudito, atualizado, escolarizado.

Segundo Mello Moraes Filho, havia pelo menos 50 textos de bailes pastoris na Bahia. Na região Norte de São Paulo, onde a civilização urbana só se desenvolve no século XIX com a lavoura de café, a tradição dos bailes pastoris é camponesa, caipira; nas Folias de Reis o texto é cantado por quatro homens e um menino. O alferes toca rabeca, mestre e contra-mestre tocam violas, outro adulto toca rufo ou tambor, e o menino um triângulo. Há mascarados como o Pai João, o Palhaço e a Catirina, nomes que evocam personagens do Bumba-meu-Boi nordestino. Um processo-crime de 1912 em São Luís do Paraitinga revela a maneira como a tradição codifica a manifestação das tensões sociais durante a festa:

O lavrador Benedito Bento, 54 anos, analfabeto, residente no Bairro dos Bentos, é o Alferes de uma Folia de Reis que percorre o Bairro do Rio Abaixo na noite de Natal de 1911. Quando estão a terminar a visita ao presépio de José Manuel, chegam Benedito do Porto e José Augusto que se põem a provocá-los, exigindo que cantem e dancem novamente. Como os foliões se recusam a isto, retirando-se da casa de José Manuel, são agredidos pelos dois acusados que quebram-lhes as violas, dão guascadas e bordoadas, concentrando especialmente os golpes contra um bobo. Os depoimentos

dos foliões Sebastião Lopes dos Santos, Ventura José dos Santos, José Manuel dos Santos e Caetano José dos Santos, todos analfabetos, entre 23 e 32 anos de idade, são unânimes. Em julho a polícia prende José Augusto em sua casa no Bairro dos Bastos; ele tenta resistir auxiliado por seu irmão Bento; será absolvido em outubro. O incidente, aparentemente banal, soma-se a outras evidências:

Às vésperas do Natal de 1916, durante um mutirão na roça de Sebastião Egídio Pinto, no Bairro dos Alvarengas, José Mandu fere seu sobrinho João Mandu a faca e o dono da casa, que tentava apaziguar o tumulto, recebe uma cacetada. O motivo do conflito, segundo o jornal "infantil" O Porvir, são cantigas de mau gosto que estimulam uma rixa antiga. Outro jornal "infantil", A Tesoura, em janeiro de 1919, procura um bom cantor para servir na orquestra dos Reis, preferindo o Mota; anuncia também que os cantores dos Reis estão com esperança de roubar galinhas dos galinheiros abandonados. O folião profissional João Eduardo, nascido em 1910, que iniciou na orquestra de seu pai tocando triângulo, recebendo 5\$000 por mês - por volta de 1917 - esclarece que "um bom mestre de Folia (do Divino) precisa saber de cor e salteado 25 toadas e 25 alvoradas" ao lembrar um incidente: o dono da casa continua a dar esmolas até que o mestrenão tem mais versos, perdendo a cabeça e querendo brigar com ele.

Assim, percebe-se que o repertório das Folias (de Reis e do Divino) é - pelo menos até o período que está sendo observado - necessariamente rico, visto que as famílias visitadas podem, se quiserem, exigir dos foliões um desempenho à altura dos donativos que fazem. O conflito no mutirão, embora pareça deslocado aqui, foi incluído para indicar, por um lado, a semelhança: os desafios são uma forma convencional que a tradição reserva para quem pretende medir forças com algum desafeto durante a festa, distinguindo-se da situação da Folia apenas por colocar os dois partidos em igualdade de condições. Por outro lado, convém lembrar que o ciclo festivo do Natal e Reis se insere num período de pequena vacância no calendário agrícola, entre o fim das tarefas ligadas à plantação e o início das tarefas de colheita e plantio em meados de janeiro. As Folias de Reis e os mutirões nesta época natalina coincidem com a colheita do feijão das águas, plantado a partir de setembro (colhido em 90 dias; é o feijão destinado à comercialização) e com a importante tarefa da "limpa" do milho que será colhido em junho. Esta

é certamente a razão da presença dos circos, ciganos, touradas e de mais espetáculos na cidade por esta época do ano, e da importância dos noivados, casamentos e demais assuntos adultos nas festas natalinas antigas. A festa, tanto sob a forma religiosa da Folia, como na forma profana do mutirão, e ~~o~~ organiza a expressão da solidariedade e da competição.²⁴

Duas coincidências entre a dança dos Caiapós, observada por Alceu Maynard de Araújo em São Luís do Paraitinga em 1949, e a dança dos Cucumbis, registrada por Mello Moraes Filho em Salvador e no Rio de Janeiro pelo menos 50 anos antes, merecem reflexão. Ambas se apresentam como danças dramáticas próprias do ciclo natalino, mesmo que se produzam também em outros períodos festivos. O texto da dança dos Caiapós é muito mais pobre, o que se pode explicar pela sua origem certamente mais antiga, provavelmente do século XVI ou XVII, e pela época mais recente em que foi registrado por Alceu Maynard de Araújo. Ambas as danças dramáticas concentram-se na morte e ressurreição de uma criança - o Curumim no Caiapó, o Mameto no Cucumbi. Na dança dos Caiapós, o responsável pela morte do Curumim é, aparentemente, a própria platéia (em 1949, o folclorista suporá que a platéia designa "os brancos", mas é evidente que nos séculos XVI e XVII, a platéia se constituía de índios aldeados por missionários brancos). Nos Cucumbis, o assassino é o Caboclo que, fulminado pelo olhar do Feiticeiro, ressuscita e será finalmente derrotado, com sua tribo, pelos congos que veneram São Benedito e a Virgem Maria. Pode-se supor que, tal como as entidades católicas, também a designação ritual do índio como inimigo seja introduzida no texto pelos capelães da casa-grande. Uma terceira coincidência interessante, é a identidade do responsável pela ressurreição do menino morto. Nos Caiapós do Norte de São Paulo registrados na década de 1940, quem opera o milagre é o Cacique, exercendo funções de pajé. Nos Cucumbis baianos e cariocas conhecidos por Mello Moraes Filho na passagem do século, age o Feiticeiro. É bastante provável que a princípio os sacerdotes católicos tenham caracterizado estes dois personagens como um membro ou intermediário do panteão europeu e cristão. O pai de Mello Moraes Filho viu em Itapetininga, por volta de 1907, um grupo de Caiapós em que o autor do milagre era um "médico" portando óculos, fraque, cartola e bengala. Estes exemplos da metamorfose constante das danças dramáticas, reveladores do di-

namismo dos processos de fabricação da identidade social, serão tomados aqui como indicativos de uma questão central: o Natal do Cristo no Brasil colonial.

O Cristianismo é, como afirma o sociólogo Edgar Morin, a religião de salvação que exprime com mais violência, mais simplicidade e mais universalidade o apelo da imortalidade individual, o ódio da morte. Esta religião determinada exclusivamente pela morte atualiza constantemente o drama do herói-deus que só existe para e pela morte, traz consigo a morte e vive da morte; o Cristo que nasce no Natal entre os índios aldeados ou entre os escravos da senzala deverá morrer na Sexta-Feira Santa e ressuscitar na Páscoa. Gilberto Freyre, ao abordar aquilo que designa como volúpia pela morte das crianças e das moças - anjos e virgens - no Brasil colonial, encontra sua origem no século XVI: os missionários trataram de produzir um mecanismo de idealização da morte, único meio possível de neutralizar o rancor dos índios contra os brancos - os responsáveis diretos pela enorme mortalidade que acompanhava os primeiros contatos interétnicos. Assim, mais que os Cucumbis, que não pertencem à tradição caipira do Norte de São Paulo, a dança dos Caiapós tinge com o sangue dos Inocentes a festa do Natal.²⁵

Janeiro

São Sebastião, festejado a 20 de janeiro, protege contra a peste. No século XX em que pesquisa o folclorista, a peste que se exorciza é especialmente aquela que ataca os animais de criação. No século XVI, os portugueses fundam o Rio de Janeiro graças à invocação de São Sebastião no momento em que dispararam suas armas de fogo contra os Tupinambá, os Guaianá e os Tupinikim, matando Pindobuçu e seu filho Parabuçu, o francês Ernesto e sua mulher Potira, Aimberê sua esposa Iguagu, e ao exterminar todos os Tamoiq da aldeia Uruçumirim (hoje Praia do Flamengo). O santo dos jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta é o soldado português que os guerreiros índios comandados pelos franceses (que, tal como Anchieta, traíram os Tupinambá) aliados aos portugueses observam com assombro, em ação durante a batalha de canoas. Alguns séculos depois desta vitória, o mesmo santo já não comanda a peste contra os índios da região; agora suas vítimas poderiam ser os animais de criação, desde que já não há mais escravos índios; a peste que ataca agora os ín-

dios Coroado, por exemplo, é a estricnina, novo etnocídio que expande a fronteira agrícola do Estado pelos sertões do Paranapanema em 1888. A peste que ameaça "povo" e "sociedade" na civilização do café são as bexigas da varíola; o Senhor Bom Jesus de Tremembé, São Lázaro, Nossa Senhora Aparecida e a vacina de Jensen é que se invocarão contra ela.

A festa de São Sebastião é comemorada com um magnífico espetáculo pirotécnico e combate naval nas águas do rio Paraíba, em janeiro de 1895, mas a imprensa de Taubaté e de São Luís do Paraitinga não mencionam outros espetáculos equivalentes, talvez porque o pirotécnico taubateano Daniel Camargo é vítima de pavoroso acidente algum tempo mais tarde em outra cidade. Em janeiro de 1909, por exemplo, os festeiros apenas celebram uma missa e adiam a festa profana por "motivos de força maior". Nove anos mais tarde, o Luizense divulga excepcionalmente a festa promovida por Arlindo Augusto Pereira Leite e Benedito Moura. Este destaque decorre do crescimento do prestígio do vigário Ignacio Gioia e da aliança entre as corporações musicais Santa Cecília e Santíssimo Sacramento, ou seja, dos partidos políticos que se hostilizavam durante a campanha civilista, agora sob a liderança do promotor público João Batista de Oliveira e Costa, irreversível desde a morte do coronel Teodoro Pereira de Campos Coelho, o herdeiro político de Nhô Quim Major.²⁶

São Paulo, santo que protege aqueles que têm casos dependentes de solução nos tribunais, especialmente os negócios de divisas de terras, tem sua festa no dia 25 de janeiro. É possível que tenha vindo a ser comemorado com alguma intensidade após a campanha eleitoral de 1926-27, quando uma enxurrada de processos acumulados durante a gestão do promotor João Batista de Oliveira e Costa inunda os tribunais de São Luís do Paraitinga. Durante todo o período estudado, não há nenhum registro desta devoção.

Fevereiro

A festa das Candeias, dia da Purificação da Virgem a dois de fevereiro, é o último prazo para desarme dos presépios. Nas casas que os mantêm até então, há reza e distribuição de café aos

presentes na cerimônia; em algumas delas, o presépio é substituído por figurinhas que representam a Fuga para o Egito, que permanecerão até as vésperas do Entrudo. Na igreja, o sacerdote benze as velas, que servirão para ser acesas nos dias de trovoadas ou chuva brava - tal como as palhas do presépio e as palmas do Domingo de Ramos - e também para alumiar o caminho da morte durante a agonia.

É provável que, especialmente nos anos em que o Carnaval incide em princípios de fevereiro, a festa das Candeias se antecipe, fundindo-se à dos Reis, assegurando assim o tempo necessário à passagem natural do ciclo natalino ao ciclo da Paixão. É o que se pode supor, ao ver os membros do Club Carnavalesco Carmosina, de Taubaté, organizar uma estridente e atrozadora passeata com candeieiros acesos à noite do domingo que acompanha o dia de Reis.²⁷

No dia seguinte, 3 de fevereiro, é São Brás que se cultua em cerimônia de igreja (e possivelmente também em casa e nas capelas rurais, sem a presença do sacerdote). Após a missa, o padre benze individualmente os fiéis, cruzando duas velas junto aos seus pescoços, contra os males de garganta. É interessante observar a constância com que se recorre à manipulação ritual do fogo durante o ciclo natalino que parece encerrar-se aqui; logo mais os fiéis estarão sendo benzidos com as cinzas, morto o Carnaval.

Entrudo, Carnaval e Quaresma serão vistos em outro capítulo.

Março

São José, padroeiro dos cerapinas, carpinteiros, marceneiros e outros ofícios ligados à madeira, protege também os moribundos e tem também a importante função de controlar a chuva. Alceu Maynard Araújo, ao grifar esta palavra, deve ter querido referir-se à embriaguez. A bandeira do santo que percorre ruas e bairros rurais é "escoteira", isto é, o Alferes que a conduz não se faz acompanhar por nenhuma Folia.

Já se acompanhou o diálogo entre a festa de São José, do Centro dos Operários Católicos, e a festa do Primeiro de Maio da Associação dos Operários Livres, em Taubaté. Com a criação desta associação leiga, o clero taubateano desloca a festa de São José para algum domingo do mês de maio, evitando que os republicanos or-

todoxos, livres-pensadores e socialistas ligados aos proprietários da Companhia Industrial de Taubaté assumam a liderança entre os trabalhadores manuais do município. Em São Luís do Paraitinga, sem esta ameaça leiga e anti-clerical, a festa de São José celebra-se normalmente no dia 19 de março e não merece destaque na imprensa. Apenas em razão da campanha civilista é que O Luizense se ocupa dela, especialmente em 1909, quando os festeiros são grandes chefes políticos - tenente-coronel José Cândido de Oliveira e Costa, coletor estadual; major José Pereira de Oliveira, farmacêutico e juiz de direito substituto; e o major José Domingues de Azevedo, prefeito municipal - do partido civilista ligado ao coronel Manuel Bento Domingues de Castro.

O Luizense alonga-se no relato da festa, tentando exagerar seu brilhantismo. A banda dos Ursos (Santa Cecília) percorre as ruas da cidade tocando a alvorada sob baterias de fogos de artifício. À missa solene, pela manhã, oficiam dois sacerdotes; os Ursos executam a difícilíssima partitura da missa de Santa Cecília; depois, um grupo de gentis senhoritas "da nossa melhor sociedade" conduz um estandarte ricamente bordado, acompanhando pela banda dos Ursos, recolhendo esmolas para a festa. Às cinco e meia da tarde, uma procissão bastante numerosa percorre o trajeto de costume - é possível que, além dos hermites, também os civilistas de oposição, ligados a Nhô Quim Major, deixem de participar deste ato. Após o Te-Deum e a bênção no interior da igreja matriz, tem lugar um bom leilão; O Luizense justifica a ausência de grande multidão pela ameaça de forte trovoadas (mas não choveu naquela noite). "Ainda assim o leilão correu animadíssimo tendo algumas prendas alcançado bons preços. Apesar de... terminou em paz esta magnífica festa exclusivamente a expensas dos dignos festeiros" a quem o jornal situacionista tece louvores depois de sugerir que aí ocorreram provocações entre os partidos rivais, que são três neste momento.²⁸

São Bento, que protege contra cobras e bichos peçonhentos, tem seu dia a 21 de março. Apesar da enorme quantidade de cidadãos com este nome em São Luís do Paraitinga, quase tão numerosos como os Beneditos e os José, não há nenhuma referência à sua festa. Deve, certamente, ser comemorada nas capelas rurais por festei

ros que a imprensa burguesa não julga oportuno mencionar.

A 25 de março, nove meses antes do Natal, os caipiras não trabalham em respeito à Anunciação da Virgem. É um dia de guarda de muito respeito, tanto quanto a Sexta-Feira Maior, dizem os informantes de Alceu Maynard de Araújo, associando novamente nascimento e morte. O Norte noticia a comemoração da festa em 1907, com missa conventual na igreja matriz e bênção do Santíssimo à noite, sem procissão, o que indica não se tratar de dia feriado; Maria Thereza Ramos Marcondes, em suas memórias da infância e adolescência passadas na fazenda, descreve uma reza da Anunciação no bairro rural do Macuco, durante a década de 1920:

"Era sempre em casa do Antônio Brasilino e ele mesmo rezava. Na frente do oratório, cheio de santos e flores de papel, acendiam-se muitas velas. As pessoas se ajoelhavam no chão e a reza era a seguinte: fazer cem vezes o Sinal da Cruz e rezar cem Ave-Marias, dizendo: No dia da Anunciação / Cem vezes me persignei / Cem Ave-Marias rezei". A menina se distrai observando as pessoas disfarçar o engano, quando levam as mãos à testa para fazer o sinal da cruz antes da hora, coçando a cabeça; e percebe que a maioria das pessoas participa da reza, tão monótona, apenas interessadas na farta distribuição de paçoca de amendoim que encerra a noite.²⁹

Abril

Primeiro de Abril, dia do diabo - pai da mentira - não é festivo.

São Benedito, o grande patrono dos escravos, dos pretos e dos pobres, raramente se comemora em seu dia, o 4 de abril. Alceu Maynard de Araújo vê nele características humanas bem acentuadas: é vingativo, se não for colocado à frente de qualquer procissão dos outros santos, faz chover na certa. Durante a escravidão os negros e as crianças ocupavam os primeiros postos nas procissões; posteriormente, é a Irmandade de São Benedito que ocupa este lugar, "para não chover".

A data móvel da festa de São Benedito em Taubaté e São Luís do Paraitinga acompanha mais de perto a morte histórica de Benedito, filho de escravos etíopes, que dirigiu um convento franciscano na Sicília, morrendo em odor de santidade na terça-feira de Páscoa de 1859, 4 de abril. Nas regiões onde atuaram outras ordens religiosas, é provável que Benedito tenha sido apresentado aos escravos como santo modelo a ser imitado, mas sua devoção deve ter-se expandido à sombra de outras mais solenes como Nossa Senhora do Rosário (dos dominicanos, e também dos marinheiros, que faziam o tráfico negreiro), Nossa Senhora da Conceição, do Cristo, do Divino Espírito Santo, dos mártires jesuítas, etc. Em Taubaté, onde os franciscanos estão como os jesuítas para São Paulo, já havia festas em louvor de São Benedito antes mesmo de sua beatificação; o mesmo ocorre em Guaratinguetá, na igreja de São Gonçalo que é santo de devoção dos jesuítas. Entre 1763, data da beatificação, e 1807, quando Pio VII canoniza São Benedito, as irmandades negras cultuam Benedito juntamente com santa Efigênia, santo Antônio de Catagero na, Nossa Senhora das Mercês e outras devoções de negros, pardos e forros, o que provavelmente explica a oscilação de sua festa, que se insere no ciclo natalino ou no ciclo do Divino.

Tal como na data franciscana (prolongando a festa da Páscoa), São Benedito aparece inevitavelmente acoplado a alguma festa maior do calendário cristão. É bastante provável que não interessava aos senhores a comemoração deste santo dos negros num dia fixo dedicado exclusivamente a ele; nem por tratar-se de mais um dia santo a corroer o tempo profano do trabalho, nem pelo perigo evidente de converter-se a festa na celebração de uma identidade negra mais autônoma no interior mesmo do sistema. Por outro lado, a dispersão da festa de São Benedito pelo calendário acaba por favorecer, com o tempo, a afirmação da presença negra e mulata em todas as festas; a imprensa burguesa de Taubaté, traduzindo a reação dos brancos, procurará conter e ridicularizar este processo que assegurou aos negros o direito de ocupar o primeiro lugar em todas as procissões.

Em abril de 1888, os negros taubateanos comemoram a festa em liberdade. Alguns irmãos opados, com suas varas de marmelo, fustigam as pessoas que não se comportam com seriedade na procissão. Alguns anos mais tarde, numa segunda-feira de maio de 1894, a procissão de São Benedito é seguida por um incêndio no convento

de Santa Clara, coincidência que o jornal *O Imparcial* aproveita para lembrar o temperamento rancoroso do santo, que talvez não esteja satisfeito com os capuchinhos de Taubaté.³⁰

A festa de São Benedito adquire um brilho excepcional na região, com a Cavalaria de São Benedito em Guaratinguetá e as Cavalhadas de São Benedito em São Luís do Paraitinga. Nesta última, é possível que a devoção a São Benedito só tenha se tornado importante em meados do século XIX, quando a cultura do café e do algodão introduziu um grande contingente de escravos. É pouco provável que as Cavalhadas colocassem em cena ginetes negros ou mulatos, visto que a equitação era privilégio exclusivo dos homens livres; os torneios equestres, desde a Idade Média ibérica, eram momentos excepcionais de exibição da maestria dos senhores no manejo de suas armas de combate. É possível que em Guaratinguetá, a partir da Abolição, a Cavalaria de São Benedito com seus Antenas e Mantenas tenha recebido cavalarianos negros; em São Luís do Paraitinga, não foram encontrados registros indicando esta conquista durante todo o período pesquisado. Os negros executam uma dança de cunho militar evidente, mas como soldados de infantaria, o Moçambique. Há, contudo, algumas evidências de danças dramáticas em torno do boi, animal que Gilberto Freyre vê associado ao negro e ao homem livre pobre que criaram o bumba-meu-boi nordestino.³¹

Em abril de 1904, o programa da festa de São Benedito em Taubaté prevê, com "a pompa e o brilhantismo de costume" a solenidade de levantamento do mastro com música, foguetes, etc, à tarde do domingo de Páscoa. Na segunda-feira: alvorada, salva de 21 tiros, almoço aos presos da cadeia pública e para os pobres sob um lindo caramanchão, às 9 horas da manhã, e fogueira, jongada e outros divertimentos noturnos. A terça-feira tem alvorada com música, matinas, missa cantada, "copo d'água" (isto é, cerveja, licores, doces, etc) na casa da festa, procissão à tarde, bênção solene, leilão, etc. No ano seguinte, a festa se desloca para o mês de junho, à véspera de Santo Antônio; o negociante sírio Felipe tenta trocar um mastro que comprara por um outro dentre aqueles que o carroceiro Leopoldo conduzia. Este retruca que os mastros pertencem ao festeiro João Viana que não consentiria na troca, e recebe uma bofetada do negociante sírio, sem reagir. À noite, um irmão de Felipe agride, aparentemente de surpresa, outro carroceiro - Bene

dito Ricardo. Forma-se um tumulto com mais de mil pessoas sitiando a casa dos comerciantes sírios na rua dos Patrícios; surge um terceiro sírio criticando a omissão da polícia, os mais exaltados o agridem com cacetes, e atacam José Hilário Cassiano que, tentando ajudá-lo a procurar uma farmácia, é tomado como outro "turco". É o sargento Américo Mascate quem salva este último da fúria da multidão que finalmente será dispersada a sabre à meia-noite. O incidente se inscreve na longa série de atritos entre comerciantes estabelecidos e mascates sírios, marcando um de seus pontos mais agudos.³²

As cavalhadas de São Benedito na festa de abril de 1920 são referidas pelo Luizense, como "essas velharias legadas a nós por nossos tataravós". Esta atitude do jornal, que prefere enfatizar as cerimônias religiosas, parece explicar-se pela ruptura política com os irmãos Cabral: a festeira é Guilhermina de Azevedo Cabral, esposa do 2º tabelião João Cândido Cabral, recentemente desligado do partido situacionista por recusar a chefia do promotor público João Cândido de Oliveira e Costa. Mas também expressa o ponto de vista do vigário Ignacio Gioia, avesso às tradições da festa profana. É novamente a propósito de São Benedito que o Luizense reincide, em 1927, ao ironizar as dificuldades do encarregado da pintura do mastro para a festa - Benedito de Souza Pinto, o futuro major Juca Teles do Sertão das Cotias, fundador da corporação musical São Benedito em abril de 1925 e presidente da Confraria de São José. Aliás, é o mesmo Benedito de Souza Pinto que O Luizense chamou de capão a conduzir carijozinhos - as crianças do catecismo do bairro de São Pedro, trazidas por ele em romaria para a festa de São Luís no ano anterior.³³

Eduardo Etzel, analisando um corpus de 347 imagens religiosas de barro queimado - "Paulistinhas" - encontradas no Vale do Paraíba, produzidas entre o último quartel do século XVIII e o fim do século XIX, encontra apenas 8 imagens de São Benedito. As imagens mais frequentes são as de Nossa Senhora da Conceição (52), Santo Antônio (37), São João e Nossa Senhora das Dores (22). O pesquisador explica a pequena frequência do santo negro pela raridade de escravos africanos em São Paulo até o século XIX. Infelizmente, Eduardo Etzel não identifica as 12 imagens provenientes de São Luís do Paraitinga, mas é provável que, tendo aí sido construída uma

dito Ricardo. Forma-se um tumulto com mais de mil pessoas sitiando a casa dos comerciantes sírios na rua dos Patrícios; surge um terceiro sírio criticando a omissão da polícia, os mais exaltados o agridem com cacetes, e atacam José Hilário Cassiano que, tentando ajudá-lo a procurar uma farmácia, é tomado como outro "turco". É o sargento Américo Mascate quem salva este último da fúria da multidão que finalmente será dispersada a sabre à meia-noite. O incidente se inscreve na longa série de atritos entre comerciantes estebelecidos e mascates sírios, marcando um de seus pontos mais agudos.³²

As cavalhadas de São Benedito na festa de abril de 1920 são referidas pelo Luizense, como "essas velharias legadas a nós por nossos tataravós". Esta atitude do jornal, que prefere enfatizar as cerimônias religiosas, parece explicar-se pela ruptura política com os irmãos Cabral: a festeira é Guilhermina de Azevedo Cabral, esposa do 2º tabelião João Cândido Cabral, recentemente desligado do partido situacionista por recusar a chefia do promotor público João Cândido de Oliveira e Costa. Mas também expressa o ponto de vista do vigário Ignacio Gioia, avesso às tradições da festa profana. É novamente a propósito de São Benedito que o Luizense reincide, em 1927, ao ironizar as dificuldades do encarregado da pintura do mastro para a festa - Benedito de Souza Pinto, o futuro major Juca Teles do Sertão das Cotias, fundador da corporação musical São Benedito em abril de 1925 e presidente da Confraria de São José. Aliás, é o mesmo Benedito de Souza Pinto que O Luizense chamou de capão a conduzir carijozinhos - as crianças do catecismo do bairro de São Pedro, trazidas por ele em romaria para a festa de São Luís no ano anterior.³³

Eduardo Etzel, analisando um corpus de 347 imagens religiosas de barro queimado - "Paulistinhas" - encontradas no Vale do Paraíba, produzidas entre o último quartel do século XVIII e o fim do século XIX, encontra apenas 8 imagens de São Benedito. As imagens mais frequentes são as de Nossa Senhora da Conceição (52), Santo Antônio (37), São João e Nossa Senhora das Dores (22). O pesquisador explica a pequena frequência do santo negro pela raridade de escravos africanos em São Paulo até o século XIX. Infelizmente, Eduardo Etzel não identifica as 12 imagens provenientes de São Luís do Paraitinga, mas é provável que, tendo aí sido construída uma

fazes de Antônio Bento mostram escravos torturados por seus senhores nas procissões da Semana Santa, Cristos negros mais comoventes que as imagens em seus andores.³⁵

Semana Santa

Os folcloristas são unânimes ao ressaltar a gravidade e compunção dos comportamentos coletivos de antanho durante o período culminante do ano litúrgico, a Semana Santa. É possível que aí se encontre algum exagero ou distorção. Não são raros os relatos de traquinagens de meninos e rapazes no interior das igrejas nos momentos mais lancinantes da celebração. Uma das brincadeiras mais citadas consistia em pregar a barra dos vestidos das escravas, forras e caboclas ao chão com tachinhas durante o Ofício das Trevas. Trata-se, naturalmente, dos filhos de famílias brancas e latifundiárias que se divertem exercendo o poder de sua classe contra o segundo sexo das classes subalternas, duplamente oprimido. Mas há situações em que conflitos políticos como a chamada Questão Religiosa, por exemplo, acirrando atritos entre o alto clero e segmentos da classe dominante, explodem também durante as cerimônias da Semana Santa. Em 1881, um grupo de cerca de 20 meninos de 10 a 14 anos, na maioria filhos de famílias ricas, provocam tremenda balbúrdia na igreja de Santo Antônio em São Luís do Maranhão na Quinta - Feira Santa; quando o bispo decide recolher o riquíssimo ostensório com o Santíssimo Sacramento ao seu sacrário, em sinal de reprovação, um grupo de adultos protesta, surgem disputas e a multidão entra em pânico; alguns adultos avançam até o altar e apagam as luzes, retiram todos os ornamentos jogando ao chão jarras, flores, palmas, alfaias. O arcebispo Mourão sobe ao púlpito e censura com relativo comedimento os depredadores e acalma a multidão; o bispo, recusando os conselhos dos demais sacerdotes, retira-se da igreja passando pelo grupo que o cobre de vaias. No átrio, há novos conflitos, sendo atiradas algumas pedras contra o carro do bispo; este, escoltado por membros do clero maranhense e por alguns chefes políticos, marcha a pé até o seminário; formam-se dois cortejos, um de apupadores e outro de defensores do bispo. O incidente não é excepcional, visto que os bispos são, durante a vigência do regime de padroado, autoridades designadas em função de critérios políticos evidentes; por outro lado, a radicalização da luta pelo comando da Igreja entre os bispos romanizantes e os dirigentes das poderosas irmandades

leigas tende a manifestar-se de maneira mais radical nas capitais das províncias.³⁶

Em Taubaté, a Semana Santa de 1890, celebrada sob o impacto da proclamação da República e da separação entre Igreja e Estado, transcorre em boa ordem ensejando ao jornal católico O Noticiarista a oportunidade de afirmar que a Igreja e o povo sentem-se agora livres da tutela estatal, expressando esta satisfação com muito maior respeito e devoção às procissões e ofícios. Mas o jornal é forçado a referir-se a um tumulto que poderia ter degenerado em pânico durante o ofício da Sexta-Feira Santa: uma briga entre duas ex-escravas, que o jornal chama de "duas Treze de Maio", produz alguma inquietação que logo cresce quando um menino grita por fogo. O vigário restabelece com presteza a ordem e pune um coroinha, filho de Francisco de Paula Gomes, que o Noticiarista inocenta procurando sugerir os protestantes como principais interessados no tumulto.³⁷

No ano seguinte, surge conflito com os protestantes durante a procissão dos Passos no Domingo de Ramos. O Noticiarista, além dos pastores americanos, visa também o delegado de polícia Fernando de Mattos e o promotor público. O primeiro teria ameaçado fazer fogo contra os 6.000 católicos que protestavam contra os protestantes que rião e se recusavam a descobrir-se à passagem da imagem de Cristo carregando a cruz; e no mês seguinte expõe crucifixos, imagens de santos e rosários juntamente com raízes e objetos apreendidos em operação policial contra um quilombo de feiticeiros. O promotor público, tendo denunciado o padre Antônio Gomes Vieira por celebrar o casamento religioso antes do ato civil, deveria agora cumprir o artigo 185 do novo Código Penal que pune com um a seis meses de prisão quem ultrajar qualquer confissão religiosa em público.³⁸

O brilhantismo da Semana Santa de 1891 em São Luís do Paraitinga, organizada pelo coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro alguns meses antes de eleger-se deputado federal, pode ser avaliado se se comparar as despesas normalmente feitas com a festa. No ano de 1863, por exemplo, os gastos são 1:220\$000, distribuídos entre palmas e fitas (350\$000), cera para velas (294\$000), sermões (354\$000) e serviços do sacristão, coroinhas e pirotécnico (114\$000). Em 1874, os 36 membros do Apostolado decidem que cada um procurará

recolher pelo menos 50\$000, o que perfaz 1:800\$000.

Em 1905, a comissão nomeada pelo vigário Pedro Ribeiro da Silva convoca mais de vinte fazendeiros para que cada um recolha em seu bairro pelo menos 50\$000 de esmolas para a organização da Semana Santa, visando portanto ultrapassar a quantia de dois contos de réis, mas às vésperas da festa a arrecadação alcança apenas 716\$000, destacando-se as somas arrecadadas pelo coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro e pelo capitão Teodoro Pereira de Campos Coelho (ambos com 100\$000; a maioria dos demais arrecada apenas 20\$000). É provável que a comissão tenha sido obrigada a moderar a magnificência das cerimônias, para as quais pensava contratar dois frades capuchinhos do convento de Santa Clara e um outro sacerdote além do vigário da paróquia.

Três anos mais tarde, o vigário Pedro Ribeiro da Silva se desentende com os encarregados da Semana Santa. A divergência gira em torno dos gastos com a festa: o vigário recusa-se a hospedar na casa paroquial os sacerdotes contratados de fora, e pede 1:180\$000 pelos seus serviços eclesiásticos e dos empregados da igreja. Como a comissão argumenta ser impossível arcar com todas estas despesas, o vigário retruca que se não há dinheiro não se façam festas, e que não depende de ninguém porque pertence a uma ordem muito rica que sustenta os seus clérigos. A Semana Santa é afinal celebrada sem grande pompa graças à iniciativa da comissão que se ocupa da festa dispensando os serviços do vigário. Este, que havia convocado a romaria à capela de Nossa Senhora das Brotas em novembro, parte logo mais à Terra Santa, peregrinação de luxo que o clero romano organiza para as famílias abastadas.

Além do retraimento dos negócios no município, talvez o acirramento da luta política durante a campanha civilista explique a parcimônia das contribuições feitas aos encarregados da Festa de 1909: a 27 de março, poucos dias antes do início da Semana Santa, não se arrecadou nem mesmo 250\$000. As cerimônias da Páscoa deixam de ser realizadas; não há coroação de Nossa Senhora, nem a procissão da Ressurreição, nem a missa solene do domingo. Para se ter uma idéia dos valores monetários da época, considere-se o preço da melhor dentre as cinco casas do capitalista Joaquim Rodrigues de Oliveira Lobo que vão a leilão em fevereiro de 1909: 1:650\$000 (as duas mais simples são avaliadas em 400\$000).

Diante destas cifras, o balanço publicado pelo coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro no Jornal do Povo em maio de 1891 chama a atenção, visto que as despesas da Semana Santa sobem a 2:277\$380. Comparada às Semanas Santas do século XX, aquela de 1891 é no mínimo três vezes mais rica, sem levar-se em conta a depreciação da moeda. A festa custa quase o dobro daquela de 1863; as despesas efetivas em 1874 certamente não ultrapassam a quantia de 1:800\$000 prevista pelo Apostolado. O chefe político comete uma gafe que deve ter sido explorada por seus adversários: presenteia a igreja matriz com uma nova imagem de madeira muito bem feita, em substituição à antiga imagem do padroeiro da cidade. Infelizmente, o coronel não parece conhecer a vida de São Luís de Tolosa, que faleceu aos 23 anos de idade e pertencia à Ordem dos Menores Observantes; a rica imagem que traz da capital representa um santo em idade avançada, com barbas e indumentária de bispo. Apesar disto, a nova imagem é colocada no altar-mor da matriz e só é dali retirada alguns anos mais tarde, quando o bispo de São Paulo, dom Lino, atende aos insistentes apelos dos luizenses. Os principais interessados organizam uma grande festa com repiques de sinos, fogos de artifício e Te Deum quando a verdadeira imagem de São Luís retorna ao seu nicho, destronando a falsa. O padre Pedro Ribeiro da Silva encontra esta última abandonada em um canto e sugere aproveitá-la para o culto de São Brás, de São Turíblio ou qualquer outro santo bispo.³⁹

Em Taubaté, com a instalação da diocese, a Semana Santa de 1911 é celebrada pelo novo vigário, cônego Altino de Moura. O ex-vigário, monsenhor Nascimento Castro, agora vigário geral da diocese, entra em choque com seu sucessor e convida seus amigos a não participar da procissão do Triunfo. O cônego Altino de Moura demite-se do cargo, sendo nomeado em seu lugar o padre Firmino, vigário de Paraibuna, homem de confiança de monsenhor Nascimento Castro. O jornal do Partido Republicano Conservador A Federação alerta dom Epaminondas contra o mandonismo de monsenhor e de seu irmão, o deputado federal Valois de Castro, contra quem o bispo deve precaver-se caso pretenda exercer sua autoridade episcopal em Taubaté.⁴⁰

Das cerimônias da Semana Santa em São Luís do Paraítinga, além da persistência da procissão do Fogaréu após o Ofício das Trevas da 5ª Feira Santa, merece atenção a importância conferi

da à imagem de Nossa Senhora das Dores. Presente em quase todas as procissões onde é acompanhada pelas mulheres, a imagem é coroada à noite do domingo de Páscoa, acompanhando de perto o triunfo da ressurreição de Cristo. As celebrações da Glória somam-se àquelas de Anunciação, Conceição, Purificação e Assunção da Virgem, preenchendo de ponta a ponta as contas de um rosário de festas que ultrapassam em número, e quase sempre em afetividade, aquelas poucas festas dedicadas às três pessoas da trindade católica.

Maio

Maio é um mês que parece fadado a ser palco de incessantes batalhas, diversas festas buscando impor a hegemonia de diferentes grupos sociais. Inicialmente, este é o mês da Santa Cruz, símbolo unívoco do poder da Ordem de Cristo. A festa de 3 de maio, celebrada com grande pompa em Tatuí em 1948, quando Alceu Maynard Araújo a observou, é urbana ainda; a trajetória normal desta festa teria sido, como tantas outras, a transferência do cenário urbano para o rural. Em 1895, em Taubaté, a festa é tipicamente urbana e congrega multidão suficiente para atrair empresários de espetáculos, como o Circo Atlântico. À noite do sábado, véspera do clímax da festa, o público do circo exige que o palhaço dance a chula ao final do espetáculo, surgindo um tumulto que o delegado em exercício Inácio Marcondes do Amaral Sobrinho é incapaz de conter. É, afinal, o palhaço quem aplaca a fúria do povo ao declarar que está disposto a dançar a chula e tudo o mais que o povo queira; o jornal do ex-delegado Fernando de Mattos explora o incidente para demonstrar que as novas autoridades policiais são incompetentes, incapazes de dirigir um espetáculo, evocando certamente sua própria atuação em circunstâncias análogas alguns anos antes.⁴¹

Também em São Luís do Paraitinga a festa de Santa Cruz permanece atada aos negócios urbanos até à chegada do vigário Ignacio Gioia, pelo menos. O jornal A Redenção divulga em maio de 1882 o programa da festa a se realizar na igreja matriz da vizinha vila de Redenção com novenas, missa cantada e procissão, fogos de artifício, balões, música, leilão, etc. Na fase inicial da campanha civilista, O Luizense divulga duas festas organizadas por correligionários do partido bentista em subúrbios da cidade, apenas aquelas em que toca a banda dos Ursos; outras festas, organizadas por

festeiros ligados aos dois partidos oposicionistas, certamente tão concorridas como aquelas duas, são ostensivamente ignoradas.⁴²

O clero ultramontano de Taubaté, seguindo à risca os ditames do Vaticano, desfecha furiosa campanha contra as festas de Santa Cruz que, em 1905, já se limitam aos bairros rurais. No ano seguinte, O Norte, jornal católico, publica crônica de J. Nestor ri dicularizando Nhá Felisbina, figura de festeira de Santa Cruz que, fiel à tradição, se empenha na fartura da festa com estrondo de foguetes e tachadas de doce de abóbora, bons rezadores e furrundu, convidando toda a vizinhança para o farrancho. A boa velha tem afinal o desgosto de perder Chiquinha, sua filha mais velha, que desaparece do bairro durante uma reza de preparação da festa, talvez seduzida pelo Zé da Ribeira que a andava namoriscando. O mal poderia ter sido evitado, se Nhá Felisbina fizesse como outra velha, a zeladora de uma capela de Santa Cruz lá das bandas da Ruinha. Esta, preocupada com os "meninos bonitos" que invadem a festa fazendo orgia e espantando as famílias da reza, ameaça entregar a chave da capela ao vigário e aplaude a notícia dos jornais que anunciam a intervenção benéfica da polícia para manter a ordem; os seus desa fetos, em contrapartida, põem-lhe o apelido de vigária, desa foro que a incomoda. O jornal ultra-católico A Verdade, precursor do Lábaro que só virá à luz com a instalação da diocese, denuncia tais festas como verdadeiras bacanais dos devotos da víspora, da cachaça e dos batuques, exigindo que a polícia as proíba. Logo mais, o primeiro bispo de Taubaté, enérgico e bom - como o retrata seu biógrafo, padre Ascânio - será implacável na ação contra as capelas de Santa Cruz que pontuam o espaço caipira da região.⁴³

Na festa urbana de Tatuí, Alceu Maynard de Araújo tem sua atenção voltada para a procissão das carroças de lenha que chegam enfeitadas com bandeirinhas verdes e vermelhas precedidas de banda de música. A lenha assim trazida de 49 bairros rurais em 1948 a pedido do festeiro, será leiloada juntamente com cereais, aves e gado miúdo para financiar a festa. O folclorista vê aí a persistên cia das maias portuguesas adaptadas à adoração da cruz. Mário de An drade, observando a festa do Divino Espírito Santo em Mogi das Cru zes, em 1936, percebe a importância de uma procissão muito semelhante a esta, a Entrada dos Palmitos. O Imperador do Divino, à frente de um cortejo festivo, sai na manhã do penúltimo dia da festa para

recepcionar mais de quarenta carros de boi enfeitados, carregados de palmeiras. Depois de uma apoteótica procissão pelas ruas da cidade ao som dos eixos engraxados dos carros, gritos dos carreiros, música, sinos, foguetes, os palmitos são fincados à beira das calçadas engalanando as ruas. Mário de Andrade observa que o sentido do rito não deve ser apenas o de adornar as ruas, visto que se realiza na fase mais quente da festa e não no seu início. O próprio nome da cerimônia - Entrada dos Palmitos, que evoca as Entradas Reais - indica o propósito nuclear de fazer o vegetal entrar na cidade, tal como no culto tradicional europeu das maia; além disto, é exatamente neste dia que se ergue o mástro com a bandeira do Divino. Tal como nas festas de Santa Cruz de Carapicuíba, onde Mário de Andrade sabe que se conservam mais fielmente as tradições jesuíticas, as maia ligadas ao calendário agrário da civilização européia prestam-se às mais antigas festas cristãs do Brasil.⁴⁴

Já no espaço rural, a festa de Santa Cruz adquire características familiares, cerimônia caseira que reúne os compadres e vizinhos do bairro. O rito central é o levantamento do mástro, carregado de longe em procissão e plantado ao lado da capela ou de alguma cruz de beira de estrada. A bandeira branca tem a cruz pintada em azul, e por vezes as garatujas Viva a Santa Cruz. Junto à fogueira, cujos paus serão depois guardados para queimar em dia de trovoadas, há danças, café com mistura, foguetes com dez finalidades distintas. A Santa Cruz opera à noite nessa data, abençoando as árvores frutíferas. É por isto que não se consome laranjas antes do dia da festa, pois entre elas há uma que contém veneno. Durante a noite da festa, a fruta envenenada cai e as demais, abençoadas, podem ser colhidas.⁴⁵

O jornal A Federação publica em 1912 uma saborosa crônica, tentativa de descrição de uma festa de Santa Cruz a partir do universo caipira. Quem escreve é o inspetor geral de polícia do bairro de Baracela, que a princípio cobra a falta de resposta às suas cartas e menciona dificuldades com o patrão: o cafezal não vai bem, mas isto "é culpa do nhô João do Mato" - provavelmente o mesmo personagem cultuado ainda hoje numa espécie de quilombo próximo a Belo Horizonte, estudado pelo sociólogo Romeu Sabará. A seguir, a festa:

"Tivemo uma funsão de santa cruiz na casa de nho

Chiquinho que só de maginá foi a gente xorá lágrima de sodadê, cumo vancê é sabedô o bilindo é um diacho de forgazão danado, na sala no meio do sapatiado ele inté arrevirô uma cambota, e se asumiu inbaxo da viola. Ói sô Ismaie si o patrão tiveçe no sofragante dicerto ele fazia mió, por quê ele numa querumana é distrocido. Foi memo uma função de alegrá o curasão da gente, eu resei cumo ajudante do capelão quando acompanhava o bindito até as muié xorô poi a minh vóis inté pariçia co a dô urutagu quando canta de minhanzinha. Tivemo café cum farinha gorda inté a gente arrotá e tê queimassão no estemo e o patrão que assuspira por um michido de torresmo, si ele tiveçe aqui neçe dia ficava impazinado que neu boi ervado."⁴⁶

Nas memórias de Maria Thereza Ramos Marcondes, neta do capitão Antônio Carlos Pereira de Alvarenga que fundou em 1865 a fazenda São Joaquim no bairro do Macuco, município de Taubaté, próximo a São Luís do Paraitinga, há uma descrição detalhada de uma festa de Santa Cruz por volta de 1931, narrada a partir da vivência feminina. Maria Thereza, então com seus 16 anos, cuida da arrumação da capela da Santa Cruz do Florentino, erigida no local onde um homem com este nome fora encontrado morto, bem próximo à casa de seu tio Macário. Trabalha com uma outra moça:

"Limpamos o pátio da capelinha, raspamos o chão com a enxada, varremos tudo muito bem. Lavamos as toalhas do altarzinho e mais uma toalhinhã comprida que amarravam na cruz, como se fosse uma gravata. Fizemos corrente com papel de seda em cores vivas, fincamos bambus com flores amarradas e colocamos festões feitos com cedrinho, à volta toda do pátio. Arranjamos castiçais emprestados e velas para iluminar bem a capelinha que ficou uma belezinha. A reza seria à noite, logo que o capelão Nhô Marcelino chegasse. Colocamos perto do altar uma esteira de taboa, para o capelão se ajoelhar, e, em cima do altar, pusemos vinte flor-

zinhas, chamadas 'Monsenhor' que dava muito nessa época do ano. A reza de Santa Cruz constava de vinte terços, e as flores serviam para marcar. Cada terço rezado, o capelão tirava uma florzinha. A reza não era longa como parece, porque os terços eram rezados de um modo diferente. Em cada canto da Ave-Maria o capelão dizia acompanhado pelo povo, somente a palavra 'Jesus'. Depois de pronunciar o nome de Jesus, dez vezes, vinha o Pai Nosso, que era assim:

No campo de Josafá
 Encontrarei meus inimigos,
 Mas satanás não estará lá
 Não tem nada comigo
 No dia de Santa Cruz.

E continuava a desfiar as contas do terço pronunciando Jesus, Jesus, Jesus... Quando terminava um terço, o capelão tirava uma florzinha de cima do altar e jogava no chão. A turma ficava de olho, para ver quando acabavam as flores. Para encerrar, o capelão rezava a seguinte oração:

Padre Nosso pequenino
 Me levari por bom caminho.
 Jesus Cristo é meu padrinho
 Que me fez a cruz na testa
 Sete anjos me acompanhem
 Sete velas me alumiem
 Inimigo não me tente
 Nem de dia, nem de noite
 Nem na hora de minha morte

Amém."

O capelão, bem velhinho, morre em breve; os novos capelães rezarão as orações convencionais da cidade. Terminada a reza, sorteava-se o nome da próxima festeira, o festeiro dos rojões, o capitão do mastro, o capitão da fogueira, o alferes da bandeira; o baile e o café com biscoitos se realizavam na casa da festeira, que se ocupava, portanto, de cuidar da capela e dos comes-e-bebes.⁴⁷

As festas de Santa Cruz, transferindo-se da cidade para a roça, e reprimidas pelo clero romano, cedem o tempo de maio para as devoções marianas. Curioso é notar que, no relato de Maria The reza Ramos Marcondes, a presença feminina na antiga festa é bastante decisiva, embora os homens se ocupem das funções mais nobres. A limpeza e decoração da capela por mulheres parecem obedecer a um rito de fertilidade: Alceu Maynard Araújo relata que em Tatuí são as mulheres grávidas que varrem a igreja com a finalidade de assegurar um bom parto. As tradicionais procissões das Rogações, instituídas pelo bispo Mamerto no século V - recobrando com fórmulas cristãs os ritos celtas de maio - também se tornam agora simples ladainhas integradas na seqüência das devoções do mês de Maria.⁴⁸

Em outro capítulo já se viu como as festas viris do 1º de Maio e de São José Operário terminam por perder sua importância com a consolidação da hegemonia católica durante a guerra mundial, em Taubaté. Em São Luís do Paraitinga, esta hegemonia se mantém inalterada mesmo durante a fase mais crítica dos primeiros governos republicanos, e apenas se desloca dos partidos políticos que alardeiam sua fé católica para se concentrar na própria figura do vigário Ignacio Gioia. Um dos aspectos mais visíveis da ascensão dos grupos sociais que se mobilizam sob a direção do clero ultramontano e romanizante é a feminização da religião. Maria, sob inúmeras denominações, emerge como o grande referencial que aglutina os católicos, em oposição aos livres-pensadores e às demais religiões. Os positivistas ortodoxos, obcecados com o culto à mulher para onde Comte orientou sua Religião da Humanidade, pensando em Clotilde de Vaux, se não contribuíram, muito menos terão buscado opor-se a esta nova configuração do "período metafísico" que é, no seu entender, um progresso rumo à harmonia entre Natureza e Sociedade.

Dedicando um mês inteiro à devoção de Maria, o alto clero romano tem em vista, evidentemente, em primeiro lugar o conflito social em que é parte ativa. Trata de contrapor ao projeto liberal de sociedade um novo avatar da comunidade pela fé. As duas principais devoções organizadas para a contra-ofensiva católica à Revolução (este é ainda o nome com que o Liberalismo pode se apresentar, e é com este nome que os motins e conspirações dos trabalhadores começam a se identificar) são o Sagrado Coração de Jesus e Maria. Apelo consciente de seu romantismo - o que parece até redundância, em se lembrando de quem o difunde: o clero romano - que pretende alcançar a grande massa excluída da cidadania praticada o

projetada pelos liberais, selando nova aliança com a Ordem. Quem aborda com clareza o que está em jogo é Roberto Romano, que convém citar:

"A religiosidade eclesiástica volta-se mais intensamente nesse período para as massas, com uma pregação notavelmente sentimental, em sentido contrário ao racionalismo praticado por largas camadas católicas no século anterior. Isto possibilitara inclusive a convivência com a Maçonaria. Mas os tempos haviam mudado. Na busca de se fazer Povo, e exercer uma soberania espiritual, floresceram na Igreja movimentos de cunho romântico, como o culto do Sagrado Coração. Este carregou um simbolismo político antiliberal marcado; imaginava-se com ele estabelecer a soberania de direito do 'sagrado coração' sobre a sociedade e sobre os Estados nacionais. Nesta linha, deu-se a consagração da Bélgica em 1869, da França em 1873, do Equador e outros".⁴⁹

Inicialmente, a devoção ao Coração de Jesus terá mais significado junto às elites católicas; o sangue de Cristo unge mais uma vez o poder constituído, e será recomendado como bálsamo para os vencidos. Para as categorias sociais que não quer excluídas, mas integradas e submissas, é a figura fascinante da Virgem, com suas regras naturais e seus desregramentos sublimes, que o alto clero romano decide acionar. Não se trata de maquiavelismo; porém, não cabe aqui reconstituir a trama dos interesses sociais que interagem, em escala mundial, produzindo este novo passo na escalada de Maria no imaginário cristão. Jung vê nesta escalada a ultrapassagem da trindade - símbolo central da fé cristã - pela quaternidade. Simone de Beauvoir a observa como o acabamento da produção da imagem mais propícia aos homens de uma civilização patriarcal, a primeira vez na sua história em que a mãe ajoelha-se diante do filho, reconhecendo livremente a própria inferioridade; é que, escravizada, transfigurada exatamente naquilo que a faz temível, a maternidade, se prestará a desempenhar a função de mediação entre o sujeito individualizado e a Natureza, projetando a Ordem e as Luzes deste mesmo sujeito sobre o caos, as trevas exteriores que ameaça

çam aquém do nascimento e além da morte. Imagem reconfortante a princípio, e necessariamente ambígua a seguir, visto que, e Simone de Beauvoir o sabe muito bem, esta imagem concentra carnalmente todos os valores morais e seus contrários, é a substância da ação e o que se lhe opõe, o domínio do homem sobre o mundo e seu malogro.⁵⁰

No capítulo dedicado às festas da juventude, faltou completar a trajetória da nova devoção do mês mariano, que começa em 1862 em São Luís do Paraitinga, logo após o carnaval taubateano em que se vê o mundo às avessas. Monsenhor Martins, do alto de seus 53 anos de sacerdócio, recorrendo à experiência vivida nos últimos 14 anos como missionário em 158 paróquias de oito Estados e da capital federal, faz um balanço do mês mariano de 1917 em Taubaté. Depois de apresentar estas credenciais que lhe conferem o direito de emitir juízo acertado e seguro sobre o modo como se celebram as festas religiosas em todo o Sul do Brasil, Monsenhor indica primeiro o que vê de negativo, de maneira geral:

"Com muitíssimo pesar confesso que em algumas paróquias as festas não são celebradas conveniente e proveitosamente. Não se observam, à risca, as regras da liturgia; não se guarda o devido respeito; não se faz sobressair e ostentar a gravidade, o brilhantismo, a majestade devidos à importância, nobreza e santidade do culto religioso e divino. Principalmente nos atos da noite e na procissão do encerramento do Mês de Maria lamentam-se em alguns lugares, por parte dos moços e mesmo das moças, inconveniências, incorreções, merecedoras de justas e acres censuras". O problema se apresenta também na diocese de Taubaté, onde há duas cidades, que Monsenhor não identifica, onde "nos atos cotidianos à noite e mesmo na procissão, algumas moças vestidas de virgem não se portam com aquela gravidade, respeito, devoção e piedade com que deviam então edificar a todo o grande povo católico, e confundir aos hereges, incrédulos e ímpios, que ousam zombar dos nossos augustíssimos e santos mistérios".

Postos de lado estas deploráveis exceções, Taubaté é

a paróquia que mais e melhor celebra festas religiosas, dentre todas que Monsenhor conhece. O Mês de Maria, pelo simples motivo de ser promovido e celebrado pelas moças, constitui uma grande tentativa; mas neste ano de 1917, em Taubaté, todos os sinceros devotos da Virgem Imaculada devem estar contentíssimos. O povo concorreu extraordinária e respeitosa aos atos religiosos, contribuindo na medida dos seus recursos com o dinheiro indispensável, apesar da pavorosa crise. Todas as Filhas de Maria merecem aplausos por seu entusiasmo na ornamentação floral, nos cânticos, na petição de contribuições para a festa.

"A procissão então esteve grandiosa, majestosa, sublime, imponente. Depois do numeroso e extensíssimo préstito de todas as irmandades, confrarias e associações religiosas, vinha o majestoso e deslumbrante cortejo de numerosas virgens, fazendo corte e entoando louvores à soberana Senhora do Céu e da Terra". Virgens e anjinhos de tenra idade coroam a frente sagrada da Co-Redentora do mundo, entoando hinos em harmonioso, sonoro e mavioso coro; imploram graças, exaltam o seu poder, decantam sua maternal ternura e bondade. Encerrando o balanço, Monsenhor proclama seu amor à terra natal, berço e túmulo de seus antepassados; à Taubaté feminina que, depois de Deus e do Brasil, recolhe os mais íntimos afetos do seu patriótico e religioso coração.⁵¹

As devoções do mês de maio ultrapassam freqüentemente seus limites calendários e se integram a outros ciclos festivos. As festas comemorando em 1904 o cinquentenário do Dogma da Imaculada Conceição incidem no dia 8 de dezembro, consagrado à Conceição de Nossa Senhora, isto é, ao seu nascimento miraculoso no seio senil de Santa Ana. Durante a fase final da disputa política entre os civilistas do partido bentista e os civilistas de Nhô Quim Major, o Mês de Maria encerra-se a 19 de junho, junto com as festas de São Sebastião e do Sagrado Coração de Jesus. São Sebastião, que talvez já tenha deixado de representar o soldado português e corresponda, secretamente, ao orixá Omolu junto à massa negra e mulata do município, é celebrado pelo partido bentista: o fes-

teiro é João José de Azevedo, e toca a banda dos Ursos (Santa Cecília). O Coração de Jesus tem por festeiro o major Cândido Tertuliano dos Santos, cuja posição política não foi ainda elucidada; já a festa de Maria, que não deve ter sido prolongada por outro motivo maior, tem música da banda paraguaia, isto é, da oposição que se rá reconhecida como situação dentro de seis meses.⁵²

A festa de Nossa Senhora Aparecida, tradicionalmente celebrada em outubro, desloca-se para o dia 8 de setembro por decisão dos bispos brasileiros, demonstrando seu empenho na colaboração entre o Estado e a Igreja desde 1904; os caipiras de São Luís do Paraitinga guardam com muito mais rigor esse dia dedicado a Nossa Senhora das Brotas/Nossa Senhora Aparecida do que o 7 de setembro, data da Independência política do Brasil.⁵³

A festa de Santa Ana, mãe de Maria, que se comemora ao final de julho, remonta à ordem patriarcal dos engenhos setecentistas, conforme E. Hoornaert, ali esta santa mulher é a mãe branca que ensina o catecismo, simbolizando a primazia da cultura escrita sobre a cultura da senzala, afirmando o poder da casa grande onde reina o latifundiário calçado, à imagem de São José de Botas, bom e fiel esposo da Virgem Maria. No contexto do período, especialmente no século XX, Santa Ana pode ser encarada de outra forma, já que os mais avisados perceberão algo implícito na imagem da velha mãe ensinando a menina: Ana sabe que sua filha deverá passar por situações excepcionais, que algo imensamente grave a espera no futuro; sabe que a velha ciência que tem a transmitir não compreende o novo que se espera desta menina; só pode, enquanto ministra os conhecimentos e normas estabelecidos, alertá-la, insistir que mantenha seus sentidos aguçados - à espera de mensagens que só significam à margem, em contrário às rotinas instituídas como saber, como existir.⁵⁴

Nossa Senhora do Carmo, cuja festa antecede a de Sant'Ana, no dia 17 de julho, é devoção típica de categorias sociais dominantes no período da mineração, agrupando famílias plutocráticas rivais àquelas que controlam as associações leigas do Santíssimo Sacramento ou de São Francisco. Em Taubaté, o padre Francisco Cosco introduz a festa do Carmo em 1881 no convento de Santa Clara, contando com a presença do bispo de Olinda; trata-se evidentemente de uma tentativa de aglutinar grupos da "sociedade" taubate

ana refratários à poderosa Ordem Terceira de São Francisco. Há duas companhias de espetáculo na cidade, mas não se pode ter certeza quanto à razão de sua presença neste período do ano. O Grande Circo Pery dá seu último espetáculo noturno a 18 de julho aplaudido pelo jornal Gazeta de Taubaté que o associa ostensivamente à festa do Carmo e ao bom teatro. Já a Companhia Keller, que apresenta quadros vivos da paixão e morte de Jesus Cristo no palco do Teatro São João, é denunciada como sacrilégio pelo mesmo jornal. O Futuro, saindo em defesa dos espetáculos, enumera as autoridades católicas de várias Províncias que têm autorizado as apresentações dos quadros vivos pela companhia, lembrando que a mesma já se apresentou há onze anos em Taubaté sem que ninguém jamais alegasse obscenidade como o faz agora o jornal rival.⁵⁵

Em São Luís do Paraitinga, por onde a Companhia Keller provavelmente já se exibiu, a Associação Dramática Particular Recreio da Mocidade, sob a direção de Luís Murat, apresenta no Museu de Belas Artes, em maio de 1882, o mesmo tipo de espetáculo:

"QUADROS VIVOS imitando os grandes quadros do Velho Testamento e de imortais pintores como Rafael, Rubens, Miguel Ângelo, Leonardo da Vinci, etc. Seguir-se-á na primeira noite os seguintes quadros: 1º, Sacrifício de Isac; 2º, Santo Estêvão apedrejado; 3º, Fé, Esperança e Caridade; 4º, Moisés promulgando os mandamentos. Finalizará o espetáculo com a graciosa comédia ornaða de cantos, cuja peça tem obtido sempre em todos os teatros geral aplauso: POR CAUSA DE UM ALGARISMO. No dia seguinte será representado o grande, magnífico quadro em relação ao dia: Ascensão do Senhor. Seguindo-se os demais quadros que serão anunciados na ocasião por programas: finalizando sempre com uma comédia. A associação não poupando esforços e despesas para apresentar os seus espetáculos de quadros vivos, pede portanto à coadjuvação de seus generosos conterrâneos, a fim de prosseguirem com tão inocente e útil passatempo". Os espetáculos estão sendo dados, como se vê, ao final da Semana Santa. O cinema, a princípio, imi

tará o teatro, apresentando filmes edificantes por ocasião das festas religiosas. Em junho de 1908, uma tragédia na cidade de Amparo: durante a exibição do filme Paixão de Jesus Cristo, irrompe um incêndio, as fitas se incendiam, o público entra em pânico e ocorrem mortes.⁵⁶

Não foram encontradas referências às festas de Nossa Senhora do Carmo em São Luís do Paraitinga; em Taubaté, o cônego Antônio de Almeida trata de restaurar a devoção iniciada pelo padre Francisco Cosco, em 1890. Exibe a credencial recebida do Internúncio Apostólico, representante do Vaticano que o nomeia comissário e convida os fiéis a celebrar a festa com a mesma solenidade, pompa e devoção dos anos anteriores. Se a devoção se estabiliza, é restrita a poucas famílias, pois não recebe mais destaque nos órgãos de imprensa da cidade. No universo caipira pesquisado por Alceu Maynard Araújo, a data da festa é raramente guardada, a devoção lhe parece "quase aposentada na memória coletiva".

Outra importante devoção a Maria, tão antiga ou mais que a devoção a Santa Ana, é Nossa Senhora do Rosário; a festa geralmente celebra-se a 7 de outubro, mas tende a abarcar o mês inteiro. Julita Scarano, buscando as razões que levaram à escolha de Nossa Senhora do Rosário como protetora dos pretos no Brasil colonial, pesquisou em arquivos portugueses a trajetória de algumas confrarias que admitiam pretos, no século XV. Com o apoio inicial dos dominicanos, interessados em difundir nos territórios conquistados da África a devoção do rosário (estabelecida por ocasião da cruzada contra os albigenses, no século XIII), a presença dos negros cresce e tende à independência, provocando a constituição de irmandades distintas; os negros e mouros escravos se organizam sob as devoções, respectivamente, de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora das Mercês. Por outro lado, especialmente após a vitória naval dos cristãos em Lepanto sobre os turcos (7/10/1571), os marinheiros do Porto tornam-se fiéis devotos do Rosário. A presença desta devoção nos entrepostos africanos e nos navios negreiros favoreceu a conversão dos escravos ao cristianismo e ao culto de Nossa Senhora do Rosário pelos jesuítas, beneditinos, franciscanos, agostinianos e outras ordens religiosas instaladas no Brasil (os dominicanos só chegarão no século XIX). Também no Brasil, a princí-

pio, brancos e negros convivem no interior das irmandades de Nossa Senhora do Rosário, talvez em razão do triunfalismo desta devoção, associada pelos papas a cada vitória militar sobre os turcos no século XVII e XVIII; no século XVIII, em Minas, e no século XIX, na região Norte de São Paulo, os negros são majoritários, ocorrendo por vezes a radical separação entre irmandades de pretos e de brancos, o que não ocorre em São Luís do Paraitinga, onde os brancos mantêm os postos de comando. Novos impulsos à devoção do Rosário decorrem das aparições de Maria em Lourdes - 1859, fase inicial do processo de romanização - e em Fátima durante o ano crítico de 1917, pouco depois de Pio X ter fixado a data da festa no dia 7 de outubro (Clemente XI a fixara no primeiro domingo do mês em 1716).⁵⁸

A Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos de Taubaté tem seu compromisso aprovado pelo bispo do Rio de Janeiro em 1705, e a igreja de Nossa Senhora do Rosário com o cemitério dos escravos é construída entre 1700 e 1705; Taubaté, capital do bandeirantismo minerador, às voltas com seus rivais de São Paulo e de Parati, logo aliando-se aos paulistas contra os forasteiros na guerra dos Emboabas, aplica desta forma os mesmos princípios que regem a integração social dos escravos na sociedade patriarcal branca do Nordeste açucareiro e das regiões de mineração. Entretanto, com o colapso provocado pela abertura do Caminho Novo, os escravos negros escasseiam e a devoção aos santos de preto, como Nossa Senhora do Rosário e São Benedito sobrevive entre os caipiras, mas a igreja do Rosário em ruínas somente será reconstruída a partir de 1861, com o crescimento do plantel escravo necessário à cafeicultura. Neste novo contexto, embora os brancos controlem a devoção dos pretos aos seus santos, têm seus magníficos patronos no Tremembé: o Senhor Bom Jesus e Nossa Senhora da Glória.⁵⁹

Em São Luís do Paraitinga, apesar de alguma controvérsia, tudo indica que a mais antiga devoção é Nossa Senhora do Rosário. Quando da inauguração da nova igreja em 1921, Ignácio César publicou o resultado de suas pesquisas na edição especial do Luizense. Tudo começa após a expulsão dos jesuítas de São Paulo em 1640; a bandeira organizada em Taubaté por Mateus Vieira da Cunha em 1686 contra os índios da região serrana resultou no povoado de Paraitinga, a princípio uma simples fazenda cuja capela de palha e parede de mão teria sido erguida exatamente na colina onde mais tar

de existirá a igreja do Rosário. Ignácio César apóia-se, quanto a isto, na opinião unânime das velhas gerações, visto que os documentos antigos não esclarecem do local. Em 1707, quando o arraial já conta com cerca de 50 fogos, os moradores constroem uma igreja de taipa de pilão com frontispício jesuítico e retábulos pintados à imitação de talha, um templo modesto, de aparência tosca, que será demolido em 1914 - contra a opinião do professor José Carneiro de Carvalho.

Outra versão, também publicada pelo Luizense em 1915, logo após a demolição, relaciona a igreja do Rosário e a Irmandade: a ermida levantada pelos primeiros povoadores Mateus Vieira da Cunha e João de Moraes no início do século XVIII, feita de pau-a-pique e barro foi reedificada com taipa em 1767 (como se vê, esta segunda versão ignora a primeira capela referida por Ignácio César, que deve, certamente ter existido; por outro lado, corrige um provável engano dele quanto à taipa). Voltando ao texto de Ignácio César, com a fundação oficial da vila, em 1773 o orago local é substituído por São Luís - bispo de Tolosa - em homenagem ao Morgado de Mateus; a imagem de Nossa Senhora do Rosário desce do altar-mor e se transfere para um altar lateral da igreja matriz onde permanece até 1830. Cabem aqui alguns reparos: antes de São Luís de Tolosa, a nova devoção imposta à povoação é Nossa Senhora das Mercês, padroeira da Casa de Mateus, conforme a petição deferida pelo Morgado a 2 de maio de 1769; o novo santo deve ter sido escolhido alguns anos mais tarde, buscando lisonjear mais diretamente o próprio Morgado. Por outro lado, a igreja matriz a que se refere Ignácio César deve ser de fato, a própria igreja de Nossa Senhora do Rosário reformada em 1767 - marca do esforço dos moradores no sentido de obter a oficialização do povoado como vila. A igreja matriz definitiva será construída em outro local reservado desde então, e inaugurada muito mais tarde. É nesta nova situação, como devoção bruscamente tornada secundária em seu próprio templo, que teria surgido oficialmente a Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, tendo sido seu compromisso aprovado pelo bispo de São Paulo - dom F. Manuel da Ressurreição - em 1775.

Outros relatos, ignorando esta data recuada de criação da confraria, parecem basear-se nos arquivos da paróquia, onde o livro mais antigo tem como data inicial 12 de outubro de 1805. O

próprio redator anônimo do Luizense de 1915, apesar de transcrever parte da provisão de 1775, situa a fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Luís do Paraitinga em 1815. A Confraria de 1775, provavelmente congregando apenas gente de condição subalterna, torna-se Irmandade a 31 de outubro de 1815, agora sob a direção do rico proprietário rural português João Medeiros de Barros, que falecerá em 1830. A Irmandade entra em decadência e será reorganizada em 1855, quando seu compromisso é confirmado a 3 de maio. Esta reorganização corresponde sem dúvida, à chegada de grande quantidade de escravos comprados em Minas, no Nordeste e na África para as lavouras de café. O Livro da Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos tem pouquíssimos registros anteriores à década de 1850.⁶⁰

A primeira imagem de Nossa Senhora do Rosário, doada à igreja por Mateus Vieira da Cunha, de estilo renascença conforme Ignácio César, teria passado à propriedade do capitão-mor José Gomes de Gouveia e Silva em troca de outra imagem importada do Porto, em 1815. Pode-se ver aí um indício da nova hegemonia branca e racial, quando o município tem sua policultura tradicional estimulada pelo mercado da Corte. Na fazenda dos Gouveia no bairro do Chapéu, a antiga imagem teria sido guardada pelas filhas do capitão-mor, conhecidas a princípio como as Moças, e finalmente como as Velhas do Chapéu, falecidas por volta da passagem do século. No inventário de 1853, a Irmandade tem um escravo - Vicente de Medeiros, então com 35 anos -, uma imagem de Nossa Senhora da Soledade com dois pares de botões de ouro nos pulsos, dois pequenos rosários de ouro e um colar, também de ouro, que se colocam no pescoço da imagem de Nossa Senhora do Rosário, e uma coroa de rei feita de papelão com alguns enfeites. O escravo Vicente é propriedade da Irmandade desde 1852; em março de 1868 requer sua alforria nos termos do artigo 103 do Compromisso; uma comissão avalia Vicente, calcula quanto somam as suas jornadas de trabalho desde 1852 e o alforria em agosto de 1869. Em 1878, o inventário é mais longo: um órgão danificado (consta que o padre José Maurício teria tocado nele; há quem diga que se tratava de um cravo), um caixão para enterros, duas imagens de Nossa Senhora do Rosário (a antiga tem uma coroa de prata e dois pequenos rosários com contas de ouro; a nova tem uma coroa de prata, dois rosários de ouro, duas cruzes de ouro e o Menino Jesus tem um resplen

dor de prata), uma imagem de São Sebastião com um grande resplendor de prata (proveniente da capela de São Sebastião do alto do Cruzeiro, destruída por volta de 1850), uma imagem de Nossa Senhora da Soledade com seus pares de botões de ouro nos punhos, uma imagem de São João com diadema de prata, uma imagem de São Tomé, dois crucifixos, uma imagem de Nossa Senhora da Conceição "de ouro" (provavelmente dourada) com 33 contas de ouro pesando 2 oitavos e 3 quartas, uma cruz de ouro pesando 3 quartas, um pequeno harmonium (comprado em 1878 por 400\$000) uma junta de bois com um carro ferrado, vários cordões e jóias de ouro, 14 opas de morim em bom estado.⁶¹

Em agosto de 1888, um procurador nomeado pelo juiz da Provedoria procede a um rigoroso inquérito junto à diretoria da Irmandade. O secretário Bernardino Augusto da Cunha alega que a receita e despesa não estão sendo escrituradas desde dezembro de 1880 por omissão do antigo secretário Luís Antônio de Loyola. O tesoureiro Laurindo Querido presta contas, que o procurador Brás Odorico de Freitas contesta; constata que desde 1883 a Mesa Regedora da Irmandade descuroou por completo os interesses da mesma, arrecadando em 1884 7\$300, 58\$000 em 1885, 106\$200 em 1886, nada no ano seguinte e apenas 129\$620 em 1888. Intimado pelo juiz da Provedoria, o tesoureiro Laurindo Querido apresenta o inventário dos bens da irmandade em dezembro: faltam três bancos na igreja, um cofre, uma imagem de ouro de Nossa Senhora da Conceição com duas oitavas, anel, coroa, colar, tocha, botões e contas de ouro, a junta de bois, etc; alguns desses bens estão com membros da direção da Irmandade, como o harmonium, que se encontra em casa de Lúcio Ribeiro dos Santos, e outros foram vendidos em leilão. O procurador insiste quanto às peças de ouro e móveis que devem ser devolvidos à igreja; em janeiro o tesoureiro declara ter recolhido o que faltava, exceto a junta de bois e o carro ferrado que, tal como as jóias, foram leiloados para aquisição de tábuas para o forro, assoalho e corredores da igreja.⁶²

As atas da Irmandade relativas ao período 1857-1875 mostram efetivamente um quadro modesto, apenas a festa de 1857 parece mais brilhante com oito casais de festeiros dos quais seis são escravos. No ano de 1864 o tesoureiro dispende apenas 16\$680 com cera e outras miudezas e em 1865 os festeiros nem mesmo cumprem a

obrigação da festa anual; em 1868 não há membros da Irmandade em condições de serem nomeados mordomos e mordomas para a festa, que também não se realiza; no ano seguinte, é com esforço que os festeiros oferecem 40\$000, cabendo ao tesoureiro acrescentar 80\$000 para se assegurar o mínimo de decência à festa; em 1870, também não há festeiro e os 120\$000 são dispendidos com missa solene. Com a diminuição dos seus membros e na falta de "pessoas qualificadas" para exercer o cargo de mesários (ou seja: brancos remediados e ricos), aprova-se uma reforma do Compromisso para que os cidadãos portugueses "além de muitos dignos para ocuparem os cargos da Irmandade, muito dedicados aos atos concernentes à Religião Católica" possam participar da Mesa Regedora, em agosto de 1871.⁶³

É nesta nova fase, com portugueses ricos à sua Mesa Regedora, que a Irmandade compra o harmonium de 400\$000 em 1878, leiloa os cordões e demais jóias de ouro a 13 de abril de 1879 para obras na igreja após um desmoronamento, comprando para isto o carro de bois. As atas repetem a cada ano dificuldades financeiras por ocasião das festas que freqüentemente não se realizam. Tudo indica que, com os portugueses, a direção da irmandade se identifica com o Partido Liberal; o padre José da Silva Maia Torres é o presidente desde, pelo menos, 1879. Em 1882, o jornal *A Redenção* informa que os festeiros da festa de Reis são casquados (conservadores) e os do Rosário são farrapos (liberais); o diretório liberal está organizado desde 1878. A Mesa Regedora eleita em maio de 1882 tem por presidente o padre Maia Torres, reeleito, e Bernardino Augusto da Cunha (secretário), Laurindo Querido (tesoureiro, reeleito), Joaquim Garcia Braga Júnior (procurador), Luís Antônio de Loyola (andador) e os mesários João Evangelista da Cruz, João Rodrigues Soares, Manuel Garcia Braga, Honório Pires do Prado, Tristão das Chagas Muniz, Pedro Alcântara de Souza Alvim, Benjamim Fernandes Aveiro, Francisco das Chagas Paula Santos, José Rodrigues Prata, Gabriel José Estêvão de Abreu e João Elói de Castro Guimarães. Quatro anos mais tarde, com a partida do padre José da Silva Maia Torres, a direção da Irmandade passa aos conservadores: o farmacêutico José Pereira de Oliveira é eleito presidente. No ano seguinte, o capitão José Domingues Pereira de Castro compra por 500\$000 uma área de 12 metros quadrados para construir um mausoléu no cemitério do Rosário, onde pretende sepultar os membros de sua família,

a começar pelo Barão do Paraitinga.⁶⁴

Em 1899, a festa é também modesta, sem festeiros; por proposta do cônego Costa Bueno, presidente, a Irmandade de São Benedito, da qual não foram encontradas referências mais antigas, reúne-se à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. A Irmandade de São Benedito parece ter sido organizada em agosto de 1891; seus livros são incompletos, a lista alfabética dos irmãos se interrompe no 27º nome da letra A. Entre os primeiros inscritos de agosto de 1891, estão o professor José Carneiro de Carvalho, então com 24 anos, Olinto José Cabral (70 anos) e seu filho João Cândido Cabral (17 anos), Virgílio Alexandrino de Campos (32) e Horácio Alexandrino de Campos (18 anos). Os três primeiros pertencerão ao partido beneditista; os dois últimos serão hermistas em 1910. A festa de São Benedito em abril de 1893 tem procissão com pelo menos 50 tocheiros que custaram 261\$200, e em 1899 a Irmandade contribui com 140\$000 completando os gastos dos festeiros. Os irmãos de São Benedito vêm trazer novo impulso à velha Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que passará a cuidar das duas festas anuais a partir de 1900. O primeiro sacristão da nova Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, recebendo 10\$000 mensais além de outros pequenos pagamentos por roupa lavada é o português Bernardo Joaquim Dias, recém-chegado à cidade como artista de um circo de cavalinhos, o futuro proprietário do Luizense e do Cine-Teatro Éden Paulista.⁶⁵

Para a reconstrução do frontispício da velha igreja de taipa que ameaça ruir em 1904, a Mesa Regedora decide vender uma casa de sua propriedade à rua do Carvalho, que só é citada em maio de 1899, mas parece pertencer-lhe há mais tempo. Dez anos mais tarde, devido à demora nesta obra, o templo é inteiramente arrasado para dar lugar a uma nova igreja em estilo neogótico, inaugurada em maio de 1921. A população inteira do município é mobilizada, formam-se comissões para cada etapa da obra. O sistema de arrecadação repousa especialmente em leilões, sorteios de prendas, rifas e outras formas de jogo das festas de largo. Já foi visto em outros capítulos como a própria emulação entre os partidos políticos contribui para o bom êxito da obra e para o brilhantismo da festa.⁶⁶

O exame da trajetória das duas irmandades voltadas para a população negra em São Luís do Paraitinga conduz à sagração do novo templo de Nossa Senhora do Rosário em 1921, ao triunfo

do vigário Ignacio Gioia, à culminação do projeto do clero romanzante. Doravante, situação e oposição partilharão a mesma atitude frente ao chefe espiritual da comunidade: "Luizense católico (...) faz o que o teu Vigário, a tua Jóia, o teu Guia sagrado te ordena".⁶⁷

Uma outra devoção tem como data de referência o mês de agosto; é Nossa Senhora da Boa Morte, cultuada pela cristandade oriental desde os primeiros tempos, e adotada em Roma no século VII. Pelo século IX a devoção da Assunção de Nossa Senhora já é praticada em todo o Ocidente; a Dormição da Virgem é um dos temas predominantes na iconografia medieval, e permanece notável nos ícones ortodoxos. No Brasil, a festa de Nossa Senhora da Boa Morte cria raízes mais fundas na Bahia, na igreja da Barroquinha e na cidade de Cachoeira, onde o complexo cultural do candomblé afro-brasileiro prevalece sobre a tradição portuguesa de Nossa Senhora da Ajuda. Associando-se às irmandades de Nossa Senhora do Rosário e do Bom Jesus da Paciência, a Irmandade da Boa Morte se faz presente em praticamente todas as grandes festas religiosas do ano em Cachoeirinha. Na região Norte de São Paulo, a devoção a Nossa Senhora da Boa Morte não ganha a mesma importância. A Irmandade está organizada desde, pelo menos, 1880 em Taubaté, e até 1913 foram encontrados registros da festa. Mas são as irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, para os negros, e a Ordem Terceira de São Francisco, para os brancos, que se ocupam diretamente dos cultos funerários. Excepcionalmente, em agosto de 1892 a festa de Nossa Senhora da Boa Morte é comemorada com muita pompa, elevando-se o balanço das despesas a 1:271\$500.

Os ritos de morte em São Luís do Paraitinga já foram tratados em outro capítulo. Resta mencionar a Irmandade de São Miguel e Almas, aparentemente fundada em 1855, voltada especialmente para as solenidades do dia de finados e para o enterro de seus membros. Em seus primeiros anos, a irmandade tem pelo menos 68 membros que se comprometem a recolher semanalmente esmolas, acompanhados por crianças vestidas de anjo, para o cofre das Almas. A irmandade não consegue abrir seu próprio cemitério em 1862. Em agosto de 1888, o procurador Brás Odorico de Freitas examina as contas junto à diretoria. O vigário cônego Bento Antônio de Almeida afirma que a irmandade não existe, mas o procurador constata que "a Irmandade de São

Miguel e Almas existe legalmente, tendo o seu Compromisso ou Regimento aprovado pelos Poderes Competentes e o seu respectivo assentamento de Irmãos, os quais me consta não serem em pequeno número". O Presidente, por desleixo, não tem convocado reuniões desde 1880 ou 1882, mas os irmãos comparecem com seus distintivos aos atos religiosos, colhem esmolas com a Caixa das Almas, alguns pagam anuidades; as esmolas são entregues ao pároco. Os livros da Irmandade estão em poder de José Antunes Marcondes; o último procurador ou tesoureiro foi José Cândido de Oliveira Costa, tendo entregue ao pároco o saldo de 200\$000, proveniente de anuidades, de esmolas obtidas pela Caixa das Almas que circula semanalmente pela cidade e bairros rurais, e de uma outra Caixa das Almas instalada no interior da loja de Manuel Garcia Braga. O juiz intima os diretores nomeados pelo procurador a explicar-se, visto que, se a Irmandade não existisse legalmente, o recolhimento constante de uma quantia tão avultada constituiria um imposto ilegal, um abuso aos sentimentos religiosos da população.

José Antunes Marcondes apresenta um livro de atas, um livro de eleição dos membros da Mesa Regedora, um livro de Inventário dos bens da irmandade, um outro com o seu Compromisso, o livro de Receita e Despesas, outro com os registros de posse dos irmãos eleitos, e um outro livro de atas já concluído. Diz-se apenas secretário interino, guarda os livros porque o secretário efetivo não foi ainda oficialmente nomeado; nunca recebeu nem dispendeu dinheiro algum da irmandade.

O Cônego Bento Antônio de Souza e Almeida declara que foi eleito Presidente da Irmandade a 5/3/1881, mas nunca teve secretário, nem procurador, tesoureiro, nem mesários; os membros nomeados recusavam-se a prestar juramento. Ao assumir, não encontrou dinheiro algum, mas Manuel Joaquim Carneiro de Carvalho declarou dever 200\$000 à Irmandade, sendo testemunha disto seu filho José Carneiro de Carvalho. O vigário-presidente faz sair a Caixa das Almas a esmolar pelas ruas como vigário e não como presidente, com a finalidade de assegurar a celebração de missas pelas almas. Recolheu uma vez 50 ou 60\$000 de uma Caixa das Almas que tem em sua casa (trata-se então de uma terceira Caixa?), empregando esse dinheiro no altar de São Miguel. O padre afirma categoricamente que nunca recebeu nenhuma quantia de José Cândido de Oliveira Costa.

O comerciante português Manuel Garcia Braga - que já foi visto em ação como liberal abolicionista em 1887 - declara que a Caixa das Almas já estava na loja desde o tempo de seu antigo proprietário, Antônio Monteiro Guimarães, e que a retirou a 1/1/1887. Em março de 1883, abriu a Caixa e deu ao pároco a quantia ali junta-da, 63\$500, contra recibo que exhibe agora. Ao retirar da loja a Caixa das Almas no início de 1887, encontrou em seu interior 75\$000 que conserva em seu poder, e umatira de papel redigida por Antônio Monteiro Guimarães. Além disso, o comerciante declara que, a pedido do pro-curador da Irmandade Pedro Cabral que se ausentava freqüentemente, ele mesmo recolheu entre fins de 1878 e meados de 1880 as esmoladas à Bolsa das Almas que circula aos domingos. O total dessas coletas é 312\$270. Desta soma, passou 82\$000 a José Antunes Marcondes no dia 3/11/1879, que acredita terem sido aplicados na celebração de missas de finados; mais tarde, em data incerta, deu 2\$400 e, finalmente, a 26/5/1880, entregou ao mesmo José Cândido de Oliveira Costa e quantia de 227\$870; a fita de papel por ele encontrada na Caixa em 1887, assinada por Antônio Monteiro Guimarães, tem data de 6/7/1879, refere-se a 70\$000 e menciona Manuel Caldeireiro (ou Carneiro?) e Benedito Toledo.

O ex-presidente da irmandade, José Cândido de Oliveira Costa, declara que não passou quantia alguma ao cônego Bento Antônio de Almeida e Souza; por volta de 1882 ou 1883, recebeu de Manuel Garcia Braga certa quantia que não sabe precisar, por ordem do procurador de então - Pedro Cabral -, passando o dinheiro ao tesoureiro Manuel Joaquim Carneiro de Carvalho para aquisição de uns tocheiros mandados vir pelo finado Manuel (Carneiro, aparentemente; grafia confusa). Como se vê, há bastante dinheiro em jogo, e o depoimento de Manuel Garcia Braga, assentado em recibos, coloca em maus lençóis os demais membros interrogados.

Em dezembro, após analisar todos os papéis, o procurador Brás Odorico de Freitas informa ao juiz da Provedoria:

"A Irmandade de São Miguel e Almas funcionou regularmente e manteve-se em estado de prosperidade até 25/3/1881, data em que tomou posse de Presidente da mesma o Reverendíssimo Cônego Bento de Almeida e Souza, atual Vigário da Paróquia (...) Apesar disto, porém, não se pode considerar como extinta a mesma Irmandade" cujo Compro-

misso foi aprovado a 3/5/1855; o procurador sugere que o juiz intime o cônego a convocar quatro irmãos para compor a Mesa Regedora e gerir a Irmandade até a próxima eleição, ou, se isto não for possível, que se convoque a antiga diretoria.

Quanto ao dinheiro, o procurador observa que a última prestação de contas da Irmandade começou em julho e só terminou em outubro de 1878; o último saldo registrado, a 1/6/1880, era de 499\$390; e manda que se responsabilize por ele o sucessor ou os herdeiros do tesoureiro daquela época, Manuel Joaquim Carneiro de Carvalho. O procurador acredita que os 63\$500 retirados contra recibo da Caixa das Almas na loja de Manuel Garcia Braga foram efetivamente empregados no altar (tratar-se-ia, então, do mesmo dinheiro e da mesma Caixa mencionados pelo comerciante e pelo vigário?). Por fim, o procurador constata que vários irmãos pagaram anuidades até 1883, sendo este dinheiro recebido por diversos membros da Mesa que deverão prestar contas; todas as despesas alegadas deverão ser comprovadas por recibo.

A seguir, José Cândido de Oliveira Costa esclarece que recebeu 230\$270 de Manuel Garcia Braga (confirmando a declaração feita por este); pagou 87\$400 pelos tocheiros e passou os restantes 142\$870 ao tesoureiro Manuel Joaquim Carneiro de Carvalho que não lhe deu recibo nem lançou nos livros da irmandade, por excesso de confiança e também por algum desleixo, a seu ver. Por sua vez, Manuel Garcia Braga paga os 75\$000 da Irmandade que tinha em seu poder desde 1/1/1887. O cônego Bento Antônio de Almeida e Souza apresenta um recibo de 100\$000, de 1/1/1883, assinado pelo artífice que cuidou das obras no altar de São Miguel e Almas (os tabeliões só reconhecerão a firma do mesmo em maio de 1889, deixando o vigário em apuros por quatro meses).

O secretário interino da Irmandade, José Antunes Marcondes, reconhece ter recebido os 82\$000 de Manuel Garcia Braga, e declara tê-los gasto não em missas, mas com cerimônias prescritas pelo Compromisso da Irmandade para o dia de finados de 1879; o encarregado da confecção da eça, velas, contratação de música, etc, José Rodrigues Prata, não lhe passou o recibo. Finalmente, o herdeiro do antigo tesoureiro, José Carneiro de Carvalho,

"na qualidade de ex-inventariante dos bens deixa

dos por seu pai, vem declarar para os devidos efeitos que nunca teve conhecimento de que a seu pai fosse dada qualquer quantia pertencente à mesma Irmandade pelo referido Oliveira Costa; pois nunca ouviu de seu pai ou de outra qualquer pessoa declaração alguma a respeito e nem dos livros de assentos particulares deixados por seu pai consta a menor informação sobre isto".

Diante disto, Brás Odorico resume:

"O que resta saber agora é unicamente o seguinte: serão regulares as declarações e documentos apresentados para explicar a saída dos dinheiros pertencentes à mesma Irmandade, isto é, o destino dado a esses dinheiros pelos diversos membros da Mesa Regedora? Nutrimos a esse respeito séria dúvida, pois não encontramos no livro de atas de sessões da Mesa Regedora da Irmandade a necessária autorização para essas despesas a que se referem hoje os diversos membros da mesma Mesa; e desde que não há essa autorização não pode ser sancionado o dispêndio dos dinheiros da Irmandade!"

O cônego Antônio Bento de Almeida e Souza deve, no seu entender, ser intimado a pagar o saldo de 499\$390 de 1/6/1880, mais as anuidades e esmolas recolhidas desde então, mais as custas do processo. A 10 de janeiro de 1890, o cônego, intimado pelo juiz da Provedoria, não é encontrado; o coronel Manuel Bento Domingues de Castro, juiz suplente, levando em conta o decreto que separa a Igreja do Estado, transfere o processo ao juiz de Direito da Comarca para que este decida o destino a ser-lhe dado; o Estado já não tem mais competência para interferir nos negócios e bens das irmandades e confrarias, que agora são da alçada dos bispos.⁶⁹

É certamente este processo que dá ensejo aos incidentes da Quarta-Feira de Cinzas de 1891, quando os militantes do antigo Partido Liberal tentam comprometer, talvez, a escalada política do filho do Barão do Paraitinga rumo ao parlamento federal republicano, tomando como alvo o vigário Antônio Bento de Almeida e Souza. Este, após o tumulto, exila-se por algum tempo em Taubaté - sua terra natal - onde recebe espetaculares demonstrações de apoio

dos republicanos moderados, ultra-católicos, e também dos republicanos ortodoxos e jacobinos; retornando a São Luís do Paraitinga, cumprirá suas funções de vigário durante a Semana Santa triunfal do coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro, ex-deputado federal do Partido Conservador e futuro deputado federal do Partido Republicano Paulista.

O processo movido contra o liberto José Monteiro, ex-escravo de um médico taubateano em 1891, que já foi visto em outro capítulo, pode ser tomado como indício da forma assumida pela devoção a São Miguel e Almas no universo rural e plebeu. O réu, como se viu, teria fundado uma Irmandade da Alma, e teria uma "carta recebida em São Luís", talvez algum papel da Irmandade de São Miguel e Almas oficial. Acusado de feitiçaria e charlatanismo, José Monteiro organiza um culto onde se invoca uma santa - que pode ser a Alma, ou Nossa Senhora das Brotas; esta é relacionada especialmente a seu discípulo Marcelino - e se manipula ritualmente rosários, crucifixos e outras imagens de santos que não são identificados. Outros processos contra suspeitos de feitiçaria mostram em primeiro lugar os rosários, objeto apreendido com maior frequência e em maior número; mas é provável que o número de cruces e crucifixos seja maior. Dentre as imagens e invocações de santos, é Santo Antônio a mais frequentemente citada nos processos; as demais são a Alma e Nossa Senhora das Brotas já referida, uma imagem dos Passos (cena da Via Sacra), uma imagem de São João com cabelos louros, uma pedra de São Bom Jesus, o Espírito Santo e Nossa Senhora dos Remédios.

Nestes dados fragmentários, pode-se observar uma sensível predominância de entidades masculinas; apenas uma referência a Nossa Senhora dos Remédios e a Nossa Senhora das Brotas; a Alma também deve ser feminina, embora talvez se faça acompanhar pelo vulto másculo do arcanjo Miguel, não referido no processo. As muitas cruces, crucifixos, a imagem dos Passos e a pedra indicam uma forte presença da figura de Cristo nestes ritos de cura sertanejos. Santo Antônio, muito difundido pelos jesuítas até meados do século XVIII em São Paulo, e citado em famoso sermão do Padre Vieira como verdadeiro especialista em pequenos contratemplos domésticos, aparece também à frente de todos os demais santos na coleção de 347 "paulistinhas" de Eduardo Etzel, com 37 imagens, apenas su-

perado por Nossa Senhora da Conceição (que tem 52); assim, pode-se considerar natural sua frequência nos cultos semi-clandestinos que vão a processo no tribunal de São Luís do Paraitinga. Resta o rosário: talvez não caiba associá-lo diretamente a Maria, pois não há nenhum indício de que esteja sendo rezado conforme a ortodoxia romana que multiplica as orações a Nossa Senhora; a reza de Santa Cruz registrada por Maria Thereza Ramos Marcondes, transcrita à p. 496, mostra um discurso viril em que se recita o nome de Jesus em lugar das Ave Marias.

Também os ritos de morte registrados em São Luís do Paraitinga em 1949 mostram uma atmosfera de sacralidade dominada por entidades masculinas em que se destaca o Cristo. Assim, pode-se perceber com alguma segurança a persistência de uma sacralidade viril no universo dos excluídos, sintoma de uma forte mentalidade patriarcal que certamente legitima o poder dos chefes de família e, por extensão, a preservação da pequena propriedade caipira/quilombola face à expansão dos poderes sediados na cidade. A feminização do sagrado só pode interessar, portanto, nestas condições históricas determinadas, à progressão da ordem burguesa, infantilizando o "povo" da República.

Voltando ao calendário organizado por Alceu Maynard de Araújo, a festa da Assunção de Nossa Senhora, 15 de agosto, dia de guarda; os caipiras não trabalham, embora as cerimônias religiosas sejam raras. Em alguns bairros as mulheres dão mil-réis para a festa, garantindo assim a compra de foguetes e o café a ser servido após a reza, que parece reunir especialmente as senhoras: em 1950, o clero romano exerce, muito mais que no início do século, grande controle sobre a religiosidade caipira através das mulheres. Mas é tempo de retomar a sucessão normal dos meses, depois de refletir sobre o imperialismo do mês de maio sobre as festas do calendário anual.

Junho

A festa de Corpus Christi foi, como se sabe, a mais solene comemoração da realza portuguesa, no Brasil especialmente após a vinda da Corte para o Rio de Janeiro. Desde 1387, durante o reinado de D. João II, a procissão de São Jorge cavaleiro se integra à procissão da Eucaristia: substituindo Santiago, patrono in-

cômodo por sua nítida origem espanhola, os soberanos portugueses decidem-se pelo patrono dos ingleses, reforçando uma aliança que remonta à tomada de Lisboa aos mouros. Já foi visto em outro capítulo como as querelas em torno da precedência na procissão de Corpus Christi traduzem conflitos por vezes graves entre os escalões da burocracia colonial e imperial brasileira, inclusive em São Luís do Paraitinga. Com a proclamação da República, prossegue o brilhantismo da festa, com os tradicionais arcos de bambu, tapetes de flores, colchas coloridas às janelas; a partícula de pão no centro de um riquíssimo hostensório, carregado pela mais alta autoridade do clero sob um pálio de nobreza, visita triunfalmente as ruas, impregnando anualmente de sacralidade o espaço leigo da cidade.

Mas, é curioso, a festa - talvez por não ser dirigida por festeiros leigos - praticamente não é mencionada pela imprensa; poder-se-ia mesmo pensar em algo como uma rígida auto-censura dos jornais e do clero, evitando correr o risco de evocar o Padroado que não interessa nem aos republicanos, nem aos bispos brasileiros. Uma das únicas referências à procissão de Corpus Christi encontradas em toda a documentação consultada é uma nota do Luizense em 1909 (durante a campanha civilista); a festa teria sido organizada por exclusiva iniciativa do vigário, conforme o jornal, mas é a corporação musical Santíssimo Sacramento, ainda na oposição, que toca à missa e na procissão. Está explicada, pelo menos para o município, tão estranha omissão em relação à festa anual: O Luizense é partidário da outra corporação musical, e não poderia noticiar a festa anual dos "paraguaios".⁷⁰

Há outra razão: o clero romano, talvez para tornar bem clara a nova sensibilidade que propõe aos fiéis católicos, institui a festa do Sagrado Coração de Jesus no mesmo mês de junho, depois da festa de Corpus Christi. Destacar-se-á na nova festa o órgão nobre do corpo, o motor que mantém em movimento a corrente sanguínea, o ponto central na complexa trama dos afetos, o símbolo sangrento e flamejante do amor tal como o senso comum, a medicina, a maioria das ciências e todos os produtores especializados de símbolos na sociedade cristã ocidental, neste período, conhecem. No corpo místico da Igreja, que se torna mais e mais feminino, mariano, o sagrado coração de Jesus se apresenta como o espaço deliberadamente

reduzido onde se localiza o clero romano, e onde não há lugar para outras burocracias, outros poderes.

É provavelmente correta a afirmação de um historiador taubateano de 1877, situando em Taubaté a mais antiga capela do Sagrado Coração de Jesus edificada no Brasil a 3/4/1713 pelos jesuítas. Fechada e profanada em 1777 quando se cuidava de expulsar os jesuítas e eliminar os traços de sua proposta de organização social, a capela teria sido restaurada mais tarde graças à preservação da devoção ao Coração de Jesus no Brasil por intermédio das religiosas Ursulinas da Bahia, autorizadas por Maria I. A família Henriques, em Taubaté, agrega à capela do Sagrado Coração de Jesus um pequeno hospital de caridade, atuando como enfermeiros. Em 1823, uma outra capela dedicada à mesma devoção foi construída por um português.⁷¹

Em São Luís do Paraitinga, o Apostolado da Oração cujo presidente é Eduardo de Azevedo, nome presente em mais de uma Irmandade, distribui o volante Coração de Jesus solicitando prendas para leilão a se realizar no dia 18/6/1898. O produto do leilão festivo será aplicado no altar e capela do Sagrado Coração de Jesus, no interior da igreja matriz. No ano seguinte, abre-se um livro para lançamento das anuidades dos Irmãos do Sacratíssimo Coração de Jesus, que se pode supor esteja começando a existir. Vinte e um anos mais tarde, cerca de 1.600 pessoas terão sido irmãos, assinando o livro e pagando ao menos uma vez a anuidade. Os Antônio e Beneditos que assinam, entre 80 e 82 nomes destas letras, são menos numerosos que os João e José entre 130, e que as Marias, mar de mulheres na letra M, onde assinam 192 irmãos e irmãs do Coração de Jesus. A festa de recepção à imagem do Coração de Jesus em Ubatuba, em fevereiro de 1904, permitirá observar com mais atenção o modelo de devoção que se institui, por decisão do papa de Roma assessorado pela Companhia de Jesus recém-reorganizada, a partir da segunda metade do século XIX:

"Desde o dia oito do corrente, começou, de todos os pontos do município, a afluir o povo para a cidade. No dia nove, ao romper de uma belíssima manhã, quando o rei dos astros começava a refletir sobre as águas do oceano sua luz benéfica, surgiu no porto o vapor Garcia, todo embandeirado

e trazendo a bordo a imagem do Sagrado Coração de Jesus. O povo, que de véspera sabia mais ou menos a hora de chegada do Garcia, aguardava-o na praia, que se achava repleta. Ao chegar ao ancoradouro o vapor salvou a terra com um prolongado apito, que foi correspondido por diversos tiros de peça, repiques de sino e muitos foguetes. Às nove horas começou o movimento na igreja para recepção da imagem, na Prainha. Reunidas as irmandades do Santíssimo Sacramento e do Coração de Jesus, com um número notável de irmãos, saiu impetuosamente o sacerdote religioso, conduzindo as imagens de São José e Nossa Senhora da Conceição. Acompanhava as irmandades o reverendíssimo vigário, logo após, se via a banda de música (...) Enorme massa popular fechava o préstito. Na Prainha já se achava um andar caprichosamente preparado, no qual devia vir para a cidade a imagem do Coração de Jesus. Chegados o povo, irmandades, vigário, banda de música, etc, partiu de bordo um escaler chefiado pelo estimado capitão (...), conduzindo também os imediatos do navio e marinheiros, todos vestidos no último gosto. Chegando à Prainha, o capitão Leopoldo e um seu imediato saltaram do escaler, sobraçando a imagem, visivelmente comovidos e a entregaram à Comissão que ali também se achava. Seguiu a procissão, que percorreu todas as ruas da cidade, depois do que, fez sua entrada na Matriz, que fora, especialmente para a solenidade da recepção da imagem do Coração de Jesus, artística e habilmente adornada".

O vigário saúda no interior da igreja a recém-chegada imagem, enaltece suas virtudes e aplaude os ubatubanos por sua excelente aquisição. Com a devida permissão do sacerdote, a senhora Estácia Esselin, filha de um major da Guarda Nacional, toma a palavra e oferece em nome das irmãs do Sagrado Coração de Jesus uma rica estola ao vigário; agradecendo pelo mimo, este celebra a missa, encerrando a soleníssima festa. Recepção em grande estilo,

pai e mãe à espera, o coração é recepcionado pela elite local, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, e por suas filhas. A festa teria um prolongamento profano, à noite, com barracas de prendas, rifas, leilões? O correspondente do Luizense, provavelmente um padre, não o diz. Com tamanha concentração de povo na cidade, numa festa programada com bastante antecedência, há seguramente na cidade algum circo de cavalinhos e outras empresas ambulantes de espetáculo e diversão. Mas é possível que o Sagrado Coração, confortavelmente instalado no aconchego da igreja matriz, prefira ser amado em celebrações mais íntimas, sem a algazarra das festas de largo, por um círculo reduzido e constante de irmãos e irmãs.⁷²

Sem o registro da procedência e recepção das imagens do Coração de Jesus nas cidades de São Luís do Paraitinga e Taubaté, uma descrição da festa de 1898 nesta última indica detalhes que ajudam a ver melhor os símbolos, as cores, as posturas corporais, o clima psicológico do culto. O Comércio de Taubaté registra os detalhes, por tratar-se de "uma procissão que chamou a atenção pelo que continha de novo". Notam-se três novos estandartes, ricamente bordados a ouro pela senhora Glória Monteiro, com os emblemas de três pessoas da Sagrada Família. Três moças carregam os símbolos da Fé, Esperança e Caridade. O último deles, mais brilhante, é um coração do qual partem fitas "que eram seguras por anjinhos, o que fazia parecer que daquele centro de amor se irradiavam as chamas da caridade, distribuídas por uma corte angélica". Depois das várias irmandades e das virgens de branco, numerosas, surge a Irmandade do Sagrado Coração de Jesus,

"composta de senhoras da nossa sociedade, trajadas de preto, com seu distintivo, que era uma fita vermelha em ângulo na frente e nas costas, tendo pendente uma medalha, imagem do orago. O andor do Sagrado Coração era carregado somente por esta irmandade, e era belo de ver-se a gravidade e o respeito do préstito em geral, mas especialmente da parte das Excelentíssimas Senhoras que formam a referida confraria". A seguir vem o Santo Lenho sob o pátio, a guarda cívica e o povo. O jornal descreve a participação popular:

"Em todas as esquinas e pelas janelas era gran-

de a curiosidade pública, à qual agradou muito a nova procissão, que era um misto de festa alegre, mas respeitável, fazendo antever quais são as alegrias celestiais". A irmandade toma a si a tarefa de prestar caridade aos pobres dos asilos. O Comércio de Taubaté, depois de aplaudir a irmandade e elogiar a festa, noticia que o propagandista da Sociedade Espírita de Agostinho Aureliano, do Rio de Janeiro, senhor Júlio Silva, está na cidade, e conclui: "Sabemos que não fará conferência pública aqui devido ao estado de saúde em que se acha". É possível que o jornal esteja assim intimidando o visitante indesejável.⁷³

Logo a nova devoção se apodera do dia onze do mês de setembro, festa solene da comunhão geral dos zeladores e zeladoras e demais devotos do Sagrado Coração de Jesus; missa pontifical às 11 horas, procissão com as imagens de São José, de Nossa Senhora e do Coração de Jesus, com suas competentes guardas de honra - Centro dos Operários Católicos, Filhas de Maria, Apostolado da Oração - e com todas as irmandades e associações religiosas da paróquia em uniforme de gala, estandartes, insígnias, banda de música, etc. O celebrante é o taubateano Duarte Leopoldo, bispo de Curitiba; o Jornal de Taubaté espera que os moradores das ruas por onde passará a procissão as alcatifem de flores homenageando a santa imagem e o piedoso bispo em visita à terra natal. Enquanto isto, o jornal denuncia os arbítrios de Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, empenhado em oficializar a vacina obrigatória. No ano seguinte, em setembro, o Sagrado Coração de Jesus ocupa o altar-mor enquadrado por uma lira, brilhando sob dois focos de luz de acetileno durante a novena que prepara a festa.⁷³

Durante a fase inicial da campanha civilista em São Luís do Paraitinga o 2º tabelião João Cândido Cabral, diretor da corporação musical Santa Cecília - a banda dos Ursos - cuida juntamente com Eduardo de Azevedo da festa do Sagrado Coração de Jesus em junho de 1908. Uma comissão de irmãs do Sagrado Coração de Jesus, formada pelas senhoritas Zilpa Gonçalves Pereira e Maria das Dores Pereira apenas, já que Dalila Marcondes, parente de gente da oposição, se esquivava, trata da ornamentação da igreja. Durante a re

treta noturna, quando tocam os "Ursos" da vila de Redenção, convidados para reforçar a festa promovida pelos dirigentes do partido bentista, estoura um tumulto no estabelecimento de um dirigente do partido hermista. No ano seguinte, a Irmandade celebra festas mensais com missa cantada e comunhão; e em agosto, três meses antes da posse do primeiro bispo da diocese de Taubaté, militantes bentistas organizam pela primeira vez em São Luís do Paraitinga a festa do Senhor Bom Jesus na capela da Santa Casa de Misericórdia, lançando as sementes da futura Associação do Senhor Bom Jesus do Tremembé.⁷⁴

As festas mais tradicionais do mês de junho - Santo Antônio, São João e São Pedro - parecem ter sido comemoradas com especial entusiasmo nas aldeias jesuíticas da Bahia desde o século XVI pela importância nelas conferida ao fogo. O padre Fernão Cardim constata que os índios dedicam-se com maior alegria nas festas de São João, de Ramos e de Cinzas. Como as palmas de Ramos se guardam para serem queimadas durante as tempestades, pode-se imaginar que tais festas, manipulando o simbolismo do fogo em três momentos nitidamente diferentes, visando figurar a noção cristã do tempo, tenham sido menos severamente controladas pelos missionários. O padre Aluísio de Almeida lembra que, embora tais festas - especialmente as de junho - tenham naturalmente sincretizado elementos das culturas índias, e africanas mais tarde, a hegemonia da tradição européia e portuguesa é evidente em todas as fases da celebração. Quem se encarregava dos instrumentos de música europeus e ensinava o texto dos hinos e os passos das danças, eram os irmãos leigos das ordens religiosas, recrutados geralmente entre camponeses e artesãos na Europa. Assim, ritos imemoriais dos visigodos e de outros povos que persistiam nas festas do Portugal quinhentista foram trazidos à nova terra como elementos normais da cultura cristã: inútil especular se aqueles que pisam sobre as brasas da fogueira de São João sem se queimar teriam alguma reminiscência do arianismo, pois o padre, o irmão leigo e o colono difundem com diferentes sotaques, talvez, a mesma visão de mundo onde o fogo é percebido como o Irmão Fogo, criatura de Deus. O padre Aluísio de Almeida pensa naqueles folcloristas de seu tempo que, estimulados pelo positivismo, procuram em cada detalhe um argumento para reduzir as festas tradicionais brasileiras a um avatar qualquer de ritos pagãos, que por

sua vez se reduziriam apenas à inserção da sociedade nos ciclos da natureza.⁷⁵

A festa de São João na fazenda do tenente-coronel José de Souza em Paraibuna, já mencionada em outro capítulo, mostra como em 1863, na região, os habitantes da cidade levam até à roça procedimentos festivos típicos da "sociedade" que se re-europeíza sem misturar-se com os festeiros caipiras e negros que ocorrem simultaneamente. É provável, no entanto, que esta diferenciação social não seja tão nítida durante as cerimônias religiosas que precedem as diversões profanas; e não se vê grande empenho do clero romano em assumir o controle destas cerimônias. Cerca de vinte anos mais tarde, o jornal *A Redenção* de São Luís do Paraitinga revela um detalhe significativo: os festeiros são Gabriel Estêvão de Abreu e a menina Maria Vitória, filha de Antônio Bento Pereira. Esta importância da criança na direção oficial da festa junina não foi percebida quando se tratou, mais acima, da condição infantil; note-se que esta presença infantil, que efetivamente parece bastante modesta nos festejos natalinos, que em princípio celebram o nascimento e a infância de Cristo, ocorre em todas as festas. Em junho de 1904, na capela de Santa Cruz do Sapateiro, num bairro rural do município, a participação do menino Geraldo Andrade na comissão encarregada dos festejos é destacada pelo Luizense, que a princípio o confunde com a criança. Mas prevalece, naturalmente, a presença dos adultos e jovens nestas festas de junho que marcam o fim da grande colheita anual e o início da grande vacância. As festas juninas ocorrem exatamente quando se impõem tarefas coletivas leves como a seleção do milho colhido, tarefas que se realizam sob a forma lúdica de competições e de perscrutação da sorte; o principal grupo interessado é, conforme a tradição portuguesa, a juventude casadoira.⁷⁶

Tal como Santa Cruz e outras, as festas juninas são, de início, celebradas na cidade com os mesmos princípios das demais festas. Em São Luís do Paraitinga, O Luizense de junho de 1904 sublinha o caráter familiar da festa com fogueiras à frente de muitas residências em cujo interior se realizam bailes; há alguma possibilidade de concorrência entre estas fogueiras, a mais alta e melhor abastecida com xícaras de gengibrada (o quentão de hoje) atraindo o torvelinho do povo que circula pelas ruas. Dez anos mais tarde, o menino Antônio Prudente de Toledo recebe algumas varadas

de um policial quando brinca junto a uma fogueira erguida no Largo da Matriz. Em Taubaté, a festa de Santo Antônio dos Pobres de 1895 tem por centro o subúrbio do Areão, mas a novena, as alvoradas, missa solene e procissões mobilizam a cidade inteira; a população vai a pé ou em troles. Quando a festa é promovida no sítio ou fazenda, as famílias da "sociedade" se deslocam em luxuosos troles e, a partir de 1912, começam a aparecer os automóveis em Taubaté. É ao final da guerra mundial que as festas juninas tendem a ser mais brilhantes na sede das fazendas, reunindo apenas os convidados da família e seus agregados, acompanhando assim o movimento geral de privatização da festa burguesa. O vigário Ignacio Gioia celebra, algumas vezes, o ofício religioso, mas em 1921, na fazenda do major Euclides Vaz de Campos, presidente da Câmara Municipal, é o conhecido capelão Florentino o oficiante. A razão desta preferência pode encontrar-se no relato da festa de São Pedro de 1917, no bairro do mesmo nome: o vigário celebra a missa e controla rigidamente os festejos profanos, e não permite que se proceda ao sorteio do festeiro do próximo ano. Por esta época, artistas de teatro de marionetes oferecem espetáculos no teatro da cidade e nos bairros rurais durante as festas juninas. Mais tarde, em 1926, a festa de São Pedro do capitão José Cândido Bueno de Gouveia, festeiro escolhido por sorteio, se realiza em novembro na cidade com cavalhadas e outros divertimentos profanos que estão eliminados da festa do Divino pelo vigário, desde 1917.⁷⁷

Nem os jornais, nem os documentos do Museu Oswaldo Cruz descrevem a festa junina tal como a celebram os caipiras. Maria Thereza Ramos Marcondes relata as festas de São João na fazenda, na década de 1920. O celebrante é sempre um padre ligado à família ou um frade do convento de Santa Clara; todas as quatro brincadeiras de ler a sorte que menciona se referem ao casamento. Alceu Maynard de Araújo, mais tarde, encontrará, bem viva na região o tradicional rito de lavagem do santo no córrego, que corresponde certamente à descrição feita por Aluísio de Almeida pela mesma época.⁷⁸

Julho

Alceu Maynard de Araújo relaciona três festas, geralmente não comemoradas na roça: Nossa Senhora do Carmo - dia 16 - e Sant'Ana - dia 26 - já comentados, e São Vicente, a quem se pres-

ta culto para evitar a pobreza, no dia 19; quanto a esta devoção, implanta-se na região a partir da instalação da diocese em Taubaté. Em janeiro de 1912 o bispo dom Epaminondas organiza um retiro espiritual dos representantes de várias conferências vicentinas recém-fundadas; em março do ano seguinte, os vicentinos e membros de outras associações católicas fazem um curso carnavalesco, com carros alegóricos, banda de música, automóveis, cavaleiros, ciclistas e prêmio para os melhores carros, angariando recursos para os pobres do Hospital Santa Isabel e do Asilo e para aqueles assistidos pelas Conferências de São Vicente de Paulo. A seguir se organiza em São Luís do Paraitinga a Sociedade das Damas de Caridade, em outubro de 1914, que não chega a reunir mais de 70 membros até 1919; as Conferências Vicentinas, instaladas pelo bispo desde 1910, serão mais eficientes.

O Luizense publica em fevereiro de 1921 o balanço das atividades dos vicentinos no decorrer do ano anterior, redigido pelo ex-delegado de polícia Ernesto Babo Filho, agora presidente do Conselho Particular que coordena as sete Conferências (três na cidade e quatro nos bairros). No total, há 146 conferencistas ativos, além de 12 aspirantes, 4 membros honorários e 24 subscritos, o que representa quase 200 pessoas organizadas para a assistência aos pobres num município de cerca de 15.000 habitantes. Cada Conferência se ocupa de um grupo de famílias pobres, que somam 33. Durante o ano de 1920, os vicentinos realizaram 1.116 visitas domiciliares distribuindo 1.114 cartões ou vales para compra de gêneros. Em dinheiro, estes donativos equivalem a 1:458\$600; a Câmara Municipal contribui com 100\$000 e o restante foi arrecadado pelos próprios vicentinos. Além da distribuição dos vales, os conferencistas se dedicam também à catequização das crianças - 252 naquele ano. Se se tratasse de crianças das 33 famílias, apenas, isto mostraria famílias enormes com oito filhos e mais. As atividades estão em franca ascensão, pois a receita do Conselho Particular e das Conferências cresceu 253% entre 1916 e 1920: 935\$000, 935\$650, 1:121\$240, 2:199\$405 e 2:367\$310, em cada ano. .

À receita de 2:367\$310 em 1920 corresponde a despesa de: 1:997\$060. Além dos vales distribuídos às 33 famílias, foram dados mais 78\$300 como auxílios em dinheiro e 10\$900 gastos com funerais. Os restantes 459\$260 - ou seja, quase 23% da despesa - foram

gastos com despesas diversas (259\$780), obras diversas (83\$500) e ofícios ao Conselho Particular (25\$800). Afinal, em relação à receita geral dos vicentinos em 1920 as 33 famílias receberam cerca de 68% dos recursos reunidos. Por outro lado, supondo que as 33 famílias representem um universo de cerca de 230 pessoas, pode-se estimar hipoteticamente em 6\$682 a ajuda material recebida por indivíduo pobre em 1920. Ora, o salário diário oferecido aos trabalhadores nas fazendas, plantando algodão em setembro de 1918, varia entre 1 e 2\$000. Assim, pode-se visualizar com alguma segurança o impacto das atividades caritativas organizadas pelos vicentinos: cada indivíduo carente assistido teria recebido aproximadamente o equivalente ao produto de uma semana de trabalho de um jornaleiro, por ano; ou, de outra forma, cada família (de 7 membros) pobre assistida pelos vicentinos em 1920 teria podido contar com algo equivalente ao salário de um assalariado rural durante dois meses, naquele ano.

Agosto

A primeira 2ª feira deste mês é considerada dia absolutamente desastroso em que não se deve trabalhar nem fazer negócios: sugestiva maneira de anunciar o mês mais ocioso do ano caipira, grande vacância entre a grande colheita e o grande plantio. Naquele mesmo dia, antes do amanhecer, os caipiras cortam as orelhas de seus cachorros, precaução contra a doença da raiva; duas semanas mais tarde, no dia 16, a festa de São Roque tem o mesmo sentido. O cachorro e outros animais domésticos são protegidos pelo santo contra as pestes e doenças. Após a reza, os caipiras dançam a xiba, a canoa, a cana verde, a ubatuba, a marrafana: apenas danças caboclas, sem nenhuma influência africana, como observa Alceu Maynard de Araújo. O dia anterior, 15 de agosto, é dia de guarda, Assunção de Nossa Senhora, já abordado acima; e o dia 10, dedicado à memória do mártir São Lourenço, morto assado numa grelha, também não convida ao trabalho, pois a população rural apaga o fogo e jejua; e, duas semanas mais tarde, o dia de São Bartolomeu, é também considerado perigoso para o trabalho, que nesta época do ano se concentra nas tarefas ligadas à queimada.

No mês de agosto, a região tem suas mais importantes festas: na primeira quinzena, multidões vão em romaria à capela

do Senhor Bom Jesus do Tremembé, e ao fim do mês, às festas do Divino Espírito Santo, celebradas por conveniência nesta época e não à data oficial. É certamente neste mês que mais se exasperam os apologistas do progresso, incomodados com o lazer e o turismo do "povo" que deveria, no seu ilustrado modo de ver, dedicar-se ao trabalho e não à festa. A Igreja, especialmente após a instalação da diocese, cuidará de eliminar sempre que possível os excessos, procurando convencer festeiros e foliões a esbanjar menos nas festas e a organizar a assistência aos pobres nos moldes das Conferências Vicentinas.

A Festa do Divino Espírito Santo

A imprensa é um cenário especial em que se desenvolveu o debate travado entre os republicanos exaltados e os católicos ultramontanos a propósito da festa do Divino em Taubaté. Cenário privilegiado, ao qual somente têm acesso os segmentos da "sociedade" em luta pela hegemonia. O "povo" aí é figurante mudo que uma leitura atenta procurará ver em ação, participando do debate nos cenários agenciados pela festa.

Jogados em ridículo pelos monarquistas durante o leilão da festa do Divino em maio de 1891, os republicanos reagem através das colunas do Jornal do Povo publicando o ponto de vista de um pastor protestante, J.R. de Carvalho.

Como pregador do Santo Evangelho, o pastor não tem a intenção de desviar uma só alma da crença no Espírito Santo; cumpre exatamente o seu dever, que é o de esclarecer como é que o cristão deve prestar culto àquela entidade, lendo sua própria mensagem escrita nas Santas Escrituras. O pastor vê a população da cidade dedicar-se de modo excessivo ao culto daquilo que toma erradamente pelo Espírito Santo, perpetuando uma tradição que não é garantia de verdade pelo simples fato de ser tradição. Como o Espírito Santo é a terceira pessoa da Santíssima Trindade, é Deus, e só pode ser adorado nos termos ensinados por Cristo: sendo espírito, deve ser adorado em espírito e verdade (João, IV, 24). O pastor tem por assentado que não cabe portanto adorar a Deus por meio de figura alguma. Os meios pelos quais as escrituras apresentam/representam o Espírito Santo são: o vento, o fogo, a água, chuva e orvalho, uma pomba, uma voz, um selo, línguas de fogo. Assim, o pas-

tor conclui, o Espírito Santo tem se manifestado de diferentes formas em diferentes ocasiões, e portanto não tem forma alguma em que se possa representá-lo como realmente é. O clero romano adotou a representação sob a forma de pomba, mas seria mais razoável representá-lo sob a forma de línguas de fogo, tal como se manifestou em Pentecostes, dia da festa do Divino. Entretanto, o melhor é não adotar nenhuma figuração, obedecendo à letra das escrituras; Paulo escreveu aos coríntios que o cristão é o templo de Deus, que o Espírito Santo habita nele - desde que se trate, naturalmente, de um coração arrependido, regenerado e santo. O pastor passa ao ataque:

"Por consequente é um grande erro ou pecado que se comete em considerar-se que o Espírito Santo seja uma pomba. A maior parte dos romanos são tão supersticiosos a este respeito que julgam que a pomba que pintam na bandeira chamada de 'Divino' seja tão valiosa como realmente é o Espírito Santo. Como devemos então proceder ao culto que é devido ao Espírito Santo? Será queimando-se muito dinheiro com foguetes quando tantos pobres carecem de pão? Será em banquetes tão supérfluos como a pólvora que se queima? Será mesmo em dar-se esmolas aos pobres e aos presos na cadeia por meios tão ostensivos como os que se fizeram na semana passada?" O pastor responde com as palavras de Cristo contra os hipócritas nas sinagogas e nas ruas: aqueles que dão esmolas para acumular pres-tígio já têm a sua recompensa.⁸⁰

A representação do Espírito Santo na ortodoxia se define quando a organização eclesiástica é suficientemente complexa e estável para tornar inúteis as manifestações individuais e espontâneas que caracterizaram a vivência dos cristãos desde o tempo dos apóstolos até o Concílio de Nicéia. A vida do crente e da Igreja eram até então a luta entre forças sobrenaturais rivais; o fiel, rodeado por legiões de gênios maus empenhados em comprometer sua salvação, resiste então graças às operações do Espírito Santo que reside na comunidade cristã da mesma forma como os demônios residem entre os adversários. Todos os panteões das outras comunidades são demoníacos, somando-se à já numerosa coorte de demônios her

dados do judaísmo. As operações religiosas dos pagãos sendo rigorosamente equivalentes às das dos cristãos, não havia, nos primeiros séculos, possibilidade de distinguir os fenômenos divinos dos fenômenos demoníacos: as manifestações "pneumáticas" são desordens psíquicas ou físicas individuais que se disciplina por meio de categorias sociais e se atribui a forças sobrenaturais cuja noção é produto do mecanismo das representações coletivas (visões, sonhos, profecias, glossolalia, etc.). Assim, a linha convencional que diferenciava a ação dos demônios da operação do Espírito Santo correspondia rigidamente à fronteira entre as comunidades hostis. O Espírito Santo designa, portanto, a alma social, o princípio de unidade, de coesão e de resistência da comunidade cristã que se constitui sob a rígida disciplina imposta pelos patriarcas a princípio e pelo clero imperial após Constantino.⁸¹

É provável que a rejeição do símbolo das línguas de fogo tenha o sentido explícito de evitar o perigo de contaminação da Igreja pela gnose maniqueísta onde o dualismo luz/trevas é uma das articulações centrais. É notável a coincidência formal entre o Terceiro Tempo da escatologia de Mani e o "Mundo Novo", era do Espírito Santo profetizada por Joaquim de Fiore e Geraldo de Borgo San Donnino à época do catarismo.⁸²

Analisando as imagens religiosas de São Paulo, Eduard do Etzel encontra algumas características excepcionais nas imagens do culto do Divino. Dentre as 32 que recolheu, quase todas são de madeira, não há nenhuma em barro, o que faz do Divino uma flagrante exceção na imaginária paulista predominantemente feita de barro. Outra constatação intrigante é a substituição generalizada da imagem da pomba por pássaros - mais freqüentemente o sabiá, mas há também, além das estilizações, imagens de aves como a saracura, o pato, o uru, a ave de rapina. O estudioso sugere uma interpretação:

"Acréscce que pomba é feminino; não se diz o pombo do Divino, mas a pomba. Em contraposição, passarinho é masculino, sendo ele o representado por nossos escultores caboclos, principalmente por um sabiá. Na gíria cabocla, pomba tem uma conotação feminina, sobretudo de malícia, quando na apreciação da mulher, ao passo que pássaro, passarinho, melhor ainda sabiá, tem um significado certo, quan

do as referências maliciosas são ligadas ao homem (...) Registramos também, como detalhe simbólico e significativo, que lá no alto do pau da bandeira está o Divino cercado, e quase escondido, por uma abundância de flores e guirlandas (...) o passarinho, no alto do pau da bandeira, é levado a todas as casas da região, onde é recebido com cerimonial de respeito e abundância de alimentos para os foliões que, na ocasião, tocam e cantam, pernoitando, terminado seu mister, nos pousos ou casas melhor aparelhadas para recebê-los. Assim, o Divino tem, mediante sua festa, franquia ampla em todos os lares, coisa única nas festividades religiosas do passado (...) a festa do Divino é toda masculina, pois composta de homens foliões e festeiros; a mulher está implícita, camuflada atrás das comidas que prepara".⁸³

É sugestivo especular se esta masculinização da pomba do Divino teria alguma relação com a rejeição da figura materna realizada na fórmula da trindade cristã, que Jung atribui à tradição milenar dos mistérios, dos ritos iniciáticos masculinos, operação mental em que o Espírito representa uma espécie de encarnação ideal da vida masculina subjacente na relação sublimada entre Pai e Filho. Convém lembrar, os patriarcas da Igreja tiveram a enfrentar os primeiros gnósticos que interpretavam o Espírito Santo como Mãe, o que transformaria a trindade numa família, reproduzindo as relações naturais do politeísmo. Ademais, a Terceira Pessoa não poderia ser reduzida à imagem materna primordial visto que sua característica essencial é a de ter sido deixada como herança entre os homens, depois da aventura terrena do Filho. As ambigüidades desta fórmula paradoxal e desproporcional voltam a ser questionadas quando a Filosofia Natural medieval associa os conceitos de Sophia e Sapientia à figura arquetípica feminina da alma, retomando provavelmente a doutrina gnóstica de Valentino (que por sua vez pode ser visto como prolongamento mítico da memória de Simão o Mágico e da prostituta Helena-Ennoia, casal herético derrotado por São Pedro); é em resposta às especulações sobre as figuras da Mãe e do Diabo que, no entender de Jung, a Theotókos - Mãe de Deus, virgem

conforme o Concílio de Éfeso - começa a longa marcha no inconsciente coletivo da cristandade, rumo à quaternidade mística; por volta do ano mil surge no Ocidente a crença na Imaculada Conceição, e em 1950 Pio XII define o dogma da Assunção Corporal de Maria. No Oriente, o Espírito Santo dos ortodoxos assume muito mais diretamente a figuração feminina do Espírito Santo na fórmula da Santa Sofia.⁸⁴

O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão inclina-se para a direção sugerida por Eduardo Etzel quando procura ilustrar a afirmação de Marcel Mauss, de que as coisas sagradas são coisas sociais, com uma quadra de Folia do Divino cantada num pouso em Mossâmedes, Goiás, e um recortado de Catira cantado pelos mesmos foliões no mesmo pouso, um pouco mais tarde:

"Divino Espírito Santo
Divino consolador
Consolai as nossas almas
Quando deste mundo for"

"Eu quero beber cachaça
Eu quero rolar na lama
Eu quero que a moça vê
Eu quero que a moça chora
Eu quero que a moça fala
Meu bem, vem deitar na cama".⁸⁵

É certamente sob esta ótica, percebendo a necessidade de impedir o livre acesso dos foliões do Divino (tal como dos adoradores dos presépios) no espaço doméstico que a burguesia quer privado e íntimo, que - paradoxalmente à primeira vista - os livres-pensadores republicanos e o clero romano ultramontano vão adotar a mesma atitude intransigente contra a tradição. Uma crônica de Alfredo Penna, publicada no Jornal de Taubaté - órgão do Partido Republicano Municipal -, em junho de 1904 expressa perfeitamente o ponto de vista comum às duas facções rivais da "sociedade" perante a folia e os foliões:

O redator descreve a marcha dos foliões a cavalo; passado o meio dia, o sol põe reflexos dourados na poeira que envolve o bando. Um close up mostra as fundas olheiras roxas dos foliões denunciando noites de orgia. O Jeca exalta o Ribeiro, que não é ho

mem de misérias. Tobias rebate, coisa grossa é no Chico da Ponte; e esporeia o magro rocinante. O Zé de Nhá Chica monta um pinhãozinho que arrasta uma pata "por via de coice" que tomou. Alfredo Penna o descreve de perto: "O Zé era um tipo clássico de folião, espigado, bigodes sonolentos, pince-nez azul escuro. Vinha atrás dos outros, compondo a rabeça valetudinária, de cordas esgarçadas, roída pelos anos a seda do arco". A folia vem da casa do vendeiro Luizinho Esteves, na estrada de Paraibuna onde pousou; a dona da casa, Dita Esteves, bela e robusta sertaneja auxiliada por algumas vizinhas, ofereceu magníficos pitéus aos foliões em louvor ao Divino; as inúmeras visitas também receberam sempre uma pinga, e um sorriso. Durante os dois dias em que ali permaneceu a folia, houve mesmo uma romaria à casa do Luizinho, todos os habitantes da redondeza empenhados em levar uma esmola para a festa do Divino e beijar a bandeira posta a um canto da varanda. O redator escreve em flash back para comentar depois: "Gente sã e gente enferma, seja mesmo o tuberculoso e o morfético, tudo beija a bandeira do Divino Espírito Santo", O clamor da higiene corta a música suave e embaladora da esperança que se poderia ouvir ao ver nesses beijos um ato de fé: a bandeira vermelha com suas fitas multicores é um perigoso veículo de moléstias contaminosas.

Ingratos, os foliões nem bem deixaram seus anfitriões cansados e empobrecidos - mas satisfeitos por terem tratado bem os mensageiros do Divino, escapando ao seu castigo -, estão a discutir qual o melhor pouso: No Ribeiro é que foi! Aquilo não é homem de misérias, insiste o Jeca. Alfredo Penna esteve lá, foi uma bambocata; mas cria um intervalo antes de passar ao relato. A propósito de sua incapacidade em compreender o canto dos foliões, evoca outra cena, todo um outro ambiente que é o seu e de seus leitores:

"Ainda lembro bem, assisti certa vez a um concerto. De um dos números de canto, desempenhava-se u ma lourinha esguia, em gorgeios de passarinho. Eu ia, num deslumbramento, das mãos patricias da jovem que fazia o acompanhamento no piano, ao céu, serenamente luminoso dos olhos azuis da cantora..." Mas seu colega Dias se mostra infeliz, inquieto, porque, bom conhecedor de música, sofre com a má afinação do piano; Alfredo Penna, graças à espec-

sura de sua bençoada ignorância, pode ser feliz. Esta ignorância musical reconduz o leitor à bam bochata no Ribeiro.

A folia ali permaneceu por uma semana de pagode. Nunca se deu tão fortes murros nos tambores, nem o Zé de Nhá Chica tirou em dia nenhum tão soberbos guinchos da rabeca e da garganta. Na última noite, dançou-se a cana verde; esquecida num canto a bandeira, a rapaziada se entrega ao fandango enquanto Antônio Cisco trava um desafio com a Ana de Nhá Benta. Canta o primeiro:

"Os óio preto de Nh'Ana
tinham tanta escuridão
que ponhô noite fechada
dentro do meu coração"

A moça, requebrando o corpo gracioso nos movimentos ambíguos da cana-verde:

"Sô morena dotra banda
moro na bera da estrada
não farta a Luis da alegria
num coração que me agrada"

De volta à cena inicial, Alfredo Penna deixa os foliões mergulhados na poeira de ouro da estrada, recordando que na quela mesma noite, na ponta de um banco, bem junto à bandeira do Di vino, o Zidoro seduziu a Candinha e combinou a fuga para o sertão.⁸⁶

A crônica pitoresca, que evoca irresistivelmente a interpretação da pintura de gênero feita por John Berger, já referida, enfatiza a nítida barreira de classe entre o redator e seu público, para quem a festa toma a imagem do concerto familiar erudito, e a população sertaneja, cuja festa se descreve como orgia sacrílega.

Retornando agora ao texto do pastor protestante divulgado pelo Jornal do Povo em 1891, cabe observar que a crítica ao esbanjamento ostentatório sob a forma de farta distribuição de comida aos presos e aos pobres na festa do Divino, embora mais severa, apontando para a supressão pura e simples de qualquer característica profana da festa, encontrará eco na intervenção do clero romano sob a enérgica direção de dom Epaminondas a partir de 1910.

Um incidente durante a festa do Divino em Taubaté, em 1907, coloca frente a frente as duas atitudes perante a festa: acompanhada de música e povo, uma comissão - geralmente tais comissões são compostas de bonitas moças da "sociedade" - vai à cadeia para fornecer alimentação aos presos. O carcereiro impede a entrada da comissão, que não se lembrou de solicitar a devida autorização do delegado de polícia. Pouco depois, o carcereiro é demitido; o *Jornal do Taubaté*, agora porta-voz dos republicanos exaltados, denuncia o arbítrio: o funcionário foi punido justamente por cumprir a lei contra a vontade de um suplente de sub-delegado que participava da comissão como festeiro do Divino, não como autoridade no exercício de função pública. O jornal esclarece que o incidente teria sido planejado pelo suplente de sub-delegado, católico ultramontano irritado contra o carcereiro maçom que dava a ler aos presos, com licença do delegado, folhetos protestantes.⁸⁷

No ano seguinte, o vigário monsenhor Nascimento Castro programa uma série de conferências para a novena que abre a festa do Divino. É provável que o conferencista seja o missionário monsenhor Miguel Martins da Silva, que está na cidade, pregando nas cerimônias do mês de Maria. Cada conferência tratará de refutar as seguintes afirmações: Com a morte tudo se acaba; Creio somente o que minha razão compreende; Sou livre-pensador; Todas as religiões são boas; De que serve a religião?; A religião é o negócio dos padres; Eu tenho a minha religião; Minha religião é a filantropia; e A religião ocupa-se exclusivamente da vida futura em prejuízo da vida presente. A ofensiva clerical se volta expressamente contra os livres-pensadores e positivistas; logo mais, com a instalação da diocese, as visitas apostólicas e as missões disseminarão sistematicamente o ponto de vista da Igreja ultramontana pelas cidades e vilarejos da região, combatendo o protestantismo e procurando disciplinar a religiosidade autônoma da coletividade tradicional. Em lugar dos excessos da festa do Divino, o clero proporá os arroubos penitenciais das missões e as associações pias de caridade.⁸⁸

O Divino em São Luís do Paraitinga

A mais remota referência à festa do Divino Espírito Santo encontrada em São Luís do Paraitinga é de 1803. Um documento oficial da Câmara Municipal denuncia o crescimento da prostituição.

Vindas de outras vilas, as prostitutas estão prejudicando a lavoura, atraindo à vila os homens que passam a noite com elas "publicamente, no Lugar do Império, em que se costuma festejar o Divino Espírito Santo". O texto mostra que a festa é uma tradição já instalada há mais tempo; é provável que a devoção remonte à época da fundação do povoado, ainda no século XVII, embora a festa possa ter-se tornado importante somente por volta da época da fundação oficial da vila, quando é registrada pela primeira vez em Guaratinguetá - 1761.⁸⁹

Por outro lado, o texto pode ser lido como indício de que a festa se prolonga além do período previsto por seus organizadores; o "lugar do Império" pode não ter sido escolhido por um simples acaso por seus freqüentadores. Celebrada pela Igreja 40 dias após a Páscoa, a festa de Pentecostes acompanha o calendário lunar da Semana Santa, incidindo no mês de junho, mas, quando se quer fazê-la imponente, é transferida para o mês de agosto, após a colheita dos principais produtos da região. É possível que, enquanto aguardam as primeiras chuvas de Nossa Senhora das Brotas, na primeira semana de setembro, os lavradores deixam-se estar por mais tempo na cidade. Como o documento é redigido a 30 de dezembro, pode-se considerar que o local da festa do Divino tenha voltado a ser muito freqüentado em razão das festas do ciclo natalino. Cabe indagar se não haveria aí um outro indício: a antiga associação do Menino Jesus ao Espírito Santo,

Lucila Herrmann, a propósito do primeiro registro da festa do Divino em Guaratinguetá, observa que, com a alteração da estrutura social da região Norte de São Paulo - devida à introdução das lavouras escravistas de cana, a princípio, e de café, a seguir -, deixou-se de coroar a imagem do Menino Deus; a festa passa a homenagear os imperadores, isto é, os grandes fazendeiros sorteados como festeiros do Divino. Há muitos traços da primitiva importância conferida às crianças nas festas do Divino; o mais evidente é a substituição dos festeiros por seus filhos, procedimento registrado numa prancha de Debret e no relato do americano Thomas Ewbank no Rio de Janeiro, de 1846, que o interpreta como provável prolongamento da festa dos loucos medieval, em que meninos vestiam-se como big pos. Outro indício pode ser visto na famosa Entrada dos Palmitos, estudada em Mogi das Cruzes por Mário de Andrade em 1937; em estudo

mais recente, Alfredo Morlini e Alice Kato registram a presença de crianças sentadas sobre os palmitos levados festivamente à cidade pelos carros de boi. Em Alcântara, no Maranhão, onde não há procissão de carroças mas apenas um mastro trazido à cidade por um barco, todas as crianças de 8 a 10 anos cavalgam o mastro - que tem dez metros - carregado com todas as pompas do porto à praça onde será levantado.⁹⁰

Seis anos mais tarde, a Câmara dos Vereadores autoriza o festeiro a "levantar o Império para as funções do Divino", sem esclarecer o material empregado na edificação; é possível que se trate de uma construção de pau a pique ou taipa, pois em novembro de 1836 o tenente Tomás Gomes França, temendo por sua própria casa, solicita à Câmara Municipal autorização para desmanchar o edifício do Império do Espírito Santo que ameaça desabar sobre o seu. Caso se trate da mesma edificação, pode-se ver aí uma indicação da importância assumida pela festa antes mesmo da euforia do café.⁹¹

Entre as várias queixas do capitão-mor José Gomes de Gouveia e Silva contra o escrivão Pascoal Roiz Veloso, "inimigo da república, e indigno de Semelhante emprego por muito intrigante, e ambicioso", em junho de 1819 acrescenta a de ter-se feito nomear Imperador do Divino numa festa ilegal. O Imperador legal seria o filho do capitão-mor, mas o próprio irmão deste, o sargento-mor Salvador Gouveia, dá outra festa e coroa o escrivão Pascoal, um apaniguado. O quiproquó lembra outro incidente já mencionado em outro capítulo a propósito da festa de Corpus Christi de 1799, quando se evocou a tomada do poder local em 1791 pelo capitão-mor José Gomes de Gouveia e Silva através das queixas do fundador da vila, Manuel Antônio de Carvalho, e do vereador Pascoal Roiz Veloso. Agora, em 1819, é uma nova elite de grandes proprietários escravocratas que assume o controle da Câmara Municipal, e que consolidará sua progressão em 1827, quando José Lopes Figueira, vereador em 1819, primo-irmão do juiz Inácio Lopes de Camargo - que é genro do mencionado sargento-mor Salvador de Gouveia, então simpatizante da clique ascendente e protetor do escrivão Pascoal Roiz Veloso, a quem coroa Imperador do Divino em 1819 - tornar-se-á capitão-mor após a morte de José Gomes de Gouveia e Silva, suplantando as pretensões de Salvador de Gouveia (que agora, ambicionando herdar o posto do irmão, acusa seus antigos aliados de não pertencer à nobreza, "uns

homens sem princípios, e que vivem publicamente com a vara e o còvado na mão".⁹²

A partir de 1840, surge a preocupação com a passagem de folias pelo município. O fiscal Manuel Vieira de Novais explica ao presidente da Câmara Municipal que não cobrou multa à folia de São José (dos Campos?); esta tirou esmolas com licença do juiz de paz do município, sendo este o costume; o fiscal lembra ao seu superior que ele mesmo, quando foi juiz de paz, também concedeu licença a folias de outros municípios. As Posturas Municipais de 1833 proibem que se tirem esmolas para festas e confrarias, excetuando apenas as Irmandades do Santíssimo Sacramento (que está empenhada na construção da igreja matriz) e da Misericórdia; as Posturas de 1854 substituem esta última irmandade pelos festeiros do Espírito Santo, que são autorizados a circular livremente no território de suas freguesias ou curatos; a multa de 20\$000 e dois dias de prisão para os infratores parece ter-se convertido em taxa a ser paga pelas folias de fora, na interpretação do fiscal José Joaquim de Santa Ana em janeiro de 1872. Neste mesmo ano, o vigário da freguesia de Lagoinha pergunta se deve enviar as quantias arrecadadas com licenças e multas das bandeiras do Espírito Santo para a igreja matriz de São Luís, como pede o vigário da cidade, ou se pode empregá-las nas obras da igreja local que é muito mais pobre; trata-se de "matéria sagrada", afirma o vigário de Lagoinha. O sacerdote pode estar pensando na enchente que inundou a cidade de São Luís do Paraitinga em dezembro de 1863. É yóz corrente na região, que o rio Paraitinga saiu bruscamente de seu leito logo depois que o delegado de polícia prendeu um grupo de foliões do Divino que, tendo à frente o Alferes da Bandeira, esmolava pelas ruas da cidade sem a devida autorização. O edifício mais importante destruído pela enchente foi justamente a cadeia.⁹³

A sacralidade da bandeira do Divino Espírito Santo é atestada por inúmeros depoimentos. O americano e protestante Ewbank, em 1846, observa ceticamente sua hospedeira, a senhora P., beijar e esfregar a bandeira sobre os olhos, o rosto, o pescoço e o seio, antes de levá-la a todos os compartimentos da casa e oferecê-la a beijar a todos os ocupantes da casa. A bandeira é sempre conduzida especialmente à despensa, para que nunca falte comida, ao leito do casal, para que os esposos não briguem, ao quarto dos enfermos, e

colocada à cabeça das crianças para que tenham juízo. Ao contrário de outras devoções, o Divino Espírito Santo não assume características particularistas: enquanto cada imagem do bom Jesus, de Nossa Senhora ou dos vários santos correspondem a um determinado lugar - e, por extensão, a grupos profissionais, parentelas, comunidades locais -, o Divino é o santo de todos, fundindo as identidades sociais na mais ampla participação.⁹⁴

As empresas ambulantes de espetáculos de touros parecem ter começado a procurar a festa do Divino de São Luís do Paraitinga em 1844 ou 1845: a Câmara Municipal, em julho deste ano, discute o que fazer com os buracos no Pátio da Matriz, deixados pelos palanques erguidos para a casa de Ópera e os curros. A importância da presença de touros, vacas e bezerros nas festas do Divino brasileiras tem origem provável nos Açores; a festa tornou-se ali uma tradição após o terremoto de 1522, e tinha por função angariar fundos para hospitais e assistência domiciliar. Na Ilha Terceira destaca-se o cortejo das vacas, cobertas de enfeites a caminho do matadouro, a ordenha e distribuição gratuita de leite pelas ruas, e a soltura de touros bravos que vaqueiros vestidos como pastores controlam por meio de cordas atadas ao chifres. Antes mesmo da colonização dos Açores, já havia certamente touradas na festa do Divino na região de Beira e em Penedo. Na cidade de Alcântara, no Maranhão, um touro bravo é solto pelas ruas com os chifres enfeitados de flores e presos por cordas, um dia antes de ser abatido; em São Luís do Paraitinga, Lagoinha, Parati e muitas outras cidades do Norte de São Paulo, o Boi e a Miota são personagens burlescos da festa, evocando os autos e danças dramáticas do Nordeste; na cidade goiana de Pirenópolis, quase todos os cavaleiros que ocupam a cidade durante a festa usam vistosas máscaras de bois com os chifres enfeitados de flores de papel crepom. No Rio de Janeiro, na igreja do Maracanã, até 1951 pelo menos, havia o tradicional leilão de uma vaca, toda enfeitada, que o arrematador doava para a festa do ano seguinte, tradição que parece ter sido introduzida por um açougueiro açoreano. Em São Luís do Paraitinga, desde 1918 até pelo menos 1948, quando Alceu Maynard Araújo registrou a festa, o açougueiro Benedito Custódio dos Santos, vulgo Cursino, é o General, mestre mais habilidoso nas evoluções equestres da cavalhada. Há que se acrescentar ainda que o afogado, prato principal do repasto coleti-

vo da festa em São Luís do Paraitinga (e em muitas cidades de Portugal e do Brasil), é uma das raras oportunidades que a população pobre do meio rural tem de comer carne de vaca. As reses oferecidas ao Divino pelos caipiras e fazendeiros chegam à Casa da Festa enfeitadas com papel de seda vermelha (enquanto as galinhas são tingidas de vermelho ou azul).⁹⁵

As Posturas Municipais de 1854 proibem os espetáculos de touros, com multa de 30\$000, e autorizam os espetáculos equestres - cavalhadas -, óperas volantins e bonecos, com a ressalva de que os espetáculos de bonecos não apresentem personagens das santas escrituras. É exatamente nesta época que no Rio de Janeiro, a Barraca das Três Cidras do Amor, do famoso Teles, apresenta no seu teatro de bonecos a comédia A Criação do mundo, que culmina em apoteótico cateretê onde o Padre Eterno dança com Sinhá Rosa, "aos peneirados do Caboclo, que, dando umbigadas, sapateando, bradava: - Quebra, Sinhá Rosa! ... Rebola, minha Malmequerés!", talvez a principal atração da festa do Divino do Campo de Santana, segundo Mello Moraes Filho. As mesmas posturas proibem também "o correr-se a cavalo dentro das povoações, sem urgente e justificada necessidade", o que talvez se refira às correrias da festa do Divino tal como ainda hoje se faz em Pirenópolis.⁹⁶

O correspondente do jornal O Taubateense, em 1862, refere-se a uma companhia ginástico-equestre recém-criada em São Luís do Paraitinga, que apresentou alguns espetáculos muito concorridos; o correspondente comenta que a cidade já viu melhores, mas a companhia local tem progredido. Um espetáculo noturno dos cavaleiros rendeu mais de 300\$000 em benefício da igreja matriz. As cavalhadas, representando disputas entre mouros e cristãos, podem se apresentar em várias festas de santo, mas em geral tendem a se identificar com as festas do Divino Espírito Santo. Alba Zaluar, comentando descrição feita por Alceu Maynard de Araújo, observa que tais espetáculos enfatizavam as diferenças de status social. A "nobreza", isto é, as famílias latifundiárias, colocava-se à sacada de seus sobrados, de onde recebia as homenagens dos cavaleiros; os homens livres pobres postavam-se nas escadarias da igreja matriz, enquanto os escravos se reuniam em outro local. Também os cavaleiros se distinguiam: os filhos dos fazendeiros, com as melhores roupas e os melhores cavalos, abriam o desfile, seguidos por seus empre-

gados que procuravam imitar-lhes o garbo, sem condições de rivalizar com eles em termos de luxo e elegância. A cavalhada, opondo dois grupos de doze cavaleiros da elite local, é hierática, rigidamente pautada por normas da etiqueta que tornam mais difícil a exibição das habilidades eqüestres. Por outro lado, os cavaleiros de condição social mais baixa se apresentam grotescamente mascarados: enquanto satirizam os pretensiosos membros da minoria dominante, são por sua vez o alvo especial das risadas e das vaias da platéia.⁹⁷

O professor José Carneiro de Carvalho, em 1917, publica no Luizense uma descrição parcial das cavalhadas de Lagoinha, que assistiu por volta de 1885:

"No local destinado às cavalhadas costumam improvisar um castelo em miniatura feito de papel com armação de madeira onde fica repimpado em uma espécie de balcão o chefe da mourama que recebe enfaticamente o parlamentar cristão. Este, estacando em frente ao castelo, montando soberbo ginete bem ajaezado e como todos os demais cavaleiros vestido a caráter, arenga ao representante mouro convidando-o a submeter-se com todos os seus às condições de batismo, a fim de tornarem-se cristãos, ao que este não acedendo dá lugar ao começo do combate simulado. É então que entram ao jogo as lanças, as espadas e as garruchas de pólvora seca, a conquista da argolinha e tantos outros episódios que fastidioso seria enumerar, tudo acompanhado de gritos e assobios estridentes da garotada, formando um alarido infernal. Já que falei em argolinha, é justo que descreva em que consiste este jogo que não sei a que cargas d'água foi introduzido nas cavalhadas em vista da alusão destas a coisa muito diversa, mas enfim, transit. Em uma corda bem esticada entre dois postes, vê-se uma pequena argola presa a um tenuíssimo fio, de modo que o cavaleiro, na corrida vertiginosa do animal, há de fisgar a argolinha para apresentá-la a um espectador qualquer de sua par-

ticular afeição que nela ata uma nota de qualquer valor em agradecimento à sorte que deste modo lhe é implicitamente oferecida.⁹⁸

A festa de 1864 deve ser observada com atenção, buscando-se alguma referência á inundaçãõ de dezembro de 1863. O correspondente do jornal taubateano O Paulista critica a música do primeiro dia de novena, inocentando o maestro Batista; a falta de iluminação no coro da igreja seria a responsável. O crítico mordaz se volta contra o fogueiro Buniz, cujos espetáculos pirotécnicos teriam sido ridículos, inferiores ao trabalho de qualquer amador. Outra vítima é o rabequista, "insigne Paganini luizense, digo luizense, porque hoje tem sua residência aqui; porém é oriundo de um outro lugar, e para aqui veio engarrafado para dar opinião em tudo, e trazer-nos a civilização, que até então aqui era desconhecida". Os ofícios religiosos têm sermões dos vigários de Guaratinguetá, de Caçapava e de Pinhais, "e todos agradaram mais ou menos". O altar de São Miguel, mandado fazer pela Irmandade das Almas, é inaugurado durante a festa; o correspondente do Paulista avalia com uma certa malícia: "Eu acho bom e mesmo elegante em suas simplicidade; porém tenho encontrado muitos de opinião que ele não corresponde ao preço por que foi feito". O capitão Severino Ribeiro Braga, ao final de seis meses de esforços no Rio de Janeiro, retorna à cidade com a notícia de nomeação do primeiro tabelião público, João Gonçalves Pedroso, e com a carta imperial que autoriza o funcionamento da farmácia de José Pereira de Oliveira. Um escravo tenta penetrar à noite numa casa com a conivência de uma cúmplice, recebendo algumas cacetadas antes de ser recolhido à prisão - o correspondente não esclarece qual o sentido desta tentativa de visita. Os maiores elogios são reservados ao armador dos andores da procissão, Manuel Luís de Toledo. Um incidente comentado pelo redator traz à tona questões ligadas à inundaçãõ:

"Por ocasião do levantamento do mastro na tarde do dia 20, por pouco que não fomos espectadores de uma tremenda catástrofe. (...) quando este chegou ao prumo, pendeu, e caiu redondamente para o lado da porta da matriz, onde se achava inumerável quantidade de homens, mulheres e crianças, e por um verdadeiro milagre, não apanhou ninguém

em baixo; apenas uma mulher foi ferida gravemente na cabeça; porém sou informado que já se acha fora de perigo. Aqui cabe uma observação, e vou fazê-la. Qual a utilidade dos mastros? Nenhuma, segundo penso, a não ser o passarmos por uma falta de religião expondo à intempérie do tempo a efígie de um santo na ponta de um pau pintado, isto prova mais barbarismo do do que outra coisa."⁹⁹

Os estudiosos geralmente enfatizam a importância, aos olhos dos fiéis, do mastro nas festas de santo; Carlos Rodrigues Brandão, por exemplo, observa que, embora feito no espaço ao lado da igreja, e muitas vezes, com a presença do padre, o levantamento do mastro é um momento vivo do catolicismo popular; o ritual tinha profundo significado religioso no passado, encerrando a perambulação do Divino pelas roças e pelas ruas da cidade, após a cerimônia do encontro das bandeiras. Retirada no interior da igreja, a bandeira principal, que, hasteada, marcará a vigência do tempo especial da festa, é conduzida em procissão até o local preparado junto à igreja e ao lado de uma colossal fogueira. Niomar de Souza Pereira e Mara P.S.V. Jardim mostram que é neste momento, quando se levanta o mastro, que tem lugar a disputa entre os vários encarregados da festa: o mordomo da bandeira, o mordomo da fogueira, o mordomo do mastro e o Imperador do Divino queimam fogos de artifício, cada um buscando suplantar os demais concorrentes. Por outro lado, a tradição reza que a bandeira aponta na direção do futuro festeiro, de modo que se pode imaginar o terror experimentado pela população de São Luís do Paraitinga em agosto de 1864, quando o Divino, que já era tido como responsável pela inundação de dezembro - vingando a afronta feita pelo delegado de polícia no cumprimento das Posturas Municipais -, cai violentamente sobre suas cabeças.¹⁰⁰

As multas e cobranças para fornecimento de licença às bandeiras do Divino pelas Câmaras Municipais são objeto de controvérsia desde, pelo menos 1827, quando dona Leonor Nóbrega de Jesus, contesta doutamente uma decisão do Conselho do Governo de São Paulo que proibia a concessão de licença às folias, assegurando à Presidência este direito. O jornal O Noticiarista, poucos meses após a proclamação da República, questiona um imposto criado pela mu

nicipalidade taubateana sobre o festeiro do Divino; mesmo tendo sido criado pela Câmara anterior, o imposto é pretexto para a oposição aos republicanos. A Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga se baseia na Lei Provincial de 24/3/1868 para fixar em 60\$000 o imposto sobre folias em 1872, destinando o dinheiro assim recolhido às obras da Igreja Matriz.

Os festeiros de cidades vizinhas obtêm por vezes a redução do imposto, alegando que suas folias esmolam por um trimestre apenas e não durante todo o ano. O festeiro do Divino de 1881, João Alves de Arruda, divulga pela imprensa taubateana uma denúncia: Francisco Pitadinho está esmolando em Taubaté, Pindamonogaba, Guaratinguetá e talvez até mesmo na distante Barra do Pirai em seu nome, sem sua autorização. O incidente ilustra a extensão do raio de ação das folias, e reforça as suspeitas freqüentemente invocadas a respeito da honestidade dos foliões. Já no início do período republicano, surgem tentativas de acordo entre as câmaras da região; em 1893, a de Cunha isenta do imposto a folia de São Luís do Paraitinga, solicitando reciprocidade mas a Câmara de São Luís rejeita o pedido. Alguns meses depois, o festeiro Flamínio Pereira de Campos Coelho convence os vereadores de São Luís a retribuir o favor que recebeu, mas a decisão é tomada expressamente como exceção que não deverá ser repetida. Em abril de 1896, circula pelas Câmaras Municipais da região um projeto do intendente municipal da vila de Natividade:

"Vinda de tempos imemoriais, o sistema até hoje usado de se tirarem esmolos para os festejos do Divino Espírito Santo com acompanhamento de folia, não tem mais razão de ser, visto o estado de civilização em que achamos; esse sistema seria bom no tempo da catequese dos Índios, mas nos nossos dias está se tornando ridículo; pois o termo folia só tem significação contrária ao respeito devido à Divindade; acresce notar que o próprio Clero o condena. O falecido bispo D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, de saudosa memória, quando em visita às paróquias da Diocese, de nosso púlpito declarou que este sistema de tirar esmolos é condenável (...). Este sistema tem se

tornado o pesadelo tanto dos festeiros como dos agricultores deste município. Mais de uma reforma se tem feito em nosso Código, relativa a esse assunto, mas nenhuma tem dado bom resultado (...) enorme quantidade de folias com as quais se vêem vexados os nossos concidadãos (...) portanto entendendo que deve ser proibida a entrada de folias de fora a esmolar no município. Os inconvenientes das folias são numerosos como sabeis: uma grande parte das esmoladas para os festejos da Divindade são absorvidas por esse numeroso pessoal, que uma vez habituado à vida da malandrice jamais procura emprego em qualquer dos labores da vida social, dos quais tanto precisa o nosso vasto Estado; em vez de braços úteis à sociedade tornam-se em parasitas da mesma. A observação de muitos anos tem demonstrado que nenhum festeiro do Divino Espírito Santo se satisfaz com o tiramento de esmoladas dentro do seu município, por ser esta uma festa muito dispendiosa, razão pela qual todos os festeiros procuram meios de entrar nos demais."

O autor do projeto propõe a licença gratuita para os festeiros do Divino da comarca, que são quatro, desde que devidamente autorizados pela respectiva Câmara, e proíbe as folias de outras comarcas, multando-as em 50\$000 e oito dias de prisão. Com exceção à folia do Divino, os festejos dos demais santos só podem recolher esmoladas por um dia, e uma só vez. A Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga concorda com a limitação de licença aos foliões da comarca, mas recusa por unanimidade os demais parágrafos do projeto, porque "tal lei ofende os sentimentos religiosos dos seus municípes: que são essencialmente caritativos e escrupulosos"; a Câmara de Lagoinha toma a mesma atitude.

Pouco depois, em janeiro de 1898, o vereador Joaquim Rodrigues de Oliveira Passarinho aprova uma lei municipal fixando o imposto de 500\$000 sobre as folias de outros municípios, excluídos Lagoinha, Natividade e Bairro Alto. Mas a lei não parece vir a ser cumprida, pois várias sessões da Câmara reexaminarão pro-

postas no sentido de impedir a passagem de folias; em outubro de 1903, um abaixo-assinado de fazendeiros abastados, em número de 31, solicita o fim do abuso contra "os particulares que são obrigados a dar hospedagem a duas e mais bandeiras durante o mês, e ainda os interesses do festeiro do lugar". A Câmara decide proibir a entrada de bandeiras de outros municípios, excetuados os três já referidos - ou seja, desiste de cobrar o elevado imposto, que pelo visto não estava sendo recolhido; mas os fazendeiros continuarão sujeitos a serem visitados por quatro folias. Entretanto, já em novembro de 1904, a Câmara aceita com satisfação a proposta de isenção mútua de barreiras às folias, feita pelos vereadores da vila de Redenção. Logo mais, finalmente, a Câmara decide que as folias de outros municípios poderão esmolar desde que paguem o imposto anual de 300\$000. Em março de 1910, após entender-se com o arcebispo metropolitano de São Paulo, a Secretaria de Justiça e Segurança Pública pretende proibir sumariamente a prática de recolher esmolas por meio de folias, mas o próprio vigário geral da diocese, monsenhor Nascimento Castro, obtém de Washington Luís que a prática poderá manter-se, desde que devidamente controlada pelas autoridades competentes. As atitudes contraditórias dos vereadores luiszenses indicam a duplicidade de interesses: se, por um lado, não vêem com bons olhos as bandeiras de outros municípios recolhendo esmolas, também pretendem, sempre que possível, fazer o mesmo nos municípios vizinhos.¹⁰¹

Como não foram encontrados balanços das festas do Divino em São Luís do Paraitinga, tratar-se-á de avaliar a dimensão econômica da festa nas cidades vizinhas. Já foi visto acima que na Semana Santa de 1891 em São Luís, dirigida pelo coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro, provavelmente a mais brilhante de todo o período estudado, as despesas chegam a 2:277\$380; durante as duas primeiras décadas do século XX, as festas religiosas da Semana Santa mobilizam geralmente menos que a terça parte desta soma. Em Taubaté, o balanço da Semana Santa de 1891 alcança o total de 3:719\$180; um primeiro balanço relativo à festa do Divino, de 1905, mostra o total de 4:394\$220; no ano seguinte, o total é de 4:078\$500. Desde a instalação da diocese, o bispo de Taubaté interfere cada vez mais fortemente sobre a festa, chegando a proibir as folias, o que compromete seriamente a receita; por outro lado, os dados coletados não

são suficientes para se proceder a um cálculo razoável. O jornal da diocese publica os balancetes das festas de Taubaté em 1916 (1:172\$300, mais a lenha, aves e mantimentos distribuídos no hospital e no asilo) e em 1918 (receita de 3:314\$350, despesa de 2:963\$400), de Pindamonhangaba (receita, 3:821\$000; despesa, 3:521\$000), Jambeiro (receita 2:199\$559; despesa, 2:405\$000) em 1918. Mais importante do que a diminuição dos bens recolhidos e redistribuídos na festa, é a rigorosa modificação do sistema de redistribuição.¹⁰²

O jornal A Zagaia, republicano exaltado, indica em 1896 o sistema de redistribuição tradicional da festa. No penúltimo dia, o festeiro, um rico fazendeiro, oferece um jantar aos pobres sob um caramanchão artisticamente decorado: "pelo menos uma vez no ano regalam-se com um manjar opíparo servido em fina louça, sorvendo a tragos o château morgan, como se estivessem em copa de burgueses". No último dia da festa, os convidados pertencem à "sociedade". Ora, dez anos mais tarde, antes mesmo da chegada do bispo dom Epaminondas, e certamente em razão da pressão do vigário Nascimento Castro, adota-se o sistema de cartões distribuídos pela Confraria de São Vicente de Paula e pela Irmandade do Sagrado Coração de Jesus aos "seus" pobres. Os pobres devem apresentar ao açougueiro Timóteo o cartão que prove pertencerem às referidas congregações, para receber a quota de carne reservada a cada um; outra parte da carne é levada numa carroça até o asilo, o hospital, e o Externato São José; uma vitela (provavelmente enfeitada conforme a tradição açoriana) marcha da rua Humaitá até o convento de Santa Clara. Ao relatar a festa do Divino em São Luís do Paraitinga em outubro de 1911, o Lábaro enfatiza a importante modificação que o clero romano introduz na tradição local da festa, e informa incidentalmente o elevadíssimo valor dos bens habitualmente recolhidos pelas folias e redistribuídos por ocasião dos festejos:

"O programa da festa foi, como de costume, um conglomerado de paganismo e de cristianismo, preponderando talvez aquela parte a esta. Felizmente, e com grande aplauso das pessoas sensatas, será esta a última festa assim celebrada, para o qual o nosso vigário, cumprindo as ordens da Autoridade Diocesana, nomeou uma comissão de festeiros. (...) Esta comissão fará a festa com toda a pompa

religiosa, e distribuirá esmolas para os pobres e estabelecimentos de caridade, sem comprometer-se a gastar 8 ou 10 contos, como até agora se fazia. Um sentido e lacrimoso Requiem aeternam, em nome do povo culto de São Luís, às folias, João Paulino e casas de festas".¹⁰³

O triunfalismo do correspondente do Lábaro encontra resistência. Em Taubaté, o festeiro Antônio Valente da Silva, rico negociante e vereador, recusa a tutela clerical e realiza monumental festa do Divino em 1914, levantando o "Império" à frente de sua residência à rua Duque de Caxias durante doze dias. Além de servir almoço e jantar aos presos da cadeia durante os primeiros dez dias, e distribuir muitos quilos de carne aos pobres do hospital, do asilo, dos vicentinos e do Sagrado Coração de Jesus no último dia da festa, o festeiro retoma a tradição de oferecer um lauto almoço à pobreza em geral do município, "e só houve aí profundo contentamento". O jornal católico O Norte, questionando implicitamente o rigor das autoridades diocesanas que se expressam no Lábaro; comenta: "Contentamento, dizemos, e acertamos, porque, não havendo o 'dia dos pobres' que é o almoço no caramanchão, há reclamação. E o festeiro nada deixou perecer. Fez um programa completo e executou-o magistralmente".¹⁰⁴

Também em São Luís do Paraitinga a festa mantém a tradição dos divertimentos profanos e da comilança até 1916, quando a fartura e o desperdício atingem um grau inusitado. Segundo uma testemunha, a Casa da Festa do coronel José Bernardino de Castro o fereceu gratuitamente comida à vontade a toda a população durante oito dias; os 28 degraus do casarão tinham dois dedos de comida pisoteada; 150 leitões, além das muitas reses e aves, foram abatidas. Diante de tais excessos, o vigário Ignacio Gioia proíbe o sorteio do festeiro para o ano seguinte e suspende boa parte dos divertimentos profanos; mas não é tão rigoroso como o desejaria o correspondente do Lábaro de 1911, pois na festa de maio de 1917, mesmo sem imperador, o programa prevê, com autorização do vigário, todos os tradicionais ritos do mastro, cavalhadas, fogos de artifício, o boneco gigante João Paulino; só não há referência explícita à distribuição de comida. É no ano seguinte que já não há mais festas profanas; desde então o vigário celebra os ofícios religiosos de Pen-

tecostas, e permite apenas a realização da festa de São Luís ao final do mês de agosto, com procissão e leilão, mas sem as cavalhadas, gigantões e refeição coletiva. A modéstia dos festejos se traduz pela receita de 817\$900, tendo o leilão rendido apenas 160\$700. Somente em 1940 é que a tradição será retomada.¹⁰⁵

Setembro

A festa de Nossa Senhora das Brotas, que tende a ser absorvida por Nossa Senhora Aparecida, marca o fim da grande vacância. O dia de São Miguel, 28 de setembro, arcanjo tradicionalmente associado aos cultos e ritos de morte - que já foi visto quando se tratou da Irmandade de São Miguel e Alma - tem uma conotação evidente de barreira contra o excesso no trabalho. Segundo os caipiras, a balança de São Miguel não penderá favoravelmente, no dia do juízo dos mortos, para aqueles que trabalhem no seu dia. Por outro lado, este é o dia mais indicado para a pescaria, quando se verifica a Piracema de São Miguel; poder-se-ia arriscar a hipótese de que esta coincidência entre o movimento dos peixes e as viagens das almas tenha tido uma grande importância no imaginário do catolicismo rústico brasileiro. Um indício que reforça a hipótese é a significativa presença do peixe no cardápio da Quaresma, época fortemente marcada pelos ritos noturnos de Encomendação das Almas.

O doutor Paulo Azevedo, luizense nascido em 1917, lembra-se de sair, quando menino, vestido como São Miguel, com a espada e a balança, na procissão de São Miguel que, nos anos 1920, já não tinha a companhia da festa do Divino no final de agosto. Poder-se-ia especular sobre um possível simbolismo de encerramento do período de vacância e fartura, e de retorno à dura rotina de trabalho, dispersão da coletividade e medo da morte.¹⁰⁶

Outubro

A festa de Nossa Senhora do Rosário torna-se ponto de apoio para a progressiva encampação deste mês pelas associações marianas; é curioso observar como as devoções a Nossa Senhora no mês de maio são nitidamente endereçadas à população feminina branca, especialmente às moças e mulheres da "sociedade", enquanto que o mês de outubro, também anexado pela devoção mariana, é reservado

à comunidade negra - e, por extensão, pobre. Com a incidência da abolição formal no mês de maio da escravidão, e com a celebração oficializada pelo clero, da aparição da Virgem do Rosário em Fátima a 13 de maio de 1917, os dois grupos sociais serão estimulados a fun dir-se numa única sensibilidade, tendência muito pouco perceptível à época estudada aqui.

A presença dos franciscanos em Taubaté explica a im portância da festa de São Francisco, padroeiro da cidade; entretanto, os jornais locais dedicam pouca atenção a esta festa, que provavelmente terá sido mais brilhante em épocas mais remotas. Ao que parece, os frades preferem celebrar o santo fundador da ordem com a simplicidade por ele pregada em Assis. Na procissão da festa do Di vino de 1909, em São Luís do Paraitinga, a imagem de São Francisco acompanha a pomba do Espírito Santo, o padroeiro da cidade - São Luís de Tolosa - e o Santo Lenho, carregado por monsenhor Pedro Ribeiro da Silva; mas sua participação na festa deve-se provavelmente a alguma promessa dos festeiros daquele ano. O convento de Santa Cl ara, além de manter a tradição da festa do padroeiro de Taubaté, cuida também de festejar os mártires franciscanos da Abissínia a 15 de outubro.¹⁰⁷

Novembro

Alceu Maynard de Araújo salienta o respeito dos caipiras pelo dia das Almas, feriado mais rigoroso que o dia de Todos os Santos que o precede. Na cidade, há procissão até o cemitério, cujas condições de higiene freqüentemente são denunciadas pela imprensa oposicionista. Na roça, reza-se o ofício de São Gregório e faz-se a "estação" ao Santíssimo Sacramento ao meio dia em ponto, em casa ou no cemitério. No dia seguinte, 3 de novembro, celebrava-se a coroação de Nossa Senhora, que o folclorista informa ter caído em desuso por volta de 1920.

Santa Cecília, mártir padroeira dos músicos, é celebrada em São Luís do Paraitinga pela Banda dos Ursos, ou Corporação Musical Santa Cecília, com missa cantada, procissão e retreta; no calendário local, é dia propenso a tumultos em razão da forte hostilidade entre "Ursos" e Paraguaiois (a Corporação Musical do Santíssimo Sacramento, cujo dia de festa é Corpus Christi).

Finalmente, a 25 de novembro, o dia de Santa Catarina marca o início do ciclo natalino: "De Santa Catarina ao natal o tempo é igual". O provérbio evoca práticas divinatórias de controle do tempo. A data não é festiva; as mulheres rezam a oração da santa quando querem abrandar o coração dos homens; estes, por sua vez, rezam-na para se proteger dos inimigos maus.¹⁰⁸

Dezembro

4 de dezembro, o dia de Santa Bárbara, não é mais guardado em 1950, quando Alceu Maynard de Araújo pesquisa na região. Protetora contra os raios e trovoadas, identificada com o orixá Yansã, é uma das invocações mais frequentes entre os caipiras durante as tempestades. A seguir, o dia da Conceição da Virgem, 8 de dezembro, é dia de guarda. A festa de São Gonçalo do Amarante que segundo Alceu Maynard de Araújo se comemora no dia 10, não é mencionada em nenhum texto da época; Eduardo Etzel recolhe 13 imagens (num total de 347 "paulistinhas") do santo, representado quase sempre como monge dominicano com um livro na mão esquerda. A imagem do santo violeiro, da tradição portuguesa, é muito menos frequente e geralmente feita em gesso por volta da passagem do século, ou seja, mais recentemente que os "paulistinhas". Esta indicação permite supor que a famosa dança de São Gonçalo não tenha sido muito difundida na região Norte de São Paulo. Maria Isaura Pereira de Queiroz esclarece que, além de não se difundir por todo o país, a dança nem sempre se prende à função original portuguesa - pedir e agradecer casamento, ou o nascimento de uma criança - e tende a transformar-se num rito mortuário (os vivos dançam para cumprir promessa feita ao santo por um parente ou vizinho defunto, diminuindo sua estadia no Purgatório).

Santa Luzia, mártir que protege os olhos e a vista, é celebrada no dia 13; os caipiras não trabalham, pois desrespeitar a santa no seu dia pode provocar a cegueira. Finalmente, o dia de São Lázaro, 17 de dezembro, não é guardado; as crianças nascidas nessa data são batizadas com o nome do santo como medida de precaução contra a lepra.¹⁰⁹

Perfis

Algumas crônicas publicadas em órgãos de imprensa de Taubaté destacam tipos característicos da sociedade regional; um deles é a beata, descrita com minuciosa ironia em 1880 por alguém que assina Glauco.

A crônica A Senhora Eufrásia se anuncia como um ensaio sobre os parasitas sociais. Mulheraça de seus 40 anos, baixa, gorda como um cavalo, mole, buliçosa, sem rugas, ainda é repolhuda e frescalhona. Só lê O caminho da salvação, A vida dos santos e a cartilha; sabe ladainhas de cor, e as orações de Santa Bárbara e de Nossa Senhora. Se tivesse tido um filho, havia de ser padre; e que padre! mas Deus Nosso Senhor não quis... costuma dizer e suspirar. Quando janta com o padre Marcelino, ao se entusiasmar compara Nossa Senhora a uma galinha rodeada de pintinhos, repetindo o que ouviu de um frade capuchinho que muito a impressionou; chama o menino Jesus de seu benzinho, diz que ver a Deus deve ser mais doce que uma cocada-puxa, e que o Paraíso deve ser mais bonito que o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde esteve antes de enfiuvar. Padre Marcelino, lautamente servido de lombo, de vinho e de doce de abóbora, deu-lhe anteontem uma cruz benta pelo papa, que ela guarda junto a um rosário comprado a um desertor do exército e capitão de indústria.

Sua filha. Ambrosina nascida quinze meses após a morte do marido é certamente mais que uma simples afilhada do padre Marcelino, uma verdadeira Anti-Cristo de saias no entender da vizinha Quitéria do Espírito Santo. "Com esta menina saiu-me a porca mal capada", costuma lamentar-se a senhora Eufrásia, com quem o cronista concorda. Não quer ser freira e protesta contra a obrigação de assistir a três missas semanais e a comungar todo mês. Escapa à santa cólera materna valendo-se do padrinho que se limita a tocar-lhe a bochecha chamando-a de velhaquinha herege, malicioso e protetor.

Na rua, Glauco a acompanha: arrasta um longo vestido preto estampado com ramagens e flores que lembram o cacau, mantilha de cachemira preta e puçá de ponto apertado. Anda ligeira, joga com as cadeiras, olha para trás seis vezes por minuto zumbaiando os muitos conhecidos que tem no caminho que faz quatro vezes ao dia -

vai sempre à missa do compadre padre Marcelino e à novena de alguma Nossa Senhora.

Espreitando a beata Eufrásia pela janela, o cronista viu-a com apenas uma saia preta, no ato de vestir o paletó de chita parda; observa os maciços ombros da santa mulher a mover-se livres da camisa de biquinhos e percebe uma grande mancha na pele da espádua esquerda. Seis ou mais cordões de seda e de algodão caem-lhe por entre os seios, de onde pendem por certo bentinhos, orações milagrosas para livrar de raio ou mordida de cobra, um coração de Jesus com as labaredas do sacro amor bordadas a ouro em fundo preto, e duas figas contra o mau olhado... Singular coleção! Com todas estas defesas, adivinhadas por um olho glauco, a senhora Eufrásia por certo escaparia ao suave contato das mandíbulas antropófagas de um chefe das Malucas. ¹¹⁰

O mesmo Alfredo Penna que descreveu mais acima a folia do Divino observa agora os capuchinhos, em agosto de 1905. Esvaziando-se as tulhas do convento, Frei Germano se vê forçado a recorrer à caridade dos fiéis no sermão da igreja. Dona Anunciação é testemunha da vida de reclusão e sacrifícios que os humildes frades levam para conquistar mais almas para Deus. Frei Gustavo, por exemplo, ainda outro dia foi irreverentemente lançado ao chão pelo cavalo em que montava, fraturando algumas costelas quando tentava levar a um moribundo o consolo da religião num bairro longínquo. E Frei Mateus, belo tipo de homem de barbas cerradas, peregrinando a pé pelas roças, arrastando as alpercatas pelos trilhos e carreiros a levar a mensagem do amor e do perdão à remota gente esquecida de Deus:

"E a branca mão formosa do missionário (...) guiosamente beijada pelas caboclinhas, estendeu-se em largos gestos de bênção, bênção que recaía até sobre os irracionais, a vaca que ruminava deitada no campo, o porco que engordava pacificamente na ceva. Também, havia de ficar o rancho em tapera, mas a criação abençoada pelo frade viria para o convento. Santa gente! devota e humilde gente roceira!"

Dona Anunciação vai de porta em porta, anunciando a miséria dos frades, retirando até mesmo dos lares mais pobres onde

há crianças a tremer de frio e chorar de fome, contribuições para o convento... Pudera, as mães receiam que a cólera do céu desabe sobre seus filhinhos! As tulhas do convento logo regurgitam de fubá.

Alfredo Penna vê o convento como o grande centro de onde irradia a caridade que veste a nudez e alimenta a fome,; ali estão dezenas de meninos retirados ao crime, à vadiagem e à ignorância, a receber juntamente com a alimentação e o vestuário a sabedoria dos santos frades. Inveja esses moços que podem ver de perto aquelas cabeças, familiarizar-se com seus espíritos e ceifar em tão boa seara o trigo da ciência, sem o joio maldito da descrença.

"Mas quanto sacrifício para manter o colégio, alimentar e vestir o corpo e a alma de tantas crianças, dar a este Brasil filhos que o engrandecem com a luz da ciência e certeza de Deus!" Dona Anunciação sabe que a realização da grande obra é um milagre de Deus. E o cronista, ambíguo, informa que basta vender o leite de meia dúzia de vacas do convento e mendigar ainda o trabalho gratuito do caboclo na horta e no pomar. A conquista do céu, vasto empreendimento dirigido pelos capuchinhos, pode ser lida como piedoso crime ou como uma sutilíssima denúncia de exploração dos caipiras pelo intelectual espírita.¹¹¹

Benedito Moreira dos Santos Anjos, objeto de uma crônica publicada no jornal do Partido Republicano Conservador A Federação, é outro tipo bastante característico dos meios jornalísticos da época: o ex-seminarista. Lucíolo de Alencar o conhece desde quando era segundo ou terceiro caixeiro num armazém de secos e molhados, pirralho de topete caído na testa e olhos desconjuntados, esbugalhados, que lhe fizeram ser chamado o Boi. Mentiroso e namorador, perde seu emprego por fingir ter espanado o balcão do armazém e por coçar a mãozinha da filha de uma freguesa do português. Por que entrou no seminário e vestiu batina, o cronista não sabe, pois até então o Boi não havia jamais demonstrado nenhuma fé ou vocação; mas suspeita que sua saída se deve a ter andado à pôr a perder os colegas com bilhetinhos amorosos - mentiroso e namorador como sempre. Desde então, torna-se o Boi fiel devoto de Nossa Senhora da Boa Morte: quase morre por cumprir à risca uma promessa e passar uma semana inteira a pão e água, e vai todos os dias à casa de uma vizinha emprestar uma rica imagem da Virgem para rezar febrilmente

no quarto fechado. Depois desta, a outra obsessão é escrever; ninguém sabia o que tanto escrevia - se um romance, ou um tratado de filosofia, ou ainda uma definitiva refutação de todas as bobagens dos espíritas; Lucíolo de Alencar suspeita que o Benedito é quem se escondia sob o pseudônimo Justos, publicando semanalmente uma série de artigos - A Igreja e a sociedade moderna - num jornal local. Desaparecido por muitos anos, nem mesmo a dona da imagem de Nossa Senhora da Boa Morte sabendo dar notícias de seu paradeiro, eis que o Benedito reaparece na capa de um livro de versos: baixo, gordo, uma cicatriz do lado esquerdo da boca, olhos descomunais saltados das órbitas, uma rosa à lapela do jaquetão, olhar de poeta sonhador e contemplativo. Aos versos medíocres, o cronista prefere o retrato.¹¹²

O número de intelectuais leigos saídos do seminário em Taubaté pode ser imaginado em relação aos setenta sacerdotes enumerados na História do Município de Taubaté. de 1887, dentre os quais oito foram deputados durante o Império. As beatas e os beatos têm diversas associações a escolher: Ordem Terceira de São Francisco, Irmandade do Senhor dos Passos, irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora da Boa Morte, de São Benedito, Arquiconfraria do Sagrado Coração de Jesus, Apostolado da Oração, Sociedade de São Vicente de Paulo, Pia União das Filhas de Maria, Congregação da Sagrada Infância, Congregação da Doutrina Cristã e Federação das Associações Religiosas e Obras das Vocações Eclesiásticas - estas duas últimas organizadas em fins de 1905. Sacerdotes e ex-seminaristas redigem em praticamente todos os jornais locais, debatendo as acusações ao clero. Em junho de 1917, monsenhor Martins calcula que há vinte a trinta padres taubateanos pelas paróquias e dioceses - Taubaté é quem tem dado maior número de clérigos em todo o Sul do país; e tem o maior número de associações religiosas; enquanto as demais paróquias fazem em média três festas religiosas, a sua faz de 16 a 20, com seis ou mais oficiantes quando a regra é três nas mais solenes; a Santa Casa de Misericórdia acolhe de oitenta a cem enfermos, secundada pelo Asilo de Mendigos, obras das Damas de Caridade e pelos doze Centros de Conferências de São Vicente de Paulo. Enquanto nas demais paróquias há em média vinte mendigos pela rua, na semana, "em Taubaté percorrem mais de cem; e todos são atendidos pela reconhecida e

extrema caridade deste tão bom povo". O venerando missionário conclui lembrando aos descontentes que as cinco estradas que conduzem a outras cidades estão abertas, e há cinco trens diários da Central; quanto a ele, depois de Deus, do Brasil e do Estado de São Paulo, é só a Taubaté que ama.¹¹³

Como em São Luís do Paraitinga a imprensa é muito mais modesta, não há espaço para retratos individuais. Por outro lado, embora as associações religiosas sejam menos numerosas, é possível que, em termos proporcionais, mobilizem tanto ou mais devotos que suas congêneres de Taubaté. Em 1906, o padre Pedro Ribeiro da Silva informa ao bispo diocesano a situação destas associações. A mais ativa é o Apostolado da Oração, fundado pelo vigário Giacomo de Petris (1896-1898); funciona na Matriz e é um dos melhores auxiliares do vigário nas pequenas solenidades de rotina e nas despesas inevitáveis e imprescindíveis; há mais de mil associados, e quase cinquenta zeladores e zeladoras - o pessoal mais ativo - "mas pouquíssimos fazem a comunhão reparadora na primeira sexta-feira do mês". (O vigário parece incorrer em pequeno engano: o Apostolado deve ter existência desde 1884. Um livro sem título encontrado no arquivo da paróquia, relaciona os membros de uma irmandade que se reorganiza em 1899 - certamente em obediência ao vigário Giacomo de Petris, e já sob a autoridade do cônego João Antônio Bueno da Costa, que é vigário de 1898 a 1900. Entre 1884 e 1889, há 190 inscritos na letra A, 248 na letra B, 72 na letra C, 29 na letra D, 365 na letra J, e 498 na letra M das Marias; os irmãos têm idade variada, de um mês a 70 anos; os irmãos de terceiro grau se chamam Irmãos da Comunhão Reparadora.) As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, fundidas numa só, estão enfrentando dificuldades financeiras nas obras de reedificação do frontispício da sua igreja em 1906; e a Irmandade do Santíssimo Sacramento acaba de ter seu novo Compromisso aprovado em fevereiro, tendo o vigário corrigido a anarquia em que se encontrava.¹¹⁴

No Cartório do 2º Ofício há um interessante documento relativo à Irmandade do Santíssimo Sacramento de São Luís do Paraitinga. O juiz provedor Antônio Ezequiel de Carvalho exige em fins de 1883 a prestação de contas da irmandade que não tem sua contabilidade em ordem desde 1878. O tesoureiro Manuel José Dias e o advogado José Higino Braga partem da receita de 1:313\$660 a 2/6/

1879 e chegam ao saldo de 1:763\$466 a 23/2/1884. Em março deste ano, apresentam a demonstração das despesas: azeite para a lâmpada do sacrário, tochas, cera, missas, foguetes e incenso, honorários do capelão, lamparinas, sépia para tirar esmoladas, manga de vidro para lâmpada, selos, conserto de turíbulo, castiçais, 5% dos honorários do tesoureiro dados ao sacristão que acende a lâmpada e conserva a igreja. Os recibos de compras feitas nos armazéns do Rio de Janeiro sugerem uma festa: 50 cocos da Bahia, uma lata de chocolate, vinho Camões, vinagre Lisboa, vidros de conserva inglesa, azeitonas em lata, massa de tomate, queijo flamengo, mortadela, botija de genébra, champagne, passas, linguiças finas, palitos Marquezzinhos, cebolas, chá, vinho Lisboa, chapéu de sol, capa de seda. No estabelecimento de Franco & Carvalho, paramenteiros da Capela Imperial, a irmandade comprou um pálio de damasco, opas de nobreza, casula de damasco.

O juiz provedor manda refazer contas e esclarecer irregularidades, afinal há um saldo de 466\$870 a favor da irmandade; recomenda o cumprimento dos prazos e preceitos do Compromisso, prestação do juramento anual, saneamento da contabilidade, especial atenção ao capítulo relativo aos sufrágios que "tem sido inteiramente descurado, contra os interesses de caridade religiosa da Irmandade", alerta contra as omissões que trazem desordem, desleixo e decadência daquela pia instituição e ordena a convocação de assembléia geral para eleição de nova mesa diretora. ¹¹⁵

Em dezembro de 1886 a mesa diretora é composta por João Cândido Rodrigues de Andrade, Inocêncio Basílio dos Santos, Bernardino Ferreira da Motta, Luís Antônio de Loyola, João Rodrigues Soares, José Rodrigues da Silva, Francisco Gonçalves Pereira Lajes, José Gonçal dos Santos Tudé; o secretário é Olinto José Cabral, o tesoureiro Manuel Garcia Braga pede exoneração e é substituído por João Rodrigues Soares, o presidente é o cônego Bento Antônio de Souza e Almeida. A diretoria aprova as contas relativas a importantes aquisições recentemente feitas: uma casula (112\$000), um caixão com 18 tocheiros (112\$100), 4 quilos de incenso (8\$800), outro caixão com outros 18 tocheiros (123\$860), duas latas de azeite fino (36\$000) e mais 382\$860, despesa não especificada. ¹¹⁶

O juiz provedor suplente Eduardo Sangirardi exige

prestação de contas de irmandade em agosto de 1888; nomeia o advogado Brás Odorico de Freitas procurador ad-hoc. O tesoureiro João Rodrigues Soares apresenta suas contas, que o procurador considera caóticas. O saldo final é de 2:666\$384 em favor da irmandade, recusada a despesa de 102\$100 relativa à compra de uma nova casula para a igreja matriz, que tem renda própria e renda anual prevista no orçamento da Província; 1:200\$000 estão emprestados a juros de 10% à viúva e herdeiros de Manuel José Dias, ex-tesoureiro, prática ilegal a ser imediatamente corrigida.¹¹⁷

O Luizense, jornal criado para veicular o ponto de vista do partido político que passou a chamar-se bentista logo após a morte do deputado federal coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro por sua fidelidade ao deputado estadual coronel Manuel Bento Domingues de Castro, move campanha feroz contra a mesa diretora da Irmandade do Santíssimo Sacramento em seu primeiro ano de circulação. O motivo é a ascensão do professor Joaquim Pinto de Andrade que consegue fazer-se eleger mesário graças aos votos femininos; o Luizense toma o partido da minoria que votou em Benedito Azevedo (24 votos contra 38) e faz sensacionalismo sugerindo que a reunião quase degenerou em conflito armado. O delegado de polícia Pedro Paulo Pereira contesta a notícia alarmista do Luizense pelo Jornal de Taubaté de 10 de julho e a nova mesa diretora publica nota paga no próprio Luizense, que procura rebater a ambos afirmando que "não noticiou, mas apenas analisou" a eleição do novo mesário; este logo se torna presidente.

O candidato derrotado, Benedito Azevedo, logo assume a direção da corporação musical Santa Cecília, a "Banda dos Ursos" que leva às ruas o som do progresso - a fusão da música de São Benedito (a antiga "música de baixo" do Partido Conservador) com a banda de Santa Cecília da facção diretamente ligada ao clã Domingues de Castro - contra a música inimiga dos "Paraguaios"... Outro mesário renuncia em protesto contra a vitória da oposição no interior da Irmandade do Santíssimo Sacramento: é Antônio de Oliveira Costa. Logo mais o vigário Pedro Ribeiro da Silva se exonera do cargo de capelão da irmandade em razão de divergências quanto a certas emendas por ele introduzidas no novo Compromisso da irmandade.

Aparentemente reconciliado com a mesa diretora, o vigário é quem assina pela Irmandade o Compromisso em novembro de 1905; o artigo 30 proíbe o voto dos irmãos menores, das irmãs e dos irmãos analfabetos; o artigo 58 dá aos músicos da corporação musical Santíssimo Sacramento - a "Banda Paraguaia" - o estatuto de irmãos remidos após cinco anos de serviços prestados, mesmo que não estejam quites com a contabilidade. O Compromisso sela o controle da oposição sobre a mais importante irmandade religiosa da "sociedade", principal terreno de apoio para a campanha política que derrubará em 1910 o edifício construído pelo clã Domingues de Castro no ato de adesão à República. 118

Protagonista de um processo crime em 1887, a senhora Maria Cândida de Castro teria podido merecer uma crônica na imprensa. Em abril, Augusto César de Oliveira Costa apresenta uma queixa ao delegado de polícia em exercício João Sangirardi. Sua esposa Arminda Amélia d'Oliveira Costa estava na igreja do Rosário no sábado à noite, assistindo à solenidade do depósito da sagrada imagem do Senhor dos Passos, quando Nhá Candinha, esposa de Francisco Ferreira Salinas, agrediu-a repentinamente sem nenhum motivo, chamando-a cadela, puta, safada, filha da puta; o queixoso, que é advogado, enumera ao delegado de polícia todos os artigos e parágrafos do Código Penal em que Nhá Candinha pode ser denunciada, as penalidades, formalidades legais a seguir, etc.

Uma primeira testemunha convocada pelo delegado é Luís Batista de Alvarenga, 33 anos, casado, empregado público, de família "paraguaia". Relata que viu Nhá Candinha dizer, ao sair da igreja após o depósito da imagem: "Tenho pedido a Nosso Senhor para me fazer ver alguma coisa, a fim de eu me convencer daquilo que muita gente tem me contado; hoje felizmente eu vi e estou satisfeita (...) esta cadela, esta cangalha, ordinária, sem-vergonha". O empregado público ouviu dizer que na igreja, Nhá Candinha teria avançado para o lugar onde estavam dona Arminda e Francisco Ferreira Salinas (esposo daquela) e agarrado esta pela trança do cabelo. O processo tende a se arquivar, o marido de dona Arminda requer a 5 de maio que o delegado de polícia cumpra a lei com presteza. Este convoca a testemunha Virgínia Eufrasia Maria da Conceição:

Viúva, 44 anos, costureira, diz que estava conversando com dona Arminda na igreja após a cerimônia, enquanto o povo fa-

zia fila para beijar a imagem; Nhá Candinha apareceu xingando, dona Virgínia pergunta-lhe a quem se dirige, ela diz que não é consigo, mas com a outra, perguntando por sua vez se dona Virgínia não viu Francisco Salinas conversando com dona Arminda. Dona Virgínia afirma que não, que ela é quem conversava com dona Arminda. Outras duas testemunhas, Teresa Eugênia das Dores, 23 anos, solteira, costureira, e Cesária Maria da Conceição, 48 anos, viúva, costureira, mãe de Teresa e irmã de Virgínia, confirmam o depoimento.

O juiz municipal suplente em exercício, capitão João Lopes de Castilho, declara-se suspeito a 14 de maio; o 2º suplente, capitão Antônio Eduardo Pompeu Lobo, faz o mesmo dois dias depois. Finalmente o juiz municipal efetivo, doutor Fernando de Siqueira Cardoso, condena Nhá Candinha à revelia a três meses de prisão e multa correspondente à metade deste tempo, conforme a denúncia do promotor público Antônio José de Moraes que segue à risca as instruções de Augusto César de Oliveira Costa. Os dois suplentes que se recusam a participar do processo são liberais, o queixoso é conservador.

Outro liberal, o capitão José Higino Braga, nomeado procurador da ré, recorre da sentença alegando que nem ela nem o marido puderam ler a queixa quando intimados, que a ré estava doente e foi condenada à revelia apesar de ter apresentado três atestados de doença justificando sua ausência a algumas audiências, tendo comparecido a uma delas que, inexplicavelmente, não teve lugar; além disto, o juiz municipal está acumulando o cargo de Coletor de Rendas Gerais desde 22 de fevereiro, e o escrivão Bulcão, da delegacia de polícia, não poderia ser escrivão nas audiências do juízo municipal. Conforme o atestado médico do doutor Francisco de Camargo, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a esposa de Francisco Ferreira Salinas apresenta supressão do fluxo menstrual, o que repercute sobre o fígado, congestionando-o, e agrava uma pleurisia crônica; sofrendo nevralgia intercostal, a paciente deve usar medicamentos e guardar o leito.

Por sua vez, o queixoso Augusto César de Oliveira Costa nomeia procurador o advogado Brás Odorico de Freitas - que já foi visto em ação na prestação de contas das irmandades religiosas - contra o recurso da ré. Este apresenta as razões por parte do apelado: a acumulação de cargos só é incompatível após decisão do Poder

Administrativo Provincial; a delinqüente não pode provar que não leu a queixa, pois o oficial de justiça só era obrigado a mostrá-la ou deixá-la copiar se a ré o pedisse; o atestado médico não tem firma reconhecida, não contém juramento sob o Evangelho, e não justifica sua ausência em cada uma das audiências; o escrivão Bulcão pode atuar na delegacia de polícia (que não tem escrivão privativo) e no juízo municipal conforme a legislação em vigor.

O juiz de direito João Cândido Rodrigues de Andrade reduz a pena a um mês, mais a multa pecuniária prevista pelo artigo 237, §3, combinado com o artigo 238; o mandado de prisão expedido a 24 de agosto só é finalmente executado a 17 de setembro, já que Nhá Candinha se esquivava à ação do oficial de justiça. Os peritos arbitram o salário da ré para cálculo da multa que deve pagar: 400 réis diários (deve ser esta a renda das costureiras). Nhá Candinha, zelosa guardiã dos afetos de seu esposo Francisco Ferreira Salinas, militante do Partido Liberal, por ter ousado macular a honra do advogado conservador Augusto César de Oliveira Costa paga um a um os trinta dias de prisão celular e 6\$000 à justiça dos homens!¹¹⁹

Missões

Encerrando este já longo capítulo dedicado às festas religiosas de São Luís do Paraitinga, restam as missões. Segundo o autor anônimo do Relato da História de São Luís do Paraitinga de 1686 a 1913, a primeira missão cristã pregada na cidade foi aquela do franciscano Antônio de Sant'Ana Galvão, nascido em Guaratinguetá e fundador do convento da luz em São Paulo; devido à grande aglomeração de povo o virtuosíssimo missionário pregou no Largo da Matriz do alto de uma mesa, em 1802. Outras missões podem ter sido omitidas; é provável que as visitas pastorais de 1854 e 1877 tenham revestido também esta função. O manuscrito anônimo registra a seguir a missão do jesuíta Bartolomeu Tadei em 1884, que pode ser contextualizada graças a outros autores.

O jesuíta padre Ferdinand Azevedo historia as atividades de sua ordem no Pernambuco, para onde retornou em 1866 a convite do bispo de Olinda até ser de novo expulso em 1874 nos distúrbios da chamada Questão Religiosa. Restaurada em 1814, 40 anos após ter sido dissolvida, a Companhia de Jesus retorna ao Brasil a partir de 1842 fundando colégios (em Desterro - hoje Florianópolis -, Porto Alegre, Itu e Recife). O imperador se interessava pelos colégios, e não desejava o reestabelecimento oficial dos jesuítas, temidos por

sua agressiva militância política a serviço do ultramontanismo e do papado, conhecidos como os "carbonários da Igreja". Basta lembrar que nove dos dez membros da comissão que redigiu a Constituição de 1824 haviam sido alunos da Universidade de Coimbra onde assimilaram os princípios do regalismo ali implantados desde 1772 pelo Marquês de Pombal.

O dogma da infalibilidade papal, conquistado pelos jesuítas durante o Concílio do Vaticano em 1870, reforça o movimento ultramontano contra o liberalismo e o regalismo; o clero romano procura mobilizar as massas católicas de todo o mundo contra o nacionalismo italiano que reduz o território dos Estados Papais ao Vaticano dentro de uma Roma ocupada pelas tropas de Vítor Emanuel, denunciando a "prisão" de Pio IX. No Brasil, os jesuítas e algumas outras ordens religiosas decidem combater (sem maior entusiasmo) a escravidão para evitar que a maçonaria monopolize esta bandeira - os franciscanos de Taubaté, por exemplo, libertam seis escravos do convento de Santa Clara em dezembro de 1883.

Os jesuítas passam à atividade missionária no Pernambuco desde 1867 na ilha de Fernando de Noronha. O inglês padre Joseph Lazemby prega em algumas fazendas no natal de 1872, observando a importância do compadrio entre os sertanejos. Na maioria os jesuítas são italianos e utilizam em seus sermões os 31 tópicos elaborados pelo padre Alfonso Muzzarelli. Promovem confissões em massa, in troduzem a tradição de procissão com flores e tapeçarias na festa de Corpus Christi em Fortaleza (1872); quando pregam no sertão obtêm das autoridades garantia da suspensão do recrutamento militar, o que lhes permite façanhas como as 2.300 confissões e os 300 casamentos de amancebados feitos pelos missionários Schembri, Arcioni e Vitale em 1866 e 1867; em seus relatórios, narram de populações inteiras que não se confessavam há 10, 20, 30 anos, mas conhecem hinos e orações antiquíssimos. O jesuíta Francisco Xavier Rondina redige no romance histórico L'Emigrante Italiano sua própria experiência de missão em Macaíba, Rio Grande do Norte, 1872: quinze dias de pregações para multidões que vêm de distâncias que alcançam 50 quilômetros e dormem ao relento, brigam na ânsia de se confessar a ponto de despedaçar o confessor, depois fazem fila durante toda a noite para assegurar sua vez; todos vão em procissão a uma pedreira de onde cada um traz uma pedra para contruir a igreja; no palco, um mis

sionário mostra a imagem do Cristo crucificado, com efeitos de iluminação, e ouve o pranto, soluços, brados de perdão que se erguem da massa humana à sua frente; cada vela acesa é a certeza de uma alma deixando o Purgatório em direção do Céu; além da igreja, a multidão ergue uma cruz altíssima; à despedida, todos acenam adeus em prantos; os missionários vão adiante, fazer o mesmo em São José de Mipibu e Papari.

Outro missionário, Tomás Vitale, dirige a multidão em procissão de penitência até o cemitério em Água Preta, 1868: todos com coroa de espinhos à cabeça e corda no pescocoço, os milhares de fiéis se comovem violentamente quando lhes é mostrado o quadro da Virgem dolorosa com o cadáver do Cristo, pedem e concedem o perdão das injúrias, abraçam-se entre lágrimas e suspiros; 200 pessoas comungam pela primeira vez; todos os que acendem uma vela demonstram assim o seu firme desejo de ir ao Paraíso; reconciliam-se em massa com o vigário da paróquia; o sermão da despedida são vinte minutos de soluços, gemidos e choro. Em 36 dias pela região, o missionário ouve 3.065 confissões, dá 2.788 comunhões, crisma 3.950 pessoas e converte 115 notáveis pecadores.¹²⁰

No Roteiro da Vida e da Morte, Cândido Costa e Silva estuda o catolicismo sertanejo na Bahia; mostra o interesse dos comerciantes nas missões, visto que a multidão é dividida em turmas, enquanto uns ouvem os sermões outros são mobilizados para construção de estradas, reservatórios d'água, cemitérios, igrejas, cruzeiros, etc. Os missionários empregam recursos teatrais como ameaçar quebrar ou pisar o crucifixo, fazer passar um caixão ao som de sinos entre a multidão, apelando constantemente à idéia da morte e condenando qualquer forma de sexualidade numa perspectiva apocalíptica.¹²¹

O mais famoso dos missionários do século XIX no Brasil é o superior geral dos capuchinhos, frei Caetano de Messina, que ajuda a acalmar a multidão amotinada durante a Revolta do Quebra-Quilos em 1874, evitando o pretexto esperado pelo Visconde do Rio Branco para comprometer ainda mais o clero ultramontano. Em julho de 1876, ei-lo em ação em Taubaté.

O jornal A Imprensa de Taubaté define sua posição: "Nós também do alto desta nossa tribuna universal não deixaremos de o apoiar enquanto suas palavras e seus atos estiverem de harmonia

com a fé e interesse público". O missionário é benvindo se pregar a humildade e mansidão do Cristo, a reforma dos costumes e a geral fraternidade; que consiga o silêncio e o recolhimento dos ouvintes pela persuasão, mas que não empregue jamais o terror, que pode ter conseqüências imprevisíveis. É que, ao descrever os horrores do juízo final, o inflamado pregador afirmou na segunda noite da missão que os justos ficarão ao lado direito de Deus, enquanto os réprobos, do lado esquerdo, seriam precipitados no fogo do inferno; ao gesticular, frei Caetano de Messina designou involuntariamente o lado ocupado pelas mulheres no interior da igreja lotada, que romperam desesperadamente a chorar, custando ao missionário evitar o pânico e eliminar o mal entendido. As condições em que se realizam a missão já foram abordadas em outro capítulo; as obras coletivas são importantíssimas para o reerguimento econômico da cidade praticamente abandonada desde a última epidemia; cumprindo sua promessa de erguer cinco cruzeiros e reconstruir o convento de Santa Clara em ruínas, o missionário permanece mais de um mês; chega a ter doze ou 14.000 ouvintes e enquadra milhares de homens e mulheres em obras públicas; despede-se no domingo 23 de julho, abençoando mais de 6.000 fiéis. Com o crucifixo na mão, chorando, o missionário se põe de joelhos e pede perdão ao povo que chora convulsivamente; atravessa a massa humana e se assenta no trole, sai vagarosamente em meio à multidão em prantos. O jornal O Liberal Paulista, que sugeriu ao povo revoltar-se contra os excessos oratórios do frade e dar-lhe uma penitência de pau nas costas; corre enorme risco de ser empastelado e talvez somente tenha escapado graças ao perdão de frei Caetano de Messina.¹²²

O vigário de Taubaté, padre José Pereira da Silva Barros, resume as atividades do pregador capuchinho em 34 dias de missão. No primeiro dia, o povo acompanha o vigário que carrega a imagem do Crucificado até o convento franciscano onde tem lugar o primeiro sermão; o segundo é proferido no interior do cemitério municipal; ministra cerca de 14.000 comunhões, casa os concubinos, reconcilia os separados. O núcleo de sua mensagem é a condenação da maçonaria e das sociedades secretas, insistindo na necessidade da Concordata entre a Santa Sé e o governo brasileiro; convence a população a transferir o mercado para o sábado, reforma o forro da igreja do convento e repõe boa parte de seu telhado, restabelece a igreja do cemitério dos bexigentos, ergue cinco cruzeiros em honra das cin

co chagas de Cristo, faz carpir e limpar toda a área do cemitério e do Largo da Forca - rebatizado Largo Nossa Senhora do Bom Conselho, nivelar a ladeira junto ao convento, arborizar vários largos e pátios da cidade, e recolhe cerca de 3:000\$000 para a construção de um colégio feminino em troca da promessa de rezar duas missas dominicais pelos doadores.¹²³

Em fevereiro de 1884, a missão dos jesuítas Bartolomeu Taddei e José Gomini em São Luís do Paraitinga é narrada por um correspondente: voltando de Ubatuba, onde foram combater o protestantismo a mando do bispo de São Paulo, são retidos pelo vigário e atuam das 5 da manhã à 1 da madrugada, dividindo seu tempo entre o confessorário, o púlpito e a explicação do catecismo às crianças; até o dia 8, os temas dos sermões são os seguintes: Fins do homem criado; Salvação das almas; Castigo do pecado; Malícia do pecado; e Juízo universal e inferno; no dia 7 a prédica é feita no interior do cemitério (o tema, provavelmente, é o penúltimo); nestes 7 dias, mais de 2.000 pessoas já se confessaram. Os missionários introduzem o culto ao Sagrado Coração de Jesus e erguem um cruzeiro junto à cidade; cinco anos mais tarde, em fevereiro de 1889, um raio reduz a pedaços o símbolo da passagem do missionário Bartolomeu Taddei... Os padres redentoristas Valetrio (?) e Lourenço que fazem missão em 1897 assentarão um novo cruzeiro no lugar denominado Chácara Grande. Em agosto de 1891, é o padre Rottscomes que faz missão na cidade, administrando o sacramento da crisma.¹²⁴

Pouco após as arruaças provocadas pelas missas de Requiem pelo imperador morto no exílio, e em meio à polêmica em torno dos milagres do Juazeiro, as missões dos capuchinhos em Taubaté em março de 1892 se desenrolam em clima de provocações e quase degeneram em tumulto de maior gravidade. O Jornal do Povo denuncia o primarismo dos frades cuja linguagem truncada, cheia de expressões grosseiras, dirige-se frontalmente contra os republicanos. No domingo, um frade prega à multidão - que o jornal reduz a apenas 600 pessoas - no Largo da Matriz; os adversários da Igreja são chamados de burros, porcos, ignorantes, estúpidos no decorrer de um sermão a respeito das relações entre homens casados e prostitutas. Alguém protesta, os ânimos se exaltam, a multidão assalta o Restaurante de Roma ferindo ainda o seu proprietário, e só não ataca os protestantes reunidos em sua igreja graças à prontidão do subdelegado Batista Góis.

Este será denunciado através da imprensa da capital pelo vigário Nascimento Castro como mandante dos arruaceiros que teriam insultado o missionário católico. O vigário resiste à intimação policial de limitar os sermões dos capuchinhos ao interior da igreja alegando que esta é pequena para abrigar todos os ouvintes. O Noticiarista, indignado contra a impiedade do Jornal do Povo, abre campanha contra a imoralidade dos bailes populares da Academia Coreográfica, freqüenta dos pelos republicanos, e noticia com simpatia o empresário ambulante Antônio Gomes de Souza que expõe duas enormes cobras súcuris ao público, dedicando parte de seus lucros para a edificação da capela de São Sebastião. O jornal republicano ironiza o provincianismo dos católicos taubateanos e invoca o modelo dos bailes dominicais do salão Mabilie em Paris, que reúnem indiscriminadamente todas as classes sociais. ¹²⁵

O Jornal do Povo acusa os capuchinhos de ganância, ameaça divulgar escândalos que teriam provocado a expulsão dos frades da França e outros países, chamando-os de gente reles, vilã, canalha e atrevida, lixo da Europa, importados para impedir a reforma religiosa que o protestantismo e o positivismo estão realizando no Brasil. Bom tempo mais tarde, em abril de 1905, é um clérigo taubateano ilustre, monsenhor Miguel Martins, quem denuncia os capuchinhos do convento de Santa Clara por sua intransigência e intolerância a propósito dos negócios do cemitério da Ordem Terceira. ¹²⁶

Embora seriamente desgastados junto à "sociedade", os capuchinhos mantêm seu prestígio junto às massas do "povo", especialmente a gente da roça. Em 1906, frei Damião e Frei Policarpo pregam missões em São Luís do Paraitinga, atraindo as multidões de costume. ¹²⁷

Monsenhor Martins é um rival dos capuchinhos, dedicando-se também à oratória sacra; obtém um breve do papa concedendo 200 dias de indulgência a quem ouvir suas conferências. Já em 1904, prega em oito paróquias da região, preferindo "a parte mais ilustrada da nossa sociedade, que por mera e gratuita prevenção foge das santas missões, feitas com tanto zelo pelas ordens religiosas". Em sua terra natal, em 1907, utiliza retórica bastante diferente daquela dos missionários capuchinhos para completar as devoções do mês de maio; depois de explicar da forma mais clara possível a inevitabilidade da escolha entre a eternidade infeliz e a eternidade feliz,

explica o que é a felicidade no Céu. Conhecendo a Deus, ali, os justos conhecerão todos os fatos e todas as ciências; possuindo a Deus, possuirão todos os bens; gozando de Deus, gozarão de todos os prazeres, belezas e perfeições. Monsenhor Miguel Martins prega às Filhas de Maria convencendo-as a reservar um lugarzinho lá no céu. Durante a semana das conferências, há 3.160 comunhões - o que talvez represente apenas cerca de 500 pessoas - e 48 uniões ilícitas são santificadas pelo sacramento do matrimônio.¹²⁸

No ano da passagem do cometa de Halley, 1910, há missões dos padres redentoristas de Aparecida e Belo Horizonte em Taubaté por duas semanas; à sua despedida, 2.000 fiéis vão à estação ferroviária - o fervor popular é bastante mais moderado agora, se se pensar nos 6.000 que se despedem de frei Caetano de Messina em 1876; 4.000 pessoas confessaram os pecados, houve 6.500 comunhões e 17 casamentos de pares ilícitos. por esta época - abril - surge uma controvérsia entre os frades capuchinhos e o vigário geral da diocese de Botucatu a propósito da queima e quebra de imagens de igrejas. Os capuchinhos, talvez da maneira exageradamente enérgica e ostensiva, aplicam à sua maneira as recomendações do congresso da diocese de Niterói, destruindo imagens consideradas defeituosas e de mau gosto, para trocar por "verdadeiras obras de arte, elevando assim o espírito estético", endossados pelo Centro da Boa Imprensa.¹²⁹

O bispo dom Epaminondas faz sua primeira visita pastoral a São Luís do Paraitinga acompanhado por missionários redentoristas de Aparecida e escolta policial. Os caipiras desavisados fogem à sua passagem receando o recrutamento, mas logo que se certificam, acorrem em massa à cidade. O bispo consola os presos da cadeia pública, visita a Santa Casa e o Grupo Escolar; os missionários ouvem 2.500 confissões, crismam 2.400 crianças e jovens, sacramentam 51 casais; a festa de Corpus Christi, neste ano em que a oposição finalmente conquistou o poder do município, é certamente a grande apoteose da corporação musical Santíssimo Sacramento, a "banda para-guaia". Sob os acenos da multidão, o bispo e sua comitiva partem acompanhados por 60 cavaleiros que os escoltam até a fazenda do major Todoró P. C. Coelho, etapa do caminho para Ubatuba. A visita episcopal resulta na criação da Associação do Bom Jesus de Tremembé (que os militantes do partido bentista, derrotado e esfacelado, tentarão assumir) e da Conferência de São Vicente de Paulo; a medida

mais importante é, sem dúvida, a mudança do dia de funcionamento do mercado para o sábado a pedido do bispo e de 400 signatários. Uma tentativa anterior, decidida pela Câmara Municipal atendendo a uma petição de 205 signatários, em abril de 1896, durou apenas dois meses; a pedido do diretor do Grupo Escolar e do delegado de polícia, o mercado retornou a funcionar aos domingos. Agora, são 628 signatários que pedem o retorno do mercado aos domingos em maio de 1911, forçando a Câmara Municipal a contemporizar fazendo-o abrir aos sábados e domingos; e em julho de 1912, o major Teodoro Pereira Campos Coelho propõe, para assegurar a permanência da mão de obra na roça por mais um dia na semana, que o mercado volte a funcionar apenas aos domingos, com o que todos os vereadores concordam entusiasmaticamente. O santo empenho do venerando bispo pelo respeito às crenças religiosas da população e os interesses dos comerciantes não resistem aos imperativos da razão prática dos fazendeiros luizenses.¹³⁰

Um incidente lembrando aquele provocado involuntariamente por frei Caetano de Messina em Taubaté ocorre durante a visita pastoral. Enquanto um missionário redentorista procura descrever aos fiéis luizenses os horrores do inferno, a multidão entra em pânico: o piso da igreja cede e afunda sob o peso da metade masculina que ocupa o lado direito da igreja; a tradição dirá que os homens, mais pecadores que as mulheres, receberam assim uma advertência divina.

Graças aos esforços do deputado federal Valois de Castro, do clero taubateano, a permissão de entrada no país dos padres portugueses expulsos pela revolução, em fins de 1910, é comemorada pelos católicos da região, que poucos meses depois se mobilizam recolhendo assinaturas de protesto em nome das senhoras católicas contra as conferências da "ímpia agitadora anarquista e anti-clerical" Belén de Sárraga, que propõe o amor livre. Dentre as 29.575 assinaturas colhidas até 3 de agosto, 2.909 são provenientes de São Luís do Paraitinga, mais que as 2.287 de Taubaté que é muito mais populosa. Tendo apresentado suas idéias em Lorena e Guaratinguetá, a conferencista desiste de falar em Taubaté; em São Luís do Paraitinga, teria sido uma temeridade. A seguir, os católicos temem pelos bens do convento de Santo Antônio, seqüestrados pelo governo que finalmente cede à campanha encabeçada pelo deputado Valois de Castro.¹³¹

Novo cruzeiro é erguido é erigido sob a direção de

missionários em São Luís do Paraitinga, em 1915. O padre Antônio Lisboa chega a cidade no dia 19 de maio e já prega à noite; nos dias seguintes chegam o padre Afonso e padre Sebastião. Este último é recebido por um grupo de crianças, apeia diante da casa do professor José Carneiro de Carvalho - que ainda não foi acusado de positivismo - pelo Lábaro - e ouve os discursos proferidos pela menina Natália de Azevedo e pela jovem Iracema de Castro, filha do coronel José Bernardino de Castro. O jornal da diocese menciona apenas o noticiário local da Ordem e privilegia a atuação da Corporação Musical Santíssimo Sacramento, ignorando O Luizense e a Corporação Musical Santa Cecília; o cruzeiro é conduzido e levantado no terreno do antigo cemitério municipal por uma multidão de 5.000 pessoas. À despedida, em princípios de junho, 400 luizenses acenam e soluçam quando os três missionários tomam o caminho de Ubatuba. Os padres redentoristas Martinho Forner e Vicente Guilherme pregam missões em São Luís do Paraitinga em março de 1912; em duas semanas, ouvem 2.672 confissões e ministram 3.500 comunhões. As missões tornam-se um acontecimento anual.¹³²

O crescimento da presença clerical na região se torna mais evidente se se lembrar que um ano antes, no 13 de Maio, um missionário capuchinho ergue um cruzeiro no bairro do Barranco (Taubaté), dirigindo-se eloqüentemente à comunidade negra; que o vigário Ignacio Gioia distribui brinquedos a mais de 250 crianças de São Luís do Paraitinga no Natal de 1914, e que as 700 crianças do catecismo em Guaratinguetá também recebem brinquedos junto a uma árvore de Natal em 1915. As visitas pastorais se tornam mais frequentes. Os padres Antônio Firmino Vieira de Araújo e Oscar das Chagas Azevedo, representantes da administração diocesana, são recebidos com todas as honras em junho de 1916; O Lábaro, tendo fustigado com violência o "comtista extraviado" José Carneiro de Carvalho em março, apóia-se no Luizense e enfatiza a música dos "Ursos", de Santa Cecília; Seráfica de Castro, Iracema de Castro e Zita Azevedo saúdam os visitantes, antes dos discursos dos adultos. Neste mesmo ano os católicos festejam a morte inglória do pastor negro Bibiano na Casa de Correção da capital; os padres taubateanos aplaudem a repressão contra o Centro dos Operários Católicos que deixou de desempenhar o papel devoto que lhe era ditado pela Diocese.¹³³

Durante o ano crítico de 1917, pouco após a greve ge-

ral de São Paulo, os missionários redentoristas Orlando de Moraes e Conrado, vindos de Aparecida do Norte, percorrem todo o município no mês de agosto - o mês da grande vacância, em que tradicionalmente se celebrava a imponente festa do Divino, e que neste ano já perde algo essencial, a comilança proibida pelo vigário Ignácio Gioia - pregando pelos bairros primeiro, e distribuindo os sacramentos da Crisma e da Eucaristia na fase final, na cidade. Um capuchinho do convento de Santa Clara percorre também dez bairros rurais pelo fim do ano, confessando 1.517 pessoas, rezando 54 terços, administrando 157 primeiras-comunhões e 1.636 comunhões em 31 dias. Os livros Missionário Brasileiro e Sermões, de monsenhor Miguel Martins, são vendidos à proporção de 50 a 120 exemplares por paróquia a 7\$000 cada um, com ampla divulgação e propaganda nos órgãos de imprensa católica; o primeiro tem 590 páginas. As famílias podem assim ler em casa quantas vezes for necessário os tópicos tradicionais dos oradores sacros, redigidos pelo conferencista que sabe dirigir-se à "sociedade" com um estilo e um vocabulário mais apropriado.¹³⁴

No ano seguinte, após o rumoroso drama da "santa", ou da "histórica" do bairro do Chapéu, e depois que 301 eleitores luizenses votaram no cônego Valois de Castro, candidato ao Senado paulista (o adversário, doutor Luís Pereira Barreto, recolhe apenas 15 votos), e pouco após o surto da gripe espanhola em outubro, os padres redentoristas de Aparecida visitam 17 bairros rurais, dedicando especial atenção ao bairro do Chapéu; em 47 dias proferem 136 sermões, ouvem 2.937 confissões, que resultam em 3.216 comunhões e celebram a primeira comunhão de 188 crianças; no núcleo urbano, ouvem 810 confissões e dão 1.010 comunhões. O doutor Ernesto Babo Filho, presidente do Conselho Particular dos Vicentinos e os três presidentes das Conferências aplaudem a decisão da Câmara Municipal em março de 1919, de fazer funcionar o Mercado Municipal aos sábados e domingos, já que, além de atender às conveniências de todos os negociantes, como argumentou o vereador Mário Pereira de Gouveia, harmoniza os interesses dos mesmos com o unânime sentimento religioso da população; mas em novembro de 1921, em resposta a uma representação feita por comerciantes e fazendeiros, que alegam preocupação com a alfabetização das crianças, a Câmara decide retomar a tradição do mercado aos domingos.¹³⁵

NOTAS

1. LE GOFF, Jacques. "A história do cotidiano" in História e Nova História. Lisboa. Teorema. 1986.
2. O Paulista (?), I, nº 32, 23/8/1862, p. 1, Correspondência. Guaringuetá.
3. O Taubateense nº 54, II, 31/1/1863, p. 1, Correspondência.
4. O Paulista nº 81, I, 3/9/1863, p. 1, Correspondência.
5. O Liberal Taubateense nº 31, I, 15/3/1888, pp. 2-3, Festas do Tremembé.
6. O Liberal Taubateano nº 58, I, 8/4/1888, p. 3, Guaringuetá.
7. O Noticiarista nº 100, I, 18/8/1889, pp. 1-2, Manguinhas de fora.
8. O Noticiarista nº 96, I, 1/8/1889, p. 3, Tremembé; nº 93, I, 21/7/1889, p. 1, Varíola.
9. Museu Oswaldo Cruz - Câmara Municipal de São Luís do Paraitinga. III. C.5. Jogos (1882-1889).
10. O Noticiarista nº 106, II, 8/9/1889, p. 2, Uma romeira d'Aparecida.
11. O Noticiarista nº 193, II, 17/7/1890, pp. 4 e 5, Festa do Tremembé.
12. nº 199, II, 10/8/1890, p.2, Festas do Tremembé; nº 200, 14/8, p.

2, Diversões no Tremembé.

13. *Jornal do Povo* nº 59, VI, 11/8/1892, p. 1, Festas do Tremembé; nº 60, VI, 14/8/1892, pp. 1-2, A festa do Tremembé; ROMANO, Roberto, *Brasil: Igreja contra Estado*. SP. Kairós. 1979, p. 113.
14. *O Taubateano* nº 72, II, 11/8/1901, p. 2, Engrossa.
15. *O Taubateano* nº 96, II, 5/2/1902, p. 1, Jogo... e jogo; pp. 1-2, Pelo Norte.
16. *A Verdade* nº 20, I, 13/8/1903, p. 1, Trasladação festiva; nº 22, I, 27/8/1903, p. 2, Solene trasladação.
17. *A Vila de Taubaté* nº 91, I, 13/6/1904, *passim*.
18. *A Verdade* nº 159, II, 12/9/1905, p. 2; *O Norte* nº 1.686, XIV, 4/9/1917, p. 2, Festas religiosas.
19. *O Luizense* nº LIII, II, 6/11/1904, p. 3, Peregrinação à capela de Brotas; nº LIV, II, 20/11/1904, p. 3, Rómária à capela de Brotas; ARAÚJO, Alceu Maynard "Ciclo agrícola, calendário religioso e mágico ligado à plantação" in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* vol. CLIX, XXIII, jul. 1955 - março 1957, pp. 43 e 96; HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil. Primeira Época*. Petrópolis. Vozes. 1979 (2ª ed.); pp. 346-351; AGUIAR, Mário. *op. cit.* cap. VII, Romarias, p. 15.
20. *O Norte* nº 608, VI, 6/8/1910, p. 1, A festa; p. 2, Revistinha; *O Lábaro* nº 113, III, 22/2/1912, p. 3, Associação do Senhor Bom Jesus de Tremembé. Balancete; nº 114, III, 29/2/1912, p. 1, Lobo com pele de ovelhá; *Luz da Aparecida* nº 226, XV, 17/5/1903, edição de aniversário; AZZI, Riolando. "As Romarias no Brasil" in *Revista de Cultura Vozes*. vol. LXXIII, ano 73, nº 4, 1979, p. 52.
21. *A Federação* nº 193, IV, 15/8/1912, pp. 2-3, Croniqueta.
22. *A Ordem* nº 28, I, 16/7/1916, p. 2, "Vil calúnia"; nº 29, I, 23/7/1916, p. 1, O jogo e a festa; p. 3, Seção paga.
23. *O Luizense* nº 373, XIX, 16/10/1921, p. 3, Nossa Senhora das Brotas. Romaria; Aniversário nupcial; *O Paraitinga* nº 3, 1/8/1926, pp. 4-5, Para rir...; nº 7, I, 29/3/1926, p. 4, Para

rir.

24. aut. cit., "Ciclo agrícola, calendário religioso e mágico ligado à plantação" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo vol. CLIX, XXIII, jul.1955-março 1957; AGUIAR, Mário op. cit. cap. XXVIII, Natal. Folia de Reis; MORAES FILHO, Mello. Festas e tradições populares do Brasil. BH: Itatiaia; SP: Edusp. 1979, p. 51; Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga (Crime). Autos do ano de 1912, processo nº 19; O Porvir nº 44, I, 24/12/1916, p. 3, Conflito; A Tesoura nº 13, I, 1/1/1920, p. 2, Precisa-se...; Chicote nº 0, I, agosto de 1978, p. 4, João Eduardo: um folião.
25. ARAÚJO, Alceu Amaral. "Documentário Folclórico Paulista. Caçapó" in Paulistânia nº 40, maio-junho de 1951; MORAES FILHO, Mello. op. cit.: pp. 109-116; MORIN, Edgar, O homem e a morte. Lisboa. Publicações Europa-América. s/d, p. 194; FREYRE, Gilberto, Sobrados e Mucambos. RJ.:José Olympio; Recife: Câmara dos Deputados; Governo do Estado de Pernambuco: Sec. de Turismo, Cult. e Esportes. 1981 (6ª ed.), p. 68.
26. MAYNARD ARAÚJO, Alceu. "Ciclo agrícola..."; MORAES FILHO, Mello. op. cit. pp. 144-148; CIMI. Confederação dos Tamoios. Brasília: CIMI; Petrópolis: Vozes. 1984; Jornal do Povo nº 167, VII, 22/1/1895, p. 3, Festa de São Sebastião; O Luizense nº 386, VI, 24/1/1909, p. 3, Missa de S. Sebastião; nº 530 24/1/1918, p. 3, Festa de São Sebastião.
27. ARAÚJO, Alceu Maynard. op. cit.; O Noticiarista nº 241, III, 4/1/1891, p. 2, Grande passeata.
28. O Luizense nº 340, V, 12/3/1908, p. 3, Festa de São José. Programa; nº 376, 21/3/1909, p. 3, Festa de São José.
29. O Norte nº 234, III, 28/3/1907, p. 2, 25 de Março; MARCONDES, Maria Thereza Ramos. Tempo e Memória. Taubaté. CO/Prefeitura Municipal de Taubaté. 1976, p. 121.
30. SCARANO, Julita. Devoção e escravidão. SP. Nacional.1975, p. 38; MAIA, Thereza Regina de Camargo. "Festa de São Benedito em Guaratinguetá" in Revista Ângulo nº 9, jan-abr. 1981; RABACAL, Alfredo João. As congadas no Brasil. SP. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, e Conselho Estadual de Cultu-

- ra. 1976; Diário Paulista nº 207, I, 5/4/1888, p. 2, Uma vítima; O Imparcial nº 55 I, 22/5/1894, p. 3, Semana passada.
31. MAIA, Thereza Regina de Camargo, op. cit.; AGUIAR, Mário de. op. cit., pp. 37-38 e 43; FREYRE, Gilberto. op. cit. pp. 480 passim.
32. Jonal de Taubaté nº 1714, X, 27/3/1904, p. 3, Festa do glorioso S. Benedito no Convento de Santa Clara; nº 2001, XI, 13/6/1905, p. 2, Conflito.
33. O Luizense nº 615, XVII, 8/4/1921, pp. 2-3, Festa de São Benedito; O Paraitinga nº 40, II, 29/5/1927, p. 2, Inqualificável!; nº 8, I, 5/9/1926, p. 5, Alerta; Cadernos de Juca Teles do Serão nº 30, p. 64 (verso).
34. aut. cit.; Imagens religiosas de São Paulo. SP. Melhoramentos/Edusp. 1971, pp. 108, 58, 251 passim; RIBEIRO NETO, Pedro de Oliveira. "Santos de barro paulistas no século XVII" in Revista do Instituto de Estudos Brasil 4: 15-27; 1968.
35. BASTIDES, Roger. Estudos afro-brasileiros. SP. Perspectiva. 1973, pp. 230-231; As Américas negras. SP. Difel/Edusp. 1974, p. 147; FERRETI, Sérgio Figueiredo (org.) Tambor de crioulo: ritual e espetáculo. São Luís. SIOGE. 1979. pp. 99-100.
36. O Futuro nº 23, I, 8/5/1881, pp. 2-3, O conflito na igreja de Santo Antônio no Maranhão.
37. O Noticiarista nº 165, II, 11/4/1890, pp. 1-3, Folhetim; p. 2, Que beliscão danado!; p. 3, O incidente de 6ª feira.
38. O Noticiarista nº 262, III, 19/3/1891, pp. 1-2, Os protestantes desordeiros; nº 270, III, 19/4/1891, p. 2, Feitiçaria e Com vistas ao doutor Promotor.
39. Paróquia de São Luís do Paraitinga. Livro dos Apostolados (1857-1908); O Luizense nº 64, II, 29/1/1905, p. 3, Semana Santa; nº 69, II, 5/3/1905, Semana Santa; nº 340, V, 12/3/1908, pp. 1-2, Semana Santa; nº 377, VI, 14/3/1909, p. 3, Semana Santa e Editais; nº 380, VI, 18/4/1909, p. 3, Semana Santa; Jornal do Povo nº 159, III, 29/5/1891, p. 3, Receita e despesas feitas com as solenidades da Semana Santa em São Luís do

40. A Federação nº 127, III, 9/4/1911, p. 2, Res, non verba; nº 131, III, 7/5/1911, p. 2, Aos meus contemporâneos.
41. ARAÚJO, Alceu Maynard. "Procissão das carroças de lenha" in Paulistânia nº 44, março-maio 1952; Jornal do Povo nº 243, VII, 7/5/1895, p. 2, Festa de Santa Cruz e Circo Atlântico.
42. A Redenção nº 32, II, 13/5/1882, p. 4, Festa de Santa Cruz em Vila de Redenção; O Luizense nº 355, V, 4/6/1908, p. 2, Festa no Cruzeiro Novo; nº 357, V, 4/6/1908, p. 3, Festa de Santa Cruz.
43. A Verdade nº 125, III, 9/5/1905, p. 3, sem título; O Norte nº 158, II, 6/5/1906, p. 1, Festa no Bairro; BRANDÃO, Pe. Ascânio. D. Epaminondas. SP. Of. Gráf. da "Ave Maria". 1941.
44. ARAÚJO, Alceu Maynard, op. cit.; ANDRADE, Mário de. "A entrada dos palmitos" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. XXXII, III, fev. 1937.
45. ARAÚJO, Alceu Maynard. "Ciclo agrícola...".
46. A Federação nº 179, IV, 9/5/1912, p. 3, Carta de um inspetor da roça; SABARÁ, Romeu. "A festa da primeira capina entre os Arturos". VII Encontro Nacional de Estudos Rurais e urbanos. CERU.USP. 18/9/1980.
47. MARCONDES, Maria Thereza Ramos. Tempo e Memória. Taubaté. CQ/Prefeitura Municipal de Taubaté. 1976, pp. 148-149.
48. ARAÚJO, Alceu Maynard. "Procissão das carroças de lenha"; O Norte nº 581, VI, 5/5/1910, p. 7, As rogações; O Luizense nº 655, XVIII, 5/5/1921, p. 2, Ladainhas de maio.
49. ROMANO, Roberto. Brasil; Igreja contra Estado. SP. Kairós. 1979, p. 102.
50. JUNG, Carl Gustav. Interpretação psicológica do dogma da Trindade. Petrópolis. Vozes. 1979, p. 58 passim; BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. RJ. Nova Fronteira. 1980. Terceira Parte, capítulo. 1.
51. O Norte nº 1.624, XIII, 3/6/1917, p. 1, A celebração das festas religiosas em Taubaté. O Mês de Maria.
52. O Luizense nº 389, VI, 20/6/1909, p. 3, Festas.

53. AZZI, Riolando, op. cit. p. 53; O Luizense nº 803, XXIII, 11/9 1927, p. 1, 8 de setembro; ROMANO, Roberto, op. cit. p. 117.
54. HOORNAERT, Eduardo. História da Igreja no Brasil. Primeira Época. Petrópolis. Vozes. 1979. (2ª ed.), 348 e 370.
55. SCARANO, Julita. Devoção e escravidão, p. 33; Gazeta de Taubaté nº 53, VI, 21/7/1881, pp. 2, Festa do Carmo e Companhia Keller; O Futuro nº 34, I, 24/7/1881, pp. 1-2, Companhia Keller.
56. A Redenção nº 32, II, 13/5/1882, p. 4; Teatro; O Norte nº 381, IV 21/6/1908, p. 2, Incêndio no teatro.
57. O Noticiarista nº 184, II, 15/6/1890, p. 2, Devoção de Nossa Senhora do Carmo.
58. SCARANO, Julita, op. cit., pp. 39-48; VAN DER POEL, Frei Francisco O rosário dos homens pretos. BH. Imprensa Oficial. 1981, pp. 60-63.
59. TOLEDO, Francisco de Paula. História do Município de Taubaté. Taubaté. CQ/Prefeitura Municipal de Taubaté: 1976 (2ª ed. ano tado; a 1ª edição é de 1877), p. 13.
60. O Luizense nº 656, XVIII, 29/5/1921, pp. 26-27, Historiando; nº 426, XIII, 21/10/1915, p. 2, Apontamentos históricos. 1º Centenário da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário; nº 656, p. 35, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.
61. Livro de Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1805-1899), folhas 4 (verso) a 10 (verso); Livro de Atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1857-1875), sessões de 26/3/1868 e 13/6/1869.
62. Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga (Cível). Inventários, Arrolamentos e outros do ano de 1888.
63. Livro de Atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1857-1875).
64. Livros de Atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1857-1875 e 1876-1906); Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Rosário (1878-1882); A Redenção nº 16, II, 6/1/1882, p. 1, Festeiros; p. 4, Seção Particular; nº 32, II, 13/5/1882, p. 1, Eleição.

65. Livro de Atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1876-1906), sessão de 2/12/1899; Livro de Alistamento dos Irmãos. Irmandade de São Benedito (1891-1899); Livro de Receita e Despesa da irmandade de São Benedito (1891-1899), folhas nº 3 e 8; Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1899-1906), folha nº 4 (verso).
66. Livro de Atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1876-1906), sessão de 4/4/1904.
67. O Luizense nº 773, XXIII, 23/1/1927, p. 1, Ao coração generoso.
68. LODY, Raul. Devoção e culto a Nossa Senhora da Boa Morte. RJ. Altiava. 1981; Gazeta de Taubaté nº 33, III, 14/8/1880, p. 3, Devoção da Senhora da Boa Morte; O Norte nº 1043, IX, 13/8/1913, p. 1, Festas religiosas; O Noticiarista nº 404, IV, 21/8/1892, p. 3.
69. Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga (Cível). Inventários, Arrolamentos e outros do ano de 1888; Paróquia de São Luís do Paraitinga. Livro de Receita e Despesa da Irmandade de São Miguel Arcanjo e Almas (1858-1880).
70. O Luizense nº 387, VI, 6/6/1909, p. 3, Festa do Corpo de Deus.
71. TOLEDO, Francisco de Paula. História do Município de Taubaté. CQ/Prefeitura Municipal. 1976, p. 28, e nota 71.
72. MOC.-CMSLP. XVIII. B. Religião (1838-1903); Paróquia de São Luís do Paraitinga. Livro de Lançamento das anuidades dos Irmãos do Sacratíssimo Coração de Jesus; O Luizense nº LIV, II, 20/11/1904, pp. 1-2, Ubatuba.
73. O Comércio de Taubate nº 16, I, 23/6/1898, p. 2, Sagrado Coração de Jesus e Visita.
74. O Luizense nº 354, V, 31/5/1908; nº 360, 21/6; nº 361, 28/6; nº 346, VI, 7/3/1909 e nº 395, 8/8/1909.
75. ALMEIDA, Aluísio de. "Noite de São João" in Paulistânia nº 40, maio-junho 1951.
76. O Paulista nº 77, I, 20/8/1863, p. 1, Correspondência; A Redenção nº 13, I, 2/7/1881, p. 1, Festa de São João; O Luizense (?) (26)/6/1904, p. 3, São João Batista.

77. O Luizense nº XXXIV, I, 26/6/1904, São João Batista; Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga, Autos do Tribunal de Justiça de 1914; O Popular nº 95, I, 26/6/1895, p. 4, Festa de Santo Antônio dos Pobres; O Norte nº 874, VIII, 26/6/1912, p. 1, Pic-nic; O Luizense nº 659, XVIII, 30/6/1921, p. 2, Festa de São João; nº 507, XIV, 5/7/1917, p. 3, Festa de São Pedro; nº 763, XXIII, 14/11/1926, p. 2, Festa de São Pedro.
78. aut. cit., op. cit., pp. 140-142; ARAÚJO, Alceu Maynard, op. cit., pp. 73-78; ALMEIDA, Aluísio, op. cit.
79. O Norte nº 805, VIII, 10/1/1912, p. 1, Retiro dos Vicentinos; O Lábaro nº 170, IV, 27/3/1913, p. 2, Pro-caridade. O "curso" de domingo; Paróquia de São Luís do Paraitinga, Livro de Inscrições da Associação das Damas de Caridade; O Luizense nº 646, XVIII, p. 2, Uma carta; p. 3, Instituições de Caridade.
80. Jornal do Povo nº 158, III, 23/5/1891, pp. 2-3, A pedidos. Espírito Santo.
81. HUBERT, H. Resenha de WEINEL, Heinrich. Die Wirkungen des Geistes und der Geister im nachapostolischen Zeitalter bis auf Irinaeus (A operação do Espírito Santo e as manifestações de espíritos desde os apóstolos até Irineu) in L'Année Sociologique 4^e année (1899-1900). Paris. Alcan, pp. 207-209.
82. ELIADE, Mircea. História das crenças e das idéias religiosas tomo II, vol. 2. RJ. Zahar. 1979, pp. 156-164; KNOWLES, D. e OBOLENSKY, D. Nova história da Igreja. A Idade Média. Vol. 2. Petrópolis. Vozes. 1974, pp. 403-404.
83. ETZEL, Eduardo. Imagens religiosas de São Paulo. SP. Melhoramentos/Edusp. 1971, pp. 83-89.
84. JUNG, Carl Gustav. Interpretação psicológica do dogma da Trindade. Petrópolis. Vozes. 1979, pp. 20, 49-50, 58-59; ELIADE, Mircea, História das crenças e idéias religiosas tomo II, vol. 2, pp. 144-148 e 179.
85. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, "A festa do Espírito Santo na Casa de São José" in Religião e Sociedade nº 8, p. 61.
86. Jornal de Taubaté nº 1.782, X, 10/6/1904, p. 1, A folia.

87. *Jornal de Taubaté* nº 2.323, XIII, 27/6/1907, p. 1, Derrubada
88. *O Norte* nº 371, IV, 17/5/1908, pp. 2-3, Festividades religiosas do Divino Espírito Santo na Matriz desta cidade.
89. DAESP. Ordenanças. nº de ordem 288, caixa nº 59, doc. 59-2-15, de 30/12/1803; PEREIRA, Niomar de Souza, e JARDIM, Mára Públio de Souza Veiga. Uma festa religiosa brasileira. SP. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia/Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas. 1978, pp. 22-23.
90. HERRMANN, Lucila. "Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos" in *Revista de Administração*. SP nº 5-6. SP. mar/jun.1948; DEBRET, Jean Baptiste. *Viajem Pitoresca e Histórica ao Brasil* tomo II. BH: Itatiaia; SP:Edusp. 1978, p. 254; EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil*. BH: Itatiaia; SP:Edusp.1976, p. 255; PEREIRA, Niomar de Souza, e JARDIM, Mára Públio de Souza Veiga. Uma festa religiosa brasileira pp. 47 e 38.
91. MOC-CMSLP. Vereanças (1800-1814), folha 142 (verso), 16/4/1809; Atas da Câmara (1829-1839), sessão de 4/11/1836.
92. DAESP. Ordenanças. nº de ordem 288, caixa nº 59, docs. 59-2 -28 de 21/6/1819, 59-2-31 de 4/8/1819, e 55-2-41 de 22/3/1820; Ofícios Diversos. São Luís do Paraitinga. nº de ordem 1.265, caixa nº 470, ofício de 30/7/1827; TRINDADE, Jaelson Bitran "No caminho do Paraitinga", op. cit., p. 15.
93. MOC-CMSLP. XVIII. F. Festas (1840-1903), docs de 13/4/1840, 3/1/1872 e 19/3/1872; *Cadernos de Juca Teles do Sertão* nº30, p.66.
94. EWBANK, Thomas. op. cit., p. 192; ARAÚJO, Alceu Maynard. "Ciclo agrícola"; ZALUAR, Alba, "Os santos e suas festas" in *Religião e Sociedade* nº 8, julho de 1982, pp. 55-56.
95. MOC-CMSLP. Atas da Câmara (1845- 1860), sessões de 22/6/1845; PEREIRA, Niomar de Souza, e JARDIM, Mára Públio de Souza Veiga, op. cit. pp.16-19, 27, 39, 46, 78, etc; ARAÚJO, Alceu Maynard. "A cavalhada de São Luís do Paraitinga" in *Paulistânia* nº 23, maio-junho de 1948; e "Ciclo agrícola..."
96. MOC-CMSLP. Posturas Municipais. C.2, artigos 29, 30 e 24; MORAES FILHO, Mello. *Festas e tradições populares do Brasil*, pp. 121-125.

97. O Taubateense nº 35, I, 20/9/1862, pp. 1-2, São Luís; ZALUAR, Alba. "Os santos e suas festas" in Religião e Sociedade nº 8, julho de 1982, p. 50.
98. O Luizense nº 496, XIV, 19/4/1917, pp. 1-2. Palestrando.
99. O Paulista nº 157, II, 4/9/1864, p. 1, Correspondência do Paulista.
100. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. "A festa do Espírito Santo na Casa de São José" in Religião e Sociedade nº 8, julho de 1982, pp. 69-70; autoras citadas, Uma festa religiosa brasileira, pp. 66-67.
101. PEREIRA, Niomar de Souza, e JARDIM, Mára Públio de Souza Veiga, op. cit., p. 28; O Noticiarista nº 166, II, 13/4/1890, p. 1, Um imposto; MOC-CMSLP. Atas da Câmara (1871-1873), sessão de 23/3/1872; Gazeta de Taubaté nº 56, VI, 31/7/1881, p. 3, Ao público; Atas da Câmara (1897-1902), sessão de 7/1/1898; idem (1902-1910), sessões de 12/11/1903, 28/11/1904 e 16/10/1905; O Lábaro nº 13, I, 31/3/1910, p. 4, Proibição de esmolar.
102. Jornal do Povo nº 158, III, 23/5/1891, p. 3, Conta da receita e despesa com as solenidades da Semana Santa no corrente ano; O Norte nº 67, I, 18/6/1905, p. 4, Festa do Espírito Santo; nº 183, 22/7/1906, p. 3, Festa do Espírito Santo; O Lábaro nº 343, VII, 27/7/1916, p. 2, Balancete; nº 439, IX, 6/6/1918, p. 2, Balancete da festa do Divino; nº 443, IX, 4/7/1918, p. 2, Balancete.
103. A Zagaia nº 9, I, 24/5/1896, p. 2, Espírito Santo; O Norte nº 165, II, 31/5/1906, p. 2, Festa do Divino; O Lábaro nº 94, II 19/10/1911, p. 3, Pelas paróquias. São Luís.
104. O Norte nº 1.166, X, 5/6/1914, p. 2, Pentecostes.
105. Informações prestadas pelo senhor José de Castro - Juca Monteiro; O Luizense nº 500, XIV, 17/5/1917, p. 3, Programa da festa do Divino Espírito Santo; nº 553, XV, 22/8/1918, p. 2, Festa de São Luís; nº 555, XV, p. 3, Festa de São Luís. Balancete; O Correio da Serra nº 22, II, 24/5/1980, p. 3, Oi oi oi o João Paulino, oi oi oi a Maria Angu.
106. ARAÚJO, Alceu Maynard, "Ciclo agrícola..."; entrevista.

107. O Norte nº 918, VIII, 9/10/1912, p. 2, Festa de São Francisco; O Luizense nº 398, VI, 5/9/1919, p. 2, Festa do Espírito Santo; O Norte nº 100, I, 15/10/1905, p. 1, Festa no convento.
108. ARAÚJO, Alceu Maynard de. "Ciclo agrícola..."
109. ibidem; ETZEL, Eduardo. op. cit., pp. 73-76; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "A Dança de São Gonçalo, fator de homogeneização social numa comunidade do interior da Bahia" in O campesinato brasileiro. Petrópolis. Vozes. 1976 (2ª ed.)
110. Gazeta de Taubaté nº 33, III, 14/8/1880, pp. 2-3.
111. Jornal de Taubaté nº 2.050, XII, 15/8/1905, p. 1, Na conquista do céu.
112. A Federação nº 236, V, 6/11/1913, pp. 1-2, O Benedito.
113. TOLEDO, Francisco de Paula. História do Município de Taubaté. Taubaté. CQ/Prefeitura Municipal de Taubaté. 1976 (2ª ed; a primeira é de 1877); Gazeta de Taubaté nº 13, VII, 9/3/1884, pp. 2-3, Acusações ao clero; A Verdade nº 172, III, 27/10/1905, p. 9, Convite Paroquial; O Norte nº 1.631, XIII, 24/6/1917, p. 1, As práticas religiosas em Taubaté.
114. Relatório da História e do Movimento Religioso da Paróquia de São Luís do Paraitinga; Livro(?)
115. Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga (Cível). Inventários, arrolamentos e outros do ano de 1883.
116. Papéis avulsos encontrados no Museu Oswaldo Cruz, Ata de Nomeação para Tesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento. São Luís do Paraitinga. 23/13/1886, transcrita em 20/11/1889.
117. Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga (Cível). Inventários, arrolamentos e outros do ano de 1888. Autos de Prestação de Contas da Irmandade do Santíssimo Sacramento.
118. O Luizense nº XXVI, I, 3/7/1904, p. 2, Notícias; nº XXXVIII, 17/7/1904, p. 2, Com o delegado Pedro P. Pereira; p. 3, A pedidos. Irmandade do Santíssimo Sacramento; nº XXXVIII, 24/7/1904, p. 2, Ligeiros reparos; nº 64, II, 29/1/1905, p. 3, Última hora. Demissão; Cúria Diocesana de Taubaté. Livro de Compromissos de Irmandades, pp. 1-8.

119. Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga (Cível). 1887.
120. AZEVEDO, Ferdinand Ensino, jornalismo e missões jesuíticas em Pernambuco. 1866-1874. Recife.FASA.1981; Gazeta de Taubaté nº 84, VI, p. 3, Hóspede ilustre.
121. op. cit., cap. 3. SP. Ática. 1982.
122. A Imprensa de Taubaté nº 28, I, 9/7/1876; nº 31, 30/7/1876.
123. A Imprensa de Taubaté nº 34, I, 27/8/1876, pp. 1-2, Missões em Taubaté (transcrito do Apóstolo).
124. Gazeta de Taubaté nº 15, VI, 20/3/1884, pp. 2-3, São Luís do Paraitinga; O Noticiarista nº 51, I, 17/2/1889, p. 2, Raio; Relato da história de São Luís do Paraitinga, p. 9; O Noticiarista nº 305, IV, 27/8/1891, p. 1, Missionário.
125. O Noticiarista nº 365, IV, 27/3/1892, p. 1, Missões, e Bailes Populares; p. 2, Cobras sucúris, e Os missionários; Jornal do Povo nº 25, VI, 31/3/1892, p. 1, Os distúrbios de domingo, Os capuchos, O "Noticiarista" no seu papel; p. 2, Missão, e Vigário Nascimento de Castro.
126. Jornal do Povo nº 25, p. 1, Os capuchos; O Norte nº 47, I, 9/4/1905, p. 1, Aos meus amigos e conterrâneos.
127. Relato da História de São Luís do Paraitinga, p. 9.
128. O Norte nº 37, I, 5/3/1905, pp. 3-4, Conferências religiosas aprovadas e agraciadas pelo Santo Padre; nº 273, III, 6/6/1907, p. 2, Conferências.
129. O Norte nº 576, VI, 13/4/1910, p. 2, Os missionários; O Lábaro nº 11, I, 20/3/1910, p. 6, As santas missões; nº 16, 21/4/1910; pp. 5-6, Frades sacrílegos.
130. O Lábaro nº 23, I, 9/6/1910, p. 5, Visita pastoral; nº 26, 30/6, pp. 6-7, Mudança de Mercado; MOC-CMSLP, XII, Atas da Câmara (1902-1910), sessão de 9/6/1910; idem (1892-1897), sessões de 16/3, 18/4 e 18/6/1896; idem (1910-1922), sessões de 25/5 e 5/7/1911 e de 11/7/1912.
131. O Norte nº 635, VII, 13/11/1910, pp. 1-2, Questão religiosa; p. 2, Habeas-corpus, e Notas e fatos; O Lábaro nº 69, II, 27/4/1911, p. 1, A impiedade de Belén de Sárraga; nº 83, II, 3/8/1911, p. 3, Protesto das senhoras católicas contra as confe-

rências da agitadora anti-clerical Belén de Sárraga; nº 89, II, 14/9/1911, p. 1, O caso do Convento de Santo Antônio; O Norte nº 1.765, XIV, 17/5/1918, pp. 1-2, Carta ao eleitorado paulista (campanha eleitoral do cônego Valois de Castro, candidato ao Senado paulista).

132. Relato da História de São Luís do Paraitinga, p. 9; O Lábano nº 121, III, 18/4/1912, p. 2, Missões em São Luís do Paraitinga. O Lábano nº 284, VI, 10/6/1915, p. 3, Missões em São Luís.
133. O Norte nº 1.157, X, 15/5/1914, p. 2, 13 de Maio; O Lábano nº 261, V, 31/12/1914, p. 2, Notícias de São Luís do Paraitinga; nº 313, VII, 6/1/1916, p. 3, Árvore do Natal em Guaratinguetá; nº 336, VII, 15/6/1916, p. 1, Visita diocesana; nº 350, VII, 30/9/1916, p. 1, O célebre Bibiano; nº 363, VII, 21/12/1916, p. 1, Centro dos Operários "Católicos"?
134. O Luizense nº 515, XIV; 6/9/1917, p. 3, Missões; O Lábano nº 423, IX, 14/2/1918, p. 1, Visitas paroquiais aos bairros rurais; O Norte nº 1.565, XIII, 17/1/1917, pp. 1-2, O grande missionário; nº 1.613, XIII, 13/5/1917, p. 2, Missionário Brasileiro.
135. O Lábano nº 439, IX, 6/6/1918, p. 3, Candidatura Valois; nº 476, X, 13/12/1918, p. 1, Visitas paroquiais rurais; MOC-CMSLP; XII. Atas da Câmara (1910-1922), sessões de 5/3/1919, 1/5/1919, e de 27/11/1921.

CARNAVAL, LOUCURA E TRANSGRESSÃO

Entrudo e carnaval

As primeiras imagens carnavalescas registradas pela imprensa taubateana, em 1862, são máscaras de papelão. Um casal distribui - o homem, sisudo, confeitos; a mulher (um travesti), em trejeitos, flores - mimos às mulheres que observam o desfile; um outro pedestre é um Arlequim todo coberto de canudos de taquara - uns dourados, outros pintados, colocados simetricamente com muito bom gosto. No desfile de carros alegóricos, dois casais chamam a atenção da multidão: o marinheiro a conduzir uma freira num barco, remando sobre o mar de cabeças, e a alegoria do mundo às avessas, um homem costurando enquanto a esposa trabalha masculinamente com a sovele de sapateiro. Há mais de oitenta máscaras, são os membros da Sociedade Carnavalesca Taubateana que passeiam a pé, a cavalo ou em andores que lembram aqueles das procissões religiosas, tendo como ponto de partida o Hotel de monsieur Roubin no Largo da Palmeira. Na 3ª Feira Gorda, há um número maior de máscaras, que o jornal O Taubateense prefere não comentar por não pertencerem à elite burguesa da cidade. Além dos desfiles de rua, há bailes de máscara da Sociedade Carnavalesca e da Sociedade Concórdia Familiar.

Outras celebrações simultâneas têm lugar na igreja matriz, onde Francisco Gomes da Luz toma a direção da Festa das 40 Horas: profusamente iluminado, o templo católico expõe o Santíssimo Sacramento à adoração dos fiéis, permanentemente velado por uma guarda de honra, e três missas cantadas se celebram às nove horas da manhã. Na 4ª feira, a Procissão de Cinzas parte do convento franciscano e percorre a cidade com 16 andores. O Taubateense observa que

apenas São Boaventura, a Divina Justiça e o Crucificado estiveram bem preparados, e que os demais teriam feito melhor se não saíssem, "porque o fim da procissão é aumentar a fé e não mover o riso".

Na cidade de Lorena, não muito distante, o coronel José Vicente de Azevedo, chefe do Partido Conservador, anota suas despesas particulares (178\$420, além das roupas e objetos para troca) e as despesas da Sociedade União Carnavalesca de que é membro destacado (693\$860). Uma pesquisadora percebe a intenção do folião, de fazer a festa valer por um grande comício político do seu partido; e anota uma cena dos folguedos de rua, dois estudantes mascarados. Um, vestido de bailarina sobre um belo cavalo branco, atira flores às moças, enquanto outro, fantasiado de macaco e montado sobre um asno, atira bananas à população.¹

Neste mesmo ano, surge em São Luís do Paraitinga a comemoração do mês de Maria. Toma corpo a campanha contra a tradição de exposição dos defuntos pelas ruas e se ultima a aquisição do grande relógio a ser instalado na torre da igreja matriz de Taubaté: as imagens do Carnaval, de Cinzas e da Quaresma disputam fisicamente o espaço e o tempo da sociedade na região cafeeira do Norte de São Paulo. Nenhuma referência à população escrava é registrada neste primeiro carnaval burguês embora se possa imaginar que o macaco a atirar bananas em Lorena tenha sido visto como paródia aos jogos do entrudo, em que escravos, libertos e povo pobre lançam laranjas de cera e outros projéteis. Aqui, é a elite dominante quem alveja a multidão, fazendo-o com a sofisticação importada da Europa sob a designação de carnaval veneziano. Os textos permitem notar a predominância das insinuações eróticas e especialmente a importância da ambigüidade dos travestis. Do entrudo, a velha tradição portuguesa e colonial, não há notícia neste primeiro carnaval registrado e promovido pela imprensa burguesa. Mas já se percebeu há muito que estes monumentos de papel omitem rigorosamente as falas de outros agentes sociais presentes na festa.

Além da luta pelo espaço das ruas, dos bairros rurais e das fazendas, está em curso o penoso combate dos fazendeiros de toda a vasta região do Norte de São Paulo e do Sul de Minas pela abertura de uma estrada decente para o porto de Ubatuba, enquanto os governos provincial e imperial cobram pesados impostos a fim de

construir estradas de ferro que beneficiarão os portos de Santos e do Rio de Janeiro, somando-se à ação dos atravessadores, camaristas e comissários que se apropriam de boa parte dos lucros extraídos na lavoura escravista.

No ano seguinte, desde fins de janeiro a imprensa divulga o programa do Ateneu Dramático Taubateense que pretende apresentar durante o carnaval os dramas Uma vítima, do autor português Antônio Mendes Leal, As duas amantes, do taubateano Joaquim Vicente de Andrade e Artur, em que estreará a nova atriz contratada pela companhia, dona Maria Eulália de Camargo. o diretor da Sociedade Carnavalesca Taubateense, Manuel Alves Moreira da Costa, anuncia que a 7 de fevereiro ao anoitecer sairá um bando de máscaras a cavalo acompanhado de música abrindo os festejos; nas três tardes seguintes, desfilarão pela área nobre da cidade entre duas bandas de música, e haverá um baile da associação à noite de 3ª feira; os membros da Associação devem se reunir na casa de José Nogueira de Mattos. Às vésperas do carnaval, o diretor publica o programa, que é um verdadeiro regulamento com 6 artigos, definido na reunião:

Os sócios mascarados deverão concentrar-se no Largo da Palmeira entregando ao diretor o cartão numerado sem o qual não serão aceitos; sairão em cortejo após a queima de fogos, atrás da primeira corporação musical; primeiramente marcharão os mascarados a cavalo, aos pares, depois os carros alegóricos e os pedestres. O controle à entrada do baile também será rígido, sendo recebidos apenas os sócios, suas famílias e os convidados que apresentarem o respectivo cartão. Na rua, os mascarados não deverão se demorar junto a nenhuma porta ou janela mais que o necessário para "as ofertas e recebimentos dos espectadores" - provalmente flores, doces, talvez dinheiro - e estão proibidos de ofender com palavras "a modéstia e repeito que deve reinar no divertimento". O estilo formal do programa não surpreende, já que os diretores da Sociedade Carnavalesca Taubateense ocupam frequentemente o posto de juiz de paz, como José Nogueira de Mattos e seu irmão, o capitão João Nogueira de Mattos.

O jornal O Taubateense dedica maior atenção à festa das 40 Horas, que, celebrada com toda a solenidade, tendo aí pregado o vigário nos três dias, nada deixou a desejar. A Ordem Terceira de São Francisco, talvez por temer o prolongamento indesejável do carnaval na 4ª feira, decidiu não realizar a procissão das Cinzas.

Por outro lado, o jornal comenta rápida e superficialmente o desfile carnavalesco da Sociedade Carnavalesca, referindo-se a algumas máscaras de bom gosto e ao baile, que foi muito concorrido, porém mal servido e dirigido, ou seja, criticando abertamente o encarregado da festa, Manuel Alves Moreira da Costa.

Em maio chega a notícia do carnaval de Roma, em que um grupo de foliões representou a fuga do papa para Jerusalém: "Um desgraçado vestido como o Papa de batina branca, mantelete branco e com uma cruz pastoral, era puxado em um carro por três burros. À direita e à esquerda viam-se jesuítas, sacerdotes e austríacos que o escoltavam; um diabo fechava o cortejo, na frente do carro um grande dístico indicava a viagem a Jerusalém. A polícia tudo tolerou sem que desse o menor sinal de reprovação. O Bispo de Pezara, que não ama semelhante liberdade, dirigiu ao Presidente dos Ministros uma carta cheia de energia, em que reprovava e pedia providências contra semelhante proceder". A encenação carnavalesca romana pode ter estimulado a imaginação dos liberais em carnavais brasileiros nos próximos anos, especialmente à época da Questão Religiosa².

A Guerra do Paraguai e a epidemia de varíola de 1873 provocam o empobrecimento da imprensa de Taubaté. Em fevereiro de 1876, o recém-nascido jornal A Imprensa de Taubaté, que desde logo entra em choque com O Paulista, único periódico que, com dificuldades, conseguiu sobreviver desde 1863, prefere focalizar com atenção o entrudo: "O entrudo é brinquedo nocivo em todo o rigor da palavra (...) Todos se esquecem da circunspecção e pudicícia para renderem culto à paixão a mais desenfreada. (...) As consequências, que deste divertimento vêm, são: constipação, como mais graves; pneumonia - além de outros, é fatal ao sexo débil segundo o estado em que se achar a sua organização física. (...) Ontem alucinado [o folião] entregou-se com furor ao divertimento de laranjadas, água, polvilho, teatros, bailes e excessos na comida e bebida. Cada qual porfiando em ter a mão mais certa para fazer o jogo de laranjinha. Cada qual mais fogoso em deixar bem molhadinha o seu não me deixe. Cada qual abusando do respeito às castas donzelas para praticar uma imoralidade". O redator do editorial ameaça com doença os foliões que, como se vê, não são apenas as categorias inferiores da sociedade, mas também os membros da classe dominante. Manuel Alves Moreira da Costa permanece militando na organização do carnaval; os mascarados percorrem as

ruas sem muita animação nas duas primeiras tardes, talvez em razão da chuva. Na 3ª feira, há muitos mascarados elegantes jogando flores e entre os foliões avulsos se destaca o bando caricato que ridiculariza a tradição de festejar o enterro de crianças com foguetes e anjinhos, já referido.

Se o carnaval de 1876 se apresenta pouco brilhante, o entrudo, para incômodo do jornal e dos foliões elegantes, prevalece: "Este divertimento grosseiro e nocivo ainda neste ano se fez com desespero. Aos poucos a civilização o há de ir desterrando". E o vigário, num dos sermões da festa das 40 Horas, manifesta seu profundo pesar por ver nestes três dias a igreja deserta, sinal do amortecimento religioso³.

Já em 1880, um novo jornal, A Gazeta de Taubaté, que defende a necessidade de abertura do mercado aos domingos, alegando que desta forma os 6.000 escravos da lavoura poderão vir à cidade e assistir à missa - enquanto os demais jornais em geral são contrários a este ajuntamento considerando-o perigoso - não se refere ao entrudo quando faz um balanço pessimista do estado em que se encontra o carnaval: "Vai de mal a péssimo o carnaval entre nós. Um ou outro máscara que se apresenta em público, com aspirações a deitar espírito, são tão espirituosos que não têm outro merecimento a não ser depreciar as nossas instituições sociais com prejuízo do bom gosto, da civilização e do decoro que devemos manter. A nosso ver, desde que não haja uma associação constituída, a polícia deve proibir esses desvarios que não passam de um simulacro da idéia primitiva, senão uma ofensa atirada aos brios da sociedade em geral". Os desmandos a que o jornal se refere são, sem dúvida, situações típicas do entrudo; por razões que só a história social de Taubaté pode explicar, a elite da classe dominante não está organizada como em 1863 e 1876 para exibir outro modelo de procedimentos carnavalescos e tomar posse do espaço urbano, ocupado pela massa dos foliões tradicionais⁴.

A 20 de fevereiro de 1881, o jornal O Futuro se antecipa anunciando o Domingo Gordo em que principiarão as festas das 40 Horas, e se alegra por não ter aparecido ainda, graças à adiantada civilização de Taubaté, "o estúpido, grosseiro e pernicioso brinquedo do entrudo", alertando com um fato ocorrido na Corte: uma jovem doente que passava pela rua recebeu um banho e está em estado grave tendo se complicado a febre. Uma semana depois, O Futuro dedica duas longas

matérias ao carnaval que começa: "No dia de hoje, em outros tempos, . nossos maiores se consagravam a uma sorte de divertimentos diferentes do que se vê hoje em prática. O espírito se elevava na contemplação do infinito. (...) O entrudo, hoje convertido como moda para prática de atos indecentes, que no seu furor debruça o corpo forte no leito da dor e do desespero, era outrora feito com recato e moderação, ou não se fazia. (...) O que se vê hodiernamente é a má e livre educação. (...) O progresso da civilização do ensino livre traz o aniquilamento da moral do dever, e o endeusamento da anarquia e do comunismo. (...) Mascaram-se, jogam as laranjadas e cometem todos os excessos na comida e bebida, ao ponto de ficarem com o espírito turvado, o que também é moda; e neste delírio julgam-se aptos para todos os atos de desrespeito, de libertinagem e de indecência. (...) Fazei antes aparecer o carnaval. O carnaval é um divertimento que, se malicioso e cheio de alusões, ao menos se acoberta melhor com a capa da inocência e simplicidade. (...) No carnaval se censura o mal para animar a prática do bem. (...) Venha o carnaval substituir o bárbaro entrudo".

Tendo descrito a corrupção do Entrudo, que de Entrada, para a Quaresma, piedoso rito religioso, teria perdido completamente o sentido, por culpa da laicização do ensino, O Futuro historia agora o Carnaval, partindo das bacanais, lupercais e saturnais, e da etimologia (carne vale: adeus à carne), chega à tradição francesa - bailes noturnos mascarados e passeios do domingo gordo e terça-feira gorda como recordação das festas antigas de Momo, o deus pagão da zombaria, disfarce e dissimulação - e ao carnaval de Veneza, o mais célebre e mais brilhante. A seguir, questiona o individualismo do folião que se diverte molhando suas vítimas, tradição insensata e prejudicial à saúde, e recomenda o altruísmo que consiste em vestir uma incômoda máscara para propiciar prazer aos observadores. O fecho retoma a origem pagã do carnaval, para justificá-lo como um mal menor, necessário para a supressão do entrudo com seu sistema grosseiro de água, bombas, cal, graxa, etc.⁵

No ano seguinte, A Gazeta de Taubaté insiste na mesma postura: promove os organizadores do carnaval, fazendo votos para que a idéia não fique apenas em projeto, como nos anos anteriores; passada a festa, deplora e minimiza o entrudo e salienta a solenidade religiosa das 40 Horas. Em 1883, a situação é a mesma e o jornal busca uma explicação para a dificuldade de superar com o carnaval o entrudo

antediluviano: os cafezais atacados pela praga e pela concorrência de outras regiões. A festa das 40 Horas, organizada pelo secretário da Irmandade do Santíssimo Sacramento Joaquim Xavier d'Assis Dias, é que merece menção, já que a sociedade carnavalesca de Manuel Sales Amaral Gurgel não parece ter logrado sair do projeto. O entrudo, tão ridicularizado e condenado como as visitas aos presépios, persiste firmemente arraigado nas tradições da cidade.⁶

Outra cena do carnaval europeu é divulgada pela imprensa brasileira: na Terça-Feira Gorda deste ano, em Madri, às 18:30 horas, passando o sagrado viático, todos os foliões se ajoelharam, tiraram as máscaras e a banda executou a Marcha Real. Cena edificantíssima que os jornais utilizam para demonstrar o alto grau de civilização e respeito do carnaval. Abaixo o entrudo! é a palavra de ordem da sociedade carnavalesca Os Mandarins, organizada para o carnaval de 1884. Com fogos de bengala do pirotécnico Daniel de Carvalho e grande encarte publicitário nos jornais, desfile de máscaras e carros, archotes, banda de música e baile familiar, os Mandarins além de solicitar que as moças lhes joguem flores, fazem uma coleta em benefício do hospital de beneficência e conseguem suprimir qualquer referência ao entrudo na imprensa local, que pode atestar assim o progresso de Taubaté.⁷

O programa da festa de Nossa Senhora Aparecida a se realizar junto à capela em dezembro de 1887, divulgado em Taubaté pelo jornal O Liberal Taubateense prevê, além de espetáculo pirotécnico com uma surpresa hilariante, espetáculo de bonecos, pau de sebo e outras diversões profanas, um desfile de mascarados gaitando e dançando a cana verde. Assim, há que se levar em conta, ao buscar reconstituir o contexto em que se manifesta a disputa entre carnaval e entrudo, que as festas religiosas mantêm, quando não reformadas por um clero intransigente, a tradição colonial das mascaradas e a possibilidade de carnavalização em vários períodos do ano. O santuário será confiado à administração dos redentoristas alemães em 1894.

Um clérigo taubateano, comentando o impacto do romance português A morçadinha dos canaviais, concorda com os anti-clericais. Efetivamente, os missionários - nem todos - abusam em seu zelo contra as festas e a alegria saudável das aldeias, rivalizando com o pároco e exagerando o sentimento religioso que muitas vezes produz mau resultado. Se a irreligião é um mal, o fanatismo também o é; o tonsura-

do lembra que foi em nome da religião que se ateou o fogo da Inquisição, e que se fez correr muito sangue em chacinas como a Noite de São Bartolomeu e o episódio recente, em Portugal, quando os liberais detidos na cadeia de Extremoz foram mortos a machadadas. Mas é preciso lembrar que também em nome da liberdade têm sido cometidos crimes; qualquer instituição composta por homens, com 19 séculos de existência, como o clero, teria forçosamente cometido erros e acertos; o tonsurado sugere que os clérigos brasileiros sigam os modelos de Anchieta, Vieira e Montalverne, ou de Bossuet, Massillon, Lacordaire.⁸

O carnaval taubateano de 1888 é esplêndido, comemorando a emancipação dos escravos do município e a iminente aprovação da ferrovia para Ubatuba; é também um carnaval de luta - incentivando os abolicionistas de Guaratinguetá onde os fazendeiros recusam-se a imitar seus vizinhos - e republicano, federalista e mesmo separatista. O Liberal Taubateano faz a crônica da festa, dia a dia:

Domingo. Pela manhã, jovens da sociedade carnavalesca Bilontras - fundada em 1886 - percorrem as ruas com um barulhento Zé-Pereira (forma particular de alvorada caricata, que teria surgido no Rio de Janeiro por volta de 1840; inspira-se na tradição portuguesa - grandes tambores convocando o povo da aldeia para as procissões religiosas). Do trem expresso desembarca na estação um grupo de escravos fugidos de outros municípios, recebidos com entusiasmo pela multidão - que, tudo indica, para ali foi conduzida pelos Bilontras. Às 16 horas começa o cortejo carnavalesco, tendo à frente dois magníficos clairs. Há muitos cavaleiros mascarados, infantes e alegorias. O carro triunfal, representando uma cesta apoiada em quatro colunas, leva o porta-estandarte luxuosamente fantasiado e dois membros da comissão de festejos vestidos de preto, com riquíssimos distintivos. O segundo carro alegórico carrega a Liberdade cujo estandarte tem a legenda Abolição imediata, e o Escravagista, certamente ridículo e talvez alusivo aos chefes políticos conservadores de Guaratinguetá. O terceiro carro ironiza a disputa de empresários locais pelo privilégio de explorar o serviço de abastecimento de água; há muitos reis em torno de um poço. É possível que a crítica vise os adversários do engenheiro Fernando de Mattos, membro do Partido Liberal e futuro encarregado dos serviços. No quarto carro alegórico, os negros abandonam uma fazenda com trouxas às costas e ouvem os abolicionistas que lhes aconselham a permanecer no município "para não ficarem pretos com o sol

do Oeste", carro muito aplaudido. O mais hilariante é o último carro criticando as negociatas dos vereadores relativas ao encanamento e emplacamento das ruas. O ruidoso Zé-Pereira fecha o préstito. Os Bilontras distribuem folheto impresso na gráfica do Liberal Taubateense - com versos satíricos que explicitam as alusões e alegorias do cortejo. À noite, antes do baile dos Mandarins, os Bilontras fazem novo cortejo com archotes.

Segunda-feira. Os Mandarins fazem o seu desfile de máscaras e carros. O jornal liberal não descreve todos os carros de seus rivais. Destaca alguns: junto à imagem da igreja matriz, um grupo de mascarados prega às massas (o texto sugere malícia: "demonstravam e procuravam convencer da necessidade de um badalo para indicar aos que não têm relógio a hora em que devem almoçar e jantar"). Outro carro é aquele já mencionado em que um "esplêndido inglês" financia as estradas de ferro da futura Província do Sapucaí. Há pelo menos dois carros relativos à Abolição; num, A Justiça com os olhos vendados degola um demônio e liberta uma negra que tem uma criança nos braços - alusão a um fato recente, uma escrava que permaneceu com sua criança por muito tempo na cadeia, acusada de um suposto infanticídio. No outro, o trabalho livre na pátria livre: muito aplaudido, é provável que represente não só a República, mas também a Província do Sapucaí. À noite os mesmos carros retornam em meio à marche aux flambeaux, versão leiga da procissão do Fogaréu. Das 21 horas às 5 da manhã, o baile de máscaras dos Bilontras teria sido mais concorrido que o dos Mandarins na véspera.

Terça-feira. Um grupo de máscaras representando os índios Caiapós dança pelas ruas. A dança dos Caiapós, até então, aparecia nas festas religiosas, e continuará presente nos folguedos profanos da festa do Tremembé em 1890; trata-se visivelmente de um segmento social distinto daquele representado pelos Bilontras e Mandarins. A socióloga Olga R. de Moraes von Simson, estudiosa do carnaval paulista, indica que os Caiapós teriam sido a primeira forma de participação organizada de grupos populares no espaço urbano conquistado pelo carnaval burguês; no Rio de Janeiro esta ofensiva popular começa mais cedo, com o Zé-Pereira por volta de 1840, os Cordões - herdeiros dos Cucumbis e Afoxés - por volta de 1850, e os Ranchos - derivados da tradição dos Pastoris e Taieiras trazida pelos migrantes baianos - por volta de 1870. À noite, novo baile dos Bilontras, que o Liberal Taubateense reconhece ter sido muito concorrido e animado. Um grupo

de mascarados provoca sensação no baile. São dominós pretos com ossos e caveiras brancas e um estandarte negro onde se lê: Pedregulho moderno para o calçamento das ruas. O grupo se completa com um diabinho puxando por uma corda bonecos de pano representando padres e beatas. Trata-se de uma alusão maliciosa aos ossos humanos desenterrados da igreja matriz que entulharam recentemente as ruas da cidade. Ao som de uma sanfona, o grupo executa uma engraçada dança macabra.

Quarta-feira. Após a cerimônia das Cinzas, os funcionários da Coletoria não têm descanso, nem mesmo há tempo para fumar, pois todos os proprietários de escravos fazem fila para dar baixa imediata na matrícula de seus escravos. Os bancos autorizam seus devedores a libertar os escravos hipotecados e estimulam-nos a organizar o trabalho assalariado, que o jornal chama livre.

Quinta-feira. Desembarcam na estação ferroviária 12 negros vindos de Santana dos Tocos (?), recebidos pelos abolicionistas com festas; trazem as marcas de sevícias recentes, são vítimas de um fazendeiro revoltado com a irreversibilidade do processo de emancipação.

Noticiando o que se passa nos municípios vizinhos, o mesmo jornal relata que em Guaratinguetá, cidade em que nasceu o Presidente da Província cujo irmão é o delegado de polícia, este último proibiu a atuação de um grupo de mascarados no domingo do entrudo. O grupo representava capitães do mato conduzindo pelas ruas um escravo. As estações ferroviárias de Guaratinguetá, Roseira e Aparecida estão rigorosamente vigiadas para impedir o embarque de escravos foragidos; uma escrava vem sendo supliciada há dias por seu dono, sem que ninguém tenha a coragem de arrancá-la ao martírio. Em Campinas, um casal de velhos fazendeiros faz inúmeras promessas a uma imagem de Santo Antônio de sua devoção, mas, como todos os escravos fogem da senzala, a pobre imagem é enforcada. O carnaval abolicionista, prolongando-se pela Quaresma, registra ainda o assassinato do delegado de polícia de Penha do Peixe por um bando de 140 capangas chefiados por vários fazendeiros; a vítima se recusava a perseguir os escravos fugidos.⁹

O último carnaval da Monarquia tem três sociedades carnavalescas em Taubaté. Além dos Mandarins e dos Bilontras (cujo presidente é o doutor Fernando de Mattos) surgem os Carmosinos. O Noti-

ciarista descreve a festa:

Domingo. O Clube Bilontra desfila com alguns carros alegóricos criticando o emplacamento, o bonde de Tremembé e a disputa de duas autoridades pelo juizado de paz; o carro do estandarte é um colossal abacaxi em movimento, há muitos máscaras a cavalo e carros transportando outras alegorias que o jornal não comenta; à noite realiza-se o baile do Clube Carmosina que se prolonga até às 4 horas da madrugada.

Segunda-feira. À frente do préstito do Clube Mandarin - o preferido do O Noticiarista - vem um grande castelo com mais de cinco metros de altura ornado com trompas fantásticas, a do alto medindo três metros de comprimento. Uma guarda de honra composta de cavaleiros armados de escudo e lanças precede este e o segundo carro, que apresenta o estandarte junto a um luxuoso trono ornado com flores, tapetes, prateados e dourados. A corporação musical Princesa Isabel vem a tocar no carro seguinte, acompanhada por duas alegorias, a Música e a Pintura. O carro da Marujada distribui versos alusivos às negociatas do serviço de encanamento de água; segue outro carro de crítica ao litígio pelo juizado de paz. No carro Advento da República os oradores espirituosos demonstram as vantagens do sistema republicano enquanto um aparelho faz saltar a coroa do país forçando-os a se agachar. Outro carro critica o abastecimento de água e atinge um chefe engenheiro cujo projeto é mais pândego que brejeiro - talvez Fernando de Mattos. O carro Tempo traz a alegoria do ano de 1888, velho, aureolado pela lei de 13 de Maio, passando tremulamente, com nobreza, para a eternidade, e o ano de 1889, que O Noticiarista só descreverá em dezembro, após a mudança do regime: um ovo bipartido no alto de um monte escarpado, de onde surge um barrete frígio. À noite tem lugar o baile do clube Bilontra.

Terça-feira. Desfile do Clube Carmosina, que O Noticiarista apenas elogia e declara merecer o segundo lugar na competição. Parcialíssimo, o jornal encerra com a notícia do baile dos Mandarins - mais de trezentos convidados. O senador do Império Joaquim Floriano do Godoy, o cônego Valois de Castro e o deputado provincial Lopes Chaves estão na cidade que logo festejará o início dos trabalhos preliminares da Estrada de Ferro Taubaté-Ubatuba. Em plena Quaresma, num domingo, o Clube Carmosina sai angariando esmolas para os

pobres de Santos e Campinas, onde grassa a febre amarela. A algazarra das crianças pelas ruas parece animar-se com os carnavais. O balanço da festa das 40 Horas apresenta uma despesa de 64\$800 em fogos, o que sugere a possibilidade de uma disputa com as sociedades carnavalescas na produção de efeitos audiovisuais.¹⁰

Durante todo este percurso, de 1862 a 1889, não surgiu na imprensa taubateana qualquer referência ao carnaval ou ao entrudo em São Luís do Paraitinga. Graças a uma crônica do professor José Carneiro de Carvalho, publicada no Luizense em fevereiro de 1917, pode-se ter por seguro que o entrudo é celebrado no município, e não apenas no núcleo urbano. Evocando um tempo distante que pode ser o de sua infância ou da mocidade, que se pode fixar portanto por volta de 1880, quando tinha 17 anos, o professor relata o entrudo na roça. O texto poderia ser aproveitado por um cineasta:

"Entre as diversões a que nos dias apropriados e nas horas de lazeres entregam-se os nossos habitantes rurais e que vou descrevendo tal como tenho observado nos longos anos em que só quase entre essa boa gente tenho exercido o magistério público, havia uma que se fosse na cidade poderia ser funesta a quase todos, é a do entrudo. Outrora, na roça, nesses três dias consagrados a Momo que eram de extraordinários regabofes, os jantares nas casas de mais recursos eram obrigados a convites aos vizinhos que antes de terminarem a refeição, ainda à sobremesa, já eram assaltados por pessoas da casa que munidas de vasos com água infligiam-lhes solenes molhadelas. É então que fervia a luta, e que luta, santo Deus! Ninguém era poupado. Os velhos fugiam espavoridos para o mato e outros esconderijos, a fim de escapar ao delírio do brinquedo que na sua recrudescência, chegava mesmo às vezes a uma verdadeira loucura.

Chegava a tal ponto, que depois de todos ensopados, começavam as esfregadelas a carvão, tapioca e farinha, sujando-se as sim roupas, mãos e caras e algumas vezes ainda não satisfeitos com esses processos agarravam-se e mutuamente arrastavam-se em um torvelinho, como de objetos impelidos pela fúria dos tufões, até aos chiqueiros de porcos - que ordinariamente por uma ingenuidade anti-higiênica são muito próximos às moradias - e com as esterqueiras líquidas que deles transvazam emporcalhavam-se uns aos outros, ficando assim todos em deplorável estado".¹¹

A cena que se desenrola no ambiente camponês, tão valorizado hoje por tendências ecologistas e anticapitalistas, poderia ser fotografada com um turbilhão barroco de fogo e cinzas. O antropólogo reconhecerá o mecanismo do potlatch. Quem oferece o grande repasto são as famílias mais abastadas: e não o fazem de forma espontânea, mas pressionadas pela obrigação da tradição. Mecanismo social de controle prevenindo o enriquecimento individual, explica o direito de iniciativa dos anfitriões na guerra mais ou menos simulada que encerra a festa. Outro elemento interessante para os estudiosos das mentalidades é a emergência solene do porco, o animal que personifica o carnaval medieval europeu com seu comportante pantagruélico - glutoneria, sujeira, obscenidade.

Um processo encontrado no Cartório do 1º Ofício confirma indiretamente a tradição do entrudo entre os caipiras de São Luís do Paraitinga. Maria Teodora da Conceição, conhecida por Maria Severina, é suspeita de ter assassinado e ocultado o corpo do marido Benedito José dos Santos. Desaparecido do bairro desde as vésperas do "entruido", e sabendo ler e escrever, o segundo marido desta mulher de seus 50 anos já deveria ter enviado notícias em junho de 1896, quando começa o processo. O genro da suspeita depõe a seu favor confirmando que o desaparecido planejava uma viagem para o Oeste, e afirma, contrariamente a outras testemunhas, que o casal vivia harmoniosamente. Ora, há boatos de que ambos brigavam de faca, um vizinho afirma ter apartado uma briga, fazendo o casal - ambos embriagados - se reconciliar. Outros dizem que o genro ajudou Maria Severina a enterrar o cadáver envolvido numa rede feita com dois sacos, e que a suspeita tem medo de dormir em casa desde as vésperas do "entruido". O detalhe mais grave é que todos confirmam a encomenda de carne de vaca feita por Benedito José dos Santos a João Correia. O desaparecido pretendia reunir a família em sua casa; a suspeita alega que, tendo seu marido mandado que aprontasse um virado em certa madrugada na proximidade do "entruido" e partido para visitar o pai sem dar mais nenhum sinal de vida, foi obrigada a suspender a encomenda de carne para a festa; absolvida em janeiro de 1898.¹²

O primeiro carnaval republicano em Taubaté tem um novo protagonista, o Clube dos Piraquaras Carnavalescos, composto por habitantes do Tremembé, e o Clube X. Apesar de investir enormemente

na divulgação dos programas carnavalescos dos Mandarins, o Noticiarista ultra-católico faz um balanço melancólico da festa: já não há o entusiasmo e o delírio dos anos passados.

Domingo. Saem o Clube X, modesto, talvez de composição popular, e os Caiapós, "grupo de novos cidadãos", ou seja, de libertos. Estes "fizeram o seu costumado passeio, parando (...) em cada esquina para ao som do boré dançarem as suas danças selvagens, esquisitas, meneando o corpo compassadamente; fazendo todos a um sinal do cacique o mesmo movimento uniforme, desengonçados, brandindo os pequenos cacetes e olhando de esgueira (sic) uns para os outros". À noite, os Mandarins dão seu baile para "dar começo às festas", ignorando portanto, os referidos grupos.

Segunda-feira. À tarde desfilam os Mandarins. O pré-tito é aberto por dois clarins e música marcial a cavalo. O primeiro carro, guardado por cavaleiros, tem uma deusa de formas peregrinas envolvida em ligeira gaze e o porta estandarte luxuosamente vestido de Mefistófeles no interior de uma gruta. A seguir, a República nascendo dentre um grande ramo de flores preso a um rugoso tronco de pau, carro escoltado por quatro meninos de uniforme árabe montados em pequiras. Um carro ironiza a escassez de criados, problema incômodo para as famílias burguesas; todos aplaudem a espirituosa alegoria. O carro mais imponente representa Pedro II partindo para o exílio; uma mulher vestindo as cores portuguesas, apoiada sobre uma coluna de mármore, aponta do alto da montanha com uma palma onde se lê Repouso aos reis exilados; no plano inferior, um negro mostra as algemas partidas e um índio quebra o arco em sinal de respeito. Monarquista, o Noticiarista ignora os demais grupos; apenas concede alguma atenção aos Carmosinos, cujos carros alegóricos parecem privilegiar cenas bucólicas, montanhas, chalé de bambu, cascata, etc. Ambos os grupos apresentam alegoria iluministas - a Ciência, sobre os ombros cárneos de três deusas diabolicamente belas, dos Mandarins, e a Torre Eiffel com um farol de luz elétrica, dos Carmosinos. Já não há obstáculos à participação de mulheres nos carros alegóricos, provavelmente em consequência da extinção do Padroado. Algumas são mocinhas, outras, certamente, prostitutas. O programa distribuído pelos Mandarins tem forte apelo erótico; revela que a alegoria da República, por exemplo, é uma huri. Busca recriar na rua os cenários e personagens das operetas européias: chineses, Walkírias,

Wilis, castelos, nuvens, flores, grutas, penedos, o mar; ironiza sutilmente o positivismo.¹³

O carnaval de 1891 é prejudicado pela chuva; os jornais se queixam, mas é provável que os grupos carnavalescos populares, sem carros sofisticados, não tenham as mesmas dificuldades. Há touradas na cidade; os Carmosinos são a única sociedade carnavalesca burguesa que se arrisca a desfilar, na terça-feira. Um carro de crítica ao Instituto Taubateano recentemente fechado - "consolatoris" da orfandade, "chupatoris" dos adultos - provoca uma série de artigos no Noticiarista em defesa do Visconde do Tremembé. O clube congrega os comerciários taubateanos e parece identificar-se mais com os grupos carnavalescos populares, que neste ano já são mais numerosos. Aparecem os Operários da Companhia Taubaté Industrial, fábrica recém fundada. Os Caiapós, já tradicionais, têm condições de pagar um anúncio vistoso no Noticiarista e pretendem apresentar-se nos três dias de folia; e o estruço persiste. O Jornal do Povo propõe às autoridades municipais que anunciem com suficiente antecedência a proibição de suas práticas, para que as famílias pobres não fabriquem laranjinhas para venda e não se sintam lesadas quando a polícia - que o jornal pede seja reforçada - as apreender. "É sabido que nos três últimos dias de carnaval, reúnem-se em diversos pontos mais frequentes desta cidade grande número de indivíduos e ao passar por ali os carregadores de água e outros encarregados de compras, são seguros por aqueles que os deixam completamente molhados ou tintos de imundícies para esse fim preparadas". A Pátria Paulista, partidária dos Carmosinos, concorda galhofeiramente com a proposta, explicitando o sentido classista do brinquedo e da repressão:

**"Que venha uma brigada
Que é preciso defender
A gente mais ... recatada
D'acordo, ilustre colega
Precisa pôr uma tranca
Nessa gente que põe preta
Luzidia calça branca".¹⁴**

Os bailes de máscara no teatro São João vão se tornando a forma mais típica de festejar o carnaval pelas antigas sociedades carnavalescas, já que as ruas, além de sujeitas ao mau tempo da estação, vão sendo tomadas por grupos populares. Espetáculos de

variedades que O Noticiarista e outros jornais católicos denunciarão como depravação e prostituição tornam-se freqüentes e são temas de crônicas saborosas. Numa delas, o cronista deplora o desânimo do carnaval de rua em 1895. Apenas um ou outro mascarado, nem Zé Pereira, nem laranjinhas; distrai-se observando mocinhas a brincar de atirar confetes, recebe uma saraivada multicolorida sobre os cabelos e as costas, ergue os olhos agradecidos e sorri às meninas que o obsequiaram do alto de uma janela, e tem a boca cheia por novo golpe menos agradável. Vai ao café cantante, furtando-se às súplicas da jovem esposa que vê ali o foco de imoralidade, um covil do vício. Qual, trata-se de um gigantesco passo dado na senda do progresso de Taubaté; que animação! Ao som da harpa e do violino, que venha cerveja, vinho, conhaque, viva a orgia, que haja alegria no lupanar! Eis que o cronista, ao voltar-se para abraçar alguém, vê à janela os olhos de gata assanhada da esposa, retira-se às pressas, retido pela uruguaia que lhe apresenta a conta; o casal chega em casa em silêncio, e só se reconcilia na cama, depois que o marido promete nunca mais retornar ao tal café. No carnaval anterior, alguém oferece uma garrafa de cerveja com tártaro a uma prostituta - provavelmente negra - e quase a assassina, brincadeira de mau gosto que sugere a intensidade do desprezo contra os libertos.¹⁵

Em 1894 surgem os Democráticos Internacionais, cujo desfile é proibido pela autoridade policial - o estado de sítio é rigoroso, e os carros de crítica certamente fazem referência à revolução federalista. Pelo final da década, os Filhos de Plutão e o Clube União Carnavalesco são as sociedades carnavalescas burguesas mais importantes. O Diário de Taubaté descreve o desfile de 1899; um carro dos Filhos de Plutão representa o atentando de 5 de novembro. O Presidente Prudente de Moraes, com a cartola na mão direita, aconselha calma às massas; o marechal Bittencourt joga-se sobre Marcelino Bispo, desviando-o do Presidente; o agressor, tendo perdido a garrucha, ameaça o ministro com a faca; ao lado, a alegoria da República anuncia a vitória do Direito; ao fundo, uma tela mostra na baía de Guanabara o vapor que trouxe da Bahia o general Barbalho. Outro carro critica o câmbio, a libra e os ingleses, invenções do diabo; um outro mostra a bandada do Partido Republicano Federal e ridiculariza Glicério.¹⁶

É neste ano que uma correspondência do jornal A Ordem faz aparecer o carnaval urbano de São Luís do Paraitinga, que não é

o primeiro. Dois carros de crítica são descritos: um chefe político taubateense, em trajes de viagem, chega a São Luís e é rodeado por indivíduos que limpam seu guarda-pó com grandes escovas enquanto um outro, com uma tesoura, lhe corta uma das pontas. O outro carro tem forma de forja e mostra um artista serralheiro, músico da Banda dos Ursos: em traje de trabalho, o mestre malha numa bigorna enquanto solfeja. Há confetes e retreta o modelo importado dos carnavais europeus já chegou a São Luís do Paraitinga há mais tempo.

A primeira referência explícita à proibição do entrudo é o artigo 16 das Posturas Municipais de 1854, "nas ruas e praças das povoações". O entrudo na roça observado por volta de 1880 pelo professor José Carneiro de Carvalho pode ser a sobrevivência da tradição, expulsa do núcleo urbano pelo proprietários dos sobrados do Largo da Matriz. Quatorze anos mais tarde, as Posturas de 1868 são mais detalhadas: o artigo 89 proíbe "o jogo de entrudo, e a venda de limão de cheiro, ou bolas de cera cheias de líquido, polvilho ou coisa humilhante: multa de dez mil réis, e inutilização das bolas encontradas". Em 1854, a multa era de 4\$000 e não se fazia referência às laranjinhas; é provável que, enquanto reprimiam o entrudo de tipo aldeão, as famílias dos fazendeiros luizenses adotaram o modelo mais sofisticado do entrudo carioca, com suas laranjinhas em princípio cheias com água perfumada; mas como lhes é impossível evitar que outros líquidos sejam empregados por outros foliões, e como estes são majoritários, torna-se forçoso abandonar por completo o entrudo e impor o carnaval veneziano, trocando laranjinhas por confetes. 17

Alguns carros de crítica que desfilam pelas ruas no carnaval taubateano de 1901 sugerem que a população não tem ilusões quanto às autoridades públicas e talvez mesmo quanto ao próprio sistema de poder: um carro do Clube Zebedeu, a Jurisprudência, mostra um licurgão sentado à tribuna explicando ao povo os seus direitos frente aos advogados; estes não têm outro meio de vida senão explorar os jogadores e gatunos que saem do purgatório e caem no inferno, isto é, das garras da polícia para as garras do advogado... Além de várias críticas a negócios excusos dos governos municipal, estadual e federal, há outras mais incisivas: dois conhecidos agentes de polícia da cidade prendem gatunos, espancam-nos e dividem entre si os bens apreendidos, sob a vista complacente do delegado. No ano seguinte, há um carro denunciando o interesse da polícia na prática

ilegal do jogo do bicho e outro com a caricatura de um chefe político particularmente egoísta trazendo um cartaz com o lema Tudo para mim, para os outros nada; o jornal republicano radical O Taubateano é quem relata estes dois desfiles, revelando implicitamente a presença de seus redatores na confecção das alegorias e principalmente nos textos distribuídos à população. Ao mesmo tempo, o jornal lamenta o empobrecimento do carnaval taubateano, recorda os bons velhos tempos dos Mandarins e Carmosinos; quem toma as ruas agora, deixando de ser apenas platéia dos desfiles burgueses, é a massa popular que, além de manter-se fiel às práticas tradicionais do entrudo apesar ds proibições, influi sensivelmente na politização dos carros alegóricos.¹⁸

As grandes obras de urbanização da capital federal, que provocarão a revolta da Vacina, começam por fazer recrudescer a repressão contra o entrudo. Em agosto de 1903, o Jornal de Taubaté noticia uma iniciativa do prefeito carioca Pereira Passos, promovendo a primeira batalha de flores no campo de Santana, que atrai cerca de 30 mil espectadores - modelo para o próximo carnaval, sem dúvida; mas o bacharel Fernando Mendes de Almeida Júnior e o solicitador Fonseca Lessa, prevenidos, impetram habeas-corpus contra a proibição do entrudo em janeiro. Os famosos Democráticos e Fenianos apresentam desfile sensacional e, sem maior rigor policial, a rua do Ouvidor tem sua tradicional batalha onde as laranjinhas e os confetes são utilizados indiscriminadamente. Também em Santos o carnaval e o entrudo se misturam; noticiando o que se passa nas grandes cidades, alguns jornais de Taubaté buscam legitimar os foliões locais que fazem o mesmo sob a ameaça da polícia e dos católicos ultramontanos que persistem com as rezas das 40 horas.¹⁹

Em defesa do entrudo, os jornais republicanos de oposição como o Jornal de Taubaté passam a comparar a animação de outrora aos insípidos festejos de molde pastoril impostos pela moda e pela repressão. Um aspecto interessante ressalta de algumas crônicas;

"Hoje moças que namoram não passam de umas sensaboronas. Nos bons tempos (...) rapariga que não pregasse um raboleva ao namorado, poderia ser tudo, menos sécia do tom. Depois seguia-se a corridinha à janela com as irmãs mais novas, e todas a rirem, a rirem como perdidas! [mas isto se dava à despedida] antes disso

tinha sido já o demônio naquela casa - eram cartuchos de goma a empurrarem-lhe o cabelo, eram papelinhos picados, eram os doces fingidos, era a centopéia de cera espetada na parede; e se o tolo caía, ou se deixava cair no engano... eram surriadas, eram puxões, eram empurrões (...) até o pai de família desenrugava a severidade patriarcal dos outros dias, dava dinheiro para a festa (...) e chegava a indulgência a ponto de perdoar e achar graça, se ele próprio se enganava, e ao introduzir na boca a filhó, em vez de encontrar o clássico recheio, cravava os dentes na intrometida estopa". Segue a batalha entre a casa e a rua com laranjinhas de cheiro, ovos com gesso, seringas de cana, tremoço, feijão, luvas de areia etc. O cronista Xavier da Cunha enfatiza a participação ativa das moças nos ritos do entrudo como a grande oportunidade para o namoro. Há um outro aspecto que pode ser melhor destacado numa crônica do Correio do Sertão de Avaré:

"A rapaziada febricitante empenhava-se com ardente pujança em paredes de combate, desejando loucos a vitória, e os sérios velhos fleumáticos que todo o ano viviam aconchegados e acantoados em suas residências eram envolvidos inconscientemente nessa campanha, cujos triunfos eram as laringites, as bronquites, os defluxos e como corolário destes o passaporte para o porteiro do império. A humanidade era criança e esses desatinos são próprios da infância; hoje que a mocidade já traz na fronte os sulcos precoces da idade e que as autoridades desempenham os papéis de que se acham revestidas não se cometem mais dessas boemias refratárias ao bom senso".

Tal como na descrição do entrudo na roça, pode-se perceber uma espécie de guerra dos jovens contra os velhos, que sabem-se ameaçados de morte: cabe a hipótese de uma prática mais ou menos camuflada de geronticídio, necessária à garantia de melhores condições para os jovens, preservando apenas os velhos saudáveis e capazes de prestar serviços à comunidade aldeã. Xavier da Cunha reforça esta hipótese quando, ao criticar a transformação dos costumes, vê no carnaval burguês de 1904, que se caracteriza pela ordem dos ranchos, "o indispensável velho de rabicho e cabeleira empoadada, trajando condignamente segundo o gosto do século passado, fazendo trejeitos, deitando versos, e mirando lascivamente através de uma luneta colossal os encantos de quanta mulher formosa acode às janelas". Enquanto a escola pública fabrica uma nova infância, o carna-

val assegura uma longa vida aos patriarcas da ordem burguesa, reprimindo o entrudo e fechando a porta das casas que não podem mais ser tomadas de assalto pela juventude casadoira.²⁰

O Luizense publica em março de 1905 um poemeto carnavalesco: os versos se limitam a enumerar os pratos típicos da festa - o afogado, assados, recheados, porco, peru, carne (de vaca), sopa de mocotó, fiambres, presuntos, nada de peixe - e termina: em comer, brincar, folgar, não pode haver heresia. Na semana seguinte, faz um balanço da tradição local. Há muitos anos que o carnaval não tem brilho; mas "em outros tempos já se mostraram nesta nossa terra bellos grupos de cavaleiros mascarados, vestidos com custosas galas, riquíssimos enfeites, montados em guapos corcéis belamente ajaezados e no que se despendia não pouco dinheiro". [É provável que tais mascarados a cavalo fossem os mesmos que se exibiam nas cavalhadas da festa do Divino]. Passada esta época, veio a decadência, os carnavais tornaram-se insípidos, "apenas surgindo aqui e ali um desenxabido máscara de fato ao avesso, sem espírito e até de aparência repugnante". Agora, em 1905, os redatores do Luizense armam um carro carnavalesco que circula pelas principais ruas procurando fazer reviver a festa na 3ª feira à tarde. Trata-se da alegoria **A Imprensa Atual**, explicada em versos distribuídos aos espectadores: sublime invenção de Guttemberg, nasceu livre porém hoje é mísera cativa que só proclama o que lhe dita o mandonismo despótico. O povo é conclamado a destruir seus algozes proclamando a liberdade de imprensa.

A Imprensa é certamente uma figura feminina conforme ao padrão acadêmico da figuração, talvez na versão bem contemporânea do art nouveau, e rodeada por foliões fantasiados de gendarmes com algemas, chaves e cadeados. Nesta mesma edição em que o Luizense ~~de~~ creve entusiasticamente a sua própria iniciativa anunciando uma nova era em São Luís do Paraitinga, toma o cuidado de se prevenir contra o risco de ser designado como apologista da devassidão pelos seus adversários políticos e apresenta a seus leitores uma piedosa lembrança - o Mar Morto, túmulo salgado de Sodoma e mais quatro cidades, advertência contra aqueles que pecam contra a castidade. E, comprovando sua condição de imprensa sem liberdade, noticia de maneira característica alguma alteração surgida na 3ª feira de carnaval, um "salseiro" que não sairá do tinteiro pelo redator que se auto-censura por escrito.²¹

Em Taubaté e outras cidades, permanece a prática do entrudo, apesar das proibições; os cortejos taubateanos de 1905 são mais concorridos, há 35 carros naquele da Associação dos Empregados no Comércio ao qual se juntam outros clubes, ciclistas e cavaleiros. Quase todos os cortejos recolhem esmolas para obras pias, tradição que remonta ao século anterior. Imitando seus colegas das grandes cidades, o delegado de polícia proíbe em edital a venda de relógios, carrapichos, espanadores, pós, graxa e demais artigos próprios às brincadeiras do entrudo e exige que os foliões interessados em sair mascarados venham à delegacia identificar-se recebendo um cartão. Mas a polícia não tem meios de fazer respeitar os editais; em São Roque, um grupo de 300 foliões resolvem dar um banho nos policiais e no fiscal muito zeloso, resultando conflito em que três soldados saem feridos.²²

A revolução na Rússia é saudada pelo jornal de Tavares Filho, O Taubateense, que toma partido a favor dos operários espingardeados pelas tropas do Tsar e denuncia as bacanais da "sociedade" indiferente à fome e à pobreza; republicano ortodoxo, o jornal tem uma atitude muito semelhante à do ultramontado A Verdade na campanha contra o entrudo e o carnaval. Em dezembro, os jornais divulgam a notícia de uma descoberta feita pelos órgãos da censura tsarista: um jornal técnico publicado há vários anos em Kiev, O Açougueiro que circulava mensalmente, era na verdade uma publicação revolucionária em que os touros, bois, búfalos, bezerros, porcos e outros animais designavam generais, ministros, governadores, dignitários de corte, grão-duques...²³

Ainda em 1905, Flávio Marciano redige uma crônica com suas impressões do carnaval. Começa divagando a respeito de máscaras; apenas durante os três dias do carnaval é que os homens escondem a excrescência imoral do nariz que se intromete em tudo, este apêndice inútil que só anda mergulhado no éter, enfim, apenas no carnaval é que os homens, estes patifes, tartufos, se mostram como na realidade o são. Fazem as leis, mandam, querem e podem. São poetas, namoram, casam, e agora têm a casa posta, nada mais lhes falta. A mulherzinha acaricia o marido, faz-lhe mimos e tudo o mais, até que este se vê um dia com a calça molhada pelo pipi de um fedelho a berrar, obrigando-o ao ridículo papel de pai a cantar: "Tu-tu-ru-tu-tu, atrás do murundu...Galo com arroz, marreco com angu". Deste

preâmbulo, passa ao carnaval, descrevendo três foliões. Um alto, muito comprido e magro, com um enorme nariz postiço, pergunta a todos em tom de falsete: -Você me conhece? A molecada o persegue berrando: -Olha o Antônio Pequeno Gordo! É um vendedor de tamancos conhecido por todos. O segundo é barrigudo e traz à traseira um travesseiro, anda rebolando pela rua até que os moleques, de tanto bater, arremtam uma bexiga cheia de ar que se esvazia com um som cavo e soturno para alegria de todos. O terceiro é um bebê a mamar parati, que termina a folia dormindo na cadeia.

O cronista retoma seu tema: nós homens somos eméritos patifes, atiramo-nos ao entrudo como gatos a bofes, e vá a nossa mulherzinha brincar com um homem de bigodes! Lá vem o danado do ciúme, o Satanás oculto, e toma descompostura de criar bicho. Mas, "e nós, o que fazemos? Pandegamos, bisnagamos as moças, atiramos-lhes confetti depois que, sob o pretexto de que as crianças estão com sono, mandamos a mulherzinha para casa, e sob a égide de termos encontrado um amigo (pois que há sempre um amigo nestas ocasiões e quando não há inventa-se), nos deixamos ficar até a madrugada". Retornando à casa, o patife encontra a coitadinha da esposa dando de mamar ao filho, e se este chora, vocifera ainda: "Arre! esta criança não cala! Estou cansado! Quero dormir! Amanhã tenho que fazer! Figas, rabudo!"

E conclui com o corolário: "Nós homens, não passamos de grandes patifes, mas para que as mulheres não fiquem lambendo os beiços com esta conclusão, sempre lhes digo que usam saias porque têm as pernas tortas, e a prova do contrário só poderá ser dada mediante exame, a que presidirá "...o autor da crônica."²⁴

Helena Morley, aos 13 anos na Diamantina de 1893, sente vontades que a impelem a querer ir ao baile de máscaras no teatro. Seu diário registra uma vivência carnavalesca feminina, réplica não muito anacrônica que certamente agradaria ao cronista:

"Quem me fez vontade de ir ao baile foi tia Quequeta, contando o que elas faziam no tempo delas. Uma amiga dela pôs máscara, disfarçou a voz e buliu com o pai a noite inteira, a ponto de elefiçar apaixonado e no dia seguinte, em vez de ir para o almoço, ficou passeando no jardim, de cabeça baixa, pensando na mascarada.

Outra amiga deixou o marido ir para o baile e foi atrás, de máscara, brincou com ele, deixando-o apaixonado, a ponto de ele ficar suspirando a noite inteira".²⁵

Em 1906 o Jornal de Taubaté deplora a pobreza do carnaval e informa que "somente o brinquedo de entrudo esteve animadíssimo, pois, em muitas casas a batalha travava-se a baldes e bacias d'água! As laranjinhas e bisnagas eram em grande número e os lança-perfumes davam uma nota chic e distinta. Em alguns pontos da cidade grupos de homens, cercados de barulhenta criançada, tingiam o rosto de alguns transeuntes. Felizmente a polícia proibiu em tempo essa selvageria". À rua do Patrício, reduto dos mascates sírios, duas famílias se angalfinham e um deles, Elias Berbare, atira contra Felipe Queiroz, o Filipão; a polícia intervém enquanto populares tentam arrombar as casas dos sírios; logo mais, outro conflito envolve alguns carroceiros no Largo do Mercado, incidentes que se repetirão logo mais na festa de São Benedito de junho de 1906. Os carroceiros e tropeiros sempre se dedicaram ao comércio e sofrem a concorrência feita pelos imigrantes sírios, à qual se acrescentam os impostos sobre mascateação que também os atingem.²⁶

O jornal ultramontano A Verdade só noticia a cada ano as solenidades das Quarenta Horas e os bandos precatórios carnavalescos em que os católicos conciliam os extremos, os ranchos de pastorinhas e o corso, quando têm esta cobertura piedosa, são aceitos pelos severos redatores da Verdade que não poupam críticas a "certos tipos, naturalmente tolos ou idiotas, [que] saem descaradamente à rua metidos em fatiotas de saco de estopa, sujas e indecentes, andrajosos, rasgados, como se estivesse nisso a graça ou o chiste... Dizemos mal: é a miserabilidade do que querem se mascarar e não possuem outro disfarce senão esses indecentes vestuários. O fato é que sob pretexto de carnaval, emprestam esses toleirões às ruas a presença nojenta de seus tipos ridículos, que apoteosam bem a miséria, a desfaçatez, a sujeira... Tristíssimo Carnaval... dos pobres de espírito". O mesmo jornal exige uma campanha incessante contra os moleques das ruas: "eles são maus e ruins; e ainda mais ou menos perniciosos. Para eles só institutos disciplinadores, onde à força da submissão passiva e obediente se transformem, se metamorfoseiem, tornando-se dignos de viverem livres - as simples escolas de nada adiantam". Apenas contra os positivistas e os protestantes

é que os clérigos da Verdade manifestam semelhante energia; sua tipografia e papelaria vende confetes e serpentinas para o carnaval elegante dos bandos precatórios.²⁷

O jornal diocesano O Lábaro vem à luz em pleno período do carnavalesco, em 1910, e define desde logo seu ponto de vista contrapondo a animalidade do carnaval às virtudes da quaresma. Em São Luís do Paraitinga, apesar de alguns esforços vãos, o Luizense só tem as solenidades das Quarenta Horas para noticiar "solene tríduo de desagravo ao Santíssimo Sacramento, como protesto contra irreverências, insultos e blasfêmias irrogadas à Divina Majestade"; as piedosas irmãs do Sagrado Coração de Jesus compõem a guarda de honra da partícula de pão consagrado.²⁸

A Federação, órgão do Partido Republicano Conservador, cujas notícias de festas íntimas já foram utilizadas para a reflexão acerca da privatização da festa no interior da família e da classe burguesa, é um excelente guia para o estudo do carnaval regional na última década do período. Em 1911, o Grupo dos Coveiros, evidentemente o preferido dos redatores, republicanos históricos como o engenheiro Fernando Mattos, é a única atração para os foliões exigentes que são ávidos consumidores de lança-perfumes no seu baile de máscaras. O jornal aplaude a iniciativa do Clube Taubateano que organizou, talvez pela primeira vez em Taubaté, um desfile de crianças distribuídas em grupos dos Lírios, dos Miosótis, das Margaridas, das Violetas. Vestidas com muito luxo e elegância, estas crianças burguesas têm nomes e sobrenomes que as distinguem claramente dos moleques de rua; cantam graciosamente as estrofes edificantes que suas mães e professores lhes ensinaram-de amor ao trabalho - e carregam instrumentos que nunca utilizarão, a não ser como distração: cestinhas, enxadas, pás, peneiras de abanar café.²⁹

O Norte, jornal católico bem menos intransigente que o Lábaro onde monsenhor Nascimento Castro é o redator-chefe, tenta fazer do carnaval taubateano de 1912 uma verdadeira manifestação contra o Partido Republicano Conservador. Propõe uma batalha de confetes, serpentinas e lança-perfumes e concurso de fantasias infantis com cobrança de ingresso para fins caritativos no jardim público, festa de civilização e up-to-datismo tal como se faz nas cidades cultas. Para o carnaval, anuncia antecipadamente os carros a-

legóricos dos Bilontras. O primeiro carro de crítica visa diretamente o doutor Fernando de Mattos: tem por base os canos do esgoto e por cúpula uma caixa d'água, onde se veria um velho semi-careca, de óculos, com enorme espada de papelão em que se lê Vanquarda; seu comitê distribuiria um boletim - "Vira, que vira, que torna a virá; virei agora deputado federá (...) Fui deodorista, fui florianista fui prudentista, também fui penista, também fui nilista, sou ex-hermista, e agora sou encapotado civilista". Outro carro mostraria um anjo a chorar lágrimas de crocodilo no alto de uma pirâmide, com as letras PRC gravadas nas faces; à base da pirâmide, o esquife de um cidadão ilustre morto de "inanição" (provavelmente Quintino Bocaiúva). O jornal antecipa também os carros dos Mandarins, que também não sairão à rua - talvez nem mesmo tenham sido confeccionados, ou terão sido proibidos por alguma autoridade por suas alusões muito claras ao P.R.C., que poderiam motivar distúrbios e justificar a temida intervenção federal.

Os oposicionistas anunciam o seu grupo carnavalesco Cangaceiros - que evoca as "salvações" do Nordeste-com vários carros de crítica aos dirigentes situacionistas. Um deles talvez seja um clérigo, "um tipo efeminado cujo vestuário não se distingue bem, percebendo-se apenas uma carreira de botões e um forro vermelho", que segura o rabo do burro-contribuinte vítima dos carrapatos-impostos; outro é um chefe político a carregar uma enorme igreja às costas, prêmio ganho nas eleições de janeiro; segue entre outros o carro dos operários do alistamento, a trabalhar enquanto ouvem um sujeito alto e magro que prega missão de alistamento, é o pastor. O leitor mais atento perceberá que tanto a matéria do Norte como a da Federação pouco têm a ver com o carnaval de fato; são editoriais, camuflados como textos carnavalescos, provocações políticas recíprocas. O desfile alegórico dos Cangaceiros, por exemplo, sai nas folhas da Federação de 6 de abril, quando já se pode ter boas razões para adivinhar que o engenheiro Fernando de Mattos, que recebeu 5.875 votos a 30 de janeiro, será suplantado pelo doutor Martin Francisco (que recebeu 4.142) por obra da comissão de reconhecimento.³⁰

Nas ruas persiste o estruendo; nos quarteirões nobres há batalhas de confetes e lança-perfume, práticas que não se misturam. Apenas após os bailes e festejos elegantes é que os homens da "sociedade" frequentam a Travessa da Peteca, buscando as

"freirinhas" nos "conventinhos", expressões literárias que designam as prostitutas cujos nomes aparecem constatemente nas notícias policiais. Em agosto de 1912, a Travessinha é arrasada pela Prefeitura, exilando as "freirinhas" para outro recanto e reurbanizando aquela área em proveito de outra classe de cidadãos.³¹

Uma disputa jornalística entre os clubes carnavalescos da Vila de Redenção, os Tenentes do Diabo e os Democratas, traz à tona a questão social num meio mais modesto que São Luís do Paraitinga, embora talvez, por sua maior ligação com Taubaté, mais apegado ao carnaval. O Professor Lingüiça, pseudônimo do chefe dos Democratas, é o correspondente da Federação, enquanto o chefe dos Tenentes do Diabo é o Professor Facada do Norte. Na querela em que cada clube procura afirmar-se vencedor, o supremo argumento é o número e a condição social de seus foliões. O Professor Lingüiça contesta seu adversário Facada em número - os foliões a pé não chegam à metade dos duzentos alardeados pelos Tenentes do Diabo - e em qualidade - admite que poderiam mesmo ser quarenta os cavaleiros, mas "só o que observamos, foi que o bairro do Olaria concorreu com forte contingente de... 'branquinhos', que é um dos elementos de destaque dos senhores Tenentes (...) o préstito dos Tenentes se compunha da melhor sociedade desta vila; é verdade, a começar pelo Diretor, responsável dos mesmos lixeiros desta vila". Por outro lado, o mesmo Lingüiça aponta o Prefeito Municipal como um dos chefes dos Tenentes do Diabo, e se defende de uma agressão humilhante com um questionamento cívico: "O que será mais digno: vendeiro honrado, fazer cadeiras em horas vagas, e chineleiro, viver de seu trabalho, ou funcionários públicos elegantes, não cumprirem com os deveres de seus cargos?". Resumindo sumariamente, os Tenentes teriam por diretores os mandantes locais, e enquadram a plebe, enquanto os Democratas, republicanos de oposição ligados ao Partido Republicano Conservador, reuniriam parcela da classe média que aposta nos poderes do governo central.³²

O cronista Marcos, do Norte, registra suas impressões do carnaval taubateano de 1914. Na terça-feira gorda, depois de dois dias muito fracos, o carnaval se anima com a retreta num coreto armado junto à catedral; as autoridades policiais assistem impassíveis, sorridentes, à exibição de rapazes da "sociedade", os "moços bonitos" que agora têm carta branca para tudo, a dançar o tango e o

maxixe, marmanjos a requebrar-se de forma até agora simplesmente impensável em Taubaté, e em praça pública. Estas mesmas autoridades policiais acabam de mandar prender uma pobre operária da fábrica de tecidos que tentava assistir ao circo através de um buraco da lona. Contrastes do carnaval.³³

O Porvir suplemento "infantil" do Luizense, afirma: convém mesmo que o carnaval se passe friamente entre nós; e passa a dissertar piamente sobre a preparação da Semana Santa... No ano seguinte, aproveitando a presença dos artistas do Circo Internacional e da Companhia Galvão de teatro de fantoches o jornalzinho revela ter herdado as mesmas inclinações do jornal-pai e convoca entusiasmamente: "Ai daquele que voltar as costas para Momo, negando-lhe o culto a que ele tem direito". E descreve antecipadamente o carnaval, certamente recolhendo imagens de anos anteriores - um cheio de afogado se evola de todas as casas, um diabinho faz correr a petizada medrosa, um narigudo lança confetes, uma gentil senhorita se faz acompanhar por sua rabujenta mamã que de seringa em punho a protege contra os admiradores, talvez um Zé Pereira, talvez uma ou outra ligeira e inofensiva crítica visando o preço da carne ou o bloqueio alemão, e pequenos grupos de maltrapilhos mascarados. O Luizense, mais sisudo, relata os ingentes esforços dos diretores das empresas de espetáculo para prestar as devidas homenagens ao deus da troça; sem maiores recursos e à última hora, formou-se o Grupo dos Prontos, composto de um pessoal escovado, capaz de pôr em prática os planos mais colossais. "O que apareceu já foi muito. Um bravo aos promotores do carnaval de 1917". É nesta oportunidade que o professor Carneiro relembra o entrudo na roça, muito mais excitante.

A seguir, ossos do ofício, o registro da festa das Quarenta Horas, piedoso tríduo de desagravo contra as blasfêmias e irreverências cometidas nos três dias de orgia - longe de São Luís do Paraitinga - em que se desvelam os irmãos do Santíssimo Sacramento e as irmãs do Sagrado Coração de Jesus, guarda de honra com turnos de uma hora. "Essas significativas cerimônias que vão muito bem ao católico povo desta terra tiveram sempre avultada concorrência de fiéis".³⁴

O Norte e o carnaval de 1918: passada a festa, divulga nota do jornal paulista A Platéia, quase 100 "apalpadores"

presos pelo delegado da capital, "quase tudo gente boa gente fina!". O Norte já havia prevenido quando imaginava o carnaval de 1912 - o Zé Pereira dos Mandarins seria formado de tocadores de guizos e chocalhos, dentro de um carro mal iluminado como a sala de um cinema, a cantar: "Eu sou bolina, tu és bolina, ele é bolina, nós bolinamos, vós bolinais, eles bolinam". E narra o último carnaval taubateano. Nada como os velhos tempos, mas as batalhas de lança-perfume, confetes e serpentina na praça da Catedral estiveram renhidas e animadíssimas. A nota chic do domingo foi sem dúvida aquele grupo com uniforme de tennis que percorreu as principais ruas em quatro automóveis, bloco alegre composto de senhoras e rapazes da "sociedade" que recebem mimoso prêmio do proprietário do Café Fiel, uma dúzia de fotos do grupo, no valor de 50\$000. Na segunda feira, um elegante grupo de moçoilas fantasiadas como damas da corte de Luís XV é o mais interessante, no último dia, esgota-se o estoque das bisnagas de lança-perfume durante o deslumbrante combate travado na praça, entre a loja A Favorita e o Hotel Lino, bem iluminada e perfeitamente bem protegida por quarenta soldados que não permitiram nenhum incidente - ou seja, mantiveram à distância conveniente as demais classes sociais.

O Norte aplaude, e se esquece talvez do artigo assinado pr Marcelo Alverne que ele mesm publicou às vésperas do carnaval, em que o carnaval foi classificado como retrocesso à bestialidade, momento em que a humanidade se desmascara. Marcelo Alverne procura descrever "o povo em suas manifestações peripatéticas durante a ausência de percepção", o que talvez subentenda a embriaguez pelo éter dos lança-perfumes:

"Na velocidade infrene dos automóveis, faces delicadas de formosas e castas donzelas, de olhares vidrados, vão despejando, de momentos em momentos, sorrisos provocadores envolvidos entre palavras imperceptíveis e desconexas, deixando-se livremente arrastar d'encontro aos primeiros sintomas d'espasmos orquíacos, febres luxuriantes, desejos desconhecidos... O povo na rua, em massa com pacta, acompanha n'um êxtase d'indolência, todas as peripécias características do Rei Folião, e, adepto de corpo e alma - povo folião! - como um vulto mefistofélico, de boca entreaberta, olhar esgazeante na contemplação orquíaca de formas femininas, de narinas ofegantes, permanece n'uma prostração d'espasmos catalépticos!"

Foliões, últimas moléculas de uma geração já gasta, corvos de Poe atraídos pela carniça humana; Marcelo Alverne tem em mente agora a irrupção da Morte, personagem constante do carnaval. Bandos de caveiras, procissões macabras, sorrisos cadavéricos de donzelas pudicas, salmos rouquinhos, gritos desvairados abafados pela atmosfera embriagada de éter, sombras de Messalinas...

Basta, por Deus! O redator chega ao fim ao tomar consciência de uma colossal sepultura onde o egoísmo humano tem lançado milhões e milhões de cadáveres que dormem agora em paz, à sombra do nada.³⁵

Mais apocalíptica ainda, O Norte mesmo publicara por ocasião do carnaval de 1917 a crônica de B. Walmore Marcondes: carnaval, tempo em que se abate por instantes o preconceito social e todos os filhos de Adão se proclamam iguais, mas, observando melhor, "enquanto os homens celebram Momo, sob os reflexos das luzes que jorram n'um gargalhar satânico nas festas da orgia, enquanto todos os pensamentos identificam-se num círculo de despreocupação criminosa, olhai! Sentada, tendo ao redor uns filhinhos descorados pela fome, uma pobre mulher humildemente estende as mãos para os que passam, implorando um óbulo. Ninguém a vê".

O redator, que talvez seja o mesmo Marcelo Alverne do próximo carnaval, expõe o desespero impotente da pedinte e retoma os versos do poeta: "Sociedade, folgai! Que importa que a miséria faça com que uma infeliz seja exposta à pilhéria de eróticos sandeus! Que chore a miseranda enquanto a burguesia respira nos bordéis! Transforma a noite em dia, e o lupanar em céus!"³⁶

Passado o drama da jovem santa do Chapéu, a "sociedade" luizense empenha-se em mostrar ao mundo o elevado grau de civilização local. O carnaval de 1920 é uma boa oportunidade. O professor José Carneiro de Carvalho, reafirmando a pujança da policultura que assegura ao município uma situação econômica muito mais favorável do que aparenta sua modesta vida cultural, evoca os carnavais urbanos de antanho.

"Já tivemos carnaval aqui que excedia à expectativa geral pelo número de figuras que, metidas em fantasias caríssimas,

enchiam nesses três dias as nossas ruas, quando os carros de crítica ainda eram desconhecidos. Nesses bandos que se exibiam, alguns ostentavam-se montados e com tal capricho que as próprias cavalgaduras pisavam empavesadas, fogosas, soberbas com os atavios que lhes ornavam o dorso, não olvidando-se ainda a ordem na execução dos programas que sempre agradavam exuberantemente".

Aplaudindo "os bravos timoneiros que uma boa sorte faz aportar a essas plagas onde a sensaboria aquartela-se já de muito pela tibieza dos nossos homens" - os estrangeiros e ateus, tal como O Paraitinga designará logo mais o partido de João Batista de Oliveira e Costa e Bernardo Joaquim Dias - o professor procura convencer os luizenses a acompanhar o progresso, respeitando o ponto de vista alheio.

Cauteloso, O Luizense transcreve matéria publicada em vários jornais católicos contra a dança moderna, que não passaria de uma cena de bacanal. O redator sugere energia aos pais: "não lhes doam as mãos aos que se batem contra a introdução em nossos costumes dessas danças condenáveis". O Luizense noticia os preparativos do carnaval, buscando espicaçar o desejo: "Os velhos mesmos sairão do canto. Serão impulsionados pelos tangos mais ou menos provocantes (...) cairão no mar de rosas, como náufragos voluntários das ilusões fascinantes que passam e perpassam sem deixar consequências graves ou leves" (...) Há notícias de vinda, a esta localidade, de muitas moças das localidades vizinhas. De Lagoinha, por exemplo, virá uma belíssima coorte de combatentes". Mas tudo com o maior respeito, o carnaval luizense não imitará aqueles de outras cidades onde as pessoas o aproveitam para a prática de atos contrários aos bons costumes. Mestre Pedro Pereira Rio Branco, o professor Joaquim Pinto de Andrade e o maestro Luís Batista de Alvarenga estão confeccionando com boa antecência alguns carros alegóricos. O Luizense, bem protegido por ter participado como único jornal da terra na festa da Boa Imprensa na igreja matriz, transcreve as profecias do Barão Ergont, o que lhe valerá acusações de espiritismo e feitiçaria pela oposição.³⁷

Um Zé Pereira sai no domingo antecipando a festa da semana que vem. Tendo comprado a gráfica do jornal A Ordem do coronel José Bernardino de Castro, caído em desgraça, a Farmácia Ca-

bral distribuí um boletim reproduzindo artigo da Ave Maria, o mais importante órgão de imprensa do clero ultramontano, contra o carnaval. O Luizense rebate lembrando que dois cidadãos empenhados nesta campanha já brincaram em outros carnavais, tendo inclusive se fantasiado de urso e satanás - provavelmente os irmãos Cabral. O vigário não se manifesta, não tem motivos para proibir este carnaval e deve ter sido cuidadosamente envolvido pelos promotores da festa, que já anunciam a divulgação, num próximo número, de matéria a respeito das instituições católicas de caridade que atuam no município. O jornal toma ainda a precaução de publicar a relação completa dos integrantes da comissão de notáveis que se encarregarão da preparação da Semana Santa.³⁸

O relato do carnaval luizense de 1920 é entusiástico. Multidões buscaram a cidade vencendo as barreiras constituídas pela enchente dos rios e pelo péssimo estado das estradas e pontes; domingo ao meio dia surgem os primeiros mascarados e logo o automóvel do médico Gastão Tibau, transformado em linda jardineira, proporciona agradáveis passeios aos distintos cavalheiros, senhoritas e gentis meninas com fantasias chics - primeiro curso. À noitinha saem os carros alegóricos do Clube Vencedor, minuciosamente descritos pelos seus próprios criadores:

O primeiro carro é uma elaborada homenagem ao governo do município: à frente vem um grande busto de Momo com insígnias do Brasil, de Portugal e do Clube Vencedor em três lanças, a seguir, colossal alegoria do contrato firmado pela municipalidade para iluminação elétrica (que só chegará dentro de cinco anos) - trata-se de um enorme tronco de árvore com uma branca pomba no topo, tendo ainda bem amarrada ao tronco uma figura feminina a representar a crise econômica e financeira mundial. Ainda neste primeiro carro, um lindo cesto de flores artificiais carrega duas figuras simbolizando a cidade e o município, radiosas e contentes pela atuação do governo municipal e pelo progresso dos negócios. Uma grande coluna se ergue das folhagens do cesto, e sustenta um trono em que se vê a figura alegórica do governo municipal e desferrar um tiro de carabimote no coração da crise! A terrível detonação representa o progresso crescente da lavoura. O carro tem ainda duas rodas giratórias em forma de crisântemos, a girar como a mocidade luizense no vasto salão do Clube Vencedor - obra da portentosa imaginação de

Pedro Pereira Rio Branco, o futuro empreiteiro da igreja do Rosário.

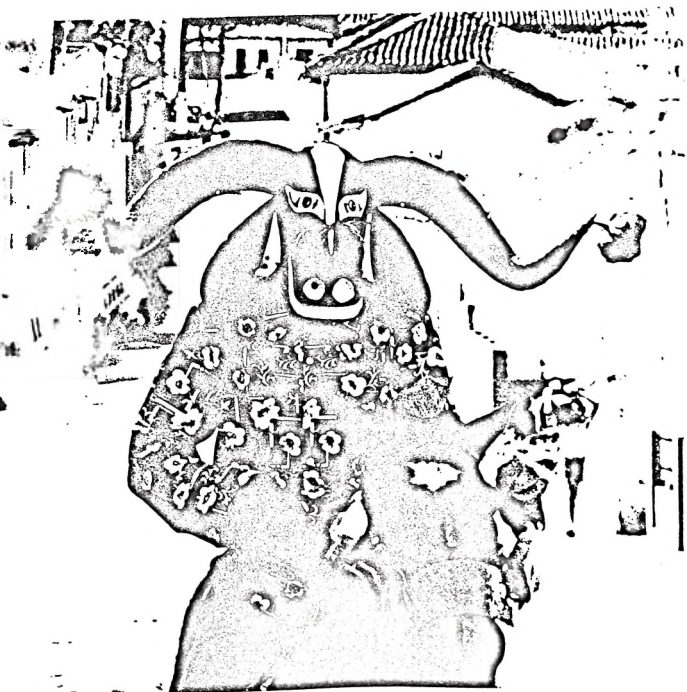
O segundo carro homenageia o futuro Presidente do Estado, Washington Luís: no interior de um rico salão, vêem-se pelas custosas cortinas de cambraia várias personalidades a comentar a situação política paulista. Outro carro, que o Luizense apenas menciona traz uma corporação musical, provavelmente a banda paraguaia de Luís Batista de Alvarenga, antiga inimiga do jornal. Um último carro preparado pelo capitão Pedro Vitório das Chagas transporta pierrôs elegantes, os cavalos que puxam o pequeno carro empinam-se fogueiramente durante o percurso fazendo rir. Finalmente, o gigante João Paulino, que já não sai mais na festa do Divino, magnetiza a criança-da e dissolve as fronteiras impostas pelo cortejo instaurando a algazarra.

O préstito retorna às ruas na terça-feira. Nos três dias de festa há bailes no salão do Clube Vencedor, na rua Coronel Domingues de Castro. A ordem permanece inalterada durante as constantes batalhas de lança-perfume em que se destacam ricas fantasias. Cumprindo à risca o calendário cristão, o último baile se encerra pouco antes de meia noite para não comprometer o sentido das Cinzas. O Luizense cuida também de noticiar com o necessário triunfalismo a festa das 40 Horas em que as crianças do catecismo se juntam às irmãs do Sagrado Coração de Jesus e aos irmãos do Santíssimo Sacramento na guarda de honra; o gigante João Paulino certamente sabe conduzi-las à igreja quando lhes cabe esta forma de participação na festa.

O partido que destruiu a carreira política do coronel José Bernardino de Castro em maio do ano anterior tem bons motivos para se pavonear pelas ruas neste carnaval de 1920. O doutor João Batista de Oliveira e Costa recebeu de Bernardo Joaquim Dias, que a desempenhou interinamente por um ano e nove meses, a função de Curador Geral de Órfãos e Ausentes, que acumulará com a função de Promotor Público. O proprietário do Luizense obterá como recompensa a gerência da Caixa Econômica a ser instalada em breve junto à Coletoria Estadual, de onde finalmente é exonerado o coronel José Bernardino de Castro.

Para eliminar a incômoda repercussão da santa caipira do Bairro do Chapéu, há que responder agora aos protestantes que

divulgaram na seção livre do Estado de São Paulo a existência de 50% de crianças ilegítimas em São Luís do Paraitinga. O Oficial do Registro Civil, Fernando Pereira de Castro, vem a público esclarecer que todas as crianças luizenses são legítimas perante a Igreja, o que é mais importante do que o casamento civil de seus pais. E lembra aos detratores que este povo muito católico está sempre pronto a expulsar os vendedores de bíblias que se atrevam a tentar semear o joio na paróquia de Ignacio Gioia, na diocese de monsenhor' Nascimento Castro e de dom Epaminondas.³⁹



Quaresma

Contrariamente ao carnaval, há pouquíssimas referências à Quaresma na imprensa taubateana e luizense, além de notas sobre sermões quaresmais nas igrejas. Mais completa é a ausência de registro da tradição componesa da Encomendação das Almas, que Alceu Maynard Araújo encontrou viva na região por volta de 1950. É bastante provável que as brincadeiras de fantasmas, que esporadicamente são citadas pelos jornais, se inspirem naquela tradição que, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, remonta às práticas dos penitentes do século X. A cerimônia vista pelo folclorista é bem mais simples que aquelas descritas pela socióloga e por Mello Moraes Filho.

O grupo de homens sai todas as sextas-feiras da Quaresma à noite, com mantos ou cobertores na cabeça, armados com cacetes para se defender dos cães vigias; não levam instrumentos musicais, apenas a matraca cujo ruído acorda os moradores de cada casa intimando-os a rezar pelas almas do cemitério. O medo de ver as almas dos mortos, que supõem acompanhar o grupo, é fortíssimo, e ninguém abre a janela, rezando no escuro as orações pedidas pelos encomendadores.

Extremamente minuciosa no relato das festas, tradições e superstições de sua infância e adolescência na fazenda, Maria Thereza Ramos Marcondes não faz nenhuma referência à Encomendação das Almas. Alceu Maynard Araújo acrescenta a esta tradição as rezas da via-sacra nas capelas e nas casas, prática religiosa de contrição que reforça os laços de parentesco e vizinhança de

maneira menos dramática. É surpreendente o contraste entre o rigor das normas de conduta definidas pelo rito de Encomendação das Almas, rígido sistema de controle social ainda vigente no sertão da Bahia onde Maria Isaura P. de Queiroz o encontrou ao final dos anos 1950, e as condutas carnavalescas - e mesmo as condutas cotidianas - rapidamente introduzidas nas cidades e vilas quando a "sociedade" se europeíza.⁴⁰

A violência desta ruptura entre a mentalidade caipira e a mentalidade citadina só pode ser avaliada se se levar em conta que a diferenciação cultural é parte integrante e necessária do processo de expropriação da pequena propriedade e de segregação social e política do "povo". A guerra sertaneja do Contestado torna explícita esta questão com mais nitidez que a outra grande guerra sertaneja de Canudos. As autoridades policiais do Estado de São Paulo agem com estudada cautela em 1918 quando a população caipira de São Luís do Paraitinga e cidades vizinhas começa a fazer romarias até uma capelinha rústica onde a jovem Maria Antônia Claro, de 19 anos, permanece imóvel, vestida como Nossa Senhora das Dores, dormindo serenamente por semanas a fio num caixão.

Milenarismo

Buscando avaliar a intensidade do conflito social que produz o fenômeno de santificação de Maria Antônia, tratou-se de observar situações em que o choque de mentalidades não pode ter deixado de ser percebido com clareza pela comunidade caipira de São Luís do Paraitinga. Os negócios regulares dos roceiros de diferentes bairros nos mercados de São Luís e de Taubaté, sobretudo as festas, são momentos de contato intenso e significativo em que a população rural participa ou pelo menos toma conhecimento de fatos que estão sendo aqui retirados dos registros dos arquivos.

Dois anos após a inauguração da São Paulo Railway, que torna Santos o principal porto paulista e marca o início da decadência de Ubatuba e outros portos do Norte, os ubatubanos entram em pânico com a notícia do fim do mundo, previsão de um sábio inglês trazida pelo telégrafo e divulgada pela imprensa (1869). A população abandona a cidade e só retornará depois de um bom tempo. Vinte e cinco anos mais tarde, a Revolução Federalista leva a cidade à crise aguda de carestia pela interrupção da comunicação com o Rio de Janeiro e com Santos; a Câmara Municipal se vê na contingência de pedir ao governo estadual uma quota de 3.000\$000 para adquirir gêneros de primeira necessidade e distribuí-los à população pobre do município. É neste momento que estoura a greve dos trabalhadores da estrada de ferro Taubaté-Ubatuba, e logo mais a ferrovia será condenada com a falência da Companhia Estrada de Ferro Norte de São Paulo.⁴¹

O incêndio que destrói 31 casas na vila de Lagoinha a 10 de outubro de 1879 pode ter repercutido tão fortemente sobre a

mentalidade coletiva da região como a inundação de São Luís do Paraitinga em dezembro de 1862; a maioria das casas destruídas é coberta de palha e seus ocupantes são pobres (apenas 4 são considerados remediados, com casas cobertas de telhas), e a tragédia deve ter sido certamente interpretada como castigo divino, anúncio da iminência do fim do mundo.⁴²

O escândalo provocado pelo aparecimento de um Centro Espírita em Taubaté, por sua vez, deve ter impressionado vivamente a geração dos pais de Maria Antônia, que nascerá na virada do século. Em janeiro de 1884, os espíritas teriam fracassado perante a multidão de incrédulos, numa tentativa de curar por milagre uma menina cega. A 13 de outubro de 1885, muitos taubateenses se aglomeraram a observar o que se passa no fundo do quintal da casa onde reside um advogado vindo de Silveiras há dois anos. A família, com seus escravos e crianças, está acompanhada por toda a comunidade espírita, de joelhos sob uma jaboticabeira a cantar hinos religiosos. Segundo o jornal liberal O Paulista, estão assim há três dias; as mulheres descalças e desgrenhadas, alucinadas, as crianças famintas a chorar. A uma certa altura, a multidão invade a casa, a pretexto de retirar as crianças, alimentá-las, protegê-las contra o fanatismo de seus pais. Estes reagem encarniçadamente, mas afinal as crianças são tomadas à força; algumas mulheres tentam recuperar seus filhos e são detidas pela polícia, conduzidas à prisão juntamente com o chefe da seita, onde os doutores Emílio Winther e Monteiro conseguem acalmá-las; a polícia prende outros membros da comunidade e dispersa os demais. Comandam a operação o delegado de polícia, o juiz de direito, o juiz municipal e o escrivão de órfãos. O Paulista tem o cuidado de informar que a maior parte dos espíritas não são taubateanos; explica que a seita havia caído em ridículo há algum tempo, e este recrudescimento de suas atividades se deve a um indivíduo residente em Pindamonhagaba, interessado em apoderar-se da fortuna de uma parenta sua em Taubaté.

Segundo o jornal, este indivíduo alega ser a encarnação do rei Herodes e teria condenado o papa Pio IX a cem anos de expiação em cerimônia no Ribeirão das Almas. Ao meio dia a polícia o libera, mantendo ainda sob observação três senhores na sala da Câmara Municipal.⁴³

Nos dias seguintes, o jornal acrescenta detalhes e noticia os desdobramentos do caso. O grupo estaria preparando uma nova arca de Noé e planejava imolar e beber o sangue de um de seus membros ao meio dia, um ancião que, segundo informa o jornal, estaria perfeitamente resignado ao sacrifício. O principal objetivo da invasão da casa teria sido, então, salvá-lo a pedido de membros de sua família que não pertencem à seita.

À noite, os espíritas que não estão detidos reúnem-se novamente na casa do tenente Antônio Lúcio da Silva; a multidão tenta atacar a casa, mas a polícia toma a iniciativa, a título de evitar tumulto; uma escrava entra em transe e rola pelo assoalho agarrada a uma mocinha, soltando gritos e gemidos que alvoraçam os membros da comunidade. A polícia a leva naquele estado à prisão e escolta os demais espíritas até suas casas, acompanhada pela massa de curiosos; chove torrencialmente. Na sala da Câmara, as mulheres detidas recusam-se a receber qualquer alimento; uma delas permanece como que em transe sentada à escada, rodeada de 4 crianças que também não se alimentam, diz que tem uma missão a cumprir e assim permanece até à noite, quando decide afinal retornar à sua casa. As outras, tomadas de fúria, despedaçam um compartimento de madeira e cometem, segundo o jornal, tantos excessos de loucura e desespero, que cerca de 200 pessoas revoltadas decidem exigir a expulsão do responsável por tudo isto, o tenente Antônio Lúcio da Silva. A pressão popular sobre a polícia e a Câmara Municipal aumenta, até que o chefe dos espíritas é de novo preso, acompanhado por cerca de 500 pessoas até a sala da Câmara.

O Paulista traça o seu retrato: estatura regular, magro, pálido, pouco mais de 40 anos, barba ainda bem preta, olhar vivo e penetrante, muito calmo, expressando-se com facilidade. Promete não mais voltar a freqüentar as sessões espíritas, nega a acusação de ser o chefe da comunidade, declara exercer a profissão de homeopata, e manifesta a intenção de abandonar Taubaté; é depois reconduzido à sua casa sem nenhum protesto da população. Enquanto isto, dona Balbina, que havia arrancado as tábuas da sala onde estava detida e despedaçado tudo o que pode alcançar, tem os pulsos amarrados; finalmente se acalma depois de comer, mas continua a rezar e a invocar diversos santos. Sua companheira Rita, uma jovem viúva, após vários acessos violentos de loucura cai em estado de

prostração e é levada ao hospital onde se tranqüiliza ao voltar a si; dona Balbina também é levada para o hospital. Estão sendo realizadas as eleições para deputados provinciais; os jornais deplo-ram os acontecimentos que repercutem pela imprensa das capitais.⁴⁴

O jornal vende todos os seus exemplares e prossegue explorando o sensacionalismo das ocorrências. Entrevista um velho que teria incorporado o espírito de Santo Estêvão na "saturnal" do dia 13, quando foi visto ajoelhado ao pé da jaboticabeira com a fronte ornada de flores; segundo ele, não participou de todo o culto, tendo sido chamado à casa do tenente às quatro horas da madrugada, e lá chegando viu potes, moringas e outros objetos quebrados por terra; a sala de jantar estava alagada e todos os crentes faziam gestos de quem nada, acreditando-se vítimas do Dilúvio. Detalhes picantes são sugeridos: o tenente Lúcio teria se abraçado ao Anjo da Paz, uma jovem filha da viúva dona Balbina, "interessante moça de cerca de 18 anos que estava estudando particularmente para matricular-se na Escola Normal"; O Paulista afirma conhecer outras ocorrências que a decência obriga a omitir, mas que todos comentam. No hospital, dona Balbina, dona Rita e a moça referida têm novos acessos de loucura, "praticando as maiores inconveniências e até provocando cenas pouco decentes". O vigário exige que sejam reconduzidas à cadeia, mas o doutor Monteiro impede a ação dos guardas e as mantém no hospital.⁴⁵

Um jornal do Rio de Janeiro publica a versão dos fatos pelo mentor do tenente Lúcio, o doutor Ramos Nogueira, que O Paulista afirma residir em Pindamonhangaba e manter seqüestrada sua própria irmã a fim de usurpar-lhe a fortuna superior a 400 contos de réis. O Paulista transcreve a matéria, em que o dirigente espírita afirma que seus irmãos de Taubaté estão passando pelas provações reservadas aos justos nos últimos dias. "A cidade de Taubaté está alarmada. Os seus habitantes ainda não viram coisa alguma. Estão se afligindo antes da hora soar. Não poderá ser a nova Jerusalém, segundo disse São Luís em sessão, sem que passe por uma transformação tremenda. Os grandes progressos sociais e religiosos, científicos e políticos são necessariamente precedidos pelos profundos cataclismas materiais". O texto prossegue com a mensagem de Jesus Cristo, recebida pelo doutor Ramos Nogueira para ser divulgada ao mundo. "Os tempos são chegados. Há de se realizar a Escritura

Sagrada in totum (...) Dei-lhes a liberdade; fareis o que entender de vossas partes. Mas os tempos são completos. Compete a meu Pai chamar seus filhos para seu julgamento (...) estes pequenos sábios da terra que tudo podem, não quererão dar testemunho do meu poder (...) aviso que estais sendo sacrificados em meu nome (...)". O jornal liberal acredita que o texto é absolutamente ridículo e não tem escrúpulos em transcrevê-lo; confia certamente nas convicções católicas da população, na autoridade do clero, dos médicos, da polícia, e na razão burguesa contra as tolices de um charlatão e os desatinos de um pequeno pugilo de tresloucados vindo de Silveiras. Mas há muitas categorias sociais que não compartilham esta racionalidade burguesa, que se submetem às autoridades constituídas como subalternos excluídos de cidadania, contingentes expressivos da população da região do Vale do Paraíba que, vítimas do progresso, agredidas pela ascensão triunfalista da civilização europeia que acentua as desigualdades sociais, poderão reter deste episódio uma predisposição à interpretação apocalíptica da história vivida.⁴⁶

Nos próximos dias, o jornal deixa mais claro o seu interesse em prolongar o escândalo, associando os espíritas ao Partido Conservador. O doutor Francisco Ribeiro de Moura Escobar, filho do delegado de polícia, contesta o sensacionalismo do O Paulista, que reafirma todas as indicações que deu a respeito de "satisfação de instintos libidinosos", e informa que dona Balbina e dona Rita, que haviam sido curadas em São Paulo, tendo retornado a frequentar sessões espíritas na casa do tenente Lúcio perderam de novo a razão e estão presas, em princípios de dezembro.⁴⁷

Na festa organizada pelo Partido Conservador em julho de 1889, comemorando o fracasso do atentado contra o imperador, a população de Taubaté - e certamente o mesmo se passa em São Luís do Paraitinga e demais cidades da região - ouve sermões do vigário Nascimento Castro e discursos dos chefes políticos, peças de oratória inflamada em que o liberalismo e o comunismo são insistentemente identificados como bestas do Apocalipse. Um editorial publicado pelo Noticiariasta, assinado pela colônia portuguesa de Taubaté, dá o tom destes discursos: "Sim: é este o sinistro viajante cosmopolita, Proteu de mil formas, que, invisivelmente, ora revoa como abutre insaciável sobre os corpos sociais, ora se esconde nos

antros sombrios, para afiar as garras tigrinas e renovar os assaltos contra a infeliz humanidade. A sua fotografia está na besta apocalíptica; a sua missão é insuflar o espírito maldito em seus prosélitos, para um dia, sentado sobre os escombros das cidades e contemplando a sua obra de desolação, poder soltar uma gargalhada satânica!". A proclamação da República, trazendo a lei do casamento civil, o exílio da família imperial, o espectro do positivismo e as crises que se seguiram, culminando com a tragédia de Canudos, não poderá ter deixado de ser percebida por muitos como signo do Anticristo.⁴⁸

Outro caso de associação entre loucura e espiritismo é relatado pelo Jornal do Povo em outubro de 1889, pouco antes da República. João Rego, ex-aluno da Escola Militar, repórter de vários jornais cariocas, publicava há algum tempo um jornalzinho revolucionário e espiritista, O Clarim, cujos artigos eram escritos pelo espírito do falecido coronel Senna Madureira; o rapaz distribuía gratuitamente sua folha, cuja redação era a mesa de um bar. Segundo o Jornal do Povo, João Rego "tinha a monomania política, mas era trabalhador, andava bem trajado, e fazia parte da roda dos homens de letras da corte". Seu estado mental se desequilibra, sendo recolhido a uma casa de saúde onde está louco furioso. Grita, gesticula, canta a Marselhesa, faz discursos incendiários, enfim, está completamente perdido, lamenta o jornal que, se antecipa desta forma para evitar a zombaria do Noticiarista e outros órgãos de imprensa católica e monarquista.⁴⁹

Apesar dos conflitos e ressentimentos entre republicanos ortodoxos e católicos ultramontanos, ambos incentivam a repressão aos feiticeiros e curandeiros desde os primeiros dias do novo regime. Um dos processos que vão a julgamento neste período em São Luís do Paraitinga, é aquele em que é réu o curandeiro José Monteiro, que foi escravo do médico Emílio Winther - visto acima em ação na repressão contra o espiritismo em Taubaté em 1885. Ao lado da acusação de exercício ilegal da medicina, as autoridades insistem em fazer de José Monteiro um devasso que se aproveita da ingenuidade das caboclas para obter satisfação de torpes instintos libidinosos. Esta maneira de completar o cerco, desmoralizando os feiticeiros e curandeiros, será constantemente utilizada pela imprensa, pelas autoridades policiais e clericais, pelos médicos e

farmacêuticos numa santa aliança contra estes perigosos concorrentes que gozam de elevado prestígio entre os caipiras e mesmo junto a segmentos esclarecidos da "sociedade", que, como já foi visto em outro capítulo, normalmente os absolve quando chegam a julgamento.

Um indício da disseminação de idéias combatidas pela ortodoxia ultramontana do clero católico na região é a mensagem de ano novo publicada por Antônio Raimundo Nonato, de Natividade, em dezembro de 1892. Anunciando um novo tempo aos seus irmãos descendentes de Abel, este "abolicionista radical e humilde republicano, espírita convicto e socialista legítimo" propõe o fim dos abusos, dos vícios, da ansiedade, da usurpação, do poder pela força bruta e pela palavra escrita; há que se limitar a trabalhar, ler, meditar, instruir e censurar, sem nenhum outro governador senão Jesus Cristo - irmão, mestre e protetor a quem se deve obedecer em tudo e por tudo. Talvez em razão deste fecho que coincide com o programa de organização social proposto pela Igreja, O Noticiarista divulga esta curiosa manifestação de sincretismo; mas pode-se também pensar que o jornal adotaria outra atitude se o emissor da mensagem fosse um liberto analfabeto.⁵⁰

Enquanto o clero romano apóia a repressão contra os sertanejos do Conselheiro em Canudos, Taubaté assiste à expansão das atividades dos protestantes, dos espíritas, rosacruzes e maçons que anunciam suas reuniões pelas folhas republicanas; o engenheiro Fernando de Mattos, dirigente do Partido Republicano Federal em 1897, recebe a título de Irmão Benemérito do Grande Oriente após sete anos na direção da maçonaria local, em junho de 1898; três lojas se fazem presentes na festa em sua casa, da qual participa o Grão Mestre Macedo Soares.⁵¹

As explosões de intolerância contra o protestantismo, inimigo mais perigoso por fazer proselitismo junto a todas as camadas da população, ocorrem em grandes centros urbanos como em Niterói, em abril de 1901, quando, em represália contra um ataque suspeito à igreja de Santo Antônio, uma turba invade a igreja batista, queima todos os materiais do culto e as galinhas do quintal depois de espancar o pastor e alguns crentes. Em Recife, outubro de 1903, o bispo dom Luís Raimundo de Silveira Brito autoriza o padre Celestino a queimar bíblias na rua. Quando situações análogas

se produzem em Taubaté ou São Luís do Paraitinga, não faz sentido buscar explicá-las recorrendo à mentalidade caipira, visto que o clero ultramontano está à frente destas medidas de força em defesa da unidade na ortodoxia.⁵²

O jornal jacobino O Taubateano reproduz em agosto de 1904 em boletim revolucionário distribuído no Rio de Janeiro, contra o decreto da vacina obrigatória. O boletim conclama à luta armada apontando com a certeza de apoio por parte do Exército, e arrola atitudes tomadas contra a vacina por médicos, "pelos generosos homeopatas, pelos desinteressados positivistas, e pelos não menos desinteressados espíritas". O mesmo jornal publicará em março do ano seguinte um longo artigo assinado por um ex-seminarista em defesa do Espiritismo, acusando o clero de mercantilizar os sacramentos; os espíritas, ao contrário dos padres, fazem a caridade espontânea. Os católicos ultramontanos do jornal A Verdade movem furiosa campanha contra o espiritismo chamando seus adeptos de imundos, imbecis, imorais, noticia com satisfação a prisão de feitiçeiros e curandeiros pelos subúrbios e bairros rurais, confundindo-os deliberadamente com os espíritas. A Federação Espírita Brasileira, comemorando o centenário do nascimento de Kardec, está a distribuir 10.000 exemplares do folheto Memória Histórica, motivo provável da reação católica. É significativa a vinculação do espiritismo a formas de resistência de camadas populares ou mesmo marginais contra o poder leigo da República oligárquica, contrariamente à posição do clero ultramontano cujos missionários pregam às massas mensagens de contrição e submissão amedrontando-as com os horrores do inferno após a morte.⁵³

É neste ano de 1905 que a polícia de São Luís do Paraitinga surpreende um culto religioso clandestino no Bairro Alto; a morte do celebrante durante a operação pode ter resultado de violência policial, mas pode talvez ter ocorrido pela intensidade dos conflitos psíquicos de Antônio Mathias atacado em estado de transe.

Loucura

Há no Cartório do 1º Ofício de São Luís do Paraitinga um processo cível de 1906 que merece atenção, visto que as autoridades, ao examinar um indivíduo com sintomas de desequilíbrio mental, anexam um texto produzido por ele como prova incontestável de sua loucura. Luís Egídio de Campos, ou Gomes de Campos, 39 anos, viúvo, cor parça, estado físico normal, é observado por oito dias; seus examinadores concluem que se trata de um caso de alienação em que predomina a mania religiosa, idéia fixa contínua que pode ser constatada no texto escrito por ele.

Uma das características mais evidentes do texto é, inegavelmente, a freqüência de invocações a Deus e a várias entidades do imaginário católico. Quem escreve transita por espaços normalmente incomunicáveis: ao declinar sua naturalidade, após se identificar corretamente, cria a "cidade de São Luís Gomes de Campos", e se apresenta a julgamento invocando Maria Santíssima da corte do céu. Mas quem está em julgamento, a seguir, parece outra pessoa designada como "santo Pinto Rodrigues de Andrade", (por) "que comeu a Urias no polvarinho untado com seu dedos matrimonialmente no banco impulso da Igreja Matriz em vista da Santa Maria José de Moura da Cidade Eterna de Deus Onipotente". Urias Egídio de Campos - provavelmente o irmão de Luís Egídio de Campos - será nomeado curador do mesmo em julho; as duas outras pessoas citadas no texto ficam por se identificar.

Confuso e pouco legível, o texto evoca a presença de Jesus, que assiste a tudo, o castigo de Urias dentro de trinta horas, um rancho armado de taquara-poca para satisfazer um Rei do

céu e da terra em Palácio Virginal; enquanto Urias se faz acompanhar pelo "resto do farelo", Luís Gomes de Campos - "campeão de tantas formosidades em templo santo" - aparece "sem tempero". Surge outro personagem, D. Pedro Custódio - com quem o redator aparentemente se confessou -, "morto no inferno de São Luís do Paraitinga e nascido no mesmo lugar em um dia sem testemunhas referentes", o que poderia sugerir a idéia de ressurreição. Concluindo, o redator revela preocupação em salvar-se para desgraça de sua raça, fundindo novamente o espaço da igreja matriz com Maria José de Moura que, aparentemente, está morta.

Um novo trecho, muito mais confuso e ilegível menciona na "Padres podres do Universo mundinho Luizense cafreado por Urias Lucifér atemerato e Luís Benê", feiticeiro (?), bandeira, "25 salva guardada em S.Luís a capitação luminárias em desgraça. Amém Jesus". É possível que o redator tenha em mente alguma festa, já que Urias e Luís Benê são nomes ligados à bandeira por várias palavras incompreensíveis terminadas como verbos na terceira pessoa do plural, e o trecho refere ainda salva (s) e luminárias, finalmente não utilizadas.

A grafia volta a se regularizar em novo trecho onde o redator une agora sua identidade à de São Luís, o bispo que é orago da cidade, "em casa branca renascido em São Luís do Paraitinga em vigor (...) sempre pronto em satisfazer os seus direitos Reais". Passa a referir-se a "nossos corpos sagrados (...) carne humana em virgindade conjugal em a Matriz monumental reconstruída por Luís Gomes de Campos"; poder-se-ia supor que o texto expressa o desejo do redator pelo corpo sublimado de Maria José de Moura, "Eu sou ele relativamente em pessoa livre e confessada em santos sacramentos" - Luís Egídio de Campos reafirma-se como reencarnação do santo, cita o padre Antônio de Souza Almeida que tê-lo-ia reconhecido como anjo com realidade espiritual quando se confessou. A partir dos quinze anos contou "a mim mesmo o cêntuplo do meu pecado virginal"; conclui mais confusamente insistindo na idéia de matrimônio virginal, "sou eu essa pessoa mesma bem preparado em graça Universal" obtida por "Deus Onipotente grandiosíssimo Motor da Natureza da Humanidade conjugal". É provável que Luís Egídio dos Santos expresse assim suas frustrações e legitime seu desejo insaciado.

Algumas testemunhas ouvidas pela autoridade relatam que o desequilibrado tenta arrombar o quarto onde dormem João Ramalho de Campos e a esposa, tentou por várias vezes desrespeitar senhoras e uma filha sua, desde um certo tempo que deve certamente se localizar após a morte de sua esposa, infelizmente não identificada: seria Maria José de Moura?

A seguir, aparece Antônio Joaquim da Costa Sarmento "que salmodeou as virgens em S. Luís do Paraitinga em vigor santo Amém Jesus eu mesmo sou Senhor dos Senhores sem restauração monetária (?) (...) de seus direitos em satisfação de seus filhinhos em Nazaré Das dores em Santíssima Virgem Das dores em São Luís do Paraitinga". A expressão "restauração monetária", é discutível, pois a grafia permite outras leituras onde caberia com clareza a forma verbal "mataria", que por sua vez pode ser entendida como substantivo a indicar uma extensão da propriedade rural. Uma testemunha declara que Luís Egídio de Campos dilapidou os seus bens. Além de maltratar seu filhos que fugiram para o mato, maltratou os agregados que abandonaram o sítio; o desequilibrado queimou suas casas e danificou seriamente sua própria casa - que talvez seja a "casa grande" branca mencionada algumas vezes no texto - arrancando assoalhos, arrebentando portas e arrancando o calçamento em torno da casa. Estes últimos gestos sugerem um esforço deliberado de eliminar os traços de cultura sobre o terreno, a destruição do espaço familiar, a dissolução da propriedade e o retorno à Natureza. Poder-se-ia talvez supor que a pena de Luís Egídio de Campos se preocupe agora com os direitos de seus pobres herdeiros, ou de outras crianças: as pequenas vítimas do rei Herodes em Nazaré, ou algo mais próximo:

A "Matriz monumental reconstruída por Luís Gomes de Campos em casa santa por séculos" talvez se entenda como este novo espaço recriado pelo anjo "bem preparado em graça Universal" que invoca o grandiosíssimo "motor da Natureza" menciona "esse Bairro pauperismo (pauperíssimo?) em construção de Religião Católica".

Em setembro, Urias Egídio de Campos apresenta à autoridade a relação dos bens de seu curatelado, salvos da destruição: um sítio, casa de morada e paiol coberto de telha, um alambique pequeno, um cocho de garapa, um monjolo, móveis, um engenho com casa coberta de telhas; não entra em detalhes quanto ao estado dos

edifícios - que são indicativos de uma condição sócio-econômica bem remediada - nem às casas dos agregados, incendiadas.

O manuscrito prossegue. De novo a confusão entre a identidade do município e a do redator Campos/campeão, que se situa agora "nos Mataréus virginais na Capela santa de Santa Maria José de Moura renascida em São Paulo Luisense de Pirapora Cidade de São Luís de Paraitinga". Se São Paulo talvez designe o Estado, o nome Pirapora evoca certamente o Senhor Bom Jesus que tem aí um santuário importantíssimo. A fixação de Luís Egídio de Campos por Maria José de Moura se confirma, fazendo-a reencarnar-se e fixando a imagem metafórica de seu sexo no espaço recortado como capela, certamente o rancho de taquara-poca onde atua esse "campeão de tantas formosidades em templo santo". Segue um longo trecho onde há menção a um gracioso e perfeito oratório, à "vivacidade santa de Maria Santíssima Dasdores" (talvez uma imagem), à Matriz Monumental e à Conceição de Maria José de Moura; esta mora com Deus Onipotente e com Luís Gomes de Campos; o parágrafo se torna confuso, o leitor é tentado a ver imagens fantasmagóricas - a virgem (Maria José de Moura) revive ou reavê esses Matos, trabalha braçalmente azucrinada em sertões solamente e implicitamente "em Deus Onipotente tão santo como ele é assim seremos nós todos, esse Mundo santo como santo é é assim que nós conversaremos esse santo dos santos Amém Jesus".

Agora surge no texto Santa Cecília de Jesus Sarmiento - provavelmente alguém ligado a Antônio Joaquim da Costa Sarmiento citado acima -, "Motora Imperial de Santa Maria José de Moura evidentemente reconhecida em mortífera renda" em São Luís de Campos - curiosa maneira de apropriação do espaço por Luís Egídio de Campos que resolve assim o impasse lógico entre a geografia de seu mundo particular e a geografia de seus leitores. Seguem fórmulas para atestar a veracidade do relato, "santos de santos virginalmente em casca de alho verde em sertões temporários" e "assim como a Deus é possível morrer quanto mais nós pequeninas criancinhas sem Pai e sem Mãe do céu que tanto nos criou com seu leite divino em espírito santo nos cobriu com seu Manto em vigor de tanta graça amamentadamente em Deus Onipotente com sua Capa" (de bordados em xis?); pelo visto trata-se de uma capa "que comprou em santa cidade de sua casa por desenove mil réis a que os filhos haviam de interceder por ele que havia rasgado nos Matos santos em busca de forças do mato grosso e

em verdade de santos mataréus Brasileiramente". O texto é de difícil compreensão Tal como Antônio Joaquim da Costa Sarmiento, a figura de Cecília de Jesus Sarmiento provoca o retorno de imagens de crianças, e um possível sentimento de remorso por ter dilapidado os seus bens em ritos solitários pelos matos.

Segue um trecho difícil. "Luís Gomes de Campos é (...) em São Luís do Paraitinga em vigor santo e perfeito como Deus é Deus Onipotente sem constrangimento em ponto mas assim mesmo tem a fazer em grande estada Brasileira Francesa Italiana Espanhol Inglês Russa Prussa Ambulgariamente(?) em Universidade de Coimbra vamos ver a Deos na graça em São Luís de Campos(...)como ele disse é leal que (trecho incompreensível: parece que se trata de buscar algo) assim como nós malinamos em sedentária vida Monumental em querelas em polvilho e maldizer (?) isto sim tem rival quem compra por conta da tabela por ela estará A tabela é de Deus e deus é taboleiro o taboleiro é tabliou o tabliou (tabelião?)". Talvez se possa deduzir que Luís Egídio de Campos se refere a várias estadias em países estrangeiros, o que sugeriria a crença em reencarnações, e que critique a mesquinhez das querelas dos negócios. A partir daí, a pena traça uma série de encadeamentos de palavras que podem ser lidas como delírio ou, quem sabe, como brinquedo de desmontar o mundo, buscando seus componentes essenciais:

"(...) é recenseado em ponto fiel o fiel é feio o feio é bonito o bonito é negado o negado é perdido o perdido é achado o achado é concebido o conceito é natural" (não estaria aqui uma interpretação de sua biografia? o marido fiel, agora viúvo, recupera aquilo que desejou e lhe foi negado, reinventando um mundo pela força criadora de sua capacidade de conceptualização); "o natural é elétrico o elétrico é (...) o (...) é puro o puro é fiel o fiel é fidalgo o fidalgo é homem o homem é criatura a criatura é sepultura o sepulcro é lateral o (...) é coração o coração é conceito o conceito é concebido o concebimento é posterior o postigo é cal a cal é o sol o sal é lúgubre o lúgubre é leal o leal é santo o santo é santificado o santificado é ponto o ponto é senso o senso é sem o sem é (...) é men o nem é bu o bu é u o u é v - é z o z é xis o x é i o i é ê o ê é á". Luís Egídio de Campos, fiel, fidalgo, humano, atingido em cheio pela morte - fabrica posteriormente, junto ao sepulcro, palavras que o libertam das significações póstumas,

postições, santificando seu desespero. Buscando o sentido, elimina uma a uma as camadas de significado que se colam às sílabas, até perder-se no grito que o prolonga pelos ares, fora de si, e senhor do mundo.

O manuscrito termina com um parágrafo curto em que São Luís de Campos traz a figura de Joaquim José de Castilho, "Verdadeiro padre santo", internacional, brasileiro, português, espanhol e italiano, certamente sugerindo suas múltiplas encarnações. O texto tem a data de 9 de abril de 1906. O promotor público João Azevedo, em suas visitas à cadeia pública, menciona Luís Egídio de Campos pela primeira vez a 24 de abril; este "nada reclamou". Cinco dias mais tarde, o promotor o encontra em companhia de Maria Benedita da Conceição - indiciada em crime de morte - e de Agostinho José de Faria, sentenciado, e registra que o recinto está asseado e higiênico. Em sua visita de 26 de junho, o desequilibrado não é mencionado; seu nome retorna em 25 de setembro, em companhia de outro demente e ambos não têm nada a reclamar, o promotor vê muito asseio. Um mês depois, estão em sua companhia duas outras alienadas, Maria e Benedita, o asseio e higiene são relativos; no mês seguinte Luís Egídio de Campos está sozinho, sem nada reclamar, a 15 de dezembro compartilha a prisão com José Nunes Veloso, também alienado; o promotor vê higiene e limpeza, mas o prédio é muito velho; a 14 de maio de 1907, uma escolta é formada para conduzir Luís Egídio de Campos ao hospício de alienados da capital; está preso desde o dia 3/4/1906.⁵⁴



Fortalecimento da ação clerical

O jornal ultramontano A Verdade, a exemplo de seu colega O Norte, menos intransigente, passa a noticiar sem nenhuma agressividade as conferências organizadas pela Sociedade Espírita União e Caridade, desde meados do ano de 1907. Alfredo Penna discorre sobre a Fé, Fernando de Mattos celebra ali o 14 de julho dissertando sobre o tema Liberdade, Igualdade e Fraternidade, José Nogueira - jornalista de Guaratinguetá - aborda o tema A Alma; A Verdade noticia também as conferências da Loja Maçônica. O abrandamento da atitude dos católicos deve se explicar pelo empenho em convencer os membros do Parlamento a manter a legação brasileira junto à Santa Sé; enquanto isto, prossegue a perseguição implacável contra os feiticeiros e curandeiros, exigida pelos médicos e farmacêuticos. Em outubro de 1908 o secretário de Justiça, Washington Luís, manda prender e punir Bernardino Antônio de Oliveira, curandeiro residente no Bairro do Chapéu em terras da viúva do coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro, que seria absolvido caso as autoridades insistissem em levá-lo a julgamento.

Um ano depois, a polícia taubateana recolhe à prisão a preta Malvina de Souza, tida como a santa da rua do Correia; o jornal O Norte zomba desta anciã que roga pragas mas não faz nenhum milagre durante a noite em que permanece presa antes de ser internada no Hospital de Santa Isabel para tratamento de saúde. O motivo da prisão é a notícia de que Malvina iria se transformar, de preta velha, em moça branca. O jornal esclarece a seus leitores que Malvina de Souza não aparenta nenhum traço de santidade, e continua como é, uma preta ignorante e boçal. Mas O Norte convida a população a visitar e deixar uma esmola no casebre de uma pobre aleijada que re-

compôs uma imagem de Nossa Senhora muito danificada, colocou-a num nicho envidraçado após fazê-la benzer; a imagem atrai romeiros e atende os seus pedidos com milagres.⁵⁵

As primeiras atitudes do bispo diocesano voltam-se para a reorganização das associações católicas e a regularização das relações hierárquicas no interior da diocese. A morte de Lombroso é noticiada com satisfação pelo jornal oficial diocesano que abre as baterias contra o positivismo, ao final de junho de 1910. A seguir, intervém energicamente na campanha contra a decisão inicial de Nilo Peçanha, até que este permita o desembarque dos padres católicos portugueses exilados pela República: os inimigos são os liberais avançados, os livres-pensadores e os anarquistas. Pouco depois, é a conferencista Belén de Sárraga que ocupa as atenções da cúpula da diocese; o clero da região utiliza pela primeira vez o sistema de coleta de assinaturas em abaixo-assinado, uma demonstração de força que permite à burocracia diocesana avaliar com mais objetividade os seus efetivos e programar suas atividades. As sociedades vicentinas, as associações do Bom Jesus de Tremembé, as Damas de Caridade e outras organizações passam a constituir novos canais de comunicação estáveis, administradas conforme os princípios lógicos das empresas de prestação de serviços e capazes de fornecer relatórios objetivos acerca das categorias mais humildes do "povo". As visitas pastorais e as missões anuais coroam espetacularmente o aparato mobilizado pela Igreja para a consolidação de sua hegemonia na região.

Importa eliminar o desperdício e os excessos nas festas religiosas, campanha penosa em que o clero diocesano se verá forçado a concessões e conciliação eventual com chefes políticos católicos, e que só terá êxito evidente na fase final do período. O positivismo continua a ser tomado como o inimigo extremo principal; a série de artigos do Lábaro contra o professor José Carneiro de Carvalho, fiel católico luizense e membro dedicado da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, acusando-o de positivismo, repercute sem dúvida em São Luís do Paraitinga. Assim, em abril de 1916, quase três anos após a triunfal manifestação quando da reposição do crucifixo na sala do júri, a população toma conhecimento de que há divergências profundas entre os intelectuais católicos. Esta fissura no aparente monolitismo religioso que todos os partidos políticos e todas as autoridades leigas e religiosas afirmam constantemente ao descre-

ver São Luís do Paraitinga, não pode ter deixado de ser percebida e discutida por todos os segmentos da população do município e adjacências.⁵⁶

O processo movido pelas autoridades contra a trabalhadora rural Deolinda Picada, em 1913, relança a reflexão a respeito da representação social da loucura. A ré é declarada louca por ter praticado o infanticídio às claras, buscando uma solução ao dilema de sua própria sobrevivência de uma forma que a "sociedade" não pode admitir.



Os Vícios

É na direção apontada por este acontecimento pontual que se deve organizar a leitura de uma série de textos recolhidos em sua maioria, na imprensa de Taubaté, a respeito dos vícios tradicionais e modernos.

O principal deles é, sem nenhuma hesitação, a incontinência sexual, vício original em todas as versões socialmente aceitas do grande messianismo cristão que fundamenta a civilização ocidental. O sociólogo Edgard Morin, mergulhando fundo no estudo do mito cristão, ultrapassa o terreno óbvio dos mecanismos repressivos pelos quais se reproduz a sociedade fundada na desigualdade e constata que o repúdio à sexualidade é consequência lógica do horror à morte individual que o cristianismo leva a extremos inalcançados em outras civilizações. A filósofa Marilena Chauí, desvendando o milenarismo implícito naquilo que todos os discursos da razão tomam com axiomático no interior da sociedade ocidental, estimulará sem dúvida a geração atual de historiadores a observar com atenção a marcha da grande peste do fim do século.⁵⁷

O espiritismo kardecista surge e se difunde exatamente no momento em que Pio IX joga a Igreja Católica no movimento ultramontano. A crescente hospitalização e medicalização da morte ao longo do fim do século XIX é experiência vivida que induz novas atitudes perante a morte; ao mesmo tempo em que a rede hospitalar expropria a dimensão simbólica da morte, reduzindo-a um fenômeno biológico desumanizado e anônimo, fortalecendo as fantasias de poder

dos médicos, da ciência e da burocracia estatal, a luta de classes introduz a dúvida face às utopias racionalistas e iluministas da burguesia liberal. O espiritismo, sincretizando atitudes românticas, racionais e esotéricas, oferecerá à burguesia - especialmente aos seus extratos médios - a certeza do progresso e a permanência dos laços familiare e da individualidade após a morte. Suas mensagens e práticas muito íntimas e familiares distinguem-se nitidamente dos enormes ajuntamentos coletivos promovidos pelos missionários ultramontanos para alimentar o medo à morte eterna. O clero ultramontano insistirá, ao combater este adversário, na denúncia de desmandos sexuais, especialmente quando o espiritismo se deixa apropriar por grupos sociais de condição subalterna que podem utilizá-lo para forjar uma identidade própria e escapar ao controle social.

Passado o escândalo de 1885, o clero e a imprensa reduzem sua hostilidade contra o espiritismo, que se estabiliza como variante tolerável nas atitudes das categorias médias e superiores da "sociedade", especialmente quando se dedicam também às obras pias da caridade. É a notícia da repressão contra o espiritismo afro-protestante do pastor Bibiano, preso em São Paulo em 1912, que alerta a imprensa e o clero católico contra as novas igrejas plebéias que florescem apesar das missões e das obras pias. Ao final deste mesmo ano, estoura a guerra santa do Constestado. Tão importante quanto as operações policiais e militares, importa denunciar com o máximo de sensacionalismo as orgias, a depravação, as falsas virgens, reduzindo o projeto milenarista de transformação do mundo a uma simples manifestação primitiva e animalésca do vício mais nefando. Mas há outros vícios.

O fumo e a aguardente são produzidos na região desde as mais remotas experiências de fixação dos colonos à terra. Em 1830, o fumo é o principal produto agrícola de exportação em São Luís do Paraitinga: 2.673 arrobas contra 576 arrobas de café. A região importa vinho, aguardente do reino e licores porque não tem muitos engenhos e escravos, a cana de açúcar é plantada e processada para consumo próprio, conforme informa o delegado de polícia de São Luís do Paraitinga ao Presidente da Província em 1852. Mas havia pelo menos 5 engenhos em 1822, e 10 em 1825, que não devem ter deixado de operar. E em 1779, o guarda-mor José Ferreira de Castilhos, senhor de engenho com 70 escravos, produzia 1.000 arrobas de açúcar branco

e 400 de açúcar mascavo que exportava para o Rio de Janeiro. O consumo da aguardente produzida localmente é praticamente impossível de se calcular, visto que os produtores preferem furtar-se às estatísticas e aos impostos; e como são eles próprios os vereadores e grande eleitores, não têm interesse em taxar sua própria produção para fortalecer a municipalidade: tal medida será adotada mais tarde especialmente contra os produtores de outros municípios que vendem no mercado local.⁵⁸

O Diário Paulista, em outubro de 1887, alerta as autoridades contra a população do bairro da Pedra Negra, no município de São Luís do Paraitinga; o povoado tem 30 ou 40 casas, das quais muitas são vendas, assiduamente frequentadas por esta coletividade pouco propensa ao trabalho e amiga do jogo. As rixas e desordens são frequentes, tendo ocorrido há pouco um crime de agressão com enxada, o que permite ao jornal convocar as autoridades, cumprindo sua função de zelar pela manutenção da ordem burguesa e pela dignificação do trabalho alienado. Dois anos antes, seu colega O Paulista anunciava a estatística da importação de cartas de jogar: a alfândega do Rio de Janeiro registra a entrada de 31.628 quilos de cartas no exercício de 1880-81, de 37.860 quilos no exercício de 1883-84, e de 22.944 quilos, ou cerca de 220.440 baralhos, no exercício findo em 30.06.1885. Como não há fábricas de baralhos no país, o jornal interpreta a diminuição do consumo pela intensificação dos jogos de loterias.⁵⁹

É em 1887 que se instala a primeira fábrica de cerveja em Taubaté, do empresário Terezo Amadei, além da cerveja União, do tipo "barbante" - de alta fermentação - a fábrica produz também refrigerante. Logo surgirão as fábricas de Luís Lenzolari, César Silvi e Alfredo Coelho da Silva. Em março de abril de 1891 a Pátria Paulista, jornal monarquista, critica um bar que ostenta uma tabuleta inaceitável: "quatro pândegos entregues à orgia disputam o copo, destacando-se uma figura de mulher agarrada às abas do pletó de um camafeu com presunção a pelintra. No plano superior desta festa que é representação exata das arcaicas tradições da civilização nômade lê-se: Ordem e Progresso - o lema da bandeira nacional. Se isto não é uma alusão arrancada de algum cérebro de camarilha da tabuleta, envolve uma indecência contra a qual se opõe

o nosso adiantamento." É provável que o jornal se mostre tão severo na defesa do dístico positivista detestado em razão de atrito contra algum comerciante sírio, pois divulga algumas semanas mais tarde uma crônica entusiasmada a respeito dos espetáculos de dança "à moda da estranha" em que o público sente cócegas que arrepiam os pelos ao apreciar as pernas daquelas "demônias das Zarzuelas", moda que tem outro sal.⁶⁰

Um recado dirigido expressamente às gentis leitoras do Imparcial, à primeira página, em abril de 1984, informa sobre o vício da morfina em Paris. O redator Décio começa por anunciar que a humanidade está endoidecendo, pois há muita gente que se mata aos bocadinhos. Muitas moças - certamente não as leitoras do Imparcial - cultivam o nojento e pernicioso vício de esfregar fumo aos dentes. "Haveria coisa mais extravagante que uma moça (às vezes, bem bonita!) esmagar na alva dentadura um rolo negro, nauseante e venenoso, sujeitando-se, muita vez, a engolir o caldo repugnante que resulta da trituração! E, entretanto, há quem faça isso!". Décio conhece até mesmo um poeta que busca inspiração na estricina. Mas o cronista passa agora ao tema: a Sociedade das Ciências Médicas de Paris está preocupada com o alto consumo de morfina entre as mulheres galantes e mesmo entre as senhoras da grande roda, traduzindo matéria de um jornal francês, Décio parece estimulado pela aura romântica daquele vício: "A morfina diminui as carnes, dá à pele um tom pálido muito distinto e romântico, faz brilhar os olhos com estranho fulgor, encovando-os bastante, assetina os cabelos e predispõe o espírito para a melancolia e para a meditação, após um período de vivacidade, loqüela, alegria e movimento". A morfina atacaria, de acordo com os médicos, "os centros nervosos como o útero, preparando terreno para a loucura precedida de ninfomania".

Além disto, as morfinômanas tornam-se estéreis ou dão à luz idiotas inúteis. Agora Décio interpela energicamente as gentis leitoras taubateanas, alertando-as contra este abismo medonho que conduz ao hospício ou ao cemitério, convocando-as para uma santa cruzada contra o fumo, a morfina, a estriçnina, etc; assim terão filhinhos espertos, sacudidos, sem aquelas afeições cadavéricas e aquele físico estúpido dos orientais consumidores de ópio. Juntamente com o fumo, o ópio e outras drogas, as gentis leitoras devem abandonar também o carmim e toda a maquiagem, pois são naturalmente belas. Se um dia estiverem nervosas, insones, um chá de

folha de laranjeira será melhor que uma injeção de morfina; se se sentirem histéricas, presas de esquisitices caprichosas, basta lançar fora o romance sentimental, tomar banhos frios e passear pelas manhãs; morfina, somente a conselho médico e em nenhuma outra circunstância.⁶¹

Dois anos mais tarde, o jornal jacobino A Zaquia passa a promover a cerveja Antártica, rival da Bavária, ambas produzidas por grandes fábricas paulistas, que começam impor-se no mercado regional vencendo suas pequenas concorrentes. O mesmo jornal toma por pretexto a festa do Divino de 1896, à qual não foi convidado, para uma grandiosa apoteose do próximo século que se avizinha trazendo a Reforma Econômica-Social que transformará a face do mundo e produzirá abalo mais profundo que a Revolução Francesa. "As descobertas maravilhosas, reconhecidas e verificadas, incontroversas, incontestáveis e incontrastáveis de espiritismo, hipnotismo, magnetismo, sonambulismo, telepatia, etc, etc, - essa conquista engenhosa do eminente e preclaríssimo Charcot, o divino mestre da Salpêtrière (...) mostram bem que a própria ciência entrou francamente no período homérico da nevrose (...) E o Cristo continua sendo, através de todas as intempéries, o único padrão aferidor dos atos humanos! (...) O socialismo científico é religioso por índole, porque a sua propaganda foi iniciada por um Deus nas cimeiras do Calvário (...) Religião e Democracia serão chave dos nossos destinos e o sepulcro dos nossos dias".⁶²

Outro jornal republicano radical, O Taubateano, ergue-se em defesa dos artesãos que produzem cigarros de palha, propondo a elevação do imposto sobre os cigarros feitos pelas grandes fábricas nacionais e estrangeiras, em agosto de 1903. Um ano depois, o mesmo jornal noticia a morte do doutor Winner, cientista americano que ingeria cocaína, mirava-se no espelho e anotava minuciosamente o que via e sentia; a causa da morte é o envenenamento. Em novembro, o Taubateano toma partido contra a lei da vacina obrigatória; reprimida a rebelião popular no Rio de Janeiro, o jornal toma a defesa de Lauro Sodré.⁶³

O Jornal de Taubaté, também republicano radical, publica em sua primeira página um artigo assinado pelo Doutor E-

duardo de Magalhães sobre o abuso do fumo; de início, o médico alerta que qualquer excesso é prejudicial. O consumo exagerado do tabaco pode inibir o apetite, e quem prefere fumar a comer perdeu o instinto de conservação da vida. Entretanto, o doutor prossegue, há no ato de fumar - com a devida moderação - alguma coisa mais do que tirar fumaça e soltá-la no ar, pois em caso contrário a generalização deste hábito seria incompreensível: "Quando o operário interrompe o trabalho para acender e fumar o cigarro, ele recomeça-o consolado e mais animado. Seria efeito do insignificante? Certamente não (...) alguma coisa se passou atrás desse ato, e provavelmente foi o tom dado ao sistema nervoso, compensando-o, de alguma sorte, da perda determinada pelo trabalho, consequência da ação excitante sobre o sistema, renovada de espaço a espaço quando o operário tem o aviso de qualquer coisa que se traduz pelo vago desejo de fumar. Assim o negociante no meio das transações e todo aquele que trabalhar física ou intelectualmente. Acredito até que fumar é útil ao literato, ao médico, ao jornalista, ao matemático, ao advogado, em suma - aos que vivem pela inteligência, porque a nicotina, por sua ação construtora de vasos, isto é, pela ação sobre o nervo grande simpático, corrigirá de algum modo a hipertemia (congestão) dos vasos cerebrais, determinada pelo trabalho mental e sustentada durante a tensão intelectual. O fumo atuará então em sentido contrário anemiando o cérebro, descongestionando e como que convidando-o ao repouso, graças à modificação operada por ele na circulação cerebral".

O Doutor Eduardo de Magalhães conclui, assim, mesmo sem ser fumante, que o tabaco é útil desde que não se abuse dele. É supreendente a clareza do texto, revelando o papel desempenhado pelo vício do tabagismo na adequação dos corpos à sobrecarga de trabalho e tensão provocada pelas cadências cada vez mais rápidas da produção industrial.⁶⁴

Quatro anos e meio mais tarde, em fevereiro de 1911, é o órgão do Partido Republicano Conservador que publica outro artigo extremamente claro em que Gama Rosa compara os efeitos do álcool e do fumo. O álcool é condenado pela ciência, com toda a razão,

como o supremo inimigo da humanidade - seja consumido em altas doses, o que equivale a um suicídio, seja mesmo em pequenas doses, pois produz modificações orgânicas e lesões do aparelho circulatório e digestivo que passam despercebidas. Assim, o ideal em higiene, que será forçosamente alcançado no futuro, é a total abstenção. O mesmo não se dá como tabaco:

"Na intensidade da vida moderna, seria impossível dispensar este enérgico excitante do sistema nervoso, auxiliando trabalhos extenuantes, especialmente mentais, e normalizando funções estomacais e intestinais por vigorosa ação sobre as fibras musculares lisas (...) Trabalhos persistentes carecem excitações do fumo, e isso explica a universalidade de sua adoção (...) Os demais excitantes, como o café, o chá, etc, (...) utilizados normalmente, manifestam-se indispensáveis à integridade da vida nervosa. Incomparavelmente maior seria o detrimento resultante do esgotamento do sistema nervoso, por labores excessivos (...) Na vida moderna, eminentemente complexa, os excitantes nervosos exercem influência superior, tornando-se incompatível qualquer intensidade e persistência de ação sem auxílio permanente desses agentes".

Gama Rosa volta agora o seu ponto de vista ilustrado e cientificista, plenamente identificado com a vida moderna, para quem o trabalho estafante dos assalariados é tomado como algo perfeitamente natural e necessário, contra o preconceito. Trata-se, em sua opinião, de reminiscências de um passado irreversível em que o tabaco era considerado não como um fator fisiológico, mas como um vício, incorrendo em severa censura moral e religiosa; anomalia absurda, pois a Igreja e a sociedade desde sempre permitiram a absorção da nicotina pelas narinas, não havendo razão para reprimir sua forma moderna de ingestão.⁶⁵

O jornal católico O Norte também publica em sua primeira página outro artigo de Gama Rosa sobre a nicotina, em agosto de 1913. Começa pela crítica ao moralismo católico que classifica o fumar como vício, fazendo com que muitos jovens que ainda não são modern style se sintam obrigados a só fumar às escondidas. O fato incontestável é que "essa substância, uma vez usada, torna-se indispensável às funções gerais do organismo, e então maiores são os benefícios do que os detrimientos". Gama Rosa repete a descrição da

ação da nicotina sobre os músculos lisos, e faz uma afirmação categórica: "Torna-se notável que, não obstante uso e abuso universais, não se lhes possa atribuir determinadas moléstias infalíveis, a não ser, em certos casos, dispepsias e neurastenias, que aliás, podem também derivar de outras causas (...) A ausência de lesões provadas, imputáveis à nicotina, pode sem dúvida ser explicada por qualidades e minentemente voláteis e de influência caracteristicamente transitória, tornando-se necessárias doses repetidas, para manter o organismo em estado de saturação."

O uso moderado de nicotina, portanto, é francamente aprovado; o mesmo não se dá com o álcool, supremo inimigo da humanidade. Gama Rosa volta à sua declaração de amor pela nicotina: "como quer que seja, já agora é impossível condenar de modo absoluto a nicotina, desde que, sem males visíveis, se acha definitivamente incorporada ao gênero humano, e por ele julgada imprescindível (...) Desde que é adquirido o hábito, a nicotina atua como motor geral de todas as ações orgânicas, ou das de vida de relação, tornando-se impossível pensar ou agir, sem esse poderoso estimulante".⁶⁶

A Federação reforça o tema do cigarro como exigência básica da sociedade moderna ao anunciar os cigarros Zebra, produzidos por Trappani & Cia em São Paulo, e distribuídos em Taubaté pela casa À Ideal, "o lugar preferido pela sociedade taubateana, que ali vai gozar do 'dulce far niente' da amável camaradagem dos seus inúmeros fregueses". Além de dopar o organismo durante a jornada de trabalho, o tabaco confere um charme especial ao lazer da burguesia, que os trabalhadores serão intensamente estimulados a imitar.⁶⁷

Em São Luís do Paraitinga há três pequenas fábricas de cigarros, ambas dirigidas por mulheres (Maria das Dores Pereira, Maria Joana Moreira e Maria Fidência de Moura), pagando imposto equivalente ao dos proprietários de bancas de café e de botequins, superior ao das bancas de toucinho de doces, tipografia, oficina de seleiro e alfaiataria, jornal, etc. Os 42 contribuintes do imposto sobre o consumo de aguardente, no mesmo ano de 1920, vendem aproximadamente 60.500 litros ao ano; há 22 contribuintes na lista do imposto sobre engenhos, pagando todos um imposto equi-

valente ao das três pequenas manufaturas de cigarro de palha, o consumo do álcool, que poderia representar dois litros para cada habitante do município, de qualquer idade, por ano, parece muito mais importante do que o consumo de cigarros industrializados, pois a persistência das três manufaturas em 1920 atesta sem dúvida o apelo da maioria dos fumantes luizenses ao cigarro de palha e ao fumo de rolo para mascar, formas tradicionais de consumo que o modern style ainda não destruiu.⁶⁸

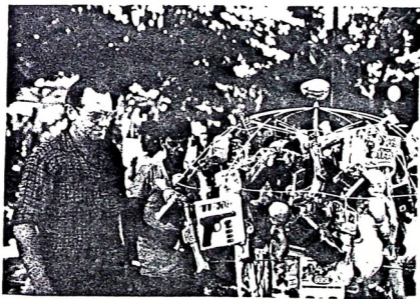
O médico taubateano Félix Guisard Filho, em sua tese sobre a prostituição apresentada em 1914, afirma que no Rio de Janeiro bebe-se 230.000 litros de álcool por dia, citando dados recolhidos por Hermeto Souza que parecem exagerados: estuda as relações entre prostituição e alcoolismo, morfina, cocaína e éter, evidenciando que o primeiro predomina nas zonas do baixo meretrício, enquanto os demais são mais frequentes no circuito frequentado pelas camadas mais endinheiradas; mas não parece considerar o tabaco como um vício. Por esta época, a pedido do cônsul da Inglaterra, as autoridades brasileiras informam que no Rio de Janeiro há 32 casas de "rendez-vous", 31 pensões de mulheres com um total de 111 metretizes, 52 casas que alugam quartos por hora e 434 casas de tolerância onde habitam 1.146 prostitutas.⁶⁹

A Federação, jornal que melhor informa sobre o progresso da sensibilidade moderna em Taubaté, com suas notas sociais a narrar minuciosamente as edificantes festas íntimas no seio das famílias burguesas, é também quem mais estimula o consumo de éter sob a forma de lança-perfume no carnaval durante os anos de 1910 a 1913; as elegantes bisnagas são anunciadas como a marca inegável da civilização, abolidos os limões e laranjinhas de cheiro e outras velharias do entrudo. E quando O Norte alerta contra o perigoso éter sulfúrico dos lança-perfumes nos olhos, é para melhor anunciar as qualidades do produto da marca Vlan, aprovado pela Inspetoria de Saúde. Ao mesmo tempo em que publica profecias do Barão de Ergont e crônicas apocalípticas em que o carnaval é visto como uma dança macabra da humanidade embriagada pelo éter, á beira do sepulcro, o Norte não deixa de anunciar o Rodo e o Excelsior, lança-perfumes do Bazar América.⁷⁰

Boa parte dos redatores dos jornais jacobinos taubateanos do início do século se entrincheiram no semanário A Ordem, publicada em Tremembé em 1916 quando a aliança do partido costista com os católicos consolida a hegemonia conservadora. Extremamente agressivo, o jornal de Tavares Filho move campanhas contra os crápulas da Casa Canalha (visando os comerciantes russos estabelecidos em Taubaté), contra o clero católico, contra o Anticristo - o papa - e prega o espiritismo, doutrina que vem restabelecer os puríssimos ensinamentos de Jesus. A Ordem condena o jogo, procura mobilizar seus leitores para convencer os romeiros que buscam o santuário de Nossa Senhora Aparecida a passar também pelo santuário do Bom Jesus, anuncia as virtudes da água santa do Tremembé, engarrafada pelo doutor Gonzaga. Como há boatos maldosos de que a água santa está contaminada com micróbios da febre tifóide, o jornal tenta em vão fazer uma subscrição a fim de submetê-la a análise química. A Ordem aponta a própria igreja do Tremembé como a principal interessada em sabotar os negócios de engarrafamento da água, arrendando pela prefeitura; a empresa do doutor Gonzaga se frustra. Os romeiros e devotos do Bom Jesus, no entanto, continuam a se servir da água santa que jorra de duas fontes, e A Ordem assegura que mais cedo ou mais tarde, talvez por obra de capitais estrangeiros, todos os estabelecimentos comerciais do país venderão a água de Tremembé ao lado das águas de Caxambu, São Lourenço, Lambari e outras. Sempre no ano de 1916, o jornal republicano radical contesta o relatório sobre os trabalhadores nacionais empregados pelos frades da Trappa Maristela, de J. Papaterra Limongi, que tanto influenciará Monteiro Lobato.

Os frades trapistas tiveram atritos com o rico proprietário da Casa Pato, de Tremembé, desde sua instalação às margens do rio Paraíba. Em novembro de 1913 o tenente-coronel Alexandre M. Patto entrou com ação judicial contra o prior da Trappa, alegando direitos adquiridos sobre as águas do rio, puxadas por máquinas para irrigar os arrozais de sua fazenda; os trapistas estavam turvando as águas e planejando desviá-las. Agora, três anos depois, A Ordem critica os trapistas cuja empresa agrícola, com 75 frades à frente, não é administrada com a eficiência do fazendeiro coronel Marcondes de Mattos, e pagam salários inferiores àqueles ofereci-

dos aos trabalhadores por fazendeiros como Amadei Pissini, Adolfo Pissini, doutor Pedro Costa, coronel Alexandre Patto e outros. Os fazendeiros taubateenses e até mesmo monsenhor Nascimento Castro e os capuchinhos do convento de Santa Clara são mais católicos que os conspiradores trapistas, previne A Ordem para que ninguém mais se deixe iludir. Uma das mais graves acusações contra os trapistas é a de permitir o vício do álcool entre os caboclos que o relatório de Papaterra Limongi aponta como o grande modelo do trabalhador nacional.⁷¹



Transgressão sagrada

A mobilização das autoridades policiais contra Maria Antônia de Jesus é convocada inicialmente pelo jornal O Luizense, prontamente secundado pelo Lábaro que expressa o ponto de vista oficial das autoridades diocesanas. É provável que o frade capuchinho que percorreu os bairros rurais do município pregando missões e ministrando os sacramentos ao final do ano de 1917 tenha alertado o vigário Ignacio Gióia e os dirigentes da diocese antes que O Luizense, talvez obedecendo à recomendação dos mesmos, dê o primeiro sinal de alerta. O Lábaro aplaude a justa campanha do Luizense, definindo Maria Antônia como mais uma exploradora do povo crente e bom. O órgão da diocese lembra o caso recente de Antoninha, uma falsa virgem que deu muito trabalho às autoridades clericais até que estas conseguiram demonstrar aos romeiros que a visitavam que não passava de uma prostituta, fazendo-a fugir para o Sul de Minas com um rapaz. Outro caso de exploração, citado pelo Lábaro, bem recente, é a história inventada por duas meninas de Ubatuba a propósito de aparições de uma santa. Nunca foram tão frequentes essas tais aparições, comenta sarcasticamente o jornal oficial da diocese.

Efetivamente, os jornais divulgam inúmeros relatos e boatos nos últimos anos da guerra mundial. Em maio de 1916, A Ordem transcreve notícia de fatos estranhos no Recife, onde a menina Maria Luísa da Soledade, criada de Josefa de Barros, seria a responsável pela deslocação dos móveis e louças da casa que dançam loucamente sem nenhuma causa aparente, despedaçando-se sob as vistas dos vizinhos alertados por dona Josefa, apavorada; a criadinha Maria Luísa da Soledade permanece em êxtase enquanto os distúrbios sobrenaturais acontecem à sua volta. Dezoito jornalistas e várias autori-

dades penetram na casa abandonada acompanhando a menina; ao se acender um candeeiro, Maria Luísa grita e cai em êxtase; as escarradeiras da sala de visitas começam a correr pelo chão enquanto a louça da mesa voa pelos ares; cinco homens são necessários para erguer do chão a menina cujo peso torna-se enorme; dois subdelegados de polícia ferem-se com estilhaços de garrafa.

Do estrangeiro, além das notícias da guerra e da revolução russa, chovem relatos de aparições, especialmente em Portugal. Além das visões dos pequenos pastores de Fátima, distrito de Leiria, que têm início a 13 de maio, há também aquelas do pastor Severino Alves, da aldeia de Barral no Alto Minho, a 17 e 18 de maio de 1917. No lugarejo de Viradouro, no Estado do Rio de Janeiro, a menina Maricota, de cinco anos de idade, afirma ter visto uma santa em julho; o empregado da ferrovia Paulista José Pedro da Silva Júnior vê, orientado por seus filhos, as palavras Paz no Mundo escritas no céu de São Carlos em novembro.⁷²

Em Taubaté mesmo, além da suposta virgem Antoninha, há uma casa visitada por fantasmas travessos à rua 4 de Março, que o Norte descreve bem humoradamente em julho. A 1º de março de 1918, o delegado de polícia de São Luís do Paraitinga pede instruções ao Delegado Geral antes de entrar em ação "no caso de uma menina existente no bairro de São Pedro, e que se diz Santa". A 18 de maio, o delegado relata ao Delegado Regional de Polícia, de Guaratinguetá, o que viu: a menina está deitada em um caixão ou esquife, dormindo tranquilamente desde 14 de janeiro. Interrogado, o pai indica a existência de um curandeiro, que o delegado julga responsável pelo comportamento anormal da menina. Não logrou capturá-lo, porque não tem residência fixa. "A moça está, como já disse, deitada em caixão dentro de uma capelinha existente no terreiro da casa da família. Ao princípio, houve uma grande concorrência de pessoas (...) a família da tal moça não convida (...) nem anda apregoando (...) não aceita de quem quer que seja o menor auxílio. A curiosidade mostrada geralmente ao princípio deste fato muito arrefeceu (mas) dois artigos alarmantes escritos por um anônimo no jornal local O Luizense" teriam provocado novas romarias de curiosos. O doutor Ernesto Babo Filho afirma que tudo está sob controle, espera novas instruções e sugere a vinda de um médico de Guaratinguetá para examinar a moça.⁷³

A 5 de junho, O Norte comenta os fatos curiosos que se passam em São Luís do Paraitinga, informando que os caipiras da região acorrem em romarias para agradecer à menina santa milagres ridículos como a cura de bicheiras nos seus animais e a chuva em suas roças de milho. Comparando este fato com outro, igualmente curioso, de um suposto santo que tem aparecido em Ubatuba a vender passagens para o Céu, O Norte sugere às autoridades de São Luís do Paraitinga o encarceramento da "santa" por alguns dias na cadeia pública local, a bem dos costumes e sobretudo da religião que não manda crer em semelhantes coisas; o jornal tem certeza de que assim o mistério desaparecerá e a "santa", desiludida, procurará outro meio de vida.⁷⁴

Dois dias mais tarde, O Norte informa que o delegado regional de polícia, de Guaratinguetá, acaba de retornar de São Luís do Paraitinga onde esteve em diligência especial; acompanharam-no o doutor Artur Campelo - médico legista -, o subdelegado de polícia de Taubaté e um contingente de 30 praças sob o comando de um superior da Força Pública. Na noite de 7 de junho, o delegado de polícia de São Luís do Paraitinga preocupa-se com os sofrimentos da moça, recolhida à Santa Casa, o que o leva a escrever no dia seguinte ao delegado de Taubaté pedindo-lhe que informe ao delegado regional. Uma semana mais tarde, o delegado regional comunica ao delegado de São Luís do Paraitinga que o curandeiro, um cego, acaba de ser detido e deverá ser processado ali.⁷⁵

O Correio Paulistano, órgão do Partido Republicano Paulista, divulga na capital essa ocorrência singular. A "santa" do Paraitinga é desde logo classificada como um caso de histeria. O laudo médico redigido pelo médico legista Artur Campelo e por seu colega luizense Gaspar Tibau, que deploram as condições mesológicas em que se procederam o exame, é transcrito:

"Foi-nos apresentada, na Santa Casa da mesma cidade, como sendo a paciente, uma jovem, de cor branca, devendo ter de 18 a 20 anos de idade, cabelos pretos, e que disseram chamar-se Maria Antônia, brasileira, solteira, residente no bairro do Chapéu, naquele município. A jovem trazia vestido branco, véu azul com galões prateados, capela, e, em decúbito dorsal, num leito do hospital, parecia dormir profunda e tranquilamente, conservando-se impassível aos chamados e movimentos dados ao seu corpo no intuito de despertá-

-la. Seus pais, pessoas rudes e analfabetos, referem que sua filha, aos 8 anos de idade, tivera muitos ataques, que sararam e se repetiram aos 14 anos, precedidos de crises de tristeza, choro e gritos; que nessa época, ele, progenitor, foi algumas vezes chamado para socorrê-la, verificando então que ela 'lançava preços em cruz, carretéis de linha, agulhas de máquina', etc, objetos que ele próprio retirava da boca de sua filha; que ultimamente ela vivia rezando, e em dia de janeiro último, mostrando-lhe uma santa que tirara do seio, onde apareceu como por encanto, pediu que a 'vestissem de Nossa Senhora', despediu-se das pessoas da casa e, anunciando que em breve subiria aos céus, encerrou-se num caixão e, assim, foi colocada numa capelinha construída a seu pedido, próxima à casa de sua residência. A contar daquele dia, até hoje, afirmam pai e mãe, com a maior convicção, sua filha tem permanecido deitada na mesma posição, sem receber alimentos de qualquer natureza, dormindo sempre, tendo apenas aberto a boca duas vezes, uma para rezar e outra para anunciar que 'subiria pr'o céu' na Semana Santa. A jovem Maria Antônia tem boas cores, notando-se mesmo o belo rosado de suas faces, temperatura a 37,5, pulso variando de 100 a 120 batimentos por minuto, mas cheio e rítmico (?), pele quente; há contractura (sic) dos músculos da face, da nuca e dos membros inferiores; as pálpebras estão fechadas e são agitadas por um movimento contínuo; a boca cerrada e os lábios colados um ao outro, oferecem resistência aos dedos que procuram afastá-los; os globos oculares movem-se em todos os sentidos e a pupila reage à luz. A paciente não reage às excitações exteriores, conservando-se impassível, sem o menor movimento de defecção, a não ser um agitar mais acentuado das pálpebras, mesmo a picadas profundas, denotando perturbação da sensibilidade. Seus membros, quando tomados e logo depois abandonados caem inertes sobre o leito; mas, postos em várias atitudes e nelas mantidos e depois abandonados, conservam as mesmas por longo tempo. Em toda a superfície cutânea não se observam perturbações tróficas e vaso-motoras manifestadas por erupções, flictenas, equimoses, escaras, etc; o ventre apresentava-se flácido e deprimido, achando-se o estômago em estado de vacuidade. No decorrer das 18 horas em que a paciente foi examinada, observamos por duas vezes o seguinte fato, também constatado pelas pessoas que a vigiavam: ela descerrou ligeiramente os olhos e, após alguns movimentos convulsivos do tronco e da cabeça, abriu a boca e cantou, com voz clara, orações de sentido confuso, durante 18 minutos, guardando a pronúncia errada das pessoas incultas e

voltando, em seguida, ao primitivo estado. Referem as pessoas que permaneceram ao lado da pessoa que ela, em dado momento e com visível esforço, abriu os olhos e pronunciou algumas frases aludindo com precisão ao seu transporte à presença do médico que a examinara e pedindo que não fizessem mal a seus pais. O estado geral da paciente, suas belas cores, o aspecto nutrido do seu corpo, a ausência de escaras de decúbito em quem conserva essa posição há quase 6 meses, indicam de qualquer modo e a despeito das afirmações de seus pais, criaturas crédulas, ignorantes e sugestionadas pela série de fatos inexplicáveis para o seu entendimento, a 'Santa do bairro do Chapéu' recebe algum alimento e que suas crises de sono, por mais prolongadas que sejam, têm intermitências, durante as quais ela se levanta, ou, pelo menos, muda de posição. Do observado e exposto, os peritos são levados a crer que se trata de um caso muito curioso de 'hetero ou de auto-sugestão' numa jovem histérica, e que ela tem tido repetidas e prolongadas crises de 'letargia histérica', achando-se, no momento, sob o domínio de uma delas. É o que pensam a respeito do interessante caso que lhes foi apresentado, salvo melhor e mais competente juízo tirado de uma observação mais prolongada, como o caso reclama, posta a paciente em estabelecimento de saúde, em absoluto isolamento, único meio de ser posta à margem a hipótese ainda mais curiosa de simulação".⁷⁶

O Norte relata que somente com a ameaça da força policial é que a família Claro e as pessoas reunidas junto à capela, após muita discussão, permitiram ao médico Olavo de Castilho remover a moça até a Santa Casa de Misericórdia. O pai de Maria Antônia teme especialmente que entreguem a jovem ao bispo de Taubaté, e só começou a ceder quando o médico lhe assegurou que não o fará em nenhuma hipótese. Pedro Claro conta: há nove meses sua filha comunicou à família que iria passar para o estado de santidade e pediu que lhe fizessem uma capela ao lado da casa, onde deveria ser colocada dentro de um caixão quando adoecesse. A nove de janeiro, quando a família rezava na capela, a jovem, tendo já anunciado a chegada de sua hora, teve uma síncope e caiu desfalecida. Colocada desde então no caixão já preparado, Maria Antônia nunca mais se alimentou nem satisfaz qualquer necessidade orgânica. Em março, no domingo de Páscoa, a jovem acordou por alguns minutos e rezou. Além das despesas com a construção da capela, Pedro Claro alimentava na medida de seus modestos recursos os romeiros que visitavam a capela, sem

nenhum interesse pela divulgação da ocorrência e sobretudo sem manifestar nenhum calculismo.

Retirada de seu caixão onde dormia vestida de branco e azul, com uma coroa de flores artificiais na cabeça, Maria Antônia é colocada em um sofá pelos policiais. Uma enorme multidão acompanha a comitiva, chegando as autoridades a temer uma rebelião; o cortejo vem desde o bairro do Chapéu, em perfeita ordem; às 16 horas do dia 5 Maria Antônia dá entrada na Santa Casa. Os médicos tentam em vão acordá-la, o que só ocorre pela primeira vez durante a madrugada, quando os médicos estão ausentes; a moça reza e volta ao estado de inconsciência; pela manhã, sob a insistência dos médicos, acorda e reza por 18 minutos, retornando ao transe sem lhes dar nenhuma atenção.⁷⁷

A Gazeta do dia 17, após resumir o laudo médico, informa que a polícia conseguiu convencer o pai da "infortunada histerica" a permitir sua remoção à capital para receber a assistência necessária "isolada do meio que a vem sugestionando com o seu exagerado fanatismo". Assim, um vagão especial será acoplado ao trem misto da Central trazendo hoje ao anoitecer a famosa "santa do Paraitinga" que deverá ser conduzida ao asilo dos insanos, em Perdizes, ou à Santa Casa de Misericórdia.

Na edição do dia seguinte. A Gazeta relata como o médico legista Olavo de Castilho, vindo de São Paulo, consegue a custo convencer José Pedro Claro e Maria Francisca de Jesus a consentir na remoção de sua filha. Semi-consciente, Maria Antônia é conduzida a Taubaté num automóvel. Chegam pelas 18 horas sem que a população tenha sido informada. Desembarcada em estado semi-letárgico à porta do Hospital Santa Isabel, a moça é recebida pela superiora madre Henriqueta; tratada com carinho pelas freiras, Maria Antônia dorme profundamente até as 16H30 do dia seguinte, quando desperta chorando, chamando por seus pais; aceita após muita resistência água e um copo de leite e permanece acordada até a primeira hora da madrugada a conversar com as freiras. Infelizmente, não há registro dessa conversa; o arquivo do Hospital Santa Isabel não foi poupado por reformas posteriores. O mesmo ocorre com o arquivo da Santa Casa de Misericórdia de São Luís do Paraitinga. A Gazeta continua: pela manhã, Maria Antônia não ousa recusar uma gemada ofere-

cida com insistência pelas freiras, entra de novo em crise até as 15 horas; tem outra crise até a manhã seguinte, acordando uma hora antes de ser conduzida ao trem, às oito horas do dia 17 de junho.

Transportada num vagão fechado à curiosidade do povo que se acotovela nas estações por onde passa o trem, escoltada por dois policiais e observada constantemente pelo doutor Olavo de Castilho, Maria Antônia é transportada com rapidez para o interior de uma ambulância da Assitência logo que o trem chega à estação do Norte, tomada por uma multidão de curiosos, às 16H05. O carro leva até a Polícia Central, onde a depositam em um leito preparado no Corpo da Guarda. Um repórter a vê: é uma jovem simpática, calara, de cabelos e olhos negros, estatura mediana e cheia de corpo, olhar expressivo e voz suave.

O delegado geral de polícia, doutor Thyroso Martins, submete-a a interrogatório logo que a vê consciente. Maria Antônia, ao fitá-lo, encobre os olhos com o braço como o faz sempre que alguém a observa, mas responde com lucidez. "A infeliz histérica da boca do sertão" - como a chama o repórter - diz que nasceu no bairro do Chapéu, de onde nunca saiu, há 18 anos. Seus pais têm uma fazendola; nunca vira um automóvel, nem a estrada de ferro; é analfabeta, mas sabe de cor as orações que lhe ensinaram na infância. Há cerca de 3 meses, indo rezar à sombra de uma limeira ao meio dia como sempre faz, sentiu que algo se aproximava; ao voltar-se, deparou com um turbilhão de anjos e viu-se rodeada por uma claridade estranha. Um dos anjos, de longas asas diáfanas, aconselhou-a a passar 7 anos de jejum encerrada num caixão diante do altar de uma capela. Por isso é que não tem mais se alimentado; passou a aceitar o leite que lhe têm dado porque a superiora do hospital de Taubaté lhe afirmou que leite não é alimento, e que o próprio Jesus mamou o leite sagrado de sua divina mãe. O delegado geral de polícia do Estado de São Paulo a faz prometer que se submeterá ao tratamento que vai ser-lhe imposto para que possa ser útil a seus velhos pais. Maria Antônia, sem manifestar contrariedade, teria se comprometido a prestar toda a obediência às freiras do sanatório Santa Catarina, para onde é conduzida após o interrogatório.⁷⁸

O Correio Paulistano fornece mais alguns detalhes. Em Taubaté, ao espalhar-se a notícia, uma espantosa romaria diri-

giu-se ao Hospital Santa Isabel; durante a longa prosa com as freiras, Maria Antônia teria externado a vontade de tornar-se religiosa; no trem, permaneceu desacordada até a parada em Itaquera; em Mogi das Cruzes, os curiosos conseguiram abrir à força duas janelas do vagão, imediatamente fechadas pelos policiais da escolta. Maria Antônia chegou a São Paulo sem o hábito de Nossa Senhora das Dores com que a credence popular a vestira. Traja agora um simples vestido de cassa branca, com fitas azul-claro na cintura nas mangas; não tem o tipo comum das sertanejas, é clara, olhar expressivo, mãos finas e delicadas, a voz é agradável apesar da forte pronúncia caipira.⁷⁹

O interesse dos jornais continua nos dias seguintes. No Sanatório Santa Catarina, o repórter do Correio Paulistano completa a descrição da moça. O rosto é grande e comprido, nariz regular, um pouco grosso, falta-lhe o dente incisivo lateral direito; emagrecida, tem os ossos salientes; teria confessado que sua mãe, às escondidas do marido, lhe dava copos de leite; virava-se no caixão, com certeza. Fala pouco, responde por monossílabos; às vezes se anima e fala com algum desembaraço; para evitar o olhar dos médicos, olha fixamente o crucifixo do quarto do hospital; ou olha o próprio nariz tornando-se estrábica. Aceita algum leite e muita água; recusa alimentos de sal, dizendo que não os come há quatro anos; deixou que a lavassem. Disse que sofre ataques desde os 7 anos de idade; teria dito aos médicos que deve o seu estado a uma feiticeira, que lhe fez vomitar muito sangue, há tempos. Maria Antônia protesta energicamente quando a corrigem e dizem que o responsável é um feiticeiro. Está sempre muito zangada com os médicos, acha excessivos os cuidados com que a rodeiam, é extremamente pudica e tenta se envolver nas cobertas quando os médicos vêm examiná-la.⁸⁰

A Gazeta informa que desde que chegou ao Sanatório Santa Catarina, Maria Antônia não tem mais crises; os médicos a hipnotizam e fazem-na levantar-se e andar de vez em quando. Em Taubaté, O Lábaro explica a seus leitores o que Charcot, Raymond e Babinski ensinam sobre o histerismo; desenvolve-se geralmente sobre uma base originariamente hereditária ou, pelo menos, de predisposição orgânica. Consta que há realmente casos verificados na família de Maria Antônia; O Lábaro pode estar se referindo a um incidente de 1910, em que Joaquim Pereira dos Santos Claro, lavrador anal-

fabeto de 64 anos, viúvo, residente no bairro Boa Vista, teria agredido sua própria filha Joaquina Maria de Jesus, vulgo Joaquina Burgainda, de 30 anos, débil mental e embriagada num dia santo de junho. Absolvido, Joaquim Pereira dos Santos Claro e sua filha mente-capta podem estar sendo agora lembrados para confirmar o discurso da ciência. O Lábaro continua, enumerando as medidas recomendadas pela medicina para a cura da doença: inspirar confiança para conquistar a docilidade da pessoa enferma, prescrever-lhe um trabalho moderado e determinado, afastá-la do meio em que estava sujeita à sugestão, ministrar-lhe instrução religiosa com aplicação de preceitos morais. Todos estes meios são eficazes, emprestam ao indivíduo histérico os elementos para a consciência de sua personalidade, normalizando assim todas as funções psíquicas superiores e inferiores.⁸¹

Maria Antônia de Jesus, ou Maria Antônia Claro, está sob os cuidados dos médicos Raul Sá Pinto, clínico geral, e Olavo de Castilho. Este é especialista em moléstias das vias urinárias e sífilis. Não foram encontrados registros relativos ao tratamento dispensado à jovem entre o dia 17 e o dia 30, quando deixa o Sanatório: apenas as sessões de hipnotismo, referidas pela Gazeta. Na Santa Casa de Misericórdia de São Luís do Paraitinga, no Hospital Santa Isabel de Taubaté e no Sanatório Santa Catarina, Maria Antônia está sempre rodeada de enfemeiras católicas, sob a vista de crucifixos, quadros e imagens de santos. Deve, certamente, assistir à missa e outras rezas na capela do Sanatório Santa Catarina, ao final de seu tratamento. Ali, deve ter observado as imagens de Santa Walburga, Santa Catarina e Santa Isabel no vitrais, o Sagrado Coração de Maria, Pôncio Pilatos a lavar as mãos.

O inverno de 1918 é rigoroso, os jornais o comparam ao de 1870. O Diário Popular comenta as atenções dispensadas pela Delegacia Geral de Polícia à "pobre rapariga mergulhada num delicioso sono histérico", atitude que a polícia não costuma tomar perante pobres diabos que não têm odor de santidade; estes são simplesmente deixados nas enxovias dos xadrezes ou deportados para o Mato Grosso. O jornal ironiza, Thyrso Martins teria sido envolvido pela aura mística de Maria Antônia; felizmente, seu pai, "o velho caboclo do Chapéu", perdeu seu tempo e seu dinheiro investido neste conhecido número de faquirismo. O Diário Popular sugere que a capela de onde se roubou a santa dos caboclos do Paraitinga seja transformada em

escola, excelente maneira de acabar com romarias e fanatismos. A crítica visa o governo estadual, construir escolas seria mais econômico do que fretar vagões especiais e pagar quartos e tratamento médico nos hospitais para curar fanáticos.

Oscar R. Tollens escreve ao Diário Popular comparando Maria Antônia a Jacobina, a extática que liderava os Muckers no Rio Grande do Sul em 1874, relata exageradamente suas façanhas - "saqueavam propriedades dos colonos do Norte do Estado e não raro matando horrorosa e cruelmente aqueles que não aderiam" - e termina sugerindo: "O povo de São Luís do Paraitinga agradeça à polícia o ter providenciado em tempo removendo a 'santa' para São Paulo, do contrário, teria que, em breve, assistir às vandálicas explorações de outros 'muckers', desta vez na pele dos paulistas do Norte desta terra".⁸²

Certamente em obediência à polícia e aos médicos, os jornais paulistas deixam de explorar a curiosidade de seus leitores a partir do dia 20. Maria Antônia de Jesus, à medida em que vai sendo trazida à existência normal por seus hipnotizadores, não pode mais ser notícia. Em Taubaté, a polícia apreende 200 exemplares de um folheto de cordel relativo à santa do Chapéu com Teotônio Meireles, proibido de cavar níqueis dos incautos explorando um caso já esclarecido.⁸³

No dia seguinte, O Lábaro inicia um longo e rancoroso debate com o doutor Cássio de Resende, que tem a ousadia de publicar no Correio Popular de Guaratinguetá um artigo comparando a histeria e o êxtase. O jornal da diocese replica, histérico é o ímpio doutor Cássio Resende; o místico é um ser varonil... O debate se prolongará por alguns meses; O Lábaro denunciará as teses de Binet-Sanglé, "impulsivo" autor da obra infame chamada La folie de Jésus, saturada de impiedade; a luta contra a falsa ciência e os erros de Cássio Resende ocupará páginas inteiras do jornal diocesano, substituído o nome modesto de Maria Antônia de Jesus por dezenas de médicos, psicólogos, autoridades, obras científicas estrangeiras.⁸⁴

Maria Antônia de Jesus deixa o Sanatório Santa Catarina a 30 de junho; é domingo, não tem a oportunidade ver "o espetáculo fantástico das manadas que ao lusco-fusco das manhãs, cor-

rem a engolfar-se pelos portões das fábricas. (É o retanho imenso dos que vão sucumbindo de fome, de tuberculose, de miséria, de vergonha. Há crianças maltrapilhas, descalças, a chorar de fome, a chorar de frio"). Também não vê as costureirinhas nas suas pobres peliças baratas, nos seus vestidos de estofos ligeiros, a caminho dos ateliês de moda e costura onde trabalham das 8 às 19 horas, por vezes até às 22, sem nem mesmo o intervalo de meio hora para jantar como os comerciários. É domingo. Em Taubaté, morreu monsenhor Miguel Martins, beirando os oitenta anos, que foi vigário em São Luís do Paraitinga e em São Simão, onde a menina Maria Rosa, com suas visões também foi considerada doente pelas autoridades. A geada acaba de devastar as roças e os cafezais em São Luís do Paraitinga. Não há repórteres a vigiar os seus movimentos. Os jornais não a incluirão na coluna Hóspedes e Viajantes.⁸⁵

Caso Maria Antônia tivesse viajado de volta a São Luís do Paraitinga nesse último domingo de junho, teria a atenção voltada para a grande festa de juramento à bandeira em Caçapava. A passageira anônima, reconduzida à condição normal de simples caipirinha analfabeta, poderia estar no trem que, saindo da Estação da Luz às 7h50, chega a Caçapava às 11 horas onde desembarcam o general Barbedo e sua comitiva, recebidos por uma imponente comissão de recepção. Ou poderia ter passado em outro trem, mais tarde, e presenciado pela janela de seu vagão comum alguma das partes da festa, que é militar, industrial e agrícola. Poderia, talvez, ter visto à distância monsenhor Nascimento Castro, representando o bispo dom Epaminondas, a abençoar o estandarte dos mil conscritos do 6º Regimento.⁸⁶

Mas nem o delegado de polícia de São Luís do Paraitinga sabe onde está Maria Antônia. Em julho, o delegado solicita um passe para que Pedro Claro vá visitar a filha. A 1º de setembro a jovem ainda não retornou à sua casa, e só o Delegado Geral de Polícia é que saberá informar sobre o seu estado de saúde: talvez esteja em algum convento, talvez em outro hospital menos dispendioso, talvez mesmo em alguma prisão feminina. O tratamento prescrito pela ciência recomenda o trabalho e a religião, o internamento em local propício substituindo a sugestão histórica pelos sadios preceitos da moral. Neste domingo ainda, O Norte publica a crônica de João Victor, que do Rio de Janeiro acompanhou todo o agitado e confuso

acontecimento pelo noticiário de todos jornais.

João Victor interpreta. A ingenuidade da massa cai-pira, emprestando rápida e desproporcionadamente o estado de santidade a Maria Antônia, manifesta revolta contra o inexpressivo e anacrônico processo de canonização imposto pela Igreja, repulsa contra moldes pré-estabelecidos. Em pleno século XX, em meio à tragédia da guerra, a aparição da santa comove as almas simples e crédulas, perdidas no enlevo da fé, transportadas por sonhos e quimeras. Absorvida, a alma melancoliza as coisas fugindo aos aspectos violentos da materialidade da vida. O cronista se deixa tomar pelo mesmo estado de espírito:

"Aqui longe - que os olhos da ausência sacrificam a realidade dos fatos - fico-me a pensar sentimentalmente na pobrezinha que se põe prazer em desbaratar-se nessa ânsia supersticiosa e fanática rebuçando-se nesse misterioso silêncio, nessa impassibilidade, nessa privação de subsistência, desinteressadamente, só porque encontra, talvez, um consolo no deleite de sua humildade religiosa. Histeria, auto-sugestão, loucura - sei lá! - tudo isso evolva um suavíssimo perfume de lenda modesta, inócua, que a ciência, mãos dadas com a polícia, veio combalir!"

O sonho é desfeito. "Assim ferida a fundo, agora só culminarão as transcendentais cogitações científicas dos sapientísimos esculápios, as memórias, as comunicações acadêmicas, a fria dissecação, enfim, do caso plastizado (...) no aranhol da dialética médica, complicada engrenagem que tudo tritura em fórmulas sintéticas (...). Nestes tempos impiedosos, não prolifera a dinastia divina".⁸⁷

Outro eco romântico circulou na Gazeta, quando da chegada de Maria Antônia a São Paulo. O estado patológico da histeria não deixa de ser um consolo para os espíritos incultos que rodeiam Maria Antônia, uma reconfortante esperança para essa gente que vê em qualquer doença a preferência do Alto, uma distinção do Supremo Bem a premiar e a chamar para junto de si a pequena escolhida. O cronista anônimo da Gazeta avalia a crueza do impacto provocado pela intervenção da força, da autoridade e da ciência, que vêm desfazer, sem entranhas e sem crenças, a doce ilusão dos crédulos

caipiras. "A autoridade e a medicina! Que duas coisas inexpressivas para aquela pobre gente (...). Que duas coisas horripilantes e tenebrosas para sua visão! Quando o sono prolongado denunciava o próximo transporte para os sítios superiores da mansão divina do espírito que anima aquele corpo juvenil, eis que mãos grosseiras e pecadoras a arrancam do seu 'nicho' e a afastam de um remansoso local agreste, e a metem num comboio ferroviário, e a levam para o maior centro da província, e a encerram entre as quatro paredes de um hospital. E dizer que tudo isto é civilização! Oh ciência desumana, oh autoridade despótica: vós não conhecestes nunca a dor de uma ilusão desfeita!"⁸⁸

Na mesma edição, o jornal apresenta outra crônica anônima que endossa a atitude das autoridades nesse caso interessantíssimo. Caberá aos cientistas a última palavra a respeito da desditosa mocinha que vinha sendo adorada como uma enviada dos deuses; eles darão o veredicto "sobre essa esquisita organização de mulher". Cabe despir toda a lenda que cerca o fato. A "santa" ainda aparece a todos os olhares envolta assim como que numa atmosfera de mistério, que a medicina desvendará indubitavelmente, quando os facultativos devolverem a infeliz mocinha aos seus pais, no mesmo estado em que ela veio ao mundo. Desfolhado o enigma, despida a lenda; o cronista estará explorando conscientemente a libido de seus leitores, ou simplesmente trai o seu desejo inconfessável de profanar esta "esquisita organização de mulher", desejo macho que não admite a perda deste corpo feminino roubado pelos deuses. Há que se fazer ouvir a voz da razão.⁸⁹

A autoridade policial, tendo passado ao médico o corpo adormecido de Maria Antônia, busca o feiticeiro. A 17 de junho, o delegado Ernesto Babo Filho já foi informado pelo delegado regional de que Rodolfo Pedro Rodrigues dos Santos está preso em Cunha e manda uma escolta a buscá-lo. No Auto de Qualificação, o preso é identificado como filho de João Rodrigues Barbosa dos Santos (não consta o nome da mãe); tem 60 anos, viúvo há cinco anos, brasileiro, natural do bairro de Bocaina, Silveiras; sabia ler e escrever antes de perder a vista, exerce a profissão de esmoler e curandeiro.

Do interrogatório policial resulta o Termo de Declaração do Acusado. Pouco após enviuar, chegou ao bairro do Oriente

em São Luís do Paraitinga, em dezembro de 1913. Hospeda-se em casa de Benedito Nunes Cotia, que o chamou, e cura sua esposa de uma bronquite em oito dias com um xarope de cambará. Cura também a mulher de Antônio de Abreu, que sofria de esvaimentos, com um remédio composto de sene, maná e ruibarbos. Volta para o bairro de Pitangueiras, em Lagoinha, onde residia. Em janeiro de 1914 Antônio de Abreu o procurou com recado de Pedro Pereira de Moraes ou Pedro Claro; chega à casa pelas oito da manhã e encontra Maria Antônia muito mal. A moça estava já há cinco dias deitada sem se mover, com os membros rijos e frios; no seu entender, Maria Antônia estava sofrendo de um ataque de sangue resfriado. O tratamento inicial: esfrega em suas mãos um pouco de arruda, depois os pulsos, o rosto e a testa, benzendo-a em seguida em voz alta. A família e o inspetor do quartelão do Bairro do Pinga, Antônio Ferreira de Mattos, estão presentes. Deixa uma garrafa com remédio composto de sene, folha de laranjeira, cravo, quina e mel silvestre; volta à casa de Benedito Nunes - no bairro do Oriente - e três dias depois, à sua casa em Pitangueiras onde fica por três meses.

A chamado de José Mariano, do Bairro da Fábrica, parte com Antônio Abreu e se instala no Bairro do Oriente, onde José Mariano está residindo. Aí permanece por oito meses, cuidando do filho de José Mariano que sofre do peito. De oito em oito dias vai cuidar de Maria Antônia fornecendo-lhe remédios: alguns são seus, outros são comprados pelo pai dela com receita sua. A convite de Pedro Claro, passa a morar em sua casa para completar o tratamento. Durante os oito meses que permaneceu na casa de José Mariano, recebeu constantemente de Pedro Claro remessas daquilo que Maria Antônia deitava fora pela boca: "sapo, prego, espinho, ponta de agulha, maços de cabelos, asas de galinha não depenada juntamente com costela de sapo". Pedro Claro trouxe também uma garrafa de litro cheia d'água contendo uma cobra, parecendo jararaca do campo, regulando meio metro de comprimento. A família disse que, tendo Maria Antônia ido lavar roupa junto ao rio, pediu a seu irmão João que se afastasse um pouco e agachou-se perto de uma laranjeira para urinar, tendo expellido a cobra que pulou em seu colo. A moça livrou-se dela com um golpe de mão lançando-a no poço d'água onde foi morta alguns dias mais tarde. Chamado neste dia, para atender a moça que passava muito mal com vertigens, o curandeiro não pôde comparecer porque estava em dieta de purgante.

Com a presença do cego Rodolfo na casa dos Claro, Maria Antônia já não expelle mais os objetos e bichos repelentes. Na 5ª Feira Santa de 1915, tendo se levantado pelas 6 horas da manhã, o hóspede se dirige à cozinha; cumprimenta Maria Antônia que está ainda deitada em seu quarto, esta lhe pede a bênção; ao estender a mão para abençoá-la, percebe em seu seio um objeto, chama sua irmã Teresa que está a fazer café; esta encontra no colo de Maria Antônia uma imagem de massa de Nossa Senhora Aparecida. Tendo curado a moça, que além desta imagem teria ainda expellido dois crucifixos, um de cada face, a algumas orações (provavelmente escritas em pedaços de papel), o curandeiro cego - que só pode ter tomado contato com todos estes objetos pelo tato e por relatos feitos pela família Claro - retirou-se a 30 de maio de 1917. Morou durante um ano na casa de Luís Gonzaga de Campos, e em seguida residia no bairro do Paiol Velho em Cunha onde foi capturado, sem nunca mais ter retornado à casa dos Claro.

O delegado extrai outras informações que permitem reconstituir o cotidiano da vida no interior da casa de Maria Antônia. O cego Rodolfo tornou-se compadre de Pedro Claro em três ocasiões. Batizou Maria Antônia logo que cuidou dela pela primeira vez em 1914, pois disseram-lhe que a doença da moça resultava de feitiços; o novo batismo tinha por função fazê-la lançar fora as "tranqueiras", sapos, etc. Também batizou o menino Sebastião, sendo madrinha a própria Maria Antônia, e um outro menino da família chamado Benedito. A cada oito dias havia reza na casa de Pedro Claro, sendo o cego Rodolfo o capelão. Maria Antônia gostava muito de rezar; à noite cantava e rezava muitas vezes, reunindo-se toda a família em torno de sua cama para ouvi-la. Em meio a essas rezas e cantos a moça fazia seus pedidos, e assim é que insistiu até que seu pai lhe fizesse a capelinha. Além disto, Maria Antônia costumava sempre ir rezar junto a duas santas cruzes existentes na horta da casa, voltando de lá muitas vezes trazendo rosários santos cuja proveniência ninguém conhecia.

O interrogado insiste em afirmar que nunca sugeriu a Maria Antônia que se tornasse santa; aconselhou-a a manter-se virgem e continuar na vida religiosa, que ao fim viria a ficar santa, mas que não deixasse de comer. As rezas de Maria Antônia eram muito bonitas, ele não as conhecia e não sabe repeti-las.

O delegado de polícia convoca testemunhas que sirvam à acusação. O lavrador Antônio Pereira de Abreu, 44 anos, casado, residente no bairro São Pedro, declara conhecer o cego Rodolfo há cerca de dois anos. Viu-o na casa do sogro, Benedito Nunes, onde o curandeiro permaneceu por oito dias tentando curar a dona da casa, tendo pedido 20\$000 por seus serviços. Benedito Nunes o despediu, porque "o mesmo não mostrou bom procedimento, pois, querendo fazer o curativo da doente isolado com a mesma no quarto, abusou de sua posição procurando cometer atos ilícitos com a mesma que não consentiu em tal e disso deu parte a seu marido".

Antônio Pereira de Abreu omite o tratamento das hemorragias de sua esposa e conta que conduziu o cego à casa de Pedro Claro, tendo presenciado o seu primeiro contato com Maria Antônia, que se levantou da cama onde estava amortecida meia hora apenas após ter sido benzida. Alguns dias mais tarde, Pedro Claro chegou à meia noite em sua casa pedindo-lhe que buscasse o curandeiro porque Maria Antônia estava muito doente. Não viu mais nenhuma sessão de cura porque Rodolfo cuidava de Maria Antônia num quarto fechado, quando passou a residir na casa. Nesse quarto, havia uma mesa que o curandeiro dizia ser do espiritismo. Acendia duas velas e, fazendo gestos ameaçadores, perguntava se os presentes viam alguma coisa; estes vendo apenas a sombra da luz, riam, até que Rodolfo desistiu destas sessões que chegavam a reunir mais de trinta pessoas. Conta ainda que o cego mandou convocar a vizinhança para assistir seus feitos, mandando desmontar uma ponte e cavar em determinados locais da propriedade à procura de sapos, baratas e cobras, supostamente plantados por alguém interessado em fazer mal a Maria Antônia. Finalmente, deixou de frequentar a casa porque não acreditava na santidade de Maria Antônia, o que irritava Pedro Claro e o curandeiro. Termina dizendo que no bairro se comenta que a doença de Maria Antônia foi provocada pelo próprio cego Rodolfo, tido como um enviado do Senhor pela família de Pedro Claro.

Acareado com Antônio Pereira de Abreu, o cego Rodolfo não questiona o seu depoimento, o que significa confirmar todas as acusações ali contidas contra si. No mesmo dia, a autoridade interroga Pedro Claro, o pai de Maria Antônia.

Relata que desde os oito anos de idade sua filha começou a sentir dor "embaixo da costela esquerda", dor que desaparecia por algum tempo e retornava sempre. A menina foi tratada com remédios caseiros até a idade de 14 anos; a esta altura começou a sofrer ataques, dos quais voltava a si com ânsias, vomitando então pregos, cacos de vidro, maços de cabelos, espinhos, etc. Depois de ter procurado sete curandeiros sem que nenhum lhe curasse a filha, soube que havia um novo curandeiro chegado ao bairro, era Rodolfo. Este a fez sair de uma crise que a prostrara por três dias e deixou um remédio. Quando a doença voltou, mandou buscar o curandeiro e o hospedou por uns três meses; o tratamento durou até o dia 8 de maio de 1917, ficando Maria Antônia curada.

Prossegue, declarando que o cego Rodolfo lhe disse que alguém havia plantado animais em certos pontos de sua casa, animais que impediam a sua prosperidade. O curandeiro pedia 200\$000 para retirar esses feitiços; Pedro Claro pechincha e o serviço é contratado por 60\$000 apenas. No primeiro dia, Pedro Claro cava na cozinha, junto ao lugar em que sua esposa cozinha, encontrando ali um sapo; cava também no outro local indicado pelo cego, exatamente sob a sua cama, à procura de outro sapo com uma agulha cravada no olho esquerdo, que só aparece no segundo dia de tentativas; e finalmente, alguns dias mais tarde, mata a cobra que teria sido plantada na encruzilhada, perto da casa. Depois disto, sua vida começou a endireitar. Confirma que havia rezas todas as semanas em sua casa, sendo capelão o mesmo Rodolfo; diz que na véspera da 5ª Feira Santa de 1915 Maria Antônia passara bem, trabalhando, e que avisara à noite durante suas orações o aparecimento de santos no seu corpo. Desde que surgiu a primeira imagem, na 5ª Feira Santa, Maria Antônia quase não mais comia, alimentando-se apenas de verduras. Após a partida do cego Rodolfo, entrou a rezar cada vez mais, anunciando que ia passar para outro século. Em janeiro, a pedido dela, ergueu uma capelinha onde colocou o caixão, também por ela encomendado, sob o altar da santa que lhe aparecera do peito.

Dentre várias testemunhas, cujos depoimentos tomados pelo delegado registram apenas fragmentos do longo processo, geralmente situações em que o curandeiro falha, José Francisco Salgado - 29 anos, casado, lavrador - narra uma sessão com 20 pessoas diante do oratório, dois sapos mortos sobre a mesa; o cego reza e insulta

os santos com palavras grosseiras, ninguém vê nada, o cego afirma que Maria Antônia ficara doente desde que comera mandioca; acrescenta que o curandeiro tem o vício da embriaguez. Antônio Pereira de Mattos, 48 anos, casado, lavrador, diz que Rodolfo o fez chamar para testemunhar o aparecimento de um crucifixo na face de Maria Antônia, e afirma nesse dia que a moça está santa.

O promotor público João Batista de Oliveira e Costa redige denúncia, pedindo a decretação de prisão preventiva de Rodolfo, incurso no artigo 158 parágrafo único, por exercício de curandeirismo, ocasionando alteração nas funções físicas e psíquicas da menor Maria Antônia; o promotor afirma que o cego conseguiu insinuar-se na casa de Pedro Claro onde fechava-se com a doente num quarto fechado para "satisfazer as suas paixões inferiores e torpes, procurando profanar a santidade do lar doméstico com a prática de atos libidinosos". Quatro dias mais tarde, é Bernardo Joaquim Dias - proprietário do Luizense - que, na condição de promotor ad-hoc, aprova a ordem de prisão preventiva; o juiz de paz substituto Caetano Lopes Soares decreta a prisão. O escrivão João Cândido Cabral recusa-se a participar do processo por motivos particulares, sob a insistência do juiz de direito alega que está ocupado numa avaliação fora do cartório até o dia 12, em 15 de julho.

As testemunhas são novamente convocadas. Antônio Pereira de Abreu é o único que não modera suas declarações contra o cego. Afirma que Rodolfo propôs relação sexual à sua sogra, dona Joaquina. O pai de Maria Antônia é intimado a identificar os outros curandeiros a que recorreu antes do cego Rodolfo; cita Benedito Jucita, Pedro Fragoso e Américo Pereira - que já foi visto em outro processo. Sua esposa, Maria Francisca de Jesus, declara que "abaixo de Deus, deve a vida de sua filha ao denunciado" e confirma: retirados os plantados, a vida de Pedro Claro melhorou. Luís Nunes dos Santos, 34 anos, lavrador, foi professor dos filhos do casal por três meses em 1916; confirma que o curandeiro fechava o quarto por dentro e lá permanecia cerca de 15 minutos com Maria Antônia; já se tratou com ele há uns dez ou doze anos, bebeu uma infusão cor de vinho, amarga, não parece ter surtido efeito.

No interrogatório judicial, Rodolfo nega ter ficado a sós no quarto com Maria Antônia ou outras mulheres, e declara nada

ter a ver com o estado extático da moça, que só se deu quando ele já não residia na casa de Pedro Claro.

O delegado de polícia de Lagoinha escreve ao seu colega de São Luís do Paraitinga, informando sobre a vida pregressa de Rodolfo Pedro Rodrigues Barbosa dos Santos. Residiu nos bairros Mandutinha, Quilombo e Sapesal. Exerce função de curandeiro e teve algumas lavouras com ajuda daqueles a quem tratava gratuitamente. Ultimamente não planta lavoura e vive do curandeirismo apenas. Em 1910, foi preso por ter separado um casal usando feitiçaria, tendo prometido não mais tratar dessa profissão. Por esta mesma época tratou uma jovem, filha de Benedito Curcino de Souza, tentou desonrá-la sendo por isso despedido. Logo depois, tendo recebido queixas de que Rodolfo fazia sessões de "pemba" no Sapesal às sextas-feiras, o delegado enviou a polícia que recolheu grande quantidade de raízes, ossos, cabelos, orações impressas e manuscritas, algumas escritas com sangue. O curandeiro vivia ali com a esposa e uma moça que diziam ser sua amásia; mudou-se para Pindamonhagaba em 1911 ou 1912 e não voltou mais a Lagoinha.

O processo tem ainda uma carta do médico-legista de São Paulo Olavo de Castilho, datada de 6 de setembro, segundo a qual Maria Antônia "continua internada no Sanatório de Santa Catarina", onde, "depois de 15 dias de regime conveniente, estava perfeitamente restabelecida. Acha-se presentemente bem disposta, gorda e demonstrando ser uma moça bastante ativa e inteligente". Entretanto, o Livro de Registros daquele hospital indica, à página 38, o registro de entrada (17/6/1918) e de saída (30/6/1918) de Maria Antônia de Jesus.

A 7 de outubro o promotor João Batista de Oliveira e Costa formula a denúncia contra o acusado, incurso no artigo 158 combinado com o artigo 89, parágrafos 10 e 17. O cego Rodolfo constituiu o doutor Leopoldo Guaraná seu advogado em agosto. Em rápido julgamento, a 22 de outubro, o júri absolve o réu. Este, durante o período em que esteve incomunicável na cadeia, curou o eczema da perna do soldado Luís Pereira de Moura em três sextas-feiras; os jurados recebiam seus poderes.⁹⁰

Há quem se recorde da chegada de Maria Antônia de

Jesus a São Luís do Paraitinga, a cavalo, de volta à vida normal. Casou-se, teve filhos, viveu até bem recentemente sem nunca mais des-
pertar a atenção das autoridades.

O pesquisador, à procura de informações a seu respeito, depara-se com algumas fotos coloridas numa mesa, no Museu Oswaldo Cruz. São quatro fotografias feitas por uma professora. No verso, Maria Clementina de Jesus, dona Maria Santeira, filha de José Luís Pereira de Moraes Claro e Zulmira Justina Vidal, escreve para a posteridade. Atrás de seu retrato com uma bandeira feita por ela, escreve: "Maria Clementina (santeira). Trabalhou muito com barro, fez tudo do presépio, muitas pinturas em pano, tábua, etc. Gostou de fazer presépios, altares, e por isso foi a juízo (Jeremias, 10,9), e ficou sábia da luz. São Luiz do Paraitinga, 3/11/1980. Clementina. 1919-1980".

No verso da foto da igreja do Rosário com os mastros de São Benedito, São Sebastião e um terceiro, feitos por ela, a prima de Maria Antônia de Jesus escreve: "Maria Clementina santeira, lembra que com dois anos mais ou menos, pegou em sua mão, que deu o padre depois da inauguração desta igreja do Rosário, uma linda estampa da igreja com Nossa Senhora. Contava sua mãe Zulmira Justina Vidal. São Luís do Paraitinga. 1919-1980".

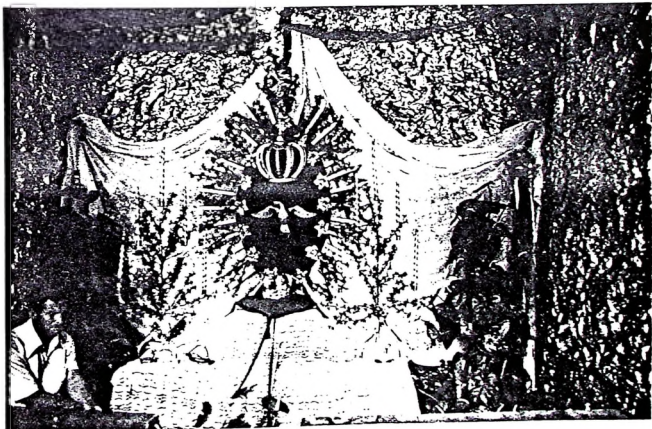
Ouvir e transcrever a experiência mística de dona Clementina, que começou por volta de 1968, é mergulhar num turbilhão. Ao descobrir no Antigo Testamento o tabu das imagens, a santeira viveu aquilo que chama hoje a provação da luz (Tiago, 1,17 e Apocalipse, 21, 1 a 5).

É com as imagens desta santeira cristã que se deveria ler todas as festas de São Luís do Paraitinga:

"As imagens são de madeira, mas adquirem vida e vivificam as verdades. O crucificado: durante toda a Quaresma eu o via contorcendo-se com medonhas caretas, parecia um ladrão crucificado. Só na Páscoa é que eu o reconhecia, era mesmo Jesus a sorrir para mim. (...) Finados: vi um grande túmulo rodeado por uma grade, um grupo de freiras de branco o cobriram de margaridas - e só eu via, no meio da multidão que enchia a igreja. No cemitério, vendo a cova onde minha mãe está enterrada há quarenta anos (1942), vi de repen-

te milhares de olhos lindos no céu, e deles caía uma chuva de margaridas sobre o cemitério. No túmulo de minha mãe, eram São José e o menino Jesus que lançavam margaridas".

"A festas são oportunidades em que as imagens se vivificam. Vi, em minha provação, Nossa Senhora das Dores andando, dolorosamente; de repente, era Nossa Senhora das Graças, depois era Nossa Senhora de Fátima, e Nossa Senhora de Fátima era Jesus. E Nossa Senhora Aparecida é a mãe da terra. Os crentes não a aceitam porque não veio do céu, mas a terra é mãe. Vi certa vez como a terra se move, ela alimenta a mãe que aleita a criança, a criança é filha da terra, e também das águas, cheias de peixes. Na verdade, o Espírito Santo derramado sobre o mundo, a multidão se apresenta como uma infinidade de espíritos".



NOTAS

1. O Taubateense ano I, nºs 25, 26, 27, março de 1862, QUEIROZ, Carlota Pereira de. Vida e morte de um capitão-mor. SP, Conselho Estadual de Cultura, coleção História 1969, pp.183-188 e 334-349.
2. O Taubateense nº 54, II, 31.01.1863, p.4, Teatro, nº 57, 21/03/1863, pp. 2-3, Festividades religiosas, p 3, Carnaval; nº 67, 10/05/1863, p. 2 Noticiário, O Paulista nº 23, I, 29/01/1863, p. 03, Carnaval nº 25, 05.02.1863, p. 3 Programa.
3. v. MELLO JÚNIOR, Antônio. Imprensa Taubateana. Egetal. Taubaté. 1983, A Imprensa de Taubaté nº 09, I, 27/02/1876, p. 2, o Entrudo, e Carnaval; nº 10, 05.03., p.2, Entrudo, Carnaval e Festa religiosa.
4. A Gazeta de Taubaté nº 13, II, 03.04.1880, p.1, Assunto sério: a quitanda; nº 07, 14/02, p.2, Carnaval.
5. O Futuro nº 12, I, 20/02/1881, p.2, Entrudo; 13, 27/02, p.1, Carnaval; p.2, Carnaval.
6. A Gazeta de Taubaté nº 10, V, 22.02.1882, p.1, Carnaval; nº16, 23/02, p.2, Cinzas; 40 Horas; nº 01, VI, 07.01.1883, pp. 2-3, Car-

naval; p.03, Presépios; nº 10, VI 08.02.1883, p. 02, Festas.

7. Gazeta de Taubaté nº 22, VI, 29.03.1883, p. 2, Uma cena edificantíssima; O Paulista nº 05, I, 14.02.1884, p. 4, Viva o Carnaval! Abaixo o entrudo; Gazeta de Taubaté nº 12, VII, 05/3/1884, p.2, Para os pobres; 40 Horas.
8. O Liberal Taubateense nº 05, I, 04.12.1887, p. 3, Festa de Nossa Senhora Aparecida; Gazeta de Taubaté nº 11 25.02.1884, p. 1, Acusações ao Clero.
9. O Liberal Taubateense nº 24, 19.02.1888, pp. 3-4; SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. " Espaço Urbano e folguedo carnavalesco' no Brasil: uma visão ao longo do tempo" in Cadernos CERU nº 15, set. 1981.
10. O Noticiarista nº 56, I, 10.03.1889, pp. 1-2, Carnaval nº 57,14/03, p.3, Conta corrente das esmolas recebidas para solenizar as Quarenta Horas; nº 59, 21/03, p.3, Banco Precatório; nº 61, 28/03, p.02, Meninos vagabundos; nº 137, II, 26.13.1889, p.2, A República.
11. O Luizense nº 490, XIV, 15.05.1917, p. 1, O entrudo na roça.
12. Cartório do 1º Ofício de São Luis do Paraitinga. Sumário-crime de 1903 (nº14).
13. O Noticiarista nº 150, II, 02.02.1890; nº 152, 16.02; nº153, 23/02; Jornal do Povo nº 70, II, 16,02 e nº 71, 23.02.1890.
14. O Noticiarista nº 251, III, 18.02.1891; nº 253, 15.02; nº 256, 26.03.1891; Jornal do Povo nº 126, III, 15.01.1891 e nº 135,19/02; Pátria Paulista nº 29 a 35, I, fev. de 1891; BEHRINGS, Emílio Amadei. Conversando com a saudade. SP. Bisordi. 1976, p.29.
15. O Imparcial nº 88, II, 20.02.1895, p. 01, Crônicas Taubateenses III, nº 73, I, 09,02,1894, p. 02, Brinquedo perigoso

16. O Imparcial nº 72, I, 08.02.1894, p. 02, Carnaval; Diário de Taubaté nº 708, IV, 24.02.1899, p. 02, Carnaval.
17. A Ordem nº 14, III, 22.02.1899, p. 02, São Luís do Paraitinga; MOC-SLP. Posturas Municipais C.02.1854; e C.03.1868.
18. O Taubateano nº 48, I, 24.02.1901, p. 01, Engrossa; nº 98, II, 16.02.1902, p. 01, Carnaval, e Cacos de telha.
19. Jornal de Taubaté nº 1.621, X, 19.08.1903, p. 03, Notas do Rio; nº 1.688, 27.01.1904, p. 01, Vida carioca; nº 1.699, 21.02.1904 p. 01, Vida carioca; nº 1.700, 23.02, pp. 1-2, Cartas santistas nº 1.697, 17.02, p. 01, Momo. A Verdade nº 47, II, 19.02.1904, p. 02, Quarenta Horas.
20. Jornal de Taubaté nº 1.696, X, 14.02.1904, p. 02, O carnaval; Correio do Sertão nº 96, II, 13.02.1904, p. 01, A folia mômica.
21. O Luizense nº 69, II, 05.03.1905, p. 03, Rimas à toa; nº 70, 12/03, p. 01, Carnaval; Continuando; p.02, O maior inimigo; p. 03, Carnaval!!! e Lá vai.
22. A Verdade nº 106, III, 24.02.1905, p. 03, Delegado de polícia; Jornal de Taubaté nº 1.920, XI, 03.03.1905, p. 01, Carnaval; O Luizense nº 71, II, 19.03.1905, p. 02, Fiscal em apuros.
23. O Taubateano nº 325, V, 16.03.1905, pp. 1-2, Ave, Rússia; p. 01, Sociedade; p. 03, O carnaval; Jornal de Taubaté nº 2.139, XII, 02.12.1905, p. 01, Que jornal.
24. Jornal de Taubaté nº 1.931, XI 18.03.1905, p. 01, Impressões.
25. MORLEY, Helena. Minha vida de menina RJ. José Olympio 1968 (9ª. ed.) p. 10.
26. Jornal de Taubaté nº 2.178, XIII, 01.03.1906, p. 02, Carnaval; Conflito; Briga.
27. A Verdade nº 193, III, 16.01.1906, p. 02, Pastorinhas; nº 282, V. 12.02.1907, p. 07, sem título; nº 284, 26.02.1907, p. 1, Uma lembrança.

28. A Verdade nº 193, III, 16.01.1906. p. 02, Pastorinhas, 282, V, 12.02.1907, p. 07, sem título; nº 284, 26.02.1907, p. 01, Uma lembrança.
29. A Federação nº 122, II, 06.03.1911, p. 03, O carnaval.
30. O Norte nº 817, VIII, 09.02.1912, p. 01, O carnaval; nº 821, VIII, 18.02.1912, p. 02., Carnaval nº 822, 21.03. p. 02, Carnaval; A Federação nº 174, 06.04.1912, p. 03, Grupo Carnavalesco 'Canga-ceiros.
31. A Federação nº 194, IV, 22.08.1912, p. 02, Comentários. Jornal Oficial-Órgão da Câmara Municipal. (de 24.03.1906 a 1908, seção Pela polícia; Jornal de Taubaté nº 2.260, XIII, 11.11.1906, p.2 Pela polícia.
32. A Federação nº 219, IV, 14.02.1913, p. 03, Redenção; nº 221, 27/02, p. 03, Redenção.
33. O Norte nº 1.127, X, 01.03.1917, p. 02, Cronicando.
34. O Porvir nº 03, I, 19.03.1916, pp. 1-2, O carnaval, nº 49, 40 e 51, I, 28/01, 04/01 e 11/02/1917 O Luizense nº 491, XIV, 22/02/1917. p. 03, Carnaval; Tríduo de desagravo; Cinzas.
35. O Norte nº 1.730, XIV, 20.02.1918, p. 01, Carnaval; nº 821, VIII, 18.02.1912, p. 02, Carnaval; nº 728, XIV, pp. 1-2, Os três dias; nº 1727, 10.02.1918, p. 01, Carnaval.
36. O Norte nº 1.579, XIII, p. 01, Carnaval.
37. O Luizense nº 608, XVII, 05.02.1920, p. 01, Palestrando; A dança moderna; p. 02, Carnaval; Festa da Boa Imprensa, Profecias para 1920.
38. idem nº 609, XVII, 12,02,1920, pp. 2-3, O carnaval; p. 03, Semana Santa.

39. idem nº 610, XVII, 22.02.1920, pp.2-3 O Carnaval, e Ausentes; nº 610, p. 03, Caixa Econômica, Coletoria Estadual; p. 02, O Protestantismo, e São Luís do Paraitinga.
40. ARAUJO, Alceu Maynard.Ciclo agrícola..", QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Os Penitentes" in O Campesinato Brasileiro. Petrópolis. Vozes.1976 (2ª ed.).
41. ANDRADE, Carlos Drummond de. "O fim do mundo em Ubatuba" in Paulistânia nº 29, maio -junho 1949, DAESP. Secretaria do Interior Câmaras Municipais. Ano 1894, nº de ordem 6.614, maço nº 09, Ofício de 09.01.1894.
42. DAESP. Ofícios Diversos-São Luís do Paraitinga, nº de ordem 1268, caixa 473, ofício de 29.01.1880.
43. Gazeta de Taubaté nº 06, VII, 30.01.1884, p. 02, Espiritismo; O Paulista nº 312, II, 14.10.1885, pp. 1-2, Cenas do Espiritismo.
44. O Paulista nº 313, 15.10.1885, pp. 1-2, Cenas do Espiritismo.
45. idem, nº 314, II, 16.10.1885, p. 02, Cenas do Espiritismo.
46. O Paulista nº 317, II, 21.10.1885, pp. 2-3, Cenas do Espiritismo.
47. idem, nº 356, II, 05.12.1885, p. 1, Registro Urbano.
48. O Noticiarista nº 94, I, 25.07.1889, p. 01, Festejos populares; pp. 1-2, O atentado contra o Imperador.
49. Jornal do Povo nº 33, II, 06.10.1889, p. 01, Caso interessante.
50. O Noticiarista nº 436, V, 15.12.1892, p. 02, Vila de Natividade.
51. A Razão nº 02, I, 23.09.1897, p. 02, Sociedade Rosacruz; O Comércio de Taubaté nº 19, I, 03/07/1898, p. 03, Dr. Fernando de Mattos.

52. O Taubateano nº 57, I, 28.04.1901, p. 02, Anticlericalismo; Jornal de Taubaté nº 1.641, X, 07.10.1903, p. 01, Notas do Rio.
53. O Taubateano nº 263, IV, 06.08.1904, pp. 2-3, Revolta; nº 324, V, 12.03.1905, pp. 2-3, A Igreja em face do Espiritismo; A Verdade nº 113, III, 21.03.1905, p. 02, Espíritas engaiolados; Jornal de Taubaté nº 1.822, XI, 16.09.1904, p.01, O Espiritismo.
54. Cartório do 1º Ofício (Cível) de São Luís do Paraitinga. Processos cíveis do ano de 1906, 1º volume; Delegacia de Polícia de São Luís do Paraitinga. Livro de Visitas da Prisão (1891-1913) e Livro de Cópia dos Ofícios desde outubro de 1905 (1904-1909).
55. O Norte nº 272, III, 02.06.1907, p. 03, Conferência; nº 273, 08/06, p. 02, Conferência; A Verdade nº 301, V, 17.07.1907, p. 02, Conferências; O Norte nº 408, IV, 27.09.1908, p. 02, A Igreja e o Governo; O Norte nº 536, VI, 21.11.1909, p. 02, A "Santa"; nº 364, IV, 26.04.1908, pp. 2-3, Imagem Milagrosa.
56. O Lábaro nº 26, I, 30.06.1910, p. 02, César Lombroso, pp. 3-4, Utopia positivista; nº 74, II, 01.06.1911, p. 03, Protesto das senhoras católicas contra as conferências da agitadora anticlerical Belén de Sárraga; p. 05, Sinopse do movimento na diocese de Taubaté; nº 323, VII, 16.03.1916, p. 01, Um Comtista extraviado.
57. MORIN, Edgard O homem e a morte. Lisboa. Europa-América.s/d; p. 197; A paixão milenarista, conferência do curso Os Sentidos da Paixão. FUNARTE/UnB, junho de 1987.
58. DAESP. População (São Luís do Paraitinga). nº de ordem 160, caixa nº 160; Ofícios Diversos, nº de ordem 1.267, caixa nº 472, ofício de 15.03.1852; População, idem, idem; População, nº de ordem 158, caixa nº 158.
59. Diário Paulista nº 87, I, 25.10.1887, pp. 1-2, Correspondência. Redenção; O Paulista nº 331, II, 06.11.1885, p. 02, Cartas de jogar.

60. BEHRINGS, Emílio Amadei. Conversando com a saudade. SP. Bisordi. 1967, pp. 230-232; Pátria Paulista nº 42, I, 14.03.1891, pp. 2-3, Progresso da arte e do...; nº 66, I, p. 02, Zarzuelas.
61. O Imparcial nº 117, 05.04.1894, pp. 1-2, Conselhos.
62. A Zagaia nº 10, I, 28.05.1896, p. 03, Cerveja Antártica; pp. 1-2, Divino Espírito Santo.
63. O Taubateano nº165, IV, 9.08.1903, pp. 1-2, Pelos operários; nº 269, V, 28.08.1904, p. 03; nº 292, V, 17.11.1904, p.01, Vacina' à bala.
64. Jornal de Taubaté nº 2.254, XIII, 23.10.1906, p. 01, O abuso do fumo.
65. A Federação nº 119, II, 13.02.1911, p. 01. O álcool e o fumo.
66. O Norte nº 1.041, IX, 08.08.1913, p. 01, O organismo humano e a nicotina.
67. A Federação nº 169, III, 04.02.1912, p. 02, Cigarros Zebra.
68. O Luizense nº 613, XVII, 11.03.1920, p. 03, Lançamentos do imposto de comércio e indústria para 1920; Imposto sobre o consumo de aguardente para 1920; nº 611, XVII 26.02.1920, p. 03, Lançamento do imposto sobre engenhos pra o ano de 1920.
69. GUISSARD FILHO, Félix. Prostituição. Considerações médico-sociais. RJ. Tipografia da Revista dos Tribunais. 1914, pp. 263-302; O Norte nº 1.048, IX, 24.08.1913, p. 02, Pensões e casas de tolerância.
70. A Federação nº 218, IV, 06.02.1913, p. 23, Crônica; O Norte nº 1.119, X, 11.02.1914, pp. 1-2, Words; nº 1.121, X, 15.02.1914, p. 02, Lança-perfumes; nº 1.578, XIII, 16.02.1917, p. 02, Lança-perfumes; Profecias.

71. A Ordem nº 25, I, 26.06.1916, p. 02, Casa Canalha; p.03, Seção paga. O papa é o Anticristo; nº 44, 12.11., pp. 1-2, o jogo, nº 22, 4/06, p. 01, Água Santa; A Federação nº 236, V, 06/11/1913, p. 01, Manutenção de posse; A Ordem nº48, I, 10.12.1916., pp. 1-2, Refutação ao opúsculo O Trabalho Nacional do Sr. J. Paterra Limongi.
72. O Lábaro nº 425, IX, 28.02.1918, p. 02, Mais uma exploradora; A Ordem nº 20, I, 21.05.1916, p. 03, Um caso singular; Criança Visionária; nº 1.689, 11.11, p. 01, Paz do Mundo!.
73. O Norte nº 1.640, XIII, 15.07.1917, pp. 2-3, Mistérios do Além?; Delegacia de Polícia de São Luís do Paraitinga. Registro de Ofícios (1916-1919), ofícios nº 22, de 01.03.1918 e nº 52, de 18.05.1918.
74. O Norte nº 1.173, XIV, 05.06.1918, p. 01, Fatos curiosos.
75. O Norte nº 1.774, XIV, 07.06.1918, p. 03, Diligência policial; Delegacia de Polícia de São Luís do Paraitinga. Registro de Ofícios (1916-1919), Ofícios nº 62 de 08.06.1918, nº 70 de 18.06.1918; Registro de Ofícios Recebidos (1916-1924), nº 33, ofício nº 100 de 16.06.1918.
76. Correio Paulistano nº 19.736, 17.06.1918, p. 04, Fatos diversos. Ainda a "Santa" do Paraitinga. Um caso de histeria (grifos do texto).
77. O Norte nº 1.778, XIV, 12.06.1919, p. 02, um caso curioso; nº 1.779, 19.06, p. 02, idem.
78. A Gazeta nº 3724, XIII, 17.06.1918, p. 01, Os casos curiosos; nº 3.725, 18.06, p. 03, Os casos curiosos.
79. Correio Paulistano nº 19.737, 18.06.1918, p. 04, Ainda a "santa do Paraitinga.

80. Correio Paulistano nº 19.738, 19.06.1918, p. 02, Um caso de histerismo. A "santa" de São Luís do Paraitinga no Sanatório Santa Catarina.
81. A Gazeta nº 3.726, XIII, 19.06.1918, p. 01, Os casos curiosos. Ainda a "santa" de São Luís do Paraitinga; O Lábaro nº 441, IX, 20.06.1918, p. 01, A propósito de um caso de histerismo; Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga. Autos do ano de 1910.
82. Diário Popular nº 11.630, XXXIV, 18.06.1918, p. 03, Notas Soltas; O caso da "santa".
83. O Norte nº 1.782, XIV, 26.06.1918, p. 02, A "santa" do Chapéu.
84. O Lábaro nº 442, IX, 27.06.1918, pp 1-2, A histeria de um ímpio.
85. Diário Popular nº 11.636, XXXIV, 26.06.1918, p. 02, Ao veio do tempo. Inverno; p. 03, Pelos ateliês de modas e costuras, nº 11.639, 28/06, p. 02, Necrologia.
86. Diário Popular nº 11.641, XXXIV, 01.07.1918, p. 03, Em Caçapava. As festas de ontem.
87. Delegacia de Polícia de São Luís do Paraitinga. Registro de Ofícios (1916-1919), ofício nº 90, de 21.07.1918, e nº 107, de 01.09.1918; O Norte nº 1.784, XIV, p. 01, Notas cariocas.
88. A Gazeta nº 3.725, XIII, 18.06.1918, p. 01, A santa de Paraitinga.
89. idem, p. 05, Início de coluna.
90. Cartório do 2º Ofício de São Luís do Paraitinga. Processos do ano de 1918; informações prestadas por Fernando Pinto de Oliveira e Maria Benedita dos Santos.

Epílogo

O primeiro encontro entre Maria Antônia de Jesus e o cego Rodolfo ocorre em janeiro de 1914, quando a guerra santa do Contestado recrudescer e é decisivo o papel desempenhado pelo menino vidente Joaquim, de doze anos, que substitui a virgem Teodora e será logo suplantado pela virgem Maria Rosa nos redutos sertanejos. No Ceará, os sertanejos da cidade santa de Juazeiro do padre Cícero estão em guerra contra o governo estadual, resistem a duas expedições e logo avançarão contra Fortaleza. No México, Pancho Villa e Zapata lideram os camponeses contra a ditadura do general Huerta; em meados do ano começa a guerra mundial.

O corpo de Maria Antônia de Jesus expelle impurezas que foram plantadas por uma feiticeira, segundo ela e sua família o crêem. Um ano depois, com a presença do cego Rodolfo na casa, os plantados já não estão em seu corpo; o curandeiro os faz sair da cozinha, do quarto onde dormem Pedro Claro e Maria Francisca de Jesus - locais centrais onde se localiza a reprodução da família e a produção de alimentos, locais abençoados anualmente pela bandeira do Divino - e da encruzilhada, ponto de encontro de forças misteriosas que rondam a casa.

Pedro Claro e sua mulher recorrem ao cego Rodolfo para endireitar sua vida, e acreditam que ele efetivamente o conseguiu, eliminando as tranqueiras que impediam a prosperidade da casa e salvando a vida de Maria Antônia.

O corpo de Maria Antônia, que já não expelle mais répteis e outras impurezas, passa a expelir agora, quando curada, imagens santas. Maria Antônia é a casa e a terra: seu corpo expressava os males sofridos pela família de Pedro Claro, e é seu corpo que, curado, procura abençoar a casa, a terra, as árvores frutíferas. Sua cama torna-se um palco onde canta e reza mantendo acesa a esperança de um contato com as potências benfazejas dos santos. Na 5ª Feira

Santa de 1915, é na sua cama que seu corpo faz aparecer a imagem de Nossa Senhora Aparecida, mostrada por primeiro aos dedos tateantes do cego Rodolfo, seu padrinho e compadre que veio abençoá-la.

Maria Antônia busca a morte, freqüente assiduamente as duas cruzes que marcam o lugar das almas na geografia da fazenda. Traz dali rosários, que normalmente são os rosários dos defuntos, deixados junto à Santa Cruz porque não podem mais, tendo sido rezados pelos mortos, pertencer aos vivos. O corpo de Maria Antônia se submete a um longo e minucioso rito de separação. Longamente anunciada, sua santificação interrompe o curso profano do tempo à sua volta.

A moça comanda o processo de sacrifício do seu próprio corpo, exige que ele seja submetido a um ritual de velório que subverte o sentimento do passar do tempo, já que sua perpetuação é motivo de alegria e de orgulho para a família que não está de luto. Pedro Claro, cuja filha abdica da condição normal, alimenta e hospeda os romeiros que acorrem à capela, erguida onde ela exigiu, junto à casa que se torna casa da festa.

A maior preocupação de Maria Antônia, quando as autoridades policiais e médicas conseguem retirá-la de seu prolongado estado de liminaridade e começam a reintroduzi-la no século, é com seus pais. Suplica que não lhes façam mal, e chora de saudades. "O amor é a saudade de casa", diz um provérbio jocoso alemão analisado por Freud. Maria Antônia se sacrifica para cimentar a paz e a prosperidade de sua casa, protegendo-a de todos os perigos que a rodeiam, e mergulhando para sempre no aconchego desse ninho construído por seu pai, onde talvez sua mãe lhe traga leite às escondidas.

Sacrificando voluntariamente o seu corpo, Maria Antônia tem frustrado o seu projeto pela intervenção inesperada da ordem profana. A jovem terminará por encontrar uma saída inesperada, imprevista até então. A cumplicidade generosa das freiras, incentivada pela estratégia dos médicos, ajudá-la a sacrificar agora a aura de santidade, alimentando seu corpo de camponesa e retornando à condição modesta de simples vivente do século. O delegado geral de polícia lhe impõe este sacrifício, acenando com a promessa de que assim é que poderá realmente ser útil a seus pais.

A intervenção das forças da ordem tem o sentido ex-

plícito de restaurar o fluxo do tempo profano, dissolvendo a concentração dos sertanejos junto à santa, fazendo-os retornar ao trabalho e às sujeições da vida ordinária. A experiência cruenta da guerra santa do Contestado, bem aproveitada pela Delegacia Geral de Polícia, explica a cautela das autoridades no contato com Pedro Claro e com os romeiros no Chapéu, e com as multidões que se formam junto à Santa Casa de Misericórdia de São Luís do Paraitinga e ao Hospital Santa Isabel em Taubaté.

Se, para o público leitor dos jornais, o processo termina com a demonstração clínica da supremacia da razão sobre a superstição, o tempo continua suspenso para a família Claro, aguardando o retorno de Maria Antônia de Jesus, e para a população de São Luís do Paraitinga, que aguarda além da moça o desfecho do processo movido pelos poderes públicos contra o cego Rodolfo. Sua absolvição legitima o sacrifício da família Claro, suavizando em outubro os momentos finais do atormentado rito de agregação iniciado em junho pela incursão policial no Chapéu.

O drama da família Claro permite ao pesquisador aproximar-se mais da experiência vivida pela comunidade sertaneja de São Luís do Paraitinga naquela passagem do século, em plena luta pela sobrevivência face à expansão do Estado e da grande propriedade. Sem assumir a feição trágica dos Muckers, de Canudos, do Contestado e tantas outras rebeliões milenaristas, a paixão e vida do corpo de Maria Antônia de Jesus convida a escapar da lógica implacável da ideologia do progresso e a inserir nos espaços vazios da historiografia e fala dos que têm sido silenciados. Transgressão sagrada, a festa recoloca de uma forma ou de outra em questão a organização social do espaço, e não pode continuar sendo pensada como uma inocente maquiagem que enfeita periodicamente a fisionomia do espaço real. A menos que se prefira pensar que a realidade é regulada apenas pelas coordenadas do mundo profano, e tornar-se profeta de outras potências sagradas sem se dar por isto.

A festa, ao interromper o fluxo rotineiro do existir social, produz um espaço-tempo extraordinário e, introduzindo a vivência intensa de experiências coletivas distintas da rotina profana, constitui-se como o lugar em que se forja a identidade, o tempo

em que se forja a memória. O programa das festas cívicas elaborado por Jean-Jacques Rousseau, além de orientar as festas da Revolução Francesa e as festas republicanas do século XIX e XX, guia também a interpretação das festas "primitivas" pelos antropólogos. Os historiadores sabem que a escrita, este poderoso instrumento de poder, começa por registrar calendário e distâncias, introduzindo um programa de memorização centrado no corpo do rei, competindo com o programa de memorização centrado na coletividade em festa. Renunciando à miragem de um tempo linear e progressivo, assumindo a multiplicidade de vivências temporais, os historiadores contemporâneos partem para o estudo dos lugares da memória coletiva - palavras, imagens, gestos, ritos, festas - e deixam de privilegiar os lugares da História - Estado, os organismos e grupos que constituíram arquivos e outros monumentos para o uso especial que fazem da memória.¹

A mensagem manuscrita de Maria Santeira no verso da foto da igreja do Rosário, endereçada ao futuro, aponta para o passado. A festa de inauguração da igreja, escolhida como ponto final do capítulo III, é o dia em que a prima Maria Antônia de Jesus, três anos após a sua prisão, aos dois anos de idade, ganha um presente: uma primeira imagem, que traça o seu destino de artista, especializada que produzirá as imagens utilizadas pelas festas de São Luís do Paraitinga nos meados do século. A memória técnica do ofício de santeiro e a memória hagiográfica e iconográfica do cristianismo se fundem na evocação desta experiência infantil de festa em que o individual e o coletivo são fortemente moldados pelos poderes concentrados na pessoa do vigário Ignacio Gioia, representante da ortodoxia católica. Meio século mais tarde, profundamente dilacerada pelas palavras do Velho Testamento - lidas sob o impacto do protestantismo, finalmente instalado em São Luís do Paraitinga - e as imagens do culto tridentino, que fabrica, Maria Santeira temerá os padres, os médicos, os juizes. Não ousará contar as visões que tem, com medo de ser presa ou morta; louca do Espírito Santo, como Davi e os profetas, procura sobreviver enquanto passa pelo exercício de luz. Finalmente reconciliar-se-á com a ortodoxia, que parece entediá-la com seus contínuos protestos de obediência. Se, no período 1888-1918, houve em São Luís do Paraitinga alguma indicação explícita de concórdia entre a Igreja e o Estado na produção social da infância, a hegemonia da primeira se confirma nesta singular história da vida.

As teses de Philippe Ariès, sobre a trajetória da criança e da família no Antigo Regime europeu aplicam-se com surpreendente facilidade ao sentido imprimido à organização social pelas festas cívicas escolares, pelas festas íntimas dos meios aburguesados - especialmente de Taubaté - e pelas novas festas religiosas introduzidas pelo clero romanizante. Ressalvadas as distâncias ideológicas, mais evidentes em suas matrizes do que na vivência cotidiana de São Luís do Paraitinga, as Filhas de Maria e as jovens - muitas delas normalistas - da Cruz Vermelha distinguem-se nitidamente das caipirinhas e das negras libertas de sua idade. Da mesma forma, os briosos membros das Linhas de Tiro, os comerciários e estudantes taubateanos, e os jovens luizenses da Associação Recreativa e do Grupo Dramático são organizações que trazem, ao surgir, a marca distintiva de classe colada à marca de grupo etário. Os caboclos e libertos, a arredios ao recrutamento militar, permanecem mergulhados no mundo do trabalho e da rua, misturados com os adultos desde a infância, além de tornarem-se adultos - pelo casamento - muito mais cedo. Diante do implacável processo de segregação social - que se traduz pela europeização a princípio, e americanização ao final do processo -, a "sociedade" a distanciar-se e isolar-se do "povo", processo que a sociologia do capital social de Pierre Bordieu permite ver em ação nos bailes e piqueniques, somente o recurso à poesia resgata a incidência aleatória do desejo, introduzindo arranjos e encontros que os modelos inclinam a ignorar.

As únicas festas que se poderia considerar especificamente voltadas para a condição adulta são o casamento e as eleições; em todas as outras, celebra-se a comunidade inteira ou os demais grupos de idade. Subjacente à longa e ainda não concluída polêmica a propósito do casamento religioso face à legislação civil, é a história da condição feminina que se revela o objeto mais importante de estudo. Que se aborde o casamento, as sessões do júri, as páginas policiais ou a crônica de costumes, o Código Penal, a moda ou mesmo o movimento sufragista durante todo o período, ressalta a evidência das barreiras físicas e ideológicas contra as mulheres de condição plebéia, duplamente marginalizadas pela República. É apenas como dama burguesa, recolhida em seu ninho familiar a serviço dos filhos e do marido, ou como jovem burguesa progressista, vestindo calças e pronta a secundar os homens no esforço da guerra, apresentando

se como modelos de rapidez e eficiência às mulheres trabalhadoras submetidas à taylorização; ou ainda como dama de caridade, irmã do Sagrado Coração de Jesus ou vicentina, exercendo a caridade em moldes racionais a serviço do clero romano, que as mulheres da "sociedade" praticam a cidadania possível.

Quanto aos homens, a idade adulta começa extremamente cedo e se prolonga praticamente até a morte para a maioria: tempo do trabalho, rompido sempre que possível pelos excessos na festa - embriaguez, jogo, tumulto, sexo, arroubos coletivos, etc - e nas eleições, quando a presença do "povo" é necessária ou possível. Nestas cerimônias periódicas da liturgia cívica, os chefes políticos atuam como autênticos festeiros em suas réplicas da casa da festa, colocando em funcionamento um mecanismo de redistribuição surpreendentemente análogo ao da festa, exigência do "povo" que não confia, por experiência, nas promessas a longo prazo. Não cabe aqui uma releitura do sistema eleitoral e política da Primeira República sob a ótica da festa, projeto fascinante que poderá certamente vir a ser executado um dia; aqui, chegou-se apenas a constatar a sua viabilidade, no âmbito de um estudo que se atém às festas de São Luís do Paraitinga na passagem do século.

Dada a imprecisão dos contornos da idade adulta, para a maioria da população, tratou-se de dedicar uma atenção especial a uma única voz que assume o ponto de vista da velhice em meio a toda a massa de papéis processados ao longo da pesquisa. É justamente uma crônica redigida pelo professor José Carneiro de Carvalho, lembrando as práticas do entrudo na roça tal como ele conheceu por volta de 1880, que permite levantar uma hipótese que provocará talvez alguma polêmica, de um mecanismo mais ou menos velado de eliminação dos velhos no momento mesmo de exacerbação do erotismo dos jovens de ambos os sexos. Esta questão não parece ter sido ainda levada em conta nos estudos que focalizam as tensões sociais envolvidas na imposição do carnaval veneziano às expensas do entrudo.

Outra questão relevante é a medicalização da doença, fenômeno que antecede e prepara a medicalização e hospitalização da morte. Em São Luís do Paraitinga, durante todo o período em estudo, apenas alguns membros das famílias plutocráticas morrem no hospital, e neste caso, não na modesta Santa Casa de Misericórdia local. A Santa Casa desempenha outro papel, o de disseminar entre a população

plebéia e caipira o consumo de produtos farmacêuticos e serviços médicos, baluarte avançado do capitalismo a destruir com a ajuda da polícia e do clero a autoridade moral dos curandeiros e feiticeiros, e a conspirar contra a coesão da comunidade caipira. Assim contextualizados, os ritos de cura e de morte expressam de forma inequívoca a luta de morte desfechada pelos poderes leigos do Estado (sem maiores atritos com a Igreja) e pela grande propriedade - especialmente a partir da guerra mundial, com a introdução da pecuária na região - contra o caipira, especialmente o caipira/quilombola negro.

As festas cívicas propriamente ditas, excluídas as eleições, mobilizam praticamente apenas as crianças nestes trinta anos de história republicana em São Luís do Paraitinga. As lutas agudas entre republicanos ortodoxos e católicos ultramontanos com tendências monarquistas na vizinha Taubaté repercutem certamente, mas não há em São Luís nenhuma instituição ou grupo social capaz de ousar entrar em choque frontal com a ortodoxia católica. Complementando as rotinas escolares, as festas cívicas selecionam do conjunto das crianças luizenses aquela parcela que as instituições estatais e as empresas capitalistas utilizarão como funcionários, alfabetizando-as e inculcando nelas a disciplina, os valores e os hábitos pequeno-burgueses. A maior parte das crianças, excluídas da escola, são no entanto atingidas pelas aulas do catecismo e sobretudo pelas festas religiosas, que visam disciplinar as suas atitudes frente à "sociedade" e aos poderes estabelecidos, transformando-as no "povo" submisso da Igreja e da República; mas é a tradição caipira, integrando desde cedo a criança no trabalho, no lazer e na festa dos adultos, somando-se ao aprendizado informal da algazarra nas ruas, que persiste como principal mecanismo de introdução da criança na vida social.

A Sociologia e a Antropologia, ciências nomotéticas, abordam as festas à procura de leis, tendências, invariâncias, estruturas, sentido e função, etc. Aqui, embora buscando apoio nestas ciências, pretendeu-se abordar acontecimentos-festa no devir do fazer social em São Luís do Paraitinga, sem perseguir generalidades e sem incorrer na simples crônica. Buscou-se reconstituir o processo surpreendente pelo qual o social-histórico (aqui visto à escala do município) se reproduz ao mesmo tempo em que se transforma - ou se institui e se altera por si mesmo. Assim, determinadas festas, que em princípio caberiam no capítulo dedicado às festas religiosas, como a

Semana Santa de 1891, que figura certamente na memória coletiva como sonho de uma Idade de Ouro perdida, ganha historicidade ao ser inserida na trama do investimento político do qual resultará a eleição do coronel Manuel Jacinto Domingues de Castro, filho e herdeiro do Barão do Paraitinga, como deputado federal da República.

O mesmo pode ser dito a respeito da emulação entre as corporações musicais e dos tumultos dominicais no Mercado Municipal, séries de pequenos eventos pontuais que a memória registra apenas como indicativos da opulência dos bons tempos e do partidarismo exaltado, perdendo os nexos que os inserem no tecido da história político-social do município. O tumulto dominical, acontecimento tipicamente anti-estrutural, aparece aqui como ato cívico, manifestação política conscientemente vivida por agressores e agredidos que se identificam como homens de partido, eleitores, cabos eleitorais, capangas, cozinheiras, etc. A entronização do Cristo no salão do júri em 1913, ou a inauguração da nova igreja do Rosário em 1921 são outros eventos que cabem melhor na trama da ascensão política do clero ultramontano, representado em São Luís do Paraitinga pelo vigário Ignacio Gioia, favorecida pela crise de hegemonia no interior da "sociedade" desde o colapso do clã Domingues de Castro. Eliminado o perigo de ascensão ao comando municipal do coronel José Bernardino de Castro, inclinado a buscar apoio no governo federal, a visita de Washington Luís em maio de 1923 consolida o novo equilíbrio político. Excetuando-se o interregno do início dos anos 1930, o partido político vitorioso no tiroteio de 26/4/1919 mantém o poder até hoje em São Luís do Paraitinga.

O calendário das festas religiosas, atualizado e alterado a cada ano, é talvez o mais sedutor dos sumidouros. A arqueologia se impõe, e no entanto não se pode cair na ilusão: a morte e ressurreição do Curumim na dança dos Caiapós pelas ruas de Taubaté e São Luís do Paraitinga no início do século XX, é memória longínqua dos aldeamentos jesuíticos e é simultaneamente produção da identidade de negros libertos durante a festa de santo ou jornada de carnaval. Fazer romaria à capela do Bom Jesus é mergulhar no imaginário dos bandeirantes; na capela da Aparecida se busca a proteção materna, preta e pobre como os deserdados da periferia da mineração; e, em ambas, sempre mais pesada ao longo do período, a autoridade do clero romano se substitui às formas relativamente autôno-

mas de devoção e de festa.

Das figuras másculas e reais que circulam imperialmente pelas cidades e vilas na festa de Corpus Christi à profusão de andores de Nossa Senhora nas procissões da era republicana, assiste-se à substituição do regalismo pelo ultramontanismo numa ofensiva que recoloca a relação entre a Igreja e o Estado em novos termos, assegurando-se o clero romano de uma forte autoridade sobre as massas excluídas de cidadania, o que lhe confere um poder muito maior do que aquele perdido com a dissolução do Padroado. Mas esta nova autoridade não se impõe sem resistências; à devoção intimista e familiar do Coração de Jesus, novo avatar do Filho, a massa caipira prefere a grande festa comunitária e coletivista do Espírito Santo, atualizando a cada ano a espera do novo milênio profetizado por Joaquim de Fiore. A feminização do catolicismo, fazendo ascender a Virgem-Mãe a ponto de insinuar uma santíssima Quaternidade, pode se interpretar como apoio logístico ao Filho, tentativa evidente de reter a história sob a lei, no tempo dos padres, desautorizar e negar realidade ao tempo dos monges - os João Maria do Contestado, o Conselheiro.

Um aspecto relevante na trajetória histórica do carnaval é a importância da circulação dos espíritos, tema central nas reflexões de Claude Gaignebet. O famoso peido do urso por volta da festa da Candelária, anunciando o próximo fim do inverno e a abertura do tempo carnavalesco, tempo imediatamente confirmado pela festa de São Brás - avatar de Orfeu, o Santo Vento - o protetor da garganta. Ao carnaval medieval, ruidosamente celebrado pelos rapazes adrede empanturrados de porco, de ervilhas e favas flatulentas, algumas imagens do estruendo brasileiro poderiam ser remetidas. As famosas bexigas dos Clóvis, o folião com a bexiga cheia disfarçada sob um volumoso traseiro a rebolar, à espera que os moleques a rebentem a pauladas, na crônica de Flávio Marciano; a hierarquia dos projéteis retirados à dispensa pelas moças, para atirar em seus namorados, a começar pelos tremoços, seguidos pelo feijão, e pelos grãos, na crônica de Xavier da Cunha; os limões de cheiro; e, muito bem sublinhado na saborosa crônica de Flávio Marciano, os foliões com um enorme nariz que só anda mergulhado no vasto mar do éter... Os confetes e lança-perfumes do carnaval veneziano reciclam o rito, aburguesando e aprofundando a embriaguez do olfato. Não deixa de surpreender a cla-

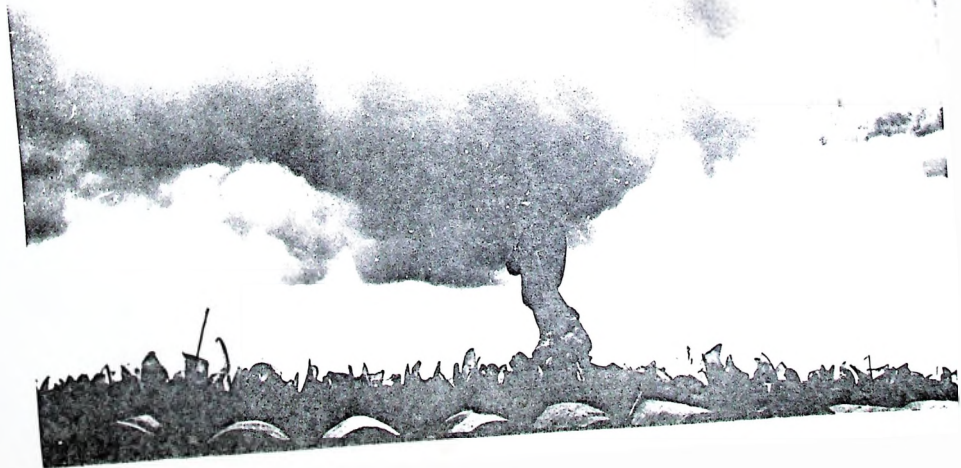
reza dos textos assinados por autoridades, publicados exatamente nos jornais que promovem o consumo de lança-perfumes no carnaval, a promover o consumo de tabaco no trabalho, justificando-o como substância volátil necessária para submeter os corpos às cadências aceleradas da produção e competição capitalistas.

Outras formas de circulação dos espíritos são, após o escândalo inicial, legítimas, quando confirmam à classe média suas expectativas de prosseguir evoluindo, aperfeiçoando-se, progredindo após a morte sem perder a individualidade nem os laços de família; ou ilegítimas, quando Luís Egídio de Campos retorna à natureza destruindo a propriedade e ergue no seu mundo a capela da mata virgem, sagrado recanto onde vive um casamento místico com a mulher amada cuja morte recusa.

Transgredindo normas, ultrapassando os limites para eles designados, corpos e espíritos recusam por vezes submeter-se à razão burguesa. Festas religiosas são seqüestradas pelos chefes políticos, festas cívicas deixam de celebrar as estrelas apontadas pelos positivistas e prestam continência à Rainha do Brasil, coroada pelo papa... O corpo virginal de Maria Antônia de Jesus, sofrendo as dores da terra caipira e de sua casa assediada por maus espíritos, assume suas culpas e as purifica, oferecendo-se como intermediário, pronto a ser consumido pelo desejo do Sagrado em troca do reencantamento do mundo.

Brasília, 18 de junho - Corpus Christi - de 1987

1. LE GOFF, Jacques. "Memória" in Enciclopédia Einaledi vol. I. Porto. Imprensa Nacional/Casa da Moeda



ANEXO

A FESTA COMO OBJETO DE ESTUDO
(Resenha)

O ponto de partida para o estudo do fenômeno festa se localiza no momento mesmo da constituição das Ciências Humanas, na obra de Émile Durkheim e de Marcel Mauss especialmente. Em sua clássica teoria da festa como transgressão sagrada, Roger Caillois sistematiza e prolonga as suas teses, recortando o campo teórico em que se desdobra a problemática ligada ao fato social festa¹.

A festa é aí pensada em função da oposição sagrado/profano e da dialética do sacrifício. O tempo profano, caracterizado pelas rotinas do trabalho e pela vigência da ordem, alterna-se necessariamente com o tempo sagrado, marcado pelo desenfreamento coletivo e pelo excesso. Esta invariância poderia ser constatada em qualquer coletividade humana. A festa seria um paroxismo de vida a contrastar violentamente com as preocupações da vida cotidiana; um tempo especial durante o qual o indivíduo se sente sustentado e transformado por forças que o rebaixam; o homem suportaria as obrigações do tempo profano apenas pela recordação da festa passada e pela expectativa da próxima.

Fiel a um procedimento característico das Ciências Humanas de seu tempo, Roger Caillois busca um referencial seguro na reconstituição de uma primitividade.

A festa primitiva obedece ao ciclo cósmico do tempo e

do clima - ou aos ciclos da economia natural -, concentra a comunidade que normalmente está dispersa a trabalhar, suspende provisoriamente o caráter negativo do sagrado (regras e proibições), atualiza os mitos em rituais - em que os espíritos vêm iniciar os novíços, exige diversas modalidades de excesso e desperdício visando a renovação da natureza e da sociedade, restaura o caos primitivo e, para regenerar as instituições sociais, sacrifica ou expela uma vítima expiatória antes do retorno ao tempo profano.

As referências de Roger Callois a determinadas situações concretas (a festa primitiva descrita por uma "testemunha anônima", talvez em África; mitos e ritos papuas; concepções de tempo entre os Esquimós, os Tsimschians, os Yuma do Colorado; comportamentos coletivos desenfreados por ocasião da morte do rei nas ilhas Sandwich e nas ilhas Fidji; o potlach dos Kwakiutl e os nossos presentes natalinos; comilanças nos funerais camponeses europeus; a mitologia grega; raízes etimológicas do vocabulário indo-europeu relativo ao tempo; etc.) indicam os pressupostos dessa teoria antropológica da festa: o homem tomado como sujeito universal e único, a história pensada como evolução linear da humanidade a partir de um estado simples porque primitivo. O sentido dessa evolução é a progressiva dessacralização do mundo: a grande festa comunitária cede lugar às férias individuais na sociedade industrializada e burocrática; tornando-se cada vez mais complexo, o organismo social tolera menos a interrupção do curso rotineiro de todas as suas instituições.

O cientista social expressa o inconformismo diante do presente em que vive (1939), destilando a esperança de uma nova irrupção do sagrado: festa e revolução podem legitimamente se confundir nesse discurso inconfessado em que também se confundem a nostalgia de um passado mítico e o desejo de regeneração social.

Respondendo a esta percepção negativa da trajetória da sociedade industrial, a Sociologia do Lazer fundada por Joffre Dumazedier propõe um sentido linear positivo à história da festa².

O tempo do lazer vem ganhando terreno sobre o tempo do trabalho e sobre o tempo da festa. O número de horas de trabalho ten-

deria a diminuir, da mesma forma como decrescem os dias santos do calendário cristão. Por outro lado, a festa teria sofrido um esvaziamento progressivo de seus componentes sagrados e catárticos, enquanto que, inversamente, ter-se-iam expandido os seus componentes profanos e cerimoniais. A festa estaria se diluindo cada vez mais na vida cotidiana, mesmo das famílias mais pobres, passando a maioria de suas funções a ser preenchidas pelos atuais meios de comunicação de massa, esporte, bar, etc. A festa, para os trabalhadores, estaria hoje sobretudo na conquista do lazer, no direito às férias remuneradas, realidade simplesmente impensável no passado mais ou menos longínquo em que as massas de camponeses e artesãos só podiam romper com a dura rotina de trabalho e sub-alimentação na grande festa comunitária.

Mas é possível objetar que o capitalismo se adapta às conquistas dos assalariados, produzindo desemprego e sub-emprego quando necessário, e fabricando o próprio lazer como mercadoria.

Assim resumidas, as duas teses delineiam o conflito ideológico que perpassa este trabalho por inteiro: como abordar as relações entre Festa e História sem endossar nem as variantes do milenarismo do Eterno Retorno, nem os desdobramentos lógicos da Ideologia do Progresso?

Um artigo de Émile Benveniste, Don et échange dans le vocabulaire indo-européen, praticamente um adendo ao Ensaio sobre a dádiva de Marcel Mauss, examina as noções de fato social total e de reciprocidade na etimologia.

O estudo principia pela raiz *dō, presente em todas as línguas indo-europeias e que pode significar tomar ou dar, conforme a construção da palavra ou da frase. Esta ambigüidade fundamental confirmaria por si só a tese de Mauss, mas Benveniste procura analisar outras palavras que evocam situações de troca, hospitalidade, dádiva, despesa, destruição, contrato, sacrifício, etc, ou seja, todos os diferentes aspectos do fato social total Potlatch (palavra da língua ameríndia kwakiutl, adotada por Mauss para conceituar o sistema total de prestações recíprocas, estruturação básica de qualquer sociedade humana).

Para o rastreamento do fenômeno festa na trajetória da sociedade ocidental, merece atenção o estudo da raiz *mei. Por ela se

poderia iniciar toda uma fenomenologia indo-européia da troca, assegura Benveniste. Dela deriva a noção indo-ariana de mitra, que designa simultaneamente o contrato e o deus do contrato, ou, melhor ainda, o princípio da reciprocidade total que funda em direitos e obrigações a sociedade dos homens. Esta representação profunda e complexa toma no latim, com munus, uma acepção bem específica. Conforme o emprego de vários autores latinos, munus significa função, ofício, obrigação, tarefa, favor, ou ainda representação pública, jogo de gladiadores. Quando alguém aceita um munus em Roma, assume a obrigação de se desobrigar publicamente pela distribuição de favores e privilégios ou de espetáculos e jogos. A palavra enfeixa o duplo valor de cargo conferido como uma distinção e de prestações obrigatórias em retorno.

Aí está o fundamento da comunidade, pois com-munis de signa literalmente "quem participa dos munia ou munera"; cada membro do grupo social é coagido a dar na própria medida em que recebe.

Já o artigo de Pierre Braun, Les Tabous des "Feriae", vem reforçar o enfoque antropológico da festa centrado na dialética do sagrado e do profano, e apresenta um bom subsídio para a História, acompanhando a trajetória das festas romanas⁴.

Procurando identificar aquilo que era proibido e o que era permitido durante a festa pelo direito pontifical, P. Braun se propõe reconstituir as normas de conduta festiva tais como foram fixadas pelos ministros do culto nos primórdios da civilização romana. As fontes estão em Catão, Ovídio, Lucrecio, Columelo, Macróbio e Sérvio.

"Festi (dies) dis dicati sunt" (Macróbio, Saturnais, 1, 16, 2). Os dies festi são consagrados aos deuses e caracterizam-se pelas feriae - repouso, interrupção do trabalho em homenagem aos deuses, embora não tão absoluto como o sabbat judaico.

Havia festas fixas - feriae stativae - e festas móveis, as feriae conceptivae e feriae imperativae. Os ritos das feriae stativae corresponderiam às obrigações solenemente assumidas pelo escravo liberto no ato de sua emancipação. As feriae conceptivae tinham suas datas marcadas a cada novo ano pelos magistrados ou pelos sacerdotes representando as várias divindades cultuadas. As feriae imperativae eram fixadas livremente pelos cônsules e pretores em vir-

tude de seus poderes. Os ritos destas festas móveis corresponderiam aos serviços que o patrício podia exigir livremente a seu ex-escravo antes do Edito Rutiliano.

Em síntese, afirma P. Braun, é possível definir as feriae como operae: serviços obrigatórios cobrados pelas forças sobrenaturais.

Durante as feriae são permitidas as atividades que dependem de técnicas arcaicas, e é proibido o recurso às técnicas modernas. Permitia-se, por exemplo, fazer armadilhas para aves, enfeixar gravetos, limpar a casa, preparar tochas e velas (a vela, moderna, seria uma exceção justificada pelo medo do escuro), far pinsere (socar no pilão um dos mais antigos cereais, variedade de trigo duro; a técnica da moagem é proibida), fazer queijo, queimar espinheiros, secar frutas, estercar, etc. - atividades típicas da agricultura e pastoreio neolíticos.

Proibia-se: "abrir a terra" (nas Saturnais), semear, ceifar, vindimar, lavar carneiros, atrelar mulas, boi, burros e cavalos, tocar a terra com ferro (há vários tabus relativos ao uso do ferro nos dias festivos). Um último tabu resume todos os outros: nas feriae era proibido novum fieri, fazer o que quer que fosse novo. Igualmente se suspendia o exercício da justiça e as atividades guerreiras ofensivas.

Assim, os tabus das feriae eram o meio pelo qual a tradição e a lei religiosa protegiam um sonho coletivo - o retorno à Idade do Ouro, transfiguração mítica de um passado real. Esse tempo mítico seria a nostalgia da era neolítica, quando os homens teriam descoberto a abundância (agricultura e pastoreio) e a paz (estruturas sociais pouco diferenciadas, demografia rala).

Os tabus das feriae seriam, portanto, ritos purificatórios. Esmagado pelas consequências da divisão do trabalho, o homem se sente impuro, maculado pela civilização. A lógica do sonho coletivo não se rende à lógica aristotélica. O historiador pode, ele, supor que a pressão da organização clânica ou tribal antiga deve ter sido muito forte sobre o indivíduo, mas sabe que o mito não leva isto em conta - o mito atribui a responsabilidade pelas misérias do homem à aparição do Estado e ao progresso técnico.

As Saturnais, festas dedicadas ao deus maior da Idade

do Ouro perdida, recebem atenção especial de P. Braun. Nestas, mais importante que os tabus relativos às técnicas agrícolas e pastoris avançadas, é a presença dos escravos no banquete. Eles comem deitados com os seus senhores, gesto que em tempo não-festivo corresponderia expressamente à sua emancipação. Alguns senhores serviam os escravos à mesa, e com eles jogavam dados, conforme o Calendário de Filodécalo. Mais do que a divisão do trabalho, a festa parece repudiar simbolicamente as suas consequências sociais, a divisão da sociedade em classes e o surgimento da escravidão.

Antes da reforma ordenada por Júlio César, havia em Roma 109 dias consagrados aos deuses e 11 dias meio-feriados, e 235 dias reservados às atividades humanas, mas na realidade apenas as feriae publicae teriam sido realmente feriados (cf. Columelo, De re rustica): 45 dias ao ano, incluídos aqueles perdidos em razão da chuva. Já a sorte dos tecelões egípcios sob a dominação romana parece ter sido, a este respeito, bem mais dura: apenas cerca de 20 dias de folga por ano. Por outro lado, os feriados judiciários somavam 135 mesmo depois das reformas de Marco Aurélio.

O estudo de Pierre Braun termina com o declínio das feriae e a dissolução dos tabus. Apesar de manter uma fachada arcaizante, o regime imperial se organiza sobre uma economia mundial e não mais sobre uma economia fechada. O Estado romano se laiciza ao mesmo tempo em que as crenças e costumes orientais influem poderosamente sobre a religião romana. Sábado, o dia de Saturno, confunde-se mais e mais com o sabbat judaico. O primeiro imperador cristão, Constantino, para marcar o novo ritmo do tempo, institui o repouso obrigatório do domingo, dia do sol. A 7 de agosto de 389, uma constituição dos imperadores Valentiniano II, Teodósio e Arcádio abole a distinção entre os dias fastos e nefastos, feriados e não-feriados, tanto na vida judiciária como na vida pública em geral. A partir de então, já não serão mais as feriae pagãs e sim o domingo, e mais especialmente as festas cristãs, que marcarão a suspensão da atividade judiciária.

O texto tem a virtude de não pretender tudo explicar. Para um estudo mais aprofundado das festas na Antiguidade clássica, em sua irredutível historicidade, cf. Le pain et le cirque. Sociologie historique d'un pluralisme politique, de Paul Veyne, em que as festas, os edifícios públicos, o mecenato, o pão e circo e outras expressões de munificência helenística e romana são subsumidas no con-

ceito de evergetismo, que a noção de redistribuição recobre apenas muito parcialmente⁵.

A resenha feita por H. Hubert da obra do historiador alemão K. A. H. Kellner, Heortologie oder das Kirchenjahr und die Heiligenfest in ihrer geschichtlichen Entwicklung, permite passar dos fins do Império Romano à festa europeia medieval⁶.

O calendário cristão é um compromisso entre o ano judaico, o ano romano, o ano germânico e o ano céltico. O núcleo é, naturalmente, constituído a partir do ano judaico, com as festas da Páscoa, tradicional, e Pentecostes, cristã. Entre a data móvel do calendário lunar judaico e a data fixa do calendário solar romano, a Igreja decidiu-se pelo meio-termo, enquadrando a data móvel da Páscoa entre dois extremos fixos.

As diversas épocas da vida religiosa pagã sobreviveram longamente apesar do novo calendário imperial cristão, sob a forma de festas populares. A atitude da Igreja diante destas festas pagãs teria sido, num primeiro momento, ditada pelas necessidades internas do culto. Assim, conforme Kellner, a Igreja, de maneira geral, ao instituir suas festas periódicas, estaria se adaptando inconscientemente à celebração das diversas épocas da vida social de então. O motivo consciente e dominante na preocupação pelas festas da liturgia teria sido a intenção de comemorar os atos da vida de Cristo e da família divina e de organizar os rituais.

Num segundo momento, o calendário litúrgico se expande progressivamente. Uma festa eclesiástica é criada expressamente para substituir as calendas de janeiro; as festas da Cathedra Petri (18 de janeiro e 22 de fevereiro) parecem ter sido instituídas para sobrepor-se às Parentalia de fevereiro; a Litania Minor de 25 de abril substituiu as Robigalia. Enfim, o Natal é fixado no dia da celebração do Natalis Solis Invicti, assimilando Cristo ao sol (e, eventualmente, ao imperador também).

Dáí em diante, pouco a pouco, as festas da liturgia cristã se multiplicam e atingem praticamente todos os domínios da sociedade e da natureza; o apogeu desse expansionismo ocorre no século XVII. O historiador Kellner conclui: o ano religioso cristão teria sido elaborado ao longo do tempo, resultando de intensos debates eclesiásticos em busca de um consenso muitas vezes extremamente difícil.

H. Hubert apenas resume. A obra de Kellner informa extensa e sistematicamente a respeito da montagem do calendário da civilização cristã ocidental. Mas o protagonista privilegiado desse processo é, ao que parece, o clero cristão, ou melhor, o alto clero letrado. Falta a Kellner, pelo visto, alguma sensibilidade para a crítica interna de suas fontes - os textos preservados pela Igreja para uso dos clérigos (e dos historiadores futuros) falam, naturalmente, do ponto de vista da hierarquia, da ortodoxia.

As festas não se criam nem se suprimem em obediência estrita à lógica dos teólogos. Quando Kellner se refere, por exemplo, à criação da festa de Corpus Christi, em 1264, explica-a pela necessidade de intensificar a comemoração da Eucaristia, completando a liturgia da 5ª Feira Santa. Ora, é bem sabido que as festas medievais eram organizadas por confrarias que geralmente correspondiam aos diversos ofícios. Há várias indicações de que esta nova festa foi, desde o início, organizada e apropriada pelas corporações dos ofícios mais ricos, pelo patriciado urbano. Algum tempo mais tarde, no século XV, as entradas reais copiarão o modelo da procissão de Corpus Christi⁷.

Por outro lado, os estudos do contexto social do século XIII permitem deduzir que a festa de Corpus Christi - corpo e sangue - deve ter sido instaurada com a finalidade de marcar uma clara oposição à festa de Pentecostes - espírito - que se realiza alguns poucos dias antes.

Emmanuel Le Roy Ladurie, estudando o trágico carnaval de 1580 em Romans⁸, compara as diversas agremiações que se destacam nos períodos festivos. No plano simbólico, a abadia de Maugouvert - mau governo - se destaca nitidamente da confraria do Espírito Santo: a primeira cuida de controlar os casamentos e a sexualidade, enquanto que a segunda se ocupa do nascimento e da morte. De um ponto de vista funcional, o Espírito Santo se interessa, efetivamente, pelos problemas do nascimento e sobretudo do renascimento espiritual dos indivíduos. Renascimento no sacramento da Crisma, renascimento anual no banquete de Pentecostes, quando a confraria do Espírito Santo distribui comida aos pobres, que representam os defuntos recentes. Já Maugouvert se apresenta como atrevido defensor da boa ordem conjugal, censurando vigorosamente o casamento de viúvos e os maridos batidos

por suas esposas. As duas organizações se defrontam simbolicamente no mês de maio, quando Maugouvert ergue o mastro festivo e a confraria do Espírito Santo celebra a descida das línguas de fogo de Pentecostes. Mas também no plano sociológico os dois grupos se opõem: enquanto a confraria do Espírito Santo congrega a massa dos artesãos pobres e especialmente os camponeses de Romans (verdadeira associação de cooperação, uma genossenschaft da Sociologia alemã, nota Le Roy Ladurie), a abadia de Maugouvert reúne, sob a cobertura de comportamentos jocosos, a "juventude dourada" da cidade e mesmo alguns adultos das classes abastadas: uma típica associação de dominação - herrschaft - que se volta para fora, para baixo; ela policia e taxa todos os casamentos, ricos ou pobres.

Le Roy Ladurie retira da comunicação de P. Amargier Sur la Confrérie du Saint Esprit au Moyen Age uma informação que reforça a hipótese de uma forte clivagem social entre os festeiros de pentecostes e os de Corpus Christi: "Desde o século XIII, certas confrarias do Espírito Santo, como a de Marselha, foram o fermento de uma ação cidadina com propósitos globais, comunitários, plebeus, artesanais, revolucionários mesmo; e isto, sob o patrocínio utópico da 3ª Pessoa, a mais coletivista e futurista da Santíssima Trindade"⁹.

Ora, não poderia tratar-se de simples coincidência a instituição da festa de Corpus Christi em 1264 por Urbano IV (Bula *Transiturus de mundo*), exatamente quando havia em certas regiões da Itália enorme expectativa pelo "mundo novo" das profecias do abade cisterciense Joaquim de Fiore - a nova era do Espírito Santo que viria superar a era do Filho (Cristo) a partir de 1260.

Joaquim de Fiore, calabrês, divulgou sua mensagem entre os anos 1190, quando abandonou a abadia de Corezzo e fundou uma nova ordem monástica em San Giovanni in Fiore, e 1202, quando ali faleceu em odor de santidade, suspeito de heresia pelo papa. Suas profecias foram retomadas em 1254 pelo monge Geraldo de Borgo San Donnino na Introdução ao Evangelho Eterno, prontamente contestado pela alta hierarquia da Igreja.

O fiorismo, milenarismo de uma nova era mais igualitária, ecoou profundamente entre os franciscanos e outras ordens menores, expressando e legitimando anseios da comunidade camponesa e dos ofícios plebeus urbanos.

A repressão contra os fioristas provocou a difusão da ideologia para outras regiões da Europa; daí, provavelmente, as características redistributivistas assumidas pela festa do Divino Espírito Santo em Portugal desde o século XIV, quando a rainha Santa Isabel teria sido fortemente impressionada por um sonho¹⁰.

Outros autores, talvez sem esta intenção explícita, demonstram a importância das clivagens sociais ao abordar a festa medieval. É o caso, por exemplo, de Claude Gaignebet, em cujas obras o Carnaval aparece como verdadeira religião profundamente enraizada na pré-história indo-européia¹¹.

Esta religião de iniciados, mantida ao longo dos milênios pelos artesãos do ramo têxtil, teria sido capaz de impor seus ritos ao cristianismo, cuja hagiografia e calendário só podem ser entendidos como avatares da grande religião neolítica voltada para o controle da circulação dos espíritos.

Partindo desse patamar pré-histórico, as várias mitologias indo-européias (grega arcaica, celta, greco-romana, germânica, cristã...) são vasos comunicantes; o autor por aí transita livremente e visualiza a constituição da mitologia francesa no decorrer da Idade Média culminando com a obra de Rabelais.

A obra de Claude Gaignebet pode ser apontada como um dos casos-limite em que a festa, esquadrihada pela problemática do campo do sagrado, desvendando planos profundamente adormecidos sob a trama do discurso histórico, alcança o terreno movediço do inconsciente coletivo. Ao desatar as amarras que asseguram a realidade e o tempo cotidianos, os foliões transitam por outras modalidades de tempo: os tempos da Psicanálise, talvez? C. Gaignebet indica como referenciais seguros a temporalidade mítica e os grandes iniciados, especialistas de longas viagens aquém e além da condição humana.

É bem verdade que esta maneira de estudar a festa, focalizando em cheio o inefável, deixa de explorar outras facetas do fenômeno: as relações concretas de oposição e complementaridade entre os agentes sociais envolvidos, por exemplo. Lendo o Carnaval de Gaignebet, o leitor arguto não deixará de refletir sobre as inevitáveis contradições entre especialistas da religião iniciática e os especialistas de outros campos de poder, como o clero cristão, por exem

plo; mas saberá perseguir estas questões em outros autores.

Jean Claude Schmitt, por exemplo, ao comentar a reedição da obra do cômico Etienne Delaruelle, La piété populaire au Moyen Age, propõe uma metodologia que articula três grandes eixos de pensamento personificados por Pierre Bourdieu (o campo simbólico), Emmanuel Le Roy Ladurie (história das mentalidades) e Maurice Godelier (antropologia marxista e estruturalismo) para ultrapassar o simplismo da oposição popular/erudito na história social do Ocidente medieval¹².

Um artigo de Rolande Bonnain-Moerdyk e Donald Moerdyk também merece atenção: ao formular uma crítica particularmente ferina à etnologia, ao folclore, ao estruturalismo, à semiologia, esses autores enfatizam a problemática da luta de classes, não apenas na trajetória do charivari, mas também na própria constituição das Ciências Humanas¹³.

Na grande maioria dos discursos etnológicos e folclóricos, ocorrem constantemente duas metáforas - infância e hábito. O "povo", as mulheres e os colonizados seriam retardados, subdesenvolvidos aquém da idade da razão, devendo portanto aceitar a razão dos adultos, a ciência do senhor.

Por outro lado, os fatos que se desenrolam no presente da comunidade dominada seriam apenas significativos, e isto graças aos laços com aquilo que se fazia antigamente: como se a verdade do presente se encontrasse essencialmente no passado. Ora, se um fato "folclórico" tem uma significação, é porque houve (e há!) uma ação. Mas o cientista procura a significação e raramente a ação. Por que? É que as razões da ação são evidentes para os interessados, e nesse caso o cientista não é necessário. Enquanto as ações forem evidentes, a palavra não está com o cientista, mas com a administração pública - a lei e a força. Só após a ação, quando a força da lei já não for mais contestada, quando as razões da ação tiverem se tornado incompreensíveis e quando não se saiba mais que interesses estiverem em jogo, é que o cientista - o homem que não sabe... - poderá olhar desinteressadamente os vestígios da ação.

Olhando as formas, o cientista será formalista. Estudará o ato esvaziado do seu conteúdo concreto, despojado do seu contexto material - apenas o traço da ação. Traço significativo, portan-

to signo, mas signo incompreensível que releva de algum código esquecido. O cientista buscará no passado da forma a chave do enigma: o vestígio da ação será tratado como signo de um antigo conjunto... de signos. E é sobre esse conjunto formal, e não sobre o todo concreto e complexo da ação, que versarão os estudos de estrutura e mesmo de função. Persegue-se o arrazoado, e não as razões da ação.

Este artigo levanta pesada suspeição contra o procedimento quase rotineiro de tudo remeter às origens remotas do objeto de estudo. O carnaval, por exemplo, seria forçosamente a mesma festa nas saturnais romanas, nas aldeias e burgos medievais, nas repúblicas da Renascença, nas cortes barrocas, no Século das Luzes, na televisão? Seria coerente historiar o longo processo de dessacralização de um fenômeno trans-histórico, a lenta degradação de uma essência?

Ora, um estudo de Martine Grinberg e Sam Kinser, feito à base de um amplo levantamento de fontes literárias medievais e renascentistas, demonstra que o carnaval propriamente dito só aparece no século XIII¹⁴.

Havia danças e mascaradas nas calendas de janeiro e fevereiro, mas é no século XIII que se inicia o processo, conduzido pela Igreja, de disciplinar as atitudes coletivas através do calendário. O carnaval é firmemente associado à quaresma e finalmente a ela subordinado. As alegorias do combate entre os dois tempos são claras: trata-se de uma questão de poder e de confrontação entre grupos/espacos sociais. No século XIII, Carnaval e Quaresma são senhores feudais, iguais perante o rei; ao final do século XVI, Carnaval nasce entre os porcos, comanda camponeses e artesãos, e, vencido, se refugia na roça.

Curiosamente, a fixação das práticas carnavalescas no interior de um segmento do calendário cristão ocorre exatamente na mesma época em que o alto clero instituiu a festa de Corpus Christi, senhorial e hierarquizante, em contraposição à festa plebéia, milenarista do Divino Espírito Santo.

Sem ignorar as poderosas inércias da longa duração e a coesão social, temas cruciais no estudo das festas e rituais, importa atentar também para os mecanismos de oposição e ruptura, e para a descontinuidade na história.

Festa, fenômeno social total; portanto, fenômeno (ou estrutura) estruturado e estruturante, campo privilegiado para o exercício da violência simbólica, onde a ortodoxia dos poderes estabelecidos defronta-se com a violência - simbólica ou não - das heterodoxias, de falas dissonantes, de outros possíveis poderes¹⁵.

Abel Poitrineau, abordando as festas do Antigo Regime francês, focaliza especialmente a problemática das relações entre coesão social e revolução¹⁶.

Proteiforme, a festa tradicional ora se caracteriza como procissão, cortejo, ofício religioso solene, repasto comunal, afirmação de um particularismo sócio-profissional, manifestação militar, simulacro ritual ou como repetição simbólica e codificada de atos memoráveis. Ela é por vezes até mesmo o resultado de uma criatividade espontânea e de um entusiasmo transbordante, mas as "festas selvagens" puras são pouco e mal perceptíveis nas fontes históricas.

O que estas fontes evidenciam fartamente, são os esforços sistemáticos do Estado absolutista, que busca regulamentar e manipular a festa limitando ao máximo as possibilidades de manifestação espontânea.

Poitineau acompanha o ponto de vista de Jean Duvignaud¹⁷: multiplicados os seus aspectos cerimoniais, a festa se torna pura solenização, mecanismo de afirmação de uma determinada ordem moral e social, de certa visão global do homem e de suas relações com o mundo, e se distancia dramaticamente da verdadeira festa.

É na segunda metade do século XVII que a Igreja começa a reduzir o número de festas religiosas e elimina as últimas tradições medievais (dança no interior dos templos, festa dos loucos, procissões noturnas, etc). Ao mesmo tempo, a Reforma tridentina padroniza a liturgia de uma Igreja triunfalista; a celebração de Te Deums magníficos ocupa sua vastíssima rede de funcionários quase exclusivamente no abrilhantamento dos ofícios solenes dos dias santos oficiais.

O minucioso protocolo e a pompa dessas festas religiosas se transfere também para as festas profanas. Detalhadamente hierarquizada conforme o código da etiqueta, a festa barroca se geometrizava para melhor ostentar os escalões hierárquicos da sociedade, enqua-

drar o público e entronizar solenemente a intemporalidade do regime social e político.

A teatralização progressiva da festa é deliberadamente aculturadora: as minorias dominantes organizam a festa-espetáculo para evitar a possibilidade de eclosão da festa-participação. As autoridades preocupam-se em controlar estritamente os comportamentos festivos populares, em especial os jogos de azar (inteiramente livres na corte e nos meios burgueses), a dança (que se apresentava então aos jovens como única oportunidade de escapar à tradicional separação entre os sexos e ao verdadeiro terrorismo sexual exercido pelo clero) e o tumulto (visto apenas como consequência do consumo de álcool, mas era o momento catártico dos ajustes de contas).

Entretanto, é importante frisar que a maior parte daquilo que tem sido pensado como festas populares do período medieval e do Antigo Regime não são o oposto da festa oficial. Poitrineau se reporta aos estudos de Lucienne Roubin¹⁸ para lembrar que as hierarquias paralelas características das festas aldeãs ou plebéias são efêmeras e nunca suprimem de fato os poderes estabelecidos. Oferecendo aos estratos subalternos a oportunidade periódica de exercer um poder transitório e limitado, a festa tempera e corrige parcialmente as desigualdades de condição e previnem a contestação social fundamental, favorecendo a coesão da coletividade por meio da emulação. É neste sentido que se deve interpretar o papel dos grupamentos de juventude e das confrarias profissionais/devocionais: no século XVII estas associações funcionam como intermediárias do poder da municipalidade que as manipula ao encarregá-las de organizar e policiar as festas autorizadas¹⁹.

Assim, fugindo à ilusão de uma confrontação direta entre a festa oficial e a festa tradicional durante o Antigo Regime, visto que ambas são fundamentalmente conservadoras, Abel Poitrineau mostra o progressivo esvaziamento das festas oficiais, consequência do excessivo controle sobre o público reduzido à condição passiva de espectador.

As festas privadas da aristocracia ilustrada e da burguesia, bem como os bailes populares, em meados do século XVIII já são mais concorridos que as solenidades oficiais. Nestas, restarão afinal praticamente apenas a plebe miserável e os funcionários a lan-

çar pão, salsichas, vinho, moedas. As festas, manipuladas pela ordem social em processo final de dissolução, já não cumprem mais a função de "teatro pedagógico", já não são mais apreendidas pelo conjunto da população como a expressão de um modo de ser.

Justamente em contraposição a estas pseudo-festas banalizadas é que a Revolução pode ser entendida por Poitrineau como a grande orgia sagrada, festa pânica em que a destruição massiva de bens e de vidas reconstitui as unanimidades perdidas; momento em que os filósofos elaboram uma nova abordagem litúrgica da festa coletiva, concebida agora como festa cívica.

Nesta altura, o estudo das festas sob a Revolução Francesa, de Mona Ozouf, é referência obrigatória²⁰.

As festas revolucionárias deixaram farta documentação impressa e manuscrita: autos dos organizadores, publicações oficiais, debates e comentários em torno da finalidade das festas, seus programas, vasta iconografia, etc.

A historiografia dessas festas revolucionárias apresenta duas fases bastantes distintas. Os historiadores republicanos - Aulard, Mathiez, Tersot -, vivendo o contexto dramático da separação entre Estado e Igreja, buscaram na festa cívica o tema para uma reabilitação do entusiasmo religioso, em termos bastante análogos aos de um século antes. Aliás, é justamente nesta época que se institui o 14 de julho como data nacional francesa. A segunda fase, contemporânea e encabeçada sobretudo por historiadores norte-americanos, preocupa-se essencialmente com a função de propaganda daquelas festas. Ora, uma e outra época tomam as intenções dos organizadores das festas pela realidade, o programado pelo vivido.

Mesmo as festas revolucionárias, tão excepcionalmente determinadas pela conjuntura histórica, escapam ao tempo da história.

Tanto o passado comemorado pela festa, como o futuro aí antecipado, não são de forma alguma o passado e o futuro com quem o historiador está habituado a lidar. O ritualismo revela a estratégia do arcaísmo contra a angústia: a festa retoma à sua maneira o passado, revivendo-o como história manipulada, reajustada, reprimida, e ensaia cenas de imortabilidade e indestrutibilidade que nada têm a ver com o futuro real, aberto a todas as indeterminações.

Por não se dar conta disto é que uma historiografia, obcecada pelo discurso das intenções de quem organiza e avalia a festa enquanto dirigente político, reduz as festas da Revolução Francesa a simples produtos da conjuntura política. Por mais variadas que se apresentem as intenções dos organizadores de cada festa ao longo das bruscas mudanças de percurso da revolução, a semelhança gritante entre elas só pode se explicar pela angústia, pela necessidade coletiva, pela avidez com que a população exige festas, para nelas viver outros tempos, fugindo ao presente incerto e opressivo.

Mas se é este o comportamento mais genérico das massas no decorrer de 10 anos de festas revolucionárias - 1789 a 1799 -, há momentos em que festa e história se encontram na Revolução. A cada momento em que a revolução é percebida como processo em aberto, capaz de desdobrar-se em novas situações, os sans-culottes colocam em cena as tradicionais formas carnavalescas da festa popular. Durante a época da descristianização (outono e inverno do ano II) e no ano III, são freqüentes as situações de inversão de papéis, travestimento, paródia, desperdício, sacrilégio, sempre às expensas do clero, da monarquia e dos monarquistas.

A violência festiva anunciava claramente a direção para onde a sans-culotterie forçava a revolução. Já as festas organizadas por Robespierre e seus sucessores tem todo um outro sentido - tratar-se-á de "criar a harmonia do mundo moral e político", de encerrar a revolução. Enquanto a subversão festiva ocorre nos espaços concretos da luta de classes, a festa oficial será organizada sempre que possível fora do espaço urbano.

Festas ideais, nada deveria impedir a legibilidade imediata de seus movimentos. A cidade e os revolucionários reais são substituídos por representações utópicas: um espaço social abstrato, a Arcádia, e grupos de crianças, jovens, adultos e anciãos, figuras alegóricas de unanimidade e reciprocidade. Os revolucionários - os dirigentes revolucionários - não gostam da desordem, conclui Mona Ozouf²¹.

Daniel Fabre replica algumas teses de Mona Ozouf - em primeiro lugar, pelo próprio terreno de onde escreve: o da região, do Languedoc anexado à nação francesa e submetido ao poder metropolitano²².

Das entradas reais da Renascença às festas oficiais da Revolução, o sentido do processo é sempre o mesmo: confiscação e desfiguração da festa meridional tradicional. Por outro lado, é verdade que a festa procura escapar à história; seu tempo é cíclico, repetitivo, revive o passado de maneira talvez tão compulsiva como a histeria, e projeta o futuro, não como possível, mas como fantasia do desejo.

Mas o carnaval, ao contrário, necessita do encontro entre a festa e o acontecimento. O próprio ritualismo carnavalesco exige a individualização e a imprevisibilidade - visto que a festa é sempre profundamente clivada, há grupos de atores e de espectadores, de iniciadores e de iniciados, de presentes e excluídos; há vontades sociais que "trabalham" a festa. Por isso, o carnaval pode e pôde frequentemente desembocar em revolta, em lutas sangrentas, como no carnaval de Romans, ou prolongar-se por séculos como guerrilha da juventude jocosa contra autoridades iracundas.

A festa tradicional era marcada pelo papel ativo da juventude, ciosa guardiã dos ritos e direitos ancestrais da comunidade. As festas impostas pelo poder nacional francês vão progressivamente dissolvendo a divisão tradicional da comunidade por grupos de idade e introduzindo a divisão por classes sociais, culminando com a redução da festa meridional à condição provinciana e folclórica, espetáculo atualmente oferecido à demanda do turista, no limite da alienação.

Se é possível uma antropologia da festa, conclui Daniel Fabre, não se pode esquecer que o poder vive de sua disseminação, e que nada escapa à confrontação social.

Yves-Marie Bercé, por sua vez, ajusta contas com um mito contemporâneo: a ambivalência festa/revolta²³.

Para as gerações nascidas na Europa do pós-guerra, as revoluções se apresentam como explosões de alegria, como excessos festivos; aliás, a festa, a revolta, a guerra, o amor e o crime são mesmo apanágios da juventude.

Num minucioso estudo das mentalidades populares do Antigo Regime, Bercé submete o mito contemporâneo da festa subversiva à confrontação com as festas e revoltas da história. Desde logo, com

ajuda da arqueologia, o historiador contesta o pressuposto da anciã dade milenar das festas tradicionais: as festas aldeãs floresciam quando havia prosperidade, de modo que os ritos, longe de se repetir invariavelmente a cada ciclo da natureza, sofrem eclipses e recomeços, nascimentos, difusões, empobrecimentos, rupturas, esquecimentos. Nos anos de guerra, penúria, peste ou outras desgraças, quando as aldeias se despovoavam e as estradas se enchiam de infelizes, as festas desapareciam. E quando, voltando os bons tempos, se reinventava a festa, muitas vezes a tradição antiga já se desfizera e os procedimentos festivos assumiam então as novas idéias e os novos gestos sem que ninguém fizesse grande caso. Bercé ironiza: os amadores da tradição são conservadores de coração e revolucionários por moda ou por interesse - e por isso imaginam uma sociedade imutável até a Revolução Industrial, quando, na verdade, não há povo sem história.

Contrariando um estado de espírito característico dos jovens historiadores, Y-M. Bercé avalia negativamente o papel dos famosos tribunais da juventude e o charivari²⁴.

Os ritos desagradáveis e as sanções festivas, tradicionalmente violentas, eram comuns até o século XVIII. Essa espécie de festas atestavam a coesão e a unanimidade imediata da comunidade, onde a noção de escândalo era unívoca. À medida em que a sobrevivência da aldeia ou do burgo deixa de ser a questão mais angustiante, os assuntos domésticos tornam-se secretos e o escândalo já não reside na má conduta individual e sim no próprio rito coletivo.

A nova situação, em que a lei escrita e o poder do Estado se substituem ao direito costumeiro e aos mecanismos aldeãos de coerção social não poderia ser forçosamente pensada como alienação - já que à estreiteza das normas aldeãs se opõem os domínios imensos e incertos da idade industrial, ainda timidamente compartimentados e enquadrados pelas leis modernas do século XIX. Enquanto a maioria simpatiza atualmente com os jovens charivarizadores, Y-M. Bercé prefere pensar nos direitos individuais dos casais charivarizados, vítimas freqüentes de desmandos inspirados por um moralismo demasiado retrógrado.

Da mesma forma, ao abordar a folia, Bercé procura moderar entusiasmos fáceis. Examinando os períodos em que a folia detinha o poder, procura saber se tais reinados podiam comportar violência

as e se eles se pautavam pela agressividade contra alguém em especial. Criticando agora aqueles que colocam hoje mais lógica nas festas medievais do que os próprios atores de então, o historiador constata que os reinados da folia visavam a hilariedade, a brincadeira, sem ultrapassar limites bastante claros. Os homens se travestiam, mas não as mulheres; se os cônegos aceitavam descer aos tablados da festa, o bispo certamente não se comprometia; as trocas jamais se completavam. As vítimas da folia eram, geralmente, os novos casais, os estrangeiros, as moças - a folia, longe de representar um alhures utópico, uma irrupção de liberdade, era ridícula e não subversiva. O próprio desregramento tem suas normas: eram autorizados comportamentos absurdos e grotescos e não a liberdade absoluta. A festa não se identifica com a desordem, não é um retorno anárquico dos instintos - é uma contra-ordem, sempre uma ordem. O bêbado e o bufão, erguidos subitamente ao poder, nada fazem de melhor que beber à vontade e vingar picuinhas de subalternos. Os sonhos da folia ficam à altura dos foliões inofensivos.

Depois deste impiedoso ajuste de contas com um certo estado de espírito característico do pós-maio de 1968 - "um estruturalismo pretensioso e a laboriosa descoberta de banalidades" -, Yves-Marie Bercé passa a cuidar dos encontros entre a festa e a revolta nas lutas camponesas do Antigo Regime.

O aparelho do carnaval, posto em cena fora de seu contexto calendário, serve para agredir brincando o inimigo da comunidade; este é quem inventa interpretações perigosas em seus apelos à repressão. Eventualmente, os atributos do carnaval se tornam emblemas da revolta, cristalizando a união da comunidade, como nas rebeliões camponesas do cantão de Berna (1653) e dos Cascaveux (1630). Mas, não é necessário recorrer a hipóteses muito sofisticadas.

As funções mais prosaicas das máscaras e da excitação pelo vinho permitem enfrentar as autoridades de maneira insolente e ambígua desarmando a repressão e garantindo o anonimato - precaução primordial dos fora-da-lei. O travestimento se presta otimamente a isto - ridiculariza os agentes do fisco que não saberiam como revidar à brutalidade das megeras risonhas (inclusive porque elas podem esconder armas sob as saias). Exemplo pungente, a Guerra das Senhoritas, em que os pobres camponeses dos Pirineus recorreram durante décadas -

1829, 1830, 1831, 1837, 1848, 1866, 1867, 1872 - aos vestidos e toucas para aterrorizar e ofender a virilidade de seus ferozes adversários, os carvoeiros, soldados e guardas florestais.

A história política conhece apenas a espuma das coisas, e por isso é que registra apenas os excessos violentos da cultura popular, mas não a sua cotidianidade, suas festas e seus lutos rotineiros. Quando no século XIX se multiplicaram relâmpagos cômicos, gestos festivos na fase inicial das revoltas, não se tratava necessariamente de desdobramentos lógicos da festa, mas, bem mais provavelmente, de recurso aos modos de expressão consagrados pelo uso, às tradições ancestrais. E isto, no tempo em que os processos de desenraizamento e dissolução da comunidade camponesa chegava ao seu termo.

As relações entre festa e revolução vêm a ser retomadas por Maurice Agulhon a propósito da Revolução de 1842. Não se trata aqui de desenvolver nenhuma teoria antropológica: o autor apenas observa a coincidência entre os estados de ânimo coletivo na festa e na revolução. Tanto nos momentos mais anárquicos como nas situações extremamente dramáticas, M. Agulhon constata que os protagonistas recorrem espontaneamente aos procedimentos do espetáculo ou do ritual para organizar a expressão²⁵.

Mesmo acuado pelos historiadores que se empenham em demonstrar que, apesar de muitos encontros e empréstimos entre festa e revolução, os dois fenômenos não são sinônimos, o "espírito de 1968" conspira no sentido de revisão do tom solene de uma certa História Social.

Um meticuloso estudo das greves operárias na França do período que segue a derrota da Comuna, por exemplo, surpreenderá quem esperava o relato edificante de uma penosa, heróica acumulação de forças em conjuntura adversa. São saborosas explosões de alegria, belas escapadas da fábrica sob qualquer pretexto, desde que o sol convide ao piquenique, ao baile, ao jogo, ao ócio²⁶.

Ultrapassar a rotina da própria militância sindical e política - esta é a motivação fundamental de muitas especulações recentes sobre a capacidade subversiva da festa²⁷.

O jovem filósofo Dominique Grisoni, buscando apoio na

tese do sociólogo Jean Duvignaud, faz-se porta-voz da subversão festiva, contra a qual a sociedade mobiliza tudo, até mesmo a festa - na verdade, anti-festas rituais, posto que a verdadeira festa seria mecanismo de pura destruição, lugar de livre expansão do desejo de morte, subversão radical. Acentuando o caráter destrutivo do potlatch, Grisoni concebe a festa como estratégia que visa a dissolução do simbólico. A festa (verdadeira) destrói o real tal como ele é codificado pelo social e provoca a aparição do real não simbólico. Dissolvido o coletivo sedentário, surge o coletivo nômade em que navegam as singularidades, os indivíduos brutalmente devolvidos a si mesmos²⁸.

As festas brasileiras têm sido objeto de estudo de folcloristas, antropólogos e sociólogos, mas a produção historiográfica relativa ao tema é bastante escassa.

Os errantes do novo século, do sociólogo Douglas Teixeira Monteiro, é uma das referências obrigatórias e mesmo um dos casos-limite. Examinando o surto milenarista do Contestado (1912-1916) sob a ótica da Sociologia da Religião, o autor desenvolve uma importante reflexão acerca das relações entre a festa e a guerra santa sertaneja. Reagindo ao desencantamento do mundo - ruptura dos ajustamentos tradicionais entre consenso e coerção expressos pelo catolicismo rústico, provocada pela crise política e pela brusca introdução de grandes empresas capitalistas na região serrana de Santa Catarina -, a rebelião milenarista seria a tentativa de reencantamento, de reconstrução do mundo por uma via mitologizante.

É nesse contexto excepcional em que, rotinas do trabalho produtivo forçosamente suspensas pela guerra, instaura-se no seio da comunidade rebelada a rotina de uma festa permanente: desperdício de carne expropriada aos fazendeiros inimigos, inversão e/ou paródia dos procedimentos cotidianos, emoção coletiva intensa controlada por sanções míticas e pela ritualização, etc.

Contrariamente à lógica do tempo cíclico da festa, no entanto, não há possibilidade, para a Santa Irmandade, de retorno à vida cotidiana. Perseguidos implacavelmente pelas forças da ordem, os sertanejos rebeldes elaboram uma antiordem, deslocando-se miticamente para um novo século de plenitude, a Santa Liberdade. Se a festa, no entender de Roger Caillois, se caracteriza pela transgressão sagrada,

a revolta camponesa do Contestado, para Duglas Teixeira Monteiro, é duplamente transgressora, festa que não pode e não aceita retornar à História²⁹.

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro é outra referência obrigatória, e de sua já significativa produção teórica, destaca-se a obra de Roberto Da Matta, cuja tipologia das festas brasileiras é paradigmática: carnaval, festas cívicas e festas de santo³⁰.

O carnaval e as festas cívicas seriam rituais nacionais, ritos orientados para toda a ordem nacional, que ajudam a construir e a cristalizar uma identidade nacional abrangente, enquanto que as festas de santo, por seu particularismo regional ou local, seriam rituais de explicitação das relações entre os grupos sociais. As festas cívicas seriam ritos formais, dramatização dos mecanismos de reforçamento da estrutura social, e seu antípoda, o carnaval, rito informal, permitiria, graças aos mecanismos de inversão, a criação da "communitas". Esta noção, retirada de Victor Turner, designa o período liminar em que os agentes sociais abandonam espetacularmente os seus papéis e convivem num igualitarismo provisório: a sociedade seria um processo alternado, ora pelo predomínio da estrutura, ora pelo predomínio da "communitas". Roberto Da Matta e Isidoro Alves definem a "communitas" como resposta a uma demanda da estrutura, e não como uma anti-estrutura. Já as festas de santo, caracterizadas por mecanismos de neutralização, seriam como que intermediárias entre os dois extremos³¹.

Se já existem alguns estudos sócio-antropológicos de algumas festas de santo brasileiras, praticamente ainda não se divulgaram pesquisas sobre as festas cívicas. É para o carnaval que a maioria dos especialistas vem dedicando particular atenção.

A socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, cujos estudos sobre o messianismo sertanejo constituíram importante suporte para a obra de Duglas Teixeira Monteiro, vem desenvolvendo um trabalho metódico de pesquisa do carnaval brasileiro no Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo.

Num primeiro trabalho, Maria Isaura Pereira de Quei-

roz discute os problemas metodológicos da conceptualização. Eliminando tudo aquilo que não é exclusivo, específico, do fenómeno social carnaval, resta apenas a sua localização no calendário cristão e nas áreas em que vigora a cultura europeia. A grande questão, para quem estuda o carnaval, seria: - quem dança? -, visto que o nome recobre situações extremamente diferenciadas, ao longo do tempo e do espaço. Por isto, só será possível discutir o significado ou a função do carnaval desde que se identifique claramente como se apresentam os sexos, os grupos de idade, os grupos sócio-profissionais, as classes sociais, etc³².

Num estudo comparativo, a mesma autora constata uma nítida distinção inicial entre o carnaval brasileiro e o dos demais países latino-americanos: nestes, o entrudo de origem ibérica instalou-se na tradição das comunidades aldeãs e não se confinou apenas nas cidades como no Brasil. Por outro lado, enquanto nos países hispano-americanos a tendência atual é a da progressiva homogeneização, com a segregação social entre os foliões alcançando também as festas aldeãs conforme a evolução do carnaval europeu desde o século XIX, no Brasil se verifica a nacionalização do carnaval e a diferenciação entre as festas das grandes metrópoles (exceto Salvador) e as festas das cidades pequenas e medianas (incluindo Salvador). A nacionalização ocorre especialmente desde que o corso e outros procedimentos carnavalescos importados da Europa, típicos das classes sociais abastadas, deixam as ruas no início da década de 1950, e estas são ocupadas pelos ranchos e escolas de samba de composição plebéia. O carnaval dos grandes centros urbanos, tipificado pelo do Rio de Janeiro, torna-se espetáculo em que os pobres dançam para o público pagante, especialmente as classes abastadas, que só dançam à parte em festas fechadas. Nas cidades pequenas e médias, não há desfiles de escola de samba e cada categoria social dança nas ruas dentro de seus respectivos cordões, conforme o modelo do carnaval baiano³³.

Caberiam aqui duas ressalvas. Um texto publicado pela imprensa de São Luís do Paraitinga em 1917, analisado no capítulo final testemunha a existência de práticas carnavalescas típicas do entrudo ibérico na zona rural do município por voltas de 1880 ou 1890; tratar-se-á apenas de uma exceção à regra formulada por Maria Isaura Pereira de Queiroz, segundo a qual, no Brasil, dada a inexistência de comunidades aldeãs autóctones estáveis e em razão da políti

ca portuguesa de ocupação do extenso território colonial, não teria existido um carnaval rural ou aldeão?³⁴

A segunda questão é relativa à distinção entre metrópoles - onde ocorre o espetáculo das escolas de samba - e cidades pequenas e médias, onde não ocorreriam tais espetáculos. Atualmente, oito anos depois da publicação do artigo de Maria Isaura, é possível constatar a proliferação de réplicas locais e provincianas do grande desfile carioca. É possível que o raciocínio empregado pela autora para explicar o processo ocorrido nas metrópoles - a burguesia deixa de dançar nas ruas para não submergir sob a crescente multidão de favelados - também se aplique às inúmeras cidades pequenas e médias que se favelizam em consequência do novo ritmo do êxodo rural. E é provável que a transmissão dos espetáculos cariocas por redes nacionais de televisão desempenhe um papel considerável de estímulo à imitação.

Acompanhando ainda a obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz, um artigo recentemente publicado analisa os bailes carnavalescos dados em recintos fechados, questionando frontalmente as teorias do carnaval como um ritual de inversão/subversão da ordem³⁵.

Desde 1840, em que se realiza o primeiro baile de máscaras no Hotel Itália no Rio de Janeiro, até os bailes atuais, a imprensa e a literatura salientam os excessos alimentares, o entusiasmo, a exacerbação de comportamentos sensuais, a ultrapassagem das normas morais vigentes. Persequindo com objetividade a relação entre a norma cotidiana e a transgressão festiva, Maria Isaura constata que os bailes fechados - burgueses ou populares - são visivelmente submetidos a todo um arsenal de sistemas de controle: a começar pelo controle de fortuna e condição social através do valor do ingresso. Um título de matéria jornalística ilustra com perfeição a tese da autora: "A descontração era total, vigiada por um circuito de TV"³⁶.

Além de manter as rígidas diferenças de classe que marcam a vida cotidiana, o carnaval dos clubes reproduz e reforça as desigualdades fundamentais entre os sexos e as colorações da pele. O carnaval burguês é bárbaro, brutal, grosseiro. Sob a retórica da confraternização universal da grande festa brasileira, desenrola-se o vale-tudo de corpos em luta pela ascensão social e pelo poder.

A autora desvenda a mistificação enfática das revistas de atualidades e, em certa medida, de algumas leituras acadêmicas do

carnaval brasileiro. Não há qualquer repúdio da moral burguesa nos bailes carnavalescos fechados; aí estão presentes todos os contornos das estruturas sócio-econômicas e culturais, as hierarquias e os valores do cotidiano que se prolonga e se exacerba. Ao contrário de subverter ou parodiar a estrutura social, o carnaval burguês segrega as classes subalternas e se apresenta como modelo para as festas dos excluídos, reforçando a estrutura da sociedade classista.

José Sávio Leopoldi, que recorre à noção de "communitas" de Turner e ao modelo teórico proposto por Roberto Da Matta, aponta na mesma direção, analisando o acontecimento central do carnaval carioca contemporâneo, o desfile das escolas de samba³⁷.

Enquanto Turner concebe a "communitas" como um estado liminar da sociedade em contraposição ao estado de estrutura, como se a sociedade fosse um processo pontuado pela passagem de um a outro estado ou modelo de correlacionamento humano, José Sávio Leopoldi demonstra o caráter estruturado das relações engendradas no momento mesmo da "communitas".

Os membros da escola de samba, no centro de todas as atenções, tomados de intensa emoção, vivenciam paradigmaticamente uma idealizada comunhão nacional, mas não deixam de estar rigidamente organizados conforme uma hierarquia de papéis e valores que prolonga e reproduz - apenas deformando parcialmente - a estrutura classista da sociedade brasileira.

O estudo da festa sob a égide de noções como pedagogia de resistência e religião popular em oposição às hierarquias eclesiais ou leigas, decorre do movimento de renovação da liturgia católica³⁸.

Jorge Cláudio Noel Ribeiro Júnior, vendo na festa um lugar de resistência na cultura do povo, propõe o resgate do potencial pedagógico espontâneo da "festa processo" (e não "festa objeto"), a militância política e ético-pedagógica a serviço da libertação popular³⁹.

O autor apresenta um subsídio importante para a historiografia das festas brasileiras, a festa libertária - capítulo 7 -, baseado em pesquisa junto a três jornais anarco-sindicalistas do período 1908-1921.

Trata-se de demonstrar a existência da intenção pedagógica na festa popular. Jorge Cláudio Noel Ribeiro Júnior examina a relação dinâmica entre o racionalismo exacerbado do discurso anarquista, preso à tradição iluminista e à moralidade vitoriana, e as atitudes práticas da classe operária no lazer e na festa. Tanto para financiar a imprensa sindical como as escolas modernas, os anarco-sindicalistas recorriam a festas, apesar de seu combate ascético ao álcool, aos bailes e ao futebol. Instrumentalizando a festa a serviço da propaganda, a liderança anarco-sindicalista se via forçada a somar às palestras "sérias" (políticas ou pedagógicas) e ao "bom" teatro (dramas e comédias, geralmente engajados politicamente), as diversões "familiares" (kermesses, leilões, baile, futebol). O autor assevera que o público dessas festas não devia ser tão desprovido de saber como pressupunha o anarquismo racionalista, mas não esclarece se os componentes lúdicos da festa proletária são conquistas dos proletários ou apenas uma concessão feita pelas lideranças.

A dificuldade em sair do terreno das hipóteses reside certamente na linguagem estereotipada das fontes em que se baseia o autor:

"Assim, [na imprensa anarco-sindicalista] os festivos eram invariavelmente 'grandiosos'; os dramas eram 'emocionantes'; os números apresentados eram de 'absoluta sensação' e deixavam nos presentes 'deleiciosa impressão', 'grata recordação' e ao final eram sempre 'muito aplaudidos'" (p. 84).

Empenhado na confirmação de sua hipótese - "Portanto, é possível concluir que a festa libertária, sem deixar de ser festa, conseguiu concretizar uma dimensão pedagógica voltada para a libertação" (p. 103) - e em circunscrever a festa nas esferas da educação informal e não-formal, o autor deixa de pesquisar em outras fontes e em outros contextos. As greves, os conflitos de rua, os enterros de grevistas mortos pela repressão, por exemplo, frequentemente apresentam comportamentos dramáticos, rituais ou lúdicos que a linguagem da imprensa burguesa, dos organismos policiais e judiciais e de outras fontes nem sempre escamoteiam, e por vezes até mesmo destacam ou exageram.

Por outro lado, o historiador não deixaria de se inte-

ressar igualmente por outras festas e diversões menos vitorianas, se quisesse resgatar a história vivida pelos trabalhadores e vadios - e neste caso, as fontes policiais e judiciais, de novo, podem ser imprescindíveis.

Completando esta resenha, cabe assinalar a obra recente de duas pesquisadoras paulistas, Marlyse Meyer e Maria Lúcia Montes: Redescobrimo o Brasil: a festa na política.⁴⁰ A intensa participação das multidões na campanha pelas eleições diretas, e na eleição, agonia e morte de Tancredo Neves é focalizada como uma sequência de espetáculos e festas. A presença e a voz dos excluídos surpreende pela sua força, por sua capacidade de intervenção - nem passiva, nem caótica, nem teleguiada, humana. O enfoque antropológico humaniza o instrumental teórico do trabalhador intelectual que optou pela militância na sociedade mesma e no tempo mesmo em que vive. Marlyse Meyer e Maria Lúcia Montes, vivendo esta longa situação-limite em contato direto com a massa das manifestações e da rua, e com várias organizações populares, surpreendem-se com sua capacidade de produzir e ditar o texto mais apropriado a cada ato do grande drama - capacidade forjada na experiência cotidiana de uma vida inteira vivida como situação-limite -, redescobrem o país em que vivem. E constataam que viver sem festa seria tão absurdo como agir sem paixão.



NOTAS

1. CAILLOIS, Roger. El hombre y lo sagrado. México, Fondo de Cultura Econômica, 1944; v. cap. IV, "La transgression sagrada: teoria de la fiesta"; a edição francesa é de 1939.
2. DUMAZEDIER, Joffre. Vers une civilisation du loisir?. Paris, Seuil, 1962.
3. in L'Année Sociologique. 3^e Série. Paris, PUF, 1951.
4. in L'Année Sociologique. 3^e Série. Paris, PUF, 1959.
5. Paris, Seuil, 1976.
6. in L'Année Sociologique. An 6 - 1901/02. Paris, Félix Alcan, 1902.
7. BOQUET, Guy. (resenha de) JACQUOT, Jean & KÖNIGSON, Elie (orgs.). Les fêtes de la Renaissance. Paris, CNRS, vol. III, 1975 in Annales E.S.C.. 32^e année, n^o 3; mai-juin 1977.
8. LADURIE, Emmanuel Le Roy. Le carnaval de Romans. Paris, Gallimard, 1979.
9. in Cahiers de Fanjeaux. vol. II, 1976; pp. 305-319.
10. KNOWLES, D. & OBOLENSKY, D. Nova História da Igreja. A Idade Média. Petrópolis, Vozes, 1974; vol. 2, pp. 403-4.
11. GAIGNEBET, Claude. Le carnaval. Paris, Payot, 1974; "Le combat de Carnaval et Cêreme" in Annales E.S.C. 27^e année, n^o 2; mar-avr 1972.

12. SCHMITT, Jean Claude. "'Religion populaire' et culture folklorique" in Annales E.S.C. 31^e année, n° 5; sep-oct 1977.
13. BONNAIN-MOERDYK, Rolande & MOERDYK, Donald. "Le charivari: discours bourgeois et coutumes populaires" in Annales E.S.C. 32^e année, n° 2; mar-avr 1977.
14. GRINBERG, Martine & KINSER, Sam. "Les combats de Carnaval et Carême. Trajets d'une métaphore" in Annales E.S.C. 38^e année, n° 1; jan-fév 1983.
15. BOURDIEU, Pierre. "Le pouvoir symbolique" in Annales E.S.C. 32^e année, n° 3; mai-juin 1977.
16. POITRINEAU, Abel. "Les fêtes traditionnelles: protocole et surveillance" in Autrement. n° 7, Paris, Seuil, 1976.
17. DUVIGNAUD, Jean. Fêtes et civilisations. Paris, Weber, 1973.
18. POITRINEAU, A. op. cit.. p. 191.
19. AGULHON, Maurice. La sociabilité méridionale.
20. OZOUF, Mona. "A festa: sob a Revolução Francesa" in LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). História. Novos Objetos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
21. OZOUF, Mona. "Les révolutionnaires n'aiment pas le désordre" in Autrement. n° 7. Paris, Seuil, 1976.
22. FABRE, Daniel. "La fête éclatée" in L'Arc. n° 65, 1976.
23. BERCÉ, Yves-Marie. Fête et révolte. Paris, Hachette, 1976.
24. v. THOMPSON, E. P. "'Rough music': le charivari anglais" in Annales E.S.C. 27^e année, 1972; v. também GAUVAR, C. & GOKALP, A. "Les conduites de bruit et leur signification à la fin du Moyen Age: le charivari" in Annales E.S.C. 29^e année, 1974; v. bibliografia sobre o charivari na Antiguidade em VEYNE, Paul. Le pain et le cirque. p. 367.
25. AGULHON, Maurice. "La révolte de 48, un carnaval éphémère" in Autrement. n° 7, Paris, Seuil, 1976.
26. PERROT, Michelle. "Quand les grèves, c'était l'échappée belle" in Autrement. n° 7, Paris, Seuil, 1976.
27. HARTMANN, Odile e François & BAMULS, Bettine. "Griffet: 400 chômeurs en lutte et en fête", e também BAROU, Jean-Pierre. "Les

apprentis sorciers" (que remete a um texto de Georges Bataille de 1938, com o mesmo título); in Autrement. nº 7, Paris, Seuil, 1976.

28. GRISONI, Dominique. "Esquisse pour une théorie de la fête" in Autrement. nº 7, Paris, Seuil, 1976.
29. São Paulo, Duas Cidades, 1974.
30. DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
31. v. ALVES, Isidoro. O carnaval devoto. Petrópolis, Vozes, 1980; e também TURNER, Victor. O processo ritual. Petrópolis, Vozes, 1974.
32. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Da definição de carnaval" in Cadernos CERU. nº 11, 1ª série, set. 1978.
33. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Evolution du carnaval latino-américain" in Dioqène. nº 104, 1978.
34. O Luizense. nº 490, ano XIV, 15/2/1917, p. 1, O entrudo na roça (palestra).
35. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "No Brasil, bailes de carnaval: espelho meu, espelho meu, haverá no mundo festa mais louca do que eu?" in Ciência e Cultura. nº 38 (5), maio de 1986.
36. Manchete. 25/2/1978, p. 8.
37. LEOPOLDI, José Sávio. Escola de Samba, ritual e sociedade. Petrópolis, Vozes, 1978.
38. HAMELINE, Jean-Yves. "L'Eglise hantée par la fête intérieure" in Autrement. nº 7, Paris, Seuil, 1976; v. também COX, Harvey. A festa dos foliões. Petrópolis, Vozes, 1974. A História da Igreja no Brasil, pela equipe da CEHILA, é, neste sentido, exemplar.
39. RIBEIRO JR., Jorge Cláudio Noel. A festa do povo. Pedagogia da resistência. Petrópolis, Vozes, 1982.
40. MEYER, Marlyse & MONTES, Maria Lúcia. Redescobrimo o Brasil: a festa na política. São Paulo, T.A. Queiroz, 1985.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Mário de. "São Luís do Paraitinga" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. CXXI, jan. 1949.
- AGULHON, Maurice. "La révolte de 48, un carnaval éphémère" in Autrement. n° 7. Paris, Seuil, 1976.
- ALMEIDA, Aluísio de. "Noite de São João" in Paulistânia. n° 40, mai-jun. 1951.
- ALMEIDA, Fernando Mendes de. "O folclore nas Ordenações do Reino" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. LVI, V, abr. 1939.
- ALMEIDA, Jaime de. "Povo, Sociedade e Nacionalidade na imprensa de um município paulista na Primeira República" in Anais do 1º Encontro de História do Distrito Federal. Brasília, ANPUH/DF. (no prelo)
- _____. "História do que não houve: a Estrada de Ferro Taubaté-Ubatuba" in Anais do III Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. São Paulo, 1983.
- _____. "A festa como objeto de estudo. O problema das fontes" in Anais da 4ª Semana de História. UNESP, Franca, 1982.
- ALVES, Isidoro Maria da Silva. O Carnaval devoto. Petrópolis, Vozes, 1980.
- AMARGIER, P. "Sur la Confrérie du Saint Esprit au Moyen Age" in Cahiers de Fanjeaux. vol. II, 1976.
- ANDRADE, Luís de. "Raízes psicológicas dos cultos do fogo" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. CLXII, XXVII, jan-mar, 1959.

- ANDRADE, Mário de. "A entrada dos palmitos" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. XXXII, III, fev. 1937.
- ARAUJO, Alceu Maynard de. "Mastros de junho" in Paulistânia. nº 29, mai-jun, 1949.
- _____. "Ciclo agrícola, calendário religioso e mágico ligado à plantação" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. CLIX, XXIII, jul. 1955 - mar. 1957.
- _____. "Procissão das carroças de lenha" in Paulistânia. nº 44, mar-abr. 1952.
- _____. "Ritos de morte" in Paulistânia. nº 30, jul-set. 1949.
- ARIÈS, Philippe. L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime. Paris, Seuil, 1973.
- AZEVEDO, Padre Ferdinand, SJ. Ensino, jornalismo e missões jesuíticas em Pernambuco. 1866-1874. Recife, Fasa, 1981.
- AZZI, Riolando. "As romarias no Brasil" in Revista de Cultura Vozes. vol. LXXIII (73), nº 4, maio 1979.
- BACHELARD, Gaston. "A poética do espaço" in Os Pensadores. vol. XXXVII, São Paulo, Abril, 1974.
- BACZKO, Bronislaw. Lumières de l'Utopie. Paris, Payot, 1978.
- BAKHTIN, Mikhail. Problemas da poética de Dostoiévski. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981.
- BATESON, Gregory. Naven. Standford, Standford University Press, 1958.
- BAROU, Jean-Pierre. "Les apprentis sorciers" in Autrement. nº 7, Paris, Seuil, 1976.
- BARRETO, Carlos Xavier Paes. Ferriados do Brasil. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, Freitas Bastos, Spices & Cia., 1926.
- BARROS, Roque Spencer M. de. "Vida espiritual" in HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira. t. II, 4º vol., São Paulo, Difel, 1974.
- BASTIDE, Roger. Sociedade e psicanálise. São Paulo, Melhoramentos/Edusp, 1974.
- _____. Estudos afro-brasileiros. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- _____. As Américas negras. São Paulo, Difel/Edusp, 1974

- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- BEHRINGS, Emílio Amadei. Conversando com a saudade. São Paulo, Bisor-di, 1971.
- BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história" in BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. vol. 1, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BENTO, Dilson. Malunço. Decodificação da Umbanda. Rio de Janeiro, Ci-vilização Brasileira, 1979.
- BENVENISTE, Émile. "Don et échange dans le vocabulaire indo-européen" in L'Année Sociologique. 3^e série. Paris, PUF, 1951.
- BERCÉ, Yves-Marie. Fête et révolte. Paris, Hachette, 1976.
- BERGER, John. Modos de ver. São Paulo, Martins Fontes, 1982.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis, Vozes, 1978.
- BOITEUX, Martine. "Carnaval annexé: essai de lecture d'une fête ro-maine" in Annales E.S.C. n. 2, 32^e année, mars-avr. 1977.
- BONNAINN -MOERDYK, Rolande & MOERDYK, Donald. "Le charivari: discours bourgeois et coutumes populaires" in Annales E.S.C. n. 2, 32^e an-née, mars-avr. 1977.
- BOQUET, Guy. "Les fêtes de la Renaissance" (resenha de JACQUOT, Jean & KÖNIGSON, Elie (orgs.). Les fêtes de la Renaissance. Paris, CNRS, vol. III, 1975) in Annales E.S.C. n. 3, 32^e année, mai-juin 1977.
- BOURDIEU, Pierre. "Le capital social. Notes provisoires" in Actes de la recherche en Sciences Sociales. n. 31, 1980.
- _____. "Le pouvoir symbolique" in Annales E.S.C. n. 3, 32^e année, mai-juin, 1977.
- BRANDÃO, Padre Ascânio. D. Epaminondas. São Paulo, Of. Gráf. da "Ave Maria", 1941.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. "A festa do Espírito Santo na Casa de São José" in Religião e Sociedade. nº 8, jul. 1982.
- _____. Peões pretos e conqos. Goiânia, Ed. da Unb, 1977.
- _____. O divino, o santo e a senhora. Rio de Janeiro, MEC/Funarte, 1978.

- BRAUN, Pierre. "Les tabous des 'Feriae'" in L'Année Sociologique. 3^e Série. Paris, PUF, 1959.
- CAILLOIS, Roger. El hombre y lo sagrado. México, Fondo de Cultura Económica, 1944.
- CAMARGO, Gentil de. "Costumes do Vale do Paraíba" in Paulistânia. n^o 40, mai-jun. 1951.
- CANCLINI, Néstor García. As culturas populares do capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Duas Cidades, 1979.
- CARDIM, Fernão. Tratados da terra e da gente do Brasil. Rio de Janeiro, s/e, 1925.
- CARONE, Edgar. A República Velha. II. Evolução Política. São Paulo, Difel, 1977.
- CARVALHO, José Murilo de. "As Forças Armadas na 1^a República: o poder desestabilizador" in FAUSTO, Bóris (org.). História Geral da Civilização Brasileira t. III, 2^a vol. São Paulo, Difel, 1978.
- CASTORIADIS, Cornelius. Os destinos do totalitarismo. Porto Alegre, L&PM, 1985.
- _____. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Josué de. "Sociologia Pitoresca" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. XLVI, IV, fev. 1938.
- CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- CHAUFÍ, Marilena. "Notas sobre cultura popular" in Arte em Revista. n^o 3, ano 2, São Paulo, 1980.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Boteguim. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CIMI. Confederação dos Tamoios. Brasília, CIMI; Petrópolis, Vozes, 1984.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1982.

- COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- COX, Harvey. A festa dos foliões. Petrópolis, Vozes, 1974.
- DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- DEBRET, Jean Baptiste. Viajem pitoresca e histórica ao Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1978.
- DECCA, Edgar Salvadori de. O Silêncio dos Vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- DENIS, Ferdinand. Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980.
- DUMAZEDIER, Joffre. Vers une civilisation du loisir?. Paris, Seuil, 1962.
- DUVIGNAUD, Jean. Fêtes et civilisations. Paris, Weber, 1973.
- Festivals and carnivals: the major traditions. Revista Cultures. vol. II, nº 1, Montreux, The UNESCO Press and la Baconnière, 1976.
- ECO, Umberto. Como se faz uma tese em Ciências Humanas. Lisboa, Presença, 1982.
- ELIADE, Mircea. História das crenças e das idéias religiosas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- ETZEL, Eduardo. Imagens religiosas de São Paulo. São Paulo, Melhoramentos/Edusp, 1971.
- EWBANK, Thomas. Vida no Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1976.
- FABRE, Daniel. "La fête éclatée" in L'Arc. n. 65, 1975.
- _____. resenha de GAIGNEBET, Claude. Le carnaval in Annales E.S.C. . n. 2, 31^e année, mars-avr, 1976.
- FAUSTO, Bóris. Crime e cotidiano. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____. "Expansão do café e política cafeeira" in FAUSTO, Bóris. (org.) História Geral da Civilização Brasileira. t. III, 1^a vol., São

Paulo, Difel, 1977.

FERRETI, Sérgio Figueiredo (org.) Tambor de crioula: ritual e espetáculo. São Luís, Sioge, 1979.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.

_____. A microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Ática, 1976.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. Rio de Janeiro, José Olympio; Recife, Câmara dos Deputados, Governo do Estado do Pernambuco, Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1981.

GAIGNEBET, Claude. Le carnaval. Paris, Payot, 1974.

_____. "Le combat de Carnaval et Carême" in Annales E.S.C. n. 2, 27^e année, mars-avr. 1972.

GAUDEMAR, Antoine de. "L'itinéraire militant d'un enfant de 68" in Autrement. n. 7, Paris, Seuil, 1976.

GAUVARD, Claude & GOKALP, Altan. "Les conduites de bruit et leur signification à la fin du Moyen Age: le Charivari" in Annales E.S.C. n. 3, 29^e année, mai-juin 1974.

GIFFONI, Maria Amália Correia. "Considerações históricas sobre as danças sociais no Brasil" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. CLXXXII, XXXIII, jul-dez. 1970.

GÓIS, Eurico Dória de Araújo. Os símbolos nacionais. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1908.

GONÇALVES, Luís de Gonzaga. Fátima, segredo de paz. São Paulo, Loyola, 1981.

GRINBERG, Martine & KINSER, Sam. "Les combats de Carnaval et Carême. Trajets d'une métaphore" in Annales E.S.C. n. 1, 38^e année, jan-fev. 1983.

GRISONI, Dominique. "Esquisse pour une théorie de la fête" in Autrement. n. 7, Paris, Seuil, 1976.

GROETELAARS, Martien Maria. Milagre e religiosidade popular. Petrópolis, Vozes, 1981.

- GUISARD, Oswaldo Barbosa. Taubaté no aflorar do século. Taubaté, ed. do autor, 1974.
- GUISARD FILHO, Félix. Prostituição. Considerações médico-sociais. Rio de Janeiro, Tip. da Revista dos Tribunais, 1914.
- HAMELINE, Jean-Yves. "L'Église hantée par la fête intérieure" in Autrement. n. 7, Paris, Seuil, 1976.
- HARTMANN, Odile e Françoise, & BAMULS, Bettine. "Griffet: 400 chômeurs en lutte et en fête" in Autrement. n. 7, Paris, Seuil, 1976.
- HERRMANN, Lucila. "Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos" in Revista de Administração. nº 5-6, II, mar-jun. 1948.
- HOORNAERT, Eduardo (org.). História da Igreja no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1979. (1º vol.) e 1980 (2º vol.).
- HUBERT, H. resenha de KELLNER, K.A.L. Heortologie oder das Kirchenjahr und die Heiligenfest in ihrer geschichtlichen Entwicklung in L'Année Sociologique. 6^e année, 1901-02, Paris, Félix Alcan, 1912.
- _____. resenha de WEINEL, Heinrich. Die Wirkungen des Geistes und der Geister im nachapostolischen Zeitalter bis auf Irinaeus in L'Année Sociologique. 4^e année (1899-1900). Paris, Félix Alcan, 1901.
- JUNG, Carl Gustav. Interpretação psicológica do dogma da trindade. Petrópolis, Vozes, 1979.
- KNOWLES, D. & OBOLENSKY, D. Nova História da Igreja. Petrópolis, Vozes, 1974.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. Le Carnaval de Romans. Paris, Gallimard, 1979.
- LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. São Paulo, Kairós, 1980.
- LEACH, E. R.. Repensando a Antropologia. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- _____. Cultura e comunicação. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- LEFORT, Claude. As formas da história. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- LE GOFF, Jacques. "Documento/monumento" in Enciclopédia Einaudi. v. 1, Porto, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- _____. "Memória" in op. cit.

- _____. "História" in op. cit..
- _____. "Idades Míticas" in op. cit..
- _____. "A história do cotidiano" in História e nova história. Lisboa, Teorema, 1986.
- LEITE, Dante Moreira. Psicologia e Literatura. São Paulo, Nacional/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.
- _____. O amor romântico e outros temas. São Paulo, Nacional/Edusp, 1979.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. "O periódico. Variedade e transformação" in Anais do Museu Paulista. t. XXVIII, São Paulo, 1977-78.
- LEOPOLDI, José Sávio. Escola de Samba, ritual e sociedade. Petrópolis, Vozes, 1978.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. "Totemismo hoje" in Os Pensadores., vol. L, São Paulo, Abril, 1976.
- LIMA, Luís Costa. A perversão do trapezista. Rio de Janeiro, Imago; São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- LIMA, Rossini Tavares de. "Uma festa do círculo jesuítico da capital de São Paulo" in Paulistânia. nº 56, mai-jul. 1956.
- LOBATO, Monteiro. Obras completas. vol. 1 e 2. São Paulo, Brasiliense, 1948.
- LODY, Raul. Devoção e culto a Nossa Senhora da Boa Morte. Rio de Janeiro, Altiva, 1981.
- MAIA, Thereza Regina de Camargo. "Festa de São Benedito em Guaratinguetá" in Ângulo. nº 9, jan-abr. 1981.
- MARCONDES, Maria Thereza Ramos. Tempo e memória. Taubaté, CQ/Prefeitura Municipal de Taubaté, 1976.
- MARSON, Adalberto. "Reflexões sobre o procedimento histórico" in SILVA, Marcos A. da (org.). Repensando a História. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.
- MARTINS, José de Souza. "A morte e o morto: tempo e espaço nos ritos fúnebres da roça" in MARTINS, José de Souza (org.). A morte e os mortos na sociedade brasileira. São Paulo, Hucitec, 1983.
- MATOS, Odilon Nogueira de. Café e ferrovias. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974.

- MAUSS, Marcel e HUBERT, H.. "Essai sur la nature et la fonction du sacrifice" in L'Année Sociologique. 2^e année (1897-98). Paris, Félix Alcan, 1899.
- MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a dádiva" in MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. vol. II, São Paulo, EPU/Edusp, 1974.
- MELLO JR., Antônio. Imprensa Taubateana. Taubaté, Egetal, 1983.
- _____. Hospital de Santa Isabel. Taubaté, Egetal, 1976.
- _____. Resenha. Taubaté, Egetal, 1976.
- MEYER, Marlyse e MONTES, Maria Lúcia. Redescobrimdo o Brasil: a festa na política. São Paulo, T.A. Queiroz, 1985.
- MILLIET, Sérgio. Roteiro do café e outros ensaios. São Paulo, Hucitec INL/Pró-Memória, 1982.
- MILLIET, Lurdes Maria. "Museu de Presépios" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. CLXXVI, XXXII, jan-mar. 1969.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. Os errantes do novo século. São Paulo, Duas Cidades, 1974.
- MORAES FILHO, Mello. Festas e tradições populares do Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1979.
- MORIN, Edgar. O homem e a morte. Lisboa, Europa-América, s/d.
- MORLEY, Helena. Minha vida de menina. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968.
- MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo, Brasiliense, Coleção Tudo é História, 1986.
- NEVES, Artur. "Notas biográficas e críticas" in LOBATO, Monteiro. Obras completas. vol. 1, São Paulo, Brasiliense, 1948.
- NUNES, Janari Gentil. Bandeiras do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Bloch, Coleção Biblioteca Militar, vol. 23, 1939.
- OZOUF, Mona. "A festa: sob a Revolução Francesa" in LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). História: Novos objetos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- _____. "Les révolutionnaires n'aiment pas le désordre" in Autrement. n. 7, Paris, Seuil, 1976.

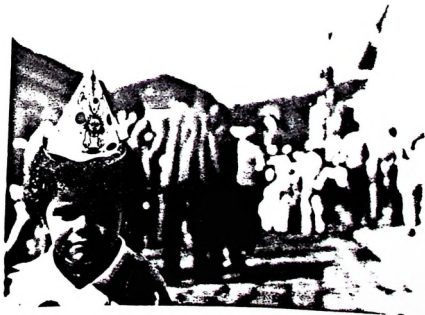
- PAIM, Antônio. "Trajetória da Filosofia no Brasil" in FERRI, M.G. & MOTOYAMA, Shozo. História das Ciências no Brasil. São Paulo, EPU/Edusp, 1979.
- PEREIRA, Niomar de Souza & JARDIM, Mara Púbio de Souza Veiga. Uma festa religiosa brasileira. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia/Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.
- PERROT, Michelle. "Quand les grèves, c'était l'échappée belle" in Autrement. n. 7, Paris, Seuil, 1976.
- PETRONE, Pasquale. "A região de São Luís do Paraitinga" in Revista Brasileira de Geografia. nº 3, jul-set. 1959.
- PINTO, Adolpho Augusto. História da viação pública de São Paulo. São Paulo, Vanorden & Cia., 1903.
- POEL, Frei Francisco van der, OFM. O rosário dos homens pretos. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1981.
- POITRINEAU, Abel. "Les fêtes traditionnelles: protocole et surveillance" in Autrement. n. 7, Paris, Seuil, 1976.
- QUEIROZ, Carlota Pereira de. Vida e morte de um capitão-mor. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1969.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Da definição de carnaval" in Cadernos CERU. nº 11, set. 1978.
- _____. "Évolution du carnaval latino-américain" in Dioçène. n. 104, 1978.
- _____. "No Brasil, bailes de carnaval: espelho meu, espelho meu, haverá no mundo festa mais louca do que eu?" in Ciência e Cultura. nº 38 (5), maio 1986.
- _____. O campesinato brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1973.
- _____. Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Edusp, 1978.
- _____. Bairros rurais paulistas. São Paulo, Duas Cidades, 1973.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em São Paulo. Rio de Janeiro, José Olympio/MEC, 1977.
- RABAÇAL, Alfredo João. "Figurinhas e figureiros do Bairro de São Jo-

ão" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. CLXXVI, XXXII, jan-mar. 1969.

- _____. As congadas no Brasil. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia/Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- RAEDERS, Georges. O Conde de Gobineau no Brasil. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia/Conselho Estadual de Cultura, Coleção Ensaio nº 87, 1976.
- REILY, Suzel Ana. "A senhora do Divino: a mulher na festa e na comunidade" in Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas). nº 54, ago. 1985.
- REIS CARVALHO. Os feriados brasileiros. Rio de Janeiro, Pimenta de Mello & Cia., 1922.
- RIBEIRO JR., Jorge Cláudio Noel. A festa do povo. Pedagogia da resistência. Petrópolis, Vozes, 1982.
- RICOEUR, Paul (org.). Da Cultura e o Tempo. Petrópolis, Vozes, São Paulo, Edusp, 1975.
- RODRIGUES, Selma Calasans. "Paródia: um diálogo entre textos" in Tempo brasileiro. nº 57, abr-jun, 1979.
- ROMANO, Afonso. O canibalismo amoroso. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- ROMANO, Roberto. Brasil: Igreja contra Estado. São Paulo, Kairós, 1979.
- SAHLINS, Marshall. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- SANT'ANA, Nuto. Metrópole. São Paulo, Coleção Departamento de Cultura, vol. XXXIX, 1950.
- SCARANO, Julita. Devoção e escravidão. São Paulo, Nacional/Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1975.
- SCHMIDT, Carlos Borges. "A vida rural no Brasil. A área do Paraitinga, uma amostragem representativa" in Boletim da Agricultura. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo/Diretoria de Publicidade Agrícola, 1951.
- _____. "A fracassada ferrovia Taubaté-Ubatuba" in Paulistânia. nº 29, mai-jun. 1949.

- _____. "Função histórico-econômica da Estrada de Ubatuba" in Paulistânia. n.º 40, mai-jun. 1951.
- SCHMITT, Jean Claude. "'Religion populaire' et culture folklorique" in Annales E.S.C.. n. 5, 31^e année, sep-oct. 1977.
- SCIADINI, Frei Patrício, O.C.D. & COUTINHO, Ana Paula. Nossa Senhora da América Latina. São Paulo, Loyola, 1980.
- SEBE, José Carlos. Carnaval, carnavais. São Paulo, Ática, 1986.
- SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____. Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SHIRLEY, Robert W.. O fim de uma tradição. São Paulo, Perspectiva, 1971.
- SILVA, Cândido Costa e. Roteiro da vida e da morte. São Paulo, Ática, 1982.
- SILVA, Dinair Andrade da. Um intelectual e a história: Antônio Americano do Brasil. Brasília, Ed. do autor, 1982.
- SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. "O carnaval e o desenvolvimento urbano de Guaratinguetá na segunda metade do século dezanove" in Cadernos CERU. n.º 11, set. 1978.
- _____. "Espaço urbano e folguedo carnavalesco no Brasil: uma visão ao longo do tempo" in Cadernos CERU. n.º 15, set. 1981.
- SOUZA, Gilda Rocha Mello e. "A moda no século XIX" in Revista do Museu Paulista. vol. V, 1953.
- TARDIF, Élisabeth. La fête. Paris, Larousse, 1977.
- TAUNAY, Affonso d'Escragno. "Festividades setecentistas" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. XV, II, ago. 1935.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1977.
- THOMPSON, E. P. - "'Rough music': le charivari anglais" in Annales E.S.C.. n. 2, 27^e année, mars-avr. 1972.
- TOLEDO, Francisco de Paula. História do município de Taubaté. Taubaté, CQ/Prefeitura Municipal de Taubaté, 1976.

- TRINDADE, Jaelson Bitran. "No caminho do Paraitinga" in SAIA, Luís & TRINDADE, Jaelson Bitran. São Luís do Paraitinga. São Paulo, CONDEPHAAT, 1977.
- TUPY, Dulce. Carnavais de guerra. Rio de Janeiro, ASB, 1985.
- TURNER, Victor. O processo ritual. Petrópolis, Vozes, 1974.
- VEYNE, Paul. Le pain et le cirque. Paris, Seuil, 1976.
- VEZENTINI, Carlos A. & DECCA, Edgar S. de. "A revolução do vencedor" in Contraponto. Rio de Janeiro, 1976.
- VILLADARY, Agnès. Fête et vie quotidienne. Paris, Les Éditions Ouvrières, 1968.
- VOVELLE, Michel. Mourir autrefois. Paris, Gallimard/Julliard, 1974.
- WILLEMS, Emílio. Cunha - tradição e transição. São Paulo, Secretaria de Agricultura, 1947.
- XIDIEH, Oswaldo E.. "Subúrbios" in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. CXIV, XIII, mai-jun. 1947.
- ZALUAR, Alba. "Os santos e suas festas" in Religião e Sociedade. nº 8, jul. 1982.
- _____. "O Clóvis ou a criatividade popular num carnaval massificado" in Cadernos CERU. nº 11, set. 1978.
- ZICMAN, Renée Barata. "A história através da imprensa - algumas considerações metodológicas" in Projeto História. nº 4, São Paulo, Ed. da PUC/SP, 1985.



Fiquem sabendo que
fiquei aparecendo louca
com a manifestação qual
passaram os antepassados
no Deus vivo - luz celestial
que vem ordenanças na terra

Porém todos os humanos nas
ordenanças, luz do mundo
a vela símbolo da crença
do feitor - luz celestial, obra
do Espírito Santo - Espírito da
verdade - Mente - Coração

Porém como eu Clementina
rara, é difícil, "Porta - Estreita"

Porém os humanos fácil.

Porém tem eu Clementina
que assim. mistério!
plenitude em corpo
único no "Isaías 54, 4 a 17"

ILUSTRAÇÕES

- P. 5: MOÇAMBIQUE, SÃO LUÍS DO PARAITINGA, 1981
- P. 16: OCEANO ATLÂNTICO, DEZEMBRO DE 1978
- P. 20: MERCADO MUNICIPAL, SÃO LUÍS DO PARAITINGA
- P. 69: INTERIOR, SÃO LUÍS DO PARAITINGA
- P. 139: SETEMBRO DE 1981, SÃO LUÍS DO PARAITINGA
- P. 203: DANÇA DE FITAS, SÃO LUÍS DO PARAITINGA
- P. 295: GRUPO DE MOÇAMBIQUE, SÃO LUÍS DO PARAITINGA
- P. 358-B: FESTA DO DIVINO, PIRENÓPOLIS, GOIÁS
- P. 450-B: SÃO LUÍS DO PARAITINGA, MERCADO MUNICIPAL NO 1º PLANO
- P. 615: FESTA DO DIVINO, PIRENÓPOLIS, GOIÁS
- P. 631: JOÃO CUNHA, SÃO LUÍS DO PARAITINGA, 1981
- P. 634: IGREJA MATRIZ, SÃO LUÍS DO PARAITINGA
- P. 645: PEQUENOS VÍCIOS? SÃO LUÍS DO PARAITINGA, 1981
- P. 666: NO IMPÉRIO, O DIVINO, SÃO LUÍS DO PARAITINGA, 1981
- P. 685-B: SEM TÍTULO, SÃO LUÍS DO PARAITINGA
- P. 713: O MASTRO, SÃO LUÍS DO PARAITINGA, 1981
- P. 729: SETEMBRO DE 1981, SÃO LUÍS DO PARAITINGA
- P. 729-B: MANUSCRITO DE LUÍS EGÍDIO DE CAMPOS
- P. 729-C: MENSAGEM DE MARIA CLEMENTINA DE JESUS, 1983

REPRODUÇÃO: AILTON PAIVA RODRIGUES